



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1642

Sexta-feira - 19 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	7	Ituporanga.....	299	Trombudo Central.....	615
Alto Bela Vista.....	9	Jacinto Machado.....	299	Tunápolis.....	646
Anchieta.....	10	Joaçaba.....	302	Vargeão.....	647
Antônio Carlos.....	12	José Boiteux.....	353	Videira.....	647
Ascurra.....	12	Lages.....	353	Vitor Meireles.....	657
Atalanta.....	16	Lauro Muller.....	359	Xaxim.....	663
Balneário Rincão.....	18	Lebon Regis.....	359		
Benedito Novo.....	18	Leoberto Leal.....	360	Associações	
Biguaçu.....	19	Luzerna.....	362	AMMVI.....	663
Blumenau.....	28	Macieira.....	365	AMURES.....	669
Bom Jesus do Oeste.....	58	Mafra.....	365		
Bom Retiro.....	58	Maracajá.....	386	Consórcios	
Braço do Trombudo.....	60	Maravilha.....	387	ARIS.....	670
Brusque.....	90	Massaranduba.....	389	CIM-AMAVI.....	671
Caçador.....	102	Modelo.....	390	CIMVI.....	671
Camboriú.....	111	Morro da Fumaça.....	390	CIS Nordeste.....	672
Campo Alegre.....	116	Navegantes.....	392	CIS/AMARP.....	673
Campos Novos.....	125	Nova Trento.....	395	CIS/AMMVI.....	673
Canoinhas.....	131	Novo Horizonte.....	398	CIS/AMUREL.....	673
Capinzal.....	146	Orleans.....	404	Consórcio Intermunicipal Quiriri.....	674
Catanduvás.....	150	Ouro Verde.....	405		
Caxambu do Sul.....	155	Palhoça.....	405	Editais de Notificação	
Chapadão do Lageado.....	156	Papanduva.....	461	Curitibanos.....	681
Cocal do Sul.....	157	Passo de Torres.....	466		
Concórdia.....	158	Passos Maia.....	466		
Coronel Martins.....	163	Paulo Lopes.....	467		
Correia Pinto.....	164	Penha.....	468		
Corupá.....	172	Pinheiro Preto.....	474		
Curitibanos.....	190	Porto Belo.....	476		
Dionísio Cerqueira.....	203	Porto União.....	477		
Faxinal dos Guedes.....	204	Presidente Castello Branco.....	479		
Forquilha.....	210	Rio do Sul.....	479		
Fraiburgo.....	211	Salto Veloso.....	493		
Frei Rogério.....	222	Santa Cecília.....	494		
Galvão.....	224	Santiago do Sul.....	495		
Garopaba.....	225	São Bento do Sul.....	498		
Garuva.....	229	São Carlos.....	511		
Gaspar.....	230	São Domingos.....	511		
Guaramirim.....	242	São João do Sul.....	512		
Guarujá do Sul.....	244	São José.....	513		
Herval d'Oeste.....	244	São José do Cedro.....	517		
Imarui.....	245	São Lourenço do Oeste.....	517		
Imbituba.....	249	São Miguel do Oeste.....	519		
Indaial.....	277	São Pedro de Alcântara.....	552		
Iomerê.....	287	Schroeder.....	568		
Ipumirim.....	291	Serra Alta.....	585		
Irineópolis.....	292	Tigrinhos.....	585		
Itapiranga.....	296	Timbé do Sul.....	589		
Itapoá.....	297	Timbó.....	591		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



19 DE DEZEMBRO

Parabéns, Armazém, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





19 DE DEZEMBRO

Parabéns, Garopaba, por seus 53 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





19 DE DEZEMBRO

Parabéns, Lebon Régis,
por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





19 DE DEZEMBRO

Parabéns, Rio dos Cedros, por seus 53 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.

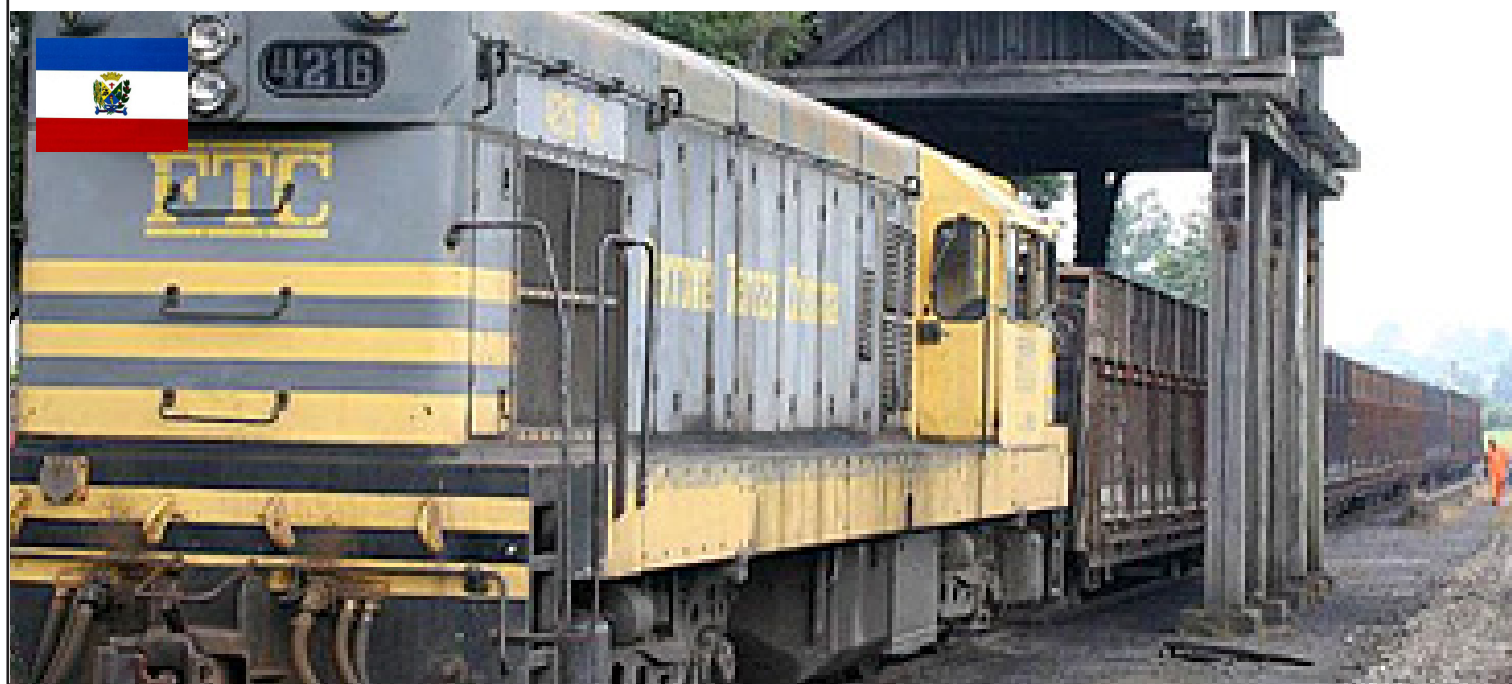




19 DE DEZEMBRO

Parabéns, Siderópolis, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 149/2014

DECRETO Nº 149/2014 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

“CONSTITUI COMISSÃO PARA COORDENAR, SISTEMATIZAR E READEQUAR O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com artigo 72 inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Constitui comissão para coordenar, sistematizar e readequar o Plano Municipal de Educação de Água Doce ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº13005 de 25 de junho de 2014, conforme exigência do Art. 8:

“Art. 8 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”

Art. 2º. A comissão será composta pelos seguintes membros representantes de segmentos educacionais do Município sendo:

- ROSANA MARCOLINO BALESTRIN - Representante do Ensino Médio

- ELISABETE SALVADOR HEBERLE - Representante da Educação Infantil

- MAIRA RAMOS - Representante do Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano

- CLAITON LUIZ DE SOUZA PINTO - Representante do Conselho Municipal de Educação

- MARJORIE JEANE SETTI DE OLIVEIRA - Representante do NAES - Ensino Médio

- CLÁUDIA ELIZABET FÁVERO BOCCALON - Representante da Secretaria Municipal de Educação

- RAQUEL HEBERLE - Representante do Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano

- TATIANA GUERRA DE BARROS - Representante do Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano

- ADRIANA MINATTI SARI - Representante de Pais

Art. 3º. Designar CLÁUDIA ELIZABET FÁVERO BOCCALON como coordenadora Geral do Plano Municipal de Água Doce, a quem compete conduzir, distribuir atividades e praticar atos necessários ao desempenho dos trabalhos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de dezembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 150/2014

DECRETO Nº 150/2014 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica através do presente Decreto homologada a Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, que ESTIMOU A RECEITA E FIXOU A DESPESA PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), no valor de R\$ 22.754.909,21 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e nove reais e vinte e um centavos), para o exercício de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de dezembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 151/2014

DECRETO Nº 151/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

“ESTE DECRETO REGULAMENTA O ARTIGO 326 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a desvinculação do lançamento e cobrança da Taxa de Coleta de Lixo de que trata o artigo 318 do Código Tributário Municipal do lançamento e cobrança do IPTU.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de dezembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 152/2014

DECRETO Nº 152/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

“FIXA O VALOR DE REFERENCIA MUNICIPAL - VRF, DEFINE PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, DA TAXA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ISS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e na forma do artigo 445 e seguintes da Lei Complementar nº 026/02 de 26/12/02 e demais normas legais aplicáveis a matéria:

DECRETA:

Art. 1º O valor do VRF - Valor de Referência Municipal, para o ano de 2015 será reajustado em 3,66% (três vírgula sessenta e seis por cento), correspondente a variação do IGP-M dos últimos doze meses, sendo fixada em R\$ 58,11 (cinquenta e oito reais e onze centavos).

Art. 2º. O Imposto Predial e Territorial Urbano de que trata o Código Tributário Municipal será reajustado em 3,66% (três vírgula sessenta e seis por cento), correspondente a variação do IGP-M dos últimos doze meses para o exercício de 2015.

Art. 3º. As datas para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU serão as seguintes:

Parcela Única:	10/03/2015
1º Parcela:	10/03/2015
2º Parcela:	10/04/2015

Parágrafo único: Para o pagamento em cota única será concedido um desconto de 10% (dez por cento).

Art. 4º. O valor mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o exercício de 2015 será de R\$ 58,11 (cinquenta e oito reais e onze centavos).

Art. 5º. O pagamento da Taxa de Alvará de Funcionamento e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS fixo para o exercício de 2015, terá vencimento em 10/03/2015.

Art. 6º. Para fazer face as despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão usadas dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2015.

Art. 8º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Prefeito

DECRETO Nº 153/2014

DECRETO Nº 153/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014
"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Será considerado ponto facultativo nas Secretarias de Administração e Fazenda, Agricultura, Indústria Comércio e Urbanismo, Transportes e Infraestrutura Rural, Educação Cultura e Esporte, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014 a partir das 11:30 horas. Nas respectivas secretarias será considerado ponto facultativo no dia 26 de dezembro de 2014 e no dia 02 de janeiro de 2015.

Parágrafo Único: A Secretaria de Administração e Fazenda nos dias 24 e 31 de dezembro fará atendimento das 07:30 as 11:30.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, terá atendimento normal nos dias 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, exceto nos dias 25 de dezembro de 2014 e 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.330/2014

LEI Nº 2.330/2014 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, aos servidores públicos municipais ativos, subsídios dos agentes políticos, inativos e pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos empregados públicos, aos Conselheiros Tutelares, às diárias, às funções gratificadas e funções de confiança.

Art. 2º. O percentual de revisão referido no artigo 1º desta Lei será de 6,06% (seis vírgula zero seis por cento), o que corresponde à inflação registrada pelo IPC/FIPE, durante o período de novembro de 2013 a novembro de 2014.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.081/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014**

Resolução n.º 081/2014 de 16 de dezembro de 2014
CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilson Antônio Verona, Vereador e Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto na Lei Orgânica e na Resolução n.º 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Artigo 1.º Fica concedido revisão geral anual aos servidores do Poder Legislativo, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, aos ocupantes de cargo efetivo, cargo comissionado, função gratificada e diárias.

Artigo 2.º. O percentual de revisão referido no artigo 1º deste Resolução, será de 6,06% (seis vírgula zero seis por cento) o que corresponde à inflação registrada pelo IPC/FIPE, durante o período de novembro de 2013 a novembro de 2014.

Artigo 3.º O disposto nesta Resolução não se aplica aos subsídios dos agentes políticos.

Artigo 4.º As despesas decorrentes com a execução da presente RESOLUÇÃO, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício.

Artigo 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2015.

Artigo 6.º Revogam-se disposições em contrário.

Água Doce, 16 de dezembro de 2014
VILSON ANTÔNIO VERONA
Presidente

Alto Bela Vista**PREFEITURA****DECRETO Nº 1939 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder férias regulamentar a Servidora Pública Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, CARLINE FUNCKLER no cargo de COORDENADOR DE UNIDADE ESCOLAR, lotado na Gerencia de Educação.

Art. 2º Período aquisitivo de 24/01/2014 a 23/01/2015, período de gozo de 09 de dezembro a 24 de dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, em 09 de dezembro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO HOSPITAL 015_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 015/2014

A Diretora do Hospital Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clinica geral, a serem prestados no Hospital Municipal ou na UBS-Centro, conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de janeiro a junho de 2015, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 02/01/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 18 de dezembro de 2014.
Rita Bressan de Lima
Diretora Administrativa

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 057_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 057/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para prestação de serviço na confecção de silagem aos agricultores com: Trator de Pneu Traçado, Equipado com Ensiladeira e Carretão; por hora trabalhada. Sendo que: O Município contrata a hora no valor máximo de até R\$ 60,00 (sessenta reais), ficando à cargo do beneficiado a diferença de valores, por um período de 12 meses. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 02/01/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 18 de dezembro de 2014.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO HOSPITAL 016_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 016/2014

A Diretora do Hospital Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa para prestação de serviço de acompanhamento e avaliações de pacientes em observação e realização de procedimentos ambulatoriais junto ao Hospital Municipal Anchietaense ou UBS- Centro, conforme escala de trabalho, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 02/01/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 18 de dezembro de 2014.
RITA BRESSAN DE LIMA
Diretora Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº022/2104

PORTARIA Nº 022/2014
CONCEDE FÉRIAS ANUAIS AO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta, do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e o Regimento Interno, resolve Conceder Férias Anuais à Servidora ELIANE MARIA FAUST, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 02/09/2013 A 01/09/2014, a serem gozadas a partir do dia 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta-SC
Em 18 de dezembro de 2014.
Vereador Paulo Fusieger
Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
foi publicada na forma da lei.

Secretaria da Câmara Municipal,
Em 19 de Novembro de 2014.
Jussara Santin
Secretária Administrativa do Legislativo

BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	49.955,26
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	49.955,26
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.857,21
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.748,05
		INVESTIMENTOS	350,00
Receita Extra - Orçamentária	107.949,26	Despesa Extra - Orçamentária	55.130,06
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00
CRÉDITOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS A RECEBER	70,00
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00
DEPÓSITOS	2.924,00	DEPÓSITOS	2.618,52
CONSIGNAÇÕES	2.834,00	CONSIGNAÇÕES	2.618,52
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.834,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.618,52
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	90,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	52.441,54
DEPÓSITOS A TRANSFERIR	90,00	OBRIGAÇÕES A PAGAR	52.441,54
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	49.955,26	FORNECEDORES	15.584,33
OBRIGAÇÕES A PAGAR	49.955,26	PESSOAL A PAGAR	31.102,91
FORNECEDORES	13.098,05	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.754,30
PESSOAL A PAGAR	31.102,91		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.754,30		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	55.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	55.000,00		
REPASSE RECEBIDO	55.000,00		
Saldos anteriores	16.285,14	Saldos atuais	19.149,08
BANCO C/ MOVIMENTO	16.285,14	BANCO C/ MOVIMENTO	19.149,08
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	124.234,40	Total	124.234,40

ANCHIETA, 18/12/2014

PAULO FUSIEGER
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

Antônio Carlos**PREFEITURA****PORTARIA N 594/2014**

PORTARIA Nº 594/2014.

Nomeia o Comitê de Investimento do IPREANCARLOS.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Portaria MPS nº 170 de 25 de abril de 2012, legalizada pela Lei Municipal nº 1405/2012,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear os Membros do COMITÊ DE INVESTIMENTO, do IPREANCARLOS, composto pelos membros, assim distribuídos: Diretor-Executivo do IPREANCARLOS, como membro nato

AURINEIDE BESEN

Servidor efetivo indicado pelo Chefe do Poder Executivo
CARLICE BENICE SCHMITZ

Servidor efetivo indicado pelos membros do Conselho Administrativo e Fiscal
EDILANE NEIS GELSLEICHTER

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 18 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 19 de dezembro de 2014.

Ascurra**PREFEITURA****LEI Nº 1397, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI Nº 1397, de 16 de dezembro de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal firmar Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o Município de Ascurra e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Prestação de Serviços, entre o Município de Ascurra - SC e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI, objetivando a Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações Públicas, conforme Termo de Contrato anexo.

Art. 2º - As despesas com a aplicação desta Lei correm à conta da seguinte dotação Orçamento-Programa Anual:

0601 - Secretaria de Agricultura
2015 - Manutenção Atividade Agrícolas
33903999 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 16 de dezembro de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ascurra, com sede à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, CEP 89138-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, neste ato representado por seu prefeito municipal Moacir Polidoro, inscrito(a) no CPF sob o nº 293.339.209-78, e portador(a) da Carteira de Identidade nº 208.877-0, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Sérgio Flohr CPF nº 382.008.059-72,

RG nº 437.979, Gerente Regional da Epagri de Blumenau CNPJ nº 83.052.191/0038-54 com endereço à Rua Braz Wanka, 238, Vila Nova, CEP 89035-160, Blumenau - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Blumenau, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte 10000 - Recursos Ordinários, Ação 20.606.0090.2015 - Manutenção das Atividades Agrícolas e Item 33903999 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quarta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01/01/2015 até 31/12/2015 facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 30.750,38 (trinta mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos), divididos em 12 parcelas, repassado no período de vigência desse contrato, conforme tabela abaixo.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

Parcela	Data Vencimento	Valor	ISS a reter 2,0%	IR a reter 1,5%	Valor Líquido
1ª	15/01/2015	2.562,55	51,25	38,44	2.472,86
2ª	15/02/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
3ª	15/03/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
4ª	15/04/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
5ª	15/05/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
6ª	15/06/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
7ª	15/07/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
8ª	15/08/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
9ª	15/09/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
10	15/10/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
11	15/11/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84
12	15/12/2015	2.562,53	51,25	38,44	2.472,84

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será ao dia 15 de cada mês. A quitação do pagamento será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ULTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta)

dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Ascurra, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Ascurra, 16 de dezembro de 2014.

Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Jorge Luiz Malburg
Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

LEI Nº 1398, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1398, de 16 de dezembro de 2014.

Autoriza o executivo municipal a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE, com sede no município de Apiúna, conforme especifica, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município Ascurra/SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE, inscrita no CNPJ sob nº 00.814.388/0001-64, situada a Rua Ponta Grossa, 93, Centro, Apiúna/SC, CEP: 89.135-000, de acordo com o convênio Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.001 - Secretaria Municipal Administração e Planejamento
04.121.0100.2003 - Contribuições Financeiras a Entidades
30000000 - Despesas Correntes
33000000 - Outras Despesas Correntes
33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucrativos
10000 - Recursos Ordinários
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

ANEXO I

CONVENIO Nº ____/ ____

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASCURRA, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS/APAE.

O Município de Ascurra, pessoa jurídica de direito público, inscrita CNPJ sob. Nº 83.102.772/0001-61, com sede a Rua Benjamin Constant nº 221, no bairro Centro, nesta Cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Moacir Polidoro, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, 174, no Bairro Centro, neste município de Ascurra, Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e do outro lado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE, com sede na Rua Ponta Grossa, 93, Centro, cidade de Apiúna/SC, CEP: 89.135-000, inscrita no CNPJ sob nº 00.814.388/0001-64, doravante denominada simplesmente ENTIDADE, neste ato representada por sua Presidente Sr. Lírio Girardi, brasileiro, portador do CPF nº 383.720.969-53, RG 721.849, residente e domiciliado na Rua Petrópolis, 45, Residencial Santana, Apto 304, Apiúna/SC, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação técnica-financeira, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objetivo do presente convênio a cooperação técnica, visando atender as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

CLAUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Tem fundamento legal na Lei Estadual nº 9.831 de 17.02.95, no que couber na Lei nº 8.666 de 21.06.93, na Lei nº 8.742 de 07.12.93 - Lei Orgânica da Assistência Social e na Instrução Normativa 01/97, publicada no D.O.U de 31.01.97 e o inciso IV da Lei Orgânica do Município de 18/12/2002.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Município repassará a quantia de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) no exercício de 2015, que será mensalmente assim executado;

- Referente aos custos do mês de janeiro/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de fevereiro/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de março/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de abril /2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de maio/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de junho/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de julho/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de agosto/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de setembro/2015, parcela de R\$ 4.500,00;
- Referente aos custos do mês de outubro/2015, parcela de R\$ 4.500,00.
- Referente aos custos do mês de novembro/2015, parcela de R\$

4.500,00.

- Referente aos custos do mês de dezembro/2015, parcela de R\$ 4.500,00.

§ 1º Os Recursos mencionados neste artigo, serão transferidos a partir de janeiro de 2015 à conta da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE de Apiúna, na agência do Banco do Brasil de Apiúna/SC, agência nº 542-9, Conta Corrente Nº 6546-3.

§ 2º A partir da liberação da primeira parcela, as demais somente serão liberadas após a apresentação da prestação de contas da parcela anterior, e apresentação do Relatório de atendimento que deve ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - DA ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA

As despesas prevista nessa Lei correrá por conta da seguinte atividade do Orçamento vigente:

à 0301 -Secretaria de Administração e Planejamento
- 04.121.01002003 -Contribuições Financeiras a Entidades
- 30000000 - Despesas Correntes
- 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos
- 3350439900 - Outras Subvenções Sociais
- Vinculo - 01000 - Recursos Ordinários

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, à medida que a entidade preste conta das parcelas anteriores;
II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do Programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;
III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio, conforme mencio na Cláusula Primeira;
IV - Examinar e aprovar por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação quando se fizer necessária, desde que não implique na alteração do objeto do presente Convênio.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A ENTIDADE obriga-se:

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na clausula primeira deste convenio, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes.

II - Ressarcir ao Municipio os recursos recebidos através deste convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização.

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciaria, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICIPIO, de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto a utilização dos recursos;

V- Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICIPIO fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VI - Encaminhar ao MUNICIPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

VII- Manter conta corrente especifica junto ao Banco do Brasil, sob o título ENTIDADE/ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE de Apiúna, na agência do Banco do Brasil de Apiúna/SC;

VIII - Aplicar os saldos do convênio enquanto não utilizados, em caderneta de poupança se a previsão de uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida

pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos menores que um mês;

IX - Computar, obrigatoriamente, a crédito de convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;

X - Devolver ao Município os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30(trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providência pelo Município;

XI - Propiciar aos técnicos do MUNICIPIO, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do convênio;

XII - Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto deste convênio;

XIII - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;

PARÁGRAFO ÚNICO:

É vedado:

I - Realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária inclusive, referente a pagamentos ou recolhimentos fora de prazos;

V- Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

CLAUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira será elaborada de acordo com as normas do Tribunal de Contas do Estado.

CLAUSULA OITAVA - DAS FISCALIZAÇÕES

Cabe ao MUNICIPIO decidir sobre a oportunidade e convivência de proceder a fiscalização nas instalações e documentos relativos a execução do presente convênio.

CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer clausulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo MUNICIPIO, independente de procedimentos judiciais.

CLAUSULA DECIMA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste convênio será contado a partir da data de sua publicação até 31 de dezembro de 2015, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ascurra para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Ascurra, 16 de dezembro de 2014.

Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Lírio Girardi
CPF nº 383.720.969-53
Presidente da Entidade

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

LEI Nº 1399, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1399, de 16 de dezembro de 2014.

Altera o disposto na Lei n. 0873 de 13.11.2001, que declara de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários da União.

Art. 1º - O artigo 1º da Lei n. 0873 de 13.11.2001 passará a ter o seguinte teor:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio (Corpo de Bombeiros Voluntários), com sede e foro neste Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, sito a Rodovia BR 470, Km 90,5, n. 2080, Bairro Estação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 16 de dezembro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

1407/2014

LEI N.º 1407/2014

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.123.0016.2.007 - Cont. p/ Formação Pat. Serv. Pública - PASEP
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 17 de dezembro de 2014.
TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM
Prefeito Municipal em Exercício

PROJETO DE LEI 005/2014

MENSAGEM DO PROJETO DE LEI Nº 005/2014

ORIGEM: PODER LEGISLATIVO

O vereador no uso de suas atribuições regimentais, que adiante subscreve, nos termos do Art. 35, Caput, e Art. 44 da Lei Orgânica Municipal, concomitantemente disposição do Art. 86, inciso XVI e Art. 150, § 1º, ambos do Regimento Interno, vem apresentar à deliberação desta Casa o Projeto de Lei sob nº 005/2014, que "Estabelece normas especiais para funcionamento de bares e similares no Município de Atalanta e dá outras providências".

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado tem por objetivo de estabelecer normas especiais para funcionamento de bares e similares no Município de Atalanta, com a finalidade de disciplinar as atividades inerentes à comercialização de bebidas na jurisdição do município.

A regulamentação se faz necessária pela ausência de norma municipal, daí porque visa se estabelecer matéria regulamentadora, ainda que em caráter provisório, até ser aprovado o Código de Posturas do Município.

Por outro lado, cabe salientar que os horários estabelecidos na proposição vêm sendo aplicados na prática, de modo que a norma visa sedimentar elementos jurídico, capaz de dar suporte também ao ente fiscalizador.

Para tanto, requer-se a Mesa Diretora que submeta-se a deliberação desta Casa para que, se aprovado o Projeto de Lei ora proposto, para o qual conta-se com apoio dos Nobres Edis que integram este Parlamento, os estabelecimentos que servem de objeto da proposição possam regularizar o atendimento à população.

Câmara Municipal de Atalanta, 09 de dezembro de 2014.

EDSON KURTZ
Vereador Proponente

PROJETO DE LEI Nº 005/2014

“Estabelece normas especiais para funcionamento de bares e similares no Município de Atalanta e dá Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica estabelecido o seguinte horário especial para o funcionamento dos bares ou similares no município de Atalanta: entre 6h e 22h nos dias úteis, de segunda a quinta, e entre 6h e 24h para as sextas-feiras, os sábados, domingos e as vésperas de feriados.

§ 1º Excetua-se ao disposto no caput deste artigo o período inerente ao horário de verão, quando os horários de funcionamento dos bares ou similares serão estendidos em 1h, para as situações regulamentadas no caput deste artigo.

§ 2º O horário previsto no caput deste artigo, não se aplica a restaurantes, pizzarias e padarias, caracterizados como tal, junto à Municipalidade, desde que não comercializem, especificamente, bebidas alcoólicas para consumo isolado no local.

§ 3º Caracterizam-se bares ou similares os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas para consumo imediato no próprio local, observada a disposição do § 2º deste artigo.

§ 4º O horário referido no caput deste artigo poderá ser autorizado ou prorrogado, mediante solicitação de alvará especial de funcionamento, conforme as peculiaridades do estabelecimento e do local onde se encontra instalado, desde que haja interesse público, preservadas as condições de higiene e de segurança do público e do prédio e, em especial, a prevenção quanto à perturbação do sossego e da violência.

Art. 2º Para efeito desta lei, os bares ou similares que não possuam alvará de funcionamento terão licença especial de funcionamento, expedida pelos órgãos competentes da Prefeitura, até que seja efetuada a regularização do estabelecimento.

Art. 3º A partir da publicação desta Lei, a concessão de alvarás e novas licenças especiais de funcionamento para bares ou similares, deverão observar o disposto na legislação que proíbe a comercialização e/ou distribuição de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos de ensino estabelecidos no município de Atalanta, além das demais vedações aplicáveis.

Art. 4º Aos infratores, nos termos desta Lei, serão aplicadas, pela ordem, as seguintes penalidades:

I - Notificação para regularização, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

II - Multa de 50 (cinquenta) UFMs (Unidade Fiscal do Município), aplicável em dobro, em caso de reincidência;

III - Cancelamento do regime especial de funcionamento;

IV - Fechamento administrativo do estabelecimento temporário ou definitivo.

§ 1º Após o fechamento administrativo do estabelecimento temporário, e transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, o Executivo poderá conceder nova licença de funcionamento, atendido as disposições da legislação vigente.

§ 2º Antes da aplicação das penalidades previstas neste artigo, o Poder Executivo, em conjunto, com o Legislativo, fará ampla divulgação da Lei.

Art. 5º A presente Lei será regulamentada em até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º Os recursos para aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementados, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Atalanta (SC), 09 de dezembro de 2014.

EDSON KURTZ
Vereador

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO DO P.P. Nº094/PMBR/2014**
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.
094/PMBR/2014

A Pregoeira do Município de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 094/PMBR/2014, que tem como objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão/SC, durante o ano letivo de 2015, publicado na Pagina 13 da Edição Nº 1641 publicado em 18/12/2014 no Diário Oficial dos Municípios - DOM, fica retificado a quem possa interessar que onde se lê: DATA DA ABERTURA: 07/01/2014,leia-se: DATA DA ABERTURA: 07/01/2015. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 18 de Dezembro de 2014.
Pregoeira
Gisele P. Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**CONVOCAÇÃO**
CONVOCAÇÃO

O SAMAE do Balneário Rincão, CONVOCA a senhora MICHELE SEMPREBON MEDEIROS, para que compareça nessa autarquia, sito Rua Paraná, 389 Centro - Balneário Rincão/SC, no prazo de 48h. sob pena de perder seu direito a vaga de agente administrativo realizado no Processo Seletivo nº 004/2014.

Balneário Rincão, 15 de Dezembro de 2014.
JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR
Diretor Presidente

Benedito Novo**PREFEITURA****EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2014
Referente: Processo Licitatório nº 62/2014
Contratado: SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA.
Objeto: PRORROGA PRAZO DE VIGENCIA PARA ATÉ 28/02/2015.
Valor Total Contratado: R\$ 104.800,00.
Data Assinatura: 16/12/2014

Benedito Novo, 19 de dezembro de 2014
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 231/2014

DECRETO Nº 231/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3531/2014,

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no montante de R\$ 179.160,00 (Cento e setenta e nove mil, cento e sessenta reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações de ações de Governo da Unidade Gestora Prefeitura, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1501	SECRETARIA DE AGRICULTURA	150.000,00
1501.26.782.0007.2077	Conservação das Estradas Vicinais	150.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	29.160,00
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	29.160,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	29.160,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	29.160,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	29.160,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1601	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU	150.000,00
1601.09.272.0000.0002	Pagamento de Inativos a Cargo do Tesouro	150.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	29.160,00
0701.12.367.0003.2029	Apoio a APAE	29.160,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	29.160,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	29.160,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	29.160,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 016/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 016/2014

CONTRIBUINTE:	SEASTEC COMERCIO E MANUTENÇÃO LTDA ME		
ENDEREÇO:	RUA VITAL DELFINO DE JESUS, Nº345, PRAIA JOÃO ROSA, BIGUAÇU/SC – CEP: 88.160-310		
Inscrição no CMC:	6963	CPF/CNPJ:	13.011.106/0001-32
Processo Fiscal:	8452/2011	IF/AI/NL:	172/2011

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, que em 6 de dezembro de 2011, foi constatado que o mesmo cometeu a(s) seguinte(s) infração(ões) à legislação tributária municipal:

1) Exercer atividade sem a devida licença para funcionamento em 2010;

Informações:

a. Dispositivo(s) Legal(is) violado(s): art. 349, I da LC 03/2007.
b. Base legal: Art. 349, II da LC 03/2007.
c. Multa Aplicada: R\$ 310,68 (trezentos e dez reais e sessenta e oito centavos).

Prazo:

Conforme disposto no art. 277, IX, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do valor da multa aplicada neste Auto de Infração, ou para apresentação de Defesa. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Isolete Schlemper Walter
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 9219

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 017/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 017/2014

CONTRIBUINTE:	ELIZABETH ALAIDE LOPES ME		
ENDEREÇO:	RUA ALTAMIRO MACHADO DE SOUZA, Nº 282 – PRAIA JOÃO ROSA		
Inscrição no CMC:	86725	CPF/CNPJ:	80.748.866/0001-14
Processo Fiscal:		IF/AI/NL:	4579/PMB/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, intimando-o para, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à publicação desta notificação, apresentar:

- 1) Comprovante de pagamento da TLIF de 2008 a 2013;
- 2) Atestado de Funcionamento do Corpo de Bombeiros.

Observações:

- a) Os dados e informações objeto desta Intimação Fiscal deverão ser apresentados, em documentos originais ou cópias, ao Fisco Municipal, na sede da Gerência de Fiscalização Tributária, no endereço: Rua Lúcio Born, nº 12, Sala 108, Centro, Biguaçu/SC, CEP 88.160-126;
- b) A ausência de informações e de documentos solicitados, referentes a fatos geradores de obrigação tributária ocorrida no período, deverá ser formalmente justificada;
- c) O não atendimento a essa Intimação Fiscal sem justificativa fundamentada será considerados como recusa e importará na lavratura do competente Auto de Infração por embarço a Ação Fiscal, bem como, na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária municipal, além da possibilidade de enquadramento na Lei Federal nº 8.137/1990, art. 1º;
- d) Informações com o fiscal responsável através dos telefones 48 3285-2477 / 48 3285-4512 ou no email gefis@bigua.sc.gov.br

Patrick Machry
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8961

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 018/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 018/2014

CONTRIBUINTE:	MARLI DE JESUS FERNANDES DO ROSARIO 67021212968		
ENDEREÇO:	RUA XINGU, Nº 350 – SAVEIRO, BIGUAÇU/SC – CEP: 88.160-400		
Inscrição no CMC:	117281	CPF/CNPJ:	17.910.948/0001-87
Processo Fiscal:		IF/AI/NL:	4590/PMB/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, intimando-o para, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à publicação desta notificação, apresentar:

- 1) Comprovante de pagamento da TLIF de 2013;
- 2) Atestado de Funcionamento do Corpo de Bombeiros.
- 3) Contrato Social

Observações:

- a) Os dados e informações objeto desta Intimação Fiscal deverão ser apresentados, em documentos originais ou cópias, ao Fisco

Municipal, na sede da Gerência de Fiscalização Tributária, no endereço: Rua Lúcio Born, nº 12, Sala 108, Centro, Biguaçu/SC, CEP 88.160-126;

- b) A ausência de informações e de documentos solicitados, referentes a fatos geradores de obrigação tributária ocorrida no período, deverá ser formalmente justificada;
- c) O não atendimento a essa Intimação Fiscal sem justificativa fundamentada será considerados como recusa e importará na lavratura do competente Auto de Infração por embarço a Ação Fiscal, bem como, na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária municipal, além da possibilidade de enquadramento na Lei Federal nº 8.137/1990, art. 1º;
- d) Informações com o fiscal responsável através dos telefones 48 3285-2477 / 48 3285-4512 ou no email gefis@bigua.sc.gov.br

Patrick Machry
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8961

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 019/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 019/2014

CONTRIBUINTE:	CANUDOS FERREIRA LTDA ME		
ENDEREÇO:	RUA JOSÉ FRANCISCO SODRÉ, Nº 569 – PRAIA JOÃO ROSA, BIGUAÇU/SC – CEP: 88.160-342		
Inscrição no CMC:	114198	CPF/CNPJ:	11.747.278/0001-43
Processo Fiscal:		IF/AI/NL:	4580/PMB/2013

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, intimando-o para, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à publicação desta notificação, apresentar:

- 1) Comprovante de pagamento da TLIF de 2010 a 2013;
- 2) Atestado de Funcionamento do Corpo de Bombeiros;
- 3) Contrato Social.

Observações:

- a) Os dados e informações objeto desta Intimação Fiscal deverão ser apresentados, em documentos originais ou cópias, ao Fisco Municipal, na sede da Gerência de Fiscalização Tributária, no endereço: Rua Lúcio Born, nº 12, Sala 108, Centro, Biguaçu/SC, CEP 88.160-126;
- b) A ausência de informações e de documentos solicitados, referentes a fatos geradores de obrigação tributária ocorrida no período, deverá ser formalmente justificada;
- c) O não atendimento a essa Intimação Fiscal sem justificativa fundamentada será considerados como recusa e importará na lavratura do competente Auto de Infração por embarço a Ação Fiscal, bem como, na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária municipal, além da possibilidade de enquadramento na Lei Federal nº 8.137/1990, art. 1º;
- d) Informações com o fiscal responsável através dos telefones 48 3285-2477 / 48 3285-4512 ou no email gefis@bigua.sc.gov.br

Patrick Machry
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8961

EXTRATO CONTRATO Nº 10.123/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 67/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.123/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 67/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.

Valor: R\$ 19.870,81 (dezenove mil oitocentos e setenta reais e oitenta e um centavos).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.125/2014 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - PP Nº 85/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.125/2014
Processo: Dispensa de Licitação - PP Nº 85/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSERVO DE MÁQUINA DE LAVAR DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, COM FULCRO NO ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Fornecedor: W&Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP

Valor: R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.136/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.136/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: DOUGLAS DE ABREU EPP

Valor: R\$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois reais).

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.136/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.136/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: DOUGLAS DE ABREU EPP

Valor: R\$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois reais).

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.139/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 74/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.139/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 74/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA RADIOLOGIA PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: FUJIFILM DO BRASIL LTDA.

Valor: R\$ 67.999,80 (sessenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.140/2014 - PROCESSO: CONVITE – CV Nº 70/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.140/2014
Processo: Convite - CV nº 70/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO",

VISANDO A REFORMA DO SETOR DST/HIV/AIDS. DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP

Valor: R\$ 82.428,28 (oitenta e dois mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos).

Vigência: 15/12/2014 a 16/03/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.147/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.147/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.155/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.155/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA.

Valor: R\$ 116.750,00 (cento e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.161/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.161/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

Valor: R\$ 114.800,00 (cento e quatorze mil e oitocentos reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.162/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.162/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor: R\$ 15.106,00 (quinze mil seiscentos e seis reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.163/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.163/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: KSS COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA.

Valor: R\$ 23.750,00 (vinte e três mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.167/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.167/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: METALURGICA HOSPITALAR INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS ELETRODOMESTICOS LTDA.

Valor: R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.172/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.172/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.

Valor: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.173/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.173/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: ZOOM TECNOLOGIA LTDA.

Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.174/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 79/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.174/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 79/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE COLETA DE ÁGUA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - ME

Valor: R\$ 6.570,00 (seis mil quinhentos e setenta reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.174/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 79/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.174/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 79/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE COLETA DE ÁGUA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - ME

Valor: R\$ 6.570,00 (seis mil quinhentos e setenta reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.175/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 83/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.175/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 83/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, FILTROS, FLUIDOS E PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - ME

Valor: R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.175/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 83/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.175/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 83/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, FILTROS, FLUIDOS E PNEUS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - ME

Valor: R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.176/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.176/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAIS PERMANENTES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EPP

Valor: R\$ 1.794,00 (mil setecentos e noventa e quatro reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.179/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 84/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.179/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 84/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA AS DEMANDAS JUDICIAIS IMPOSTAS AO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.

Valor: R\$ 11.460,00 (onze mil quatrocentos e sessenta reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.239/2012 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 184/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.239/2012
Processo: Dispensa de Licitação nº 184/2012

Objeto: LOCAÇÃO DE RELÓGIOS PONTO BIOMÉTRICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: LKA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.

Valor: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.023/2012 -- IL Nº 55/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.023/2012 - IL Nº 55/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS EM FISIOTERAPIA, SEJAM PÚBLICOS, PRIVADOS OU FILANTRÓPICOS, VISANDO À AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, USANDO COMO REFERÊNCIA OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SE DÁ EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 33/2012 E NA FORMA DO ART. 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

Contratado: CLÍNICA MÉDICA BIGUAÇU LTDA EPP

Vigência: de 01/01/2015 até 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.168/2012 - PROCESSO - INEXIGIBILIDADE – IL Nº 156/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.168/2012
Processo - Inexigibilidade - IL Nº 156/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE

SAÚDE ESPECIALIZADOS EM FISIOTERAPIA, SEJAM PÚBLICOS, PRIVADOS OU FILANTRÓPICOS, VISANDO À AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, USANDO COMO REFERÊNCIA OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SE DÁ EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 33/2012 E NA FORMA DO ART. 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

Contratado: Medicina e Diagnóstico São Miguel Ltda. ME
Vigência: de 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 2831/2014

PORTARIA nº 2831 de 16 de dezembro de 2014

Exonera os(as) Servidores(as), ocupantes dos cargos comissionados criados nos termos da Lei Complementar nº 11/2009 e suas posteriores alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 16/12/2014 os seguintes servidores detentores de cargo de provimento comissionado:

1 Procuradoria Geral do Município

1.1 Rodrigo Trajano dos Santos - Procurador Adjunto

1.2 Suellen Simas - Diretor de Execução Fiscal

2 Secretaria Municipal de Administração

2.1 Francisco Pereira - Diretor Geral

2.2 Tainara Ferreira - Gerente de Assuntos Administrativos

3 Secretaria Municipal de Educação

3.1 Eduardo Kuhn da Luz - Gerente de Educação Ambiental

3.2 Márcio Gonçalves Ferreira - Assistente de Educação Infantil

3.3 Silvio Severino - Assistente de Educação Infantil

3.4 Patrícia Antonio de Faria Sombrio - Assistente Técnico

3.5 Fernando Ricardo Dotto - Assistente Técnico

4 Secretaria Municipal da Saúde

4.1 Mariléia Glória Ferreira - Assistente Técnico

4.2 Luiz Eduardo Borget Coelho - Gerente de Assistência à Saúde

4.3 Mirian Leittis Motter - Diretor de Manutenção e Vigilância Patrimonial

4.4 Elisa Gasperi - Gerente de Atendimento SUS

4.5 Ana Lúcia da Silva - Diretor de Saúde

5 Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

5.1 Fernando Nunes Cunha - Gerente de Gestão de Frotas

5.2 Valdir José Ferrari - Gerente de Patrimônio Público

5.3 Osvaldino dos Passos - Gerente de Estradas e Rodagem

6 Secretaria Municipal de Agricultura

6.1 Valdir Valdemiro Bittencourt - Diretor Administrativo Regional de Santa Catarina

7 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica

7.1 Anderson Osmar Passos - Gerente de Inovação Tecnológica

8 Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer

8.1 Anderson Rodrigues de Farias - Chefe de Divisão Operacional

8.2 Marco Antônio Paro - Diretor Geral

8.3 Elisangela Souza Gerent - Gerente de Lazer

9 Secretaria Municipal de Integração Regional

9.1 Neuci Maria Pereira - Diretor Geral

10 Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura

10.1 Douglas Fernandes de Souza - Secretário Municipal de Pesca e Maricultura

11 Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

11.1 Reginaldo Fogaça Alves - Superintendente de Relações Institucionais

11.2 Paulo Cesar Vieira - Diretor de Convênio

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/12/2014.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2875/2014

PORTARIA nº 2875 de 15 de dezembro de 2014

Autorizar a incorporação da GAFI à remuneração em atividade para fins de aposentadoria voluntária da servidora Elisa Maria Hoffmann Loeff, detentor do Cargo de provimento efetivo de Escriturário, na Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do art. 54, 55 e 56, caput da Lei Complementar nº 33/2010 e Decreto nº 227/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Autoriza a incorporação da GAFI à remuneração em atividade para fins de aposentadoria voluntária da servidora Elisa Maria Hoffmann Loeff, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrita na matrícula funcional nº 546, nos termos do art. 54, 55 e 56, caput da Lei Complementar nº 33/2010 e Decreto nº 227/2014.

Parágrafo Único. O valor fixado para a incorporação nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 156,62 (cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), observada a memória de cálculo do processo nº 10804/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PP 240/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 240/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU EM ATENDIMENTOS DE EMERGÊNCIA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 13 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta

Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 247/2014 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitatório PP 247/2014 PMB, que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL".

Biguaçu, 17 de Dezembro de 2014

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 272/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSERTO E INSTALAÇÃO DE AQUECEDOR DE ÁGUA DE ACUMULAÇÃO A GÁS, PARA ATENDER A CASA LAR MUNICIPAL.

EMPRESA CONTRATADA: THIAGO BERNARDINO DA SILVA - ME

VALOR: R\$ 6.660,00 (seis mil seiscentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.057

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.17.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido a necessidade do conserto e instalação de aquecedor de água de acumulação a gás, para atender a Casa Lar Municipal, tendo em vista a realização de reformas no imóvel, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 17 de dezembro 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 279/2014 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO.
EMPRESA CONTRATADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP
VALOR: R\$ 40.560,00 (quarenta mil quinhentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.01.2.059.33.90.30.09.00.00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:
V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
JUSTIFICATIVA:
Em razão da falta de empresas interessadas em participar do processo de Licitação Pregão Presencial 233/2014, o qual foi repetido 02 (duas) vezes, optou por Dispensa de Licitação tendo em vista que a mais uma repetição do processo ocasionaria prejuízos consideráveis para a administração pública, que pelo auto custo extraível do certame em face do valor da referida solicitação.
Sendo, assim o contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade, bem como todos os documentos de comprovação de qualificação profissional.
Biguaçu, 15 de dezembro de 2014.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 285/2014 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUTO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA CARGOS A SEREM DISTRIBUÍDOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.
CONTRATADA: Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESES.
VALOR VARIÁVEL: R\$ 71.204,60, sendo repassados posteriormente para a contratada através da taxa de inscrição dos interessados.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06 (seis) meses, sendo que os serviços serão executados a partir de janeiro de 2015, de acordo com a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.01.2.011.33.90.39.48.00.00.00, decorrente do ano de 2015.
JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade de contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento das vagas da Secretaria Municipal de Administração, optou-se por processo de Dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94:
XIII- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94).
DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO:
A Empresa contratada atende o que determina o item XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 apresentando o valor dentro do praticado no mercado e apresentando todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2014.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 002/2014, para alterar o item 6.1, na Cláusula Sexta, que entre si celebram, de um lado o Município de Biguaçu e de outro a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA JÚLIO TEODORO MARTINS.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, CNPJ nº 82.892.308/0001-53, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, representado neste ato pelo Senhor Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, portador do RG nº 2.954.911 e do CPF nº 019.850.619-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA JÚLIO TEODORO MARTINS, CNPJ nº 06.343.144/0001-27, com sede na Rua Júlio Teodoro Martins, nº 3668, Bairro: Fundos, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Dijalma dos Santos Guedes, CPF nº 654.643.899-20 e RG nº 1.662.159, residente e domiciliada na Rua Três de Outubro, nº 05, Bairro: Prado, Cidade de Biguaçu-SC, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio do Poder Público, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, conforme solicitação feita no expediente, datado em 11/12/2014, subscrito pelo Senhor Dijalma Santos Guedes - Presidente da Associação de Moradores da Rua Júlio Teodoro Martins.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Fica alterado o item 6.1 da Cláusula Sexta da vigência:

Ítem 6.1 - A vigência do Convênio 02/2014, previsto na Cláusula Sexta, fica prorrogada por mais 02 (dois) meses, a contar de 06 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Convênio nº 02/2014 não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
PREFEITO MUNICIPAL

Dijalma dos Santos Guedes
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA JÚLIO TEODORO MARTINS

Marivalde Inêz Kons
CPF - 493.371.149-68
TESTEMUNHA

Alexandre Martins de Souza
CPF - 000.080.379-06
TESTEMUNHA

Blumenau

PREFEITURA

ANEXO - RESOLUÇÃO CMDCA Nº 70/2014 - SEMUDES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU - CMDCA

PLANO DE AÇÃO PLURIANUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

2014 a 2017

PLANO DE APLICAÇÃO DO FIA 2015

GESTÃO CMDCA 2013-2015

PLANO DE AÇÃO PLURIANUAL DO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2014 - 2017

E DE APLICAÇÃO 2015 FIA

EIXO I - ATIVIDADES DE INCENTIVO A GUARDA E ADOÇÃO

Valor previsto para 2015 – R\$ 136.000,00	
1.1 META	PARCEIROSACÃO
INCENTIVO À GUARDA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Conselho Municipal de Assistência Social GEAAB Ministério PúblicoFomentar ações de Apoio às Famílias com Filhos Adotivos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Conselho Municipal de Assistência Social Promover e Apoiar a realização de capacitação, eventos, seminários, conferencias sobre o tema
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Conselho Municipal de Assistência Social SECOMElaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Conselho Municipal de Assistência Social GEAAB Ministério PúblicoPromover e apoiar campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Conselho Municipal de Assistência Social GEAAB Ministério PúblicoApoiar programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes

EIXO II - AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Valor previsto para 2015 – R\$ 791.000,00

2.1 META	AÇÃO	PARCEIROS
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE TRABALHADOR	Fortalecer a articulação com a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
	Acompanhar a identificação e o cadastramento das famílias com crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil	Comissão do PETI
	Incentivar a criação de espaços de reflexão a respeito do Trabalho Infantil	Comissão do PETI, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Escolas/Universidades
	Promover e Apoiar a realização ou participação de capacitações, eventos, seminários, conferências sobre o tema	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Secretaria Municipal e Estadual de educação
	Elaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema	Comissão do PETI, Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SECOM

2.2 META	AÇÃO	PARCEIROS
ATENDIMENTO AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	Coordenar a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Coordenação Geral e Comissão para Elaboração do Plano Socioeducativo composta pelas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação. Fundações Municipais de Cultura e Desportes, Conselho Tutelares.
	Acompanhar o reordenamento do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Estimular a implantação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Conselhos Tutelares e Ministério Público
	Editar normas complementares para organização e funcionamento dos Programas de Atendimento Socioeducativo	Conselho Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Procuradoria Geral do Município.
	Realizar diagnóstico da situação da Criança e do Adolescente no município.	Universidades, Delegacia de Polícia, Ministério Público, Estado e Executores das Medidas Socioeducativas Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Promover e Apoiar a realização de capacitações, eventos, seminários, conferências sobre o tema	Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SECOM
	Elaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema	Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SECOM

2.3 META	AÇÃO	PARCEIROS
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA INFANTO JUVENIL	Incentivar ações que possam identificar o fenômeno da violência infanto juvenil no Município	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Apoiar ações integradas de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Promover e Apoiar a realização de capacitações, eventos, seminários, conferências sobre o tema	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Incentivar a elaboração de materiais educativos e de divulgação sobre o tema	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Promover e apoiar campanhas educativas contra os diversos tipos de violência infanto juvenil.	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos

2.4 META	AÇÃO	PARCEIROS
GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	Incentivar a elaboração do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Promover e apoiar a realização de capacitações abordando o Tema	Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
	Apoiar e elaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema	Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SECOM

2.5 META	AÇÃO	PARCEIROS
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Incentivar a elaboração do Plano Municipal de Acolhimento	Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
	Acompanhar o reordenamento do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	Conselho Municipal de Assistência Social, Conselhos Tutelares e Ministério Público
	Editar normas complementares para organização e funcionamento do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescente	Conselho Municipal de Assistência Social
	Realizar diagnóstico da situação de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente no município	Empresa contratada
	Promover e apoiar a realização de capacitações abordando diversos aspectos do Serviço de Acolhimento	Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento
	Fortalecer a articulação entre os serviços de acolhimento e o PAEFI/EGRESSO	
2.6 META	AÇÃO	PARCEIROS
EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Apoiar iniciativas integradas de prevenção e atenção às crianças e adolescentes	Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Educação e de Saúde, Conselhos Tutelares
	Apoiar iniciativas que garantam prioridade ao desenvolvimento de estratégias de proteção para o fortalecimento ou reestabelecimento de vínculos familiares/comunitários	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Promover e apoiar a realização de capacitações abordando o Tema	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos
	Apoiar e elaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema	Todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos

EIXO III - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Valor previsto para 2015 – R\$ 50.000,00

3.1 META	AÇÃO	PARCEIROS
OPERACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	Atualizar permanentemente as normatizações da aplicação dos recursos do FIA	Assessoria ao CMDCA e Gestor do FIA
	Elaborar Edital para Financiamento de projetos apoiando iniciativas inovadoras voltadas à área da infância e adolescência	Assessoria ao CMDCA e Gestor do FIA
	Fomentar Campanhas de divulgação do FIA e incentivo de doações para o mesmo.	Assessoria ao CMDCA e Gestor do FIA
	Promover e apoiar a realização de capacitações abordando o Tema	
	Apoiar a elaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema	

3.2 META	AÇÃO	PARCEIROS
ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	Apoiar estudos e pesquisas sobre a infância e adolescência	Universidades
	Apoiar os Conselhos Tutelares no desenvolvimento de suas atividades	Assessoria do CMDCA
	Identificar e apoiar campanhas de defesa, promoção de direitos de crianças e adolescentes	Assessoria do CMDCA
	Promover a integração e articulação com os Conselhos existentes no município	Assessoria ao CMDCA
	Promover e apoiar Capacitação Permanente envolvendo os demais atores do SGD	Assessoria ao CMDCA e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
	Realizar a conferência municipal e/ou regional, e participar das etapas estadual e nacional.	

3.3 META	AÇÃO	PARCEIROS
COMUNICAÇÃO EXTERNA DO CMDCA	Atualização e avaliação da criação de novo site para o CMDCA	Assessoria e Gestor do CMDCA
	Elaboração de Folder Informativo e Banner do CMDCA	Assessoria e Gestor do CMDCA
	Articular com os meios de comunicação local para a criação de pauta tratando de assuntos relacionados aos direitos de crianças e adolescente	Assessoria do CMDCA e Secretaria Municipal de Comunicação
	Acompanhar os trabalhos dos Poderes Executivo e Legislativo na formulação de políticas públicas para criança e adolescentes	Assessoria do CMDCA
	Apoiar a elaborar materiais educativos e de divulgação sobre o tema	

ANEXO - RESOLUÇÃO CMDCA Nº 72/2014 - SEMUDES

ANEXO I da RESOLUÇÃO CMDCA 072/2014

ENTIDADE	PROJETOS	VALOR PROJETO	VALOR A SER CAPTADO	VALOR RETIDO NO FIA
Sociedade Casa da Esperança	Bom Gosto	R\$ 27.160,00	R\$ 33.950,00	R\$ 6.790,00
	Primeiros Passos	R\$ 12.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 3.000,00
	Aprender Brincando	R\$ 16.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 4.000,00
Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE	Educando para a Vida	R\$ 29.758,60	R\$ 37.198,25	R\$ 7.439,65
	Qualificando Profissionais	R\$ 4.010,50	R\$ 5.013,13	R\$ 1.002,63
Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos- ABADA	Inclusão Social e Permanência do Adolescente Surdo e/ou Deficiente Auditivo no Mercado de Trabalho: através de cartilhas e cartazes de orientações em libras.	R\$ 13.610,00	R\$ 17.012,50	R\$ 3.402,50
	Sala de Apoio e Estimulação Multidisciplinar para Crianças com Deficiência Auditiva	R\$ 3.270,21	R\$ 4.087,76	R\$ 817,55
Secretaria de Desenvolvimento Social - SEMUDES	Construindo Práticas Acolhedoras	R\$ 20.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00
Associação Blumenauense de amparo aos Menores - ABAM	Século XXI - Momento Qualificação Tecnológica	R\$ 50.000,00	R\$ 62.500,00	R\$ 12.500,00
Associação de Educação Complementar - PURO AMOR	Universo do Saber	R\$ 23.728,00	R\$ 29.660,00	R\$ 5.932,00
TOTAL		R\$199.537,31	R\$ 249.421,64	R\$ 49.884,33

DECRETO Nº 10 507/2014

DECRETO Nº 10.507, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o artigo 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 1.016.334,00 (um milhão, dezesseis mil, trezentos e trinta e quatro reais), na seguinte dotação orçamentária:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1016 - Construção de Muros

Modalidade 4.4.90 (674) Aplicação Diretas R\$ 147.974,44

Fonte de Recursos 0324.00055
 Projeto 11.02.15.451.0006.1071 - Prol. R. Humberto de Campos
 Prog. Mob. Sust. Bnau
 Modalidade 4.4.90 (658) Aplicações Diretas R\$ 700.081,53
 Fonte de Recursos 0686.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1143 - Prog. Mobilidade Sust. de Bnau
 Modalidade 4.4.90 (626) Aplicações Diretas R\$ 168.278,03
 Fonte de Recursos 0686.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
 em 10 de dezembro de 2014.
 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10 508/2014

DECRETO Nº 10.508, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
 ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO
 DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.049, de 27 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município no valor de R\$ 2.202.000,00 (dois milhões, duzentos e dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - Diretoria de Expediente e Comunicação
 Modalidade 3.1.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 8.500,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 - Gabinete do Procurador Geral
 Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 17.500,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

0404 - Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios
 Atividade 04.04.04.122.0002.2013 - Manut. Ativ. Licitações e Contratos
 Modalidade 3.1.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 - Administrativo do Gabinete
 Atividade 05.01.04.122.0002.2017 - Manut. Ativ. Administrativas Sede ad
 Modalidade 3.1.90 (45) Aplicações Diretas R\$ 121.000,00
 Fonte de recursos 0100.00000

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0702 - Diretoria de Planejamento de Governo
 Atividade 07.02.04.121.0002.2272 - Manut. Ativ. Planej. Governo
 Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

0707 - Diretoria de Tecnologia da Informação
 Atividade 07.07.04.126.0002.2282 - Manut. Ativ. Tecnologia da Informação
 Modalidade 3.1.90 (106) Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 - Administrativo do Gabinete
 Atividade 08.01.04.131.0002.2029 - Manut. Ativ. Adm. Secom
 Modalidade 3.1.90 (109) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 - Diretoria de Educação Básica
 Atividade 09.03.12.361.0004.2041 - Manut. Ativ. Ensino Fundamental
 Modalidade 3.1.90 (151) Aplicações Diretas R\$ 1.644.000,00
 Fonte de Recursos 0101.00000

10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1005 - Diretoria do Sistema de Alerta - Alerta Blu
 Atividade 10.05.15.127.0012.2260 - Manut. Ativ. Sist. Alerta - Alerta Blu
 Modalidade 3.1.90 (219) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas
 Atividade 11.02.15.451.0006.2050 - Manut. Ativ. Obras Conveniadas
 Modalidade 3.1.90 (360) Aplicações Diretas R\$ 41.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 - Diretoria de Regularização Fundiária
 Atividade 12.01.16.482.0005.2283 - Manut. Ativ. Regulariz. Fundiária
 Modalidade 3.1.90 (373) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

1202 - Diretoria de Habitação

Atividade 12.02.16.482.0005.2284 - Manut. Ativ. Habitação
 Modalidade 3.1.90 (379) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

1203 - Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 - Manut. Ativ. Proteção Especial
 Modalidade 3.1.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 108.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

1204 - Diretoria de Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 - Manut. Ativ. Proteção Básica
 Modalidade 3.1.90 (391) Aplicações Diretas R\$ 83.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

1205 - diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2299 - Manut. Ativ. Conselhos Tutelares
 Modalidade 3.1.90 (407) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1302 - Diretoria de Planejamento Urbano
 Atividade 13.02.15.127.0005.2065 - Manut. Ativ. Planejamento Urbano
 Modalidade 3.1.90 (448) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

1307 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 - Manut. Ativ. Desenv. Projetos
 Atividade 3.1.90 (464) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1402 - Diretoria de Serviços Urbanos
Atividade 14.02.15.452.0005.2075 - Manut. Ativ. Serviços Urbanos
Modalidade 3.1.90 (482) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

18 - INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
1801 - Administrativo Distrital do Grande Garcia
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 - Manut. Ativ. Administr. do Idi-
gg
Modalidade 3.1.90 (604) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º
deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dota-
ções orçamentárias:

03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO
0301 - Administrativo do Gabinete
Atividade 03.01.04.122.0002.2268 - Manut. Ativ. Adm. Gavice
Modalidade 3.1.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
0402 - Diretoria de consultoria Administrativa e Legislativa
Atividade 04.02.03.091.0002.2010 - Manut. Ativ. Consult. Adm.
Legisl.
Modalidade 3.1.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0503 - Diretoria de Pessoal
Atividade 05.03.04.128.0002.2020 - Manut. Ativ. Pessoal
Modalidade 3.1.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0602 - Diretoria de Receita
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 - Manut. Ativ. Receita
Modalidade 3.1.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
0802 - Diretoria de Publicidade
Atividade 08.02.04.131.0002.2030 - Manut. Ativ. Publicidade
Modalidade 3.1.90 (113) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0901 - Diretoria Administrativo - Financeira
Atividade 09.01.12.122.0004.2035 - Manut. Ativ. Administrativas
da Smed
Modalidade 3.1.90 (121) Aplicações Diretas R\$ 244.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000

0903 - Diretoria de Educação Básica
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil
Modalidade 3.1.90 (169) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1305 - Diretoria de Planejamento Viário
Atividade 13.05.15.451.0005.2068 - Manut. Ativ. Planejamento
Viário
Modalidade 3.1.90 (458) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros
Atividade 14.03.15.451.0005.2077 - Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.1.90 (486) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔ-
MICO
1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Atividade 15.02.11.334.0003.2080 - Manut. Ativ. Desenvolvimento
Econômico
Modalidade 3.1.90 (517) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1503 - Diretoria de Desenvolvimento Rural
Atividade 15.03.20.606.0003.2085 - Manut. Ativ. Desenvolvimento
Rural
Modalidade 3.1.90 (541) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 10 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10 522/2014

DECRETO Nº 10.522, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE LICENCIAMEN-
TO AMBIENTAL, O PROJETO DE ENGENHERIA RODOVIÁRIA RE-
FERENTE À NOVA LIGAÇÃO ENTRE AS RUAS ALWIN SCHRADER/
ITAJAÍ COM AS RUAS PARAGUAY/PORTO RICO E DE ADEQUAÇÃO
DA GEOMETRIA DA AVENIDA BRASIL E DAS RUAS PARAGUAY,
PORTO RICO, BOLÍVIA E ALWIN SCHRADER (VP 112).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando
das atribuições que lhe confere o artigo 59, XIII, da Lei Orgânica
do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de
junho de 1941 e com fundamento no que dispõe o art. 3º, VIII,
"b" e o art. 8º, ambos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio
de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de licen-
ciamento ambiental, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº
12.651, de 25 de maio de 2012, o projeto de engenharia rodovi-
ária referente à nova ligação entre as Ruas Alwin Schrader/Itajaí
com as Ruas Paraguay/Porto Rico e de adequação da geometria
da Avenida Brasil e das Ruas Paraguay, Porto Rico, Bolívia (entre
a Rua Paraguay e a Avenida Brasil) e Alwin Schrader (até a Rua
Ceará), identificada no Sistema Viário do Município como Via Pro-
jetada nº 112.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10 523/2014

DECRETO Nº 10.523, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.061, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB
Atividade 26.01.23.695.0008.2139 - Manut. das Ativ. da Oktoberfest

Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 205.000,00
Fonte de Recursos 0124.00054

Atividade 26.01.23.695.0008.2140 - Manut. das Ativ. Outros Eventos

Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 695.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas
Projeto 11.02.15.451.0006.1086 - Limp. Des. Rib. Fortaleza Pac. Drenagem

Modalidade 4.4.90 (284) Aplicações Diretas R\$ 164.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 - Man. Ativ. Adm. da Setur
Modalidade 3.3.90 (584) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1602 - Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 - Manut. Ativ. de Planejamento e Promoção
Modalidade 3.3.90 (590) Aplicações Diretas R\$ 54.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1603 - Fundo Municipal de Turismo

Atividade 16.03.23.695.0008.2103 - Manut. das Ativ. do Fundo de Turismo
Modalidade 3.3.50 (594) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
Modalidade 3.3.90 (595) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Modalidade 4.4.90 (596) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB
Projeto 26.01.23.695.0008.1048 - Const/Amp./Ref. da Vila Germânica

Modalidade 4.4.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 205.000,00

Fonte de Recursos 0124.00054

Atividade 26.01.23.695.0008.2138 - Manutenção das Atividades da PROEB

Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 171.000,00

Modalidade 3.1.91 (5) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Modalidade 4.4.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10 527/2014

DECRETO Nº 10.527, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Instituto Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

22 - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU

2201 - Instituto de Seguridade Social do Servidor de Bnau
Atividade 22.01.09.272.0014.2126 - Manut. Ativ. Adm. ISSBLU
Modalidade 3.1.91 (03) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0103.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

22 - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU

2201 - Instituto de Seguridade Social do Servidor de Bnau
Atividade 22.01.09.272.0014.2126 - Manut. Ativ. Administ. Issblu
Modalidade 3.1.90 (02) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
Fonte de Recursos 0103.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10 528/2014

DECRETO Nº 10.528, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 10.234, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES DE CARÁTER PÚBLICO OU PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "f", "g", "m" e "o", c/c art. 7º, XXIII, "r", art. 59, VII e XII e arts. 87, 88 e 89 da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, e em conformidade com o disposto na Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos a seguir relacionados do Decreto nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A concessão de recursos financeiros pelo Poder Executivo, incluindo suas autarquias e fundações públicas, a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições a entidades de caráter público ou privado, sem fins lucrativos, dar-se-á mediante a celebração de termo de repasse ou instrumentos congêneres, nos termos deste Decreto e da legislação de regência, observados os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade.

Art. 2º A concessão de recursos financeiros referida no artigo 1º deste Decreto fica condicionada ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado.

Art. 3º [...]

I - termo de repasse ou outros instrumentos congêneres: os atos administrativos firmados pelo concedente e conveniente por intermédio dos quais são ajustadas cláusulas e condições para a efetivação de obrigações recíprocas, visando à consecução de objetivos de interesse público ou da coletividade;

II - concedente: o órgão da administração direta ou indireta do Município responsável pela concessão de recursos públicos destinados à execução do objeto do termo de repasse ou instrumento congênere;

III - conveniente: a entidade de direito público ou privado sem fins lucrativos com a qual a Administração pactua a concessão de recursos públicos para realização de ações e serviços de interesse público, mediante termo de repasse ou outro instrumento congênere;

IV - termo aditivo: ato administrativo que tenha por objeto modificar termo de repasse já celebrado e cuja formalização deve obrigatoriamente ocorrer durante o período de vigência do mesmo;

[...]

VI - contrapartida: o valor dos recursos orçamentários e financeiros próprios com que o conveniente irá participar da realização de ações e serviços de interesse público objeto do termo de repasse;

[...]

Art. 6º [...]

[...]

VII - certificado de regularidade junto às fazendas municipal e estadual;

[...]

Art. 9º Os termos de repasse ou instrumentos congêneres deverão conter:

[...]

X - o compromisso da entidade beneficiária de restituir ao concedente o valor objeto do termo de repasse ou instrumento congênere, devidamente atualizado, nos casos de:

[...]

XII - a destinação dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste ou da entidade, se houver;

[...]

Art. 10. Não poderão constar do termo de repasse ou instrumento congênere cláusulas que permitam:

[...]

IV - a retroatividade dos efeitos financeiros do termo de repasse em relação à data da sua celebração;

[...]

§1º Excetua-se do disposto no inciso V o pagamento de despesas de manutenção da conta vinculada ao termo de repasse ou instrumento congênere, inclusive as tarifas relativas à movimentação dos recursos (TED e DOC).

[...]

Art. 11. O termo de repasse ou instrumento congênere deverá ser firmado em duas (02) vias de igual teor.

Art. 12. Celebrado o termo de repasse ou instrumento congênere, o órgão ou entidade concedente deverá encaminhar, no prazo de 10 (dez) dias, uma cópia do documento ao respectivo setor de contabilidade.

Art. 13. O procedimento de empenho dos valores indicados nos termos de repasse ou instrumentos congêneres regidos por este Decreto deverá observar o princípio orçamentário da anualidade, na forma prevista no art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64.

[...]

Art. 14. Fica condicionada a eficácia dos termos de repasse ou instrumentos congêneres à publicação pelo órgão ou entidade concedente do respectivo extrato no Boletim Oficial do Município ou em jornal de circulação local, com indicação das seguintes informações:

[...]

Art. 24. [...]

I - transferir, a qualquer título, os recursos financeiros recebidos, inclusive entre contas do proponente;

[...]

III - realizar transferências financeiras em data posterior à da

vigência do termo de repasse ou instrumento congênere.

Art. 25. [...]

[...]

II - o descumprimento, pelo conveniente, de qualquer cláusula ou condição constante do termo de repasse ou instrumento congênere.

Art. 28. Compete aos ordenadores de despesas do órgão ou entidade concedente fiscalizar a execução do termo de repasse ou instrumento congênere, inclusive analisar as justificativas apresentadas pelas entidades beneficiadas quando verificadas eventuais irregularidades na execução do objeto ajustado, bem como expedir orientações sobre a solução das inconsistências encontradas.

[...]

Art. 29. Quando os recursos concedidos a título de auxílio financeiro forem destinados, conforme plano de trabalho, à aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou materiais permanentes, será obrigatória a definição, no termo de repasse ou instrumento congênere, do destino dos referidos bens no término do prazo de vigência do ajuste.

Art. 33. O prazo para a prestação de contas é de até 30 (trinta) dias, contado da data do repasse dos recursos financeiros, salvo se o termo de repasse ou instrumento congênere fixar prazo menor.

[...]

§2º A prestação de contas poderá ser realizada no prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data do repasse, quando se tratar de recursos da Secretaria de Educação repassados, mediante termo de repasse, para atendimento da Educação Infantil.

Art. 34. A prestação de contas dos recursos, realizada de forma individualizada, em conformidade com a finalidade da despesa e no valor da parcela, conterà os seguintes documentos, no que couber, conforme o objeto do termo de repasse ou instrumento congênere:

[...]

II - cópia de notas de empenhos e subempenhos emitidos pelo concedente;

III - comprovante de recolhimento do saldo do valor do termo de repasse não aplicado, quando existente;

[...]

V - comprovantes originais das despesas realizadas, conforme objeto do termo de repasse, acompanhados de declaração do presidente ou do tesoureiro da entidade de que os produtos ou serviços foram recebidos;

[...]

Art. 39. Após a manifestação do órgão de controle interno, os autos serão remetidos para pronunciamento da autoridade administrativa, que homologará a prestação de contas ou indicará as providências a serem adotadas para o saneamento das deficiências identificadas.

[...]

Art. 43. Compete ao responsável pela aplicação dos recursos

demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto pactuado no termo de repasse ou instrumento congênere, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto.

[...]

Art. 51. Os documentos fiscais relativos a despesas de abastecimento e manutenção de veículos deverão conter a identificação da placa e RENAVAN do veículo, e o envio deverá estar acompanhado de cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV respectivo.

[...]

Art. 54. [...]

§1º Quando os recursos concedidos se destinarem ao pagamento de pessoal, o concedente deve exigir a comprovação do recolhimento dos valores devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Receita Federal, referente ao Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF retido na fonte.

[...]

"Art. 57. Constitui motivo para a rescisão do termo de repasse ou instrumento congênere, além dos casos previstos neste Decreto ou em legislação específica, o inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições ajustadas, ou ainda:

[...]

III - a descaracterização do interesse público, respeitado o prazo previsto no termo de repasse ou instrumento congênere.

Art. 58. A rescisão do termo de repasse ou instrumento congênere, na forma prevista no art. 57, enseja a instauração de processo de tomada de contas especial pelo órgão ou entidade concedente.

Art. 59. O saldo não utilizado do valor do termo de repasse ou instrumento congênere, ou de eventuais rendimentos de aplicação financeira, deverá ser devolvido pelo conveniente por meio de transferência bancária em conta indicada pelo órgão ou entidade concedente, sob pena da instauração de tomada de contas especial".

Art. 2º O inciso "X" do artigo 9º do Decreto nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido da alínea "c", com a seguinte redação:

"Art. 9º [...]

[...]

X - [...]

c) pagamento de serviços prestados à entidade por agentes políticos, membros da diretoria da entidade ou administradores por ela instituídos;"

Art. 3º O artigo 33 do Decreto nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 33. [...]

[...]

§3º Havendo motivo justificado e comprovado, os prazos previstos no caput e no §2º deste artigo poderão ser prorrogados, respeitado o prazo máximo, em qualquer caso, de 90 (noventa) dias.

§4º A prorrogação do prazo para prestação de contas deverá ser solicitada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias de seu término, mediante requerimento instruído com documentos que justifiquem a prorrogação.”

Art. 4º O artigo 36 do Decreto nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 36. [...] [...]

§1º A entidade, notificada das irregularidades apontadas no parecer, terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para saná-las.

§2º A autoridade concedente poderá indicar, na notificação referida no §1º, deste artigo, as diligências a serem realizadas pela conveniente.”

Art. 5º O artigo 46 do Decreto nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 46. [...]

Parágrafo único. Nas aquisições e contratações as entidades deverão optar pela proposta mais vantajosa entre as orçadas, devendo ser realizados no mínimo de três.”

Art. 6º O artigo 59 do Decreto nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 59. [...]

Parágrafo Único. Os valores eventualmente depositados pela entidade conveniente na conta vinculada serão tidos como contrapartida financeira, ainda que não previamente previsto no contrato.”

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 01/14

ERRATA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Portaria nº 020/2014 emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no dia 08/12/2014, com publicação do DOM/SC nº 1632 pgs.33 e 34, do dia 09/12/2014, está ANULADA por erro de forma.

LEI COMPLEMENTAR Nº 955/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 955, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DO BEM-ESTAR ANIMAL - COMBEA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal do Bem-Estar Animal - COMBEA, órgão colegiado consultivo, vinculado ao órgão gestor da política municipal de saúde, com o objetivo garantir o controle social e a participação popular no planejamento, discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas à defesa e garantia do bem-estar animal no Município.

Art. 2º Compete ao COMBEA:

I - planejar e discutir a implementação de políticas públicas de proteção e defesa dos animais de estimação, os domésticos, os domesticados e os da fauna silvestre;

II - promover a conscientização da população sobre a necessidade de se adotar os princípios da posse responsável e proteção ecológica dos animais;

III - discutir e avaliar as políticas públicas de defesa dos animais feridos e abandonados;

IV - colaborar na execução do Programa de Educação Ambiental, na parte que concerne à proteção de animais e seus habitats naturais;

V - solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, que tem incidência no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;

VI - colaborar e participar nos planos e programas de controle de zoonoses;

VII - incentivar a preservação das espécies de animais da fauna silvestre, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, em que a manutenção ou soltura seja impraticável;

VIII - coordenar e encaminhar ações comunitárias que visem, no âmbito do Município de Blumenau, a defesa e a proteção dos animais;

IX - propor a realização de campanhas de esclarecimento à população quanto ao tratamento digno que deve ser dado aos animais, de adoção de animais visando o não abandono, de registro de cães e gatos, de vacinação dos animais, bem como para o controle reprodutivo de cães e gatos;

X - envidar esforços junto a outras esferas de governo, a fim de aprimorar a legislação e os serviços relacionados à defesa dos animais;

XI - solicitar aos órgãos municipais a indicação dos membros, titular e suplente, em caso de vacância ou término do mandato;

XII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, submetendo-o à homologação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO COMBEA

Art. 3º O Conselho Municipal do Bem-Estar Animal - COMBEA, de composição paritária entre governo e sociedade civil, será composto por 14 (quatorze) membros, indicados pelos órgãos e entidades que representam, assim distribuídos:

I - 7 (sete) conselheiros governamentais titulares, com os respectivos suplentes, sendo:

a) 1 (um) representante do órgão gestor da política municipal de saúde;

b) 1 (um) representante do órgão gestor da política municipal de educação;

c) 1 (um) representante do órgão gestor da política municipal do meio ambiente;

d) 1 (um) representante da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB;

e) 1 (um) representante da Polícia Militar Ambiental do Estado de Santa Catarina;

f) 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina; e

g) 1 (um) representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC;

II - 7 (sete) conselheiros não-governamentais titulares, com os respectivos suplentes, sendo:

a) 1 (um) representante da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB;

b) 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau - CDL;

c) 1 (um) representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina - CRMV/SC;

d) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Blumenau/SC; e

e) 3 (três) representantes de ONGs legalmente constituídas e sediadas em Blumenau, que tenham como objetivo social a atuação em prol da defesa e garantia do bem-estar animal.

Art. 4º Os membros do COMBEA serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O exercício da função de conselheiro é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 5º Nas ausências e impedimentos do conselheiro titular, assumirá o seu suplente.

Parágrafo único. O suplente somente terá direito a voto na ausência do titular.

Art. 6º Os membros do COMBEA representantes dos órgãos governamentais serão indicados pelo Poder Executivo.

Art. 7º Os conselheiros não-governamentais e seus suplentes serão indicados pelas respectivas instituições, sendo as ONGs

escolhidas em fórum próprio e através de edital publicado na página eletrônica do Município.

§1º O processo de escolha será conduzido pelo COMBEA, com o apoio do órgão gestor da política municipal da saúde, na forma prevista em seu Regimento Interno.

§2º Não havendo a realização do processo na forma prevista no §1º deste artigo, o Chefe do Poder Executivo nomeará a Comissão Eleitoral para a escolha dos membros do Conselho.

§3º As entidades não-governamentais representadas deverão apresentar no ato da inscrição os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e estatutária e a sua legitimidade para a representação do respectivo segmento, de acordo com os termos do edital do fórum.

§4º Na hipótese de dissolução da entidade, os representantes das organizações não-governamentais perderão automaticamente o mandato.

§5º O afastamento ou substituição de organização não-governamental será efetuado através de fórum próprio e em consonância com os princípios e normas estabelecidos no Regimento Interno.

§6º É vedada a representação de entidade não-governamental no Conselho por servidor público municipal.

Art. 8º O conselheiro perderá o mandato:

I - por renúncia, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Mesa Diretora;

II - ao desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

III - por requerimento do órgão ou entidade representada, que deverá ser acompanhado da indicação de novo titular ou suplente;

IV - na hipótese de faltar, injustificadamente, a 2 (duas) reuniões de forma consecutiva ou a 3 (três) reuniões de forma alternada no período de um ano;

V - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão proferida pela maioria dos membros do COMBEA em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa;

VI - pelo trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

VII - se a entidade a que estiver vinculado extinguir sua base territorial de atuação no Município.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO COMBEA

Art. 9º O COMBEA terá a seguinte estrutura básica:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões.

Parágrafo único. A organização interna, competência e funcionamento dos órgãos referidos no caput deste artigo, bem como as atribuições dos respectivos titulares, serão definidas no Regimento Interno.

Art. 10. A Mesa Diretora será composta por um Coordenador,

representante do órgão gestor da política municipal de saúde, e um Secretário, servidor público, que será eleito pelo Plenário.

Art. 11. As Comissões serão compostas por conselheiros designados pelo Plenário, observadas as condições estabelecidas em seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao Plenário do COMBEA, as comissões poderão convidar para participar de suas reuniões representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas, bem como de técnicos afeitos aos temas em estudo.

Art. 12. O COMBEA poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 13. O COMBEA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em data, horário e local pré-estabelecidos e, extraordinariamente, quando convocado pela Mesa Diretora ou a requerimento da maioria de seus membros, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§1º O quorum exigido para instalação dos trabalhos, em primeira convocação, será de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§2º Para a segunda convocação, realizada 15 (quinze) minutos após a primeira, o quorum será de qualquer número inteiro acima da metade dos membros do Conselho.

§3º Quando se tratar de matéria relacionada ao Regimento Interno será necessário o quorum mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

§4º Não havendo quorum suficiente em nenhuma das chamadas, a reunião será cancelada.

§5º As decisões do Plenário serão tomadas por maioria simples de votos, presentes pelo menos a maioria absoluta dos membros do Conselho.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Poder Executivo proporcionará ao COMBEA o suporte técnico, administrativo e financeiro necessários, garantindo-lhe condições para o seu pleno e regular funcionamento.

Art. 15. As despesas relativas à locomoção, diárias e inscrições para a participação de conselheiro não-governamental em eventos fora do Município deverão ser previamente submetidas à apreciação do COMBEA e da Administração, e serão custeadas desde que encontrem respaldo financeiro no orçamento do órgão gestor da política municipal de saúde.

Parágrafo único. A concessão de diárias aos conselheiros obedecerá aos mesmos critérios utilizados pela Administração em relação aos seus servidores, aplicando-se ao conselheiro o valor especificado no regulamento do benefício, sob a rubrica "demais servidores".

Art. 16. O COMBEA elaborará o Regimento Interno no prazo de noventa (90) dias, contados da posse dos conselheiros.

Art. 17. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 956/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 956, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 632, DE 30 DE MARÇO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º A Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, passa a vigorar acrescida do artigo 63-A, com a seguinte redação:

"Art. 63-A. Na atividade de lançamento, a autoridade administrativa competente poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, a natureza e quaisquer outros aspectos dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

§1º Para fins do disposto no caput deste artigo, a autoridade administrativa poderá atuar independentemente de procedimento de fiscalização do sujeito passivo quando se tratar de tributos sujeitos ao lançamento nas modalidades de ofício ou por declaração.

§2º Em qualquer caso, a desconsideração de atos ou negócios jurídicos será fundamentada a partir das leis civil e tributária.

§3º Desconsiderado o ato ou negócio jurídico pela autoridade administrativa, do lançamento caberá contestação na forma e prazos legais."

Art. 2º O parágrafo único do art. 96 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, fica renumerado para §1º, acrescentando-se ao artigo o §2º com a seguinte redação:

"Art. 96. [...]
[...]"

§2º A prescrição dos créditos tributários pode ser reconhecida de ofício pela autoridade administrativa."

Art. 3º A Lei Complementar no 632, de 30 de março de 2007, passa a vigorar acrescida do artigo 139-A, com a seguinte redação:

"Art. 139-A. A autoridade fiscal poderá, mediante intimação, sem caracterizar início do procedimento fiscal e sem a perda da espontaneidade do sujeito passivo:

I - solicitar esclarecimento sobre indícios de inconsistências no cumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, obtidos em curso de ação auxiliar de monitoramento a partir de cruzamento de informações ou outros meios de que disponha;

II - orientar o sujeito passivo a tomar as providências necessárias para corrigir inconsistências no cumprimento de obrigação tributária principal ou acessória cujo indício tenha sido constatado no curso de ação auxiliar de acompanhamento.

§1º Considera-se ação auxiliar:

I - de monitoramento, a observação e a avaliação do comportamento fiscal-tributário do sujeito passivo, mediante controle

corrente do cumprimento de obrigações a partir da análise de dados econômico-fiscais apresentados ao Fisco, sem que haja solicitação de novas informações;

II - de acompanhamento, a observação e a avaliação do comportamento fiscal-tributário do sujeito passivo, mediante controle corrente do cumprimento de obrigações a partir da análise de informações solicitadas pelo Fisco para esse fim ou obtidas mediante visita in loco, verificação de documentos e registros por amostragem, levantamento de indícios ou processamento e análise de dados e indicadores.

§2º A regularização levada a efeito pelo sujeito passivo antes de eventual início de procedimento fiscal de constituição de crédito tributário se sujeita à atualização monetária e juros de mora legais e, quanto à multa, quando for o caso, somente àquela de caráter moratório prevista em lei."

Art. 4º O inciso I do art. 227 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 227 [...]

I - a parcela do imóvel cedida gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município e suas autarquias;

[...]"

Art. 5 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 957/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 957, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 661, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER EXECUTIVO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, INSTITUI NOVOS PADRÕES DE VENCIMENTO, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §4º do art. 5º e o parágrafo único do art. 19 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]

[...]

§4º O Grupo Ocupacional Operacional reúne os cargos que exigem formação mínima completa na 4ª série do ensino fundamental, cujas tarefas, voltadas a uma rotina de predominância do esforço físico, requerem o conhecimento prático do trabalho."

"Art. 19. [...]

Parágrafo único. Para os cargos integrantes do Grupo Ocupacional Especialista, quando o edital estabelecer como requisito para inscrição no concurso e ocupação do cargo graduação em nível superior acrescida de habilitação em especialidade médica específica com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), ou habilitação

em curso de pós-graduação em área específica da graduação superior com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão, o ingresso na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento da faixa II."

Art. 2º Fica alterado para "Formação: 4ª série completa do Ensino Fundamental" o requisito para investidura nos cargos efetivos do Grupo Ocupacional Operacional:

I - Agente de Serviços Especiais, Servente de Serviços Gerais, Agente de Vigilância, Agente de Zeladoria, Cozinheiro, Agente de Manutenção, Agente de Obras, Motorista e Operador de Máquinas, integrantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I-B da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

II - Agente de Serviços Especiais, Servente de Serviços Gerais, Agente de Vigilância, Agente de Zeladoria, Agente de Obras e Motorista, constantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau, que constitui o Anexo II-B da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

III - Agente de Vigilância, Agente de Zeladoria e Motorista, constantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Cultural de Blumenau, que constitui o Anexo III-B da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

IV - Agente de Serviços Especiais, Servente de Serviços Gerais, Agente de Vigilância, Agente de Zeladoria e Motorista, constantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal de Desportos, que constitui o Anexo IV-A da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

V - Agente de Vigilância e Agente de Zeladoria, constantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, que constitui o Anexo V-B da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

VI - Agente de Serviços Especiais, Servente de Serviços Gerais, Agente de Vigilância, Agente de Zeladoria, Cozinheiro, Agente de Obras e Motorista, integrantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação de Bem-Estar da Família Blumenauense, que constitui o Anexo VI-A da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

VII - Agente de Serviços Especiais, Servente de Serviços Gerais, Agente de Resíduos Sólidos, Agente de Vigilância, Agente de Zeladoria, Agente de Manutenção, Agente de Obras, Motorista e Operador de Máquinas, integrantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, que constitui o Anexo VII-B da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

VIII - Agente de Serviços Especiais, Servente de Serviços Gerais, Agente de Vigilância, Agente de Zeladoria, Agente de Obras e Motorista, integrantes do Manual de Ocupações do Quadro Permanente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau, que constitui o Anexo VIII-B da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007;

IX - Motorista, integrante do Manual de Ocupações do Quadro Permanente do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que constitui o Anexo IX-A da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007.

Art. 3º Fica suprimida do Manual de Ocupações, que constitui o Anexo I-B (do Poder Executivo), o Anexo II-B (da PROEB), o Anexo III-B (da FCB), o Anexo IV-A (da FMD), o Anexo V-B (da FAEMA),

o Anexo VI-A (da FUNDAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA), o Anexo II-B (do SAMAE), o Anexo VIII-B (do SETERB) e o Anexo IX-A (do ISSBLU), todos da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, a seguinte atribuição funcional do cargo efetivo de Agente Administrativo: "Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares do Município visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população."

Art. 4º Fica incluído no Manual de Ocupações, que constitui o Anexo I-B (do Poder Executivo), o Anexo II-B (da PROEB), o Anexo III-B (da FCB), o Anexo IV-A (da FMD), o Anexo V-B (da FAEMA), o Anexo VI-A (da FUNDAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA), o Anexo II-B (do SAMAE), o Anexo VIII-B (do SETERB) e o Anexo IX-A (do ISSBLU), todos da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, o seguinte requisito para provimento:

I - do cargo efetivo de Médico: "O edital do concurso poderá exigir habilitação em especialidade médica específica com Registro de Qualificação de Especialista (RQE)";

II - dos demais cargos efetivos integrantes do Grupo Ocupacional Especialista: "O edital do concurso poderá exigir habilitação em curso de pós-graduação em área específica da graduação superior com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão."

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 958/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 958, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 740, DE 18 DE JANEIRO DE 2010, QUE "ESTABELECE REQUISITOS E CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR PARA FINS DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO PROCESSO DE EXONERAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os dispositivos adiante indicados da Lei Complementar n. 740, de 18 de janeiro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A avaliação especial de desempenho dar-se-á mediante o preenchimento de ficha específica instituída pela CASEP, observados os seguintes fatores previstos no Anexo Único:

[...]

§1º Cada subfator possui quatro quesitos alusivos ao desempenho ou comportamento classificados pelas letras a, b, c e d, os quais receberão de um a quatro pontos, conforme especificado no Anexo Único.

[...].

Art. 11. [...]

[...]

II - descrever as atividades efetivamente exercidas pelo servidor;

III - cumprir o agendamento das avaliações estabelecido pela CASEP, sob pena de incorrer em responsabilidade administrativa por inobservância de dever funcional;
[...]"

Art. 2º Fica incluído no art. 5º da Lei Complementar n. 740, de 18 de janeiro de 2010, o §2º com a seguinte redação, transformando-se o atual parágrafo único em §1º:

"Art. 5º [...]

§1º [...]

§2º A última avaliação semestral de desempenho será realizada com antecedência mínima de trinta dias do término do semestre".

Art. 3º O Anexo Único de que trata o art. 6º da Lei Complementar n. 740, de 18 de janeiro de 2010, fica substituído pelo Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º Fica revogado o caput do art. 3º da Lei Complementar n. 740, de 18 de janeiro de 2010, transformando-se o seu parágrafo único no art. 3º-A.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 959/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 959, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 662, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE "INSTITUI O ESTATUTO E O PLANO DE CARREIRA PARA OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE BLUMENAU", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos adiante indicados da Lei Complementar n. 662, de 28 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. Todo membro do magistério público municipal terá uma lotação específica que será fixada:

I - em caráter provisório:

a) quando a nomeação decorrer da vacância de cargo efetivo ou da criação de nova vaga;
b) quando removido de ofício;
c) nas hipóteses de que tratam os arts. 32 (reversão), 35 (reintegração), 36 (recondução), 38 (aproveitamento), 52 (remoção de ofício), 144, §1º (retorno da licença para tratar de interesses particulares) e 145, §2º (retorno da licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro), todos da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007;

II - em caráter definitivo, mediante concurso de remoção.

[...]

§2º Quando houver extinção de unidade educacional ou decréscimo na quantidade de alunos que implique na diminuição de turmas e do número de profissionais por turnos, será realizada a remoção de servidores excedentes para a unidade educacional de sua escolha que apresentar vaga, observado o turno de atuação e atendidos, pela ordem, os seguintes critérios:

[...]

II - aquele que tiver menos tempo de serviço na unidade educacional e não tiver filho(s) com idade inferior a 12 anos;

III - aquele que tiver menos tempo de serviço na unidade educacional e tiver menos filhos com idade inferior a 12 anos;

IV - aquele que tiver menos tempo de serviço na unidade educacional e tiver menos idade.

§3º O membro do magistério lotado em caráter provisório será inscrito de ofício no concurso de remoção para fins de lotação obrigatória em caráter definitivo.”

“Art. 18. O plano de lotação das unidades educacionais será dimensionado periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, levando-se em consideração, para fins de organização e lotação nas atividades:

I - de docência, o quantitativo de alunos, a composição de turmas nos respectivos turnos e a carga horária semanal da disciplina conforme base curricular, área de estudo ou atividade;

II - de suporte pedagógico, o quantitativo de alunos e docentes e o número de turmas e turnos de funcionamento da unidade educacional.”

“Art. 20. Caberá ao Diretor, ao Diretor Adjunto e ao Coordenador Pedagógico de unidade educacional a organização, composição e distribuição das turmas aos docentes mediante o estabelecimento de critérios, compatibilizando os horários das turmas e turnos de funcionamento com as disposições dos editais de matrícula, do plano de lotação e da proposta educacional da Secretaria Municipal de Educação.”

“Art. 21. [...]

Parágrafo único. A distribuição dos profissionais nos órgãos e unidades educacionais dar-se-á por portaria emitida pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.”

“Art. 37. A extensão de jornada de que trata o art. 36 será autorizada para substituição de professor afastado do exercício do cargo para:

[...]

II - exercer a função de Diretor ou Diretor Adjunto de unidade educacional;

[...]

V - cumprir as licenças previstas na Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007;

VI - participar de programa de reabilitação profissional;

VII - atuar em programas e projetos educacionais no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - fins do disposto nos arts. 44 e 55.

[...]

§3º A extensão temporária de jornada será também autorizada ao professor que titularizar cargo em comissão, função de Diretor ou Diretor Adjunto de unidade educacional e função de confiança.”

Art. 2º O art. 52 da Lei Complementar n. 662, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, transformando-se o parágrafo único em §1º e incluindo-se ao artigo o §2º:

“Art. 52. A remoção de ofício dar-se-á no relevante interesse público.

§1º [...]

§2º O servidor removido de ofício será lotado em caráter provisório, observado o disposto no §3º do art. 17.”

Art. 3º Ficam revogados os arts. 19, 39-A e 97 da Lei Complementar n. 662, de 28 de novembro de 2007.

Art. 4º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 15 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 960/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 960, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PROMOVE O RANQUEAMENTO, EM NOVAS CATEGORIAS VENCIMENTAIS, DE CARGOS DOS QUADROS PERMANENTES E SUPLEMENTARES DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, INTEGRANTES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 28/11/2007, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 829, DE 13/12/2011, E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 515, DE 18/03/2005, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam ranqueados em igual quantidade, carga horária semanal e grupo ocupacional:

I - na categoria 3, todos os cargos classificados nas categorias 1 e 2 dos quadros permanentes e suplementares de pessoal do Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas, instituídos na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007;

II - na categoria 5, os cargos de Agente Administrativo e Assistente Técnico classificados na categoria 4 dos quadros permanentes e suplementares de Pessoal do Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas, instituídos na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007;

III - na categoria 8, os cargos de Analista Fazendário classificados na categoria 7 do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, instituído na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007;

IV - na categoria 9, os cargos de Analista de Informática, Analista Hardware Júnior, Analista de Sistemas Júnior, Analista de Políticas Públicas e Analista de Recursos Humanos classificados na categoria 8 dos quadros permanentes e suplementares de pessoal do Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas, instituídos na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007;

V - na categoria 10, os cargos de Contador classificados na categoria 9 dos quadros permanentes de pessoal do Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas, instituídos na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007;

VI - na categoria 10, os cargos de Administrador, Economista e Auditor Fiscal Tributário classificados na categoria 9 dos quadros permanentes de Pessoal do Poder Executivo, suas autarquias e fundações públicas, instituído na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Os atuais ocupantes dos cargos ranqueados na forma deste artigo serão enquadrados na faixa de vencimento da nova categoria na mesma letra do padrão de vencimento da faixa da categoria anterior, sem prejuízo do disposto no inciso III do art. 60 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, incluído pelo art. 3º desta Lei Complementar.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes do ranqueamento previsto nesta Lei Complementar serão devidos:

I - a partir de 01 de janeiro de 2015, para os cargos de que tratam os incisos I e V do art. 1º;

II - a partir de 01 de julho de 2015, para os cargos de que tratam os incisos II, III, IV e VI do art. 1º.

Art. 3º Fica incluído no art. 60 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, o inciso III com a seguinte redação:

“Art. 60. [...]

[...]”

III - dos grupos ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional, a incidência sobre o seu padrão de vencimento do mesmo percentual decorrente do ranqueamento do cargo em outra categoria.”

Art. 4º Os incisos I e II do art. 1º e o inciso I do art. 2º da Lei Complementar nº 829, de 13 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I - noventa por cento (90%) aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município (ativos e inativos);

II - dez por cento (10%) ao Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município previsto na Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009.

[...]”

“Art. 2º [...]

I - ao Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município o valor correspondente a 10% (dez por cento) dos honorários efetivamente recolhidos no mês imediatamente anterior;”

Art. 5º Serão transferidos para a conta especial (PMB - honorários advocatícios) 90% (noventa por cento) dos recursos oriundos de honorários advocatícios depositados no Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município na data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 6º O §1º do art. 8º da Lei Complementar nº 515, 18 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescendo-se ao artigo os §§3º e 4º:

“Art. 8º [...]

§1º Os cargos de provimento em comissão de Presidente e Vice-Presidente da Fundação são de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

[...]”

§3º O cargo de Presidente não será remunerado quando titularizado por cônjuge ou parente por consanguinidade, adoção ou

afinidade, até o terceiro grau do Prefeito.

§4º O cargo de Vice-Presidente não será remunerado.”

Art. 7º O Anexo II da Lei Complementar nº 515, de 18 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“PRESIDENTE (SUBSÍDIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL FIXADO POR LEI ESPECÍFICA)

VICE-PRESIDENTE (§4º DO ART. 8º)”.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 961/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 961, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados os Conselhos Escolares nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, órgãos representativos permanentes da comunidade escolar e local, de natureza consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora, com atuação administrativa, financeira e pedagógica.

§1º Considera-se unidade educacional: as unidades de ensino fundamental e os centros de educação infantil da Rede Municipal de Ensino.

§2º Para os efeitos desta Lei, integram a comunidade escolar os segmentos:

I - alunos regularmente matriculados;

II - pais, mães ou responsável legal;

III - professores e educadores;

IV - demais servidores em exercício nas unidades educacionais.

Art. 2º O Conselho Escolar atuará em consonância com as políticas educacionais, as leis vigentes e as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º São atribuições do Conselho Escolar:

I - fiscalizar o cumprimento do calendário escolar, observando as normas estabelecidas na Secretaria Municipal de Educação e na legislação vigente;

II - participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar;

III - convocar, juntamente com o diretor da unidade educacional, assembleias para discussão de questões sobre a unidade educacional;

IV - acompanhar o desempenho da unidade educacional, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

V - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais como: evasão, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros, propondo, quando necessário, ações pedagógicas ou outras medidas visando à melhoria da qualidade social da educação;

VI - participar da elaboração, discussão e aprovação:

a) do Projeto Político Pedagógico da unidade educacional, propondo modificações, sempre que necessário;

b) do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros captados pela unidade educacional, oriundos de transferências, repasses ou programas, em consonância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico da unidade educacional;

VII - fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade educacional;

VIII - analisar e aprovar a prestação de contas da aplicação financeira da unidade educacional;

IX - dar publicidade às decisões do Conselho Escolar no âmbito da comunidade escolar;

X - propor diretrizes ao planejamento anual da unidade educacional e acompanhar seu desenvolvimento;

XI - elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho Escolar deverá ser aprovado pela maioria simples dos seus membros e homologado por ato da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Compõem o Conselho Escolar das unidades educacionais que oferecem o ensino fundamental o diretor da unidade educacional, como membro nato, e um representante titular e suplente, por turno de funcionamento, dos segmentos:

I - professores em exercício há, pelo menos, trinta dias na unidade educacional;

II - demais servidores em exercício há, pelo menos, trinta dias na unidade educacional;

III - pais, mães ou responsável legal;

IV - alunos regularmente matriculados com, no mínimo, nove anos completos ou a completar até o dia da eleição.

Art. 5º Compõem o Conselho Escolar das unidades educacionais que oferecem a educação infantil o diretor da unidade educacional, como membro nato, e:

I - um representante titular e suplente, por turno de funcionamento, do segmento professores e educadores em exercício há, pelo menos, trinta dias na unidade educacional;

II - um representante titular e suplente, por turno de funcionamento, do segmento demais servidores em exercício há, pelo menos, trinta dias na unidade educacional;

III - dois representantes titulares e suplentes, por turno de funcionamento, do segmento pais, mães ou responsável legal.

Art. 6º O Conselho Escolar poderá ser constituído por até dois

representantes da comunidade local mediante deliberação da maioria simples dos seus membros.

§1º Considera-se comunidade local: pessoas que moram ou trabalham nas imediações da unidade educacional e que não pertençam aos segmentos previstos no §2º do artigo 1º.

§2º O Regimento Interno estabelecerá a forma de participação dos membros da comunidade local no Conselho Escolar.

Art. 7º A eleição dos representantes no Conselho Escolar será realizada na unidade educacional, por segmento, em votação direta e secreta, convocada com antecedência mínima de trinta dias, conforme edital expedido pela Secretaria Municipal de Educação e publicado no mural da unidade educacional.

§1º Serão considerados eleitos, por turno de funcionamento, por segmento e por ordem decrescente de votos, os candidatos mais votados e por suplente os subsequentes.

§2º O eleitor que pertencer a mais de um segmento poderá votar e ser votado apenas uma vez e por um só segmento.

Art. 8º O presidente e o secretário do Conselho Escolar das unidades de ensino fundamental e dos centros de educação infantil serão escolhidos na primeira reunião do Conselho Escolar dentre os membros previstos nos incisos I, II e III dos arts. 4º e 5º, respectivamente.

Parágrafo único. Em caso de vacância de representante de qualquer segmento para o qual não haja substituto legal haverá eleição para eleger um novo membro para a complementação do mandato.

Art. 9º A eleição será organizada por Comissão Eleitoral com, no mínimo, um representante de cada segmento eleito em assembleia, convocada no prazo de cinco dias, a contar da publicação do edital expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º Para a primeira eleição, a assembleia de que trata o caput será convocada pelo diretor da unidade educacional e, para as eleições posteriores, pelo presidente do Conselho Escolar.

§2º Os membros da Comissão Eleitoral da Unidade Educacional não poderão se candidatar ao Conselho Escolar.

§3º A Comissão Eleitoral deverá coordenar, executar e fiscalizar as eleições para o Conselho Escolar, bem como escrutinar, apreciar recursos e promulgar os respectivos resultados, cumprindo e fazendo cumprir a legislação vigente.

§4º A Comissão Eleitoral elegerá entre os seus membros um presidente e um secretário para conduzirem o processo eleitoral de forma democrática e transparente.

Art. 10. Os membros dos Conselhos Escolares não receberão qualquer remuneração, sendo seus serviços considerados relevantes para o Município.

Art. 11. O mandato dos membros dos Conselhos Escolares será de dois anos, admitida uma recondução.

Art. 12. É vedada a acumulação das funções de membro do Conselho Escolar com as de membro da diretoria da Associação de Pais e Professores da unidade educacional.

Art. 13. O Conselho Escolar reunir-se-á no âmbito de sua unidade educacional, ordinariamente, uma vez a cada mês, por convocação do presidente e pauta definida, e, extraordinariamente, por

convocação do presidente ou a pedido da maioria simples de seus membros, com especificação dos assuntos a serem tratados com, no mínimo, setenta e duas horas de antecedência.

Art. 14. As reuniões do Conselho Escolar poderão ser realizadas com a presença da maioria simples dos membros que o compõe e as deliberações ocorrerão com a maioria simples dos membros presentes à reunião.

Art. 15. As deliberações do Conselho Escolar constarão em atas que serão publicadas no âmbito da unidade educacional.

Art. 16. Fica revogada a Lei Complementar n. 137, de 27 de novembro de 1996.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 962/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 962, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA A REDAÇÃO DO §2º DO ARTIGO 102,
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do §2º do artigo 102, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102. [...]

[...]

§2º No âmbito do Poder Legislativo, a gratificação de condução, em quantidade de 8 (oito), poderá ser concedida aos ocupantes dos cargos de Motorista Parlamentar e Motorista Oficial, por ato do Presidente, em razão da condução obrigatória, de veículo oficial em uso pela Câmara Municipal, no valor equivalente a 10% (dez por cento) da referência de vencimento 36, da Tabela de Referências de Vencimento dos servidores públicos efetivos do Poder Legislativo, fixada na Lei nº 5.655, de 29 de junho de 2001 e observadas as seguintes condições:".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.055/2014

LEI Nº 8.055, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços desempenhados por órgãos ou entidades públicos municipais, para pessoas jurídicas de direito privado de fins não-econômicos no caso de associações civis, ou não lucrativas no caso de fundações privadas, observadas as seguintes diretrizes:

I - adoção de critérios que assegurem eficiência e qualidade na execução dos serviços e atividades de interesse público e no atendimento ao cidadão;

II - promoção de meios que favoreçam efetiva redução de formalidades burocráticas para a prestação dos serviços;

III - adoção de mecanismos que possibilitem a integração, entre os setores públicos do Município, a sociedade e o setor privado;

IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento de suas atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados;

V - promoção da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços e atividades de interesse público, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo;

VI - redução de custos, racionalização de despesas com bens e serviços coletivos e transparência na sua alocação e utilização.

Parágrafo único. A Organização Social ficará obrigada a respeitar parâmetros de ampla transparência, devendo disponibilizar constantemente suas receitas, despesas, suas normas e regimentos, seus integrantes e demais informações atinentes à sua atividade, em endereço eletrônico na Internet.

Art. 2º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado de fins não-econômicos ou não lucrativas, cujas atividades sejam dirigidas à cultura e ao turismo, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

§1º Não será objeto de descentralização as atividades típicas do Município, exercidas por intermédio de poder de polícia.

§2º Não serão objeto de descentralização as atividades de organização da Oktoberfest.

CAPÍTULO II DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 3º São requisitos para que as entidades referidas no art. 2º possam se habilitar à qualificação como Organização Social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alteração posterior, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não-econômica, no caso de associações civis, ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

d) composição e atribuições da Diretoria da entidade;

e) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;

f) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

g) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

h) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

i) comprovação dos requisitos legais para constituição de pessoa jurídica;

j) possuir regulamento próprio de compras e contratações que respeite os padrões de eficiência na gestão e aplicação dos recursos públicos;

II - dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

a) Assembléia Geral, como órgão de deliberação superior para as associações civis;

b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;

c) Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão;

d) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira;

III - ter sede ou filial localizada no Município de Blumenau;

IV - estar constituída há pelo menos dois anos no pleno exercício das atividades citadas no caput do art. 1º desta Lei;

V - comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação;

VI - ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto ao preenchimento dos requisitos formais para sua qualificação como Organização Social, emitido pelo titular do órgão ou entidade da sua respectiva área de atuação.

§1º As entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro que a ser disponibilizado no sítio eletrônico do Município.

§2º Os contratos de gestão de que trata esta Lei serão submetidos ao controle externo da Câmara dos Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.

§3º A qualificação da entidade como organização social ocorrerá por ato do Prefeito Municipal.

§4º As entidades que não atenderem o tempo mínimo descrito no inciso IV deste artigo poderão ser qualificadas como Organização Social desde que comprovem experiência gerencial, através da qualificação técnica de seu corpo diretivo na correspondente área de atuação.

§5º As entidades qualificadas como organizações sociais ficam equiparadas, para efeitos tributários e enquanto perdurar a autorização de que trata os arts. 2º e 3º desta Lei, às entidades reconhecidas de interesse social e utilidade pública.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE SELEÇÃO DA ENTIDADE

Art. 4º Ocorrerá o processo de seleção de entidades quando houver mais de uma instituição qualificada para prestar os serviços objeto de contrato de gestão, e far-se-á com observância das seguintes etapas:

I - publicação do edital;

II - recebimento e julgamento das propostas.

Art. 5º O edital conterá:

I - a descrição detalhada da atividade a ser transferida e dos bens e equipamentos a serem destinados para esse fim;

II - os critérios objetivos para o julgamento da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

III - o prazo para apresentação da proposta de trabalho.

Art. 6º A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos orçamentários necessários à prestação dos serviços a serem transferidos e ainda:

I - especificação do programa de trabalho proposto;

II - especificação do orçamento;

III - definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos de execução;

IV - definição de indicadores adequados de avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços autorizados;

V - comprovação da regularidade jurídico-fiscal e da boa situação econômico-financeira da entidade;

VI - comprovação da qualificação de seu corpo técnico para desempenho da atividade.

§1º A comprovação da boa situação financeira da entidade far-se-á por meio do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos em licitações públicas.

§2º A exigência do inciso VI deste artigo se limitará à demonstração, pela entidade, de sua experiência gerencial na área correspondente, se houver e, em especial, da capacidade técnica do seu corpo funcional.

Art. 7º No julgamento das propostas serão observados, além de outros definidos em edital, os seguintes critérios:

I - economicidade;

II - otimização dos indicadores objetivos de eficiência e qualidade do serviço.

Art. 8º Demonstrada a inviabilidade de competição e desde que atendidas as exigências relativas à proposta de trabalho, a entidade poderá ser convidada a assinar o Contrato de Gestão.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, dar-se-á a inviabilidade de competição quando:

I - após a publicidade da atividade a ser transferida pelo Poder Público a uma Organização Social apenas uma entidade houver manifestado interesse pela gestão da atividade a ser transferida;

II - houver impossibilidade material técnica das demais entidades participantes.

Art. 9º Constitui condição indispensável para a participação no procedimento de seleção a prévia qualificação como Organização Social da entidade interessada.

CAPÍTULO IV DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 10. Para os efeitos desta Lei, o contrato de gestão é o acordo administrativo colaborativo, de interesse mútuo, que estabelece a relação entre o Município e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de uma parceria entre seus respectivos signatários, na qualidade de partícipes, para fomento e execução de atividades ou serviços relativos às áreas relacionadas no art. 2º desta Lei.

§1º A Organização Social deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

§2º O Poder Público Municipal dará publicidade:

I - da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas;

II - das entidades que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.

§3º É vedada a cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social.

Art. 11. O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio do órgão ou entidade competente, conforme sua natureza e objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada e será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município.

Art. 12. Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados, além dos princípios previstos no §1º, do art. 10, os seguintes preceitos:

I - especificação do projeto a ser executado pela Organização Social, que deverá conter, sem prejuízo de outras informações:

a) os objetivos;

b) a justificativa;

c) a relevância econômica, social e ambiental, quando cabível;

d) os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução;

e) os recursos financeiros a serem aplicados e as respectivas fontes;

f) os indicadores de desempenho e as metas a serem alcançadas;

g) a equipe técnica envolvida, com síntese do currículo dos coordenadores;

h) o prazo;

II - a estipulação dos limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções, com recursos oriundos do Contrato de Gestão;

III - que os bens adquiridos pela Organização Social na execução do Contrato de Gestão, ou ao seu término, em caso de rescisão ou pela extinção da entidade, incorporar-se-ão ao patrimônio do Município.

Parágrafo único. O órgão ou entidade da área competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão.

Art. 13. A execução do contrato de gestão será supervisionada, acompanhada e avaliada pelo respectivo órgão ou entidade da área correspondente, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos de controle interno e externo do Município.

§1º A entidade qualificada como Organização Social apresentará ao órgãos ou entidade supervisor do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controles interno e externo.

Art. 14. Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 15. Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 16. O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados no Diário Oficial do Município e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO IV DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

Art. 17. Poderão ser destinados às Organizações Sociais recursos

orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§1º São assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§2º O Contrato de Gestão poderá ser firmado por período superior ao exercício fiscal.

§3º Os bens de que trata este artigo serão designados às Organizações Sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

§4º Em se tratando de contratos de gestão a serem firmados para manutenção de atividades já desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, será garantida a aplicação de valores tomando-se por base a média histórica de atendimentos e valores aplicados.

§5º Os quantitativos de recursos previstos para a execução do Contrato de Gestão serão periodicamente revistos, conforme a necessidade da entidade apurada nos relatórios periódicos.

Art. 18. Os bens públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, de acordo com a necessidade do serviço e dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 19. As pessoas que forem admitidas como empregados das organizações sociais serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 20. Para a execução do objeto do Contrato de Gestão, os órgãos e entidades da administração pública municipal poderão autorizar a participação de seus servidores públicos nas atividades realizadas pelas Organizações Sociais.

§1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela Organização Social.

§2º Não será permitido o pagamento, por Organização Social, de qualquer vantagem pecuniária, com recursos provenientes do Contrato de Gestão, a servidor público municipal a ela cedido.

CAPÍTULO V DA DESQUALIFICAÇÃO

Art. 21. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como Organização Social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais penais e civis aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Organização Social fará publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamentos aprovados pela Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação, contendo os procedimentos que serão adotados, no âmbito do Contrato de Gestão, para:

I - contratação de obras e serviços;

II - compras e contratação de pessoal.

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 24. As extinções e a absorção de atividades e serviços por Organizações Sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I - a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

II - os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão.

Art. 25. O Município consignará na Lei Orçamentária Anual os recursos públicos necessários ao desenvolvimento das ações previstas nos Contratos de Gestão firmados pela Administração Pública Municipal com as Organizações Sociais.

Art. 26. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de sessenta (60) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.056/2014

LEI Nº 8.056, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

SUBSTITUI ANEXOS DAS LEIS Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, E Nº 7.993 DE 04 DE JULHO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I - Metas e Prioridades da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos do Município para o Quadriênio 2014/2017" fica substituído pelo Anexo de igual número e denominação que acompanha esta Lei, passando a vigorar com as novas ações e valores nele consignados.

Art. 2º Os Anexos abaixo descritos, integrantes da Lei nº 7.993, de 04 de julho de 2014, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015", ficam substituídos pelos Anexos de iguais números e denominações que acompanham esta Lei, passando a vigorar com as novas ações e valores neles consignados:

ANEXO I - Anexo de Metas Fiscais

Tabela 1 - Demonstrativo I - Metas Anuais;

Tabela 3 - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

ANEXO II - Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2015

Tabela 9 - Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2015;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.057/2014

LEI Nº 8.057, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº 5.895, DE 17 DE MAIO DE 2002, QUE AUTORIZA A VENDA E POSTERIOR OUTORGA DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS ATRAVÉS DO PROGRAMA HABITACIONAL PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso XIV do art. 1º da Lei nº 5.895, de 17 de maio de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

[...]

XIV - a ROSELI HEIDEN BEDUSCHI, CPF nº 418.564.909-63 e Carteira de Identidade nº 3/R913.777-SSP/SC, a parte ideal de 62% (sessenta e dois por cento), e a HUMBERTO DE SOUZA BEDUSCHI FILHO, Carteira de Identidade nº 6.082.032-SSP/SC, a parte ideal de 38% (trinta e oito por cento), o terreno situado no Bairro Velha, à Rua Guilherme Poerner, no Loteamento Imigrantes, representado pelo Lote nº 049, contendo a área de 220,04m² (duzentos e vinte metros e quatro decímetros quadrados), matriculado sob o nº 26.149 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau;”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.058/2014

LEI Nº 8.058, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL DE LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MÚTUO, COMODATO E CESSÃO DE CÃES DE GUARDA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a atividade empresarial de locação, prestação

de serviços, mútuo, comodato e cessão de cães para fins de vigilância, segurança e guarda patrimonial de bens imóveis localizados no âmbito do Município de Blumenau.

Parágrafo único. Serão considerados infratores do disposto no caput deste artigo o proprietário dos cães, bem como o proprietário ou possuidor do imóvel em que os animais estiverem realizando a vigilância, segurança e/ou a guarda patrimonial.

Art. 2º Os infratores do disposto no caput do artigo 1º ficarão sujeitos ao pagamento de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), multiplicada pelo número de animais que estiverem realizando a vigilância, segurança e/ou a guarda patrimonial.

§1º O valor da multa será dobrado na hipótese de reincidência e/ou persistência, progressivamente, até a cessação da atividade proscrita.

§2º Para os casos de persistência será considerado o período de 24 (vinte e quatro) horas para a aplicação de nova penalidade.

§3º A aplicação da sanção prevista no caput deste artigo não exclui a aplicação de penalidades decorrentes da prática de maus tratos aos animais, nos termos da legislação federal, estadual e municipal.

Art. 3º Os animais flagrados na situação descrita no caput do artigo 1º serão imediatamente recolhidos e encaminhados para avaliação e, quando necessário, para tratamento de saúde com médico veterinário credenciado pelo Poder Público.

Parágrafo único. Os custos referentes ao recolhimento, ao encaminhamento para atendimento médico veterinário e/ou ao encaminhamento dos animais aos locais a serem definidos em regulamento até que sejam doados, incluindo todos os gastos com alimentação e permanência, serão arcados pelos infratores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.060/2014

LEI Nº 8.060, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, SUAS FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Blumenau para o exercício de 2015 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 2.320.941.000,00 (dois bilhões, trezentos e vinte milhões e novecentos e quarenta e um mil reais) sendo R\$ 2.184.945.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta e quatro milhões e novecentos e quarenta e cinco mil reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 135.996.000,00 (cento e trinta e cinco milhões e novecentos e noventa e seis mil reais) do Orçamento de Seguridade Social.

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Art. 2º O Orçamento da Administração Direta do Município para

o exercício de 2015 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.342.100.000,00 (um bilhão, trezentos e quarenta e dois milhões e cem mil reais).

§1º A Receita da Administração Direta será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 850.681.000,00
 1.1 Receita Tributária R\$ 255.813.000,00 1.2 Receita de Contribuições R\$ 24.150.000,00 1.3 Receita Patrimonial R\$ 19.341.000,00
 1.4 Receita Agropecuária R\$ 6.000,00
 1.5 Receita de Serviços R\$ 33.000,00 1.6 Transferências Correntes R\$ 514.321.000,00 1.7 Outras Receitas Correntes R\$ 36.717.000,00
 1.8 Rec. Correntes Intra-Orçamentárias R\$ 300.000,00 DEDUÇÃO DA RECEITA R\$ -85.105.000,00
 Dedução da Receita de Transferências R\$ -67.980.000,00
 Outras Deduções de Receita R\$ -17.125.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 576.524.000,00 2.1 Operações de Crédito R\$ 280.492.000,00
 2.2 Alienações de Bens R\$ 55.000,00
 2.3 Transferências de Capital R\$ 295.977.000,00

TOTAL GERAL R\$ 1.342.100.000,00

§2º As Despesas da Administração Direta, observarão a programação e classificação constantes dos inclusos anexos por unidade orçamentária, como segue:

PODER EXECUTIVO R\$ 1.140.413.000,00
 Gabinete do Prefeito R\$ 4.161.000,00
 Gabinete do Vice-Prefeito R\$ 912.000,00 Procuradoria Geral do Município R\$ 33.855.000,00 Sec. Municipal de Administração R\$ 25.898.000,00 Sec. Municipal da Fazenda R\$ 91.674.000,00
 Sec. Municipal de Gestão Governamental R\$ 4.096.000,00
 Sec. Municipal de Comunicação Social R\$ 4.278.000,00 Sec. Municipal de Educação R\$ 289.408.000,00
 Sec. de Defesa do Cidadão R\$ 58.304.000,00 Sec. Municipal de Obras R\$ 463.254.000,00 Sec. Municipal de Desenvolvimento Social R\$ 40.386.000,00 Sec. Municipal de Planejamento Urbano R\$ 15.541.000,00
 Sec. Municipal de Serviços Urbanos R\$ 74.211.000,00
 Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico R\$ 17.067.000,00
 Sec. Municipal de Turismo R\$ 15.053.000,00
 Intendência Distrital da Vila Itoupava R\$ 2.038.000,00
 Intendência Distrital do Grande Garcia R\$ 277.000,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS R\$ 201.687.000,00
 Câmara Municipal de Vereadores R\$ 26.295.000,00
 Fundação Cultural de Blumenau R\$ 4.100.000,00
 Centro Cultural de Vila Itoupava R\$ 10.000,00
 Fundação Municipal de Desportos R\$ 6.160.000,00 Fundação Municipal do Meio Ambiente R\$ 2.603.000,00
 Fundo Mun. Reconstituição de Bens Lesados R\$ 10.000,00 Fundação Promotora de Exp. Blumenau - PROEB R\$ 550.000,00
 Fundação do Bem-Estar da Fam. Blumenauense R\$ 3.400.000,00
 Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 6.554.000,00 Fundo Mun. dos Dir. da Criança e do Adol. R\$ 353.000,00
 Fundo Municipal de Saúde R\$ 138.552.000,00
 Ser. Aut. Mun. de Trânsito e Transp.-SETERB R\$ 13.100.000,00 R\$ 72.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 1.342.100.000,00

Art. 3º O Orçamento da Administração Indireta e do Poder Legislativo para o exercício de 2015 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 842.845.000,00 (oitocentos e quarenta e dois milhões e

oitocentos e quarenta e cinco mil reais), com o seguinte desdobramento:

Câmara Municipal de Vereadores
 Transferência Financeira R\$ 26.295.000,00
 Despesas Correntes R\$ 24.795.000,00
 Despesas de Capital R\$ 1.500.000,00

Fundação Cultural de Blumenau
 Receitas Correntes R\$ 2.821.000,00
 Receitas de Capital R\$ 5.620.000,00
 Transferência Financeira R\$ 4.110.000,00
 Despesas Correntes R\$ 6.773.000,00
 Despesas de Capital R\$ 5.778.000,00

Fundação Municipal de Desportos
 Receitas Correntes R\$ 2.097.000,00
 Receitas de Capital R\$ 2.000.000,00
 Transferência Financeira R\$ 6.160.000,00
 Despesas Correntes R\$ 6.907.000,00
 Despesas de Capital R\$ 3.350.000,00

Fundo Municipal do Meio Ambiente
 Receitas Correntes R\$ 2.406.000,00
 Deduções da Receita Corrente R\$ -17.000,00
 Receitas de Capital R\$ 283.000,00
 Transferência Financeira R\$ 2.613.000,00
 Despesas Correntes R\$ 4.586.000,00
 Despesas de Capital R\$ 699.000,00

Fundação Promotora Exposições de Blumenau - PROEB
 Receitas Correntes R\$ 19.201.000,00
 Receitas de Capital R\$ 410.000,00
 Transferência Financeira R\$ 550.000,00
 Despesas Correntes R\$ 19.500.000,00
 Despesas de Capital R\$ 661.000,00
 Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
 Receitas Correntes R\$ 235.000,00
 Receitas de Capital R\$ 100.000,00
 Transferência Financeira R\$ 3.400.000,00
 Despesas Correntes R\$ 3.550.000,00
 Despesas de Capital R\$ 185.000,00

Fundo Municipal de Assistência Social
 Receitas Correntes R\$ 6.967.000,00
 Receitas de Capital R\$ 100.000,00
 Transferência Financeira R\$ 6.554.000,00
 Despesas Correntes R\$ 11.426.000,00
 Despesas de Capital R\$ 2.195.000,00

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
 Receitas Correntes R\$ 624.000,00
 Transferência Financeira R\$ 353.000,00
 Despesas Correntes R\$ 882.000,00
 Despesas de Capital R\$ 95.000,00

Fundo Municipal de Saúde
 Receitas Correntes R\$ 229.458.000,00
 Receitas de Capital R\$ 8.000.000,00
 Transferência Financeira R\$ 138.552.000,00
 Despesas Correntes R\$ 361.400.000,00
 Despesas de Capital R\$ 14.610.000,00
 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
 Receitas Correntes R\$ 143.106.000,00
 Deduções da Receita Corrente R\$ -6.000,00
 Receitas de Capital R\$ 33.900.000,00
 Despesas Correntes R\$ 105.598.000,00
 Despesas de Capital R\$ 71.182.000,00
 Reserva de Contingência R\$ 220.000,00

Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte - SETERB
 Receitas Correntes R\$ 13.118.000,00
 Deduções da Receita Corrente R\$ -800.000,00
 Receitas de Capital R\$ 535.000,00
 Transferência Financeira R\$ 13.100.000,00
 Despesas Correntes R\$ 25.134.000,00
 Despesas de Capital R\$ 819.000,00

Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

Receitas Correntes R\$ 169.000.000,00
 Receitas de Capital R\$ 2.000.000,00
 Despesas Correntes R\$ 163.399.000,00
 Despesas de Capital R\$ 6.801.000,00
 Reserva de Contingência R\$ 800.000,00

TOTAL GERAL R\$ 842.845.000,00

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU

Art. 4º O Orçamento do Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU para o exercício de 2015 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 135.996.000,00 (cento e trinta e cinco milhões e novecentos e noventa e seis mil reais), discriminadas com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes R\$ 139.494.000,00
 Deduções da Receita R\$ -3.528.000,00
 Receitas de Capital R\$ 30.000,00
 Despesas Correntes R\$ 115.209.000,00
 Despesas de Capital R\$ 224.000,00
 Reserva de Contingência R\$ 20.563.000,00

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado à:

I - Designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias, quando isso contribuir para redução de custos da Administração Municipal;

II - Promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis decorrentes de eventual reorganização administrativa;

III - Realizar operações de crédito, limitado o valor ao disposto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal inclusive operações de antecipação de receitas, bem como caucionar em garantia de operações a parte suficiente das parcelas que lhe couber no ICMS e do FPM;

IV - Abrir crédito adicional suplementar até o limite de 10% (dez por cento) do total das receitas correntes estimadas nesta Lei e seus anexos, nos termos do Art. 7º da Lei 4.320/64, para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

a) o excesso ou provável excesso de arrecadação, por fonte de recursos (destinação de recursos), observada a tendência do exercício;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

c) superávit financeiro do exercício anterior.

V - remanejar por Decreto, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, os saldos das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem;

VI - firmar convênios com o Estado e União, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para o recebimento e aplicação de recursos à fundo perdido;

VII - suplementar, por conta do excesso de arrecadação, os elementos de despesas destinados a atender dispêndios de convênio apurado pela diferença entre o valor previsto e valor recebido;

VIII - efetuar empenhamento, liquidação e pagamento das verbas destinadas às entidades contempladas com verbas orçamentárias específicas, de conformidade com o art. 7º da Lei Orgânica do Município e art. 14 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015;

IX - alterar os anexos integrantes do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, para atender eventuais emendas efetuadas pela Câmara Municipal, ou por conta de alterações orçamentárias promovidas com base no inciso IV deste artigo, garantindo a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual aprovada.

Parágrafo Único - Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso IV deste artigo os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados por ato do Poder Executivo ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 7º As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por Decreto do Prefeito, para atender às necessidades de execução do orçamento.

Art. 8º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º O produto de arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, constitui receita desta e terá tratamento contábil de acordo com a legislação vigente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
15 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.061/2014

LEI Nº 8.061, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA OS ANEXOS DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA) E Nº 7.847 DE 06 DE JUNHO DE 2013 (LDO).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, até o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB
Atividade 26.01.23.695.0008.2139 - Manut. das Ativ. da Oktoberfest

Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 205.000,00

Fonte de Recursos 0124.00054

Atividade 26.01.23.695.0008.2140 - Manut. das Ativ. de Outros Eventos

Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 695.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1086 - Limp. Des. Rib. Fortaleza Pac. Drenagem

Modalidade 4.4.90 (284) Aplicações Diretas R\$ 164.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2098 - Man. Ativ. Adm. da Sector

Modalidade 3.3.90 (584) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1602 - Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 - Manut. Ativ. de Planejamento e Promoção

Modalidade 3.3.90 (590) Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1603 - Fundo Municipal de Turismo

Atividade 16.03.23.695.0008.2103 - Manut. das Ativ. do Fundo de Turismo

Modalidade 3.3.50 (594) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Modalidade 3.3.90 (595) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 4.4.90 (596) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB
Projeto 26.01.23.695.0008.1048 - Const/Amp./Ref. da Vila Germânica

Modalidade 4.4.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 205.000,00

Fonte de Recursos 0124.00054

Atividade 26.01.23.695.0008.2138 - Manutenção das Atividades da PROEB

Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 171.000,00

Modalidade 3.1.91 (5) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Modalidade 4.4.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Ficam aumentadas no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

Unidade: 01 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB

Código: 26.01.23.695

Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo

Ação: 2139 - Manut. das Ativ. da Oktoberfest

Produto: Festa Realizada

Unidade: Pessoas

Valor Vinculado (2014): R\$ 205.000,00

Ação: 2140 - Manut. das Ativ. de Outros Eventos

Produto: Evento Realizado

Unidade: Pessoas

Valor Próprio (2014): R\$ 695.000,00

Art. 4º Para atender o disposto no artigo 3º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 - Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451

Programa: 0006 - Blumenau 2050

Ação: 1086 - Limp. Desas. Rib. Fortaleza Pac. Drenagem

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 164.000,00

Órgão: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete

Código: 16.01.23.695

Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo

Ação: 2098 - Manut. Ativ. Administrativas da Sector

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 72.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Planejamento e Promoção

Código: 16.02.23.695

Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo

Ação: 2280 - Manut. Ativ. de Planejamento e Promoção

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 54.000,00

Unidade: 03 - Fundo Municipal de Turismo

Código: 16.03.23.695

Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo

Ação: 2103 - Manut. das Ativ. do Fundo de Turismo

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 149.000,00

Órgão: 26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

Unidade: 01 - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB

Código: 26.01.23.695

Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo

Ação: 1048 - Const/Amp./Ref. da Vila Germânica

Produto: Obra Executada

Unidade: m2

Valor Próprio (2014): R\$ 38.000,00

Valor Vinculado (2014): R\$ 205.000,00

Ação: 2138 - Manutenção das Atividades da PROEB

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 218.000,00

Art. 5º Ficam diminuídas no Anexo II da Lei Municipal nº 7.847, de 06 de junho de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2014, as seguintes ações:

Órgão: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade: 03 - Fundo Municipal de Turismo
Código: 16.03.23.695
Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo
Ação: 2103 - Manut. das Ativ. do Fundo de Turismo
Und. Medida: unidade
Qde: 1,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.062/2014

LEI Nº 8.062, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
INSTITUI O "SETEMBRO BRANCO", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Setembro Branco, de conscientização à paz, a ser comemorado, anualmente, em setembro, do dia 1º ao dia 30.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 15 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.063/2014

LEI Nº 8.063, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA DE "EUGEN PAWLOWSKY", PRAÇA PÚBLICA A SER CONSTRUÍDA NO BAIRRO ITROUPAVA NORTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Eugen Pawlowsky, a praça pública a ser construída sobre área verde pública, do Loteamento Pawlowski, transformada em área de lazer, localizada na Rua Santa Efigênia, no Bairro Itoupava Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 16 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.064/2014

LEI Nº 8.064, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA DE "RUA ANTONIO CANAL", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO TRIBESS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Antonio Canal, a via pública que inicia no lado par da Rua Hermann Tribess ao lado da casa nº 514, descrita como caminho na planta de desmembramento aprovada em nome de Antonio Canal, cadastrada sob o nº 305, com 75,00 m (setenta e cinco metros) de extensão e localizada no Bairro Tribess.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 17 de dezembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21/2014 - SEMUDES

PORTARIA Nº 021/2014
INDICA A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL CRISTIANE BARCELOS PARA EXERCER AS ATRIBUIÇÕES DE GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

VALDECIR MENGARDA, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social - Semudes, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 17.767, de 05 de maio de 2014, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e atualizações,

INDICA,

de acordo com o artigo 16, parágrafo único, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, o servidor público municipal:

CRISTIANE BARCELOS, ocupante do cargo de Diretora Administrativo-Financeiro, nomeada pela Portaria nº 18.291 de 08 de dezembro de 2014, para exercer as atribuições de Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em substituição a Geraldo Pfiffer.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de hoje.

Semudes, em 17 de dezembro de 2014.

VALDECIR MENGARDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 91/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 91/2014
APROVAR A REGULAMENTAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL E NACIONAL REPASSADO, POR MEIO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, ÀS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE EXECUTAM SERVIÇOS E PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, e pela lei, e pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 26 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- o artigo 6º da Lei nº 8.742/1993, inserido pela Lei nº 12.435/2011 no texto da Lei Orgânica da Assistência Social, que estabelece percentual dos recursos do Sistema Único de Assistência Social, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência do SUAS;
- a Resolução nº. 32/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social, prevê em seu artigo 1º, que os "Estados, Distrito Federal e Municípios poderão utilizar até 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS destinados a execução das ações continuadas de Assistência Social, no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência do SUAS;
- o Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;
- a Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036 e 339039;
- Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, que regulamenta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- Resolução nº. 269, de 13 de dezembro de 2006. DOU 26/12/2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS.
- a Resolução Nº 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.
- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária datada de 10 de dezembro de 2014, conforme consta na Ata CMAS nº 25/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a regulamentação da utilização dos recursos do fundo municipal e nacional repassado, por meio de subvenções sociais, às entidades e organizações de Assistência Social que executam serviços e programas socioassistenciais.

Art. 2º Para aplicar os recursos repassados pelo FMAS, as entidades e organizações de Assistência Social devem observar os seguintes critérios:

- I - Com até 60% dos recursos do FMAS pode-se pagar:
 - Profissionais de Nível Médio, de acordo com a Resolução CNAS 09/2014;
 - Profissionais de Nível Superior (de acordo com a Resolução CNAS 17/2011);
 - Encargos sociais advindo do vínculo;
 - Horas extras, vale transporte e vale refeição, conforme o caso.
- II - Outras despesas que podem ser executadas com recursos do

FMAS:

- Materiais de Consumo;
- Pagamento de Despesas com Manutenção;
- Serviço de Terceiros.

Art. 3º Essa resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

Blumenau, 10 de dezembro de 2014.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 93/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 93//2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, EXECUTADO PELAS FILIAIS SÃO JOÃO E SANTA TEREZINHA DA ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS DE SÃO ROQUE.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de novembro de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº 38/2014, que aprova a inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV executado pela Associação Voluntários de São Roque através de suas filiais, no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS, sob o nº 001/2014;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária Ordinária datada de 12 de novembro de 2014, conforme Ata do CMAS nº 20/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Comprovante de Inscrição da Resolução CMAS nº 38/2014, que passa a ter a seguinte redação:

FILIAL I - Unidade São João, CNPJ 83.779.264/0002 -01, com sede à Rua São João, nº 700, em Blumenau, SC.

FILIAL II - Unidade Santa Terezinha, CNPJ 83.779.264/0004 - 65, sediada à Rua Eça de Queiroz 725, em Blumenau, SC.

Este Serviço é executado pelas filiais da Associação Voluntários de São Roque, CNPJ 83.779.264/0001 - 12, com sede à Rua São João, nº 700, em Blumenau e encontram-se e acordo com as normativas vigente, dentre elas, a Resolução CNAS nº 14/2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 10 de dezembro de 2014.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 94/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 94/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO CMAS Nº 88/2014, QUE APROVA O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMIGUINHO FELIZ E DO PLANO DE PROVIDENCIA Nº 019/14, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BLUMENAU - CMAS E REVOGA A RESOLUÇÃO CMAS Nº 32 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõem sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de dezembro de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº 88/2014, que aprova o cancelamento da inscrição nº 025/11 do Centro de Educação Amiguinho Feliz e do Plano de Providências nº 19/2014, no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS;
- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária Ordinária datada de 10 de dezembro de 2014, conforme Ata do CMAS nº 25/2014, que aprovou a alteração da Resolução CMAS nº 88/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Resolução CMAS nº 88/2014, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1o Aprovar o cancelamento da inscrição nº 025/11 do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, executado pelo Centro de Educação Amiguinho Feliz e do Plano de Providências nº 19/2014, no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS, com data a contar de 01.01.2015;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 10 de dezembro de 2014.

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 70/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 70/2014

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO DO ANO 2015 DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;
- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o art. 7º, V, da Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, em formular as prioridades a serem incluídas no Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, no que se refere ou possa afetar as condições de vida de crianças e adolescentes;

- a Resolução N. TC-077/2013, que dispõe sobre a alteração dos arts. 20 e 25 que tratam da remessa das demonstrações contábeis das unidades municipais e consolidadas dos municípios e acrescenta o art. 104-A à Resolução n. TC-16/94, em especial do envio que trata o art. 1º, parágrafo 2º - “item b Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990, acompanhado do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, sobre a prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a avaliação acerca do cumprimento dos referidos planos”;

- a aprovação da Comissão de Finanças e Captação - CFC, em reunião do dia 03 de dezembro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação, referente ao exercício 2015 (anexo), no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, dentro dos eixos: I- Atividades de Incentivo a Guarda e Adoção: com valor previsto de R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais); II - Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: com valor previsto de R\$ 791.000,00 (setecentos e noventa e um mil reais); III - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: com valor previsto de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 11 de dezembro de 2014.

Ivone Serpa

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 71/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 71

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS POR ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA E SUA APLICAÇÃO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, e no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- a Instrução Normativa nº 14, de 13 de junho de 2012 e alterações,

do Tribunal de Contas de Santa Catarina, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas, para julgamento;

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- a Resolução CMDCA nº 016/2013, que institui a obrigatoriedade da inscrição de projetos voltados à Política de Atendimento de Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente, a serem financiados com recursos do FIA, doados por pessoas físicas e jurídicas, direcionados às Organizações Governamentais e Não Governamentais;

- a Resolução CMDCA nº 014/2014, que dispõe sobre a composição da Comissão de Avaliação e Readequação de Projetos do Banco de Projetos do Edital 002/2013 e Readequação de Projetos do Banco de Projetos do Edital 001/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

- o Edital para Banco de Projetos CMDCA nº 001/2013 e 002/2013 que torna público a seleção de projetos voltados à política de atendimento, promoção, defesa, orientação e proteção integral da criança e do adolescente, para financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- a deliberação do CMDCA, nas Plenárias realizadas em 27 de novembro e 11 de dezembro de 2014, conforme consta nas Atas nº 15/2014 e nº 21/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para captação de recursos por Organizações Governamentais e Não Governamentais, destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FIA, doados por pessoas físicas e jurídicas.

§ 1º As Organizações Governamentais e Não Governamentais, estejam ou não habilitadas nos Editais CMDCA nº 001/2013 e nº 002/2013 do Banco de Projetos, estão autorizadas a captar recursos, que terão seus valores retidos até o lançamento de novo Edital, oportunidade na qual poderão submeter projetos à aprovação do CMDCA.

§ 2º - As Organizações Governamentais e Não Governamentais, deverão instruir aos doadores a necessidade de identificação das entidades no ato da doação, para fim de registro e controle.

Art. 2º Ficará retido no FIA 20% (vinte por cento) do total dos recursos doados por pessoas físicas e jurídicas, captados por Organizações Governamentais e Não Governamentais, que serão utilizados mediante deliberação do CMDCA.

Art. 3º As Organizações Governamentais e Não Governamentais, cujos projetos já integram o Banco de Projetos do CMDCA em conformidade ao Edital CMDCA 001/2013 e 002/2013, com período de execução igual ou inferior a 01 (um) ano, poderão solicitar prorrogação do período de execução do projeto, após conveniamento, até o limite máximo de 2 (dois) anos.

§ 1º A referida solicitação deverá ser endereçada ao Gestor do FIA e ocorrer no máximo até 60 dias antes do término do convênio.

§ 2º O mesmo projeto poderá ser apresentado em mais de um

edital, desde que a soma da execução do mesmo não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos.

§ 3º A prorrogação que trata o caput desse artigo será concedida após a entidade ter captado o valor necessário para sua execução.

Art. 4º Os projetos aprovados através do edital 01/2013, não conveniados e reapresentados no edital 02/2013 seguirão os trâmites do edital 02/2013.

Art. 5º A captação de recursos para os Projetos habilitados pelo Edital CMDCA 002//2013 poderá ocorrer até 30 de Abril de 2015.

§ 1º Na possibilidade de uma Organização Governamental ou não Governamental não alcançar o valor total previsto para a execução do projeto, será facultado a sua adequação e/ou complementação, através de contrapartida, conforme previsto no

edital 002/2013, mediante Ofício direcionado ao Gestor do FIA, para adequação do respectivo Plano de Trabalho e deliberação final do CMDCA.

§ 2º Após o recebimento da solicitação de readequação, o Gestor remeterá o plano de trabalho para a Comissão Especial Mista, nomeada pela Resolução CMDCA nº 014/2014 que procederá a análise e submeterá a apreciação da plenária.

Art. 6º Os recursos excedentes aos valores dos Projetos habilitados ao Banco de Projetos através dos Editais 001/2013 e 002/2013, captados pelas Entidades, ficarão retidos no FIA, podendo a Entidade apresentar novo Projeto quando lançado um novo Edital.

Art. 7º A celebração de convênios dos Projetos habilitados aos Editais 001/2013 e 002/2013, bem como suas prorrogações com os recursos do FIA, estão sujeitos ao Registro/Inscrição no CMDCA ou nos respectivos Conselhos Setoriais.

Art. 8º A partir de 2015 as Organizações Governamentais e Não Governamentais deverão seguir as exigências dos novos Editais.

Art. 9º A celebração de convênios está sujeita as exigências da Lei nº 8.666/93, a IN 14/2012 do TCE/SC, ao Decreto Municipal nº 10.234/2013 e demais legislações que regulamentam a formalização do referido instrumento contratual, no âmbito deste Município.

Art. 10 Ficam revogadas as Resoluções 031/2013 e 016/2014.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Blumenau, 11 de dezembro de 2014.

IVONE SERPA

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 72/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 072/2014

APROVA OS PROJETOS INSCRITOS POR ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, ATRAVÉS DO EDITAL PARA BANCO DE PROJETOS Nº 002/2013, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança

e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24, de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- o Edital para Banco de Projetos nº 002/2013, para seleção de Projetos voltados à Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente, para financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- a Resolução CMDCA nº 014/2014, que dispõe sobre a composição da Comissão de Avaliação de Projetos, referente ao Edital acima mencionado;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Aprova os projetos inscritos por Organizações Governamentais e Não Governamentais, através do Edital para Banco de Projetos nº 002/2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme Anexo I, que faz parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da presente data.

Blumenau, 11 de dezembro de 2014.

Ivone Serpa

Coordenador Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 73/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 073/2014

CONCEDE A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS CONVENIADOS ATRAVÉS DO EDITAL 001/2013, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de Novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- o Edital para Banco de Projetos nº 001/2013, para seleção de Projetos voltados à Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente, para financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- a Resolução nº 71, de 11 de Dezembro de 2014, do CMDCA, estabelece procedimentos para captação de recursos por organizações governamentais e não governamentais, destinados ao fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente - fia e sua aplicação.

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º As Organizações Governamentais e Não Governamentais, cujos projetos foram conveniados em conformidade com o Edital CMDCA 001/2013, com período de execução igual ou inferior a 01 (um) ano, poderão solicitar prorrogação do período de execução do projeto, até o limite máximo de 2 (dois) anos.

§ 1º A referida solicitação deverá ser endereçada ao Gestor do FIA e ocorrer no máximo até 60 dias antes do término do convênio.

§ 2º A prorrogação que trata o caput desse artigo será concedida após a entidade ter captado o valor necessário para sua execução.

Art. 2º Os Projetos que trata o Artigo 1º desta Resolução são:

Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos - ABADA	História Infantil Em Libras
Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM	Capoeira Arte Que Educa Qualificação E Formação Aos Profissionais Do Serviço De Acolhimento
Associação Beneficente Bom Samaritano	Inclusão Musical
Associação Assistencial Lar Betânia	Minha Comunidade É Arte
	Reciclando A Vida
	Eca Na Rede
Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo	Compartilhando Saberes
	Todos Os Sentidos Para Aprender
	Alimentação Saudável
	Xadrez Pedagógico
Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE	Fazendo Arte No Tratamento
	Encenando A Vida
Cruz Azul no Brasil	Palco Da Vida
	Grupos De Apoio Kids

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 15 de dezembro de 2014.

Ivone Serpa

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 023/14

REVOGAÇÃO da Concorrência nº 023/14

Informamos que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, por razões de interesse público, pelo fato de a licitação restar deserta, DECIDIU REVOGAR o Processo Licitatório na Modalidade de Concorrência nº. 023/14. OBJETO: Contratação serviços técnicos especializados para atendimento na área de ultrassonografia a ser executado em espaço e com equipamentos próprios da Secretaria Municipal de Saúde, instalados nas dependências da Policlínica de Referência e Especialidades "Lindolf Bell", visando a prestação de serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado - FMS/SEMUS. BASE LEGAL: art. 49, caput, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 18/12/2014. Carlos Xavier Schramm - Secretário Municipal de Administração.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADM Nº 84/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 84/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COPINI & CIA LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2698/2014

Objeto: Aquisição de peças e serviços mecânicos na manutenção da Retroescavadeira New Holland LB 0110 do Depto de Estradas e Rodagem.

Valor: R\$ 50.079,10 (Cinquenta mil, setenta e nove reais e dez centavos).

Vigência: 11 de dezembro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015.

Assinatura: 11 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONVITE Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02935/2014
EDITAL DE CONVITE Nº. 004/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 05 de Janeiro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Convite, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestação de Assessoria Jurídica no Exercício de 2015.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 19 de Dezembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

1039.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ADRIANA Z. CAPISTRANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1039/14 de 18.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 15 de dezembro de 2014, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1040.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAULO E. C. MONTEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1040/14 de 18.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 03 de dezembro com término no dia 17 de dezembro de 2014, ao funcionário Paulo Eugenio Carneiro Monteiro, Ocupante do cargo de Médico - Padrão 1 - Nível 11, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 157/158/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 157/2014 Ata de Registro de Preços nº 01/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Genérico: R\$ 10.715,43 (dez mil e setecentos e quinze reais e quarenta e três centavos).

Extrato Contrato Nº 158/2014 Ata de Registro de Preços nº 01/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Ético: R\$ 6.304,04 (três mil trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Bom Retiro, 18 de dezembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

EXTRATO TA CONTRATOS 12/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Quinto Termo Aditivo do Contrato 12/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Serrana Engenharia Ltda.

Prestação de serviços de transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, produzidos no Município de Bom Retiro/SC, em aterro sanitário devidamente licenciado. Fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº12/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Quinto Termo Aditivo do Contrato 15/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Jose Roberto Raphael ME

Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº15/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 01/2014 (FMS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro - FMS

Contratada: Base Pré-Fabricados Ltda. ME.

Construção de edifício em alvenaria de Unidade Básica de Saúde, projeto padronizado padrão 1 - Ministério da Saúde, incluindo materiais e mão de obra. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30 de Junho de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº01/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 05/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Antônio César Della Justina

Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº05/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 22/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: JK Transportes e Turismo Ltda. ME.

Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº22/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 25/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Ecoeficiência Soluções Ambientais Ltda. EPP.

Execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos hospitalares. Fica alterada a Cláusula Quinta (Da Vigência), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº25/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 128/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Lepi Indústria e Comercio de Relógios Ltda. ME

Prestação de Obras/Serviços de Engenharia para Aquisição e Instalação de 01 (Um) Pórtico Metálico de Acesso ao Município de Bom Retiro/SC. Fica alterada a Cláusula segunda (Da Vigência), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 24 de junho de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº128/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 19 de dezembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 08 2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 08/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Deise Bennert & Cia
Sito a Rua João Raitz, n. 948
Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, UTILIZADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS/CONTRATOS.

Vigência: 31/12/2015

Data da assinatura: 18.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0172/2014

PORTARIA Nº 0172/2014
Concede Progressão Horizontal

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 80, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Concede Progressão Horizontal, nos termos do artigo 80 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Zenaide Kniss Felga	20 hs	04.02.2002	Professor 02-A	Professor 02-B
02	Zenaide Kniss Felga	20 hs	10.02.2003	Professor 02-A	Professor 02-B

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retro-ativos a 01.04.2014.

Braço do Trombudo, em 18 de dezembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48 2013PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% à 2,5%pp, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8972	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	2,8930	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ECOVILLE	0	2,8986	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2,9227	4
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada. (12543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	3,1748	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FLOPS	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3,2054	4
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO. (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	4,4672	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	4,4616	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,4696	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	cocamar	0	4,5065	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	7,2615	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FOFINHO	0	7,2654	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FOFINHO	0	7,2795	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	7,3254	4
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	2,7382	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DALMATA	0	2,7239	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SORELLA	0	2,7397	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2,7623	4
6	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	6,1120	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	6,1153	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOI	0	6,1241	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Fácil	0	6,1657	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas, e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	3,7008	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	3,7008	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	3,7028	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3,7334	4
8	Escova dental Infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polietileno de 1º qualidade. (12549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	4,2429	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DENTALK	0	4,2451	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TEK JUNIOR	0	4,2550	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jadefrog	0	4,2802	4
9	Creme dental infantil com fluor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	2,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TANDY	0	2,1698	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALEGRINHO	0	2,1787	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Action	0	2,1967	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1º qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM PACK	0	3,1466	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PAMPLASTIC	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Multifort	0	3,2054	4
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,1027	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,0859	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	4,1049	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Poliflor	0	4,1388	4
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	7,9811	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	KING	0	7,9839	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	7,9854	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	8,0513	4
13	Pano Multuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,7476	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	2,7427	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALKIN	0	2,7491	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fort	0	2,7718	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	1,4953	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	1,4559	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ESFREBOM	0	1,4961	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tinindo	0	1,5084	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	1,8878	1
15	Espanja de limpeza, material lá aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensilio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INOVE	0	1,8598	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,8888	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bombril	0	1,9044	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,8784	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,8810	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,8843	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uaa	0	4,9213	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
18	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
19	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1º qualidade. (12560)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	5,7382	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA CLASE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	5,7412	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Omo	0	5,7886	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANY	0	1,2717	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sanibox	0	1,2822	4		
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2		
22	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,2803	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	1,2586	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12564)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	1,2810	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1,2916	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,9905	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,9937	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	6,0020	3		
24	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 45 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12565)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	6,0432	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	8,6166	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	8,6212	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	8,6414	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	8,6924	4		
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,6727	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,6758	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	5,6827	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Fósforo maço com 10 unidades. (12567)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,7226	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	2,0560	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	QUE LUZ	0	2,0383	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	2,0571	3
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	2,0741	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	14,6351	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	14,6429	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	14,6810	3
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	14,7639	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	9,4110	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIF	0	9,4160	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,4398	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cif	0	9,4937	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,4579	1
			JLM.COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	3,4472	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	QUALY	0	3,4597	3
30	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tudo com 2 litros. (12571)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,4883	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,8877	1
			JLM.COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GOTA LIMPA	0	3,8886	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BABY PLUS	0	3,8898	3
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,9219	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	4,1681	1
			JLM.COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	4,1516	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	4,1703	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,2048	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Filtro coador de papel, para café, de 1º qualidade, tamanho nº 103, em caixas com 30 unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	3 CORAÇÕES	0	3,0934	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3 CORAÇÕES	0	3,0903	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRIGITA	0	3,0950	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brigitta	0	3,1206	4
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,2802	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DAMASPEL	0	6,2836	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TUBARÃO	0	6,2932	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,3354	4
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	80,3343	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAX	0	80,3772	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PROTECT	0	80,6847	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	81,0409	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Desodorizador ambiental em aerossol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,2054	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOMAR	0	7,1999	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA FRESH	0	7,2137	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	7,2688	4
36	Copo descartável, estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades e acondicionados em caixas de papelão com 2.500 unidades. (12577)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COPOSUL	0	343,4489	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TOTALPLAST	0	343,6323	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CRISTAL COP	0	344,9998	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Copobras	0	346,4698	4
37	Esfregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,3271	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GAUCHO	0	1,3150	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,3278	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Romar	0	1,3387	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PIKTUCHO	0	7,9250	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	7,9293	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FERINHA	0	7,9370	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Baby Piss	0	7,9947	4
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3,8504	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,8511	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	3,8524	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	3,8842	4
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1 2 3 BABY	0	1,6635	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	POM POM	0	1,6438	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	1,6644	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pom pom	0	1,6781	4
41	Vassourade nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm cor plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	7,2054	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	7,2083	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,2137	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Belannim	0	7,2688	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	1,7289	1		
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomaticamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade. (12583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	1,7189	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	1,7298	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	1,7441	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5,7288	1		
44	Pá de lixo uso domestica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DANNY	0	5,7319	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ideatex	0	5,7792	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7100	1		
							2		
							2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Limpa forno,frasco c/ aproximadamente 225 ml. (12585)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	9,7310	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	9,7954	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	8,5044	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EASY OFF	0	9,2664	2
46	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n°.100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,2708	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Easy off	0	9,3429	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT	0	1,2616	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3M	0	1,2493	2
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	1,2623	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Norton	0	1,2727	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,9158	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	2,9118	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	2,9174	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
48	Balde plásticopolipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TEKa	0	2,9415
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	6,7194
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	6,7230
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	6,7253
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,7786
49	Luva de procedimentos, descartável, não estéril - tamanho médio; em látex natural. Caixa com 100 unidades.Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,16 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros. ambidestra.boa elasticidade, resistente ao calçar, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TALGE	0	4,2803
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESCARPAC	0	4,2738
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TALGE	0	4,2825
50	Bota de borracha branca Nº 37, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço; sem gravação. (12590)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	4,3179
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA	0	34,3355
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3165

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
51	Bota de borracha branca Nº 38, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12591)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VUSCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718	3
52	Bota de borracha branca Nº 39, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12592)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
53	Bota de borracha branca Nº 40, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12593)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Bota de borracha branca Nº 42, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12594)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA:	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA:	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA:	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARCOTEX	0	14,0837	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KARSTEN	0	14,0913	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	REISTEN	0	14,1363	3
55	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARCOTEX	0	14,0837	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KARSTEN	0	14,0913	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	REISTEN	0	14,1363	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Karsten	0	14,2076	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 48/2013 Data do Registro: 20/12/2013 Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
56	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mtric com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	25,3919	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	25,4054	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	25,5016	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	25,6152	4		
57	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mtric com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	7,3176	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	7,3215	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	7,3284	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	7,3819	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2013
PROCESSO Nº 87/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49 2013PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 49/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Leite Zero Lactose, embalagem Tetra Pack de 1 litro com identificação do produto, rótulo com ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega. (12607)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	4,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 49/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2013
PROCESSO Nº 90/2013

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50 2013PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Saída 6h: Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Rua Dom Pedro - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua 26 de Setembro - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Dom Pedro - Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Rua Tiradentes - ENBT Km 20. Retorno aproximado: 7h e 20 min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro I - Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - SC 426 - Rua dos Pioneiros - ENBT Km 15 - SC 426 - Rua Tiradentes - ENBR Km 20. Retorno aproximado: 13h. Saída 16h e 50min: ENBT Km 15 - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - Tamandaré - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 18h e 30min. Capacidade de 40 lugares. (12464)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)			0	2.7400	1
---	--	----	-----------------------------	--	--	---	--------	---

Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)	0	2.7500	2
Laudemir Falkievicz - ME (9223)	0	2.9200	3
COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	0	3.3600	4
BRAULIO REIF (6729)	0	3.3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 50/2013

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

2	Saída 5h e 50min: Rod BRT 205 - Estrada Geral Ribeirão Vitória até a divisa com o Corruichel (Pouso Redondo) - Cascalheira - Celso Verdi - Tifa Wespahal - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaler - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua 28 de Setembro - Rua Amadeu Hercilio da Silva - Rua Duque de Caxias - ENBT Km 20 - Rua Tiradentes - EEB Adolfo Boving - SC 426 - ENBT Km 15. Retorno aproximado: 7h e 20min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving -Morro Silva - Rod. SC 426 - ENBT Km 15 - Transfaler - Travessa Transfaler/Rib. Vitória - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Entrada propriedade Osni Rode - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahal retornando a Estrada Geral - Travessa Transfaler/Rib.Vitória - Transfaler - Rod SC 426 - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 13h. Saída 16h e 50min - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rod SC 426 - Transfaler - Rod BRT 205 - Tifa Baade - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Baixa Vitória - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahal retornando a Estrada Geral - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaler - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno Aproximado: 18h e 20 min. Capacidade mínima para 25 lugares. (12465)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,5900	1
Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)							2
COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)							3
Laudemir Falkiewicz - ME (9223)							4
BRAULIO REIF (6729)							5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Saída 6h e 30min: EB Adriano Mosimann - Furnas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Furnas - Serril. Retorno aproximado: 7h e 20min. Saída 11h e 30min: EB Adriano Mosimann - Furnas - Águas Sulfurosas -ENBT Km 20 - Rua Tiradentes -Morro Silva - EEB Adolfo Boving - Duque de Caxias - Águas Sulfurosas - Furnas - Final das Furnas - Morro do Santo Antônio - EB Adriano Mosimann. Retorno aproximado: 12h e 50min. Saída 17h - EB Adriano Mosimann - Santo Antônio - Furnas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Furnas - Serril. Retorno aproximado: 18h 20min. Saída as 22h e 10min: Saída Adolfo Boeving - Águas Sulfurosas - Serril. Retorno aproximado 23h e 45 min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12466)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,7400	1
			Syllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2,7500	2
			Laudemir Falkievecz - ME (9223)		0	2,9200	3
			BRAULIO REIF (6729)		0	3,3700	4
			COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3,3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 50/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Saída 6h e 10min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 -EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Residência Marcolino) - Seril -- EB Adriano Mosimann - CEI Edson Amndt -Estrada Geral - Residência Egon Becker - Serril - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximando: 7h e 20min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdecir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Amndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - ROD SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 12h e 45min. Saída 17h: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdecir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Amndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - ROD SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 18h e 20min. Saída 22h e 10min: Colégio - Varandão - Lar Beneficente João 3:16 - ENBT Km 15 - Transfaller - Baixa Vitória - Final da Vitória. Retorno aproximado: 23h e 30min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12467)	KM	Syllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2,5000	1
			G.G. TURISWO LTDA ME (8766)		0	2,9000	2
			Laudemir Falkivecz - ME (9223)		0	2,9200	3
			BRAULIO REIF (8729)		0	3,3700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3,3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2013
PROCESSO Nº 88/2013

- (6729) - BRAULIO REIF
- (8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD
- (8766) - G.G. TURISMO LTDA ME
- (9222) - Stylus Transportes Coletivo Ltda
- (9223) - Laudemir Falkevez - ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2748/2014

PORTARIA Nº 2748/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ROSELI APARECIDA RIBEIRO DA ROSA, matrícula nº 373478, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Auxiliar Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/12/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2803/2014

PORTARIA Nº 2803/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. ZENAI-DE ALEXANDRE JACINTHO, matrícula nº 892912, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 31/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS -Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6077438760.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2747/2014

PORTARIA Nº 2747/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente de Obras o Sr. JOSE ANTÔNIO STOCCO, matrícula nº 1021770, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 16/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS -Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6079783421.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.775/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.775/2014

Concede benefício de Aposentadoria Compulsória a
Noé Conceição Pereira

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, b, 35 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 16/12/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 287/2014, benefício de Aposentadoria Compulsória a NOÉ CONCEIÇÃO PEREIRA, CPF 352.128.029-20.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/12/2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de Dezembro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2760/2014

PORTARIA Nº 2760/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar, em parte, a portaria nº 948/2012, que enquadrou DOROTEA MARIA DADA, Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, do quadro permanente do pessoal do Magistério do Município de Brusque, padrão de vencimento F, faixa nível II, nos termos da LC 146/2009.

ONDE SE LÊ: "... 20 horas semanais..."

LEIA-SE: "... 40 horas semanais..."

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros à 1º de Agosto de 2009, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de dezembro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2804/2014

PORTARIA Nº 2804/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. SABRINA DE SOUZA NUNES, matrícula nº 1005642, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25/12/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6085053740.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2749/2014

PORTARIA Nº 2749/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. CLARICE FARIAS DUTRA, matrícula nº 17841, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/12/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 46/2014 RETIFICAÇÃO Nº 05/2014

RETIFICAÇÃO Nº 05/2014 DO EDITAL Nº 46/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando a publicação da retificação nº 04/2014 do edital 046/2014, resolve COMUNICAR:

Em razão do ato convocatório dos aprovados no concurso público 002/2013 e que tomarão posse do cargo de professor, fica suspensa a convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo 046/2014 para exercer funções temporárias, no magistério municipal, até a escolha de vagas dos que ocuparão o cargo de professor de provimento efetivo.

Brusque, 18 de dezembro de 2014.
DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 186/2014

Processo Licitatório n. 186/2014

Pregão Presencial n. 111/2014

Recurso Administrativo

Recorrente: MINISTER SERVIÇOS LTDA EPP
Recorrida: LIND GUIMAR MACHADO ME
Objeto: Serviços de sonorização para a Administração Municipal

Mantenho a decisão originária, que conheceu de recurso administrativo e no mérito o julgou improcedente, nos quadrantes da fundamentação que ora ratifico, em cumprimento ao disposto no art. 109, § 4º da Lei 8.666/93

Brusque (SC), 18 de dezembro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2335/2014

Referente: Processo Administrativo Disciplinar nº 32/2014

Servidor: VALDIR DOS ANJOS ANTÔNIO

Portaria nº 2335/2014

(Departamento de Obra)

CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo designada pela Portaria nº 2335/2014 comunico a instauração contra V. Sa. do Processo de Administrativo de Disciplinar nº 32/2014, em desfavor

da servidor servidor VALDIR DOS ANJOS ANTÔNIO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 170.364.808-07, RG nº 4.912.067-0, ocupante do cargo de Agente Serviços Especiais, mat. 67220.3-01, lotado na secretária de Obras, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho datado de 09 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese o indiciado: a) não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função; b) é inassiduo e não cumpre com o horário; c) Não observa as normas legais e regulamentares; d) Não cumpre as ordens superiores; e) Não comunica à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço; f) ausenta-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato; g) Insubordinação grave em serviço. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, II, III, VI, VII, X, art. 175, incisos I, bem como art. 188, II, III, todos da Lei complementar 147/2009.

Considerando-se V. Sa. Citado (a), para os devidos efeitos legais, a partir da data da ciência deste documento, especialmente para assegurar o direito, de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador. Para querendo no Prazo de: 05 (cinco) dias a contar do recebimento para apresenta ROL DE TESTEMUNHA e 10 (dez) dias a contar do recebimento da presente intimação/citação para apresentar DEFESA INICIAL. Devendo ainda, V. Sa. indicar seu endereço completo para receber intimações/notificações, bem como das testemunhas.

INTIME-SE, ainda, para comparecer na data de 19/01/2015, com início às 8:30 h. (não será tolerado atraso), para depoimento das testemunhas, bem como sua ouvida de Vossa Senhoria, que realizar-se na Sala das Comissões, 3º Andar (sala junto ao Departamento de Recursos Humanos), na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (trazer documentos que achar necessário).

Brusque/SC, 11 de dezembro de 2014.

Fábio Caetano Pereira
Presidente

CONTRATO Nº 044/2008 SAMAE

CONTRATO Nº 044/2008

TERMO ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 044/2008, CELEBRADO EM 15/07/2008, ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E MUNICIPIO DIA A DIA EDITORA LTDA - EPP, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado o SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BRUSQUE/SC, pessoa jurídica de direito público, autarquia municipal, CNPJ nº 82.985.003/0001-96, com sede na Rua Dr. Penido, nº 297, bairro Centro, Brusque/SC, neste ato representado por seu Diretor Presidente, o Sr. Rogério Ristow, CPF nº 887.304.259-72, neste ato denominada CONTRATADA, e MUNICIPIO DIA A DIA EDITORA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, editora de jornal, CNPJ nº 80.685.233/0001-04, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 31, bairro Centro, Brusque/SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr. Cláudio José Schlindwein, CPF nº 887.806.949-34, neste ato denominada CONTRATANTE, tendo em vista o Contrato de Prestação de Serviço nº 044/2008 celebrado em 15/07/2008 e no intuito de manter o equilíbrio econômico entre as partes, têm entre si justa e acordada na melhor forma de direito, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERA O VALOR DA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO 044/2008 - VALOR DO TERMO ADITIVO

Conforme cláusula quinta, item 5.1 do contrato nº 044/2008

celebrado em 15/07/2008, pela prestação dos serviços especificados no contrato vigente, a CONTRATANTE pagará ao SAMAE, por recebimento, uma tarifa correspondente a R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por fatura. O preço reajustado passará a ser cobrado da CONTRATANTE a partir da competência de dezembro de 2014, sendo descontado diretamente no ato do repasse do valor arrecadado.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas, no que não colidirem as demais cláusulas e condições pactuadas no termo primitivo e posteriores alterações. E por estarem assim certas e ajustadas, e de pleno acordo com as cláusulas aditivas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta os efeitos legais desejados.

Brusque, SC, 24 de novembro de 2014.

Rogério Ristow Diretor Presidente SAMAE – Brusque/SC	Claudio José Schlindwein Sócio-Proprietário Município Dia a Dia Editora Ltda - EPP
--	--

EDITAL Nº 49/2014 RETIFICAÇÃO Nº 03/2014

RETIFICAÇÃO Nº 03/2014 DO EDITAL Nº 49/2014

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando a publicação da retificação nº 04/2014 do edital 046/2014, resolve COMUNICAR:

Em razão do ato convocatório dos aprovados no concurso público 002/2013 e que tomarão posse do cargo de coordenador, fica suspensa a convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo 049/2014 para exercer funções temporárias, no magistério municipal, até a escolha de vagas dos que ocuparão o cargo de coordenador de provimento efetivo.

Brusque, 18 de dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 186/2014 B

Processo Licitatório n. 186/2014

Pregão Presencial n. 111/2014

Recurso Administrativo

Recorrente: MINISTER SERVIÇOS LTDA EPP

Recorrida: AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI ME

Objeto: Serviços de sonorização para a Administração Municipal

Mantenho a decisão originária, que conheceu de recurso administrativo e no mérito o julgou improcedente, nos quadrantes da fundamentação que ora ratifico, em cumprimento ao disposto no art. 109, § 4º da Lei 8.666/93

Brusque (SC), 18 de dezembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 156/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 156/2014

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Ederson Manrich, ocupante do cargo de Agente de ETA, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF - 01A passando para o padrão de vencimento 4GF-01B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 à 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 18 de dezembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 157/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 157/2014

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Ednilson José da Cruz, ocupante do cargo de Agente de ETA, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF - 01A passando para o padrão de vencimento 4GF-01B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 à 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 18 de dezembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 158/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 158/2014

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional vertical para o servidor Jean Wons Fernandes, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-01B passando para o padrão de vencimento 3GF-02B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 à 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos financeiros a contar de 01/09/2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 18 de dezembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 2.641/2014

PORTARIA Nº 2.641/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar do exercício do cargo efetivo de Agente de Fiscalização, o Servidor Rafael Luiz Pinto, para exercer o cargo em comissão de Diretora Geral, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 08/12/2014.

§ único - O afastamento que trata este artigo, encontra fulcro, no artigo 22, inciso I, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Dezembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque,

08 de Dezembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

TERMO DE CONVÊNIO 002/2014 SAMAE

TERMO DE CONVÊNIO 002/2014

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBRANÇA DE VALOR DE TAXA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E FUNERÁRIA BECKER LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado, FUNERÁRIA BECKER LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.722.087/0001-50, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 348, bairro Centro, CEP 88350-201, Brusque/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador, o Sr. LUIZ GONZAGA BECKER, CPF nº. 049.533.809-59, doravante denominada CONVENIADA e do outro lado o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE BRUSQUE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.985.003/0001-96, com sede na Rua Dr. Penido, nº 297, bairro Centro, CEP 88350-460, Brusque/SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. ROGÉRIO RISTOW, CPF nº 887.304.259-72, doravante denominado CONVENIENTE, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto efetuar a cobrança da taxa referente à assinatura de convênios entre assinantes e a empresa FUNERÁRIA BECKER LTDA ME, por meio da fatura de consumo de água, conforme autorização da CONVENIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE**2. O CONVENIENTE obriga-se:**

2.1 Emitir os documentos de arrecadação com os valores expressos em Real (R\$) que forem devidos à CONVENIADA, referente aos valores da assinatura, efetivamente pagos pelos assinantes.

2.2 Constar em sua fatura a discriminação "F. São José - Paternon" e o valor da taxa de assinatura, fazendo este parte integrante do valor total da fatura.

2.3 Determinar que todos os documentos de arrecadação sejam autenticados mecanicamente, de forma que fique evidenciada a identificação do Banco, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido.

2.4 Fornecer os dados descritivos da arrecadação mensal à CONVENIADA, por meio de relatórios detalhados e/ou meios magnéticos.

2.5 Fica o CONVENIENTE autorizado a estornar da conta depósito mencionada na cláusula quinta, no item 5.2, deste CONVÊNIO o valor de pagamentos que, efetuados pelos assinantes para liquidação de seus compromissos com cheques, forem devolvidos pelos bancos sacados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**3. A CONVENIADA obriga-se:**

3.1 Enviar ao CONVENIENTE, no local previamente indicado, relatório detalhado e arquivo magnético via e-mail para débito nas faturas de consumo de água dos assinantes que optaram pelo sistema, até o dia 15 (quinze) do mês anterior ao vencimento.

3.2 Manter cópia do relatório detalhado e do arquivo magnético enviado ao CONVENIENTE para substituição na eventualidade de danificação do mesmo.

3.3 Encaminhar ao CONVENIENTE, através de relatório e arquivo magnético, todas as alterações que ocorrerem no controle de identificação do interessado, bem como as exclusões solicitadas.

3.4 Manter até o termo final deste CONVÊNIO todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e comerciais, resultante da sua execução, devidamente regularizados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante anuência prévia das partes.

4.2 Não havendo manifestação considerar-se-á rescindido o presente CONVÊNIO em 01 de janeiro de 2016, cessando todos os seus efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES

5.1 Pela prestação dos serviços especificados neste CONVÊNIO, a CONVENIADA pagará ao CONVENIENTE, por recebimento, uma tarifa fixa correspondente a R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por fatura.

5.2 A importância recebida pelo CONVENIENTE em razão do presente CONVÊNIO, será creditada na conta corrente nº 13000263-9, mantida na agência nº 4398, do Banco SANTANDER, de

titularidade da CONVENIADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das faturas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1 O CONVENIENTE ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos.

6.2 O CONVENIENTE, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexistência das informações e valores consignados nos arquivos apresentados pela CONVENIADA, limitando-se a efetuar o lançamento do valor na fatura de consumo de água dos assinantes.

6.3 É de inteira responsabilidade da CONVENIADA colher a assinatura dos usuários no termo de autorização de cobrança, bem como a verificação de legitimidade do autorizante em firmar o termo, assumindo inteiramente a responsabilidade e eximindo o CONVENIENTE de qualquer penalidade em decorrência de falhas neste processo.

6.4 É responsabilidade exclusiva da CONVENIADA manter em arquivo o termo de autorização de cobrança assinada pelo usuário e remeter ao CONVENIENTE, mensalmente, cópia dos seguintes documentos referentes as novas assinaturas: a) autorização devidamente assinada; b) fatura de água; e c) CPF e RG do assinante.

6.5 Transtornos causados aos usuários em decorrência de erros nos arquivos magnéticos ou por informações inexatas serão entendidos como descumprimento de cláusula contratual.

6.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do repasse, o CONVENIENTE ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 Será assegurada a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e ampla defesa, com exceção da rescisão por descumprimento da cláusula 3.4 e o regular termo do CONVÊNIO conforme cláusula quarta.

7.2 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste CONVÊNIO, por parte da CONVENIADA, assegurará ao CONVENIENTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei n. 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

7.3 Ficará, o presente CONVÊNIO, rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos: a) falência ou liquidação da CONVENIADA; b) incorporação da CONVENIADA a outra firma ou empresa, ou ainda, fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONVENIENTE; e c) extinção da CONVENIADA.

7.4 O presente CONVÊNIO poderá ainda ser rescindido, sem qualquer ônus, por conveniência administrativa do CONVENIENTE, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando o CONVENIENTE desobrigado de pagamento à CONVENIADA de qualquer indenização por esse ato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO E DEMAIS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Aplica-se ao presente CONVÊNIO nas partes omissas, a Lei n. 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos - e demais

normas pertinentes à matéria.

8.2 Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

8.3 As partes elegem o foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para único efeito, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente convênio, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Brusque/SC, 24 de novembro de 2014.

Luiz Gonzaga Becker	Rogério Ristow
Sócio Administrador da Funerária Becker Ltda ME	Diretor Presidente – SAMAE Brusque

TERMO DE CONVÊNIO 003/2014 SAMAE

TERMO DE CONVÊNIO 003/2014

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES ESPONTÂNEAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - ACAPRA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado, ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - ACAPRA, inscrita no CNPJ sob nº 03.772.251/0001-82, com sede na Rua Florianópolis, nº 1527, bairro Primeiro de Maio, CEP 88353-501, Brusque/SC, neste ato representado por sua Presidente, a Sra. LILIAN VALQUIRIA DRESSEL, CPF nº. 006.231.009-75, doravante denominada CONVENIADA e do outro lado o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE DE BRUSQUE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.985.003/0001-96, com sede na Rua Dr. Penido, nº 297, bairro Centro, CEP 88350-460, Brusque/SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. ROGÉRIO RISTOW, CPF nº 887.304.259-72, doravante denominado CONVENENTE, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto auxiliar a cobrança das contribuições espontâneas efetuadas pelos contribuintes à ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - ACAPRA, por meio da fatura de consumo de água, conforme autorização da CONVENIADA e de acordo com a Lei Municipal 2.298/1998.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

2. O CONVENENTE obriga-se:

2.1 Emitir os documentos de arrecadação com os valores expressos em Real (R\$) que forem devidos à CONVENIADA, referente aos valores das contribuições, efetivamente pagos pelos contribuintes.

2.2 Constar em sua fatura a discriminação "ACAPRA" e o valor da contribuição, fazendo este parte integrante do valor total da

fatura.

2.3 Determinar que todos os documentos de arrecadação sejam autenticados mecanicamente, de forma que fique evidenciada a identificação do Banco, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido.

2.4 Fornecer os dados descritivos da arrecadação mensal à CONVENIADA, por meio de relatórios detalhados e/ou meios magnéticos.

2.5 Fica o CONVENENTE autorizado a estornar da conta depósito mencionada na cláusula quinta, no item 5.2, deste CONVÊNIO o valor de pagamentos que, efetuados pelos contribuintes para liquidação de seus compromissos com cheques, forem devolvidos pelos bancos sacados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

3. A CONVENIADA obriga-se:

3.1 Enviar ao CONVENENTE, no local previamente indicado, relatório detalhado e arquivo magnético via e-mail para débito nas faturas de consumo de água dos contribuintes que optaram pelo sistema, até o dia 15 (quinze) do mês anterior ao vencimento.

3.2 Manter cópia do relatório detalhado e do arquivo magnético enviado ao CONVENENTE para substituição na eventualidade de danificação do mesmo.

3.3 Encaminhar ao CONVENENTE, através de relatório e arquivo magnético, todas as alterações que ocorrerem no controle de identificação do interessado, bem como as exclusões solicitadas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante anuência prévia das partes.

4.2 Não havendo manifestação considerar-se-á rescindido o presente CONVÊNIO em 01 de janeiro de 2016, cessando todos os seus efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES

5.1 Pela prestação dos serviços especificados neste CONVÊNIO, a CONVENIADA estará isenta de pagamento, podendo o CONVENENTE, entretanto, de acordo com a necessidade, futuramente promover o desconto dos custos operacionais, para cobertura das despesas advindas do presente convênio nos termos do artigo 3º da Lei Municipal 2.298/98 mediante comunicação expressa à CONVENIADA.

5.2 A importância recebida pelo CONVENENTE em razão do presente CONVÊNIO, será creditada na conta corrente nº 362.763-2, mantida na agência nº 5233-7, do Banco do Brasil, de titularidade da CONVENIADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das faturas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1 O CONVENENTE ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos.

6.2 O CONVENENTE, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexatidão das informações e valores consignados nos arquivos apresentados

pela CONVENIADA, limitando-se a efetuar o lançamento do valor na fatura de consumo de água dos contribuintes.

6.3 É de inteira responsabilidade da CONVENIADA colher a assinatura dos usuários no termo de autorização de cobrança, bem como a verificação de legitimidade do autorizante em firmar o termo, assumindo inteiramente a responsabilidade e eximindo o CONVENIENTE de qualquer penalidade em decorrência de falhas neste processo.

6.4 É responsabilidade exclusiva da CONVENIADA manter em arquivo o termo de autorização de cobrança assinada pelo usuário e remeter ao CONVENIENTE, mensalmente, cópia dos seguintes documentos referentes aos novos contribuintes: a) autorização devidamente assinada; b) fatura de água; e c) CPF e RG do contribuinte.

6.5 Transtornos causados aos usuários em decorrência de erros nos arquivos magnéticos ou por informações inexatas serão entendidos como descumprimento de cláusula contratual.

6.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do repasse, o CONVENIENTE ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 Será assegurada a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e ampla defesa.

7.2 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste CONVÊNIO, por parte da CONVENIADA, assegurará ao CONVENIENTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei n. 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

7.3 Ficará, o presente CONVÊNIO, rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos: a) falência ou liquidação da CONVENIADA; b) incorporação da CONVENIADA a outra firma ou empresa, ou ainda, fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONVENIENTE; e c) extinção da CONVENIADA.

7.4 O presente CONVÊNIO poderá ainda ser rescindido, sem qualquer ônus, por conveniência administrativa do CONVENIENTE, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando o CONVENIENTE desobrigado de pagamento à CONVENIADA de qualquer indenização por esse ato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO E DEMAIS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Aplica-se ao presente CONVÊNIO nas partes omissas, a Lei n. 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos - e demais normas pertinentes à matéria.

8.2 Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

8.3 As partes elegem o foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para único efeito, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos,

comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente convênio, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Brusque/SC, 24 de novembro de 2014.

Lilian Dressel	Rogério Ristow
Presidente da Associação Brusquense de Proteção aos Animais - ACAPRA	Diretor Presidente - SAMAE Brusque

TERMO DE CONVÊNIO 004/2014 SAMAE

TERMO DE CONVÊNIO 004/2014

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES ESPONTÂNEAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E LAR MENINO DEUS, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado, LAR MENINO DEUS, inscrita no CNPJ sob nº 01.370.268/0001-88, com sede na Rua João XXIII, nº 380, bairro Águas Claras, CEP 88353-530, Brusque/SC, neste ato representado por sua Presidente, a Sra. CATIA THOMAZ DE CASTRO, CPF nº. 046.333.719-08, por meio de sua procuradora Sra. HELENA DIAS, CPF nº. 520.826.609-15, doravante denominada CONVENIADA e do outro lado o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE BRUSQUE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.985.003/0001-96, com sede na Rua Dr. Penido, nº 297, bairro Centro, CEP 88350-460, Brusque/SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. ROGÉRIO RISTOW, CPF nº 887.304.259-72, doravante denominado CONVENIENTE, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto auxiliar a cobrança das contribuições espontâneas efetuadas pelos contribuintes ao LAR MENINO DEUS, por meio da fatura de consumo de água, conforme autorização da CONVENIADA e de acordo com a Lei Municipal 2.298/1998.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

2. O CONVENIENTE obriga-se:

2.1 Emitir os documentos de arrecadação com os valores expressos em Real (R\$) que forem devidos à CONVENIADA, referente aos valores das contribuições, efetivamente pagos pelos contribuintes.

2.2 Constar em sua fatura a discriminação "LAR MENINO DEUS" e o valor da contribuição, fazendo este parte integrante do valor total da fatura.

2.3 Determinar que todos os documentos de arrecadação sejam autenticados mecanicamente, de forma que fique evidenciada a identificação do Banco, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido.

2.4 Fornecer os dados descritivos da arrecadação mensal à CONVENIADA, por meio de relatórios detalhados e/ou meios magnéticos.

2.5 Fica o CONVENIENTE autorizado a estornar da conta depósito mencionada na cláusula quinta, no item 5.2, deste CONVÊNIO o valor de pagamentos que, efetuados pelos contribuintes para

liquidação de seus compromissos com cheques, forem devolvidos pelos bancos sacados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

3. A CONVENIADA obriga-se:

3.1 Enviar ao CONVENIENTE, no local previamente indicado, relatório detalhado e arquivo magnético via e-mail para débito nas faturas de consumo de água dos contribuintes que optaram pelo sistema, até o dia 15 (quinze) do mês anterior ao vencimento.

3.2 Manter cópia do relatório detalhado e do arquivo magnético enviado ao CONVENIENTE para substituição na eventualidade de danificação do mesmo.

3.3 Encaminhar ao CONVENIENTE, através de relatório e arquivo magnético, todas as alterações que ocorrerem no controle de identificação do interessado, bem como as exclusões solicitadas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante anuência prévia das partes.

4.2 Não havendo manifestação considerar-se-á rescindido o presente CONVÊNIO em 01 de janeiro de 2016, cessando todos os seus efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES

5.1 Pela prestação dos serviços especificados neste CONVÊNIO, a CONVENIADA estará isenta de pagamento, podendo o CONVENIENTE, entretanto, de acordo com a necessidade, futuramente promover o desconto dos custos operacionais, para cobertura das despesas advindas do presente convênio nos termos do artigo 3º da Lei Municipal 2.298/98 mediante comunicação expressa à CONVENIADA.

5.2 A importância recebida pelo CONVENIENTE em razão do presente CONVÊNIO, será creditada na conta corrente nº 325.507-7, mantida na agência nº 5233-7, do Banco do Brasil, de titularidade da CONVENIADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das faturas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1 O CONVENIENTE ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos.

6.2 O CONVENIENTE, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexatidão das informações e valores consignados nos arquivos apresentados pela CONVENIADA, limitando-se a efetuar o lançamento do valor na fatura de consumo de água dos contribuintes.

6.3 É de inteira responsabilidade da CONVENIADA colher a assinatura dos usuários no termo de autorização de cobrança, bem como a verificação de legitimidade do autorizante em firmar o termo, assumindo inteiramente a responsabilidade e eximindo o CONVENIENTE de qualquer penalidade em decorrência de falhas neste processo.

6.4 É responsabilidade exclusiva da CONVENIADA manter em arquivo o termo de autorização de cobrança assinada pelo usuário e remeter ao CONVENIENTE, mensalmente, cópia dos seguintes documentos referentes aos novos contribuintes: a) autorização

devidamente assinada; b) fatura de água; e c) CPF e RG do contribuinte.

6.5 Transtornos causados aos usuários em decorrência de erros nos arquivos magnéticos ou por informações inexatas serão entendidos como descumprimento de cláusula contratual.

6.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do repasse, o CONVENIENTE ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 Será assegurada a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e ampla defesa.

7.2 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste CONVÊNIO, por parte da CONVENIADA, assegurará ao CONVENIENTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei n. 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

7.3 Ficará, o presente CONVÊNIO, rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos: a) falência ou liquidação da CONVENIADA; b) incorporação da CONVENIADA a outra firma ou empresa, ou ainda, fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONVENIENTE; e c) extinção da CONVENIADA.

7.4 O presente CONVÊNIO poderá ainda ser rescindido, sem qualquer ônus, por conveniência administrativa do CONVENIENTE, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando o CONVENIENTE desobrigado de pagamento à CONVENIADA de qualquer indenização por esse ato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO E DEMAIS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Aplica-se ao presente CONVÊNIO nas partes omissas, a Lei n. 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos - e demais normas pertinentes à matéria.

8.2 Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

8.3 As partes elegem o foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para único efeito, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente convênio, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Brusque/SC, 24 de novembro de 2014.

Helena Dias	Rogério Ristow
Procuradora e Diretora – Lar Menino Deus	Diretor Presidente – SAMAE Brusque

TERMO DE CONVÊNIO 005/2014 SAMAE
TERMO DE CONVÊNIO 005/2014

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES ESPONTÂNEAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado, HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, inscrita no CNPJ sob nº 82.986.985/0001-30, com sede na Rua Azambuja, nº 1089, bairro Azambuja, CEP 88353-902, Brusque/SC, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Pe. Nélio Roberto Schwanke, CPF nº. 093.550.819-87, doravante denominada CONVENIADA e do outro lado o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE DE BRUSQUE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.985.003/0001-96, com sede na Rua Dr. Penido, nº 297, bairro Centro, CEP 88350-460, Brusque/SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. ROGÉRIO RISTOW, CPF nº 887.304.259-72, doravante denominado CONVENENTE, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto auxiliar a cobrança das contribuições espontâneas efetuadas pelos contribuintes ao HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, por meio da fatura de consumo de água, conforme autorização da CONVENIADA e de acordo com a Lei Municipal 2.298/1998.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE**2. O CONVENENTE obriga-se:**

2.1 Emitir os documentos de arrecadação com os valores expressos em Real (R\$) que forem devidos à CONVENIADA, referente aos valores das contribuições, efetivamente pagos pelos contribuintes.

2.2 Constar em sua fatura a discriminação "HOSPITAL AZAMBUJA" e o valor da contribuição, fazendo este parte integrante do valor total da fatura.

2.3 Determinar que todos os documentos de arrecadação sejam autenticados mecanicamente, de forma que fique evidenciada a identificação do Banco, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido.

2.4 Fornecer os dados descritivos da arrecadação mensal à CONVENIADA, por meio de relatórios detalhados e/ou meios magnéticos.

2.5 Fica o CONVENENTE autorizado a estornar da conta depósito mencionada na cláusula quinta, no item 5.2, deste CONVÊNIO o valor de pagamentos que, efetuados pelos contribuintes para liquidação de seus compromissos com cheques, forem devolvidos pelos bancos sacados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**3. A CONVENIADA obriga-se:**

3.1 Enviar ao CONVENENTE, no local previamente indicado, relatório detalhado e arquivo magnético via e-mail para débito nas faturas de consumo de água dos contribuintes que optaram pelo sistema, até o dia 15 (quinze) do mês anterior ao vencimento.

3.2 Manter cópia do relatório detalhado e do arquivo magnético enviado ao CONVENENTE para substituição na eventualidade de danificação do mesmo.

3.3 Encaminhar ao CONVENENTE, através de relatório e arquivo magnético, todas as alterações que ocorrerem no controle de identificação do interessado, bem como as exclusões solicitadas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante anuência prévia das partes.

4.2 Não havendo manifestação considerar-se-á rescindido o presente CONVÊNIO em 01 de janeiro de 2016, cessando todos os seus efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES

5.1 Pela prestação dos serviços especificados neste CONVÊNIO, a CONVENIADA estará isenta de pagamento, podendo o CONVENENTE, entretanto, de acordo com a necessidade, futuramente promover o desconto dos custos operacionais, para cobertura das despesas advindas do presente convênio nos termos do artigo 3º da Lei Municipal 2.298/98 mediante comunicação expressa à CONVENIADA.

5.2 A importância recebida pelo CONVENENTE em razão do presente CONVÊNIO, será creditada na conta corrente nº 3.372-3, mantida na agência nº 0401-4, do Banco do Brasil, de titularidade da CONVENIADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das faturas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1 O CONVENENTE ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos.

6.2 O CONVENENTE, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexistência das informações e valores consignados nos arquivos apresentados pela CONVENIADA, limitando-se a efetuar o lançamento do valor na fatura de consumo de água dos contribuintes.

6.3 É de inteira responsabilidade da CONVENIADA colher a assinatura dos usuários no termo de autorização de cobrança, bem como a verificação de legitimidade do autorizante em firmar o termo, assumindo inteiramente a responsabilidade e eximindo o CONVENENTE de qualquer penalidade em decorrência de falhas neste processo.

6.4 É responsabilidade exclusiva da CONVENIADA manter em arquivo o termo de autorização de cobrança assinada pelo usuário e remeter ao CONVENENTE, mensalmente, cópia dos seguintes documentos referentes aos novos contribuintes: a) autorização devidamente assinada; b) fatura de água; e c) CPF e RG do contribuinte.

6.5 Transtornos causados aos usuários em decorrência de erros nos arquivos magnéticos ou por informações inexatas serão entendidos como descumprimento de cláusula contratual.

6.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do repasse, o CONVENENTE ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 Será assegurada a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e ampla defesa.

7.2 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste CONVÊNIO, por parte da CONVENIADA, assegurará ao CONVENIENTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei n. 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

7.3 Ficará, o presente CONVÊNIO, rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos: a) falência ou liquidação da CONVENIADA; b) incorporação da CONVENIADA a outra firma ou empresa, ou ainda, fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONVENIENTE; e c) extinção da CONVENIADA.

7.4 O presente CONVÊNIO poderá ainda ser rescindido, sem qualquer ônus, por conveniência administrativa do CONVENIENTE, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando o CONVENIENTE desobrigado de pagamento à CONVENIADA de qualquer indenização por esse ato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO E DEMAIS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Aplica-se ao presente CONVÊNIO nas partes omissas, a Lei n. 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos - e demais normas pertinentes à matéria.

8.2 Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

8.3 As partes elegem o foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para único efeito, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente convênio, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Brusque/SC, 24 de novembro de 2014.

Pe. Nélio Roberto Schwanke	Rogério Ristow
Diretor Administrativo – Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux	Diretor Presidente – SAMAE Brusque

TERMO DE CONVÊNIO 006/2014 SAMAE

TERMO DE CONVÊNIO 006/2014

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBRANÇA DE VALOR DE TAXA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E CATARINENSE CONVÊNIOS LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado, CATARINENSE CONVÊNIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.315.743/0001-25, com sede na Rua Santos Dumont, nº 487, Sala 01, bairro Santa Terezinha, CEP 88352-201, Brusque/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador, o Sr. AMILTON GUSTAVO KUSTER DE CAMARGO, CPF nº. 707.990.169-34, doravante denominada CONVENIADA e do outro lado o SERVIÇO

AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE DE BRUSQUE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.985.003/0001-96, com sede na Rua Dr. Penido, nº 297, bairro Centro, CEP 88350-460, Brusque/SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. ROGÉRIO RISTOW, CPF nº 887.304.259-72, doravante denominado CONVENIENTE, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto efetuar a cobrança da taxa referente à assinatura de convênios entre assinantes e a empresa CATARINENSE CONVÊNIOS LTDA ME, por meio da fatura de consumo de água, conforme autorização da CONVENIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

2. O CONVENIENTE obriga-se:

2.1 Emitir os documentos de arrecadação com os valores expressos em Real (R\$) que forem devidos à CONVENIADA, referente aos valores da assinatura, efetivamente pagos pelos assinantes.

2.2 Constar em sua fatura a discriminação "Catarinense Convênios" e o valor da taxa de assinatura, fazendo este parte integrante do valor total da fatura.

2.3 Determinar que todos os documentos de arrecadação sejam autenticados mecanicamente, de forma que fique evidenciada a identificação do Banco, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido.

2.4 Fornecer os dados descritivos da arrecadação mensal à CONVENIADA, por meio de relatórios detalhados e/ou meios magnéticos.

2.5 Fica o CONVENIENTE autorizado a estornar da conta depósito mencionada na cláusula quinta, no item 5.2, deste CONVÊNIO o valor de pagamentos que, efetuados pelos assinantes para liquidação de seus compromissos com cheques, forem devolvidos pelos bancos sacados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

3. A CONVENIADA obriga-se:

3.1 Enviar ao CONVENIENTE, no local previamente indicado, relatório detalhado e arquivo magnético via e-mail para débito nas faturas de consumo de água dos assinantes que optaram pelo sistema, até o dia 15 (quinze) do mês anterior ao vencimento.

3.2 Manter cópia do relatório detalhado e do arquivo magnético enviado ao CONVENIENTE para substituição na eventualidade de danificação do mesmo.

3.3 Encaminhar ao CONVENIENTE, através de relatório e arquivo magnético, todas as alterações que ocorrerem no controle de identificação do interessado, bem como as exclusões solicitadas.

3.4 Manter até o termo final deste CONVÊNIO todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e comerciais, resultante da sua execução, devidamente regularizados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante anuência prévia das partes.

4.2 Não havendo manifestação considerar-se-á rescindido o presente CONVÊNIO em 01 de janeiro de 2016, cessando todos os seus efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES

5.1 Pela prestação dos serviços especificados neste CONVÊNIO, a CONVENIADA pagará ao CONVENENTE, por recebimento, uma tarifa fixa correspondente a R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por fatura.

5.2 A importância recebida pelo CONVENENTE em razão do presente CONVÊNIO, será creditada na conta corrente nº 269162-0, mantida na agência nº 0101, da Cooperativa de Crédito VIACREDI, de Gaspar/SC, de titularidade da CONVENIADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das faturas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1 O CONVENENTE ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos.

6.2 O CONVENENTE, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexatidão das informações e valores consignados nos arquivos apresentados pela CONVENIADA, limitando-se a efetuar o lançamento do valor na fatura de consumo de água dos assinantes.

6.3 É de inteira responsabilidade da CONVENIADA colher a assinatura dos usuários no termo de autorização de cobrança, bem como a verificação de legitimidade do autorizante em firmar o termo, assumindo inteiramente a responsabilidade e eximindo o CONVENENTE de qualquer penalidade em decorrência de falhas neste processo.

6.4 É responsabilidade exclusiva da CONVENIADA manter em arquivo o termo de autorização de cobrança assinada pelo usuário e remeter ao CONVENENTE, mensalmente, cópia dos seguintes documentos referentes as novas assinaturas: a) autorização devidamente assinada; b) fatura de água; e c) CPF e RG do assinante.

6.5 Transtornos causados aos usuários em decorrência de erros nos arquivos magnéticos ou por informações inexatas serão entendidos como descumprimento de cláusula contratual.

6.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do repasse, o CONVENENTE ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 Será assegurada a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e ampla defesa, com exceção da rescisão por descumprimento da cláusula 3.4 e o regular termo do CONVÊNIO conforme cláusula quarta.

7.2 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste CONVÊNIO, por parte da CONVENIADA, assegurará ao CONVENENTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei n. 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

7.3 Ficará, o presente CONVÊNIO, rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos: a) falência ou liquidação da CONVENIADA; b) incorporação da CONVENIADA a outra firma ou empresa, ou ainda, fusão da mesma com outra empresa, sem a

prévia e expressa concordância do CONVENENTE; e c) extinção da CONVENIADA.

7.4 O presente CONVÊNIO poderá ainda ser rescindido, sem qualquer ônus, por conveniência administrativa do CONVENENTE, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando o CONVENENTE desobrigado de pagamento à CONVENIADA de qualquer indenização por esse ato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO E DEMAIS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Aplica-se ao presente CONVÊNIO nas partes omissas, a Lei n. 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos - e demais normas pertinentes à matéria.

8.2 Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

8.3 As partes elegem o foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para único efeito, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente convênio, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Brusque/SC, 24 de novembro de 2014.

Amilton Gustavo Kuster de Camargo	Rogério Ristow
Sócio Administrador da Catarinense Convênios Ltda ME	Diretor Presidente – SAMAE Brusque

TERMO DE CONVÊNIO 007/2014 SAMAE

TERMO DE CONVÊNIO 007/2014

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBRANÇA DE VALOR DE TAXA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E S CONVÊNIOS LTDA EPP, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, os abaixo assinados, de um lado, S CONVÊNIOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 06.079.231/0001-19, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 129, Sala 01, bairro Centro, CEP 88350-200, Brusque/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador, o Sr. CELIO ALCIONE ZUCHI, CPF nº. 776.881.809-10, doravante denominada CONVENIADA e do outro lado o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE BRUSQUE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.985.003/0001-96, com sede na Rua Dr. Penido, nº 297, bairro Centro, CEP 88350-460, Brusque/SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. ROGÉRIO RISTOW, CPF nº 887.304.259-72, doravante denominado CONVENENTE, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto efetuar a cobrança da taxa referente à assinatura de convênios entre assinantes e a empresa S CONVÊNIOS LTDA EPP, por meio da fatura de consumo de água, conforme autorização da CONVENIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

2. O CONVENENTE obriga-se:

2.1 Emitir os documentos de arrecadação com os valores expressos em Real (R\$) que forem devidos à CONVENIADA, referente aos valores da assinatura, efetivamente pagos pelos assinantes.

2.2 Constar em sua fatura a discriminação "S Convênios Ltda" e o valor da taxa de assinatura, fazendo este parte integrante do valor total da fatura.

2.3 Determinar que todos os documentos de arrecadação sejam autenticados mecanicamente, de forma que fique evidenciada a identificação do Banco, a máquina utilizada, o número da operação, a data e o valor recebido.

2.4 Fornecer os dados descritivos da arrecadação mensal à CONVENIADA, por meio de relatórios detalhados e/ou meios magnéticos.

2.5 Fica o CONVENENTE autorizado a estornar da conta depósito mencionada na cláusula quinta, no item 5.2, deste CONVÊNIO o valor de pagamentos que, efetuados pelos assinantes para liquidação de seus compromissos com cheques, forem devolvidos pelos bancos sacados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

3. A CONVENIADA obriga-se:

3.1 Enviar ao CONVENENTE, no local previamente indicado, relatório detalhado e arquivo magnético via e-mail para débito nas faturas de consumo de água dos assinantes que optaram pelo sistema, até o dia 15 (quinze) do mês anterior ao vencimento.

3.2 Manter cópia do relatório detalhado e do arquivo magnético enviado ao CONVENENTE para substituição na eventualidade de danificação do mesmo.

3.3 Encaminhar ao CONVENENTE, através de relatório e arquivo magnético, todas as alterações que ocorrerem no controle de identificação do interessado, bem como as exclusões solicitadas.

3.4 Manter até o termo final deste CONVÊNIO todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e comerciais, resultante da sua execução, devidamente regularizados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2015, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante anuência prévia das partes.

4.2 Não havendo manifestação considerar-se-á rescindido o presente CONVÊNIO em 01 de janeiro de 2016, cessando todos os seus efeitos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES

5.1 Pela prestação dos serviços especificados neste CONVÊNIO, a CONVENIADA pagará ao CONVENENTE, por recebimento, uma tarifa fixa correspondente a R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por fatura.

5.2 A importância recebida pelo CONVENENTE em razão do presente CONVÊNIO, será creditada na conta corrente nº 30.635-5, mantida na agência nº 3269, da Cooperativa de Crédito BLUCREDI, de titularidade da CONVENIADA, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das faturas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1 O CONVENENTE ficará isento de qualquer responsabilidade se os arquivos de movimento não forem entregues nos prazos estabelecidos.

6.2 O CONVENENTE, na qualidade de simples mandatário, fica isento de qualquer responsabilidade pela omissão ou inexistência das informações e valores consignados nos arquivos apresentados pela CONVENIADA, limitando-se a efetuar o lançamento do valor na fatura de consumo de água dos assinantes.

6.3 É de inteira responsabilidade da CONVENIADA colher a assinatura dos usuários no termo de autorização de cobrança, bem como a verificação de legitimidade do autorizante em firmar o termo, assumindo inteiramente a responsabilidade e eximindo o CONVENENTE de qualquer penalidade em decorrência de falhas neste processo.

6.4 É responsabilidade exclusiva da CONVENIADA manter em arquivo o termo de autorização de cobrança assinada pelo usuário e remeter ao CONVENENTE, mensalmente, cópia dos seguintes documentos referentes as novas assinaturas: a) autorização devidamente assinada; b) fatura de água; e c) CPF e RG do assinante.

6.5 Transtornos causados aos usuários em decorrência de erros nos arquivos magnéticos ou por informações inexatas serão entendidos como descumprimento de cláusula contratual.

6.6 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do repasse, o CONVENENTE ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 Será assegurada a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e ampla defesa, com exceção da rescisão por descumprimento da cláusula 3.4 e o regular termo do CONVÊNIO conforme cláusula quarta.

7.2 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste CONVÊNIO, por parte da CONVENIADA, assegurará ao CONVENENTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei n. 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

7.3 Ficará, o presente CONVÊNIO, rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos: a) falência ou liquidação da CONVENIADA; b) incorporação da CONVENIADA a outra firma ou empresa, ou ainda, fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONVENENTE; e c) extinção da CONVENIADA.

7.4 O presente CONVÊNIO poderá ainda ser rescindido, sem qualquer ônus, por conveniência administrativa do CONVENENTE, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando o CONVENENTE desobrigado de pagamento à CONVENIADA de qualquer indenização por esse ato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO E DEMAIS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Aplica-se ao presente CONVÊNIO nas partes omissas, a Lei n. 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos - e demais normas pertinentes à matéria.

8.2 Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços

ajustados neste CONVÊNIO dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

8.3 As partes elegem o foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para único efeito, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente convênio, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Brusque/SC, 24 de novembro de 2014.

Celio Alcione Zuchi	Rogério Ristow
Sócio Administrador da S Convênios Ltda EPP	Diretor Presidente – SAMAE Brusque

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.239/2014

DECRETO Nº 6.239, de 05 de dezembro de 2014.

Estabelece preços públicos para utilização das dependências do Parque das Araucárias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 57D, do Código Tributário de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º A utilização das instalações do Parque das Araucárias em eventos de qualquer natureza, realizados por particulares, associações, clubes de serviços, órgãos de classes, poderá ser autorizada, mediante pagamento de preço público, recolhido em conta corrente específica para Manutenção do Parque das Araucárias, na seguinte conformidade:

I - salão I, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - salão II, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

III - área destinada para estacionamento, desde que não haja eventos nos salões, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

IV - área total do Parque das Araucárias, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º O período mínimo considerado para efeito de cálculo do preço é o de um dia.

§ 2º Os preços fixados terão validade para qualquer dia da semana.

§ 3º A Secretaria Municipal do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, após ouvida a Comissão de Gestão do Parque das Araucárias, poderá, em função do tipo do evento e dos custos de manutenção incidentes, suprimir ou majorar os valores estipulados.

Art. 2º A gestão administrativa e financeira do Parque das Araucárias será realizada por comissão designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º Será firmado termo de permissão de uso a título precário e oneroso entre o Município de Caçador e o permissionário.

Art. 4º Os bens móveis pertencentes ao Parque das Araucárias somente poderão ser utilizados dentro da área do Parque, ficando proibida a retirada de quaisquer móveis, utensílios e/ou equipamentos do local.

Art. 5º O permissionário ficará responsável civil e criminalmente pela utilização do local e ressarcirá aos cofres públicos qualquer evento danoso a que der causa.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 4.981, de 12 de setembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de dezembro de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.240/2014

DECRETO nº 6.240, de 05 de dezembro de 2014.
Nomeia Comissão de Gestão do Parque das Araucárias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados cidadãos abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro para integrar a Comissão de Gestão do Parque das Araucárias, na forma abaixo:

- I - Mário Luiz Cachiski;
- II - Roselaine de Almeida Périco;
- III - Ivonete Ruppel Mello;
- IV - João Paulo Debarba;
- V - Luiz Gustavo Pavelski.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.253/2014

DECRETO Nº 6.253, de 15 de dezembro de 2014.
Suplementa dotações orçamentárias, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do superávit financeiro, verificado no exercício de 2013, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 5º, alínea "f" da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, na importância total de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais):

09.01 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC
04.122.0007.2034 - Manutenção das atividades do IPASC
3.1.90.00.0156 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
04.122.0007.2035 - Manutenção da Previdência Social dos Servidores
3.1.90.00.0156 - Aplicações Diretas R\$ 310.000,00
Total R\$ 320.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício 2013, no valor de R\$ 320.000,00

(trezentos e vinte mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 6.254/2014

DECRETO Nº 6.254, de 16 de dezembro de 2014.
Estabelece preços públicos para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015, os seguintes preços públicos, concernentes aos serviços especificados, prestados pelo Município:

DISCRIMINAÇÃO**1. REQUERIMENTOS R\$**

- 1.1 - Baixa, cancelamento, transferências, revalidações ou alterações de qualquer natureza 20,48
- 1.2 - Inscrições ou pedidos de licenças de qualquer natureza 20,48
- 1.3 - Retificação e revisão de lançamentos tributários 20,48
- 1.4 - Vistorias ou laudos de qualquer natureza 204,00
- 1.5 - Abertura de Ruas Asfaltadas 204,00 por metro linear
- 1.6 - Outros requerimentos 10,00

2. CERTIDÕES

- 2.1 - Certidão de baixa 41,00
- 2.2 - Certidão negativa de débito 41,00
- 2.3 - Negativa de multa de trânsito 41,00
- 2.4 - Certidão de pagamento de impostos:
 - 2.4.1 - Até 05 anos 41,00
 - 2.4.2 - De 06 a 15 anos 102,00
 - 2.4.3 - De 16 a 30 anos 204,00
 - 2.4.4 - Mais de 30 anos 408,00
- 2.5 - Certidão de situação imobiliária 41,00
- 2.6 - Certidão de área de preservação permanente 41,00
- 2.7 - Outras certidões 41,00

3. LOTEAMENTOS

- 3.1 - Viabilidade para aprovação 41,00
- 3.2 - Aprovação de arruamento ou loteamento 41,00

4. CEMITÉRIOS

- 4.1 - Inumação de adultos 42,00
- 4.2 - Inumação de infante 42,00
- 4.3 - Lote perpétuo com título de aforamento por m2 81,91m²
- 4.4 - Abertura de sepultura, carneira ou jazigo para inumação 42,00
- 4.5 - Licença para construção de sepultura ou jazigo por lote 21,00

5. NUMERAÇÃO E RENUMERAÇÃO DE PRÉDIOS

- 5.1 - pela numeração, sem da placa 37,34
- 5.2 - pela renumeração, com a placa 45,66

OUTROS R\$

- 6.1 - Autenticação de livros fiscais 41,00
- 6.2 - Autorização para confecção de impressos fiscais 41,00
- 6.3 - Contrato de qualquer natureza 25,00
- 6.4 - Remoção de bens ou semoventes:
 - 6.4.1 - de bens móveis de qualquer natureza pelo primeiro dia 82,00
 - 6.4.2 - de bens móveis de qualquer natureza pelos dias subsequentes 20,40
 - 6.4.3 - de animal bovino, suíno e equino - por cabeça pelo primeiro dia 82,00
 - 6.4.4 - de animal bovino, suíno e equino - por cabeça dias subsequentes 20,40
 - 6.4.5 - de caprino e canino - por cabeça pelo primeiro dia 41,00
 - 6.4.6 - de caprino e canino - por cabeça pelos dias subsequentes 20,40
 - 6.4.7 - pela guarda do bem - por dia 82,00
- 6.6 - Cópias do relatório - por folha 1,00
- 6.7 - Consulta prévia para alvará de localização 30,00
- 6.8 - Mapa da cidade 41,00
- 6.9 - Mapa do Município 41,00
- 6.10 - Limpeza de Fossa 204,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 2.227, de 13/12/2000, e demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

DECRETO Nº 6.256/2014

DECRETO Nº 6.256, de 16 de dezembro 2014.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação áreas de terrenos rurais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, as áreas de terrenos rurais, abaixo especificadas, totalizando uma superfície de 14.572,06m² (quatorze mil, quinhentos e setenta e dois metros e seis decímetros quadrados), situadas em Cerro Branco, Chácara Bom Sucesso, Km 13, nesta Comarca:

I - área rural com superfície de 6.028,00m² (seis mil e vinte e oito metros quadrados), objeto da matrícula nº 12851, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Waldemar Pereira;

II - área rural com superfície de 2.434,96m² (dois mil, quatrocentos e trinta e quatro metros e noventa e seis decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 12850, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Julio Cesar Moschetta da Silva;

III - área rural com superfície de 1.342,39m² (um mil, trezentos e quarenta e dois metros e trinta e nove decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 12849, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Geni Cecília de Castilho Lenz;

IV - área rural com superfície de 1.287,07m² (um mil, duzentos e oitenta e sete metros e sete decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 12848, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Rosângela Maria de Castilho, com usufruto de Sédival Alves de Castilho e sua mulher Vilma Sirley de Castilho;

V - área rural com superfície de 1.229,00m² (um mil, duzentos e vinte e nove metros quadrados), objeto da matrícula nº 12847, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Hélio Alves de Castilho;

VI - área rural com superfície de 1.158,72m² (um mil, cento e cinquenta e oito metros e setenta e dois decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 12846, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Geny Salete de Castilho;

VII - área rural com superfície de 1.091,92m² (um mil, noventa e um metros e noventa e dois decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 12845, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Celso de Assis Carneiro e Amélia Carmen Bleixuehl Carneiro.

Parágrafo único. A área total a que se refere o art. 1º, será desapropriada para fins de abertura de estrada em direção a Linha Santana.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de dezembro de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.257/2014

DECRETO Nº 6.257, de 17 de dezembro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Fundação Municipal de Esportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.187 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

27.812.0031.2.149 - Contribuições Financeiras às Entidades Desportivas do Município

3.3.50.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.258/2014

DECRETO Nº 6.258, de 17 de dezembro de 2014.
Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.186 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 4.000,00

02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria Municipal da Administração
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 243.000,00
04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 13.000,00
Total R\$ 505.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais):

06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0022.1.061 - Construção de Casas Populares
4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
16.482.0022.2.083 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

08.243.0005.2.020 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
08.243.0005.2.164 - Capacitação para Adolescentes
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento de Cultura
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR

27.812.0031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.1.91.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 30.000,00

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
3.1.91.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 20.000,00
18.541.0024.2.172 - Capacitação de Profissionais e Agentes Públicos
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
17.512.0012.1.018 - Aquisição de Equipamentos e Veículos
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00
17.512.0014.2.042 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Captação e Manejo de Águas Pluviais
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 36.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00
18.541.0024.1.007 - Aquisição de Veículos
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
18.541.0024.1.009 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
10.305.0024.2.039 - Vacinação e Controle da População Animal
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

02.11 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria Municipal da Fazenda
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 30.000,00

16.01 - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR

15.451.0034.2.011 - Manutenção do Plano Diretor
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
15.451.0034.2.075 - Implantação e Manutenção do Sistema de Geoprocessamento Urbano
4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Total R\$ 505.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.259/2014

DECRETO Nº 6.259, de 17 de dezembro de 2014.
Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.188 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 165.500,00 (cento e sessenta e cinco mil e quinhentos reais):

02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

12.367.0011.2.068 - Contribuição Financeira para as Entidades de Apoio aos Portadores de Deficiência
3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 37.500,00
12.361.0011.2.048 - Aplicação do Salário Educação
3.3.50.00.00.00.00.00058 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 48.000,00

14.03 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação
3.3.90.00.00.00.00.0196 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Total R\$ 165.500,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 165.500,00 (cento e sessenta e cinco mil e quinhentos reais):

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.2.163 - Modernização da Gestão
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 37.500,00

14.03 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
18.541.0024.2.032 - Produção e Aquisição de Mudanças Ornamentais Frutíferas Comerciais e Nativas
3.3.90.00.00.00.00.0196 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.002 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 5.920,50
12.361.0011.2.048 - Aplicação do Salário Educação
3.3.90.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 3.574,78

12.361.0011.2.048 - Aplicação do Salário Educação
4.4.90.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 38.504,72
Total R\$ 165.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.260/2014

DECRETO Nº 6.260, de 17 de dezembro de 2014.
Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.189 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador,

exercício de 2014, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria Municipal da Administração
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

14 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR - FUNDEMA

14.06 - Divisão de Limpeza de Praças e Ruas
17.512.0024.1.047 - Serviços de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas ... R\$ 300.000,00
Total R\$ 500.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR

15.452.0036.2.076 - Manutenção do Cemitério Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
4.4.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
18.541.0024.2.032 - Produção e Aquisição de Mudanças Ornamentais, Frutíferas, Comerciais e Nativas
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
10.305.0024.2.039 - Vacinação e Controle da População Animal
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
17.512.0024.1.018 - Aquisição de Equipamentos e Veículos
4.4.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
17.512.0024.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
17.512.0024.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

14.452.0037.2.780 - Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
06.182.0002.2.156 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil
3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

02.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

20.606.0026.2.097 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural
3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

02.09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposição
3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
22.661.0027.2.101 - Manutenção do Parque de Exposição
4.4.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

22.662.0027.2.012 - Qualificação e Requalificação Profissional
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.843.000.0.001 - Pagamento de Juros da Dívida Interna
3.2.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
28.843.0000.0.002 - Amortização Da Dívida Interna
4.6.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
Total R\$ 500.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.261/2014

DECRETO Nº 6.261, de 17 de dezembro de 2014.
Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.190 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, no valor de R\$ 376.500,00 (trezentos e setenta e seis mil e quinhentos reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.046 - Aplicação do FUNDEB 60%
3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 376.500,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 376.500,00 (trezentos e setenta e seis mil e quinhentos reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais
4.4.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 228.300,00
12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes
4.4.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 3.229,00
12.361.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%
3.3.50.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 1.580,00
12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 13.400,00
Total R\$ 376.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.262/2014

DECRETO Nº 6.262, de 17 de dezembro de 2014.
Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.191 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 175.000,00
08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Total R\$ 215.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 100.000,00
08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.0050 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Total R\$ 215.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.263/2014

DECRETO Nº 6.263, de 17 de dezembro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.192 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 87.160,00 (oitenta e sete mil e cento e sessenta reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 87.160,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 87.160,00 (oitenta e sete mil e cento e sessenta reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.71.00.00.00.00.0620 - Consórcios Públicos R\$ 6.800,00
10.301.0008.2.062 - Bloco Vigilância em Saúde
3.3.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
10.301.0008.2.185 - Bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 60.360,00
Total R\$ 87.160,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.264/2014

DECRETO Nº 6.264, de 17 de dezembro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.193 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 2.609.700,00 (dois milhões, seiscentos e nove mil e setecentos reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Bloco Atenção Básica
3.1.91.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 280.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0620 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 180.000,00

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE

08.243.0005.2.020 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FIA
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 700,00

08.01 - FAMPEC - CAÇADOR

04.122.0006.2.033 - Manutenção do FAMPEC
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAÇADOR

13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento de Cultura
3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 10.000,00

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
3.1.91.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 10.000,00

16.01 - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR - IPPUC

15.451.0034.2.014 - Manutenção do IPPUC
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 15.000,00

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 15.000,00
04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 19.000,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 64.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 97.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 12.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 27.000,00

02.11 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.123.0002.2.778 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 28.000,00

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria da Educação
3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 1.820.000,00
Total R\$ 2.609.700,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 2.609.700,00 (dois milhões, seiscentos e nove mil e setecentos reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.0620 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAÇADOR

13.392.0019.1.032 - Reforma e Manutenção da Estação Ferroviária

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04.122.0002.2.003 - Manutenção da Assessoria de Imprensa

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 22.900,00

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

04.122.0002.2.013 - Contribuições Financeiras a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 50.000,00

04.122.0002.2.15 - Manutenção do Controle Interno

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.122.0002.2.004 - Manutenção do Procon

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

06.182.0002.2.156 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

04.122.0002.2.157 - Manutenção da Intendência de Taquara Verde

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

14.422.0040.2.782 - Coordenadoria Municipal da Mulher

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

15.451.0017.2.078 - Manutenção do Aeroporto Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

15.451.0017.2.108 - Manutenção da Malha Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.003 - Aquisição de Veículos

4.4.90.00.00.00.00.01 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

3.3.90.00.00.00.00.01 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.00.00.00.01 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.361.0011.1.106 - Construção e Reforma de Ginásios de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.01 - Aplicações Diretas R\$ 59.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.00.00.00.01 - Aplicações Diretas R\$ 55.300,00

12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.01 - Aplicações Diretas R\$ 148.000,00

12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.01 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

20.606.0026.2.097 - Programa de Subsídio de Hora Máquina ao Produtor Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 115.500,00

02.09 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

22.662.0027.2.099 - Manutenção da Secretaria do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

03.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.843.0000.0.002 - Amortização da Dívida Interna

4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

04.122.0000.0.004 - Indenizações e Restituições

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

28.843.0000.0.001 - Pagamento de Juros da Dívida Interna

3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.1.191 - Modernização da Estrutura Patrimonial

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

01.031.0001.2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

01.031.0001.2.161 - Manutenção do Processo e Atividade Parlamentar

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

01.031.0001.2.163 - Modernização de Gestão

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.00,00

Total R\$ 2.609.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.265/2014

DECRETO Nº 6.265, de 17 de dezembro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº 3.194 de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.046 - Aplicação Recursos do FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.91.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 40.000,00

12.365.0011.2.047 - Aplicação Recursos do FUNDEB 40%

3.1.91.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 60.000,00

Total R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 24.874

PORTARIA Nº 24.874, de 27 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Prorrogar até:
13296	Anderson Roberto Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	44h	08	30/06/2015
13282	Claudinei Alves Pereira	Motorista	44h	10	30/06/2015
13295	Eloir José Veber	Agente de Serviços e Obras Especiais	44h	08	30/06/2015
13284	José Ricardo Kuhn	Motorista	44h	10	30/06/2015
1328/3	Milton Tibes de Lima	Motorista	44h	10	30/06/2015
13294	Nelson Batista	Agente de Serviços e Obras Especiais	44h	08	30/06/2015

13297	Rubéns Jofre Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	44h	08	30/06/2015
-------	-------------------	--------------------------------------	-----	----	------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 24.926

PORTARIA Nº 24.926, de 08 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal FABIANA LIMA DOS SANTOS MATTIA, ocupante do cargo de Assessora para Assuntos Administrativos - SMS, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com efeitos a contar de 08 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de Dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 1.972/2014

DECRETO N.º 1.972/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0017- Gestão de Incentivo aos Esportes
Atividade: 2.054 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 06
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú do exercício corrente, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 04 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.973/2014

DECRETO N.º 1.973/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.580.000,00 (dois milhões quinhentos e oitenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos
Código Reduzido: 07
VALOR: R\$ 1.250.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.037 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos
Código Reduzido: 21
VALOR: R\$ 800.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%
Código Reduzido: 08
VALOR: R\$ 500.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%
Código Reduzido: 11
VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos próprios do Fundo Municipal de Educação, no valor de R\$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil reais) e R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 04 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.974/2014

DECRETO N.º 1.974/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.530,00 (trinta e um mil quinhentos e trinta reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete da Prefeita
Função: 04 - Administração
Sub-função: 131 - Comunicação Social
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.003 - Manutenção da Assessoria de Imprensa
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 08
VALOR: R\$ 2.530,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete da Prefeita
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.005 - Manutenção da Junta Militar
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - recursos ordinários
Código Reduzido: 16

VALOR: R\$ 3.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-função: 123 - Administração Financeira
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.014 - Manutenção do Departamento de Contabilidade
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 51
VALOR: R\$ 13.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 05 - Secretaria de Planejamento Urbano
Função: 15 - Urbanismo
Sub-função: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 0003 - Gestão do Planejamento Urbano
Atividade: 2.015 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 55
VALOR: R\$ 3.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Função: 23 - Comércio e Serviços
Sub-função: 695 - Turismo
Programa: 0005 - Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico
Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 61
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete da Prefeita
Função: 04 - Administração
Sub-função: 131 - Comunicação Social
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.003 - Manutenção da Assessoria de Imprensa
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 11
VALOR: R\$ 2.530,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete da Prefeita
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.005 - Manutenção da Junta Militar
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - recursos ordinários
Código Reduzido: 19
VALOR: R\$ 3.000,00
Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-função: 123 - Administração Financeira
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.014 - Manutenção do Departamento de Contabilidade
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 53
VALOR: R\$ 13.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 05 - Secretaria de Planejamento Urbano
Função: 15 - Urbanismo
Sub-função: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 0003 - Gestão do Planejamento Urbano
Atividade: 2.015 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 58
VALOR: R\$ 3.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Função: 23 - Comércio e Serviços
Sub-função: 695 - Turismo
Programa: 0005 - Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico
Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 64
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂMBORIÚ/SC,
Em, 04 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.975/2014

DECRETO N.º 1.975/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria de Administração
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.008 - Manutenção dos Encargos Gerais da Administração
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 29
VALOR: R\$ 235.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂMBORIÚ/SC,
Em, 04 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.977/2014

DECRETO N.º 1.977/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 - Urbanismo
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0008 - Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação

de Ruas
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 75
VALOR: R\$ 180.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com Inciso II, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 09 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.980/2014

DECRETO N.º 1.980/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0009 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.91.00.00 - Aplicações Intra - Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos
Código Reduzido: 41
VALOR: R\$ 3.500,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei

Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0009 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos
Código Reduzido: 42
VALOR: R\$ 3.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.981/2014

DECRETO N.º 1.981/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 85.918,00 (oitenta e cinco mil novecentos e dezoito reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.
Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social
Atividade: 2.042 - Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0053 - Transferências de Convênios - Assis. Social
Código Reduzido: 26
VALOR: R\$ 65.918,00

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social
Atividade: 2.044 - Man. dos Programas FNAS - Bloco Proteção Social Especial
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0052 - Outras Transferências de Recursos
Código Reduzido: 14
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social
Atividade: 2.042 - Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0053 - Transferências de Convênios - Assis. Social
Código Reduzido: 07
VALOR: R\$ 54.718,00

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social
Atividade: 2.042 - Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 3.0053 - Transferências de Convênios - Assis. Social
Código Reduzido: 22
VALOR: R\$ 11.200,00

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social
Atividade: 2.044 - Man. dos Programas FNAS - Bloco Proteção Social Especial
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0052 - Outras Transferências de Recursos
Código Reduzido: 15
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 29/14 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2014-FME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA INFORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS INTEGRADAS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO COM SISTEMA WEB COM MÓDULOS ALUNOS, PROFESSOR, NUTRIÇÃO, TRANSPORTE, BIBLIOTECA, SOLICITAÇÃO, FINANCEIRO, ALMOXARIFADO, PORTAL DO ALUNO E RESPONSÁVEL E PORTAL DO PROFESSOR.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 17:00 horas do dia 14, (Catorze) de Janeiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Dezembro de 2014.
MÁRCIO AQUILES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO DO PR 40/14 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2014-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "FRACASSADA".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Dezembro de 2014.
MÁRCIO AQUILES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 78/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº 78/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 059PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 26/2014 (originado do Processo Licitatório nº 05/2014, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 26/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TMK ENGENHARIA EIRELI, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 26/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 26/2014 fica prorrogado até o dia 13 de janeiro de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 26/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 07 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

OTAVIO FERNANDO TOMCZYK
TMK ENGENHARIA EIRELI - ME
CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 89/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº 89/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 064PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 73/2014, originado do Processo Licitatório nº 56/2014. Modalidade Tomada de Preços;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 73/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A

EMPRESA PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 73/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 73/2014 fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, até o dia 28 de março de 2015, contando a partir de 28 de novembro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 73/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 27 de novembro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

MÁRCIO PARISOTTO
PFG Poços Artesianos Ltda ME
CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 90/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº 90/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 065PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 74/2014, originado do Processo Licitatório nº 56/2014. Modalidade Tomada de Preços;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 74/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 74/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 74/2014 fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, até o dia 28 de março de 2015, contando a partir de 28 de novembro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 74/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 27 de novembro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	EDINALDO A. MARTINS DE LIMA Perfugel Perfurações Geológicas Ltda CONTRATADA
---	---

ATA PREGÃO 6/2014 FMAS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 06/2014 FMAS)

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Júnior, Pregoeiro Municipal, abaixo assinado, responsável pelo Processo Licitatório nº 6/2014, modalidade Pregão (presencial), para proceder a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gasolina comum para o Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre - SC. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: AUTO POSTO JK LTDA (CNPJ: 76.856.822/0001-30). A empresa licitante não apresentou documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. Arildo Cordeiro da Cruz, representante da empresa. Procedeu-se a abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM, com fixação de valor máximo unitário. A empresa não concedeu desconto, conforme valores unitários apresentados abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR INICIAL	VALOR APÓS LANCES
01	6.000	LITRO	Gasolina comum	3,06	3,06	3,06

Em seguida foi aberto o envelope nº 02 "documentos", da licitante classificada nos itens. Estando de acordo com o exigido no Edital, o Pregoeiro declara a empresa AUTO POSTO JK LTDA vencedora do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

PORTARIA Nº 11.504 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.504 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais CARLA ANDREIA VEIGA, Matrícula funcional nº 000685, Registro no Sistema sob nº 955125, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014

a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.505 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.505 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais RITA DE CACIA PASCOAL SCHERNER, Matrícula funcional nº 000718, Registro no Sistema sob nº 955212, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.506 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.505 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais RITA DE CACIA PASCOAL SCHERNER, Matrícula funcional nº 000718, Registro no Sistema sob nº 955212, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.507 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.507 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, GESSICA FRANCO BARBOSA, Registro no Sistema sob nº 955334, referente ao período aquisitivo: 12 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.508 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.508 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, GESSICA FRANCO BARBOSA, Registro no Sistema sob nº 955334, referente ao período aquisitivo: 12 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.509 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.509 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, SOLANGE GARCIA, Registro no Sistema sob nº 955338, referente ao período aquisitivo: 13 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro

de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.510 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.510 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, SUELE DE ALMEIDA COELHO LIMA, Registro no Sistema sob nº 955385, referente ao período aquisitivo: 02 de Junho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.511 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.511 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de

19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, TATIANE DO CARMO MONNEY BARBOSA, Matrícula Funcional nº 000713, Registro no Sistema sob nº 955205, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.512 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.511 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 09 (zero nove) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, TATIANE DO CARMO MONNEY BARBOSA, Matrícula Funcional nº 000713, Registro no Sistema sob nº 955205, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.513 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.508 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, SILMARA PRESTES MACHADO, Matrícula Funcional nº 000700, Registro no Sistema sob nº 955144, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.514 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.513 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, VANESSA BLASZKOVSKY, Matrícula Funcional nº 000739, Registro no Sistema sob nº 955264, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.515 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.515 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 11 (onze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Nutricionista, ALESSANDRA GODINHO VALENTIM, Matrícula funcional nº 000630, Registro no Sistema sob nº 955057, referente aos períodos aquisitivos: 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 02 (zero dois) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 09 (zero nove) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 08 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.516 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.516 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo III, exercendo a função de Agente Administrativo III - Pedagogia, ELAINE MARTINS, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 955181, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro

de 2014 á 08 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.517 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.516 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo III, exercendo a função de Agente Administrativo III - Pedagogia, ELAINE MARTINS, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 955181, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.518 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.518 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Administrativo III, e exercendo a função de Agente Administrativo III - Pedagogia, LUZIA RECKZIELGEL ROEPKE, Matrícula Funcional nº 000595, Registro no Sistema sob nº 954828, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.519 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.519 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Motorista, na função de Motorista Veículos Leves, SIDNEI DALA MEA, Matrícula Funcional nº 000524, Registro no Sistema sob nº 954622, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 20 (vinte) dias, 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014 = 20 (vinte) dias, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 06 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.520 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.520 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000175, Registro no Sistema sob nº 300150, referente ao período aquisitivo 16 de Março de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.521 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.521 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS, Matrícula Funcional nº 000069, Registro no Sistema sob nº 294080, referente ao período aquisitivo 01 de Novembro de 2013 a 31 de Outubro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.522 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.522 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor VI, exercendo a função de Professor de Matemática, SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.523 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.523 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JEANE IENSEN

CLEMENTE, Matrícula Funcional nº 000658, Registro no Sistema sob nº 955084, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.524 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.524 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor VII, exercendo a função de Professor de Ciências, JULIANA CRISTINE HÜBL, Matrícula Funcional nº 000632, Registro no Sistema sob nº 955059, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.525 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.525 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Professor V, exercendo a função de Professor de Língua Portuguesa, LUIS ROGÉRIO DE VARGAS VALÉRIO, Matrícula Funcional nº 000458, Registro no Sistema sob nº 954467, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.526 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.526 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 102190, referente ao período aquisitivo 13 de Março de 2014 a 12 de Março de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.527 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.527 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, PRISCILLA DINAH COSTA LOURENÇO, Matrícula Funcional nº 000628, Registro no Sistema sob nº 955055, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 23 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.528 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.528 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Motorista, exercendo a função de Motorista de Ônibus Escolar, SIDNEI TELMA, Registro no Sistema sob nº 955369, referente ao período aquisitivo 20 de Março de 2014 a 19 de Março de 2015.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.529 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.529 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, EVELTON MICHEI SCHULZE, Matrícula Funcional nº 000774, Registro no Sistema sob nº 955393, referente ao período aquisitivo 21 de Julho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.530 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.530 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo e exercendo a função de Fonoaudióloga, LAÍS MARION STEFFEN, Matrícula Funcional nº 000417, Registro no Sistema sob nº 954270, referente ao período aquisitivo 05 de Maio de 2014 a 04 de Maio de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 05 de Janeiro de 2015 á 16 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PP 86/2014 PREFEITURA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 12 de janeiro de 2015 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E TÊNIS ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 18 de dezembro de 2014.

Jairo Luft
Prefeito em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 19/2014**

DECRETO Nº 19/2014

VISA CONCEDER A "COMENDA JOÃO GONÇALVES DE ARAÚJO" AO SENHOR "ITAMAR TOSCAN"

O cidadão Rui Jorge Tomazoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa conceder a "Comenda João Gonçalves de Araújo" ao Senhor "ITAMAR TOSCAN", natural de Campos Novos, nasceu em 27/10/1960, iniciou seus trabalhos na Padaria em 1988, onde permanece até os dias atuais, sua família e ela contribuíram e vem contribuindo até hoje para o crescimento e desenvolvimento de Campos Novos.

Parágrafo único - Seu Itamar é filho de Elza Toscan e Anizio Toscan, é casado, tem dois filhos. A sua história de sucesso teve início quando seu pai Anizio Toscan, repassou para sua pessoa os trabalhos da padaria Santo Antônio que foi criada em outubro de 1955. Itamar Toscan adquiriu o empreendimento de seu pai e no mesmo ano também adquiriu a Confeitaria Bom Bocado; vindo logo após unir as duas empresas. A Padaria Santo Antonio e a confeitaria bom bocado se transformaram na padaria e confeitaria bom bocado. Em 14 de fevereiro de 1998 foi inaugurada a padaria e confeitaria bom bocado, situada no centro de Campos Novos, na Rua Cel. Farrapo, nº. 764, e a ocasião contou com a presença da comunidade e de lideranças do município, entre elas o prefeito da época, Oscar Bruno Schaly (in memorian). Itamar Toscan conta com uma equipe de 23 funcionários para atender os dois estabelecimentos. O empresário destaca que sempre acreditou no

potencial da nossa região e da comunidade camponovense, como filho de Campos Novos, retribuiu a confiança que a comunidade depositou em trabalho, através de muita dedicação e investimentos para oferecer serviços de qualidade. A equipe da padaria e confeitaria bom bocado prepara deliciosos produtos para festa de casamento, aniversário, coquetéis, coofe break, e oferece uma completa loja de conveniência a seus clientes. Toscan informou que sempre investiu em tecnologias, adquirindo bons produtos para agilizar a sua fabricação e atender a demanda. Ele ressalta que "a comunidade não precisa ir buscar em outra cidade, pois temos profissionais especializados na área para atender a qualquer pedido.

Art. 2º. Este decreto entra em vigo na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,
em 17 de dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

DECRETO Nº 20/2014

DECRETO Nº 20/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" nos dias 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31/12/2014 e 02/01/2015 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC,
em 19 de dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 100/2014

MOÇÃO Nº 100/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio dos seus

representantes Legais, a pedido dos Vereadores Maurilio Castro Campagnoni (Cássio) e Dirceu José Kaiper (Pé) manifesta integral e irrestrita parabenização aos...

"AO COLÉGIO AUXILIADORA E AOS FORMANDOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO"

Vimos por meio deste, congratular com os formandos da turma do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Auxiliadora, desejando sucesso a cada um dos alunos que concluíram mais uma etapa em suas vidas.

Outrossim, parabenizamos a diretoria, professores, funcionários e a todos que de alguma forma estiveram envolvidos na organização desta formatura pelo belíssimo evento, assim como todos os eventos realizados por este conceituado Colégio, sempre com muita competência e dedicação.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações e desejamos sorte e sucesso no decorrer da caminhada de cada um, que podemos afirmar que será de um talento e brilho constante.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição.

Sala das Sessões, em 10/12/2014.

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

Continuação moção nº. 100/2014....

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio) Vice-Presidente	Nelson Carafa 1º Secretário
Antônio Rosa 2º Secretário	Adavilson Telles Vereador
Dirceu José Kaiper Vereador	Irineu Armando Osório Junior Vereador
Mário Cesar de Souza Vereador	Ricardo Damásio Vereador

Lido no Expediente _____ / _____ / _____

MOÇÃO Nº 101/2014

MOÇÃO Nº 101/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assentos nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de um dos seus representantes Legais, a pedido do Vereador Antonio Rosa, manifesta integral e irrestrita Parabenização aos Jovens Médicos... "Dr. GIOVANE BATISTA BORTOLI e Dr. MADIER SALDANHA CORREA"

É com grande satisfação que vimos através desta parabenizá-los pela conquista em terem passado na primeira fase de Porto Alegre

e Segunda Fase em São Paulo no Processo Revalida e estarão aptos para atuarem com os médicos no Brasil.

Consideramos que esta conquista é também importante para Campos Novos, pois num futuro breve poderão realizar atividades como de plantão no Hospital.

Giovane é natural de Abdon Batista (SC), porém formou-se na Venezuela, e atua no Programa Mais Médico atendendo a população no Posto de Saúde do Bairro Nossa Senhora Aparecida.

Madier é brasileiro, da cidade de Alegrete-RS, formado na Argentina, também atua no Programa Mais Médico atendendo a população no Posto de Saúde do Bairro Integração.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhes sucesso em suas caminhadas e nos colocando sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 16/12/2014.

Antônio Rosa

2º Secretário

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 102/2014

MOÇÃO Nº 102/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assentos nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE AGRADECIMENTO"

A pedido do vereador Ricardo Damasio, o Poder Legislativo de Campos Novos/ SC, vem por meio de um dos seus representantes legais manifestar integral e irrestrito Agradecimento ao....

"SESC"

Pelo belíssimo evento realizado entre os dias 10 e 17 do corrente ano, onde o SESC esteve presente em nosso município com toda sua infra- estrutura de lazer.

Somos sabedores da dedicação, empenho e comprometimento de todos, que de alguma maneira colaboraram para a realização deste grandioso evento que engrandeceu o mês de dezembro, em especial o nosso Natal.

Foram momentos de grande diversão e lazer não só para as crianças mas também para os adultos, pois toda a população camponeense prestigiou com muito orgulho

É com enorme satisfação que agradecemos, pela dedicação de todos, pois sem o esforço de cada um não seria possível a realização deste evento.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações, desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos durante o ano vindouro.

Sala das Sessões, em 17/12/2014.

Ricardo Damásio

Vereador PP

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 103/2014

MOÇÃO Nº 103/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assentos nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE AGRADECIMENTO"

A pedido do vereador Ricardo Damasio, o Poder Legislativo de Campos Novos/ SC, vem por meio de um dos seus representantes legais manifesta integral e irrestrito Agradecimento a....

"DIREÇÃO E FUNCIONÁRIOS DO RESTAURANTE DOM CARLITO'S"

Pelo trabalho realizado junto a comunidade camponeense, em especial pela doação do almoço aos funcionários do SESC que estiveram em Campos Novos proporcionando momentos de lazer as nossas crianças e também adultos, somos sabedores da dedicação, empenho e comprometimento de todos, que de alguma maneira colaboraram para realização deste evento.

É com enorme satisfação que parabenizamos, pela dedicação e todos, e temos orgulho de ter em nosso município profissionais como vocês, Parabéns também aos funcionários, que se dedicaram para bem atender o pessoal do SESC, que com toda certeza saíram satisfeitos, e foram muito bem acolhidos em nossa comunidade.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações, desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 17/12/2014.

Ricardo Damásio

Vereador PP

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 36/2014

Portaria Nº 36/2014

EXONERA SERVIDORA MARLI TEREZINHA DOS SANTOS

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora MARLI TEREZINHA DOS SANTOS brasileira, casada, portadora do CI nº 11/C - 3.151.929 - SSP/SC, data de expedição 28/01/1992, CPF nº 762.951.509- 00, da função temporária de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 37/2014

Portaria Nº 37/2014

EXONERA SERVIDORA VANESSA APARECIDA DA SILVA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhora VANESSA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, portadora do CI nº 4.180.795 - SSP/SC, CPF nº 063.992.889-75, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01 da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 38/2014

Portaria Nº 38/2014

EXONERA SERVIDORA FRANCIELI ANITA SCHEIDT

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora FRANCIELI ANITA SCHEIDT, brasileira, solteira, portadora do CI nº 11/C 3.426.571 - SSP/SC, CPF nº 006.809.219-90, do cargo em Comissão de Assessora de Imprensa - AI -01, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 39/2014

Portaria Nº 39/2014

EXONERA SERVIDORA DAIANE APARECIDA DEMETRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhora DAIANE APARECIDA DEMETRIO, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 4.877.738 e CPF nº 055.038.189-97, do cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica - OCT - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 40/2014

Portaria Nº 40/2014

EXONERA SERVIDOR SERGIO SPADER

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o senhor SERGIO SPADER, brasileiro, casado, inscrito sob CI nº 1.881.841 e CPF nº 569.098.619-49, do cargo em Comissão de Assessor Operacional - AOP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 41/2014

Portaria Nº 41/2014

EXONERA SERVIDORA MARIA GORETE LOPES CORDEIRO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Sra. MARIA GORETE LOPES CORDEIRO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.817.452 - SSP/SC, CPF nº 014.455.469-06, do cargo em comissão de Recepcionista da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 42/2014

Portaria Nº 42/2014

EXONERA SERVIDORA MILAINE PEREIRA DA SILVA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora MILAINE PEREIRA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 6.986.272 e CPF nº 065.867.579-67, do cargo em Comissão de Assessora Legislativa - AL - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 43/2014

Portaria Nº 43/2014

EXONERA SERVIDORA CECÍLIA BITTENCOURT MACHADO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhorita CECÍLIA BITTENCOURT MACHADO, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 5.381.760 e CPF nº 059.724.249-67, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 44/2014

Portaria Nº 44/2014

EXONERA SERVIDORA JAQUELINE LUZIA MOREIRA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora JAQUELINE LUZIA MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 5.252.524 e CPF nº 083.388.079-90, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 45/2014

Portaria Nº 45/2014

EXONERA SERVIDOR VICTOR AFONSO ZOLDAN

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o senhor VICTOR AFONSO ZOLDAN, brasileiro, solteiro, inscrito sob CI nº 5.252.233 e CPF nº 067.331.979 - 28, do cargo em Comissão de Assessor de Comunicação - ACM - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 46/2014

Portaria Nº 46/2014

EXONERA SERVIDORA KARINA DE ALMEIDA BRUSE BRESOLA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhora KARINA DE ALMEIDA BRUSE BRESOLA, brasileira, casada, portadora da CI nº 2.815.058, SSP/SC, expedida em 31/03/2003, CPF nº 003.564.039-12, do cargo em

comissão de Assessora Comunitária de Atendimento à Cidadania - ACC, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 47/2014

Portaria Nº 47/2014

EXONERA SERVIDORA ELIAMAR MARIA CANUTO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhora ELIAMAR MARIA CANUTO, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 1.882.545 e CPF nº 018.173.439-71, do cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica - OCT -01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 48/2014

Portaria Nº 48/2014

EXONERA SERVIDORA ANNE CAROLINE BASCO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Sra. ANNE CAROLINE BASCO, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 3.901.434 e CPF nº 056.518.269-20, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 49/2014

Portaria Nº 49/2014

EXONERA SERVIDOR CIRILO RUPP

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o Senhor CIRILO RUPP, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob o nº 5399-B, portador do RG nº 11/C 3676051 - SSP/SC, CPF nº 026.814.638-15, do cargo em comissão de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 50/2014

Portaria Nº 50/2014

EXONERA SERVIDOR LOIRENO TESSER

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o senhor LOIRENO TESSER, brasileiro, casado, inscrito sob CI nº 11/R 343488 e CPF nº 159.006.229-91, do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete - CG - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº35/2014

Portaria Nº 35/2014

EXONERA SERVIDOR LUIZ CELSO KUNEN

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, o Senhor LUIZ CELSO KUNEN, brasileiro, casado, portador da CI nº 1.072.392, SSP/SC, expedida em 18/11/2005, CPF nº 345.605.139-53, do cargo em comissão de Assessor Comunitário de Atendimento à Cidadania - ATC - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 31/12/2014.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/12/2014.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 16 de Dezembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Canoinhas**PREFEITURA****DECRETO Nº 308/2014**

DECRETO Nº. 308/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.456 de 08/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.456 de 08/12/2014, no valor de R\$ 54.640,69 (Cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para todos

Atividade 1.005 - Construção de casa populares

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 54.640,69

Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 54.640,69 (Cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para todos

Atividade 1.024 - Aquisição de Veículo

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 35.000,00

Recursos 130 - Recursos Ordinários

Atividade 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Habitação

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 19.640,69

Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 309/2014

DECRETO Nº. 309/2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.457 de 08/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.457 de 08/12/2014, no valor de R\$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.023 - Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 87.000,00
Recursos 144 - Convênios Estado - Manutenção

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Função 23: Comércio e Serviços
Subfunção 691: Promoção Comercial
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
Atividade 2.014 - Realização da FESMATE e/ou AGROFEST
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 87.000,00
Recursos 144 - Convênios Estado - Manutenção

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 310/2014

DECRETO Nº. 310/2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.458 de 08/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.458 de 08/12/2014, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.025 - Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.000,00
Recurso 498 - Recursos Remun. Dep. SSP/SC Militar

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
498	500,00	5.500,00	5.000,00
TOTAL			5.000,00

Fonte: SMAFO/2014

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 311/2014

DECRETO Nº. 311/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.459 de 08/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.459 de 08/12/2014, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Atividade 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 13.000,00
Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 13.000,00. (Treze mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Atividade 2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 13.000,00
Recursos 130 - Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 312/2014

DECRETO Nº. 312/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.460 de 08/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.460 de 08/12/2014, no valor de R\$ 59.500,00 (Cinquenta e nove mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 37.000,00
Recursos 992 - Recursos PMAQ

Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 22.500,00
Recursos 261 - Recursos Farmácia Popular

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 59.500,00 (Cinquenta e nove mil e quinhentos reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
992	142.700,00	179.700,00	37.000,00
261	120.000,00	142.500,00	22.500,00
TOTAL			59.500,00

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.460 de 08/12/2014, no valor de R\$ 69.536,65 (Sessenta e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 69.536,65
Recursos 328 - Recursos PSF - Superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder

Executivo autorizado utilizar o valor de R\$ R\$ 69.536,65 (Sessenta e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos), por conta do superávit financeiro apurado no exercício de 2013, por fonte de recurso, conforme anexo a tabela a seguir:

Tabela 1 - Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Cód. Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
328	Recursos PSF – Superávit	69.536,65
TOTAL		69.536,65

Fonte: SMAFO-2014.

Art. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 5º da Lei 5.460 de 08/12/2014, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função10: Saúde
Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoíhenses
Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.000,00
Recursos 261 - Recursos Farmácia Popular

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função10: Saúde
Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoíhenses
Atividade 2.056 - Farmácia Popular do Brasil
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 261 - Recursos Farmácia Popular

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 261 - Recursos Farmácia Popular

Art. 7º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 313/2014

DECRETO Nº. 313/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.462 de 08/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.462 de 08/12/2014, no valor de R\$ 82.533,12 (Oitenta e dois mil, quinhentos trinta e três reais e doze centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoíhenses
Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 64.945,12
Recursos 992 - Recursos PMAQ

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoíhenses
Atividade 2.060 - Ações de Média e Alta Complexidade
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 17.588,00
Recursos 255 - Recursos SAMU União

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 82.533,12 (Oitenta e dois mil, quinhentos trinta e três reais e doze centavos), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
992	179.700,00	244.645,12	64.945,12
255	157.500,00	175.088,00	17.588,00
TOTAL			82.533,12

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 314/2014

DECRETO Nº. 314/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E AINDA PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.463 de 08/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.463 de 08/12/2014, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 - Manutenção e ampliação da iluminação pública
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 45.000,00
Recursos 500 - Recursos Remun. Dep. COSIP

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
500	3.000,00	48.000,00	45.000,00
TOTAL			45.000,00

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.463 de 08/12/2014, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 - Manutenção e ampliação da iluminação pública
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00
Recursos 264 - Recursos COSIP - Superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 - Manutenção e ampliação da iluminação pública
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 100.000,00
Recursos 264 - Recursos COSIP - Superávit

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 315/2014

DECRETO Nº. 315/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.469 de 10/12/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.469 de 10/12/2014, no valor de R\$ 50.021,55 (Cinquenta mil, vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Atividade 2.041 - Manutenção e ações do Fundo Mun. de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.021,55
Recursos 2019 - Recursos CRAS Estado - FMAS

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável

excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.021,55 (Cinquenta mil, vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
2019	30.012,93	80.034,48	50.021,55
TOTAL			50.021,55

Fonte: SMAFO/2014.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 316/2014

DECRETO Nº. 316/2014
DETERMINA A U.F.M. (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO)
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 66, inciso VI, a Lei Orgânica Municipal, da Constituição Federal, e nos termos do Art. 429 da Lei Complementar Municipal nº 0008/2005 de 26/12/2005, resolve:

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 2,655 (dois inteiros e seiscentos e cinquenta e cinco milésimos) o valor da U.F.M., a partir do dia 1º de janeiro de 2015, para cada Unidade Fiscal do Município, tendo por base a variação acumulada do INPC/IBGE de 6,33 % (seis inteiros e trinta e três centésimos por cento), correspondente ao período de dezembro de 2013 a novembro de 2014.

Art. 2º - Os cálculos de todos os serviços e tributos municipais, terão por base o valor fixado no artigo 1º, sendo transformado em moeda corrente para possibilitar o pagamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 318/2014

DECRETO Nº. 318/2014
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 6.314,00 m² (Seis mil, trezentos e quatorze metros quadrados), procedido por WALDIR JANTSCH E OUTROS, situado na Rua Amandus Victor Jantsch, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.614, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 35 com área de 2.542,13 m², lote nº 36 com área de 743,07m², lote nº 37 com área de 1.747,84 m², lote nº 38 com área de 490,37m², lote nº 39 com área de 424,68 m² e lote nº 40 com área de 365,91 m², todos pertencentes à quadra nº 115 conforme requerimento protocolado sob nº. 4340/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 319/2014

DECRETO Nº. 319/2014
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 9.059,00 m² (Nove mil e cinquenta e nove metros quadrados), procedido por WALDIR JANTSCH E OUTROS, situado na Rua Amandus Victor Jantsch, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.613, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 26 com área de 494,00 m², lote nº 27 com área

de 494,00 m², lote nº 28 com área de 494,00 m², lote nº 29 com área de 494,00 m², lote nº 30 com área de 494,00 m², lote nº 31 com área de 494,00 m², lote nº 32 com área de 494,00 m², lote nº 33 com área de 494,00 m², lote nº 34 com área de 529,72 m² e lote nº 25 com área de 4.577,28 m², todos pertencentes à quadra nº 115 conforme requerimento protocolado sob nº. 4339/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.464/2014

LEI Nº. 5.464 DE 10/12/2014

"AUTORIZA CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, CAMPUS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão de uso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, Campus de Canoinhas, de 01 (um) triturador de vidros.

Art. 2º - A cessão de uso do bem indicado no artigo anterior destina-se única e exclusivamente, para uso do IFSC, Campus de Canoinhas, nas atividades inerentes ao curso técnico em edificações.

Parágrafo Único. O prazo de vigência da cessão de uso de que trata esta lei será de 02 (dois) anos, contados da assinatura do termo de cessão de uso, podendo ser prorrogado por igual período, se assim for do interesse das partes.

Art. 3º - Fica expressamente vedada a alienação do equipamento, ora objeto da cessão de uso de que trata esta lei, a qualquer título, além da vedação à alteração da destinação prevista nesta Lei.

Art. 4º - A infração a qualquer dos dispositivos constantes da presente Lei, implicará na reversão da propriedade ao Município de Canoinhas, sem resultar em qualquer ônus à municipalidade.

Art. 5º - O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, Ficará responsável pelo recebimento e instalação do equipamento em seu espaço físico, afastando desta forma, qualquer ônus ao município de Canoinhas referente à instalação e manutenção do equipamento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.465/2014

LEI Nº. 5.466 DE 10/12/2014

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE AO SENHOR PEDRO ARLINDO PEREIRA E OUTRO, LOCALIZADO NA RUA SANTA CRUZ, NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 183,90 m² (cento e oitenta e três metros e noventa décimos quadrados) parte do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob matrícula nº 37.842, de propriedade de Pedro Arlindo Pereira e outro, com extensão de 30,65 m (trinta metros e sessenta e cinco centímetros) de extensão de trecho da Rua Santa Cruz, situada no Centro, Canoinhas/SC.

Art. 2º. A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. Fica toda a infra-estrutura já executada no trecho da Rua Santa Cruz, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.466/2014

LEI Nº. 5.466 DE 10/12/2014

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE AO SENHOR MILTON BUENO DE OLIVEIRA E OUTRO, LOCALIZADO NA RUA SEM DENOMINAÇÃO, NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na

Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 3.082,74m² (três mil e oitenta e dois metros, e setenta e quatro decímetros quadrados) parte do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob matrícula nº 36.315 de propriedade de Milton Bueno de Oliveira e outro, com 185,00 m (cento e oitenta e cinco metros) de extensão de trecho, situada no Bairro Industrial I, Canoinhas/SC.

Art. 2º. A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º. A presente desapropriação objetivará a abertura de uma Rua Sem Denominação para benefício dos moradores daquela localidade.

Art. 4º. Fica toda a infra-estrutura já executada no trecho da Rua Sem Denominação, sem ônus financeiro ao município.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.467/2014

LEI Nº. 5.467 DE 10/12/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, através do programa FROHAB, a proceder com a doação para o Sr. Joel Schamposki Fernandes, inscrito no registro geral sob nº. 2.310.049 no CPF nº. 671.284.249-20, do material de construção existente na Localidade de Santa Leocádia, que era destinada a utilização de funcionário público municipal, para exercer a função de balseiro na travessia de "Santa Leocádia".

§1º - É de responsabilidade do beneficiário do material acima mencionado, custear as despesas referentes à retirada e transporte dos referidos materiais.

Art. 2º - A doação descrita no artigo primeiro decorre do fato da edificação não ser mais útil, tendo em vista a contratação de empresa terceirizada para a consecução dos serviços de balsa.

Art. 3 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.468/2014

LEI Nº. 5.468 DE 10/12/2014

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cuja finalidade é a aquisição de armamentos destinados ao 3º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Canoinhas/SC.

Art. 2º - Para custeio das despesas decorrentes do presente convênio, o Município repassará ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta do Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar, rubrica orçamentária: 4.4.90.00.00.00.00.0129 - Dotação 10 - Atividade de 2031.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.469/2014

LEI Nº. 5.469 DE 10/12/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 50.021,55 (Cinquenta mil, vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Atividade 2.041 - Manutenção e ações do Fundo Mun. de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.021,55
Recursos 2019 - Recursos CRAS Estado - FMAS

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.021,55 (Cinquenta mil, vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
2019	30.012,93	80.034,48	50.021,55
TOTAL			50.021,55

Fonte: SMAFO/2014

Art. 3º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.470/2014

LEI Nº. 5.470 DE 10/12/2014

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no "1º Imbituba Cup de Futebol", que será realizado na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina, no período de 16 a 22

de dezembro de 2014, a equipe de futebol, bem como a delegação da Fundação Municipal de Esportes e Lazer/Santa Cruz.

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, caso haja necessidade de veículo terceirizado, a custear as despesas de transporte, com o valor de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.471/2014

LEI Nº. 5.471 DE 10/12/2014

"ALTERA A TABELA DA LEI Nº 5.147, DE 29/07/2013".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterada a tabela constante do Art. 12 da Lei nº 5.147, de 29/07/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

LOCALIDADES	Cidades do INTERIOR	CAPITAIS	DF/EXTERIOR
VEREADORES	345,60	416,00	592,00
FUNCIONÁRIOS	326,40	358,40	544,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.472/2014

LEI Nº. 5.472 DE 11/12/2014

"INSTITUI O ABONO DE PRODUTIVIDADE PARA EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARTICIPANTES PMAQ-AB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte;

LEI

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Canoinhas, o Abono PMAQ para coordenadores e membros de equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), participantes do 2º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pela Portaria MS/GM nº 1.654, de 19 de julho de 2011.

Art. 2º - O Abono PMAQ será concedido aos coordenadores envolvidos no desenvolvimento do PMAQ-AB e aos membros das equipes de ESF que aderiram ao programa, de acordo com os critérios do PMAQ-AB e durante sua vigência.

Parágrafo único. Serão beneficiados todos os servidores que participaram do programa até a data da liberação do resultado da avaliação e obtiveram o desempenho previsto no Art. 3º desta Lei.

Art. 3º - O Abono será correspondente à classificação obtida através da Avaliação Nacional Externa, realizada pelo PMAQ-AB, tendo os seguintes valores:

- I. para DESEMPENHO INSATISFATÓRIO: não haverá gratificação;
- II. para DESEMPENHO REGULAR: não haverá gratificação;
- III. para DESEMPENHO BOM ou ACIMA DA MÉDIA: Abono no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para cada coordenador e Abono no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para cada membro da equipe de ESF;
- IV. para DESEMPENHO ÓTIMO ou MUITO ACIMA DA MÉDIA: Abono no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) para cada coordenador e Abono no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para cada membro da equipe de ESF;
- V. para o coordenador geral do Programa, vinculado à gestão de saúde, o valor de repasse deverá ser o mesmo previsto para o coordenador cuja equipe obter a melhor média do município.

§ 1º Quando um novo profissional aderir às Equipes e/ou Coordenações durante a vigência do PMAQ, ele fará jus ao Abono somente após sua equipe passar por nova avaliação, e de acordo com a classificação obtida pela mesma.

§ - 2º Excepcionalmente, entre a adesão das equipes ao PMAQ-AB e a primeira classificação emitida pela Avaliação Nacional Externa do PMAQ-AB, o valor obtido não será contabilizado para fins de Abono.

§ - 3º A Avaliação Nacional Externa, para fins de recebimento do Abono especial de que trata esta lei, é realizada pelo órgão competente do governo federal, conforme trata Portaria MS/GM, nº 1654, de 19 de julho de 2011, e a concessão do Abono, dar-se-á em

única oportunidade e parcela, no mês de dezembro de 2014 ou mês subsequente, de acordo com os resultados obtidos na referida Avaliação, mediante a confirmação dos repasses financeiros ao Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas.

Art. 4º - Os servidores avaliados, que fizerem jus ao Abono PMAQ-AB, receberão o valor referente o Abono no mês de dezembro de 2014.

Art. 5º - A Coordenação Geral ficará por conta do(a) enfermeiro(a) Coordenador(a) da Estratégia de Saúde da Família no município. A coordenação da equipe ficará por conta do enfermeiro(a) da equipe de ESF participante do PMAQ-AB.

Art. 6º - Entre o vigor da primeira Avaliação Nacional Externa e a solicitação da próxima avaliação externa, os coordenadores deverão praticar a Política Nacional de Saúde, visando à melhoria do acesso e da qualidade dos serviços, assim como, cumprir com as atribuições individuais e coletivas dentro da equipe, com objetivo de colaborar na execução do PMAQ-AB e demais atribuições da ESF.

Art. 7º - A produtividade - PMAQ-AB será devida aos servidores

em efetivo exercício na coordenação e equipes de Saúde da Família, exceto nos casos de:

I - Falta injustificada;

II - Licença Prêmio;

III - Licença sem vencimento;

IV - Praticar falta grave no exercício de suas atribuições, receber qualquer advertência da chefia imediata quanto ao exercício irregular de suas atribuições, estiver respondendo a processo disciplinar instaurado por comissão de sindicância da Prefeitura Municipal de Canoinhas ou instaurado por qualquer munícipe denunciando atendimento irregular do profissional, sendo lhe assegurado o contraditório e a ampla de defesa no referido processo;

V - Afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal.

Art. 8º - O Abono PMAQ-AB instituído por esta Lei, dado o seu caráter eventual, não será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor, bem como corresponde à parcela não integrante do salário de contribuição.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.473/2014

LEI Nº. 5.473 DE 12/12/2014

"AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL À ENTIDADE OBRAS SOCIAIS, ASSISTENCIAIS E CULTURAIS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizada a doação, nos termos do art. 92, § 2º da Lei Orgânica do Município, do terreno urbano com a área de 1.698,75 m² (um mil seiscentos e noventa e oito metros e setenta e cinco centímetros quadrados), constituído pelo lote nº. 08 (oito), quadra nº. 1276, do Loteamento "Zaniolo III", de propriedade do Município de Canoinhas, devidamente matriculada sob nº. 26.743 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, para a entidade OBRAS SOCIAIS, ASSISTENCIAIS E CULTURAIS DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ nº. 83.193.946/0001-49.

Parágrafo único: Será revertido o imóvel ao Município de Canoinhas, quando a entidade deixar de funcionar e/ou não utilizar o imóvel por um período superior a 12 (doze) meses.

Art. 2º - A doação do imóvel descrito no artigo 1º destina-se única e exclusivamente para atender as finalidades previstas no estatuto da referida entidade, ora beneficiada.

Art. 3º - É de responsabilidade da entidade, utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou

qualquer outra forma, arcar com os custos de manutenção e consertos além de zelar pela guarda do estabelecimento.

Art. 4º - Ocorrendo a reversão do imóvel, em razão do descumprimento das condições estabelecidas, as benfeitorias realizadas e que forem possíveis de serem retiradas sem que percam sua natureza, utilidade ou que lhe reduzam o valor, deverão ser retiradas pela entidade no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do ato que determinar pela reversão, sob pena de incorporação ao imóvel, sem direito à indenização.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 887/2014

PORTARIA Nº. 887/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores municipais abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão Municipal de Plano de Mobilidade Urbana visando atender as exigências da Lei Federal nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012:

- I. GILSON LUIZ GUIMARÃES;
- II. JORGE LUIZ BORBA;
- III. KAROLINE APARECIDA CRESTANI.

Art. 2º - Os trabalhos de que trata esta Portaria serão prestados sem ônus aos cofres municipais, porém considerados de relevância pública.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 890/2014

PORTARIA Nº. 890/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que o Sr. JOÃO ARY KRAUTCHYCHYN estará em férias no período de 22/12/2014 à 20/01/2015, conforme comunicação interna nº 035/2014 do Gabinete do Prefeito, resolve:

NOMEAR INTERINAMENTE

Art. 1º - Fica nomeada interinamente JULIANA HAUFFE RODRIGUES, comissionada no cargo de Diretor Administrativo, junto ao Gabinete, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, no período de 22/12/2014 a 20/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 893/2014

PORTARIA Nº. 893/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogada Portaria 861/2014 que nomeou a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Angela Cristina Damaso da Silveira, Luis Anselmo Chagas e Marilene Terezinha Paulo Artner, sob a presidência da primeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/12/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 24/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 205/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º 2014/2014, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO PRÉDIO DA SEDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro, do ano de 2014, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Karoline Aparecida Crestani, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação da empresa J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME sem representante presente. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. O CNPJ da participante da licitação foi consultado no portal www.portaltrparnancia.gov.br, não constando restrição à nenhuma da empresa participante. Dando sequência aos tramites, foi aberto o envelopes contendo os documentos de habilitação, o qual foi analisado e rubricado pela Comissão de Licitação. A empresa participante apresentou a Certidão Negativa Previdenciária vencida em 10/12/2014. A Comissão de Licitação declarou a empresa J.LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME habilitada no certame e concedeu o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação da Certidão Previdenciária atualizada (conforme autoriza o Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014) § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação). A Comissão de Licitação resolveu proceder a abertura do envelope contendo a proposta da empresa habilita no certame, ou seja, J.LUMA CONSTRUTORA LTDA. Abertas a proposta, o valor para execução das obras ficou em R\$ 160.611,74. A comissão de licitação considerou a empresa vencedora desta licitação com o valor global de R\$ 160.611,74. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Karoline Aparecida Crestani
Membro

PUBLICAÇÃO DA ATA DESERTA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 141/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 208/2014, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2014, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SEGURANÇA HUMANA DESARMADA PARA OS SHOWS DO NATAL FELIZ 2014 NA PRAÇA DO CENTENARIO UBALDO RICARDO DA SILVA, NOS DIAS 18, 19, E 20/12/2014.

Ao 15 (quinze) dia, do mês de dezembro do ano de 2014, às 11h05min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, o Pregoeiro Sr. Paulo Cesar Safanelli, nomeado pela Portaria nº 309/2014, ao proceder o recebimento os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Verificou que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo César Safanelli
Pregoeiro

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/3

Processo / Ano: 44/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 6.820,00				
Licitação.....: 28/2014 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS, FRONHAS, CAMPO FECHADO, CAMPO FENESTRADO E PIJAMA, A SEREM UTILIZADAS NAS SALAS DE PROCEDIMENTOS E CONSULTÓRIOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE MUNICIPAL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<hr/>								
Item.....: 1	- 48839	- LENCOL ALGODÃO HOSPITALAR LISTRADOS 1.20 X 2.20 M. - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SISA	40,000	0,0000	21,2500	850,00	Venceu	1 ****
11487	LECROZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<hr/>								
Item.....: 2	- 48840	- FRONHAS EM ALGODÃO HOSPITALAR LISTRADOS 0.50 X 0.70CM - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SISA	25,000	0,0000	10,8000	270,00	Venceu	1 ****
11487	LECROZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA		25,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<hr/>								
Item.....: 3	- 311042648	- CAMPO FECHADO EM TECIDO BRIM PESADO COR CINZA OU AZUL MEDIND - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CEDRO	80,000	0,0000	5,5000	440,00	Venceu	1 ****
11487	LECROZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<hr/>								
Item.....: 4	- 311042649	- CAMPO FENESTRADO EM TECIDO BRIM PESADO COR CINZA OU AZUL MED - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CEDRO	60,000	0,0000	5,5000	330,00	Venceu	1 ****
11487	LECROZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<hr/>								
Item.....: 5	- 311042650	- PIJAMA CALÇA E CAMISA EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO COR VERDE CL - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CEDRO	30,000	0,0000	33,0000	990,00	Venceu	1 ****
11487	LECROZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA	LECROZ	30,000	0,0000	33,3333	1.000,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

6.820,00

Processo Administrativo:

44/2014

Processo / Ano:

Licitação.....: 28/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS, FRONHAS, CAMPO FECHADO, CAMPO FENESTRADO E PIJAMA, A SEREM UTILIZADAS NAS SALAS DE PROCEDIMENTOS E CONSULTÓRIOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE MUNICIPAL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 6 - 311042651 - PIJAMA CALÇA E CAMISA EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO COR VERDE - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CEDRO	30,000	0,0000	34,8333	1.045,00	Venceu	1 ****
11487	LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA	LECRUZ	30,000	0,0000	35,0000	1.050,00	Perdeu	2

Item.....: 7 - 311042652 - PIJAMA CALÇA E CAMISA EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CEDRO	20,000	0,0000	44,7500	895,00	Venceu	1 ****
11487	LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA	LECRUZ	20,000	0,0000	45,0000	900,00	Perdeu	2

Item.....: 8 - 311042653 - PIJAMA CALÇA E CAMISA EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO GRANDE - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CEDRO	50,000	0,0000	40,0000	2.000,00	Venceu	1 ****
------	--------------------------------------	-------	--------	--------	---------	----------	--------	--------

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/3

6.820,00

Processo Administrativo:

44/2014

Licitação.....: 28/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS, FRONHAS, CAMPO FECHADO, CAMPO FENESTRADO E PIJAMA, A SEREM UTILIZADAS NAS SALAS DE PROCEDIMENTOS E CONSULTÓRIOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE MUNICIPAL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 8 - 311042653 - PIJAMA CALÇA E CAMISA EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO GRANDE - Unidade: UN

11487	LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA	LECRUZ	50,000	0,0000	40,2000	2.010,00	Perdeu	2
-------	----------------------------------	--------	--------	--------	---------	----------	--------	---

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - - EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 163/2014

DECRETO No 163, DE 5 NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Capinzal, do Estado de Santa Catarina - CONSEA município de Capinzal, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, V da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal no 3.150, de 30 de outubro de 2014, com a Lei no 11.346 de 15 de setembro de 2006, e os Decretos no 6.272 e no 6.273, ambos de novembro de 2007 e Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010;

DECRETA:
CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento imediato ao Prefeito de Capinzal, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro, de 2011.

Art. 2º O Compete ao CONSEA Municipal:

I - organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional convocada pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;

II - definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência, considerando as recomendações do CONSEA Nacional;

III - propor ao Poder Executivo Municipal, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

IV - articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN, o que inclui participar, articular, acompanhar o fórum bipartite e tripartite pelo pacto de gestão da DHAA;

V - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

VIII - manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

IX- instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de SAN no município, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

X - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§1º O CONSEA Municipal estimulará a criação dos componentes do SISAN no município.

§2º O CONSEA Municipal manterá diálogo permanente com a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.

§3º Na ausência de convocação por parte do Chefe do Poder Executivo no prazo regulamentar, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pelo CONSEA Municipal.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CONSEA Municipal será composto por 15 (quinze) membros, titulares e suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil, cabendo a representante deste segmento exercer a presidência do conselho, e um terço de representantes governamentais, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006.

§ 1º A representação governamental no CONSEA Municipal será exercida pelos seguintes membros titulares:

I - representantes das seguintes Secretarias Municipais:

- a) Planejamento;
- b) Assistência Social;
- c) Saúde;
- d) Educação;
- e) Agricultura.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos conforme critérios de indicação estabelecidos pelas Conferências Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§3º Poderão compor o CONSEA Municipal, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins, de organismos internacionais e do Ministério Público, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do CONSEA Municipal.

Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 4º O CONSEA Municipal, previamente ao término do mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil, constituirá comissão, composta por, pelo menos, 03 (três) membros, dos quais 1/3 será representante da sociedade civil, incluído o Presidente do Conselho, e os demais serão representantes do Governo, incluído o Secretário-Geral.

§ 1º Cabe à comissão elaborar lista com proposta de representação da sociedade civil que comporá o CONSEA Municipal, a ser submetida ao Prefeito, observados os critérios de representação deliberados pela Conferência Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 2º A comissão terá prazo de quarenta e cinco dias, após a realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou ao término do mandato dos conselheiros, para apresentar proposta de representação da sociedade civil no CONSEA Municipal ao Chefe do Poder Executivo;

Art. 5º O CONSEA Municipal tem a seguinte organização:

- I - Plenário;
- II - Secretaria Geral;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Comissões Temáticas.

Seção I

Da Presidência e da Secretaria Geral

Art. 6º O CONSEA Municipal será presidido por um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho, entre seus membros.

Parágrafo único. No prazo de trinta dias, após a designação dos conselheiros, o Secretário-Geral convocará reunião, durante a qual será indicado o novo Presidente do CONSEA Municipal.

Art. 7º Ao Presidente incumbe:

- I - zelar pelo cumprimento das deliberações do CONSEA Municipal;
- II - representar externamente o CONSEA Municipal;
- III - convocar, presidir e coordenar as reuniões do CONSEA Municipal;
- IV - manter interlocução permanente com a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional;
- V - convocar reuniões extraordinárias, juntamente com o Secretário Geral; e
- VI - propor e instalar comissões temáticas e grupos de trabalho, designando o coordenador e os demais membros, bem como estabelecendo prazo para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo CONSEA Municipal.

Art. 8º Compete à Secretaria Geral assessorar o CONSEA Municipal.

Parágrafo único. O Secretário Municipal de Saúde será o Secretário-Geral do CONSEA Municipal.

Art. 9º Ao Secretário-Geral incumbe:

- I - submeter à análise da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional as propostas do CONSEA Municipal de diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;
- II - manter o CONSEA Municipal informado sobre a apreciação, pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, das propostas encaminhadas por aquele Conselho;
- III - acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo CONSEA Municipal nas instâncias responsáveis, apresentando relatório ao Conselho;
- IV - promover a integração das ações municipais com as ações previstas nos Planos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- V - instituir grupos de trabalho intersecretariais para estudar e propor ações governamentais integradas relacionadas ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI - substituir o Presidente em seus impedimentos;
- VII - presidir a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

Seção II

Da Secretaria-Executiva

Art. 10. Para o cumprimento de suas funções, o CONSEA Municipal contará, em sua estrutura organizacional, com uma Secretaria Executiva, que dará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à estruturação e funcionamento da Secretaria Executiva serão consignados diretamente no orçamento do Governo Municipal.

Art. 11. Compete à Secretaria Executiva:

- I - assistir o Presidente e o Secretário Geral do CONSEA Municipal, no âmbito de suas atribuições;
- II - estabelecer comunicação permanente com os conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e com o CONSEA Nacional, mantendo-os informados e orientados acerca das atividades e propostas do CONSEA Municipal;
- III - assessorar e assistir o Presidente do CONSEA Municipal em seu relacionamento com a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, órgãos da administração pública, organizações da sociedade civil; e
- IV - subsidiar as comissões temáticas, grupos de trabalho e

conselheiros com informações e estudos, visando auxiliar a formulação e análise das propostas apreciadas pelo CONSEA Municipal.

Art. 12. Incumbe ao Secretário Executivo do CONSEA Municipal dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Secretaria Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente e pelo Secretário Geral do Conselho.

Art. 13. Para o desempenho de suas atribuições, a Secretaria-Executiva contará com estrutura específica, nos termos estabelecidos em decreto, que disporá sobre os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança para essa finalidade.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 14. Poderão participar das reuniões do CONSEA Municipal, a convite de seu presidente, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como pessoas que representem a sociedade civil, cuja participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.

Art. 15. O CONSEA Municipal contará com comissões temáticas de caráter permanente, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, e grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas no seu âmbito de atuação.

Art. 16. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria-Executiva do CONSEA Municipal serão feitas por intermédio do Governo Municipal.

Art. 17. O desempenho de função na Secretaria-Executiva do CONSEA Municipal constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 18. Revoga-se o Decreto no 049, de 30 de setembro de 2003.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto em data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 164/2014

DECRETO No 164, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Institui no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, V da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal no 3.150, de 30 de outubro de 2014, com a Lei no 11.346, de 15 setembro de 2006, e os Decretos no 6.272 e nº 6.273, ambos de novembro de 2007 e Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica instituída a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança

Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipais afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Consea Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III- apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - Participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com o Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional - GGSAN e a Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.

VII - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII- elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, e os Decretos no 6.272 e no 6.273, ambos de novembro de 2007 e o Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010;

IX- estimular a criação dos componentes municipais de Segurança Alimentar e Nutricional do SISAN, em articulação com o CONSEA Municipal.

Art. 2o A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em estreita observância o marco legal vigente.

§ 1 o O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN deverá:

I - conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto no 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo CONSEA e pela Conferência Municipal de SAN;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

VII - ser revisado a cada ano, com base nas orientações da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e no monitoramento da sua execução.

Art. 3o A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4o A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes no CONSEA, de que trata o Decreto no 163/2014 e presidida, preferencialmente, por titular de pasta com atribuições de articulação e integração.

Art. 5o A Secretaria-Executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6o A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 5 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

FMAS CONTRATO 0038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Contrato Nº.: 0038/2014</p> <p>Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada.: FLORDELIZ NOIVAS E DECORACOES LTDA - ME</p> <p>Valor.....: 3.405,00 (três mil quatrocentos e cinco reais)</p> <p>Vigência.....: Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014</p> <p>Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2014 Processo_Licitatório.....: 00024 / 2014</p> <p>Recursos.....: Dotação:</p> <p>Objeto.....: Contratação de empresa especializada em organizar, montar e executar o evento de Formatura de 5 (cinco) turmas do PRONATEC, de interesse da Diretoria de Assistência Social através do ACESSUAS, com fornecimento de decoração, sonorização, coquetel com salgados, doces e refrigerantes e toda infraestrutura necessária para recepcionar 200 pessoas. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.</p>		
Capinzal, 18 de Dezembro de 2014		

FMS TERMO ADITIVO CONTRATO 0001/2014 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Aditivo Nº.....: TA 002/2014 C01 - Contrato Nº: 0001/2014 M Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada....: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA. Valor.....: 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais) Vigência.....: Início: 15/12/2014 Término: 31/12/2014 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2014 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 4,02% (quatro vírgula zero dois pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de óleo diesel S-500 de R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos) para R\$ R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos).		
Capinzal, 18 de Dezembro de 2014		

FMS TERMO ADITIVO CONTRATO 0192/2014 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C192 - Contrato Nº: 0192/2014 M Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada....: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA. Valor.....: 4.394,58 (quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos) Vigência.....: Início: 15/12/2014 Término: 11/08/2015 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 000125 / 2014 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 3,88% (três vírgula oitenta e oito pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de óleo diesel S-10 de R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos) para R\$ R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos).		
Capinzal, 18 de Dezembro de 2014		

PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Aditivo Nº.....: TA 002/2014 C01 - Contrato Nº: 0001/2014 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA. Valor.....: 979.600,00 (novecentos e setenta e nove mil e seiscentos reais) Vigência.....: Início: 15/12/2014 Término: 31/12/2014 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2014 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 4,02% (quatro vírgula zero dois pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de óleo diesel S-500 de R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos) para R\$ R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos).		
Capinzal, 18 de Dezembro de 2014		

PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0192/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C192 - Contrato Nº: 0192/2014 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA. Valor.....: 3.247,29 (três mil duzentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) Vigência.....: Início: 15/12/2014 Término: 11/08/2015 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014 Processo_Licitatório.....: 000125 / 2014 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e, comprovados, na ordem de 3,88% (três vírgula oitenta e oito pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de óleo diesel S-10 de R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos) para R\$ R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos).		
Capinzal, 18 de Dezembro de 2014		

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2014 - PREGÃO Nº 0064/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2014

PREGÃO Nº 0064/2014

Objeto: Contratação de Serviços de Transporte de acadêmicos para Concórdia, visando o desenvolvimento das atividades da secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 17h15min, do dia 13 de janeiro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 19 de dezembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 19 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0093/2014 - PREGÃO Nº 0065/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0093/2014

PREGÃO Nº 0065/2014

Objeto: Aquisição de material escolar para distribuição gratuita por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 13 de janeiro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 19 de dezembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 19 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0094/2014 - PREGÃO Nº 0066/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0094/2014

PREGÃO Nº 0066/2014

Objeto: Aquisição de Merenda Escolar para o primeiro semestre de 2015, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 14 de janeiro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 19 de dezembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 19 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

LEI Nº 2.476/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.476/2014, de 09 de dezembro de 2014.

"AUTORIZA AQUISIÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE TERRENO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o poder Executivo Municipal autorizado a proceder a aquisição, por desapropriação, de uma área urbana assim especificada: "Um terreno com área irregular localizado no prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, nesta cidade de Catanduvas-SC, com área superficial de 303,67m² (trezentos e três, vírgula sessenta e sete metros quadrados), com topografia média-plana e as seguintes medidas topográficas e confrontações: "Partindo do marco PTO-P-0013 com coordenadas geográficas, latitude 27°03'45.24151" S e longitude 51°38'56.88067" W, situado na confrontação com Leonardo Sestilio Bortolon, Claudia Edina Bortolon e Clari Salete Bortolon, matrícula 3.631; deste, segue, confrontando com Leonardo Sestilio Bortolon, Claudia Edina Bortolon e Clari Salete Bortolon, matrícula 3.631 com o azimute de 106°10'55" e a distância de 26.01 m até o marco PTO-P-0011; deste, segue, confrontando com Nelsi Barichello e Ivone Martins Barichello, matrícula 2.372 com o azimute de 214°13'53" e a distância de 14.72 m até o marco PTO-P-0022; deste, segue, confrontando com Nelsi Barichello e Ivone Martins Barichello, matrícula 2.372 com o azimute de 286°09'15" e a distância de 17.34 m até o marco PTO-P-0012; deste, segue, confrontando com a Rua Padre Luiz Gardinal com o azimute de 359°52'00" e a distância de 14.59 m até o marco PTO-P-0013; ponto inicial da descrição deste perímetro", imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 3.631 no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC, propriedade de Cláudia Edina Bortolon, Leonardo Sestilio Bortolon e Clari Salete Bortolon.

§ 1º Através do Decreto Municipal nº 2.010, publicado na data de 12 de setembro de 2014, o Poder Executivo Municipal já declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel descrito, tendo sido procedida a devida averbação imobiliária, conforme

Av-8-3.631 da Matrícula nº 3.631 do CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC.

§ 2º A área desapropriada se encontra no leito do prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, cuja abertura e utilização pelo povo, já consolidada, se estende sobre outras duas áreas até o encontro com a Rod. SC-355, quais também foram objeto de desapropriação através dos Decretos Municipais nº 2011 e 2012, publicados em 12 de setembro de 2014.

§ 3º Em face da inexistência do apossamento e conduta positiva da Administração Pública Municipal, firmaram, o Município Desapropriante, e os Proprietários do imóvel desapropriado, Termo de Acordo, onde restou ajustado que a desapropriação é efetivada sem o pagamento de qualquer importância pelo Poder Público Municipal, exceto as despesas normais de transferência imobiliária da área desapropriada.

§ 4º A presente medida atende ao disposto no inciso I do § 2º do art. 13, bem como do art. 37, IX da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º A área desapropriada, identificada no art. 1º desta Lei é destinada ao prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal até a Rod. SC-355, possibilitando à Administração Municipal proceder ao alargamento da mesma, bem como as demais melhorias necessárias ao escoamento do tráfego de veículos e pessoas que lá transitam.

Art. 3º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 09 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

LEI Nº 2.478/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.478/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições Legais, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e, ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Catanduvas para o ano de 2015 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 26.518.500,00 (vinte e seis mil quinhentos e dezoito mil e quinhentos reais).

Art. 2º O orçamento vinculado ao Poder Executivo é de R\$ 25.304.400,00 (vinte e cinco milhões trezentos e quatro mil e quatrocentos reais) e para o Poder Legislativo é de R\$ 1.214.100,00 (um milhão duzentos e quatorze mil e cem reais).

§ 1º Os Orçamentos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; do Fundo Municipal da Assistência Social; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Reequipamento do Bombeiro integrarão o Orçamento do Poder Executivo como unidades gestoras, respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º Os Orçamentos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

Fundo Municipal de Defesa Civil; Fundo Municipal do Meio Ambiente; e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social integrarão o Orçamento do Poder Executivo como órgão da administração municipal vinculados a suas respectivas secretarias e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º O Orçamento do Fundo Municipal da Cultura integrará o Orçamento do Poder Executivo como unidade orçamentária vinculado a sua respectiva secretaria e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Direitos dos Idosos integrará o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social como unidade orçamentária vinculado a sua respectiva secretaria e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 5º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos anexos, com o seguinte desdobramento:

Especificação		Total
Receitas Correntes		28.635.146,00
1.1.0.0.00.00.00.00	Receita Tributária	3.217.897,50
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições	543.150,00
1.3.0.0.00.00.00.00	Receita Patrimonial	163.051,50
1.4.0.0.00.00.00.00	Receita Agropecuária	1.065,00
1.6.0.0.00.00.00.00	Receita de Serviços	55.380,00
1.7.0.0.00.00.00.00	Transferências Correntes	24.390.695,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	263.907,00
Receitas de capital		1.437.685,00
2.1.0.0.00.00.00.00	Operações de Crédito	213.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00	Alienação de Bens	58.575,00
2.4.0.0.00.00.00.00	Transferências de Capital	1.166.110,00
TOTAL DE RECEITAS		30.072.831,00
Deduções FUNDEB		(-) 3.554.331,00
1.7.0.0.00.00.00.00	Transferências Correntes	(-) 3.554.331,00
TOTAL GERAL LÍQUIDO DAS RECEITAS		26.518.500,00

§ 6º As despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

Especificação	Valor
UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.214.100,00
Câmara Municipal	1.214.100,00
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL	17.889.200,00
Gabinete do Prefeito	478.185,00
Secretaria Municipal de Administração	2.178.630,00
Ensino Fundamental	7.410.270,00
Ensino Médio	69.225,00

Especificação	Valor
Ensino Superior	213.000,00
Esportes	153.360,00
Fundo Municipal da Cultura	111.825,00
Serviços Urbanos - Infraestrutura	1.191.735,00
Transportes	3.017.145,00
Indústria e Comércio	101.175,00
Promoção e Extensão Rural	642.195,00
Encargos Gerais do Município	1.505.190,00
Fundo Municipal do Saneamento Básico	701.835,00
Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	49.400,00
Fundo Municipal do Meio Ambiente	22.365,00
Fundo Municipal da Defesa Civil	22.365,00
Reserva de Contingência	21.300,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	19.585,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	19.585,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.027.025,00
Fundo Municipal de Assistência Social	946.025,00
Fundo Municipal de Direitos do Idoso	81.000,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.155.590,00
Fundo Municipal de Saúde	6.155.590,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO	213.000,00
Fundo de Reequipamento dos Bombeiros	213.000,00
TOTAL	26.518.500,00

§ 7º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei. Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2015.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares por Decreto, devidamente justificado, até o limite de um terço do total da despesa fixada no art. 2º desta Lei, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos (art. 7º, inc. I e 43, § 1º, inc. I e § 2º da Lei Federal nº 4.320/1964 c/c art. 133, § 4º, inc. I da Lei Orgânica Municipal);

II - Abrir créditos adicionais suplementares por Decreto, devidamente justificado, até o limite de um terço do total da despesa fixada no art. 2º desta Lei, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício (art. 7º, inc. I e 43, § 1º, inc. II e § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 c/c art. 133, § 4º, inc. I da Lei Orgânica Municipal).

III - Mediante Lei específica, abrir crédito suplementar ou especial, utilizando como fonte de recurso à anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais de um projeto, atividade, operação especial para outro ou de uma Unidade Gestora para outra até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias (art. 7º, inc. I e 43, § 1º, inc. III da Lei Federal nº 4.320/1964 c/c art. 133, § 4º, inc. I da Lei Orgânica Municipal).

IV - Assinar termo de convênios/colaboração com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, notificando a Câmara Municipal de Vereadores no prazo de 30 (trinta) dias de sua celebração.

V - Mediante Lei específica, transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

VI - Mediante Lei específica, realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação de receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, inc. II da Lei Federal nº 4.320/1964.

VII - Mediante Lei específica, realizar Operações de Crédito para atendimento a despesas correntes e de capital, observado o limite de endividamento previsto na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (artigos 30, 31 e 32 - Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF).

Parágrafo único. A abertura de crédito suplementar ou especial, utilizando como fonte de recurso à anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais de que trata o inc. III deste artigo, quando envolver dotações de um mesmo projeto, atividade, operação especial, necessária para adequação orçamentária decorrente de modalidade de aplicação ou fonte de recurso, poderá ser realizada mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal 4.320/1964 será realizada por destinação de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inc. I da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, inc. I da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento

Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 6º Comprovado o interesse público municipal e mediante termo de convênio, colaboração, fomento, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, previsto no art. 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2015.

Art. 7º Ficam alterados os anexos do PPA - Plano Plurianual do Quadriênio 2014/2017 e da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2015, revogando-se as disposições em contrário, de acordo com as disposições e anexos desta Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Catanduvas, SC, 16 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 16/12/2014.

LEI Nº 2.478, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015

Excelentíssimos Senhores,

Vereadores da Câmara Municipal de Catanduvas SC

O Orçamento do Município de Catanduvas para o ano de 2015, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 26.518.500,00, distribuídos entre as seguintes Unidades Gestoras:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Unidade Gestora: Câmara Municipal de Vereadores	1.214.100,00
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal	17.889.200,00
Unidade Gestora: Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	19.585,00
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social	1.027.025,00
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	6.155.590,00
Unidade Gestora: Fundo de Reequilíbrio do Bombeiro	213.000,00
TOTAL	26.518.500,00

Este instrumento de planejamento, que mostra a origem e a aplicação dos recursos de cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal de Catanduvas para o exercício de 2015, foi elaborado com base no que dispõe a Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Portarias editadas pelo Governo Federal através dos Ministérios competentes, em conformidade com o Plano Plurianual e Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para determinação do volume de recursos que cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal irá dispor em 2015, levamos em consideração a evolução da receita nos últimos três exercícios, o comportamento da arrecadação no exercício de 2014, a alteração da legislação tributária, as perspectivas de crescimento da economia e os índices de inflação vigentes.

As despesas foram fixadas levando-se em consideração a evolução dos custos de manutenção de cada um dos órgãos e setores da Administração, a expansão dos serviços, os compromissos financeiros com amortização e encargos da dívida e as prioridades e metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. No projeto de Lei da LOA constam anexos demonstrativos de

estimativa de renúncia de receita e os demonstrativos de que trata o art. 22, parágrafo único, inc. I da Lei 4.320/64 contendo:

- I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. art. 48 da LRF);

- II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. art. 48 da LRF).

A Situação econômica e financeira do Município, bem como a demonstração da dívida fundada e flutuante, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis, estão sendo expostos nas audiências públicas realizadas quadrimestralmente com a participação da sociedade, Poder Legislativo e através dos Balançetes mensais, conforme preceitua o art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64. Eram estas considerações que julgamos necessárias na mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária para 2015. Atenciosamente,

Catanduvas, SC, 16 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração

LEI Nº 2.479/2014, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.479/2014, de 17 de dezembro de 2014.

"AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A APAE DE CATANDUVAS(SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com vistas a proporcionar apoio financeiro com a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CATANDUVAS(SC), entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 02.228.940/0001-68, com sede na Rua da Liberdade, s/nº, Centro, nesta cidade de Catanduvas-SC.

Parágrafo único. O convênio tem por objeto o repasse de doze (12) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada, para os meses de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º O apoio financeiro de que trata a presente Lei, será destinado ao suporte de despesas de manutenção e custeio da entidade beneficiária.

Art. 3º A APAE deverá depositar o valor do repasse em conta bancária específica, e prestar contas, na forma da legislação vigente, no prazo de sessenta (60) dias a partir da data de liberação de cada parcela.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 17 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

PORTARIA Nº 6.259 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 6259/14, de 17 de dezembro de 2014.

Gisa Aparecida Giacomim, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando os princípios inerentes à Administração Pública

Resolve:

Art.1º Dispor sobre normas de condutas para os servidores públicos municipais no tocante ao uso de celulares, iPad's, iPhones e afins, especialmente os aparelhos utilizados em comodato e linhas telefônicas de propriedade do Município de Catanduvas/SC utilizadas individualmente pelos servidores municipais, conforme a seguir descritas nos artigos subsequentes.

Art.2º Utilizar os celulares, iPad's, iPhones e afins, bem como a internet e rede sem fio, telefones fixos, linhas móveis, etc. exclusivamente para fins profissionais relativos ao serviço público municipal.

Art.3º Fica proibido, o acesso em redes sociais, chats de bate papo, bem como instalar aplicativos como WhatsApp, nos aparelhos de propriedade do Município de Catanduvas e/ou fazer uso de aplicativos nos aparelhos e linhas de propriedade particular, este, durante o horário em que o servidor estiver trabalhando.

Parágrafo único. Os celulares, iPad's, iPhones e afins de propriedade do Município de Catanduvas que tiverem instalados aplicativos estranhos ao serviço público deverão providenciar a imediata desinstalação.

Art.4º Os servidores públicos do Município de Catanduvas que utilizam as linhas telefônicas e aparelhos em comodato do Município são responsáveis pelas mensagens, ligações, etc. que realizarem, bem como pelo teor destas, estando vedadas as que não se coadunem com o serviço público.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 17 de dezembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº PL/64/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº PL/64/2014 de 16 de dezembro de 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDORA GELCI APARECIDA AGUILERA.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional à servidora Gelci Aparecida Aguilera, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe "A", para dar-lhe ascensão ao Nível 01, Classe "B", em razão de progressão por desempenho funcional, com base na Lei n. 2.408/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Odair José Gabrielli
Presidente

Registra-se e Publica-se em 16.12.2014

Odair José Gabrielli
Presidente

Salete Ribeiro Chiarello
1º Secretária

PORTARIA Nº PL/65/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº PL/65/2014 de 16 de dezembro de 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDORA NEUSA REGINA CHINATO.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional à servidora Neusa Regina Chinato, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Secretária, Nível 15, Classe "E", para dar-lhe ascensão ao Nível 15, Classe "F", em razão de progressão por desempenho funcional, com base na Lei n. 2.408/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Odair José Gabrielli
Presidente

Registra-se e Publica-se em 16.12.2014.

Odair José Gabrielli
Presidente

Salete Ribeiro Chiarello
1º Secretária

PORTARIA Nº PL/66/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº PL/66/2014 de 16 de dezembro de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDORA SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional à servidora Simone Vieira dos Santos De Martini, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível 07, Classe "B", para dar-lhe ascensão ao Nível 07, Classe "C", em razão de progressão por desempenho funcional, com base na Lei n. 2.408/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Odair José Gabrielli
Presidente

Registra-se e Publica-se em 16.12.2014.

Odair José Gabrielli
Presidente

Salete Ribeiro Chiarello
1º Secretária

Caxambu do Sul**PREFEITURA****DECRETO 179/2014**

DECRETO Nº 179/2014

"DESIGNA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº003/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo Edital 03/2014, que visa à contratação de professores em caráter temporário para o ano letivo de 2015, ficam nomeados os membros dos diversos segmentos sob a Presidência do Secretário Municipal de Educação, conforme relação que segue:

INSTITUIÇÃO	MEMBROS
Câmara de Vereadores	Marines Zanban Bartolomei Glauber Burtet
Administração Municipal	Elias Chiarello.
Conselho Municipal de Educação	Elizandra Moreto.
Escola Municipal Bairro Antena	Leandra Rohr Nelides Eva Filippin.
Secretaria Municipal de Educação, Cult. e Esportes.	Élio Vedovatto Maikeli Bellei.
Centro de Educação Infantil – Criança Feliz	Iverlei Pires dos Santos Moreto.
Conselho FUNDEB	Ivete Gottardi da Silva

Art. 2º Compete a Comissão: verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar, fiscalizar e deferir a prova de títulos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 17 de Dezembro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 473 DE 18.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 473/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo art.50, XXV, da Lei Orgânica do Município e, nos termos do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria n. 069/2014, de 11/02/2014, que admitiu em caráter temporário MARINELMA RAYMUNDO, Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 19/12/2014 até o término da Licença Maternidade.

Art. 2º A contratada deverá cumprir a sua jornada de trabalho na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes durante o recesso escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
18 de dezembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 474 DE 18.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 474/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo art.50, XXV, da Lei Orgânica do Município e, nos termos do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria n. 306/2014, de 06/08/2014, que admitiu em caráter temporário SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS, Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 19/12/2014 até o término da Licença Maternidade.

Art. 2º A contratada deverá cumprir a sua jornada de trabalho na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes durante o recesso escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
18 de dezembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 475 DE 18.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 475/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo art.50, XXV, da Lei Orgânica do Município e, nos termos do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria n. 043/2014, de 10/02/2014, que admitiu em caráter temporário JULIE MARA DE OLIVEIRA, Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 19/12/2014 até o término da Licença Maternidade.

Art. 2º A contratada deverá cumprir a sua jornada de trabalho na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes durante o recesso escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
18 de dezembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 476 DE 18.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 476/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo art.50, XXV, da Lei Orgânica do Município e, nos termos do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria n. 420/2014, de 24/10/2014, que admitiu em caráter temporário NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 19/12/2014 até o término da Licença Maternidade.

Art. 2º A contratada deverá cumprir a sua jornada de trabalho na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes durante o recesso escolar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
18 de dezembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 477 DE 18.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 477/2014

- CONSIDERANDO, a concessão do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

- CONSIDERANDO, a impossibilidade de acumulação da remuneração de cargo, emprego ou função com proventos de aposentadoria, ressalvadas as acumulações previstas no art.37, inciso XVI, da Constituição Federal/88;

- CONSIDERANDO, que o cargo público ocupado pela servidora não é passível de acumulação remunerada;

- CONSIDERANDO, o disposto no inciso IV, do art. 29, da Lei Complementar n. 008, de 23.12.1999;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 29, inciso IV e art. 32, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública LIDIA TEREZINHA PALHANO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora 40 horas, nomeada pela Portaria nº 0406/2000, de 01.06.2000, a partir de 20.12.2014.

Art. 2º Declarar a vacância do Cargo de Provimento Efetivo acima especificado, em decorrência da concessão pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Servidora Pública LIDIA TEREZINHA PALHANO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 18 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 478 DE 18.12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 478/2014

- CONSIDERANDO que o servidor ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática - 40 horas, aprovado no Concurso Público nº. 02/2014 está lotado na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar GIOVANI ANACLETO, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática - 40 horas, nomeado pela Portaria nº. 453, de 21 novembro 2014, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
18 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO CONCORRÊNCIA Nº 03/PMCS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 03/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 126/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Concorrência nº. 03/PMCS/2014, que objetiva a seleção de pessoas jurídicas de direito privado para concessão de uso gratuito de 04 (quatro) terrenos urbanos, de propriedade da municipalidade, por até 10 (dez) anos, para instalação de indústrias, conforme especificações do edital e Lei Municipal nº 1.219/14. A entrega dos envelopes da Concorrência será até as 08h45min do dia 21 de janeiro de 2015 e abertura será as 09h00min do mesmo dia. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h00min.

Cocal do Sul, 17 de dezembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/PMCS/2014

CONTRATO Nº: 151/PMCS/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: SILVIA MARIA BAPTISTA SOARES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/PMCS/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/PMCS/2014

Objeto: Contratação de pessoa física para avaliação de imóveis, para atendimento ao Setor de Patrimônio do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 09/12/2014

Vigência: Início: 09/12/2014 Término: 28/02/2015.

Valor: R\$ 12.560,00 (Doze mil quinhentos e sessenta reais)

Dotação Orçamentária: 0501.2006.3.3.90 (16).

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 185/2014 -PMC

Contrato Nº : 185/2014
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : TMK ENGENHARIA EIRELI ME
Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014
Objeto : contratação de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D deste Edital.
Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 12/03/2015
Assinatura : 05/12/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903905000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 285/2014 -PMC

Contrato Nº : 285/2014
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo/Valor
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME
Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2014
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para construção da quadra poliesportiva no CMEI Lua de Cristal, neste Município, com recursos oriundos do FNDE e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D deste Edital.
Vigência : Início: 09/12/2014 Término: 22/03/2015
Assinatura : 09/12/2014
Valor R\$: 26.452,01 (Vinte e Seis Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Um Centavo)

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905198000000.01620000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905198000000.01580000

Dotação : 322 - 06.004.1007.344905198000000.03620000

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905198000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 306/2014 -PMC

Contrato Nº : 306/2014
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 24/2014
Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário, para ampliação da Escola Básica Municipal Ângelo Ary Biesuz, situada em Linha São Paulo, no Município de Concórdia - SC., conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 21/02/2015
Assinatura : 03/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905198000000.01010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 398/2014 -PMC

Contrato Nº : 398/2014
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 118/2014
Objeto : Aquisição de móveis sob medida novos conforme especificações constantes nos anexos "A" deste edital.
Vigência : Início: 08/12/2014 Término: 03/02/2016
Assinatura : 08/12/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905242000000.03010000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905242000000.03010000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 371/2011 -PMC

Contrato Nº : 371/2011/2011
Aditivo Nº : 3 TA/2014
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : IMOBILIARIA NMM LTDA
Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 21/2011
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO SEGUNDO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.
Vigência : Início: 05/12/2014 Término: 07/04/2015
Assinatura : 05/12/2014
Valor R\$: 4.668,76 (Quatro Mil, Seiscentos e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação : 132 - 09.001.2032.333903910000000.01000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 197/2010 -PMC

Contrato Nº : 197/2010/2010
Aditivo Nº : 5 TA/2014
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA
Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 15/2010
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL, NA RUA DO COMERCIO, N 408, 1 ANDAR, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE - SEMADRA. DL 15 2010
Vigência : Início: 11/12/2014 Término: 19/06/2015
Assinatura : 11/12/2014
Valor R\$: 17.472,90 (Dezessete Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Noventa Centavos)

Dotação : 86 - 07.001.2022.333903910000000.01000001

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 112/2014 -PMC

Contrato Nº : 112/2014

Aditivo Nº : 7 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ALA COMERCIO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 13/2014

Objeto : contratação de empresa para a confecção e instalação de móveis sob medida em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para o Centro Municipal de Educação Infantil - Bairro Imigrantes, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 03/12/2014 Término: 04/01/2015

Assinatura : 03/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905242000000.01580000

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2014 - FMS

A Gestora em exercício do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 18 de dezembro de 2014 para Complemento ao convênio celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco, conforme portaria nº 2.200 de 03 de outubro de 2014, a favor das empresas BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL, no valor estimado de R\$ 1.006.134,28 (um milhão, seis mil, cento e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS, em exercício

EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 13/2014 -PMC

Contrato Nº : 13 CC/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FAROL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME

Licitação : Concorrência para Concessão 6/2014

Objeto : A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de parte dos lotes rural nº 59 e 60, com área de 31.033,61 (trinta e um mil, trinta e três metros e sessenta e um decímetros), conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 27/11/2002 sendo localizado em Presidente Juscelino, Distrito de Engenho Velho, neste Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo de reciclagem, reutilização, industrialização ou transformação de resíduos sólidos, semissólidos, gasosos e líquidos, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e com o Anexo "D"

Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 04/12/2024

Assinatura : 04/12/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 422/2014 -PMC

Contrato Nº : 422/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 130/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos para atender as necessidades das comunidades do interior do Município através do Orçamento Participativo, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 04/12/2014 Término: 03/03/2016

Assinatura : 04/12/2014

Valor R\$: 104.300,00 (Cento e Quatro Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 92 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 423/2014 -PMC

Contrato Nº : 423/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : M.W.W. COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 132/2014

Objeto : Aquisição e serviço de instalação de poltronas e cintos de segurança no veículo micro ônibus placas MKW 6966, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 08/12/2014 Término: 06/04/2015

Assinatura : 08/12/2014

Valor R\$: 7.449,92 (Sete Mil, Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903919000000.01010000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905257000000.03010000

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 12/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 12/2014

Objeto: Processo Seletivo Público de Provas e Títulos, objetivando a formação de cadastro de reserva, para contratação de professores, em caráter temporário, para atuação, ano letivo de 2015, na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Base Diversificada em todas Escolas Básicas Municipais, Grupos Escolares, Escolas do Campo e Centros Municipais de Educação Infantil, considerando o disposto na Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações e na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Das inscrições: estarão abertas no período de 24 de dezembro de 2014 a 9 de janeiro de 2015, somente via internet, pelo sítio www.concordia.sc.gov.br.

Das modalidades/especialidades disponíveis:

1.1. Ensino Fundamental:

- a) Arte;
- b) Ciências;
- c) Geografia;
- d) História;
- e) Língua Espanhola;
- f) Língua Italiana;
- g) Língua Portuguesa;
- h) Matemática;
- i) Ensino Religioso;

- j) Educação Física e Xadrez;
- k) Anos Iniciais;
- 1.2. Educação Infantil - Pré-Escolar e CMEIs;
- 1.3. Educação Especial;
- 1.4. Base Diversificada:
- a) Literatura Dramatizada (Arte, Letras e Pedagogia);
- b) Dança (Educação Física);
- c) Artesanato (Arte);
- d) Desenho (Arte);
- e) Xadrez (Educação Física);
- f) Laboratório Pedagógico (Pedagogia);
- g) Tênis de Campo (Educação Física);
- h) Esporte Coletivo (Educação Física);
- i) Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Ciências);
- j) Informática (Licenciatura em Informática, Ciências da Computação);
- k) Teatro (Arte, Artes Cênicas);
- l) Judô (Educação Física);
- m) Projetos.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 18 de dezembro de 2014.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 13/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 13/2014

Objeto: Processo Seletivo Público Simplificado de Provas e Títulos para ampliação, em caráter temporário, de carga horária, para professores efetivos, objetivando a formação de cadastro de reserva, para atuação no Ensino Fundamental e Educação Infantil em todas as Unidades Escolares, na Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2015.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 24 de dezembro de 2014 a 9 de janeiro de 2015, somente via internet, pelo sítio www.concordia.sc.gov.br.

Das especialidades/modalidades disponíveis:

- 1.1. Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano:
 - a) Arte;
 - b) Ciências;
 - c) Geografia;
 - d) História;
 - e) Língua Espanhola;
 - f) Língua Italiana;
 - g) Língua Portuguesa;
 - h) Matemática;
 - i) Ensino Religioso;
 - j) Educação Física e Xadrez;
 - k) Anos Iniciais.
- 1.2. Escolas do Campo - Classes Multisseriadas.
- 1.3. Educação Infantil - Pré-Escolar e CMEIs.
- 1.4. Educação Especial.

1.5. As vagas serão oportunizadas em conformidade com os módulos oferecidos no ato da escolha, sendo:

- 1.5.1. para Educação Infantil: 20 (vinte) horas semanais;

1.5.2. para Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano: 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais;

1.5.3. para Escolas do Campo: 20 (vinte) horas semanais;

1.5.4. para Educação Especial: 20 (vinte) horas semanais.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 18 de dezembro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 2613/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.613, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
Nomeia FRANCISCO LUIZ CAMPANIN - Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor FRANCISCO LUIZ CAMPANIN, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 15 de dezembro de 2014.

Concórdia, 15 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

Mauro Mendes

Vice-Presidente

Arlan Guliani

1º Secretário

Vilmar Comassetto

2º Secretário

PORTARIA 26/2014

PORTARIA Nº 26, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora ROSANGELA ZANELLA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora ROSANGELA ZANELLA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 27/2014

PORTARIA Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora MARLI SALETE BETONI GIOTTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora MARLI SALETE BETONI GIOTTO - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 9 de janeiro de 2014 a 8 de janeiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 28/2014

PORTARIA Nº 28, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares ao servidor ANDERSON GUZZATTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor ANDERSON GUZZATTO - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 9 de janeiro de 2014 a 8 de janeiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 29/2014

PORTARIA Nº 29, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares ao servidor ADRIANO ZANATTA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor ADRIANO ZANATTA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 9 de janeiro de 2014 a 8 de janeiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 30/2014

PORTARIA Nº 30, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares ao servidor MARCOS ANTÔNIO MIOR.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor MARCOS ANTÔNIO MIOR - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 9 de janeiro de 2014 a 8 de janeiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 31/2014

PORTARIA Nº 31, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora NATÁLIA SINGER BARREIROS DA SILVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora NATÁLIA SINGER BARREIROS DA SILVA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 4 de fevereiro de 2014 a 3 de fevereiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 32/2014

PORTARIA Nº 32, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora ERCI LOHMANN EITELWEIN.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora ERCI LOHMANN EITELWEIN - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 1º de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 33/2014

PORTARIA Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 3 de maio de 2014 a 2 de maio de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

PORTARIA 34/2014

PORTARIA Nº 34, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede férias regulamentares a servidora HELENA FURLANETTO DREYER.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora HELENA FURLANETTO DREYER - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

PORTARIA 35/2014

PORTARIA Nº 35, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede férias regulamentares ao servidor WILLIAM AMPESE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor WILLIAM AMPESE - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 a 30 de janeiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, sendo que 4 (quatro) dias foram gozados nos dias 1º, 2, 3 e 17 de outubro de 2014.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

PORTARIA 36/2014

PORTARIA Nº 36, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede férias regulamentares ao servidor MARCIANO CORADI.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor MARCIANO CORADI - Assessor da Presidência, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 a 27 de janeiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 11 de janeiro de 2014 a 10 de janeiro de 2015, sendo que 7 (sete) dias foram gozados de 1º a 3 de outubro de 2014 e de 11 a 14 de novembro de 2014.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

PORTARIA 37/2014

PORTARIA Nº 37, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede férias regulamentares ao servidor ROBERTO KURTZ PEREIRA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor ROBERTO KURTZ PEREIRA - Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 a 26 de janeiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 11 de janeiro de 2014 a 10 de janeiro de 2015, sendo que 8 (oito) dias foram gozados de 25 de abril a 2 de maio de 2014.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

PORTARIA 38/2014

PORTARIA Nº 38, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede férias regulamentares a servidora EDILA GRACIELI SOUZA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora EDILA GRACIELI SOUZA - Assessor de Comunicação, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 3 de fevereiro de 2014 a 2 de fevereiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

PORTARIA 39/2014

PORTARIA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE - Contador, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 2 de janeiro de 2014 a 1º de janeiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.
Rogério Luciano Pacheco
Presidente

PORTARIA 40/2014

PORTARIA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora ELENICE ZITTA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora ELENICE ZITTA - Agente Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 10 de julho de 2013 a 09 de julho de 2014.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

PORTARIA 41/2014

PORTARIA Nº 41, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede férias regulamentares a servidora ZENITE T. MICHELON FARINA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora ZENITE T. MICHELON FARINA - Auxiliar Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015, referente ao Período Aquisitivo de 11 de janeiro de 2014 a 10 de janeiro de 2015.

Concórdia, 12 de dezembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

Coronel Martins**PREFEITURA****DECRETO Nº. 286 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 286 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº.614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 23.022,24 (vinte e três mil, vinte e dois reais e vinte e quatro centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 – Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	17	01.0018	23.022,24

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 23.022,24 (vinte e três mil, vinte e dois reais e vinte e quatro centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0018 - Fundeb.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 08 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 293 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 293 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.907,20 (dezenove mil novecentos e sete reais e vinte centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICO	
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias	

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	38	01.0000	19.907,20

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 19.907,20 (dezenove mil novecentos e sete reais e vinte centavos) da seguinte Programação de despesas:

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICO				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	37	01.0000	19.907,20

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE TEMPO- PROCESSO 36/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2014
EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 779.1/2014

Aditivo de tempo: 150 dias

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OLINTHO D'ÁVILA MESQUITA, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Serra Sul Engenharia e Construções LTDA EPP.

CNPJ: 15.459.791/0001-90

Processo Licitatório nº 36/2014 - Tomada de Preços

Vigência: 26/10/2014 a 26/03/2014

Correia Pinto/SC 19 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 14/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e GUILHERME OBERLAENDER DE ALMEIDA

CPF: 675.930.117-04

Instrumento:

Contrato 0850/2014 - Fundo Municipal de Saúde

Valor total de 89.100,00

Vigência da ata: 28/11/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 19 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 16/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO N. 16/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PARA O ANO DE 2015.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa VILMA MORAES DE SOUZA

CNPJ: 07.493.633/0001-28

Instrumento:

Contrato 0853/2014 - Fundo Municipal de Saúde

Valor total de 236.407,50

Vigência da ata: 09/12/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 19 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 66/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 66/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS EDUCATIVOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA

CNPJ: 79.912.788/0001-62

Instrumento:

Contrato 0849/2014

Valor total de 16.800,00

Vigência da ata: 28/11/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 19 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 73/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
Processo Nº.: 73/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2014

No dia 28 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 73/2014, Processo Licitatório nº. 73/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE, PESADA, SOCORRO E FUNILARIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015 Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11245	CELIO FERNANDES RAMOS - ME	
8619	CHRYSTIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME	8
8969	JOECI APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS - ME	1, 3, 4, 6, 7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CELIO FERNANDES RAMOS - ME	09.333.807/0001-10	CELIO FERNANDES RAMOS	564.712.629-49
CHRYSTIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME	02.705.164/0001-40	DILCEU RODRIGUES DELFES	818.674.339-15
JOECI APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS - ME	02.901.647/0001-10	JOEL DA SILVA PEREIRA	560.831.819-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE, PESADA, SOCORRO E FUNILARIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8619 - CHRYSTIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	FUNILARIA	H		2.000,000	48,0000	96.000,00

Fornecedor: 8969 - JOECI APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MECANICA LINHA PESADA	H		4.400,000	58,0000	255.200,00
3	MECANICA TORNO	H		2.200,000	58,8403	129.448,73
4	MECANICA SOLDAS	H		2.300,000	59,8049	137.551,27
6	Mecânica bomba hidráulica e setor hidráulico	H		400,000	75,0000	30.000,00
7	Mecânica bomba injetora e bico injetor	H		400,000	75,0000	30.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 73/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 73/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 73/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 73/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.
- 9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.
- 9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 73/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 28 de Dezembro de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CELIO FERNANDES RAMOS - ME	CNPJ: 09.333.807/0001-10	_____
CHRYSTIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME	CNPJ: 02.705.164/0001-40	_____
JOECI APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS - ME	CNPJ: 02.901.647/0001-10	_____

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 835/14

DECRETO Nº 835/14

AUTORIZA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, a partir das 20 horas do dia 06 de fevereiro, até as 17 horas do dia 07 de fevereiro de 2015, para a realização do evento CORUPÁ EXTREME MARATHON 2015 TRC - TRAIL RUNNING CLUB, tendo como responsável a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, integridade e zelo do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 823/2014

DECRETO Nº. 823/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1007.2046		Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.64	Aplicações Diretas	42.000,00
		TOTAL	42.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.00.64 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de dezembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 825/2014

DECRETO Nº. 825/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria de Assist. Social, Trabalho e Habitação	
09.002		Fundo para a Infância e Adolescência	
008.243.0064.2012		Assistência e Proteção à Criança e Adolescente	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.00.00 - Recursos Ordinários - Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de dezembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 821/2014

DECRETO Nº. 821/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 53.200,00(cinquenta e três mil e duzentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	

3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
09.000	0.1.00.19	Secretaria de Assist. Social, Trabalho e Habitação	50.000,00
09.001	0.1.00.63	Manutenção da Assistência Social	3.200,00
012.365.0047.2019		Manut. do Departamento de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	53.200,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
09.000	0.1.00.18	Secretaria de Assist. Social, Trabalho e Habitação	50.000,00
09.001	0.1.00.63	Manutenção da Assistência Social	3.200,00
012.365.0047.2019		Manut. do Departamento de Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	53.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de dezembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 822/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 822/2014
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 72,97 (setenta e dois reais noventa e sete centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.62	Aplicações Diretas	72,97

		TOTAL	72,97

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.62 - Outros Recursos Educação - FNDE no valor de R\$ 72,97 (setenta e dois reais e noventa e sete centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de dezembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 824/2014

DECRETO Nº. 824/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 38.181,23(trinta e oito mil cento e oitenta e um reais e vinte e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000 06.001		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1007.2046 3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ Aplicações Diretas	38.181,23
		TOTAL	38.181,23

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000 06.001 010.301.1007.2046 3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ Aplicações Diretas	38.181,23
		TOTAL	38.181,23

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de dezembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

EXTRATO DE CONTRATO 184/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 184/14

Processo Licitatório nº 139/14

Pregão Presencial no 065/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.667.876/0001-75 e inscrição Estadual nº 256.227.250, estabelecida na Rua Pereira de Oliveira nº 85, Galpão 02 - Velha, município de Blumenau, CEP 89036-350, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 17/10/2014

Data da Vigência: 17/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 185/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 185/14

Processo Licitatório nº 139/14

Pregão Presencial no 065/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69 e inscrição Estadual nº 257.036.628, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr nº 60, Sala 02 - Água Verde, município de Jaraguá do Sul, CEP 89.254-525, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.212,80 (oito mil e cento e doze reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 17/10/2014

Data da Vigência: 17/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 186/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 186/14

Processo Licitatório nº 139/14

Pregão Presencial no 065/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00 e inscrição Estadual nº 255.467.893, estabelecida na Rua Irmgard Carl nº 225, Escola Agrícola, município de Blumenau, CEP 89.037-555, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 19.151,25 (Dezenove mil e cento e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Data da Assinatura: 17/10/2014

Data da Vigência: 17/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 187/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 187/14

Processo Licitatório nº 139/14

Pregão Presencial no 065/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16 e inscrição estadual nº 255.067.070, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº 386, Bairro Cruzeiro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89290-000.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 24.137,92 (Vinte e quatro mil e cento e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

Data da Assinatura: 17/10/2014

Data da Vigência: 17/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 188/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 188/14

Processo de licitação nº 100/14

Modalidade TOMADA DE PREÇOS no 010/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocoli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem e Sinalização Viária, da RUA 46 - ALBERTO BAUMLE (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 295.337,99 (Duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos).

Data da Assinatura: 24/10/2014

Data da Vigência: 03 (três) meses

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 189/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 189/14

Processo Licitatório nº 145/14

Dispensa de Licitação nº 065/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: IVO CECCATO inscrito no CPF sob nº 442.314.589-87 e portador da Carteira de Identidade nº 1.131.511 SSP/SC e a senhora SILVIA SEHNEM CECCATO, inscrita no CPF sob o nº 646.475.609-53 e portadora da Carteira de Identidade nº 2/C 906.949 SSP/SC, residentes e domiciliados na Estrada Quiriri s/n, bairro Quiriri - CEP 89239-000, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 19.999,95 (Dezenove Mil e Novecentos e Noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

Data da Assinatura: 03/10/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 190/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 190/14

Processo Licitatório nº 140/14

Pregão Presencial no 066/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.200.303/0001-22 e inscrição Estadual nº 039/0140279, estabelecida na Av. Mauricio Cardoso nº 706 - Centro, município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99700-000.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de INSUMOS DIABETES DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.200,00 (Vinte e Cinco Mil e Duzentos Reais).

Data da Assinatura: 30/10/2014

Data da Vigência: 30/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 191/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 191/14

Processo Licitatório nº 142/14

Pregão Presencial no 067/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1º de Maio s/n esquina com a rua Klara Hermann, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE COMPUTADORES E PERIFERICOS DE INFORMÁTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I, que acompanha este edital.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 43.515,00 (Quarenta e Três Mil e Quinhentos e Quinze Reais).

Data da Assinatura: 30/10/2014

Data da Vigência: 30/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 192/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 192/14

Processo Licitatório nº 125/14

CONCORRÊNCIA PÚBLICA no 004/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64 e inscrição Estadual nº 253.637.244, estabelecida na Rua Ottokar Doerffel, 84, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: contratação de serviços de Engenharia Sanitária, compreendendo a gestão dos resíduos sólidos domiciliares produzidos pelo Município, compreendendo Coleta, Transporte, transbordo Tratamento e Destinação Final em Aterro Sanitário Licenciado, Coleta, Transporte e Descarga de Resíduos Sólidos Recicláveis (Coleta Seletiva) e Coleta, Transporte e Destino Final Adequado dos Resíduos do Serviço de Saúde dos Ambulatórios de Responsabilidade deste Município..

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.496.811,48 (Um milhão e quatrocentos e noventa e seis mil e oitocentos e onze reais e quarenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 04/11/2014

Data da Vigência: 04/11/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 193/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 193/14

Processo Licitatório nº 147/14

Carta Convite nº 013/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ZIPF PEÇAS E TRATORES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 74.129.792/0001-35 e inscrição Estadual nº 252.767.624, estabelecida na Rua Ernesto Pisetta, 138 - CENTRO, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de Oficina Mecânica para reforma nas máquinas ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC160 e RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110, que compõe a Frota Municipal da Secretaria de Obras do Município de Corupá-SC (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários), conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 54.406,18 (Cinquenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Seis Reais e Dezoito Centavos).

Data da Assinatura: 17/11/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 194/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 194/14

Processo Licitatório nº 144/14

Pregão Presencial no 068/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.952.689/0001-80, estabelecida na Rodovia SC 453 - KM 55 s/n - Distrito Industrial, município de Videira, Estado de Santa Catarina, CEP 89.560-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, devidamente cadastrados no FINAME, através do PROVIAS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 708.000,00 (Setecentos e Oito Mil Reais).

Data da Assinatura: 24/11/2014

Data da Vigência: 24/11/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 195/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 195/14

Processo Licitatório nº 144/14

Pregão Presencial no 068/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio

Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS METAL TRUCK LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.596.900/0001-22, estabelecida na Augusto Laffin nº 215 - Bloco A - Centro, município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, CEP 89108-000.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, devidamente cadastrados no FINAME, através do PROVIAS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 38.000,00 (Trinta e Oito Mil Reais).

Data da Assinatura: 24/11/2014

Data da Vigência: 24/11/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 196/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 196/14

Processo Licitatório nº 144/14

Pregão Presencial no 068/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: LDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.253.225/0001-50 e inscrição Estadual nº 671.236.128.113, estabelecida na Rua Alcindo Nardini nº 03 - Jardim Dulce, município de Sumaré, Estado de São Paulo, CEP 13.178-512.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, devidamente cadastrados no FINAME, através do PROVIAS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 75.400,00 (Setenta e Cinco Mil e Quatrocentos Reais).

Data da Assinatura: 24/11/2014

Data da Vigência: 24/11/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 197/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 197/14

Processo Licitatório nº 144/14

Pregão Presencial no 068/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0002-25 e inscrição Estadual nº 253.676.428, estabelecida na Rua Alwin Rutzen nº 101 - bairro Itoupavazinha, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.066-345.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, devidamente cadastrados no FINAME, através do PROVIAS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 338.000,00 (Trezentos e Trinta e Oito Mil Reais).

Data da Assinatura: 24/11/2014

Data da Vigência: 24/11/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 198/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 198/14
Processo Licitatório nº 156/14
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: Paulo Wargenowski, brasileiro, portador da C.I. nº 9/R-782.818 SSP/SC e do CPF nº 311.296.179-04.
OBJETO: Locação de (01) uma sala em alvenaria com área de 139,25m², localizada na Rua Francisco Mees nº 1014, bairro XV de Novembro, destinada para acomodação da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) correspondente ao valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo período de 12 meses.
Data da Assinatura: 20/11/2014
Data da Vigência: 20/11/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 200/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 200/14
Processo Licitatório nº 167/14
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.038.574/0001-38, situada na Rua 406ª, nº 623, Casa 01 - Bairro Morretes, CEP 88.220-000, Município de Itapema - Estado de Santa Catarina.
OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de Palestras, assessoria e consultoria ao Conselho Tutelar e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente do Município de Corupá.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.800,00 (Sete Mil e oitocentos reais).
Data da Assinatura: 05/12/2014
Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 201/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 201/14
Processo Licitatório nº 152/14
Pregão Presencial no 072/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.667.876/0001-75 e inscrição Estadual nº 256.227.250, estabelecida na Rua Pereira de Oliveira nº 85, Galpão 02 - Velha, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89036-350.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.934,64 (Onze mil e novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).
Data da Assinatura: 05/12/2014
Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 202/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 202/14
Processo Licitatório nº 152/14
Pregão Presencial no 072/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00 e inscrição Estadual nº 255.467.893, estabelecida na Rua Irmgard Carl nº 225, Escola Agrícola, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.538,90 (treze mil quinhentos e trinta e oito reais e noventa centavos).
Data da Assinatura: 05/12/2014
Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 203/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 203/14
Processo Licitatório nº 152/14
Pregão Presencial no 072/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: GRAFICA E EDITORA MORAES LTDA EPP, inscrita

no CNPJ sob o nº 02.278.531/0001-76 e inscrição Estadual nº 253.604.974, estabelecida na Rua Caçara nº 116, Térreo, Bairro Garcia, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89022-290.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.930,56 (onze mil novecentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos).

Data da Assinatura: 05/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 204/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 204/14

Processo Licitatório nº 152/14

Pregão Presencial nº 072/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 85.260.164/0001-00 e inscrição Estadual nº 252.426.240, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº 279, Bairro Ceramarte, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89295-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.294,52 (nove mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Data da Assinatura: 05/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 205/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 205/14

Processo Licitatório nº 152/14

Pregão Presencial nº 072/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.032.430/0001-13 e inscrição Estadual nº 257.174.265, estabelecida na Rua 28 de agosto, nº 3682, sala 03, Bairro Avaí, município de Guarimirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89270-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.513,30 (três mil quinhentos e treze reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 05/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 206/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 206/14

Processo Licitatório nº 151/14

Pregão Presencial nº 071/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.667.876/0001-75 e inscrição Estadual nº 256.227.250, estabelecida na Rua Pereira de Oliveira nº 85, Galpão 02 - Velha, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89036-350.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.146,00 (seis mil e cento e quarenta e seis reais).

Data da Assinatura: 08/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 207/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 207/14

Processo Licitatório nº 151/14

Pregão Presencial nº 071/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00 e inscrição Estadual nº 255.467.893, estabelecida na Rua Irmgard Carl nº 225, Escola Agrícola, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.939,30 (oito mil e novecentos e trinta e nove reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 08/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 208/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 208/14

Processo Licitatório nº 151/14

Pregão Presencial no 071/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇALTD EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.750.862/0001-31 e inscrição Estadual nº 253.165.431, estabelecida na Rua Edgar Linhares nº 121, Nova Esperança, município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP 88.336-210.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.801,00 (onze mil e oitocentos e um reais).

Data da Assinatura: 08/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 209/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 209/14

Processo Licitatório nº 151/14

Pregão Presencial no 071/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: JP DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.417/0001-20 e inscrição Estadual nº 254.612.903, estabelecida na Rua Treze de Maio, nº 400, fundos, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89255-400.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.020,00 (dezesesseis mil e vinte reais).

Data da Assinatura: 08/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 210/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 210/14

Processo Licitatório nº 151/14

Pregão Presencial no 071/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o

no 85.260.164/0001-00 e inscrição Estadual nº 252.426.240, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº 279, Bairro Ceramarte, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89295-000. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.878,70 (onze mil e oitocentos e setenta e oito reais e setenta).

Data da Assinatura: 08/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 211/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 211/14

Processo Licitatório nº 151/14

Pregão Presencial no 071/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16 e inscrição estadual nº 255.067.070, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº 386, Bairro Cruzeiro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89290-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 14.492,60 (quatorze mil e quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 08/12/2014

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 212/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 212/14

Processo Licitatório nº 153/14

Carta Convite nº 014/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CWM SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.007.978/0001-64, estabelecida na Arthur Witthoft nº 120, Galpão A, Bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89258-360.

OBJETO: Contratação de Oficina Mecânica para reforma na KOMATSU D-50, que compõe a Frota Municipal da Secretaria de Obras do Município de Corupá-SC (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários), conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 52.750,00 (cinquenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 25/11/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 213/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 213/14
Processo Licitatório nº 157/14
Pregão Presencial no 073/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: ARGOS GUINDASTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.104.046/0001-74, estabelecida na Rodovia RS 30 Km 54, nº 1450, bairro Lomba Vermelha, CEP 95.500-000, município de Santo Antônio da Patrulha, Estado de Rio Grande do Sul.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GUINDASTE VEICULAR, devidamente cadastrados no FINAME, através do PROVIAS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).
Data da Assinatura: 16/12/2014
Data da Vigência: 16/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3101/14

PORTARIA Nº 3101/14
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o decreto Nº. 053/99 de 06 de outubro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, que fica assim constituída:

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Jean Marcel Bertoldi Diel;
Suplente: Antônio Norberto Moretti.

Titular: Paulo Cesar Ruthes;
Suplente: Ana Carolina Gabriel;

Titular: Thiago Vinicius Leal;
Suplente: Joao Rocha Sobrinho;

Titular: Joney Cícero Morozini;
Suplente: Emanuelle Françoise Blunk Schiochet;

Titular: Wilson Jean Gessner;
Suplente: Valéria Assis de Oliveira;

Titular: Alceu Gilmar Moretti;
Suplente: Lourenço Piontkewicz;

Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Corupá:
Titular: Rene Afonso Mahnke;

Suplente: Jean Carlo Chilomer;

Representantes da Associação dos Bananicultores de Corupá:
Titular: Marcos Martini;
Suplente: Adolar Behnke;

Representantes da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural:
Titular: George Livramento;
Suplente: Leonir Célia Demarchi;

Representantes da CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina:
Titular: Marcelo Tofol;
Suplente: Celso Eduardo Wassmansdorf;

Representantes do setor financeiro do Município:
Banco do Brasil
Titular: Sandro Luís de Souza;
Suplente: Fernando de Almeida dos Santos;

Blucredi
Titular: André Luís Millnitz;
Suplente: José Alfredo A. de Oliveira;

Caixa Econômica Federal
Titular: Roseli Sartori;
Suplente: Helinton Lacerda;

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular: Juvenal Mokwa;
Suplente: Edinei Mokwa;

Representantes da Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá:
Titular: Ederson Basagni;
Suplente: Charles Daniel Gessner;

Representantes da Cooperativa da Agricultura Familiar Rio Novo:
Titular: Valmor Raul de Farias;
Suplente: Crisleine Jantsch;

Representantes da Microbacia Rio Novo:
Titular: Elton Mokwa;
Suplente: Patricia Bassani Woicekowski;

Representantes dos Agricultores:
Poço Danta / Carroeira
Titular: Denilson Pedrelli;
Suplente: Luiz Carlos Scheple;

Rio Paulo / Rio Paulo Grande / Rio Paulo Pequeno
Titular: Lauro Daros;
Suplente: Ediberto Schulz;

Titular: Arlindo Hass;
Suplente: Edemir Schulz;

Izabel / Izabel Alto
Titular: Osni Braun;
Suplente: Albano Maas;

Titular: Egon Mokwa;
Suplente: Zenildo Nunes da Silva;

Osvaldo Amaral / Bompland
Titular: Rubens Cesar Leber;
Suplente: Genesio Vicneski;

Titular: Alvino Hinkeldey;
Suplente: Alfredo Horstmann;

Vila Izabel/Francisco Mees/Alberto Baumle
Titular: Norma Denk Lange;
Suplente: Camilo Kubiak;

Guarajuva / Caminho Pequeno
Titular: Ana Dana Denk;
Suplente: Irene Kuhl Ganske;

Ribeirão dos Correias
Titular: Adilson Fossile;
Suplente: Alceu Fossile Junior;

Rio Novo Alto
Titular: Ivo Sell;
Suplente: Andrei Dias;

Faxinal
Titular: Alvin Dunke;
Suplente: Jaime Marquardt;

Ano Bom
Titular: Wilson Viebrantz;
Suplente: Lindomar Grams;

Titular: Ademar Krischanski;
Suplente: Ivo Borchardt;

Pedra de Amolar
Titular: Jurandir José Burger;
Suplente: Airton Ropelato;

Rio Novo/ Tifa dos Milhões
Titular: Edgar Gessner;
Suplente: Manfred Hinkeldey;

Centro / Henrique Fuck / José Link / João Tozini
Titular: Antonio Ricardo Hilbrecht;
Suplente: Kleberson Kuhne;

Itapocú
Titular: Rafael Rodrigo Hoch;
Suplente: Gilberto Luiz Lorenzi;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 236/2009, de 12 de maio de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de dezembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL Nº 004/2014, PARA CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM 2015

Corupá, 11 de dezembro de 2014

Resultado de Homologação das inscrições do Processo Seletivo do Edital

Nº 004/2014, para cargos da Administração Municipal em 2015

Segue abaixo, o resultado oficial de Homologação das inscrições do Processo Seletivo do Edital Nº 04/2014, na área da Educação, Saúde, Infraestrutura.

A homologação será publicada nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

Luiz Carlos Tamanini
Prefeito Municipal

Edital de homologação das inscrições na área de Educação, Saúde e infraestrutura nº 04/2014

Lista de Inscritos:

Nº de Inscrição	Nome do candidato	Cargo	Data de inscrição
01	Letícia Aline Berlato	Auxiliar de Setor	18/11/2014
02	Islaine Alegri	Auxiliar Administrativo	18/11/2014
03	Benta Carina de Souza	Merendeira	18/11/2014
04	Raquel Balduino Rosa da Costa	Auxiliar de Setor	18/11/2014
05	Raquel Balduino Rosa da Costa	Professor	18/11/2014
06	Margarete Balduino da Rosa dos Passos	Merendeira	18/11/2014
07	Jocinéia da Luz	Auxiliar de Setor	18/11/2014
08	Gilmar Jungton	Motorista	19/11/2014
09	Angela Maria da Silva	Merendeira	19/11/2014
10	Orico Kubiak	Motorista	19/11/2014
11	Ednete Alencar Zancanella	Auxiliar de Setor	19/11/2014
12	Ednete Alencar Zancanella	Professor	19/11/2014
13	Valdecir Berti	Trabalhador Braçal	19/11/2014
14	Maria de Lurdes Saganski	Auxiliar de Serviços Gerais	19/11/2014
15	Sabrina Braga Meyer	Auxiliar Administrativo	19/11/2014
16	Thamiris Aparecida Smicate Koinatiski	Auxiliar de Setor	19/11/2014
17	Josiane Margaret Borges Novaka	Auxiliar de Setor	19/11/2014
18	Gilmara Gonçalves	Merendeira	19/11/2014
19	Bruno Michel Gessner	Técnico em Informática	19/11/2014
20	Dilceu José Martins de Andrade	Trabalhador Braçal	19/11/2014
21	Valdeci Koch	Trabalhador Braçal	20/11/2014
22	Vanderlei Rita	Trabalhador Braçal	20/11/2014
23	João Maria Rosa	Trabalhador Braçal	20/11/2014

24	Osmar Franca Train	Trabalhador Braçal	20/11/2014
25	Giovani da Silva Castro	Trabalhador Braçal	20/11/2014
26	Orlando da Silva	Motorista	20/11/2014
27	Wladimir Alves Souza	Professor	20/11/2014
28	Ivone Telesinha Andrukiu de Costa	Professor	20/11/2014
29	Edinei Cabral Sueki	Trabalhador Braçal	20/11/2014
30	Antonio Carlos Muniz da Silva	Motorista	20/11/2014
31	Rodrigo Fernandes de Oliveira	Trabalhador Braçal	20/11/2014
32	Judlaine Catarina Dias	Auxiliar Administrativo	20/11/2014
33	Bruna Honorato Bueno	Assistente Administrativo	20/11/2014
34	Marcia Fritsche	Auxiliar de Setor	20/11/2014
35	Marina Kohls da Cunha	Auxiliar de Setor	20/11/2014
36	Marina Kohls da Cunha	Professor	20/11/2014
37	Giovani Antonio Floriani	Técnico em Informática	21/11/2014
38	Rosemeri Cordeiro Evangelista Hackbarth	Auxiliar de Setor	21/11/2014
39	Cerlei Nunes de Oliveira Kaelzer	Auxiliar de Setor	21/11/2014
40	Tatiane Venera Kusinsky	Auxiliar de Setor	21/11/2014
41	Rosemeri Mülbauer	Auxiliar de Serviços Gerais	21/11/2014
42	Marli do Rocio Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	21/11/2014
43	Sandra Hüttl	Professor	21/11/2014
44	Sandra Hüttl	Auxiliar de Setor	21/11/2014
45	Daiani Batista Moreira	Auxiliar Administrativo	21/11/2014
46	Luiz Carlos de Siqueira Junior	Agente Epidemiológico	21/11/2014
47	Silvana Regina Santos	Auxiliar de Setor	21/11/2014
48	Jucélia Antoniawicz	Auxiliar de Serviços Gerais	21/11/2014
49	Alexsander Mauricio Baron	Motorista	21/11/2014
50	Rejane Refatti Kersting	Professor	21/11/2014
51	Joelma Wisniewski	Auxiliar de Setor	21/11/2014
52	Aline Amaral da Luz	Professor	21/11/2014
53	Aline Amaral da Luz	Auxiliar de Setor	21/11/2014
54	Diego Früchting	Professor	21/11/2014
55	Diego Früchting	Auxiliar de Setor	21/11/2014
56	Fabiele Jungles Fidelis	Auxiliar de Consultório Dentário	24/11/2014
57	Andressa Karolina Gumz	Assistente Administrativo	24/11/2014
58	Cristina Maicá	Professor	24/11/2014
59	Vanessa Kamila Olewski	Auxiliar de Setor	24/11/2014
60	Evelin Mayara Philadelpho	Auxiliar de Setor	24/11/2014
61	Manji Takii	Trabalhador Braçal	24/11/2014
62	Patrícia Graczek Marquardt	Professor	24/11/2014
63	Fernanda Michalack	Professor	24/11/2014

64	Fernanda Michalack	Auxiliar de Setor	24/11/2014
65	Ricardo Jesus Borges Pires	Motorista	24/11/2014
66	Nilena Jacklin dos Santos	Professor	24/11/2014
67	Marcos Antonio de Farias	Trabalhador Braçal	24/11/2014
68	Maria Sueli Gaudet	Auxiliar de Setor	24/11/2014
69	Maria Sueli Gaudet	Professor	24/11/2014
70	Gislaine Maria Leber	Auxiliar de Setor	24/11/2014
71	Emerson Luis de Lima	Operador de Máquina (retro)	25/11/2014
72	Leandro Alegri	Motorista	25/11/2014
73	Juliete Nitz	Auxiliar de Setor	25/11/2014
74	Jozenei Carlos Borges	Motorista	25/11/2014
75	Sandra da Silva Rathunde	Auxiliar de Setor	25/11/2014
76	Angela Helena Koch Kuskoski	Técnico em Enfermagem-ESF	25/11/2014
77	Ivani de Andrade	Enfermeiro- ESF	25/11/2014
78	Joice Viebrantz	Auxiliar de Setor	25/11/2014
79	Rosana Bassi	Auxiliar de Serviços Gerais	25/11/2014
80	Lídia Rosa Veeck	Professor	25/11/2014
81	Lídia Rosa Veeck	Auxiliar de Setor	25/11/2014
82	Lucineide Ramos da Silva	Professor	25/11/2014
83	Lucineide Ramos da Silva	Auxiliar de Setor	25/11/2014
84	Elisabete Drozdek Galliani	Professor	25/11/2014
85	Elisabete Drozdek Galliani	Auxiliar de Setor	25/11/2014
86	Juliana Larissa Pezzatto	Auxiliar de Setor	25/11/2014
87	Ana Paula Sartori dos Santos	Auxiliar de Setor	25/11/2014
88	Ana Paula Sartori dos Santos	Professor	25/11/2014
89	Elenice Piaotquewicz Tomio	Instrutor de Música	25/11/2014
90	Elenice Piaotquewicz Tomio	Professor	25/11/2014
91	Rosana Ferreira	Professor	25/11/2014
92	Rosana Ferreira	Auxiliar de Setor	25/11/2014
93	Flávia Mariane Viesniewsky	Professor	25/11/2014
94	Juliana Arruda Valente	Professor	26/11/2014
95	Juliana Arruda Valente	Assistente Social	26/11/2014
96	Teresinha Pereira Pacheco	Professor	26/11/2014
97	Silvana Pereira Pacheco	Merendeira	26/11/2014
98	José Sidnei Graczeck	Motorista	26/11/2014
99	Jiulivan Vicente Martins	Assistente Administrativo	26/11/2014
100	Helen Martins Gonçalves Gonçalves	Assistente Administrativo	26/11/2014
101	Helen Martins Gonçalves Gonçalves	professor	26/11/2014
102	Enir Keiser	Trabalhador Braçal	26/11/2014
103	Edenir de Jesus Alves	Merendeira	26/11/2014
104	Raquel de Carvalho	Professor	26/11/2014
105	Raquel de Carvalho	Auxiliar de Setor	26/11/2014
106	Ricardo Heck	Técnico em Informática	26/11/2014

107	Katia Regina Poerner	Professor	26/11/2014
108	Elisangela Strassmann Silva	Merendeira	26/11/2014
109	Ana Cristina da Silva Rocha	Professor	26/11/2014
110	Alirio da Silva	Motorista	26/11/2014
111	Lisandra Paula Wicziok	Professor	26/11/2014
112	Djeferson André Marquardt	Assistente Administrativo	26/11/2014
113	Andressa Kroth Eitelvan	Professor	27/11/2014
114	Morgana Patricia Gebhardt Ponath	Professor	27/11/2014
115	Rosemeri Kuester de Bonfim	Professor	27/11/2014
116	Rosemeri Kuester de Bonfim	Auxiliar de Setor	27/11/2014
117	Erica Silva Mello	Auxiliar de Setor	27/11/2014
118	Erica Silva Mello	Professor	27/11/2014
119	Jucelaine Luy	Auxiliar de Setor	27/11/2014
120	Luiz Paulo Jorge	Trabalhador Braçal	27/11/2014
121	Joice Leticia Jablonski	Professor	27/11/2014
122	Joice Leticia Jablonski	Auxiliar de Setor	27/11/2014
123	Clarice Maria da Silveira	Auxiliar de Setor	27/11/2014
124	Gustavo Bosshmmmer Partala	Professor	27/11/2014
125	Eliane Pereira	Auxiliar de Setor	27/11/2014
126	Andreia Mathias	Auxiliar de Setor	27/11/2014
127	Ivo Kopsch	Motorista	27/11/2014
128	Janete Aparecida Menel	Professor	27/11/2014
129	Janete Aparecida Menel	Auxiliar de Setor	27/11/2014
130	Jocian Alves Vieira	Assistente Administrativo	27/11/2014
131	Jocian Alves Vieira	Professor	27/11/2014
132	Jakson Wajand	Instrutor de Música	27/11/2014
133	Clevertton Felipe Sicora Ferreira	Operador de Máquina	27/11/2014
134	Jordana Mafra	Assistente Administrativo	27/11/2014
135	Hernandes Michel Klambunde	Professor	27/11/2014
136	Antonia Regina de Farias	Auxiliar de Serviços Gerais	27/11/2014
137	José Djonata Neumann	Operador de Máquina (retro e patrôla)	27/11/2014
138	Tereza Rozane Marques	Auxiliar de Serviços Gerais	27/11/2014
139	Jussara Pinheiro Gonçalves da Luz	Auxiliar de Setor	27/11/2014
140	Rosilene Elverita Stelter Poerner	Técnico de Enfermagem	27/11/2014
141	Jociele Aparecida Trassas da Silva	Professor	27/11/2014
142	Jociele Aparecida Trassas da Silva	Auxiliar de Setor	27/11/2014
143	Karina Renata Pincegher	Auxiliar de Setor	28/11/2014
144	Karina Renata Pincegher	Professor	28/11/2014
145	Debora Mônica Schrammel Bottecker	Assistente Administrativo	28/11/2014

146	Adriane Gisele Hernacki	Assistente Administrativo	28/11/2014
147	Paulo Valdair Carvalho	Assistente Administrativo	28/11/2014
148	Carolina Soares Bueno	Professor	28/11/2014
149	Karolina Zanghelini	Professor	28/11/2014
150	Maria Sylvania de Oliveira	Merendeira	28/11/2014
151	Elvis Jessé Schiochet	Professor	28/11/2014
152	Jaime Odorizzi	Professor	28/11/2014
153	Daniele Krutsch	Assistente Social	28/11/2014
154	Deisi Andrieli Lopes	Assistente Social	28/11/2014
155	Rafaela Formento de Angelis	Professor	28/11/2014
156	Viviane Formento	Auxiliar Administrativo	28/11/2014
157	Joice Holler	Auxiliar de Setor	28/11/2014
158	Marcos Roberto Schmidt	Operador de Máquina (retro)	28/11/2014
159	Lorizete de Lima	Motorista	28/11/2014
160	Marisa Cercal Petry	Professor	28/11/2014
161	Edeltraud Roepke Gretter	Professor	28/11/2014
162	Edeltraud Roepke Gretter	Auxiliar de Setor	28/11/2014
163	Bruna Elisa Winter	Professor	28/11/2014
164	Bruna Elisa Winter	Auxiliar de Setor	28/11/2014
165	Arlindo Gomes	Professor	28/11/2014
166	João Paulo Rodrigues	Motorista	28/11/2014
167	Anibal Ruviaro Dantas	Professor	28/11/2014
168	Cristiane Luiza Candiottto	Professor	28/11/2014
169	Valdecir Langer	Professor	28/11/2014
170	Tadeu Arbigauss	Professor	28/11/2014
171	Nelci de Oliveira Padilha dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	28/11/2014
172	Geonara Kalina Kiatkowski Neumann	Assistente Administrativo	01/12/2014
173	Kely Cristina Brandt	Auxiliar Administrativo	01/12/2014
174	Josilene Márcia Viebrantz	Auxiliar de Setor	01/12/2014
175	Josilene Márcia Viebrantz	Professor	01/12/2014
176	Dileusa Rosanjala Pezzatto	Professor	01/12/2014
177	Débora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	Professor	01/12/2014
178	Débora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	Auxiliar de Setor	01/12/2014
179	Antonio César Nobre dos Santos	Professor	01/12/2014
180	Daniele Farias	Auxiliar de Serviços Gerais	01/12/2014
181	Angelica Fabiane Starksosky Moreira	Auxiliar Administrativa	01/12/2014
182	Noeli Alves de Oliveira	Merendeira	01/12/2014
183	Ires Ferreira	Professor	01/12/2014
184	Adriana Klaumann	Auxiliar Administrativo	01/12/2014
185	Silvana Andreia Schwarz Müller	Auxiliar de Setor	01/12/2014
186	Paulo Henrique de Sousa Costa Wolodozelik	Instrutor de Música	01/12/2014
187	Maria Solange Beyer	Merendeira	01/12/2014

188	Fernanda Bianchini Martins	Assistente Administrativo	01/12/2014
189	Silvana Stolf	Professor	01/12/2014
190	Carla Giane de Oliveira	Professor	01/12/2014
191	Carla Giane de Oliveira	Auxiliar de Setor	01/12/2014
192	Thiago Augusto Ribeiro de Jesus	Técnico em Informática	01/12/2014
193	Gisela Adriana Berg	Professor	01/12/2014
194	Vanessa Cristina Przezdziecki	Auxiliar de Serviços Gerais	01/12/2014
195	Mayara Bianca Mendes	Técnico de Enfermagem	01/12/2014
196	Carolina Aguiar Burger	Auxiliar de Setor	01/12/2014
197	Luiz Martins Gonçalves Neto	Professor	01/12/2014
198	Carmen Lucia Inocente Jeremias	Professor	01/12/2014
199	Rosania Kuhnen Heide-mann	Professor	01/12/2014
200	Salete de Meira da Silva	Professor	01/12/2014
201	Luciana Figueiredo de Souza	Professor	01/12/2014
202	Cleudimar da Silva Souza	Operador de Máquina (retro)	01/12/2014
203	Vilmar Carvalho	Agente Epidemiológico	02/12/2014
204	Evanir Ludwinsky	Agente Epidemiológico	02/12/2014
205	Beatriz Siqueira	Auxiliar de Setor	02/12/2014
206	Maria Cristina Floriani da Rosa	Professor	02/12/2014
207	Tainara Teuber	Assistente Administrativo	02/12/2014
208	Rodrigo da Silva	Professor	02/12/2014
209	Katiane Aparecida Alves da Silva	Professor	02/12/2014
210	Katiane Aparecida Alves da Silva	Auxiliar de Setor	02/12/2014
211	Silmara Montoanel da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	02/12/2014
212	Laurecina Belitzki	Auxiliar de Setor	02/12/2014
213	Salete Boschen da Luz	Professor	02/12/2014
214	Daniela Judachewsky	Professor	02/12/2014
215	Daniela Judachewsky	Auxiliar de Setor	02/12/2014
216	Katia Marise Kramer	Assistente Administrativo	02/12/2014
217	Fabiola Aparecida Jansen	Professor	02/12/2014
218	Sueli Aparecida dos Santos	Auxiliar de Setor	02/12/2014
219	Wilson Machado	Operador de Máquina (Trator)	02/12/2014
220	Margarete Regina Trindade	Professor	02/12/2014
221	Jary Ramos Bittencourt Ribeiro	Professor	02/12/2014
222	Carina Gabriela Gessner Horstmann	Professor	02/12/2014
223	Carina Gabriela Gessner Horstmann	Auxiliar de Setor	02/12/2014
224	Vivian Oliari Felisbino	Professor	02/12/2014
225	Vivian Oliari Felisbino	Assistente Administrativo	02/12/2014

226	Samuel Gessner	Professor	02/12/2014
227	Adriana de Oliveira Ferreira	Professora	02/12/2014
228	Adriana de Oliveira Ferreira	Auxiliar de Setor	02/12/2014
229	Elza de Carvalho Garcia	Professor	02/12/2014
230	Vera Aparecida Siqueira Teixeira	Professor	02/12/2014
231	Elenir Cabral do Amaral Trainoti	Professor	02/12/2014
232	Veraci Dias Dambiski	Merendeira	02/12/2014
233	Gidelson Pereira da Silva	Motorista	02/12/2014
234	Luciana Silva dos Santos da Silva	Merendeira	02/12/2014
235	Rosane Hohensee	Auxiliar de Setor	02/12/2014
236	Maria de Lourdes Petrochewsky	Auxiliar de Serviços Gerais	02/12/2014
237	Katiana Minatti	Auxiliar de Setor	03/12/2014
238	Elisete dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	03/12/2014
239	Arlete Adelaide Marquardt	Auxiliar de Serviços Gerais	03/12/2014
240	Clarice Hut	Professor	03/12/2014
241	Clarice Hut	Auxiliar de Setor	03/12/2014
242	Sabrina dos Santos	Professor	03/12/2014
243	Luana Martins	Professor	03/12/2014
244	Elaine Maria da Rocha	Professor	03/12/2014
245	Elaine Maria da Rocha	Auxiliar de setor	03/12/2014
246	Eduardo de Carvalho	Técnico em Informática	03/12/2014
247	Daiane Martins da Silva	Auxiliar de Setor	03/12/2014
248	Daiane Martins da Silva	Professor	03/12/2014
249	Lucelia Laismann dos Santos	Professor	03/12/2014
250	Leandro Tamanini Alcantara	Motorista	03/12/2014
251	Andressa Emanuele Hauffe	Assistente Administrativo	03/12/2014
252	Elvis Joel Welte	Motorista	03/12/2014
253	Konrad Musialowski	Técnico em Informática	03/12/2014
254	Miriam Fruchting	Auxiliar de Setor	03/12/2014
255	Delésia Rodrigues Chaves	Auxiliar Administrativo	03/12/2014
256	Dreissy Milnitz Gonçalves	Auxiliar de Setor	03/12/2014
257	Susana Kühl	Auxiliar de Setor	03/12/2014
258	Dirlene Lilian Lada	Professor	03/12/2014
259	Maria Mizia da Silva	Professor	03/12/2014
260	Maria Mizia da Silva	Auxiliar de Setor	03/12/2014
261	Letícia Lenita da Fonseca dos Santos	Auxiliar de Consultório Dentário	03/12/2014
262	Elizeu Fagundes da Silva	Motorista	03/12/2014
263	Karin Vepek	Assistente Administrativo	03/12/2014
264	Luana Priscila Romão	Assistente Administrativo	03/12/2014
265	Katia Amanda Fischer Furlani	Auxiliar de Setor	03/12/2014
266	Maria Roselene Bittencourt Machado	Professor	03/12/2014

267	Teila Cristina da Silva	Professor	04/12/2014
268	Teila Cristina da Silva	Auxiliar de Setor	04/12/2014
269	Cleiton Rai da Silva	Agente Epidemiológico	04/12/2014
270	Pablo Andregheoni	Trabalhador Braçal	04/12/2014
271	Jolcirléia dos Santos	Professor	04/12/2014
272	Jolcirléia dos Santos	Auxiliar de Setor	04/12/2014
273	Andreia Dias	Professor	04/12/2014
274	Andreia Dias	Auxiliar de Setor	04/12/2014
275	Guerli Cristiane Laux	Professor	04/12/2014
276	Ediane Michele Vendramin Massaneiro	Auxiliar de setor	04/12/2014
277	Gabriel Adolfo Schmoeller	Assistente Administrativo	04/12/2014
278	Felipe de Paula Martins	Assistente Administrativo	04/12/2014
279	Terezinha de Azevedo Maurissens	Auxiliar de Setor	04/12/2014
280	Shirlei Eliane Becker	Auxiliar de Serviços Gerais	04/12/2014
281	Geniffer Caroline Peggau	Auxiliar de Setor	04/12/2014
282	Fernando Antonio de Oliveira	Auxiliar de Setor	04/12/2014
283	Franciane Castelhana Alves	Assistente Administrativo	04/12/2014
284	Márcio Fidelis	Motorista	04/12/2014
285	Rosângela Fidelis Mahs	Assistente Social	04/12/2014
286	Nelson Antonio da Fonseca	Motorista	04/12/2014
287	Dirselea Jaskoski Machado	Assistente Social	04/12/2014
288	Emerson Machado	Médico ESF	04/12/2014
289	Gilmar Schrubbe	Motorista	04/12/2014
290	Wanderléia Aparecida Minatti Toni	Professor	04/12/2014
291	Edson Junior Morozini	Motorista	04/12/2014
292	Paulo Roberto Zimmermann	Motorista	04/12/2014
293	Miriam Taufenbach	Professor	04/12/2014
294	Ana Karoline Slachiak	Auxiliar Administrativo	04/12/2014
295	Kamila Langhammer Arza Bez	Professor	04/12/2014
296	Joyce Raquel Kiatkoski	Auxiliar de Setor	04/12/2014
297	Mara Regiane Barbosa dos Santos	Professor	04/12/2014
298	Ivone Rassewiler Paiva	Professor	04/12/2014
299	Angela Maria Bortolotti Wargenowsky	Auxiliar de Setor	04/12/2014
300	Maria Salete Martins	Auxiliar de Serviços Gerais	04/12/2014
301	Nelson Maia	Trabalhador Braçal	05/12/2014
302	Silvia Fabiane Detz Mittelstadt	Auxiliar de Setor	05/12/2014
303	Janete Kusoski	Professor	05/12/2014
304	Édina Aparecida da Silva Godoi	Professor	05/12/2014
305	Daiane Raquel Rita	Professor	05/12/2014
306	Patricia Gili Ramthum	Auxiliar de Setor	05/12/2014

307	Solange Taís Gebhardt	Professor	05/12/2014
308	Fabiane Michele dos Santos	Auxiliar de Setor	05/12/2014
309	Rosane Armindo Vieira Borges	Professor	05/12/2014
310	Silvane Leitzke Daniel	Auxiliar de Serviços Gerais	05/12/2014
311	Bruna Mauara Gumz	Auxiliar de Setor	05/12/2014
312	Aldo Tribes	Motorista	05/12/2014
313	Marcia Roepke	Assistente Administrativo	05/12/2014
314	Mauricio Borchardt	Trabalhador Braçal	05/12/2014
315	Christofer Damasio	Agente Epidemiológico	05/12/2014
316	Roseli Alves Martins	Assistente Administrativo	05/12/2014
317	Atanir Vicente	Trabalhador Braçal	05/12/2014
318	Mauro Panfil	Técnico em Informática	05/12/2014
319	Maycon Andrew Fruchting	Técnico em Informática	05/12/2014
320	Catiana Adler	Professor	05/12/2014
321	Jaqueline Inês Maier	Auxiliar Administrativo	05/12/2014
322	Darcio Antônio Weinfurter	Professor	05/12/2014
323	Fabio Jablonski	Motorista	05/12/2014
324	Elma de Oliveira Silva da Costa	Professor	05/12/2014
325	Jonathan de Lima	Assistente Administrativo	05/12/2014
326	Queli Cristine Silva dos Santos	Merendeira	05/12/2014
327	Antônio Alves dos Santos Filho	Trabalhador Braçal	05/12/2014
328	Geifer Silva Bassa	Professor	05/12/2014
329	Luciane Viviane Bonkowski	Professor	05/12/2014
330	Schirlene Teske	Merendeira	05/12/2014
331	Willem Roberto Theis	Motorista	05/12/2014
332	Kelly Cristina Alves de Souza	Professor	08/12/2014
333	Kelly Cristina Alves de Souza	Auxiliar de Setor	08/12/2014
334	Maria de Lourdes Geraldo Pereira	Professor	08/12/2014
335	Tatiane Cristile Martini	Assistente Administrativo	08/12/2014
336	Luiza Cristina Burger	Auxiliar de Setor	08/12/2014
337	Aparecido de Jesus Nascimento	Agente Epidemiológico	08/12/2014
338	Daniele Massaneiro Bosse	Professor	08/12/2014
339	Ana Lucia Creado de Aro Santos	Professor	08/12/2014
340	Vera Lucia Riva de Carli	Professor	08/12/2014
341	Fernanda Karina Pellim	Professor	08/12/2014
342	Laudesi Müller Hoffmann	Assistente Administrativo	08/12/2014
343	Maria Elizete Pohren	Auxiliar de Setor	08/12/2014
344	Eliete dos Santos Rech	Enfermeiro ESF	08/12/2014

345	Silvania Rozeli Parlow	Assistente Administrativo	08/12/2014
346	Viviane Xavier	Professor	08/12/2014
347	Camila Roberta de Souza Thilles	Professor	08/12/2014
348	Mário Richardt	Motorista	08/12/2014
349	Geovana Svarcz Klabunde	Professor	08/12/2014
350	Juliane Svarcz Storki	Professor	08/12/2014
351	Camila de Souza	Assistente Administrativo	08/12/2014
352	Carla de Carvalho	Auxiliar de Setor	08/12/2014
353	Luiz Ferreira da Luz	Professor	08/12/2014
354	Caroline Bento Dalcanale	Auxiliar de Setor	08/12/2014
355	Jonatan Michel	Professor	08/12/2014
356	Juzeli Paholski Bastos de Almeida	Assistente Administrativo	08/12/2014
357	Airton Artur Weber	Trabalhador Braçal	08/12/2014
358	Mariley Antoniawicz Wisniewski	Técnica de Enfermagem	08/12/2014
359	Monalisa Danielle Machado Dopke	Assistente Administrativo	08/12/2014
360	Marcia Pawlowytsch	Assistente Social	08/12/2014
361	Marli Aparecida Krisanski	Auxiliar de Consultório	08/12/2014
362	Ivo Melchert	Trabalhador Braçal	08/12/2014
363	Tânia Regina Bankardt Lenzi	Técnica de Enfermagem	08/12/2014
364	Michelle Biembengut da Silva	Fisioterapeuta	08/12/2014
365	Vanessa Machado	Auxiliar de Setor	08/12/2014
366	Luciane Raquel Wargowski Gessner	Auxiliar de Setor	08/12/2014
367	Luciane Raquel Wargowski Gessner	Professor	08/12/2014
368	Rosa de Lima Silva	Auxiliar de Setor	08/12/2014
369	Carina Ferreira de Azambuja Zanghelini	Auxiliar de Setor	08/12/2014
370	Carina Ferreira de Azambuja Zanghelini	Professor	08/12/2014
371	Margarete Kurek de Jesus	Professor	08/12/2014
372	Margarete Kurek de Jesus	Auxiliar de Setor	08/12/2014
373	Eliane Leite Lourenço Basilio	Auxiliar de Serviços Gerais	08/12/2014
374	Janaina Maiara Felipe	Assistente Administrativo	08/12/2014
375	Leandro Patrick Martins	Auxiliar Administrativo	08/12/2014
376	Renata Gonsalves Duarte	Assistente Administrativo	08/12/2014
377	Valeria Cristina Przedziecki	Merendeira	08/12/2014
378	Leonardo José Brück	Mecânico de Máquinas e Veículos	08/12/2014
379	Tassia Kamila Lorenzi	Professor	08/12/2014
380	Andressa Braunsburger	Auxiliar de Setor	08/12/2014
381	Nelsi Marquardt Urbanski	Auxiliar de Setor	08/12/2014
382	Marcell Jean Miguel	Técnico em Informática	08/12/2014

383	Denize da Cruz dos Santos	Professor	08/12/2014
384	Denize da Cruz dos Santos	Auxiliar de Setor	08/12/2014
385	Jéssica Schinkel	Auxiliar de Setor	08/12/2014
386	Jéssica Schinkel	Professor	08/12/2014
387	Thiago Barbosa	Motorista	08/12/2014
388	Gabriel Mazzini Baptista	Fisioterapeuta	08/12/2014
389	Alecir Borges de Oliveira Junior	Agente Epidemiológico	08/12/2014
390	Ademar Ponath	Motorista	08/12/2014
391	Bruna Dantas Izidro	Assistente Administrativo	08/12/2014
392	Kelli Cristiani Goeten	Professor	08/12/2014
393	Kelli Cristiani Goeten	Auxiliar de Setor	08/12/2014
394	Solange Hinkeldei Viganó	Assistente Administrativo	08/12/2014
395	Juliana Patricio Ilibio	Professor	08/12/2014
396	Juliana Patricio Ilibio	Auxiliar de Setor	08/12/2014
397	Reginaldo da Conceição Bruno	Técnico em Informática	08/12/2014
398	Magaret Hass	Professor	08/12/2014
399	Magaret Hass	Auxiliar de Setor	08/12/2014
400	Juliana Judachewsky	Professor	08/12/2014
401	Gabrielle Engelhardt	Professor	08/12/2014
402	Gabrielle Engelhardt	Auxiliar de Setor	08/12/2014
403	Silvana de Borba	Auxiliar de Serviços Gerais	08/12/2014
404	Jussulene Patricio Ilibio	Professor	08/12/2014
405	Luzia dos Passos Cristofolini	Professor	08/12/2014
406	Giovani da Silva	Motorista	08/12/2014
407	Juliana Joice Corrêa	Professor	08/12/2014
408	Juliana Joice Corrêa	Auxiliar de Setor	08/12/2014
409	Patricia Maier Brix	Auxiliar de Serviços Gerais	08/12/2014
410	Jony Gessner	Motorista	08/12/2014
411	Denise Greffin Fernandes	Assistente Administrativo	08/12/2014
412	Ayme Kamile Dias	Técnico de Enfermagem ESF	08/12/2014
413	Mario Teixeira Neto	Professor	08/12/2014
414	Wagner Teixeira	Agente Epidemiológico	08/12/2014
415	Katia Mokwa Degani	Auxiliar de Setor	08/12/2014
416	Marli Stal Petters	Auxiliar de Setor	08/12/2014
417	Igor Dalçoquio	Auxiliar Administrativo	08/12/2014
418	Eunice Cordeiro Evangelista	Auxiliar de Serviços Gerais	08/12/2014
419	Fernando Koenig	Motorista	08/12/2014
420	Adriana Taborda Ribas	Professor	08/12/2014
421	Odair paulo de Lima	Agente Epidemiológico	08/12/2014
422	Gian Lucas Pereira	Instrutor de Música	08/12/2014
423	Alessandra Kannenberg	Professor	08/12/2014
424	Rita de Cássia Dias	Auxiliar de Serviços Gerais	08/12/2014

425	Paulo Roberto Ramos Junior	Técnico em Informática	08/12/2014
426	Mayara Talita Meier	Assistente Administrativo	08/12/2014
427	Edilso Voltolini	Técnico em Informática	08/12/2014
428	Ilse Parray	Auxiliar de Serviços Gerais	08/12/2014
429	Gabriela Mariana Moraes Vidal dos Santos	Assistente Administrativo	08/12/2014
430	Edilaine Maira da Rocha	Auxiliar de Setor	08/12/2014
431	Edilaine Maira da Rocha	Professor	08/12/2014
432	Carla Simone Duarte Macedo	Auxiliar Administrativo	08/12/2014
433	Marlete Millnitz de Oliveira	Assistente Administrativo	08/12/2014
434	Susan Nara Vieira	Professor	08/12/2014
435	Alexandre Henrique	Professor	08/12/2014
436	Juliana Twardowski	Professor	08/12/2014
437	Geovana Anders Berlato	Auxiliar de Setor	08/12/2014
438	Lucimar Pereira Oliveira de Aquino	Professor	08/12/2014
439	Adrielle Meiry da Silva	Assistente Administrativo	08/12/2014
440	Tatiane Ziwelse	Auxiliar Administrativo	08/12/2014
441	Jordana Elaine Silva	Auxiliar de Setor	08/12/2014
442	Sandra Vieira dos Santos	Auxiliar de Setor	08/12/2014

Observação: Para os cargos de Médico Pediatra, Médico Ginecologista, Fonoaudiólogo (35h e 20h), e Instrutor de Música (violino) não houve inscrição.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 290/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 290/2014

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 290/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE CERDAS PARA REPOSIÇÃO NA MAQUINA VARREDEIRA MUSTANG 2044, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e

contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 18 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

DECRETO Nº 4.521/2014

DECRETO Nº 4.521/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da

Prefeitura Municipal no valor de R\$ 82.186,42 (oitenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais, quarenta e dois centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.843.0000.0008 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS - PREFEITURA
33900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 82.186,42

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 82.186,42

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS no valor de R\$ 82.186,42 (Oitenta e dois mil cento e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 02 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.525/2014

DECRETO Nº 4.525/2014
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI N. 5.357/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.357/2014, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO INFANTIL
44900000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.
José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.526/2014

DECRETO Nº 4.526/2014
DOA EQUIPAMENTOS AO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA SEREM UTILIZADOS PELO BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR EM CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, na forma da lei nº 4.921/2012 e na clausula 2.1.11 do Convenio nº 15.621/2012-3

DECRETA

Art. 1º - Fica doado e entregue ao Estado de Santa Catarina , nos termos do art.. 2º da lei municipal nº 4.921/2012, e conforme dispõe a cláusula 2.1.11 do Convênio nº 15.621/2012-3 firmado entre o Município de Curitibanos e o Corpo de Bombeiros Militar o veículo Marca Ford, modelo Fiesta 1.6 Flex, de placas QHB 6755 ano e modelo 2013, chassi 9BFZF55P6E8094618 para uso exclusivo do Batalhão do Bombeiro Militar em Curitibanos, conforme termo de doação e entrega que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento de doação, sem cláusula de reversão, O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular José Antonio Guidi, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Curitibanos SC, na qualidade de Prefeito Municipal, doa e entrega ao Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Municipal nº 4.921 de 10 de dezembro de 2102 o veículo Marca Ford, modelo Fiesta 1.6 Flex, de placas QHB 6755 ano e modelo 2013, chassi 9BFZF55P6E8094618 para uso exclusivo do Batalhão do Bombeiro Militar em Curitibanos.

A doação é feito em caráter definitivo, passando o referido bem a ser de uso exclusivo do Estado de Santa Catarina.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

João Valério Borges
Ten. Cel. B.M.

DECRETO Nº 4.527/2014

DECRETO Nº 4.527/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI N. 5.366/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.366/2014, no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRET. DE OBRAS
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.528/2014

DECRETO Nº 4.528/2014

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
3390000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
3190000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.000,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013:

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3390000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
3190000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.000,00

Art. 3º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013:

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%
3190000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%
3390000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.529/2014

DECRETO Nº 4.529/2014

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º. Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011 e Portaria No. 231, de 29 de março de 2012, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, durante o ano de 2015:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	2015
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	2015
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	2015
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	2015
5 – Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	2015
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	2015
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	2015
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	2015
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	2015
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	2015
6.3 – Implementação do sistema de custos.	2015
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	

7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	2015

Art. 2º. Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º. Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 4.249/2012 e disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA KOMBİ MFT 9175, DO TRANSPORTE ESCOLAR, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/01/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 19/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima Diego Seberm Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 19/01/2015, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 20/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 17 de Dezembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO CERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/01/2015, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 15/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 17 de Dezembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

LEI Nº 5.352/2014

LEI Nº 5.352/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SANTO ANTONIO DE PÁDUA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Lourenço de Souza, inscrito no CPF sob n. 382.968.299-91, do lote urbano, Bairro Santo Antonio de Pádua, em forma de retângulo com área de 391,50m² (trezentos e noventa e um metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado ao lado leste da Rua João Granemann Carmargo, distando 126,00m ao lado norte da Rua Tiago Felipe, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 29,00 metros confronta com Patrimônio Municipal;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 29,00 metros confronta com Celso Luiz Lutz;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 13,50 metros confronta com Hermínio Alves dos Reis;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 13,50 metros confronta com a Rua João Granemann Camargo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2014

CRIA E EXTINGUE CARGOS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Ficam criadas na estrutura administrativa do Município de Curitiba, junto aos anexos da Lei Complementar n. 023/2002 as vagas abaixo correspondentes a cargos públicos, em caráter efetivo, provido por concurso público e sob o regime estatutário:

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
01	Engenheiro Civil	1.1.11	R\$ 3.294,60
01	Terapeuta Ocupacional CAPS	4.4.26	R\$ 2.534,32
01	Psicólogo CAPS	4.4.27	R\$ 2.537,32

Art. 2º. Fica criado na estrutura administrativa do Município de Curitiba, junto aos anexos da Lei Complementar n. 023/2002

o cargo público abaixo descrito, em caráter efetivo, provido por concurso público e sob o regime estatutário:

Vagas	Cargo	Código	Atribuições	Vencimento
01	Coveiro	3.3.34	Abrir covas para realização de sepultamento; realizar sepultamentos; zelar pela limpeza e conservação do cemitério; desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência	R\$ 817,05

Art. 3º. Fica criado na estrutura administrativa do Município de Curitiba, o cargo público abaixo descrito, em caráter em comissão, que passa a integrar a estrutura administrativa do Município criada pela Lei Complementar n. 108/2013:

I - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

Vagas	Cargo	Código	Atribuições
01	Coordenador do CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial	DAC-08	Participar de reuniões promovidas pela Secretaria Municipal e Estadual, quando necessário; promover e participar de ações intersectoriais com outras secretarias do poder público e sociedade civil, bem como outros segmentos de saúde; coordenar e organizar a rede de saúde mental, transtorno, álcool e outras drogas do município; conhecer os níveis de complexidade dos serviços e práticas de saúde; instrumentalizar de forma contínua as ESF's (Equipes de Saúde da Família) com vistas a uma maior resolutividade dos casos de transtorno mental, álcool e outras drogas; ter conhecimento dos fundamentos do SUS e dos preceitos que embasam a Reforma Psiquiátrica.

Art. 4º. Fica extinto na estrutura administrativa do Município de Curitiba, o cargo público abaixo, de provimento efetivo, alterando os anexos da Lei Complementar n. 023/2002 e Lei Complementar n. 108/2013:

Quantidade/vagas	Cargo	Código	Lotação
05	Auxiliar de Serviços Administrativos	3.3.02	Grupo III – Transportes e Serviços Gerais

Art. 5º. Ficam extintas as vagas abaixo relacionadas do cargo público de provimento efetivo alterando os anexos da Lei Complementar n. 023/2002 e Lei Complementar n. 108/2013:

Quantidade/vagas a extinguir	Cargo	Código	Lotação
41	Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino)	3.3.03	Grupo III – Transportes e Serviços Gerais

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.347/2014

LEI Nº 5.347/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO CENTRO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Emilia Tereza Brunetto Zanoello, inscrito no CPF sob n. 030.731.229-15, do lote urbano, Bairro Centro, em forma de retângulo com área de 479,40 m² (quatrocentos e setenta e nove metros e quarenta decímetros quadrados), localizado ao lado leste da Rua Conselheiro Mafra, distando 54,00 ao lado sul da Rua Cel. Henrique de Almeida, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 36,00 metros confronta com Ecológica Ambiental Ltda., representada por Osni Alves Ribeiro;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 36,00 metros, sendo 29,40m com Maria Célia Ortiz e 6,60m com Amelia Drissen de Moraes;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 13,50 metros confronta com Amélia Drissen de Moraes;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 13,50 metros confronta com a Rua Conselheiro Mafra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.348/2014

LEI Nº 5.348/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Deulinda Alves Pereira, inscrito no CPF sob n. 974.476.689-15, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 231,87m² (duzentos e trinta e um metros e oitenta e sete decímetros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Nilton Souza, distando 17,00 ao lado oeste da Rua Constante Pelicer, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 17,50 metros confronta com a Rua Nilton Souza;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 17,50 metros, confronta com Maria Helena Correa;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 12,50 metros confronta com Lilian Pereira Alves;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 14,00 metros confronta com Rosa Andre de Lima Marcondes.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.349/2014

LEI Nº 5.349/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Marta Alves da Costa, inscrito no CPF sob n. 064.574.929-08, do lote urbano, Bairro São Luiz, em forma de retângulo com área de 203,77m² (duzentos e três metros e setenta e sete decímetros quadrados), localizado ao lado leste da Rua Frei Edmundo, distando 21,38m ao lado sul da Rua Valadário José de Lima, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 11,00 metros confronta com Luciano da Silva;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 17,50 metros, confronta com João Maria Alves;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 14,00 metros confronta com Prefeitura Municipal de Curitibanos;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 14,60 metros confronta com a Rua Frei Edmundo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.350/2014

LEI Nº 5.350/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Valdelina Pereira, inscrito no CPF sob n. 966.531.919-15, do lote urbano, Bairro São Luiz, em forma de retângulo com área de 1.158,00m² (mil cento e cinquenta e oito metros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Otávio Carvalho, distando 30,00m ao lado oeste da Rua Faustino da Costa Filho, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 44,00 metros confronta com a Rua Otávio Carvalho;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 31,00 metros, confronta com a Rua João Torquato de Almeida;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 39,50 metros confronta com Orides de Paula;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 10,00 metros confronta com a Rua Otávio Carvalho.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.351/2014

LEI Nº 5.351/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO ÁGUA SANTA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Reni dos Santos, inscrito no CPF sob n. 489.503.439-91, do lote urbano, Bairro Água Santa, em forma de retângulo com área de 231,50m² (duzentos e trinta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), localizado ao lado oeste da Servidão da Rua Kaled Sidani, distando 43,50m ao lado sul da Rua Kaled Sidani; e 14,50m ao oeste, 9,60m ao sul e 9,00m ao oeste da referida Servidão, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 24,50 metros confronta com Ivo Ribeiro dos Santos;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 24,50 metros, sendo 9,00m com a servidão municipal e 15,50m confronta com Orivanda Guedes;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 10,00 metros confronta com Servidão Municipal;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 10,00 metros confronta com João Fontana.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.353/2014

LEI Nº 5.353/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Luiz Lori Waltrick, inscrito no CPF sob n. 718.954.269-87, do lote 12 da Quadra 18-A (Antiga 33), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizado ao lado noroeste da Rua Romeu Valdomiro Wordell, entre o lote 11 e o lote 13 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Área Verde da mesma quadra e loteamento;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Romeu Valdomiro Wordell;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 13 da mesma quadra;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 11 da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.354/2014

LEI Nº 5.354/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Itamar de Souza, inscrito no CPF sob n. 445.559.039-00, do lote urbano, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 511,83m² (quinhentos e onze metros e oitenta e três decímetros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Romeu Valdomiro Wordell, esquina ao lado leste da Rua Aldo Pereira Scoss, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 22,50 metros confronta com a Rua Romeu Valdomiro Wordell;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 17,10 metros confronta com Sebastião Pereira dos Santos;
Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 26,10 metros confronta com a Rua Aldo Pereira Scoss;
Ao Leste: por uma linha reta e seca na distância de 25,60 metros confronta com Alcino Czaunosuschy.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.355/2014

LEI Nº 5.355/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a José Carlos Alupe de Souza, inscrito no CPF sob n. 737.409.779-49, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 369,49m² (trezentos e sessenta e nove metros e quarenta e nove decímetros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho, distando 39,00m ao oeste da Rua Estrada para o Campo da Roça, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 16,50 metros confronta com a Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 14,10 metros confronta com Leonilda Souza da Silva;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 24,00 metros confronta com Valdecir Alonso da Silva;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 24,30 metros confronta com Irma Maciel.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.356/2014

LEI Nº 5.356/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Claudir de Andrade, inscrito no CPF sob n. 036.566.499-52, do lote urbano, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em forma de retângulo com área de 480,00m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Petronilho de Almeida, esquina ao leste da Rua Carlos Betz, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 16,00 metros confronta com a Rua Petronilho de Almeida;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 16,00 metros confronta com Zenor Antonio Longui;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com Ecilda Ribeiro Nório;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com a Rua Carlos Betz.

po

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.357/2014

LEI Nº 5.357/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO INFANTIL

449000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

LEI Nº 5.358/2014

LEI Nº 5.358/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Alice Vargas, inscrito no CPF sob n. 041.186.289-88, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 542,58m² (quinhentos e quarenta e dois metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), localizado ao lado nortes da Rua Alfredo Lenzer, distando 45,00m ao oeste da Rua Salvador Inácio Pereira, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 15,70 metros confronta com a Servidão Municipal;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 10,70 metros confronta com a Rua Alfredo Lenzer;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 39,80, sendo 5,00m com Servidão Municipal, e 34,80m confronta com Rosa Joana Texeira Palhano;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 39,80 metros confronta com Jane Borba.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.359/2014

LEI Nº 5.359/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Antonio Paulino, inscrito no CPF sob n. 423.570.559-87, do lote urbano, Bairro Bom Jesus, em forma de retângulo com área de 319,55m² (trezentos e dezenove metros e cinquenta e cinco décimos quadrados), localizado ao lado leste da Rua José Proença, distando 51,00m ao sul da Rua Antonio Cavalcanti, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 19,30 metros confronta com Doraci Alves;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 11,50 metros confronta com Lurdes de Souza Santos;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 20,50 metros confronta com Avaldir Muschopp;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 21,00 metros confronta com a Rua José Proença.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 12 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.362/2014

LEI Nº 5.362/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a João Nildo Waltrick, inscrito no CPF sob n. 973.009.269-91, de parte do lote 01 da quadra 14-A (Antiga 29), Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizado ao lado Sul da Rua Edgar Hoppen, distando 17,70m ao Leste da Rua Aldo Pereira Scoz, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Edgar Hoppen;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 10 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 02 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 01A da mesma quadra.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário da Lei 3.955/2006.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.363/2014

LEI Nº 5.363/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Gilmar Webber, inscrito no CPF sob n. 384.669.459-20, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 127,00m² (cento e vinte e sete metros quadrados), localizado ao lado Oeste da Rua Salvador Inácio Pereira, distando 64,40m ao Sul da Rua Alfredo Lenzer, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 25,40 metros confronta com Adão da Silva Veloso;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 25,40 metros confronta com Osmarino Oliveira de Prates;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 5,00 metros confronta com a Rua Salvador Inácio Pereira;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 5,00 metros

confronta com Luiza da Silva Webber.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.365/2014

LEI Nº 5.365/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Irma Maciel, inscrito no CPF sob n. 454.412.439-53, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 355,99m² (trezentos e cinquenta e cinco metros e noventa e nove décimos quadrados), localizado ao lado Sul da Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho, distando 55,50m ao Oeste da Rua Estrada para o Campo da Roça, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 16,30 metros confronta com a Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 13,00 metros confronta com Katia Souza Silva;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 24,30 metros confronta com José Carlos Alupe de Souza;
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 24,30 metros confronta com Helena Fátima de Oliveira.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.366/2014

LEI Nº 5.366/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRET. DE OBRAS

33900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2014.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.367/2014

LEI Nº 5.367/2014

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A ALIENAR AÇÕES DAS EMPRESAS: TELEFÔNICA BRASIL S.A E TIM PARTICIPAÇÕES S.A PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DESAFETAR DO USO PÚBLICO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado, nos termos da Lei nº 8.666/93, a alienar as ações das empresas Telefônica Brasil S.A e TIM Participações S.A do Patrimônio da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, autorizando ainda a sua desafetação pública.

Art. 2º. O Poder Legislativo promoverá a abertura de conta bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda das ações descritas no art. 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º. O Poder Legislativo Municipal promoverá a desafetação e a baixa das ações descritas nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Curitibanos, 18 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.368/2014

LEI Nº 5.368/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I - Ruas	área	Total
1. R. Orlando Ganz	10m X 415m	4.150m ²
2. R. Ida Bernardoni (acesso a APAE)	9m x 136m	1.224 m ²
3. R. Arthur João Scur	9m X 140m	1260m ²
4. R. Carlos Calomeno (entre as ruas Lorival Varela Duarte até a rua Paulo Leonardo Sperb)	9m X 327m	2.943m ²
5. Rua Kaled Sidani (entre a av. Salomão Carneiro de Almeida até a Rua Fioravante Ortigari)	10m X 380m	3.800m ²
6. R. Eduardo Amaral (entre a R. Francisco de Carvalho até a rua Theodoro Agostini)	10m X 307m	3.070m ²
7. R. Maximino de Moraes (entre a r. Orlando Ganz até a rua Oricimbo Caetano da Silva)	10m X 154m	1.540 m ²
8. R. Juvenal Braulio Bacelar (entre a Av. Frei Gaspar até a esquina da R. Frei Justino Girardi)	10m X 219m	2.190 m ²
9. R. Daniel de Moraes (entre a rua Theodoro Agostini até a rua Ilidio Rômulo Colônia)	10m X 434m	4.340 m ²
10. R. João Manoel da Silva(Entre a Av. Frei Gaspar até a rua Marcos Antonio Signorelli)	10m X 140m	1400 m ²
11. R. Cecilia Meirelles,	7,20m X 30m	216m ²
12. R. Antonio Della Giustina (entre a rua Napoleão Sbravatti até a av. Frei Gaspar)	9 m X 339m	3.051m ²
13. R. Guerino Fontana (entre a Av. Leoberto Leal até a rua Cap. Antonio José Pereira)	9m X 163m	1.467m ²
14. R. Campos Sales (entre a Av. Leoberto Leal até a rua Duque de Caxias)	10m x 570m	5700 m ²
15. R. João Popinhack (entre a rua Gregorio Ribeiro até a rua Romeu Waldomiro Wordell)	9m x 519m	4.671m ²
16. R. Matheus Conceição (entre a rua Marechal Deodoro até a rua Avelino Rodrigues França)	9m X 139m	1.251 m ²
17. Rua Leonardo Fontes	10m x 25m	250 m ²
18. Rua Madre Iva Poupon (entre a Rua Orlando Ganz até a rua Paulo Londero Sperb)	140m X 10m	1400 m ²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos, bem como indicar um representante pela execução da obra.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

LEI Nº 5.369/2014

LEI Nº 5.369/2014

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À RECUPERAÇÃO FISCAL POR DENÚNCIA ESPONTÂNEA - RFDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituído no Município de Curitiba o Programa de Incentivo à Recuperação Fiscal por Denúncia Espontânea, PIRFE, relacionado aos créditos tributários do Imposto sobre Serviços - ISS, espontaneamente denunciados, a serem recolhidos à Fazenda Municipal.

§ 1º. O RFDE aplica-se exclusivamente aos créditos tributários de ISS - Imposto Sobre Serviços devidos ao Município de Curitiba.

§ 2º. Para os fins desta Lei considera-se crédito tributário, a somatória de imposto, multa de mora e juros de mora, atualizados monetariamente, na forma da legislação própria, até a data da inclusão do crédito no RFDE.

Art. 2º. A opção pelo Programa de Incentivo à Recuperação Fiscal por Denúncia Espontânea - RFDE contemplará o pagamento do crédito tributário à vista ou em parcelas mensais, em moeda corrente.

Art. 3º. O RFDE alcança exclusivamente os créditos tributários de ISS, objetos de denúncia espontânea, nos termos desta Lei, cuja adesão seja formalizada em até 30 dias da data de publicação desta lei.

Art. 4º. O ingresso no RFDE dar-se-á por consolidado, no caso de tributos sujeitos a homologação, após a decisão da administração e com o pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

§ 1º. Para o caso de tributos não homologados pelo fisco municipal após as informações do contribuinte, serão apresentados os valores tidos como corretos pelo fisco, e o recolhimento total ou a primeira parcela deve ser promovido no prazo de 05 dias da ciência da decisão.

§ 2º O contribuinte que não concordar com os valores apurados pelo fisco, fica automaticamente excluído do presente programa, sendo inscrito em dívida ativa e promovida a competente execução fiscal, prosseguindo-se nos termos previstos no Código

Tributário Municipal .

Art. 5º. O crédito tributário objeto de parcelamento no RFDE será atualizando mensalmente pela SELIC.

Art. 6º O crédito tributário poderá ser pago em até 60 (sessenta) parcelas mensais, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 01 (uma) UFM.

Art. 7º O não pagamento da parcela no dia do vencimento acarretará a aplicação da multa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela.

Art. 8º. O parcelamento de que trata esta Lei será automaticamente rescindido, independentemente de qualquer ato da administração tributária, quando ocorrer o atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, e implicará:

I - a exclusão do sujeito passivo do RFDE;

II - o vencimento antecipado do saldo do parcelamento;

Art. 9º. A opção pelo RFDE não gera direito à restituição ou à compensação de importâncias já pagas e implica a confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, bem como a renúncia a discussão do direito relativo ao débito confessado.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.370/2014

LEI Nº 5.370/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER VALORES DOADOS PELA COMISSÃO PRÓ SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, DA Comissão Pró Segurança Pública do Município de Curitiba, a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que serão destinados a aquisição de câmara de videomonitoramento.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

9 de dezembro de 2014.

OF/PROJUR/ 371/2014.

Assunto: Projeto de Lei nº 193/2014

Senhor Presidente

Conforme consta dos termos do Ofício do Presidente da Comissão Pró Segurança Pública do Município de Curitiba alguns segmentos da comunidade promoveram a arrecadação de valores destinados a aquisição de mais uma câmara de Segurança de videomonitoramento, razão pela qual nesta oportunidade destinam ao Município a importância de R\$ 15.000,00, em atenção ao projeto Bem te Vi, que já é de conhecimento de V.Exas.

Desta forma, é o presente para encaminhar o Projeto de Lei n. 193/2014 que visa a autorizar o recebimento pelo Município dos valores doados.

Solicitamos ainda a deliberação da matéria em REGIME DE URGÊNCIA na forma regimental.

Atenciosamente

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
João Flaris Camargo
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Curitiba - SC

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE RESCISÃO 1/2014

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

A Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, resolve rescindir o Contrato nº 16/2014, Termo de licitação tipo pregão presencial nº 4/2014, que tem como objeto a implantação e locação de software destinado à conversão e digitalização de documentos em bitmaps eletrônicos compactados com as extensões jpg e pdf e o gerenciamento eletrônico dos documentos Administrativos e Contábeis da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, também de serviços especializados de organização de documentos, conforme especificação no Termo de Referência do Anexo III , Item 01 e 02 - SISTEMAS, tendo em vista a inadequação dos serviços contratados apresentados até o momento e consequentemente pelo não atendimento do contrato, sendo assim fica rescindido o contrato conforme art. 79 parágrafo I da Lei nº 8.666/93.

Curitiba, 17 de dezembro de 2014.

De acordo,
JOÃO FLARIS CAMARGO
Presidente

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

A presente rescisão cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 17 de dezembro de 2014.

Rafael Gobbi
Procuradoria Jurídica da Câmara

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
NOVAÇÃO DE CONTRATO: 100/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal
Contratado: Caixa Econômica Federal

Objeto: Novação de contrato de serviços com a Caixa Econômica Federal para pagamento mensal dos créditos decorrentes da folha de pagamento dos Servidores públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, ativos e inativos, pensionistas e agentes políticos Municipais do poder executivo e autarquias, Hospital Dr Luiz Carlos Barreiro, sem qualquer ônus para o Município de Dionísio Cerqueira. Origem: Dispensa de Licitação 126/2014 PMDC - Dos valores: R\$ 474.500,00 - sendo R\$ 78.752,78 correspondente a renegociação, Desembolso líquido parcela única R\$ 371.247,24, (Onde se lê Desembolso líquido parcela única R\$ 371.247,24, o correto é R\$ 371.247,22), Patrocínio carnê IPTU pagamento em 05 parcelas anuais totalizando o valor de R\$ 24.500,00 - Valor Total do contrato R\$ 474.500,00 -- Vigência: 60 meses. - Dionísio Cerqueira 15/12/2014.

Altair Rittes
Prefeito Municipal

DECRETO 5320/2014

DECRETO Nº 5320/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº05 DA QUADRA Nº 46, COM ÁREA DE 1.330,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 05 da Quadra nº. 46, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 10.855, de propriedade da empresa Comercial Daltoé LTDA.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 05 da Quadra nº. 46, nesta cidade, com área de 1.330,00m² (um mil trezentos e trinta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 46, com área de 821,69m² (oitocentos e vinte um metros e sessenta e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Paraná, medindo 16,00 metros, e com o Lote nº. 05-A, medindo 13,60 metros;

SUL: com o Lote Urbano nº 07, medindo 31,30 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº 06, medindo 45,00 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 05-A, medindo 44,37 metros e com

o Lote Urbano nº. 04, medindo 5,00 metros.

b) Lote Urbano nº. 05 - A (cinco - A) da Quadra nº. 46, com área de 508,31m² (quinhentos e oito metros e trinta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Paraná, medindo 10,00 metros;

SUL: com o Lote Urbano nº 05, medindo 13,60 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº 05, medindo 44,37 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 04, medindo 32,40 metros.

Art. 3º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, e o Decreto Municipal nº. 5307 de 27 de Novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 16/12/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
TOMADA DE PREÇO Nº 128/2014

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a Licitação Tipo Tomada de Preço nº 128/2014, Processo 128/2014, tendo como finalidade a Construção de cobertura de quadra pequena. Padrão FNDE. .Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 06/01/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio. Cerqueira, 18/12/2014.

Altair Rittes- Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 129/2014

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a Licitação Tipo Concorrência Pública nº 129/2014, Processo 129/2014, tendo como finalidade a Construção de escola Municipal com 12 salas de aula. Padrão FNDE. .Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 22/01/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio. Cerqueira, 18/12/2014.

Altair Rittes- Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 130/2014. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Assistência Social.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 30/12/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 18/12/2014. Altair Rittes - Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

D. 260 - VRM 2015

Faxinal dos Guedes, SC, 15 de Dezembro de 2014.

DECRETO nº 260/2014.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA EXPRESSÃO MONETÁRIA DO VALOR EM REFERÊNCIA MUNICIPAL - VRM, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto da Lei Complementar 020/2003. Alterada pela Lei Complementar 042/2005.

Considerando que o Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, editado pela Fundação Getúlio Vargas, compreendido pelo período de dezembro de 2013 a novembro de 2014 atingiu o percentual acumulado de - 3.6543%

Considerando que a expressão monetária do VRM é fixada atualmente, com vigência para o exercício de 2014 em R\$ 64,8484

DECRETA:

Art. 1º. Altera a expressão monetária do Valor de Referência Municipal - VRM, para o exercício de 2015, em R\$ 67,2182 (sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC,
em 15 de Dezembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 261 - CALENDÁRIO FISCAL

Faxinal dos Guedes, SC, 15 de Dezembro de 2014.

DECRETO nº 261/2014.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto da Lei Complementar 020/2003. Alterada pela Lei Complementar 040/2005

DECRETA:

Art. 1º. É aprovado o calendário fiscal do Município de Faxinal dos Guedes para o exercício de 2015, conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC,
em 15 de Dezembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 261/2014

CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015		
I – IPTU E TAXAS DE COLETA DE LIXO, CONSERVAÇÃO E EXPEDIENTE		
PARCELAS		VENCIMENTO
ÚNICA COM 20%(VINTE) POR CENTO DE ISENÇÃO NO IPTU		ATÉ 15/05/2015
1ª PARCELA		ATÉ 15/05/2015
2ª PARCELA		ATÉ 15/06/2015
3ª PARCELA		ATÉ 15/07/2015
4ª PARCELA		ATÉ 17/08/2015
5ª PARCELA		ATÉ 15/09/2015
6ª PARCELA		ATÉ 15/10/2015
II - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN		
MÊS DE COMPETÊNCIA	MENSAL	FIXO
JANEIRO	ATÉ 10/02/2015	
FEVEREIRO	ATÉ 10/03/2015	
MARÇO	ATÉ 10/04/2015	
ABRIL	ATÉ 11/05/2015	EM PARCELA ÚNICA ATÉ 11/05/2015
MAIO	ATÉ 10/06/2015	ATÉ 11/05/2015
JUNHO	ATÉ 10/07/2015	ATÉ 10/06/2015
JULHO	ATÉ 11/08/2015	ATÉ 10/07/2015
AGOSTO	ATÉ 10/09/2015	ATÉ 10/08/2015
SETEMBRO	ATÉ 13/10/2015	ATÉ 10/09/2015
OUTUBRO	ATÉ 10/11/2015	
NOVEMBRO	ATÉ 10/12/2015	
DEZEMBRO	ATÉ 11/01/2016	
III - TAXA DE VERIFICAÇÃO E FUNCIONAMENTO REGULAR		
VENCIMENTO ATÉ 02 DE MARÇO DE 2015, JÁ CADASTRADOS		
ALVARÁ SANITÁRIO, VENCIMENTO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2015, JÁ CADASTRADOS.		
V – Os tributos não constantes do calendário fiscal, a serem recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.		

D. 262 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 15 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 262/2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 7. I, e 9. da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 - DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1008 - CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0024 - 94 - Aplicações Diretas - R\$

200.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (00.001.0024 - Transferências de Convênios - Construção de Centro de Cultura e Eventos - 2014TR002771.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, 15 de dezembro de 2014.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 263 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 16 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 263/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013 e Lei Municipal Número 2350/2014 de 16 de Dezembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.300,00 (Oitenta e Sete mil e trezentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

02.00 Gabinete do Prefeito

04.122.2001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	01	87.300,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades Legislativas - Funcionários		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	1	17.300,00
3390.00.00	01.0000	3	50.000,00
4490.00.00	01.0000	4	10.000,00

04.00 Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2.055	Manutenção das Atividades Legislativas – Vereadores		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	5	10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 16 de dezembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 264 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 16 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 264/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013 e Lei Municipal Número 2350/2014 de 16 de Dezembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

10.301.2004.2.022	Manutenção da Saúde Pública		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0002	1	223.000,00
3390.00.00	01.0002	4	7.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Educação e Cultura

27.812.2012.2.013	Manutenção das Atividades Esportivas		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	47	18.300,00

06.00 Secretaria da Infraestrutura

06.181.2010.2.014	Manutenção dos Convênios da Segurança Pública		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
4490.00.00	01.0000	52	2.400,00

07.00 Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico

20.606.2008.2.018	Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	65	106.300,00
3390.00.00	01.0000	66	100.000,00
4490.00.00	01.0000	67	3.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 16 de dezembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 265 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 16 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 265/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013 e Lei Municipal Número 2350/2014 de 16 de Dezembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.200,00 (Quarenta e dois mil e duzentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Administração e Fazenda

04.122.2002.2.004	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	09	23.700,00

06.00 Secretaria da Infraestrutura

26.782.2010.2.017	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	60	3.300,00

08.00 Secretaria de Assistência Social

08.244.2006.2.019	Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	75	15.200,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria da Infraestrutura

06.181.2010.2.014	Manutenção dos Convênios da Segurança Pública		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	51	13.000,00
4490.00.00	01.0000	52	4.600,00

07.00 Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico

22.661.2009.1.004	Apoio ao Desenvolvimento Econômico		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	68	5.400,00

10.00 Fundo Municipal da Habitação

16.482.2007.1.005	Desenvolvimento de Projetos Habitacionais		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	81	19.200,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 16 de dezembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 266 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 16 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 266/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013 e Lei Municipal Número 2350/2014 de 16 de Dezembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria da Infraestrutura

26.782.2010.2.017	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	60	19.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

13.00 Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2006.2.020	Manutenção das Atividades do Fundo de Assistência Social		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	1	19.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 16 de dezembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

D. 267 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 16 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 267/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.317 de 19 de novembro de 2013 e Lei Municipal Número 2350/2014 de 16 de Dezembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.800,00 (Quarenta e dois mil e oitocentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria da Infraestrutura

26.782.2010.2.017	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	60	42800,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Ordinários - 00 no valor de R\$ 42.800,00 (Quarenta e dois mil e oitocentos reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 16 de dezembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

EXTRATO 184

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0184/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Distribuidora de Material didático Energia.

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE APOSTILAS DIDÁTICAS DE 4º, 5º, 6º, 7º, 8º E 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM MATERIAL PARA OS PROFESSORES MINISTRAREM AS AULAS, TRÊS ASSESSORIAS PEDAGÓGICAS PRESENCIAIS DURANTE O ANO LETIVO DE 2015, TOTALIZANDO 30 HORAS CERTIFICADAS, UMA PALESTRA COM CUNHO EDUCACIONAL NO RECESSO DO MÊS DE JULHO COM PALESTRANTE RENOMADO, PARA TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, DISPONIBILIZAÇÃO DE UM PORTAL PARA ACESSO DOS PROFESSORES PARA INTERAGIREM E BUSCAREM AULAS DIGITAIS, PARA OS PAIS ACOMPANHAREM O DESENVOLVIMENTO DE SEUS FILHOS E PARA OS ALUNOS INTERAGIREM COM O PROGRAMA DE ATIVIDADES DO SISTEMA.

Valor: R\$ R\$ 468.840,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0097/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0054/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de dezembro de 2014.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO CONTRATO 183

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0183/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Fulltech Equipamentos Ltda ME.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de mobiliário escolar para atender a diversas escolas da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 125.500,00 (cento e vinte e cinco mil e quinhentos reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0098/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0055/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de dezembro de 2014.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

LC - 115 - VENDA TERRENO CAMARA

LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2014

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL DESAFETADO MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, NOS TERMOS DO QUE ESPECÍFICA.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a alienar bem imóvel de sua propriedade já desafetado através da Lei n. 2341/2014.

Art. 2º. A venda do imóvel já mencionado no artigo primeiro, será feita em (10) dez parcelas mensais acrescidos de correção monetária.

§ 1º No ato da assinatura do Contrato de Compra e Venda, o comprador deverá comprovar o valor de uma parcela e as demais parcelas vencíveis no décimo dia de cada mês subsequente, mediante depósito na conta corrente do Poder Executivo Municipal (Banco do Brasil n. 001, Agência n.4602-7, Conta Corrente nº 86-8).

§ 2º Na falta de pagamento no vencimento de qualquer parcela devida, será esta acrescida de multa de (10%), além de juros de (1%) um por cento e correção monetária.

Art. 3º. As alienações serão feita mediante licitação, na modalidade concorrência pública, tipo maior lance (oferta), considerando como valor mínimo o auferido na avaliação anexa, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 4º. As demais obrigações a serem cumpridas, serão fixadas no respectivo Edital de Concorrência.

Art. 5º. As despesas decorrentes de escrituras, registros, taxas, emolumentos, impostos, entre outros, que recaírem sobre a alienação do imóvel de que trata este artigo, correrão por conta e risco do comprador.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de outubro de 2014
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

LO - 2.348 - CDL

LEI 2.348/2014.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO CDL (CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, efetuar transferência financeira na ordem de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no ano de 2015, ao CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), com CNPJ nº 00.094.660/0001-89, para auxiliar na manutenção e desenvolvimento das atividades da entidade, bem como nas campanhas sociais, culturais e educativas desenvolvidas pela entidade.

Art. 2º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas da Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, em especial das normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de Dezembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

LO - 2.349 - BAIXA BENS

LEI nº 2.349/2014

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei (anexo I), resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais.

Parágrafo único. Os bens inservíveis fazem parte do Patrimônio da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde

Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos da Lei, a doar tais bens a entidades sem fins lucrativos, a qual realizará o aproveitamento ou comercialização de tais bens.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de Dezembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

LO - 2.350 - ABERTURA CRÉDITO

LEI nº 2.350/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 492.400,00 (quatrocentos e noventa e dois mil e quatrocentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito

04.122.2001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	01	87.300,00

04.00 Secretaria de Administração e Fazenda

04.122.2002.2.004	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda		
-------------------	--	--	--

Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	09	23.700,00

06.00 Secretaria da Infraestrutura

26.782.2010.2.017	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infra-estrutura		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	60	66.100,00

08.00 Secretaria de Assistência Social

08.244.2006.2.019	Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	75	15.200,00

12.00 Fundo Municipal de Saúde

10.301.2004.2.022	Manutenção da Saúde Pública		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0002	1	223.000,00
3350.00.00	01.0002	2	57.100,00
3390.00.00	01.0002	4	20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Ordinários - 00 no valor de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais) e da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Educação e Cultura

27.812.2012.2.013	Manutenção das Atividades Esportivas		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	47	18.300,00

06.00 Secretaria da Infraestrutura

06.181.2010.2.014	Manutenção dos Convênios da Segurança Pública		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	51	13.000,00
4490.00.00	01.0000	52	7.000,00

07.00 Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico

20.606.2008.2.018	Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	65	106.300,00
3390.00.00	01.0000	66	100.000,00
4490.00.00	01.0000	67	3.000,00

07.00 Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico

22.661.2009.1.004	Apoio ao Desenvolvimento Econômico		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	68	5.400,00

10.00 Fundo Municipal da Habitação

16.482.2007.1.005	Desenvolvimento de Projetos Habitacionais		
-------------------	---	--	--

Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	81	19.200,00

13.00 Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2006.2.020	Manutenção das Atividades do Fundo de Assistência Social		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3390.00.00	01.0000	1	20.000,00

04.00 Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades Legislativas - Funcionários		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	1	40.000,00
3390.00.00	01.0000	3	60.000,00
4490.00.00	01.0000	4	10.000,00

04.00 Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2.055	Manutenção das Atividades Legislativas - Vereadores		
Modalidade Aplicação	Fonte Recursos	Reduzido	R\$
3190.00.00	01.0000	5	40.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes SC, 16 de dezembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

LO - 2.351 - BAIXA BENS CAMARA

LEI nº 2.351/2014

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado nos termos desta lei, autorizado a proceder a baixa de bens patrimoniais inservíveis da Câmara Municipal de Vereadores, que por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei (Anexo I), resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais.

Art. 2º. Fica ainda o Poder Legislativo Municipal autorizado nos termos da Lei, a doar tais bens a entidades sem fins lucrativos, a qual realizará o aproveitamento ou comercialização de tais bens.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de Novembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Projeto Lei Legislativo 002/2014

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 17/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 17/2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 03/2012
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA- CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

DO OBJETO - empresa especializada para locação de sistemas de gestão pública de Saúde, integrados, com acesso simultâneo de usuários, para o Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 03/FMS/2012 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO VALOR - O valor mensal será reduzido conforme proposta apresentada, passando de R\$ 1.590,00 (hum mil quinhentos e noventa reais) para R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) totalizando o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para o ano de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de dezembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 102/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 102/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 198/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - HERCÍLIO DE MATTIA ME

DO OBJETO - Contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas diversas Secretarias do Município de Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 198/PMF/2014 o valor de R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
36	01	Tanque de lavar roupas, gabinete de fibra, capacidade 50 litros.	Cercel	R\$ 399,00	R\$ 399,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 17 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 111/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 111/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 38/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME.

DO OBJETO - Contratação de empresas para instalação e manutenção de uma rede integrada por tecnologia de rádio frequência para manutenção das atividades do Município de Forquilha, para o exercício de 2014.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 38/2014 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 05 de dezembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

ADITIVO.762.2014

TERMO ADITIVO Nº 762, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 676/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NILSEIA RODRIGUES DA SILVA
Contratado

ADITIVO.763.2014

TERMO ADITIVO Nº 763, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 106/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/01/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ALESSANDRO FUSATTO NETO
Contratado

ADITIVO.764.2014

TERMO ADITIVO Nº 764, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 115/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 20/01/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CESAR MINORU KURITA NAGASAWA
Contratado

ADITIVO.765.2014

TERMO ADITIVO Nº 765, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 605/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 25/08/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 28/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOSE CICERO FERREIRA DE CARVALHO
Contratado

ADITIVO.766.2014

TERMO ADITIVO Nº 766, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 455/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 28/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANTONIO RODRIGUES ALVES
Contratado

ADITIVO.767.2014

TERMO ADITIVO Nº 767, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 669/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/09/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/09/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JAILSON FRANCISCO WROBLEWSKI
Contratado

ADITIVO.768.2014

TERMO ADITIVO Nº 768, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 116/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 27/01/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

FRANCIANE GOMES
Contratado

ADITIVO.769.2014

TERMO ADITIVO Nº 769, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 628/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/10/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 28/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MAIKON PEDRO FABIAN
Contratado

ADITIVO.770.2014

TERMO ADITIVO Nº 770, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 666/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/11/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda,

até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

PAULO HENRIQUE DA SILVA
Contratado

ADITIVO.771.2014

TERMO ADITIVO Nº 771, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 697/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/11/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/11/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROBERTO RODRIGUES BELLO
Contratado

ADITIVO.772.2014

TERMO ADITIVO Nº 772, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 567/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/07/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANTONIO IRINEU VICENTIN
Contratado

ADITIVO.773.2014

TERMO ADITIVO Nº 773, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 569/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/07/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCIANO DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.774.2014TERMO ADITIVO Nº 774, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 565/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/07/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARITANI MARIZA MARGREITER KAER
Contratado

ADITIVO.775.2014TERMO ADITIVO Nº 775, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 670/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/10/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NEIVA ARTIFON VARELLA
Contratado

ADITIVO.776.2014TERMO ADITIVO Nº 776, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 131/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/01/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 17/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NILCEIA APARECIDA MANFIOLETTI
Contratado

ADITIVO.777.2014TERMO ADITIVO Nº 777, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 573/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/07/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NILVA TEREZINHA VERONEZE
Contratado

ADITIVO.778.2014TERMO ADITIVO Nº 778, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 470/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSIMERI DOS SANTOS FERNEDA
Contratado

ADITIVO.779.2014

TERMO ADITIVO Nº 779, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 566/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 02/07/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SIMONE DALAGNOL MACHADO
Contratado

ADITIVO.780.2014

TERMO ADITIVO Nº 780, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 132/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/01/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 17/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SIRLEI SCHABERLE GATTI
Contratado

ADITIVO.781.2014

TERMO ADITIVO Nº 781, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 481/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SOLANGE LEITE
Contratado

ADITIVO.782.2014

TERMO ADITIVO Nº 782, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 322/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/02/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ELAINE CRISTINA DE CORDOVAS ANDRE
Contratado

ADITIVO.783.2014

TERMO ADITIVO Nº 783, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 311/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/02/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCILA CASAGRANDE
Contratado

ADITIVO.784.2014

TERMO ADITIVO Nº 784, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 680/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2014 a 31/01/2015, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda,

até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANA CRISTINA DE AGUIAR
Contratado

ADITIVO.785.2014

TERMO ADITIVO Nº 785, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 663/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/11/2014 a 19/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 12 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CELIA MARIA PIRES DE LIMA
Contratado

ADITIVO.786.2014

TERMO ADITIVO Nº 786, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 538/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/04/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/04/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 12 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSELI ALVES DE RAMOS
Contratado

ADITIVO.787.2014

TERMO ADITIVO Nº 787, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 674/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/12/2014 a 31/01/2015, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 12 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CINTIA APARECIDA OLIVIO
Contratado

ADITIVO.788.2014

TERMO ADITIVO Nº 788, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 501/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 15 de dezembro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIRMER
Contratado

ADITIVO.789.2014

TERMO ADITIVO Nº 789, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 495/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 15 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOCIMAR NUNES DA SILVA
Contratado

ADITIVO.790.2014

TERMO ADITIVO Nº 790, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 596/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/05/2013 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/05/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 15 de dezembro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.791.2014

TERMO ADITIVO Nº 791, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 685/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/11/2013 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/11/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 15 de dezembro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IVONE MOREIRA DE SOUZA SANTOS
Contratado

ADITIVO.792.2014

TERMO ADITIVO Nº 792, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 360/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/02/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 15 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

FRANCIELY MORAES PEREGO
Contratado

ADITIVO.793.2014

TERMO ADITIVO Nº 793, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 569/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 28/02/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 15 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VILMAR DE LIMA
Contratado

ADITIVO.794.2014

TERMO ADITIVO Nº 794, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 568/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 28/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 15 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CIDINEI MARCONDES
Contratado

ADITIVO.795.2014

TERMO ADITIVO Nº 795, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 416/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 06/03/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GERSON DOS SANTOS
Contratado

ADITIVO.796.2014

TERMO ADITIVO Nº 796, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 491/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SAMUARA DA CRUZ ROSA MOREIRA
Contratado

ADITIVO.797.2014

TERMO ADITIVO Nº 797, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 467/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/04/2014 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EUNICE BENINCA
Contratado

ADITIVO.798.2014

TERMO ADITIVO Nº 798, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 521/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 07/05/2014 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

RUDE RICHTER
Contratado

ADITIVO.799.2014

TERMO ADITIVO Nº 799, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 518/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 05/05/2014 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOAO MARIA PRATES
Contratado

ADITIVO.800.2014

TERMO ADITIVO Nº 800, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 510/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/04/2014 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ITOR NUNES GONÇALVES
Contratado

ADITIVO.801.2014

TERMO ADITIVO Nº 801, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 585/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2014 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/12/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ALDO PEPPE
Contratado

ADITIVO.802.2014

TERMO ADITIVO Nº 802, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 139/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 22/01/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 21/01/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ADAIR ERASMO PASINI
Contratado

ADITIVO.803.2014

TERMO ADITIVO Nº 803, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 517/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/03/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 11/03/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

RUBIN MULLER
Contratado

ADITIVO.804.2014

TERMO ADITIVO Nº 804, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 552/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/04/2013 a 31/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 08/04/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLVINO MORAIS DE SOUZA
Contratado

ADITIVO.805.2014

TERMO ADITIVO Nº 805, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 326/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/02/2014 a 30/12/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/06/2015.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 16 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NATANAEL DOMINGUES DOS SANTOS
Contratado

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022_2014-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0022/2014 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para as pessoas que freqüentam o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 08.01.2015; Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2014.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0162_2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0162/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de botas funcionais (coturnos) para uso do efetivo da Polícia Militar de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 09.01.2015. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 17 de dezembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0355/2014

DECRETO Nº 0355, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.
DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 - SANEFRAI		
17.512.0027.2.056 – Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0900 (12)	R\$	51.000,00
Total	R\$	51.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF179

Extrato do Contrato nº CT14PMF179

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de uma edificação em alvenaria com área a ser construída de 382,32 m², para uso do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo - FUNREBOM, a ser edificada sobre o Lote nº 0257 da Quadra nº 0039 na Avenida Caçador, no bairro São José, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Valor total do contrato: R\$ 397.579,46 (trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos). Data do Contrato: 18.12.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 210 dias, de 18.12.2014 a 16.07.2015. Prazo de Execução: 180 dias após a assinatura do contrato e emissão e entrega da Ordem de Serviço. Processo Administrativo Licitatório: nº 0197/2014 - PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0020/2014. Recursos: 1700 e 3700 (Recursos Ordinários do Funrebom).

Fraiburgo (SC), 18 de dezembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF180

Extrato do Contrato nº CT14PMF180

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil "Zenaide da Costa", localizado na Rua 25 de agosto, no bairro Salete, nesta cidade, onde serão realizadas uma ampliação e reforma, totalizando uma área a ser ampliada de 461,37m² e

reformada de 143,76m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Valor total do contrato: R\$ 532.696,31 (quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos). Data do Contrato: 18.12.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 270 dias, de 18.12.2014 a 14.09.2015. Prazo de Execução: 240 dias após a assinatura do contrato e emissão e entrega da Ordem de Serviço. Processo Administrativo Licitatório: nº 0226/2014 - PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0022/2014. Recursos: 1.300 (Recursos Ordinários da Secretaria de Educação).

Fraiburgo (SC), 18 de dezembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito

PORTARIA Nº 5164/2014

PORTARIA Nº 5.164, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 087/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SEBASTIÃO MACHADO DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 480.092.889-34, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5165/2014

PORTARIA N.º 5.165, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5779 de 17 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 12 (doze) horas semanais, a carga horária do servidor FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, no período de 02 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5166/2014

PORTARIA N.º 5.166, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5770 de 17 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 16 (dozesesseis) horas semanais, a carga horária do servidor GILMAR SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 384.769.679-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, no período de 05 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5167/2014

PORTARIA N.º 5.167, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5712 de 10 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração a carga horária da servidora ANDREA APARECIDA REZZADORI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.146.879-70, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, no período de 02 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, a ser cumprida no período vespertino de segunda a sexta-feira das 13:30h (treze e trinta) às 17:30h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5168/2014

PORTARIA N.º 5.168, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora MÔNICA DE OLIVEIRA MEIRELES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 061.445.179-52, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5169/2014

PORTARIA N.º 5.169, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de DARCI DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 386.678.519-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5170/2014

PORTARIA N.º 5.170, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAUJO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 687.208.319-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5171/2014

PORTARIA Nº 5.171, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a demissão de Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a decisão exarada no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 4.272 de 11 de agosto 2014;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 109/2010, especialmente o art.115, incs. III,VII, VIII e XI, e do art. 131, incs. IV, X e XIII;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir, o servidor JOÃO NICANOR GUET, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 250.869.369-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, em 18 de dezembro de 2014.

Art. 2º Incompatibilizar para nova investidura em cargo público pelo prazo de cinco anos, conforme estabelece o art. 132 da Lei Complementar nº 109 de 03 de março de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5172/2014

PORTARIA Nº 5.172, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 087/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAUJO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 687.208.319-00, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5173/2014

PORTARIA Nº 5.173, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 087/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DARCI DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.678.519-49, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

REC.FEDERAIS 18.12.2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
16.12.2014	FNAS	PFM	6.500,00
15.12.2014	FNAS	PBFI	8.400,00
11.12.2014	FNAS	IGDBF	5.881,90
15.12.2014	FNAS	PACI	5.000,00
15.12.2014	FNAS	SCFV	36.863,82

Secretaria de Finanças

RESOLUÇÃO CMS 018
DELIBERAÇÃO 018/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Saleté, APROVOU a manutenção do convênio com a Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva para o ano 2015, no valor de R\$ 3.596.000,00 (três milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais) de transferência voluntária de recursos financeiros destinada a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde, mantidos exclusivamente pela conveniente para atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense, através do Termo Aditivo TACV14PMF0007, conforme ATA Nº 013/2014.

Fraiburgo (SC), 18 de dezembro de 2014.
Nilce Pinz
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº 687/2014 DISPÕE SOBRE O RECESSO DE FINAL DE ANO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.**

DECRETO Nº 687/2014 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O RECESSO DE FINAL DE ANO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado recesso nas repartições públicas municipais, no período de 20/12/2014 a 04/01/2014, inclusive, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Art. 2º - Os serviços essenciais que por sua natureza não podem ser interrompidos, tais como atendimentos de urgência e emergência no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, serão atendidos em regime de sobreaviso/plantão, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário ou do Diretor da respectiva pasta
§1º - A relação de escala dos servidores de sobreaviso/plantão, contendo o nome e o número de telefone do plantonista, deverá estar disponibilizada com antecedência razoável em local visível e de amplo acesso à população.

Art. 3º - Os serviços de emissão de bloco de notas no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, funcionarão única e exclusivamente no dia 22 e 29 de dezembro, em horário integral, ou seja, das 07:30h as 11:30h, e das 13:00h as 17:00h.

Art. 4º - Os serviços de competência da CIDASC, tais como emissão de GTA, funcionarão normalmente das 08:00h as 12:00h, com exceção dos dias 24, 25, 26 e 31 de dezembro, e 01 e 02 de janeiro de 2014.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério (SC), 18 de dezembro de 2014.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA 25/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014
PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA PARCIAL, ITENS, 02 E 09, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÕES DE FORMA FRACIONADA, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELETRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, TELAS E TUBOS DE FERRO/AÇO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO JUNTO A ESCOLA ADOLFO SOLETTI,

MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEUS PRIMEIROS PASSOS E PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, DISCRIMINADOS NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO, DURANTE A VIGENCIA DESTA ATA, FOI A EMPRESA DOEL COMÉRCIO D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA COM A QUAL FOI FIRMADA A SEGUINTE ATA.

ATA N º 025/2014

VALOR TOTAL DA ATA R\$ 460,00 (QUATROCENTOS E SESENTA REAIS).

INFORMAÇÕES E A ATA NA INTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL - compras@freirogerio.sc.gov.br

FREI ROGÉRIO - SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA 26/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA PARCIAL, ITENS, 01; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 10; 11; 12; 13; 16; 18; 19; 22; 23; 24; 25; e 26, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÕES DE FORMA FRACIONADA, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, TELAS E TUBOS DE FERRO/AÇO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO JUNTO A ESCOLA ADOLFO SOLETTI, MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEUS PRIMEIROS PASSOS E PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, DISCRIMINADOS NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO, DURANTE A VIGENCIA DESTA ATA, FOI A EMPRESA CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ - ME COM A QUAL FOI FIRMADA A SEGUINTE ATA.

ATA N º 026/2014

VALOR TOTAL DA ATA R\$ 37.662,00 (TRINTA E SETE MIL SEISCENTOS E SESENTA E DOIS REAIS).

INFORMAÇÕES E A ATA NA INTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL - compras@freirogerio.sc.gov.br

FREI ROGÉRIO - SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA 27/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS

INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA PARCIAL, ITEM 17, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÕES DE FORMA FRACIONADA, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, TELAS E TUBOS DE FERRO/AÇO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO JUNTO A ESCOLA ADOLFO SOLETTI, MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEUS PRIMEIROS PASSOS E PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, DISCRIMINADOS NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO, DURANTE A VIGENCIA DESTA ATA, FOI A EMPRESA PEGORARO MÓVEIS E MARMORES LTDA - ME COM A QUAL FOI FIRMADA A SEGUINTE ATA.

ATA N º 027/2014

VALOR TOTAL DA ATA R\$ 12.750,00 (DOZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

FREI ROGÉRIO - SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA 28/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA PARCIAL, ITENS, 15; 15; 20 E 21, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÕES DE FORMA FRACIONADA, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, TELAS E TUBOS DE FERRO/AÇO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO JUNTO A ESCOLA ADOLFO SOLETTI, MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEUS PRIMEIROS PASSOS E PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, DISCRIMINADOS NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO, DURANTE A VIGENCIA DESTA ATA, FOI A EMPRESA MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP, COM A QUAL FOI FIRMADA A SEGUINTE ATA.

ATA N º 028/2014

VALOR TOTAL DA ATA R\$ 3.536,00 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SEIS REAIS).

INFORMAÇÕES E A ATA NA INTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL - compras@freirogerio.sc.gov.br

FREI ROGÉRIO - SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONTRATO 129/2014

CONTRATO Nº 129/2014
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2014
CONVITE 06/2014
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014, NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 06/2014, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM, VULCANIZAÇÃO, REPAROS, GOMETRIA, BALANCEAMENTO E AQUISIÇÃO E CAMARAS DE AR E PROTETORES 1400X24, CONFORME RELACIONADOS NO ANEXO I, PARA A MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, FOI A PROPONENTE RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 0129/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 13.777,00 (TREZE MIL, SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS)
INFORMAÇÕES E CONTRATO NA INTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000.

E-MAIL - compras@freirogerio.sc.gov.br

FREI ROGÉRIO - SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

Galvão**PREFEITURA****DECRETOS 2014 - 234 A 236**

DECRETO Nº 234/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência ao servidor Valdecir do Nascimento, atualmente ocupante do cargo de agente de manutenção e construção, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 01 (um) mês - proporcional, com efeitos a partir do dia 17 de novembro de 2014 e término previsto para o dia 16 de dezembro de 2014, referente o período aquisitivo compreendido entre 14/03/2006 até 13/03/2011, completando assim o período de licença relativo ao referido período aquisitivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de dezembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 235/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 769/2013 de 28/10/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.034	Manut Ativ Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	03.0001	5.000,00
TOTAL	5.000,00		

05.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE DES SOCIAL, CULTURA E ESPORTE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
13.392.1301	2.022	Man At Des Social, Cultura Esporte	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$

3190000000	Aplicações Diretas	03.0000	27.500,00
TOTAL	27.500,00		

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): Supéravit Financeiro - Exercício 2013 (Fonte 03.0000 no valor de R\$ 27.500,00 e Fonte 03.0001 no valor de R\$ 5.000,00).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de dezembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 236/2014
DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL RELATIVO AO ANO BASE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, considerando o Código Tributário Municipal, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o calendário fiscal para vigorar no ano base 2015, relativamente a obrigações constantes da Lei Municipal nº 525/2005 de 19/12/2005 - Código Tributário Municipal, estipulado conforme segue:

- DATA DE ISENÇÕES DE IPTU: PRAZO PARA PROTOCOLO DE REQUERIMENTO DO DIA 01/03/2015 AO DIA 15/05/2015;

- DATA DE RECURSO DE INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO DO IPTU: ATÉ DIA 09/08/2015;

- DATA DE LANÇAMENTO DO IPTU: 12/06/2015 COM VENCIMENTO NOS DIAS: 10/08/2015 E 10/09/2015;

- DATA DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA: 15/09/2015;

- DATA DE ENTRADA DE DÍVIDA ATIVA: 11/12/2015;

- TAXA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA DE ESTABELECIMENTOS: LANÇAMENTO: 01/02/2015, COM VENCIMENTO PARA DIA 05/03/2015, RETIRADA DO ALVARÁ APÓS 24H DO PAGAMENTO DO BOLETO;

- ALTERAÇÃO CADASTRAL DE IMÓVEIS: PRAZO PARA PROTOCOLO DE DOCUMENTAÇÃO E REQUERIMENTO A PARTIR DE 01/01/2015 A 01/06/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de dezembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 193/2014

DECRETO N.º 193, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE VALORES DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE (DEZ 2013 - NOV 2014), em 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento), os valores para cobrança de todos os impostos e taxas municipais, e a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, previstos na legislação municipal, para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica atualizado o valor do metro quadrado da construção com base na variação do CUB-SC (Custo Unitário Básico de Santa Catarina) apurado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil de Santa Catarina (DEZ 2013-NOV 2014), em 8,63% (oito vírgula sessenta e três por cento), para o exercício de 2015, nos termos do artigo 1º, §5º, da Lei Complementar nº 1.689 de 28 de dezembro de 2012.

Art. 3º. As tabelas constantes nos Anexos I e II, da Lei Complementar nº. 1.689, de 28 de dezembro de 2012, atualizados nos termos dos artigos antecedentes desde Decreto, passam a ter os seguintes valores a partir de 1º de janeiro de 2015:

TABELA DE VALORES DE METRO QUADRADO DE TERRENO POR CLASSE FISCAL
(ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR Nº 1.689/2012)

Classe Fiscal	Valor por m² (R\$) 2014	Valor por m² (R\$) 2015
A	475,11	505,18
A2	591,25	628,68
A3	712,66	757,77
A4	950,22	1.010,37
A5	1.182,50	1.257,35
B	263,95	280,66
B2	332,58	353,63
B3	401,20	426,60
C	73,90	78,58
C2	105,58	112,26
C3	158,37	168,39
D	42,23	44,90
ER	21,12	22,46
R1	4,22	4,49
R2	1,58	1,68

TABELA DE VALORES DO M2 DA CONSTRUÇÃO POR TIPO DE EDIFICAÇÃO
(ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR Nº 1.689/2012) EM R\$

Tipo	Abrev	Valor 2014 (R\$)	Valor 2015 (R\$)
Residencial (Casa/Apartamento)	R	915,26	994,25
Serviços (Sala/Conjunto)	S	1.067,80	1.159,95
Comercial (Loja)	C	1.220,35	1.325,67
Industrial	I	762,72	828,54
Galpão	G	457,63	497,12
Telheiro	T	305,08	331,41
Especial	E	1.372,90	1.491,38

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração Interino

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2015

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Código Tributário Municipal e suas alterações, torna público o lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Coleta de Lixo, incidentes sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2015, conforme listagem dos lançamentos, e recolhimento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, incidente sobre a propriedade imobiliária de imóvel urbano não-edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica, conforme Lei Municipal n.º 1.824/2014.

1. LANÇAMENTO

1.1. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto. A notificação de lançamento conterá:

- O endereço do imóvel tributado;
- O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- O prazo de recolhimento;
- O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

1.2. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidades ou erro de fato.

2. PAGAMENTO

2.2. Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos na

Rede Bancária:

- integralmente até 15 de Fevereiro de 2015, com 20% (vinte por cento) de desconto;
- em 10 (dez) parcelas mensais sucessivas, sem desconto, vencíveis a partir do mês de março do ano de 2015, sempre no dia 15 de cada mês, com parcela mínima de R\$ 10,00 (dez reais).

3. ATRASO NO PAGAMENTO

3.1. O não pagamento dos tributos nas datas previstas neste Edital sujeitará o contribuinte aos seguintes acréscimos:

- Multa e juros de mora, calculados com base na legislação vigente;
- Inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa Municipal para cobrança judicial, no primeiro dia útil do próximo exercício.

4. DISTRIBUIÇÃO DOS CARNÊS:

4.1. Os carnês de IPTU serão encaminhados via correio, sendo que a cota única será enviada em 20/01/2015 e o carne para pagamento na forma parcelada será impresso após o vencimento da cota única em 15/02/2015 e também enviado via correio no dia 20/02/2015.

4.2. A impressão da cota única ou parcelas poderá ser feita via site da prefeitura no endereço www.garopaba.sc.gov.br, após o dia 10/01/2015.

5. CARNÊS NÃO RECEBIDOS:

5.1. O contribuinte que não receber seu carne do IPTU até o dia 15/02/2015, em seu endereço, poderá procurá-lo no Setor Tributário da Prefeitura Municipal de Garopaba, localizada na Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro, Fone (48) 3254-8100, ou ainda, emití-lo na rede mundial de computadores (internet), por meio do site www.garopaba.sc.gov.br, no link IPTU 2015.

5.2. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal com aviso de recebimento, considerar-se-á efetivado o lançamento ou suas alterações mediante o presente Edital publicado, nos termos do artigo 14 c/c artigo 111 e seguintes, ambos do Código Tributário Municipal.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. A Prefeitura de Garopaba passou a utilizar um novo sistema para gestão do Cadastro Imobiliário (SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO). Por meio deste sistema de gestão, todos os imóveis localizados dentro da Zona Urbana do Município de Garopaba estão cadastrados e sujeitos a tributação.

6.2. O Proprietário ou Possuidor de Imóvel localizado dentro das Zonas Urbana e Especial Urbana do Município e que não tiverem seus imóveis identificados no referido Sistema, deverão comparecer na Prefeitura de Garopaba, Setor de Cadastro Imobiliário e GEORREFERENCIAMENTO no período de 15/01/2015 a 15/02/2015 para identificação, sob pena de multa (artigo 19, do Código Tributário Municipal)

Garopaba, 18 de Dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 19/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI Nº 1.852, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.852, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA, ACRESCENTA, MODIFICA E DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1781, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Altera o parágrafo Único do artigo 4º da Lei Complementar n.º 1781, de 30 de dezembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º ...

Parágrafo Único: O prazo para propor a regularização prevista nesta Lei será de 2 (dois) anos a contar da publicação desta Lei Complementar, sendo que os projetos protocolados na vigência da presente legislação gozarão de todos os benefícios previsto nesta lei, até a análise final pelas Secretarias Municipais de competência.

Art. 2º. Altera o inciso VIII do artigo 6º da Lei Complementar n.º 1781, de 30 de dezembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

VIII - Habite-se do Corpo de Bombeiros, para as edificações multifamiliares, e de utilização comercial, sendo essa para os casos em que a área de construção seja superior a 200,00m² (duzentos metros quadrados), em conformidade como Decreto-lei Estadual nº 4.904/1994;

Art. 3º. Altera e modifica os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º e acrescenta os parágrafos 7º, 8º, 9º, 10º e 11º, todos do artigo 7º da Lei Complementar n.º 1781, de 30 de dezembro de 2013 que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º ...

§. 1º. A Prefeitura Municipal poderá aprovar as obras, já consolidadas, e que estiver construídas sobre o recuo frontal, devendo ser observado o recuo mínimo de 1,00 um metro para construções residenciais.

§2º. A taxa de ocupação será de até 80% (oitenta por cento) para imóveis residenciais e comerciais, sendo que até esse limite percentual incidirá o Potencial Construtivo Indenizado - VPCI e, quando esta taxa ultrapassar esse limite, em até no máximo 20% (vinte por cento), o valor do VPCI será multiplicado por dois (02), salvo os imóveis comprovadamente edificados com taxas excedentes em data anterior à vigência da Lei 255/87, que deverão ter parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§3º. Excepcionalmente, para os casos previstos nesta lei, não será observado o percentual de taxa de permeabilidade.

§4º. O índice de aproveitamento será de 1,6 (um vírgula seis) para imóveis residenciais e comerciais, sendo que aqueles que ultrapassarem o índice de aproveitamento, em até no máximo 20% (vinte por cento), terá o Potencial Construtivo Indenizado - VPCI multiplicado por dois (02).

§5º. ...

§6º. ...

§7º. Nos casos em que o número de unidades residenciais construídas sobre o imóvel ultrapassar o número máximo previsto em lei, a regularização somente será feita mediante o pagamento de multa compensatória em quantia equivalente ao valor cobrado para a taxa de licença vigente, acrescida do valor equivalente a 200% (duzentos por cento), por unidade a ser regularizada.

§8º. Nas construções a serem regularizadas, não será exigida a vaga de garagem e estacionamento.

§9º. As construções que possuírem escadas com largura inferior em até 20% (vinte por cento) do mínimo legal poderão ser regularizadas, nos termos da presente lei.

§10º. As construções que possuírem pé direito com altura inferior em até 15% (quinze por cento) do mínimo legal poderão ser regularizadas, nos termos da presente lei.

§11º. As construções situadas às margens da Rodovia Estadual SC 434 terão que observar o recuo frontal mínimo de 15,00 (quinze) metros, contados do eixo da referida Rodovia.

Art. 4º. Altera o caput do artigo 9º da Lei Complementar n.º 1781, de 30 de dezembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º O valor do ônus pelo Potencial Construtivo Indenizado - VPCI, a ser pago em parcela única e anterior à aprovação do projeto de regularização, será determinado pela Taxa de Ocupação excedente (T.O.Ex) à Taxa de Ocupação Básica (T.O), multiplicada por 10% (dez por cento) do valor venal do terreno (VVT) calculado pelo Sistema Tributário Municipal na forma do artigo 3º da Lei Complementar nº 1.689 de 28 de dezembro de 2012”,

$VPCI = T.O.Ex \times VVT \times 10\%$

Onde $T.O.Ex = T.O.Real - T.O.$, sendo $T.O.Real = \frac{\text{Área Real Ocupada}}{\text{Área Total do Terreno}}$.

Art. 5º. Altera o caput do artigo 14 da Lei Complementar n.º 1781, de 30 de dezembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14 Esgotado o prazo para propor a regularização prevista no parágrafo único do artigo 4º (quarto) desta Lei, ficarão extintas e sem nenhum efeito todas as licenças para exercício de atividade comercial e de prestação de serviços, concedidas pela Prefeitura em estabelecimento que não possua “habite-se”, ressalvada a hipótese do interessado ter feito o protocolo de regularização da sua construção, no período de vigência desta lei, junto a SPTMA, quando então essa licença poderá ser concedida por um período de até 180 (cento e oitenta dias), prorrogável a critério da administração pública.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 1.853, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.853, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 1.828/2014, QUE "INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.828/2014, de 04/09/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, que tenha como fato gerador o disposto no artigo 3º, inciso I, será definida a partir do valor total do consumo mensal, de acordo com os níveis individuais de consumo de energia, conforme tabela abaixo:

FAIXA DE CONSUMO	RESIDEN- CIAIS	RESID. RURAL	INDUST.	COMER- CIAL	OUTRAS CLAS- SES
Até 200 Kw/h/mês	6,70	6,70	6,70	6,70	6,70
Acima de 200Kw/h/ mês % sobre o valor em R\$ de consumo	6 %	6 %	6 %	6 %	6 %

§ 1º. Estão excluídos da base da COSIP os valores de consumo que superarem os seguintes limites:

- Classe residencial: 3.000 Kw/h/mês;
- Classe residencial Rural: 2.000 Kw/h/mês;
- Classe Industrial: 10.000 Kw/h/mês;
- Classe comercial: 5.000 Kw/h/mês;
- Outras classes: 10.000 Kw/h/mês.

§ 2º. São isentos da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, que tenha como fato gerador o disposto no artigo 3º, inciso I :

- órgãos dos poderes públicos: municipal, estadual e federal;
- entidades filantrópicas declaradas de utilidade pública e devidamente autorizadas pelo Poder Executivo Municipal;
- contribuintes de baixa renda, comprovadamente incluídos no Cadastro Único para Programas do Governo Federal, com consumo de até 100 KW/Hora/mês."

Art. 2º. O artigo 6º, da Lei n.º 1.828/2014, de 04/09/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. O valor da contribuição de que trata no artigo 3º, inciso I, será atualizado monetariamente uma vez por ano, no último mês de cada exercício, tomando-se por base o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado nos últimos 12 (doze) meses ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.854, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.854, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE MULTA E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS VENCIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir no período de 02/01/2015 à 20/12/2015, em 90% (noventa por cento) para o pagamento à vista, e 70% (setenta por cento) para parcelamento em até 24 (vinte quatro) vezes, as multas e juros de mora, previstos no artigo 125 do Código Tributário Municipal, incidentes sobre os créditos tributários, inclusive os ajuizados, parcelados e vencidos até 31/12/2014, observados os seguintes critérios:

- Débitos inscritos em dívida ativa cujos valores atualizados não excedem a R\$ 2.532,50 (dois mil quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), poderão ser parcelados em até 10 (dez) vezes;
- Débitos inscritos em dívida ativa cujos valores atualizados excedam a R\$ 2.532,50 (dois mil quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), poderão ser parcelados em até 24 (vinte quatro) vezes.

Parágrafo único. O valor das parcelas não poderá ser inferiores a R\$ 25,32 (vinte e cinco reais trinta e dois centavos).

Art. 2º. Para beneficia-se desta Lei, o contribuinte deverá pagar às custas judiciais, por ventura existentes, se o crédito estiver ajuizado.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 02/01/2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.855, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.855, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, os veículos com as seguintes características: 01 (uma) motocicleta marca Honda, modelo XRE300, combustível gasolina, ano de fabricação 2014, modelo 2014, cor vermelha, chassi nº 9C2ND1110ER027472, placa OKG-2068, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido

com recursos do FUNREBOM; 01 (um) veículo marca Fiat, modelo Fiat Uno, tipo transporte de passageiros, combustível gasolina, ano de fabricação 2014, modelo 2014, cor vermelha, chassi nº 9BD195A63F0648284, placa MMC-2419, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM. Parágrafo Único. Os bens descritos no "caput", deste artigo destinam-se ao serviço administrativo.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1051/2014

PORTARIA N.º 1051, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 020/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: NYCHOLAS GONÇALVES DO NASCIMENTO, JOÃO DA SILVA PACHECO E TULA SOUZA DO AMARAL, para sob a presidência do primeiro efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 020/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 454/2014

PORTARIA Nº. 454, de 16 de dezembro de 2014
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, processo nº. 3218/2014.

RESOLVE:

Art. 1o. - Exonerar a pedido, a servidora CAMILA SILVA DA COSTA, portadora do RG 708.242.820-7 e CPF 008.453.920-85, do cargo de Assistente Social, nomeada através da Portaria nº. 363/2013 de 14 de maio de 2013, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 16 de dezembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3.544, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 3.544, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPENSA, A PEDIDO, EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades a partir de 15 de dezembro de 2014, a servidora MARIANA GOLIN SILVA WINCKLER, ocupante do cargo de Dentista, a qual foi nomeada pela portaria nº 1.816/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.154, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.154, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DO SERVIDOR CRISTIANO ARNOLDO NETO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de motorista de automóvel, do servidor CRISTIANO ARNOLDO NETO, o qual foi nomeado pelo Decreto 006/2003, em decorrência de seu falecimento.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.155, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.155, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRECTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SAMAE - Serviço Autônomo Mun. de Água e Esgoto:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Função: 17 SANEAMENTO	
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa: 0025 GESTÃO DO SAMAE	
Atividade: 2.2114 Coleta de Lixo	
Despesa: 4 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 85.000,00

Art. 2º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 94 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Despesa: 97 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 43 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Despesa: 47 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 3º Por conta da anulação do art. 2º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2.200042 (2042) Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 95 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Despesa: 604 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Despesa: 93 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 44 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Despesa: 605 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 4º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 123 Administração Financeira	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Atividade: 2.2022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa: 15 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 5º Por conta da anulação do art. 4º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 123 Administração Financeira	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Atividade: 2.2022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa: 17 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 6º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal Planejamento e Desenvolvimento:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0019 Const. Manut. e Melh na Infraestr. Do Munic. Por meio da Secret. Planej. e Desenv	
Atividade: 2.2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Despesa: 153 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 7º Por conta da anulação do art. 6º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal Planejamento e Desenvolvimento:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0019 Const. Manut. e Melh na Infraestr. Do Munic. Por meio da Secret. Planej. e Desenv	
Atividade: 2.2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Despesa: 154 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 8º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Procuradoria Geral do Município:

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Unidade: 23 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Função: 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	
Subfunção: 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Despesa: 192 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 9º Por conta da anulação do art. 8º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Procuradoria Geral do Município:

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Unidade: 23 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Função: 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	
Subfunção: 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Despesa: 194 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 10 Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 SAÚDE	
SubFunção: 305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	
Despesa: 19 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 52 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
Despesa: 53 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.156, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.156, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
EXONERA A SERVIDORA MARLETE BERNARDI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora MARLETE BERNARDI, portadora do CPF nº 728.397.839-91, ocupante do cargo efetivo de Educadora Social, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 3.958/2010, a partir de 19/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.157, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.157, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o resultado final do Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de Gaspar, conforme publicação da classificação final dos candidatos aprovados, no dia 10 de dezembro de 2014, no site <http://www.ibam-concursos.org.br>.

Parágrafo único. Os efeitos deste decreto não atingem os cargos de Encanador, ASE III - Mecânico e ASE III - Operador de Máquinas, tendo em vista que ainda existem fases para a conclusão do certame.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Gaspar, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos, ficando facultado à administração pública a nomeação para vagas excedentes às previstas no edital.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.158, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.158, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei n.

3.601, de 08 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200134 Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	
Despesa: 74	
Modalidade: 3.3.3.5.0.00 Transferências a Instituições Privadas	R\$ 185.071,79

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 Saúde	
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2.200138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 240	
Modalidade: 3.3.3.9.0.00 Aplicações Diretas	R\$ 185.071,79

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-71/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-71/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/01/2015. VENCTO.: 17/03/2015. Tomada de preços nº.: 110/2014. OBJETO: prorrogação dos prazos e acréscimo do contrato para reforma do CDI Tia Maria Elisa. CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA (08.628.996/0001-96). Valor: R\$ 17.044,27.

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-126/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-126/2014
Início da vigência: 09/12/2014. Vencto: 08/12/2015. Pregão nº: 234/2014 Objeto: fornecimento de materiais escolares. Contratado: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (83.102.244/0001-02). Valor total: R\$ 165.895,00 (Cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

Gaspar/SC, 09 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-132/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-132/2014

Início da vigência: 16/12/2014. Vencto: 15/02/2016. Pregão nº: 245/2014 Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços para trabalho técnico social que inclui: ações informativas, articulação para parcerias, avaliação e monitoramento, mobilização e organização comunitária, atividades socioculturais, geração de trabalho e renda e educação ambiental como complementação do Trabalho Técnico Social no Residencial Milano localizado no bairro Coloninha no Município de Gaspar. Contratado: PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA (05.389.817/0001-17). Valor total: R\$ 118.200,00 (Cento e dezoito mil e duzentos reais).

Gaspar/SC, 16 de dezembro de 2014.
SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO
Secretário Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-133/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-133/2014

Início da vigência: 01/01/2015. Vencto: 31/12/2015. Pregão nº: 240/2014 Objeto: contratação de seguro para a frota de veículos municipal para o período do ano de 2015. Contratado: GENTE SEGURADORA SA (90.180.605/0001-02). Valor total: R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3.625, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.625, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera a Lei nº 2.931, de 30 de outubro de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de cadeiras de espera, bebedouros e sanitários nas agências bancárias e cooperativas de crédito.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 4º da Lei nº 2.931, de 30 de outubro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator as sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3.626, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.626, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Cria e amplia quantidade de vagas junto ao quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Administração Direta, conforme segue:

CARGOS	REF	C/H	VAGAS CRIA-DAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Fiscal de Tributos I	46	40	06	Portador de diploma de graduação em: 1) Direito; ou 2) Contabilidade; ou 3) Administração; ou 4) Economia; ou 5) Sistemas de Informação; ou 6) Ciências Atuariais	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Assistente Administrativo	45	40	07	Portador de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Assistente Social	51	40	01	Portador de diploma de graduação em Serviço Social, com registro no Conselho da Categoria Profissional	Secretaria Municipal de Saúde
Educador Físico	46	40	01	Portador de diploma de graduação em Educação Física, com registro no Conselho da Categoria Profissional	Secretaria Municipal de Saúde
Técnico em Informática	37	40	05	Portador de diploma de curso técnico em informática	Secretaria Municipal de Educação
Professor de Informática - DOC III	46	40	06	Portador de diploma de graduação em Licenciatura Plena em Informática	Secretaria Municipal de Educação
Professor de Educação Especial – DOC III	46	40	05	Portador de diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial	Secretaria Municipal de Educação
Coordenador Pedagógico – DOC III	46	40	10	Portador de diploma de graduação em Pedagogia, com habilitação na área de gestão educacional	Secretaria Municipal de Educação
Auxiliar de Professor	24	40	30	Ensino médio completo	Secretaria Municipal de Educação
Zelador/ Monitor de Ônibus	20	40	07	Ensino fundamental completo	Secretaria Municipal de Educação

Psicopedagogo Clínico	50	40	01	Portador de diploma de graduação em Licenciatura em Pedagogia com especialização em psicopedagogia clínica	Secretaria Municipal de Educação
Agente de Biblioteca	31	40	05	Ensino médio completo	Secretaria Municipal de Educação
Arte Educador – Dança	46	Até 40	07	Portador de diploma de graduação em 1) Licenciatura em Artes ou equivalente; ou 2) Educação Física com registro no Conselho da Categoria Profissional	Secretaria Municipal de Educação
Arte Educador – Teatro	46	Até 40	03	Portador de diploma de graduação em Licenciatura em Artes ou equivalente com habilitação em Teatro ou Artes Cênicas.	Secretaria Municipal de Educação
Arte Educador – Música	46	Até 40	04	Portador de diploma de graduação em Licenciatura em Artes ou equivalente com habilitação em Música.	Secretaria Municipal de Educação
Arte Educador – Artes Visuais	46	Até 40	01	Portador de diploma de graduação em Licenciatura em Artes ou equivalente com habilitação em Artes Plásticas ou Artes Visuais.	
Mediador de Leitura	46	Até 40	03	Portador de diploma de graduação em: 1) Letras; ou 2) Pedagogia; ou 3) Biblioteconomia e, em todos os casos, comprovação de capacitação em curso de mediação de leitura ou contador de história	Secretaria Municipal de Educação

Parágrafo único. As atribuições dos cargos descritos neste artigo se encontram no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Ficam ampliadas as vagas dos cargos de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta, conforme segue:

CARGOS	REF	C/H	VAGAS AMPLIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Agente de Serviços Especializados I	37	40	05	Ensino médio completo	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Agente de Serviços Especializados II	31	40	01	Ensino médio completo	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Agente de Serviços Especializados III	28	40	01	Ensino fundamental completo	Secretaria Municipal de Agricultura

Escrivário	28	40	01	Ensino fundamental completo	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
------------	----	----	----	-----------------------------	--

Engenheiro Civil	62	30	01	Portador de diploma de graduação em Engenharia Civil, com registro no Conselho da Categoria Profissional.	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Psicólogo	51/46	40/30	02	Portador de diploma de graduação em Psicologia, com registro no Conselho da Categoria Profissional.	Secretaria Municipal de Saúde
Enfermeiro	56	40	06	Portador de diploma de graduação em Enfermagem, com registro no Conselho da Categoria Profissional.	Secretaria Municipal de Saúde
Farmacêutico	51	40	02	Portador de diploma de graduação em Farmácia, com registro no Conselho da Categoria Profissional.	Secretaria Municipal de Saúde
Nutricionista	50	40	01	Portador de diploma de graduação em Nutrição, com registro no Conselho da Categoria Profissional.	Secretaria Municipal de Saúde
Técnico em Enfermagem	28	40	10	Ensino médio completo e Curso Técnico de Enfermagem com registro no COREM/SC.	Secretaria Municipal de Saúde

Técnico em Vigilância Sanitária	44	40	01	Portador de diploma de Técnico em Vigilância Sanitária.	Secretaria Municipal de Saúde
Nutricionista	50	40	01	Portador de diploma de graduação em Nutrição, com registro no Conselho da Categoria Profissional.	Secretaria Municipal de Educação

Psicólogo	51	40	01	Portador de diploma de graduação em Psicologia, com registro no Conselho da Categoria Profissional.	Secretaria Municipal de Educação
Bibliotecária	50	40	02	Portador de diploma de graduação em Biblioteconomia.	Secretaria Municipal de Educação
Professor DOC I	36	Até 40	10	Ensino médio completo ou portador de diploma de nível superior específico na área de educação, com registro no MEC.	Secretaria Municipal de Educação
Professor DOC III	46	Até 40	25	Portador de diploma de nível superior específico na área de educação, com registro no MEC.	Secretaria Municipal de Educação
Motorista	24	40	06	Carteira de Habilitação da Categoria "D"	Secretaria Municipal de Educação
Motorista	24	40	01	Carteira de Habilitação da Categoria "D"	Fundação Municipal de Esportes
Educador Social	36	40	04	Ensino médio completo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

ANEXO ÚNICO CARGOS

Fiscal de Tributos I

- Fiscalizar o lançamento e recolhimento dos tributos municipais e o cumprimento de obrigações tributárias, principal e acessórias;
- Verificar o cumprimento das obrigações tributárias por parte de contribuinte ou responsável, com ou sem estabelecimento, inscritas ou não, relativas a qualquer tributo municipal;
- Examinar a autenticidade dos documentos em que se basearam os lançamentos efetuados pelo contribuinte;
- Emitir termos para verificação fiscal;
- Efetuar a constituição do crédito tributário, bem como a imposição de multa por descumprimento de obrigação tributária, mediante lançamento de ofício por notificação fiscal;
- Realizar diligência para verificação da regularidade de documentos fiscais utilizados;
- Intimar o contribuinte ou responsável, para comparecer à repartição fazendária;
- Requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embargo ou despacho no exercício de suas funções, ou, em decorrência delas, quando seja necessário a efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção; apreender mercadorias nas hipóteses da legislação tributária, no desempenho das atribuições;
- Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- Executar outras atividades compatíveis com a função.

Assistente Administrativo

- Coordenar e executar as tarefas decorrentes dos encargos da Secretaria;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo e o registro de documentos, de forma a permitir, em qualquer época, a sua verificação;
- Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, portarias, circulares, resoluções e demais documentos;
- Redigir a correspondência que lhe for confiada, lavrar atas e termos, nos livros próprios;
- Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores;
- Apresentar ao Secretário, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
- Zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à Secretaria;
- Manter sigilo sobre assuntos pertinentes ao serviço;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com os alunos, com pais e demais segmentos da comunidade escolar;
- Realizar outras atividades correlatas com a função.

Assistente Social

- Elaborar, implementar, executar e avaliar planos, projetos, políticas e medidas socioeducativas do âmbito de atuação de serviço social;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas e estudos socioeconômicos que contribuam para o conhecimento da realidade individual, familiar e social, possibilitando eleição de alternativas de intervenção;
- Participar da elaboração e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e cultura;

- Organizar atividades ocupacionais para menores, idosos e desamparados;
- Orientar o comportamento e acompanhar grupos específicos de pessoas em face de problemas de habitação, saúde, higiene, educação, planejamento familiar e outros;
- Promover, através de entrevistas, palestras, visitas em domicílios, encaminhamentos e outros meios, a prevenção ou solução de problemas sociais identificados entre grupos específicos de pessoas;
- Organizar e manter atualizadas referências sobre as características socioeconômicas dos assistidos nas unidades de assistência social;
- Aconselhar e orientar a população nos postos de saúde, escolas e creches municipais;
- Prestar atendimento, estudar e propor soluções para recolhimento, triagem e recuperação social da população de rua;
- Prestar atendimento e adotar os procedimentos necessários ao encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas de mais tratos e abuso sexual, articulando com as autoridades competentes e providenciando condições para seu recolhimento e guarda, quando necessário;
- Organizar grupos visando a criação de associações comunitárias, grupos de geração de renda, cooperativas e outras formas de associativismo;
- Promover palestras a jovens, adultos e idosos objetivado a integração, associação ou formação de grupos para consecução de objetivos coletivos nas áreas culturais, esportivas, laborativas e de lazer;
- Desenvolver, promover e executar programas de geração de renda destinados às famílias de baixa renda;
- Promover, coordenar e executar cursos, palestras, seminários e outros destinados à formação de mão de obra de jovens e adultos, direta ou indiretamente através de órgãos especializados;
- Elaborar e executar programas de capacitação de mão de obra e sua integração no mercado de trabalho;
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoando de atividades em sua área de atuação;
- Participar das atividades administrativas de controle de apoio referentes à sua área de atuação;
- Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados;
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais de acordo com os programas federais, estaduais e municipais vigentes, implementando-os de acordo com o planejamento estratégico existente no município;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos de administração pública, empresas, entidades, e movimentos sociais, em matéria relacionada às Políticas Sociais, bem como, no exercício a defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Realizar investigação da necessidade da população em usufruir benefícios de programas federais, estaduais e municipais e realizar pareceres;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

Educador Físico

- Identificar, em conjunto com as Equipes de Saúde da Família e a comunidade, as atividades, ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas;
- Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações;

- Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pela ESF e de Atenção Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos;
- Acolher os usuários e humanizar a atenção;
- Desenvolver coletivamente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras;
- Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde;
- Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação;
- Avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos;
- Elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção da saúde;
- Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e o NASF do acompanhamento dos usuários realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvimento a responsabilidade compartilhada.

Técnico em Informática

- Elaborar programas de computador, conforme definição do analista de informática.
- Instalar e configurar softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para sua utilização.
- Organizar e controlar os materiais necessários para a execução das tarefas de
- Operar equipamentos de processamento automatizados de dados, mantendo ativa toda a malha de dispositivos conectados.
- Interpretar as mensagens exibidas no monitor, adotando as medidas necessárias.
- Notificar e informar aos usuários do sistema ou ao analista de informática, sobre qualquer falha ocorrida.
- Executar e controlar os serviços de processamento de dados nos equipamentos que opera.
- Administrar cópias de segurança, impressão e segurança dos equipamentos em sua área de atuação.
- Participar de programa de treinamento, quando convocado.
- Controlar e zelar pela correta utilização dos equipamentos.
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
- Auxiliar os professores nas tarefas didáticas quando solicitado.

Professor de Informática - DOC III

- Desenvolver ações metodológicas articuladas com o planejamento do professor de sala de aula responsável pelo ensino-aprendizagem do conhecimento específico, inclusive no laboratório.
- Atender aos alunos nos espaços do laboratório e ou salas de aulas acompanhados de seus professores regentes.
- Motivar para que professor, aluno, e qualquer outro membro da comunidade escolar, tenham acesso ao laboratório de informática. Para isso, trabalhar com o sistema de agendamento e/ou cronogramas de encontros.
- Zelar pela ambientalização da sala e pela organização do software e hardware do laboratório, disponibilizando um período de sua carga-horária de trabalho para efetivação de tal atividade de manutenção.
- Atuar como parceiro do professor regente de sala de aula.
- Elaborar cronogramas de acordo com a culminância dos projetos para divulgação do trabalho desenvolvido nos laboratórios.

- Atuar como orientador das atividades realizadas no laboratório no contexto dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos com a comunidade, por meio da metodologia de Projetos.
- Elaborar normas para funcionamento satisfatório da sala de informática.
- Participar das reuniões pedagógicas da escola pré agendadas

Professor de Educação Especial – DOC III

- Planejar e executar, em conjunto com o professor titular as atividades pedagógicas e avaliações;
 - Propor adequações curriculares nas atividades pedagógicas;
 - Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente para o planejamento das atividades;
 - Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
 - Cumprir a carga horária de trabalho na escola/ CDI, mesmo na eventual ausência do aluno;
 - Participar de capacitações na área de educação;
- dar suporte ao aluno com deficiência nos diferentes contextos educacionais: recreio dirigido, troca de fraldas, alimentação, uso do banheiro, segurança, etc.

Coordenador Pedagógico – DOC III

- Coordenar, juntamente com a direção, a elaboração e responsabilizar-se pela divulgação e execução da Proposta Pedagógica da escola, articulando essa elaboração de forma participativa e cooperativa;
- Organizar e apoiar principalmente as ações pedagógicas, propiciando sua efetividade;
- Estabelecer uma parceria com a direção da escola, que favoreça a criação de vínculos de respeito e de trocas no trabalho educativo;
- Acompanhar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem e contribuir positivamente para a busca de soluções para os problemas de aprendizagens identificados;
- Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na escola;
- Atuar de maneira integrada e integradora junto à direção e à equipe pedagógica da escola para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Coordenar e acompanhar os horários de Hora Atividade dos professores promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim como a produção de materiais didático-pedagógicos na escola, na perspectiva de uma efetiva formação continuada;
- Avaliar as práticas planejadas, discutindo com os envolvidos e sugerindo inovações;
- Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, através de registros por trimestre, orientando os docentes para a criação de propostas diferenciadas e direcionadas aos que tiveram desempenho insuficiente;
- Estabelecer metas a serem atingidas em função das demandas explicitadas no trabalho dos professores;
- Promover um clima escolar favorável à aprendizagem e ao ensino, a partir do entrosamento entre os membros da comunidade escolar e da qualidade das relações interpessoais.
- Acompanhar junto aos professores a implementação da proposta pedagógica do município.

Auxiliar de Professor

- Apoiar as crianças em suas iniciativas e incentivá-las a: brincar, movimentar-se nos espaços internos e externos, possibilitar as interações de grande grupo, pequeno grupo, de diferentes idades e individual;
- Auxiliar as crianças nas atividades de alimentação, higiene (troca de fraldas, banho, escovação de dentes, lavagem de brinquedos e

- desfralde), leitura de histórias, desenho, música, jogos coletivos, entre outras tantas propostas realizadas cotidianamente com a turma;
 - Auxiliar o professor na realização das propostas de atividade inerentes ao processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, exercendo tarefas de apoio operacional;
 - Cooperar com o professor na observação e registro das crianças (documentação Pedagógica);
 - Participar de cursos e formação continuada, oferecida pela instituição ou Secretaria da Educação. Comparecer as reuniões de pais, eventos, conforme calendário e organização da instituição;
 - Manter espaços de uso coletivo (trocador, banheira, chuveiro, armários, brinquedos, colchões) higienizados e organizados
 - Acompanhar e zelar pela boa convivência e relacionamento das crianças, auxiliando o professor responsável pela sala;
 - Trabalhar de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Instituição.
 - Zelar pelos materiais existentes na instituição de Educação Infantil e organização da sala.
 - Observar e comunicar alterações inerentes à saúde e comportamento nutricional;
 - Respeitar orientações do professor responsável pela área onde atua;
 - Executar outras atribuições afins e correlatas, sempre sob supervisão do professor e diretor da unidade.
- Zelador/Monitor de Ônibus

- Recepcionar os estudantes nos locais de embarque e conduzi-los em segurança aos veículos escolares.
- Recepcionar os estudantes, na saída das escolas e reconduzi-los em segurança aos veículos escolares.
- Auxiliar os alunos a fixarem os cintos de segurança e zelar, durante todo o percurso, pela observância das normas de segurança adequadas ao transporte de menores.
- Portar relação atualizada com o nome dos usuários do transporte, endereço, nome e telefone dos responsáveis legais e outras informações determinadas pelo município.
- Acompanhar as crianças em passeios organizados pelas escolas.
- Vigiar a disciplina das crianças e comunicar aos superiores os eventos ocorridos.
- Executar tarefas afins, especialmente as necessárias a disciplina e segurança das crianças e adolescentes das escolas.
- Fazer a limpeza dos ônibus
- Manter a limpeza da parte externa da Unidade Escolar (varrer, lavar, capinar, podar, roçar, recolher e selecionar lixo).
- Fazer reparos e manutenção do prédio (troca de telhas, limpeza de forro, consertos de portas, janelas, fechaduras, limpeza de caixa de gordura, caixa d'água).
- Reparos na parte elétrica e hidráulica (troca de lâmpadas, tomadas, manutenção de torneiras e banheiros).
- Serviços de jardinagem.
- Manutenção de mobiliário (consertos de carteiras, cadeiras e outros mobiliários).
- Cuidar da horta escolar (capinar, plantar).
- Outras funções correlatas.

Psicopedagogo Clínico

- Atendimento de crianças, jovens ou adultos, com dificuldades de aprendizagem, Dislexia, TDH, Discaulia, dentre outros;
- Profissional atua em uma linha terapêutica: onde diagnostica, desenvolve técnicas remediações, orienta pais e professores de forma que seu trabalho seja integrado e não individual;
- Participará do grupo de triagem;
- Regimento do Sefoppe: atribuições da Psicopedagoga Clínica;
- Avaliar e, se necessário, planejar condutas terapêuticas voltadas ao desenvolvimento de habilidades subjacentes a comunicação escrita e ao potencial de aprendizagem;
- Promover orientações para pais e professores atuarem em

parceria no processo de aprendizagem;

- Observar, em sala de aula, crianças e adolescentes em atendimento no SEFOPPE, quando necessário;
- Encaminhar, quando necessário, as profissionais de outras especialidades, seja internamente, a profissionais do SEFOPPE, ou externamente, a profissional lotado em Secretaria afim da Prefeitura Municipal de Gaspar;
- Avaliar as habilidades supracitadas em caráter complementar e suplementar à atuação de outros profissionais do Serviço;
- Participar de atividades intersetoriais promovidas por diversas instâncias da Prefeitura
- Municipal de Gaspar que possam contribuir positivamente na qualificação profissional e melhoria do Serviço;
- Buscar aprimoramento profissional em concordância com a área de atuação;
- Desenvolver ações pertinentes à sua área de atuação.

Agente de Biblioteca

- Executar os serviços de catalogação, empréstimos e registros de livros.
- Zelar pelo acervo, móveis e demais equipamentos do estabelecimento
- Orientar e fiscalizar a utilização do acervo a disposição.
- Estabelecer normas sob orientação da Secretaria de Educação e Departamento de Cultura sobre o atendimento ao público.
- Executar outras tarefas correlatas.

Arte Educador – Dança

- Planejar e ministrar aulas de Dança nas diversas faixas etárias;
- Montar coreografias;
- Organizar apresentações, participar de festivais e atividades gerais de estímulo à arte;
- Atuar como multiplicador cultural;
- Realizar ações de práticas artísticas para apresentações públicas;
- Aprofundar conceitos relacionados à formação de valores, como a ética e cidadania;
- Auxiliar na formatação de projetos, programas e atividades conjuntas com outras instituições que tenham interesse artístico, cultural e social;
- Gerir e dirigir espetáculos cênicos;
- Avaliar os resultados alcançados com as práticas pedagógicas e monitorar o desempenho dos alunos em frequência e evasão;
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

Arte Educador – Teatro

- Planejar e Ministrar aulas de Teatro nas diversas faixas etárias;
- Atuar como multiplicador cultural;
- Realizar ações de práticas artísticas para apresentações públicas;
- Aprofundar conceitos relacionados à formação de valores, como a ética e cidadania;
- Auxiliar na formatação de projetos, programas e atividades conjuntas com outras instituições que tenham interesse artístico, cultural e social;
- Gerir e dirigir espetáculos cênicos;
- Avaliar os resultados alcançados com as práticas pedagógicas e monitorar o desempenho dos alunos em frequência e evasão;
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

Arte Educador – Música

- Planejar e Ministrar aulas de música nas diversas faixas etárias.
- Atuar como multiplicador cultural;
- Aprofundar conceitos relacionados à formação de valores, como a ética e cidadania;
- Auxiliar na formatação de projetos, programas e atividades

conjuntas com outras instituições que tenham interesse artístico, cultural e social;

- Gerir e dirigir grupos musicais, bem como, suporte e acompanhamento em apresentações públicas;
- Avaliar os resultados alcançados com as práticas pedagógicas e monitorar o desempenho dos alunos em frequência e evasão;
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

Arte Educador – Artes Visuais

- Planejar e Ministrar aulas de Artes Visuais, em diversas linguagens artísticas e técnicas de artesanato nas diversas faixas etárias;
- Atuar como multiplicador cultural;
- Organizar exposições e atividades gerais de estímulo à arte;
- Realizar ações de práticas artísticas para apreciações públicas;
- Aprofundar conceitos relacionados à formação de valores, como a ética e cidadania;
- Auxiliar na formatação de projetos, programas e atividades conjuntas com outras instituições que tenham interesse artístico, cultural e social;
- Gerir e dirigir grupos artísticos, bem como, suporte e acompanhamento em apresentações públicas;
- Avaliar os resultados alcançados com as práticas pedagógicas e monitorar o desempenho dos alunos em frequência e evasão;
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

Mediador de Leitura

- Discutir, do ponto de vista da teoria da literatura, questões sobre a leitura e a abordagem analítica do texto;
- Criar e desenvolver oficinas de contação de história;
- Possibilitar criação de grupos e jovens escritores;
- Apontar para a construção estética dos textos, revelando-lhes o seu gênero textual;
- Auxiliar na fruição dos diversos textos – literários, jornalísticos, fílmicos, publicitários;
- Informar como se dá o processo de leitura, do ponto de vista cognitivo, psicológico e fisiológico;
- Ampliar a competência leitora e o gosto pela leitura;
- Estimular a criação de clubes de leitura e outros ambientes sociais;
- Utilizar a Internet para o como para a comunicação e a divulgação de pesquisa e estudos;
- Usar a informática como instrumento para uma melhoria da qualidade do Ensino Fundamental;
- Incentivar a renovação de métodos, técnicas e fundamentos teóricos na realização das pesquisas sobre leitura, proporcionando a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes;
- Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

PORTARIA RH 97/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 97/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) LUCIANE SILVIA MARTINS BAILER, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Projetos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 17/03/2003 a 29/08/2008, devendo folgar a partir de

12/01/2015 a 11/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CREDENCIAMENTO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, notadamente nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público que fará realizar, até 31 de dezembro de 2015, o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços contínuos de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa escrita (jornal), na forma e condições previstas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2014, Edital de Credenciamento nº 002/2014: TÍTULO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO. Interessada: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Objeto Resumido: Constitui objeto do Edital, o credenciamento de empresas jornalísticas que possuam jornais com circulação no Município de Gaspar (imprensa escrita), interessadas em prestar serviços contínuos de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar que se darão por meio da veiculação de materiais informativos e atos legais repassados aos prestadores de serviço pela própria Edilidade, via Assessoria de Imprensa da Casa de Leis, observados os valores e condições constantes deste Edital e seus Anexos. Regência: Resolução nº 78/2014, Lei federal nº 8.666/1993 e alterações, e legislação em vigor. Acesso Eletrônico ao Edital e Anexos: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Licitações e Contratos). Prazo de Entrega da Documentação: até 31 de dezembro de 2015, entre 13h e 19h, em dias de expediente da Edilidade. Local de Recebimento da Documentação: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). Comissão Julgadora: Comissão Especial de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 48/2014.

Gaspar/SC, 19 de dezembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

DELIBERAÇÃO FINAL - PROCESSO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 003/2014

Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014.

Objeto: Serviços de desenvolvimento, manutenção e hospedagem de website.

DELIBERAÇÃO FINAL

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a proximidade do término de execução e de vigência do Contrato nº CM-007/2014, firmado em 8/10/2014 com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12, o que ocorrerá em 31/12/2014;

Considerando o Ofício nº 305/2014, enviado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), informando da impossibilidade de concluir até o final do exercício de 2014 a totalidade da migração dos dados prevista no Contrato nº CM-007/2014, bem como a implantação do website.

Considerando que a Câmara de Vereadores de Gaspar necessita da prestação de serviços profissionais para desenvolvimento, manutenção e hospedagem do seu website, incluindo sistema de gerenciamento do website pela própria Edilidade e treinamento de seus servidores para sua utilização;

Considerando o desenvolvimento do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores pelo CIGA, associação pública sem fins lucrativos, ao qual o Município de Gaspar é consorciado na forma da Lei Municipal nº 2.970/2008, que "RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES SUBSCRITO PARA A CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que tem por objetivos: a) a promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina; b) a inclusão digital das Câmaras de Vereadores; c) a disponibilização de informações e serviços ao cidadão; d) o acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; e) a divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; f) a promoção da gestão transparente do Poder Legislativo municipal; e g) a economia dos recursos públicos;

Considerando que a execução do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores pelo CIGA compreende: a) a capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação ao programa, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à sua correta implantação; b) a transmissão de dados e informações geradas ou administradas pelas partes; c) a definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados ao programa contratado; d) a prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização do programa; e) a intermediação entre a Câmara de Vereadores e a(s) empresa(s) que preste(m) serviços ao CIGA em relação ao programa, no âmbito das solicitações de melhorias e evoluções tecnológicas.

Considerando que o Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores desenvolvido pelo CIGA contempla a possibilidade de acesso às informações preconizadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000) e módulo para implementação e cumprimento do disposto pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011);

Considerando que a contratação de empresa para desenvolver módulo para cumprimento do disposto pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) seria demorado e custoso

para os cofres públicos, enquanto que já é disponibilizado pelo Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores desenvolvido pelo CIGA;

Considerando que os preços propostos pelo CIGA estão de acordo com os praticados no mercado, sendo inclusive melhores que os cotados e que pagos outrora pela Edilidade;

Considerando que a contratação do CIGA para prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e hospedagem do website da Edilidade é a opção mais vantajosa para a Câmara de Vereadores de Gaspar;

Considerando que o inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/1993, o inciso III do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.107/2005 e o caput do art. 18 do Decreto federal nº 6.017/2007 permitem a contratação com consórcio público mediante dispensa de licitação;

Considerando o Ofício Interno nº 267/2014, subscrito pelo responsável pela contabilidade da Câmara de Vereadores de Gaspar, informando as dotações orçamentárias a serem observadas nos anos de 2014 e 2015;

Considerando os termos da Minuta de Prorrogação do Contrato inclusa nos autos do Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014;

Considerando que o CIGA se encontra regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas;

Considerando o que mais consta dos autos do Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014;

Considerando os princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da economicidade e da transparência;

DECIDE:

1. Ratificar todos os atos do Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014, tendo por objeto a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e hospedagem de website para a Câmara de Vereadores de Gaspar, homologando-se o processado;

2. Prorrogar o Contrato nº CM-007/2014 firmado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12, associação pública sem fins lucrativos, órgão da Administração Indireta do Município de Gaspar, para prestar os serviços decorrentes do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, notadamente o desenvolvimento, a manutenção e a hospedagem do website da Câmara de Vereadores de Gaspar, pelo valor global de R\$ 10.343,00 (dez mil, trezentos e quarenta e três reais), sendo R\$ 7.208,00 (sete mil, duzentos e oito reais) pelo serviço de migração de dados (1ª parcela de R\$ 3.708,00 a ser quitada até o final de dezembro de 2014 e a 2ª parcela de R\$ 3.500,00 a ser paga dez dias após a finalização do serviço) e R\$ 3.135,00 pelos demais serviços objeto do contrato, com pagamento até o final do mês de março de 2015;

3. Solicitar a ratificação e homologação do processado e a autorização da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar para a celebração da correspondente termo aditivo de prorrogação do Contrato nº CM-007/2014.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar, em 18/12/2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

PROCESSO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 003/2014

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

PROCESSO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 003/2014

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12.

OBJETO: Serviços de tecnologia da informação, envolvendo o desenvolvimento, implantação, migração de dados e manutenção de website, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGCV) aprovado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

VALOR: A Câmara de Vereadores de Gaspar repassará ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) o valor global de R\$ 10.343,00 (dez mil, trezentos e quarenta e três reais), sendo R\$ 7.208,00 (sete mil, duzentos e oito reais) pelo serviço de migração de dados (1ª parcela de R\$ 3.708,00 a ser quitada até o final de dezembro de 2014 e a 2ª parcela de R\$ 3.500,00 a ser paga dez dias após a finalização do serviço) e R\$ 3.135,00 pelos demais serviços objeto do contrato, com pagamento até o final do mês de março de 2015.

FUNDAMENTAÇÃO: É dispensada a realização de licitação pública com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/2005, no artigo 18 do Decreto Federal nº 6.017/2007 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/1993, e admitida a prorrogação do contrato nos termos do art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e cláusulas décima terceira e décima quarta do Contrato nº CM-007/2014.

Gaspar, 18 de dezembro de 2014.

Mesa Diretora

Marcelo de Souza Brick

Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel

Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino

Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato

Vereador - Segundo Secretário

RESOLUÇÃO Nº 82/2014

RESOLUÇÃO Nº 82/2014

Ratifica e homologa procedimento que especifica e autoriza prorrogação e alterações no Contrato nº CM-007/2014 firmado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para prestação de serviços de tecnologia da informação no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX, do Regimento Interno,

Considerando o Ofício Interno nº 268/2014, que solicita ratificação e homologação do processado nos autos do Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014, instaurado para prorrogação e alterações no Contrato nº CM-007/2014, firmado em 8/10/2014 com Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12, para prestação de serviços de

tecnologia da informação no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores;

Considerando a proximidade do término de execução e de vigência do Contrato nº CM-007/2014, o que ocorrerá em 31/12/2014;

Considerando o desenvolvimento do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores pelo CIGA, para prestação de serviços profissionais de criação e desenvolvimento de website para as Câmaras de Vereadores, incluindo sistema de gerenciamento do website pelas próprias Edilidades e treinamento de seus servidores para sua utilização, bem como sua atualização e manutenção perante servidor de Internet;

Considerando que o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) é um órgão público pertencente à Administração Indireta do Município de Gaspar, conforme Lei Municipal nº 2.970/2008, que "RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES SUBSCRITO PARA A CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Considerando que a Câmara de Vereadores de Gaspar não pode ficar sem website para divulgação de seus atos e ações à sociedade, bem como para prestar as informações preconizadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000) e pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011);

Considerando a impossibilidade técnica do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) em concluir a totalidade da migração de dados no exercício de 2014, conforme Ofício nº 305/2014 do CIGA, haja vista o grande volume de informações existentes na base de dados do atual website da Câmara de Vereadores de Gaspar;

Considerando que o inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/1993, o inciso III do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.107/2005 e o caput do art. 18 do Decreto federal nº 6.017/2007 permitem a contratação com consórcio público mediante dispensa de licitação;

Considerando que as Cláusulas Décima Terceira e Décima Quarta do Contrato nº CM-007/2014 admitem a prorrogação do contrato nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto que a Cláusula Décima Segunda permite a alteração do contrato via termo aditivo;

Considerando os recentes orçamentos obtidos para a prestação dos serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de website;

Considerando que o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) se encontra regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas;

Considerando a regularidade do processado nos autos do Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014;

Considerando a existência de dotação orçamentária para os exercícios de 2014 e 2015;

Considerando que nos termos da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013, para o exercício de 2014 as despesas decorrentes do Contrato nº CM-007/2014 devem ser suportadas pela modalidade de aplicação 3.3.90.00 - Aplicações Diretas;

Considerando que nos termos da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014, para o exercício de 2015 as despesas decorrentes do Contrato nº CM-007/2014 devem ser suportadas pela modalidade de aplicação 3.3.93.00 - Aplicação Direta com Consórcio;

Considerando os princípios da legalidade, da moralidade, da

eficiência, da economicidade e da transparência;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam ratificados todos os atos do Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014, incluindo a decisão do Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar datada de 18/12/2014, homologando-se o processado.

Art. 2º Fica autorizado o Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar a:

I - prorrogar, até 31/12/2015, o Contrato nº CM-007/2014, firmado em 8/10/2014 com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12, tendo por objeto a prestação de serviços de tecnologia da informação no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores; e

II - alterar o Contrato nº CM-007/2014 nos termos do Anexo Único desta Resolução - Minuta de Termo Aditivo.

Art. 3º Os recursos para pagamento das despesas autorizadas por esta Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara de Vereadores de Gaspar, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 18 de dezembro de 2014.
Mesa Diretora

Marcelo de Souza Brick
Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel
Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino
Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato
Vereador - Segundo Secretário

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014

O Presidente da CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis.

RESOLVE:

HOMOLOGAR a decisão do Pregoeiro Jorge Luiz Matos de Oliveira, referente ao Processo de Licitação nº 004/2014, Pregão Presencial nº 04/2014, para a contratação de empresa de desenvolvimento de sistemas de informática para prestação de serviços continuados mediante o fornecimento de solução informatizada para a gestão pública, visando o atendimento das áreas de gestão administrativa, contábil, patrimonial e pessoal, compreendendo a licença de uso temporária não exclusiva, serviços de implantação, serviços de migração, serviços de customização, capacitação, suporte técnico e manutenção corretiva e legal, nos moldes estabelecidos no Projeto Básico, cujo preço final ficou definido em R\$ 32.000,00

(trinta e dois mil reais) anuais, à empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, pessoal jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 95.836.771/0001-20.

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, para convocação da empresa vencedora do certame para a devida contratação e, havendo recusa, observar-se-ão as penas do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO N º 405

DECRETO Nº. 405/2013

Altera horário de expediente da Administração Central da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Não haverá expediente da administração central da Prefeitura Municipal de Guaramirim nos dia 24 (período vespertino), 26, 31 de dezembro de 2014, e 02 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua data de publicação.

Guaramirim/SC, 17 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2013 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013 - FMAS

Processo de licitação: 05/2013 - FMAS

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA VEREADOR JOÃO PEREIRA LIMA S/Nº, AMIZADE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO ABRIGO INSTITUCIONAL (LAR DAS CRIANÇAS).

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

LOCADOR: VLJ Empreendimentos Imobiliários LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 14.979.112/0001-40, com sede na rua 28 de Agosto, n.º 1939, Centro, Guaramirim-SC.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 11/11/2014 a 10/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 2.339,34 (dois mil trezentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos)

Data da Assinatura: 10/11/2014

GUARAMIRIM (SC), 18/12/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO 007/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 007//2012-PMG

Processo de Licitação: 05/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E URBANIZAÇÃO DA RUA HERVINO HANEMANN COM EXTENSÃO DE 646,65 METROS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE ESTE MUNICÍPIO E A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES - CONTRATO DE REPASSE N.º 334.673-92.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Conpla Construções e Planejamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 332 s/nº Bairro Itinga, no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 19/01/2015..

Data da Assinatura: 18/07/2014 Vigência 19/01/2015

GUARAMIRIM (SC), 18 de julho de 2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 454

PORTARIA Nº 454/2014

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE

Ana Carolina Jerônimo Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Ana Carolina Jerônimo Oliveira, na função de Agente Administrativo II, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 11 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 455

PORTARIA Nº 455/2014

NOMEIA Soeli de Fátima Rosa .

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Soeli de Fátima Rosa, na função de Conselheira

Tutelar, vinculada a Secretaria de desenvolvimento social e habitação, a partir de 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 452

PORTARIA Nº 452/2014

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE

Kátia Milena Paulina Lougon.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Kátia Milena Paulina Lougon , na função de Professora de Educação Física 20 horas, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 10 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 453

PORTARIA Nº 453/2014

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE

Kátia Jeane Junks Campigotto.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Kátia Jeane Junks Campigotto, na função de Professora III 20 horas, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 09 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 02

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº.03/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 01/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL.

CONTRATADO: GOVERNANÇABRASIL S/A TEC E GESTÃO EM SERVIÇOS

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Locação de Sistema no Setor de Tributos de 01 de janeiro de 2015 até 31 de março de 2015, bem como fica reajustado seu valor em 3,6543%. (IGP-M Dezembro/2013 a Novembro/2014).

VALOR TOTAL R\$ 1.354,20

Guarujá do Sul, SC, 17 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº.04/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 02/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL.

CONTRATADO: GOVERNANÇABRASIL S/A TECN E GESTÃO EM SERVIÇOS

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Locação de Sistema no AR - CIDADÃO - WEB de 01 de janeiro de 2015 até 31 de março de 2015, bem como fica reajustado seu valor em 3,6543%. (IGP-M Dezembro/2013 a Novembro/2014).

VALOR TOTAL R\$ 1.116,45

Guarujá do Sul, SC, 17 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO - PREF 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO

TERMO DE CONCESSÃO Nº 01/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2014 - CONCORRENCIA Nº. 02/2014.

CONCEDENTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONCESSIONARIO: MARISA MARTINS 03815850932

OBJETO: Concessão dos serviços públicos de exploração de sala do Terminal Rodoviário, composto de sala de vendas de passagem, dois banheiros, com aproximadamente 103,71 m² e área coberta destinada aos box de estacionamento para ônibus, com área de 374 m², totalizando uma área de 477, 71 m², situado na Avenida João Pessoa, centro de Guarujá do Sul.

VALOR MENSAL: R\$ 400,00

PRAZO: 31 de dezembro de 2016.

Guarujá do Sul, SC, 18 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1363/2014

PORTARIA Nº 1363/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 18 de dezembro de 2014, da servidora LILIAN TÂNIA AMORIN (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2014

OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços especializados para a realização de processo seletivo e para admissão de servidores em caráter temporário e concurso público para admissão de servidores em caráter permanente, para a Secretaria de Educação Cultura e Esportes e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

CONTRATADO

Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC

VALOR CONTRATO

R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 12 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 157, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 157, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no que estabelece o art. 31, inciso 1º da Lei Complementar nº. 05, de 04 de abril de 2008 e no art. 31, inciso 3º da Lei Complementar nº. 12, de 01 de novembro de 2011 e demais disposições em vigor,

DECRETO:

Art. 1º Fica decretada a realização da Progressão Funcional Horizontal do Magistério do Município de Imaruí, nos próximos dias 18 e 19 de dezembro/2014, no horário das 13h00min as 19h00min, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, sendo os cursos correspondentes a 2013 e 2014 para o cômputo das horas de aperfeiçoamento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 18 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 158, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 158, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$26.200,00 (Vinte e seis mil e duzentos reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	132	1000	Obrigações Patronais	6.000,00

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			

PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	332	1000	Obrigações Patronais	5.400,00
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	331	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	12.200,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	347	1000	Obrigações Patronais	2.600,00
Total Suplementação				26.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	142	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	6.000,00

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.92.00.00.00.00	334	1000	Despesas Exercícios Anteriores	500,00
3.3.90.14.00.00.00.00	336	1000	Diárias Civil	1.670,00
3.3.90.30.00.00.00.00	337	1000	Material de Consumo	830,00
3.3.90.39.00.00.00.00	340	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.900,00
3.3.90.92.00.00.00.00	343	1000	Despesas Exercícios Anteriores	500,00
Dotação-Elemento	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	337	1000	Material de Consumo	12.200,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			

Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	337	1000	Material de Consumo	1.600,00
3.3.90.36.00.00.00.00	351	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.000,00
Total Suplementação			26.200,00	

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 18 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 159, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 159, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$180.000,00,00 (Cento e oitenta mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE		
UNIDADE – 07.02		DIRETORIA DE ENSINO		
PROJ/ATIV. – 2.027		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR		
Dotação-Elemento	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	182	1.018	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	20.000,00
ÓRGÃO – 07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE		
UNIDADE – 07.02		DIRETORIA DE ENSINO		
PROJ/ATIV. – 2.028		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE		
Dotação-Elemento	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	195	1.018	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	20.000,00
ÓRGÃO – 07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE		
UNIDADE – 07.02		DIRETORIA DE ENSINO		
PROJ/ATIV. – 2.031		MANUTENÇÃO FUNDEB		

Dotação-Elemento	Cód. resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.11.00.00.00.00	231	1.018	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	60.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	232	1.019	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	20.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	386	1.018	Indenizações e Restituições Trabalhistas	30.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	387	1.019	Indenizações e Restituições Trabalhistas	30.000,00
Total Suplementação			180.000,00	

Art. 2º - Para atendimento Abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do FUNDEB, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), por conta de excesso de arrecadação da fonte de recursos, de acordo com o previsto na Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.761, de 23 de Dezembro de 2.013, Art. 10, e autorização citado no Prejulgado TCE/SC 1312, conforme arts. 165, §8º, da Constituição Federal e 7º, I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 18 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº.156 DE 18 DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO GP Nº.156 DE 18 DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, criado pela Lei nº. 1.359, de 04 de fevereiro de 2009, os seguintes membros:

I - REPRESENTANTE DE DIRETORES:

- a- Miria Valmíria Vieira (titular);(Presidente);
- b- Josiane Corrêa Venâncio (suplente);

II - REPRESENTANTE DE PROFESSORES:

- a- Sirley Souza Cardoso de Sousa (titular);
- b- Rosa Manoel Cardoso (suplente);

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE:

- a- Vânia de Souza Silveira (titular);
- b- Ismael Sousa Vieira (suplente);

IV - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

- a- Sabrina Feliciano da conceição (titular)

b- Adriane dos Passos da Rosa (suplente);

V - REPRESENTANTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

a- Vanderleia Ivete Marques Matos (titular);

b- Marta da Silva Maia (suplente);

VI - REPRESENTANTE DOS PAIS:

a- Carolina Pedro Vieira Nunes (titular);

b- Cristiane dos Santos Carvalho (suplente);

c- Cristina Gonçalves Cardoso (titular);

d- Claudirene Oswaldo Fernandes (suplente);

VII - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES:

a- Aline Goulart da Rosa (titular);

b- Maria Fernanda da Silva Pereira (titular);

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

a- Viviane Carvalho Selvino (titular);

b- Denise Casemiro Fortunato (Suplente)

VIV - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

c- Eliane Silveira Cabral (titular); (Vice-Presidente);

d- Jair Paulo (Suplente)

X - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS:

a- João Pedro Lino do Rosário

b- Stefanni Matos Cardoso

Art. 2. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se os Decretos GP nº 145, de 23 de agosto de 2011 e nº 156, de 02 de dezembro de 2014, bem como todas as disposições em contrário.

Imaruí, 18 de dezembro de 2012.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 152/2014.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 152/2014.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$957,00 (Novecentos e cinquenta e sete reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód. resumo	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	115	1.000	Obrigações Patronais	957,00
Total Suplementação				957,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			

PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	117	1.000	Material de Consumo	200,00
3.3.90.39.00.00.00.00	119	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	257,00
4.4.90.52.00.00.00.00	120	1.000	Equipamentos e Material Permanente	500,00
Total Suplementação				957,00

LEIA-SE:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$957,00 (Novecentos e cinquenta e sete reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	115	1.000	Obrigações Patronais	957,00
Total Suplementação				957,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURÍDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	117	1.000	Material de Consumo	200,00
3.3.90.39.00.00.00.00	119	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	257,00
4.4.90.52.00.00.00.00	120	1.000	Equipamentos e Material Permanente	500,00
Total Suplementação				957,00

Permanecem em vigor os artigos deste Decreto nº 152, de 16 de dezembro de 2014.

Os efeitos desta errata retroagem desde o dia 17 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 153/2014.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 153/2014.

ONDE SE LÊ:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$7.200,00 (Sete mil e duzentos reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	45	1.064	Obrigações Patronais	7.200,00
Total Suplementação				7.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód. resumi- do	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	110	1.064	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	7.200,00
Total Suplementação				7.200,00

LEIA-SE:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2014, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento DO Fundo Municipal de Saúde, exercício 2014, no importe de R\$7.200,00 (Sete mil e duzentos reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	45	1.064	Obrigações Patronais	7.200,00
Total Suplementação				7.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	110	1.064	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	7.200,00
Total Suplementação				7.200,00

Permanecem em vigor os artigos deste Decreto nº 153, de 16 de dezembro de 2014.

Os efeitos desta errata retroagem desde o dia 17 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 142/2014

EDITAL SEAGP Nº 142/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Dezembro a 17 de Janeiro de 2015, no horário das 14h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de dezembro de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 142/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Elizangela da Silva Lino

PORTARIA PMI/DGP Nº 539/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 539, de 18 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessor IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessor IV, o Sr. RAMON ANTUNES CARDOSO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 073.522.589-30, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/DGP Nº 540/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 540, de 18 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a demissão de Técnica em Contabilidade, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em caráter temporário através da PORTARIA PMI/DGP Nº 441/2013, para exercer o cargo/emprego público de Técnica em Contabilidade, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Demissão
Márcia Aparecida da Silva Luiz	022.899.339-37	31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 31 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de dezembro de 2014.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 112/2014 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 184/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 07 de janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a contratação de empresa adequada para fornecimento de alimentação escolar para os centros de educação infantil e unidades escolares da rede pública municipal do município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária da Educação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO DE TRÂNSITO E EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE – PM IMBITUBA - EDITAL 1758/2014 A 1793/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba/SC

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1758/2014 a 1793/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1758/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BJH6225	55696203E	6599/2	09/09/2014	230 * V
BOF2920	55699363E	6599/2	28/09/2014	230 * V
BOF2920	55699364E	5010/0	28/09/2014	162 * I
BOF2920	55699365E	6912/0	28/09/2014	232
BOF2920	55699366E	6637/2	28/09/2014	230 * IX
CAF9190	55696394E	6912/0	30/08/2014	232
CET3294	55031441E	6912/0	23/09/2014	232
HGZ0551	55695784E	5010/0	27/09/2014	162 * I
IBO7028	55696945E	6769/1	09/09/2014	230 * XXII
ICY4895	55695893E	6670/0	19/09/2014	230 * XIII
IKV9133	55697677E	6599/2	30/08/2014	230 * V
IMQ4670	55696897E	6912/0	25/09/2014	232
JOC8035	55696299E	7358/0	27/08/2014	252 * V
LWS3564	55695507E	6599/2	10/09/2014	230 * V
LWS3564	55695508E	5010/0	10/09/2014	162 * I
LXV2774	55696396E	6599/2	04/09/2014	230 * V
LXX6064	55696822E	6599/2	30/08/2014	230 * V
LXX6064	55696880E	5010/0	30/08/2014	162 * I
LYN6940	55697726E	5010/0	30/08/2014	162 * I
LYN6940	55697727E	5061/0	30/08/2014	163 c/c 162 * I
LYR3725	55696399E	6599/2	08/09/2014	230 * V
LYR9198	55696944E	6769/1	08/09/2014	230 * XXII
LZD5759	55696879E	5045/0	29/08/2014	162 * V
LZL9457	55031280E	5010/0	30/08/2014	162 * I
LZL9457	55031281E	6637/2	30/08/2014	230 * IX
MBI1706	55028872E	6599/2	08/09/2014	230 * V
MBM4986	55031278E	6599/2	28/08/2014	230 * V
MBM4986	55031279E	6637/2	28/08/2014	230 * IX
MBP0474	55029879E	6912/0	19/09/2014	232
MBP0552	55699402E	6599/2	31/08/2014	230 * V
MBP0552	55699403E	5010/0	31/08/2014	162 * I
MBP0552	55699404E	5061/0	31/08/2014	163 c/c 162 * I
MBW4185	55696206E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MBW4185	55696207E	5045/0	10/09/2014	162 * V
MCC7965	55696228E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MCE3961	55029174E	6637/1	28/09/2014	230 * IX
MEJ3972	55695889E	6637/1	30/08/2014	230 * IX
MEJ3972	55697601E	5010/0	30/08/2014	162 * I
MEN8163	55695969E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MEN8163	55695970E	6912/0	01/09/2014	232
MER8096	55696996E	6556/1	27/08/2014	230 * I
MER8096	55696997E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MFT2695	55695785E	6599/2	27/09/2014	230 * V
MGG3073	55695966E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MIL6393	55695928E	6599/2	22/08/2014	230 * V
MIS3477	55695565E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MIU5364	55696995E	6769/1	22/08/2014	230 * XXII
MJM5740	55696391E	6912/0	29/08/2014	232
MLO5145	55697691E	6912/0	29/09/2014	232
MMF3330	55699454E	6670/0	22/08/2014	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

(ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1759/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABE6630	55695965E	5452/1	29/08/2014	181 * VIII
ACS8280	55696133E	7455/0	25/09/2014	218 * I
ACS8280	55697739E	7366/2	22/09/2014	252 * VI
AHW9777	55696054E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
APB5449	55699408E	5541/4	02/09/2014	181 * XVII
AQM9756	55697583E	7455/0	28/08/2014	218 * I
BSF3964	55697588E	7455/0	28/08/2014	218 * I
BUJ4100	55696102E	5541/5	04/09/2014	181 * XVII
COL7956	55697548E	5541/4	03/09/2014	181 * XVII
CXL5512	55697596E	5185/1	01/09/2014	167
ERR6678	55696087E	7455/0	26/09/2014	218 * I
IEV5641	55697574E	7455/0	28/08/2014	218 * I
IOP0439	54707683E	5525/0	07/09/2014	181 * XV
JCJ0113	55697760E	5525/0	02/09/2014	181 * XV
JOC8035	55699457E	5185/1	27/08/2014	167
LZL9457	55695888E	5835/0	30/08/2014	195
MBC7592	55696081E	7463/0	25/09/2014	218 * II
MBP0552	55699405E	5215/2	31/08/2014	170
MBP0552	55699406E	5835/0	31/08/2014	195
MBP0552	55699407E	6076/0	31/08/2014	210
MBR9590	55697689E	5185/2	24/09/2014	167
MCB1373	55697593E	5541/1	01/09/2014	181 * XVII
MCI5729	55697550E	5541/1	03/09/2014	181 * XVII
MCL1602	55029989E	5541/4	27/09/2014	181 * XVII
MCL4075	55031157E	7030/2	28/08/2014	244 * I
MCL4075	55031158E	5835/0	28/08/2014	195
MCW0090	55695663E	5541/1	26/09/2014	181 * XVII
MDB1473	55697591E	5185/1	30/08/2014	167
MDB5789	55695667E	5541/5	26/09/2014	181 * XVII
MDN8203	55697590E	7455/0	28/08/2014	218 * I
MER8096	54708012E	7030/4	27/08/2014	244 * I
MER8096	54708013E	7056/1	27/08/2014	244 * III
MER8096	54708014E	5835/0	27/08/2014	195
MEX4381	55697573E	7463/0	28/08/2014	218 * II
MFJ1226	55029990E	5541/4	27/09/2014	181 * XVII
MFR9204	55696092E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MGD6940	55029991E	5541/4	27/09/2014	181 * XVII
MGF9369	55696073E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MHA0670	55699474E	5541/7	22/09/2014	181 * XVII
MHP4745	55697543E	7463/0	28/08/2014	218 * II
MHP5445	55695518E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MHR2086	55696139E	7463/0	25/09/2014	218 * II
MIA2436	55696058E	7463/0	09/09/2014	218 * II
MIH0893	55699253E	5541/4	19/09/2014	181 * XVII
MIK6288	55029858E	5835/0	02/09/2014	195
MIL6393	55695990E	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
MJK7227	55697514E	7463/0	28/08/2014	218 * II
MJO3502	55697557E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MJR4544	54707676E	5525/0	31/08/2014	181 * XV
MJS6218	55696084E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MJS6499	55696061E	7455/0	09/09/2014	218 * I
MJS9684	55697519E	7463/0	28/08/2014	218 * II
MKA5547	55697565E	7463/0	28/08/2014	218 * II
MKE2676	55696128E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MKE6945	55029877E	7366/2	11/09/2014	252 * VI
MKE8480	55699410E	5541/1	02/09/2014	181 * XVII
MKM8268	55697549E	5541/6	03/09/2014	181 * XVII
MKX6250	55696075E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MKY9092	55697577E	7455/0	28/08/2014	218 * I
MKZ5706	55697631E	7366/2	22/09/2014	252 * VI
MLD9301	55697561E	7463/0	28/08/2014	218 * II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MLG3883	55696093E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MLG4445	55695654E	5541/1	23/09/2014	181 * XVII
MLL7818	55697513E	7463/0	28/08/2014	218 * II
MLN6234	55697517E	7455/0	28/08/2014	218 * I
MLZ5984	55697600E	5541/1	03/09/2014	181 * XVII
MMF3330	55029873E	5835/0	02/09/2014	195
MMK9511	55697522E	7455/0	28/08/2014	218 * I
MML4946	55697540E	7463/0	28/08/2014	218 * II
QHC0755	55696222E	5452/2	22/09/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1760/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXA8133	55029250E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
MCV8067	55696757E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
MCV8067	55696957E	5010/0	23/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCV8067	55696958E	5061/0	23/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDG0842	55697657E	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDO3281	55028781E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
MDP2293	55695919E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDS2991	55029217E	6920/0	23/04/2014	R\$ 127,69	233
MDT1277	55028936E	6912/0	27/05/2014	R\$ 53,20	232
MEN8108	55848339C	6556/5	07/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEU9969	55028939E	6599/2	28/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEU9969	55028940E	6556/1	28/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEU9969	55028941E	5274/1	28/05/2014	R\$ 191,53	175
MIN0251	55697806E	5045/0	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJJ9073	55697976E	5010/0	22/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1761/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEZ1174	55797487D	5541/4	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJT4928	55697930E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
IPR2087	55029314E	7366/2	11/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
JPF3240	55029058E	5541/1	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JUF3329	55695913E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
LXY4131	55695865E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
LYZ2139	55029117E	5541/4	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDO3281	55028779E	5452/2	28/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDQ3360	55031477E	5428/1	20/04/2014	R\$ 191,53	181 * V
MEN2483	55696341E	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU9969	55028942E	5835/0	28/05/2014	R\$ 127,69	195
MHD6665	55695755E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
MID5116	55697805E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MLA8929	55697892E	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD4507	55695826E	7366/2	29/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLI6593	55029265E	7366/2	09/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLN9582	55032714E	7366/2	14/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1762/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCX5479	55029601E	6912/0	09/09/2014	232
CCX5479	55029602E	5029/1	09/09/2014	162 * II
CMB9348	55031136E	6599/2	14/09/2014	230 * V
CRT1575	55697731E	6769/2	12/09/2014	230 * XXII
HGZ0551	55031290E	6912/0	05/10/2014	232
IBR0975	55699461E	6769/1	09/09/2014	230 * XXII
LCQ8296	55695994E	6599/2	03/10/2014	230 * V
LXR0945	55696208E	6599/2	11/09/2014	230 * V
LXR1835	55699467E	6912/0	15/09/2014	232
LXZ0835	55695504E	5010/0	10/09/2014	162 * I
LXZ0835	55695505E	6599/2	10/09/2014	230 * V
LYI8082	55695510E	6769/1	12/09/2014	230 * XXII
LYQ5556	55699462E	6599/2	09/09/2014	230 * V
LZT5661	55696823E	5037/1	05/09/2014	162 * III
LZX1725	55696827E	6769/1	08/09/2014	230 * XXII
MAT0123	55697618E	5045/0	12/09/2014	162 * V
MBH6500	55696947E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MBH6500	55696948E	5010/0	10/09/2014	162 * I
MBK6610	55699463E	5010/0	10/09/2014	162 * I
MBO5474	55029876E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MBT1354	55699367E	6637/1	01/10/2014	230 * IX
MBU5883	55695892E	6599/2	12/09/2014	230 * V
MDJ7669	55029177E	6599/2	04/10/2014	230 * V
MDJ7669	55699418E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MDJ7669	55699419E	6580/0	04/10/2014	230 * IV
MDS4685	55697606E	6637/2	05/09/2014	230 * IX
MF12751	55028873E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MGH6395	55695502E	5010/0	09/09/2014	162 * I
MGH6395	55695503E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MHQ9746	55695514E	6769/1	15/09/2014	230 * XXII
MHQ9746	55695515E	5274/1	15/09/2014	175
MHZ2787	55695511E	6637/1	12/09/2014	230 * IX
MIR9071	55029176E	6556/1	04/10/2014	230 * I
MJT8336	55695973E	6599/2	05/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1763/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA2767	55696060E	7455/0	09/09/2014	218 * I
CCX5479	55695972E	5886/0	09/09/2014	200
IBO7028	55029878E	5835/0	12/09/2014	195
IGS5482	55697683E	5185/2	15/09/2014	167
LYA4461	55029885E	6122/0	03/10/2014	214 * I
LZV6731	55696204E	5835/0	09/09/2014	195
MBX4825	55695996E	5541/1	03/10/2014	181 * XVII
MCU0623	55699413E	5541/4	10/09/2014	181 * XVII
MDA4355	55696232E	7366/2	05/10/2014	252 * VI
MDI8706	55029317E	5835/0	02/10/2014	195



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDY2264	55697521E	7455/0	28/08/2014	218 * I
MGD6673	55029884E	5541/1	06/10/2014	181 * XVII
MGQ6489	55696099E	5541/1	02/10/2014	181 * XVII
MGR3762	55696108E	7455/0	09/09/2014	218 * I
MIP6226	55695933E	7366/2	28/08/2014	252 * VI
MIR9071	55029175E	5541/1	04/10/2014	181 * XVII
MJM7584	55029608E	5541/6	07/10/2014	181 * XVII
MRF9971	55695979E	5436/0	05/09/2014	181 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1764/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABL0786	55697989E	5061/0	30/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
ABL0786	55697990E	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXE2885	55032549E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXE2885	55032550E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
LYZ1595	54108248D	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAM9044	55030737E	6599/2	27/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAM9044	55030738E	5010/0	27/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBW1458	55697940E	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
MCK9166	55029283E	6602/0	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MDQ1584	55029276E	6602/0	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MEW2462	55029224E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1765/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DAE5254	55696309E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
DID8232	55696902E	5835/0	08/07/2014	R\$ 127,69	195
DID8232	55697901E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
LNA1011	55697822E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
LYZ1595	54108249D	5819/1	17/06/2014	R\$ 574,61	193
LYZ3198	55030429E	5479/0	26/07/2014	R\$ 85,12	181 * X
MCM1252	55697861E	5185/1	26/07/2014	R\$ 127,69	167
MCW0647	55030414E	5460/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MGJ8414	55028963E	5550/0	20/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIH7571	55696366E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MLO6220	55696262E	7366/2	24/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLS6795	55697866E	5185/1	29/07/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1766/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADW9680	55029986E	6599/2	19/09/2014	230 * V
BXB7919	55697621E	5010/0	15/09/2014	162 * I
BXB7919	55697622E	6912/0	15/09/2014	232
CNA8557	55695556E	6599/2	15/09/2014	230 * V
DDY5703	55700251E	5169/1	11/10/2014	165
DVN4777	55028875E	5045/0	13/09/2014	162 * V
HGZ0551	55699427E	6912/0	12/10/2014	232
HPH0713	55031133E	6610/2	13/09/2014	230 * VII
JNZ5435	55695778E	6769/1	05/09/2014	230 * XXII
MAR2693	55699468E	5010/0	15/09/2014	162 * I
MAU4271	55695988E	5010/0	14/09/2014	162 * I
MBB7555	55695789E	6610/2	09/10/2014	230 * VII
MBJ8918	55699471E	6769/1	15/09/2014	230 * XXII
MBK8113	55696777E	6599/2	15/09/2014	230 * V
MBK9626	55696774E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MBQ5010	55029881E	6769/1	19/09/2014	230 * XXII
MBW0293	55696888E	5010/0	12/09/2014	162 * I
MBY7381	55699473E	5010/0	19/09/2014	162 * I
MCW3629	55695987E	5029/2	13/09/2014	162 * II
MDE7274	55699470E	5010/0	15/09/2014	162 * I
MDI9677	55028882E	6599/2	10/10/2014	230 * V
MDK4447	55695506E	6769/1	10/09/2014	230 * XXII
MDQ4675	55695555E	5010/0	15/09/2014	162 * I
MDR9344	55697620E	6912/0	15/09/2014	232
MDV6402	55699381E	5274/1	14/10/2014	175
MEE1311	55030746E	5010/0	07/09/2014	162 * I
MEG8218	55699460E	6556/5	05/09/2014	230 * I
MEJ2224	55697628E	6700/0	19/09/2014	230 * XVI
MEO8067	55696781E	5010/0	11/10/2014	162 * I
MEO8067	55696782E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MEO8067	55696783E	6580/0	11/10/2014	230 * IV
MFJ7353	55697682E	6670/0	12/09/2014	230 * XIII
MFY5910	55695559E	6599/2	19/09/2014	230 * V
MFY5910	55695560E	6912/0	19/09/2014	232
MGD5951	55697736E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MGD5951	55697737E	6580/0	17/09/2014	230 * IV
MIP9716	55695780E	6599/2	15/09/2014	230 * V
MIP9716	55695781E	5045/0	15/09/2014	162 * V
MJZ1605	55696893E	6912/0	15/09/2014	232
MJZ1605	55696894E	6769/1	15/09/2014	230 * XXII
MLF1660	55699472E	6912/0	15/09/2014	232
MLH9737	55697735E	5045/0	19/09/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1767/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CQR4678	55696218E	5185/1	17/09/2014	167
HGZ0551	55031448E	5185/1	11/10/2014	167
HIK0710	55695976E	5436/0	05/09/2014	181 * VI
HOW5355	55696220E	7366/2	20/09/2014	252 * VI
HPH0713	55030747E	5835/0	13/09/2014	195
HPH0713	55030748E	5452/1	13/09/2014	181 * VIII
KQE0040	55695977E	5452/4	05/09/2014	181 * VIII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

KQE0040	55695978E	5452/4	05/09/2014	181 * VIII
LWT0043	55696210E	5185/1	12/09/2014	167
LXW9882	55695997E	5509/0	11/10/2014	181 * XIII
MDH6733	55696117E	5541/4	18/09/2014	181 * XVII
MEB9545	55029351E	7366/2	08/10/2014	252 * VI
MFI6262	54707694E	5525/0	16/09/2014	181 * XV
MFK7932	55031440E	5185/1	22/09/2014	167
MGS2845	55031063E	5525/0	20/09/2014	181 * XV
MIX3532	55029358E	5541/1	09/10/2014	181 * XVII
MKT6772	55696067E	5541/5	18/09/2014	181 * XVII
MMM8175	55030316E	5541/4	05/09/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1768/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOB0808	55028862E	6599/2	13/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
BNZ7010	55029304E	5045/0	18/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
BXE1861	55030362E	6920/0	23/05/2014	R\$ 127,69	233
CEK5493	55031224E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
CVJ0652	55030467E	6769/2	13/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
CZE0373	55029978E	5045/0	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
DCN6167	55030360E	6920/0	21/05/2014	R\$ 127,69	233
DJE9913	55699452E	6599/2	22/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
DVD9818	55695877E	6769/1	16/08/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
DYT4918	55696370E	5045/0	28/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
DYT4918	55696371E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
EEW0694	55031216E	6920/0	20/06/2014	R\$ 127,69	233
FGX0905	55028944E	5029/1	13/06/2014	R\$ 957,69	162 * II
FGX0905	55028945E	6637/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
FGX0905	55028946E	6637/2	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
HVT2643	55029468E	6599/2	16/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
HXO4146	55028943E	5045/0	12/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
IAR7406	55031496E	5010/0	06/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
IW4503	55030391E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233
IMI8985	55030356E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
JFP8175	55696802E	5010/0	15/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
JFP8175	55696803E	5118/0	15/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KGV0716	55030364E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
LCS9786	55030370E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
LXK8177	55030471E	6556/5	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXM2846	55029980E	5045/0	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXM2846	55029981E	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
LYF9632	55029781E	6610/2	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYF9632	55029782E	6637/2	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYK0383	55030379E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
LYQ7725	55031124E	6653/2	29/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MAA2214	55797488D	5169/1	02/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MAF6085	55029784E	6912/0	29/07/2014	R\$ 53,20	232
MAL4521	55696916E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL4521	55696918E	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
MAV0664	55029776E	5010/0	16/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAV0664	55029777E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAV0664	55029778E	6912/0	16/07/2014	R\$ 53,20	232
MAV0664	55029779E	6637/2	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBW5229	55029516E	5010/0	16/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCC2182	54108243D	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCD1952	55028791E	6599/2	04/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCJ6208	55695770E	6912/0	25/08/2014	R\$ 53,20	232
MCY7425	55695908E	6912/0	05/08/2014	R\$ 53,20	232
MDN9014	55029530E	6610/2	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDP4556	55696920E	5045/0	30/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEA7758	55030361E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MEE0139	55030493E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEK9993	55029982E	6912/0	26/07/2014	R\$ 53,20	232
MET8353	55029067E	6912/0	06/06/2014	R\$ 53,20	232
MEY3197	55029970E	6912/0	18/07/2014	R\$ 53,20	232
MEY3197	55695765E	5045/0	06/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFV4034	55030383E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
MFV4307	55030388E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MGD9478	55695911E	5010/0	07/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGD9478	55695912E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGT4662	55029869E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGY4334	55695759E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHA5405	55695831E	6599/2	01/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHH2394	55697817E	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHH2394	55697818E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHT4731	55030393E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MHU9699	55030735E	6599/2	27/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHU9699	55030736E	6637/2	27/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHX8599	55697986E	6599/2	29/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIP5794	55030354E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
MJG5855	55030366E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
MJK1659	55029515E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJL5284	55029524E	5045/0	23/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJP5223	55029821E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJP5223	55029822E	5010/0	22/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJZ1605	55030351E	6920/0	24/05/2014	R\$ 127,69	233
MKD5203	55029851E	5045/0	11/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKT1652	55696811E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLQ9313	55696807E	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
NWD6632	55697807E	5045/0	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1769/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFG8321	54707650E	5550/0	14/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AHL7740	55696303E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
AQM9756	55696444E	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BEM1258	55696804E	5541/1	19/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BSF3964	55697956E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
CBR7674	55029080E	5380/0	25/07/2014	R\$ 85,12	181 * I
CJU7954	55696406E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
CPD0634	55695823E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
CQT1544	55030459E	5720/0	10/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
CYZ7224	55696422E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
DIQ5206	54704787E	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
GUC1987	55697980E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
HXP6528	55696910E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
IEV9599	55695837E	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
IJK2194	55697854E	7366/2	23/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
KAU1857	55696851E	6564/0	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * II
KVU2932	55029539E	5509/0	31/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LXV4997	55697857E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
LYH5821	54704791E	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYH5821	55029802E	5509/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LYU7946	55696301E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
LYV3959	55696304E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MAM8551	54704784E	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR5884	55697919E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MAR5884	55697993E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MCC4447	55696923E	5835/0	04/08/2014	R\$ 127,69	195
MCY7425	55695906E	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
MCY9065	55029267E	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
MDG0566	55696256E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDL3757	55029510E	5541/6	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC1306	55695760E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MEC1306	55697863E	5185/1	26/07/2014	R\$ 127,69	167
MEJ5274	55696269E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MEQ6076	55029520E	5207/0	20/07/2014	R\$ 53,20	169
MER4554	55696409E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MEV2601	55696401E	5452/1	08/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEX1656	55696404E	5541/5	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX1656	55697972E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MFC3132	55696860E	5541/1	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL6066	55696310E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MFN5694	55032725E	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ2747	54707642E	5541/1	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR8565	55696854E	7366/2	17/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGU5427	55697941E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MGZ0795	55697969E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MHK3648	54704796E	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL3898	55697536E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHQ0781	55031123E	5541/1	29/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR3492	55028598E	5541/4	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT3439	55697948E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MIA7154	55697758E	7307/0	05/08/2014	R\$ 85,12	251 * II
MII9376	55696324E	7366/2	01/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIJ6197	54704785E	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIM0826	55696321E	5541/1	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ6837	55029507E	5541/1	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIS4605	55696263E	5541/4	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX0642	55032724E	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX4647	55697935E	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
MIY4936	55697995E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
MJI6944	55697869E	7366/2	31/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJV9293	55696272E	5436/0	31/07/2014	R\$ 85,12	181 * VI
MJY7499	54704793E	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC3398	55695844E	7463/0	05/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKP6345	55695809E	7030/2	15/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MKQ9856	55031053E	7463/0	24/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKV3758	55696434E	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV4795	55697569E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW7602	55696908E	5550/0	17/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVII
MKZ8670	55029818E	5541/3	19/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC8941	55030308E	5452/1	22/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
OKE7414	55030456E	5720/0	10/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
QHC0755	55695901E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1770/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDG5120	55697684E	6700/0	19/09/2014	230 * XVI
CHH5856	55700351E	6599/2	17/10/2014	230 * V
IJR4149	55697741E	6912/0	24/09/2014	232
LVN1701	55699360E	6769/2	21/09/2014	230 * XXII
LWU1545	55696151E	6602/0	16/10/2014	230 * VI
LYQ9864	55031285E	6637/2	26/09/2014	230 * IX
LYQ9864	55031286E	5010/0	26/09/2014	162 * I
LYQ9864	55031287E	6556/4	26/09/2014	230 * I
LYV2548	55695655E	6599/2	24/09/2014	230 * V
LZS3444	55697685E	6599/2	19/09/2014	230 * V
MAU4271	55697633E	5010/0	27/09/2014	162 * I
MBI9665	55696896E	6912/0	19/09/2014	232
MBJ6876	55697743E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MEA7019	55697745E	6599/2	26/09/2014	230 * V
MEU5280	55699477E	6599/2	24/09/2014	230 * V
MEX8853	55031139E	6637/2	25/09/2014	230 * IX



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MEX8853	55695702E	5010/0	25/09/2014	162 * I
MEX8853	55695703E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MFD1890	55696828E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MFD1890	55696829E	5010/0	25/09/2014	162 * I
MFE9952	55695554E	6912/0	12/09/2014	232
MFH8292	55695557E	5029/2	19/09/2014	162 * II
MFV6353	55030000E	5010/0	10/10/2014	162 * I
MIE4118	55797492D	6912/0	22/09/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1771/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFW8729	55697687E	6564/0	22/09/2014	230 * II
AKL9409	55699362E	5959/1	22/09/2014	203 * IV
BEJ0378	55696083E	7455/0	25/09/2014	218 * I
DBE2362	55696088E	7455/0	26/09/2014	218 * I
FAH0179	55029893E	5541/4	20/10/2014	181 * XVII
GZD0192	55029704E	5525/0	28/09/2014	181 * XV
HVY0514	55695563E	5550/0	22/09/2014	181 * XVIII
IKJ7862	55697630E	7366/2	22/09/2014	252 * VI
LYE6411	55695564E	5185/1	22/09/2014	167
MCG2317	55696071E	5185/1	24/09/2014	167
MEF5059	55031062E	5525/0	20/09/2014	181 * XV
MEH3841	55696146E	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
MFH8292	55695558E	5835/0	19/09/2014	195
MFN5684	55696136E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MFR1853	55696138E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MGJ9270	55700301E	5541/4	20/10/2014	181 * XVII
MHM1575	55029891E	5541/4	17/10/2014	181 * XVII
MKN7822	55695675E	5541/4	16/10/2014	181 * XVII
MKW4165	55696132E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MMK5714	55696072E	7455/0	25/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1772/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IFC1563	55030353E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
LRE0774	55696932E	6556/4	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
LRE0774	55696933E	6912/0	13/08/2014	R\$ 53,20 232	
LXZ3652	55696816E	6637/2	15/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFF2382	55697659E	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKJ1310	55030373E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
MKQ9856	55031159E	5274/1	06/09/2014	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1773/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKL3131	55697872E	5541/1	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ICX2696	55029153E	5541/1	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IXA2626	55030309E	5436/0	25/07/2014	R\$ 85,12	181 * VI
LYH9219	55697881E	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDD8458	55696449E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MDR6370	55697971E	5541/1	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT7564	55696279E	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA1907	55695839E	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1774/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BFJ4064	55797495D	6912/0	06/10/2014	232
HPW7690	55696231E	5010/0	26/09/2014	162 * I
LXI6624	55696898E	5010/0	29/09/2014	162 * I
LXI6624	55699480E	6599/2	29/09/2014	230 * V
LYG6588	55029992E	6599/2	02/10/2014	230 * V
LYG6588	55029993E	5010/0	02/10/2014	162 * I
LYH7162	55028877E	5010/0	03/10/2014	162 * I
LYH7162	55028878E	6599/2	03/10/2014	230 * V
LYP4345	55695520E	6599/2	03/10/2014	230 * V
LYR5807	55031140E	6610/2	25/09/2014	230 * VII
MBT1966	55031142E	6653/2	25/09/2014	230 * XI
MDU9180	55695519E	5010/0	01/10/2014	162 * I
MEA4167	55031143E	6653/2	29/09/2014	230 * XI
MED5809	55029603E	6602/0	22/09/2014	230 * VI
MJS8005	55695562E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MLB7857	55696233E	5029/2	30/09/2014	162 * II
MLN7135	55028879E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MLN7135	55028880E	6580/0	04/10/2014	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1775/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GXW4757	55696792E	5460/0	23/10/2014	181 * IX
IPG6769	55695669E	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
IRQ5846	55029897E	5541/4	22/10/2014	181 * XVII
LXJ3298	55696135E	7463/0	25/09/2014	218 * II
LZE6067	55696830E	5185/1	03/10/2014	167
LZE6067	55696831E	5835/0	03/10/2014	195
LZE6067	55696832E	5185/2	03/10/2014	167
LZE6067	55696833E	6270/0	03/10/2014	220 * II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LZE6067	55696834E	6076/0	03/10/2014	210
LZR0942	55695661E	5541/1	26/09/2014	181 * XVII
MCF6055	55797494D	7366/2	04/10/2014	252 * VI
MCI4468	55696069E	5541/1	23/09/2014	181 * XVII
MFA7546	55696089E	7455/0	26/09/2014	218 * I
MFN1958	55696147E	5541/1	30/09/2014	181 * XVII
MGK2070	55696142E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MGQ5842	55695668E	5541/1	29/09/2014	181 * XVII
MHA3279	55031289E	7366/2	03/10/2014	252 * VI
MJD4486	55696094E	7455/0	26/09/2014	218 * I
MKO3064	55696098E	5460/0	01/10/2014	181 * IX
MKX8643	55696131E	7463/0	25/09/2014	218 * II
MLB9387	55696787E	5541/4	21/10/2014	181 * XVII
MLI6931	55699368E	5835/0	03/10/2014	195
MLN7135	55028881E	5835/0	04/10/2014	195
MLQ7134	55696143E	7455/0	25/09/2014	218 * I
MLW0323	55696140E	7455/0	25/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1776/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEL0900	55699251E	6912/0	19/08/2014	R\$ 53,20	232
LYX3874	55697712E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAP8679	55030377E	6920/0	04/06/2014	R\$ 127,69	233
MCX2475	55030495E	6599/2	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDG2546	55696773E	6556/5	10/09/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEG2793	55696379E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEW0563	55031283E	6637/2	05/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEW0563	55031284E	6912/0	05/09/2014	R\$ 53,20	232
MEW0563	55696212E	6912/0	15/09/2014	R\$ 53,20	232
MEW0563	55696213E	7340/0	15/09/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MFF2382	55697660E	5169/1	13/08/2014	R\$ 1.915,	38 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1777/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEL0900	55699252E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MBY9974	54707696E	5525/0	16/09/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MCR0408	55695886E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MCR0408	55695926E	5835/0	21/08/2014	R\$ 127,69	195
MEC2009	55695832E	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
MIJ0623	55697878E	7463/0	15/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIL3021	55696344E	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ3308	55695944E	5541/1	15/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY0642	55696286E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MLL1724	55030436E	7366/2	18/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLQ5013	55030432E	7366/2	14/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1778/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HSS5593	55699420E	5010/0	04/10/2014	162 * I
HSS5593	55699421E	5061/0	04/10/2014	163 c/c 162 * I
HSS5593	55699422E	6556/4	04/10/2014	230 * I
IJU4879	55695786E	5045/0	03/10/2014	162 * V
IMI4147	55032454E	6599/2	29/10/2014	230 * V
LZE6110	55031443E	6599/2	28/09/2014	230 * V
LZQ4581	55031288E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MBA7446	55696784E	6599/2	12/10/2014	230 * V
MCC1594	55031449E	6637/1	15/10/2014	230 * IX
MCH7308	55695569E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MCN0633	55695566E	5010/0	09/10/2014	162 * I
MCX0598	55699370E	5169/1	06/10/2014	165
MCY0219	55699305E	5010/0	05/11/2014	162 * I
MDJ6504	55029360E	5045/0	10/10/2014	162 * V
MEG6627	55696800E	7340/0	24/10/2014	252 * IV
MID0131	55699263E	5274/1	25/10/2014	175
MIR2447	55031293E	6599/2	11/10/2014	230 * V
MJZ5317	55697693E	5010/0	10/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1779/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFK6363	55031298E	7366/2	31/10/2014	252 * VI
APM9688	55696239E	5835/0	08/10/2014	195
APM9688	55696240E	5878/0	08/10/2014	199
APM9688	55696241E	6270/0	08/10/2014	220 * II
DFE4737	55697694E	5185/1	12/10/2014	167
ETX7951	55030439E	5460/0	06/10/2014	181 * IX
HIK4542	55029686E	5460/0	22/10/2014	181 * IX
ILK9305	55029898E	5835/0	24/10/2014	195
LWS7459	55029662E	5541/4	09/10/2014	181 * XVII
LZP3170	55696796E	5541/1	24/10/2014	181 * XVII
MBT5204	55029700E	5185/1	29/10/2014	167
MCH7308	55695570E	5452/1	11/10/2014	181 * VIII
MCX0598	55699371E	5835/0	06/10/2014	195
MDL1704	55696244E	5835/0	12/10/2014	195
MDO0231	55029653E	5452/1	08/10/2014	181 * VIII
MEB6016	55029671E	5541/1	15/10/2014	181 * XVII
MEO7342	55029723E	5525/0	25/10/2014	181 * XV
MEW9878	55029656E	5185/1	08/10/2014	167
MEZ9891	55029362E	5541/1	10/10/2014	181 * XVII
MFR4206	55029356E	5541/1	09/10/2014	181 * XVII
MGG0234	55031144E	5541/4	13/10/2014	181 * XVII
MGK7344	55700454E	5185/1	30/10/2014	167
MGK7344	55700455E	5207/0	30/10/2014	169
MG07426	55029730E	5525/0	25/10/2014	181 * XV
MHF3687	55029607E	5541/6	07/10/2014	181 * XVII
MIP8569	55700402E	5541/4	31/10/2014	181 * XVII
MJV5395	55029732E	5525/0	25/10/2014	181 * XV
MKM9530	55031446E	5207/0	03/10/2014	169
OKH5527	55029695E	5541/1	29/10/2014	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1780/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ATR5707	55031220E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
BSV4759	55031227E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
CNX9677	55029775E	6637/2	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CVK5433	55030394E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
CWN7411	55028950E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
DKD8353	55030397E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
HOX3909	55029307E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IDT9971	55697714E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
IDT9971	55697715E	5045/0	20/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
IHI9122	55697725E	6599/2	30/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
IPV5572	55695751E	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IPV5572	55695752E	6637/1	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IRY4008	55031205E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
IVY3009	55030478E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
JFH7342	55031206E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
JUG6569	55696385E	5010/0	22/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
JXL9245	55031226E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
LWR2408	55695881E	5045/0	20/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LWR2408	55695882E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWV9191	55031218E	6920/0	23/06/2014	R\$ 127,69	233
LXP7784	55029299E	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXP7784	55029300E	6637/2	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXP7784	55029503E	6610/2	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXR8893	55029504E	5010/0	12/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZJ3281	55031207E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
LZS4965	55029963E	6912/0	06/07/2014	R\$ 53,20	232
MAC2730	55031211E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
MAD2852	55029313E	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAK7570	55029771E	5169/1	13/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MAK7570	55029772E	6637/2	13/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAP7869	55029952E	5045/0	24/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAP7869	55029953E	6912/0	24/06/2014	R\$ 53,20	232
MAY4458	55029861E	5010/0	10/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAY4458	55029862E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY4458	55029863E	6769/1	10/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MBX6750	55029856E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBX6750	55029857E	6556/1	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBZ6324	55031118E	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCF6143	55029912E	6653/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MCF6143	55029913E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCK4189	55030482E	5010/0	18/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCN0083	55031212E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
MCT4776	55029517E	5010/0	19/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCZ8955	55029518E	6602/0	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MDD3544	55029758E	6610/2	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDD3544	55029762E	6912/0	06/07/2014	R\$ 53,20	232
MDD3544	55029763E	6637/2	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDJ5257	55031210E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
MDP2263	55029291E	6599/2	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDQ1584	55029277E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDR5214	55031213E	6920/0	23/06/2014	R\$ 127,69	233
MDT4064	55030742E	5010/0	16/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEA1165	55031108E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEO3450	55031122E	6599/2	12/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEV7755	55029769E	6556/1	13/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEW6861	55031219E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
MFL0566	55030416E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL0566	55030417E	6912/0	05/07/2014	R\$ 53,20	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MFZ3735	55031225E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MGG5835	55030263E	5010/0	03/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGG5835	55030264E	5061/0	03/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGO4749	55696362E	5010/0	24/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGO4749	55696365E	6556/4	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MGT9670	55031109E	6653/2	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGY3466	55029868E	5010/0	10/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHP2469	55030260E	6653/1	03/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MHQ1950	55695954E	6599/2	12/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHS5353	55696891E	5010/0	12/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHS5353	55696892E	6599/2	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIK4263	55029819E	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJR0910	55029292E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKK0796	55030479E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLE9903	55031214E	6920/0	23/06/2014	R\$ 127,69	233
MLF8493	55029297E	5045/0	07/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MMF6462	55029976E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMM4377	55696402E	6700/0	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
NHD6259	55029969E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1781/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMQ5692	55695812E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
DLA7228	55029768E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
GYJ9988	55697853E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
ICA5589	55029907E	5541/1	29/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IOP7315	55029983E	5541/1	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZI3400	55029082E	5541/5	25/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAK7570	55029773E	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MAK7570	55029774E	6858/0	13/07/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MAZ6736	55695863E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MCF6143	55029914E	7056/1	04/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
MCF6143	55029915E	6050/2	04/07/2014	R\$ 191,53	208
MCP4373	55695873E	5541/1	11/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW2897	55697717E	5185/2	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MDC3813	55029815E	5541/4	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD3544	55029759E	5835/0	06/07/2014	R\$ 127,69	195
MDD3544	55029760E	5215/2	06/07/2014	R\$ 191,53	170
MDD3544	55029761E	6076/0	06/07/2014	R\$ 191,53	210
MER7764	55697912E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
MER7764	55697965E	5835/0	16/07/2014	R\$ 127,69	195
MEV7755	55029770E	5835/0	13/07/2014	R\$ 127,69	195
MEV9415	55695814E	5185/1	18/07/2014	R\$ 127,69	167
MEW0563	55696211E	5185/1	15/09/2014	R\$ 127,69	167
MEY1287	55696867E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MEY1287	55697846E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MFJ2044	55028859E	5541/1	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM0273	55695805E	5452/2	14/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGN5514	55697874E	5541/1	12/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO4749	55696364E	5720/0	24/07/2014	R\$ 127,69	186 * I
MJC4223	55029295E	5541/6	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG4998	55697845E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MJK7227	55029814E	5509/0	14/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MJP1146	55695974E	5541/4	05/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5708	55696251E	5541/6	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV2835	55697579E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1782/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCK1567	55028883E	6599/2	15/10/2014	230 * V
MCL4075	55029610E	6599/2	15/10/2014	230 * V
MCL4075	55029611E	6637/1	15/10/2014	230 * IX
MCW8539	55029365E	6912/0	12/10/2014	232
MCW8539	55697695E	5010/0	12/10/2014	162 * I
MEG4918	55699386E	5010/0	20/10/2014	162 * I
MFE9952	55029831E	5045/0	08/10/2014	162 * V
MIQ7845	55031160E	6599/2	20/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1783/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DGI3009	55029711E	5525/0	14/10/2014	181 * XV
INQ3265	55029750E	5525/0	02/11/2014	181 * XV
JXQ2269	55029712E	5525/0	17/10/2014	181 * XV
MBD8056	55029680E	5460/0	20/10/2014	181 * IX
MHH2394	55029886E	5509/0	08/10/2014	181 * XIII
MHH7588	55029670E	7366/2	15/10/2014	252 * VI
MHP6811	55031295E	5541/1	15/10/2014	181 * XVII
MIF3196	55029669E	5541/1	16/10/2014	181 * XVII
MMA4343	55029713E	5525/0	17/10/2014	181 * XV
MMA4343	55695678E	7366/2	16/10/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1784/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AYC2103	55031202E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
DGE7013	55695833E	5029/2	01/08/2014	R\$ 957,69	162 * II
DGE7013	55695855E	6599/2	01/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
FGX0905	55030268E	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
FGX0905	55030269E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
FGX0905	55030271E	6637/1	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
FGX0905	55030272E	6637/2	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXZ0835	55029308E	5010/0	06/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBN6881	55029525E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBN6881	55029526E	5045/0	23/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBN6881	55029528E	6556/1	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBR9289	55031497E	6556/1	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCP0701	54707638E	6599/2	13/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCP0701	54707639E	5010/0	13/07/2014	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MCX1862	55029853E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFE9952	55696764E	6599/2	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFE9952	55696765E	5029/2	06/08/2014	R\$ 957,69	162 * II
MFN0470	55695935E	6912/0	04/09/2014	R\$ 53,20	232
MHA0366	55028869E	6599/2	01/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHP2469	55030259E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIA9125	55031217E	6920/0	23/06/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1785/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKL3131	55697906E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
BGF1880	55695820E	5185/2	22/07/2014	R\$ 127,69	167
FGX0905	55030270E	5835/0	08/07/2014	R\$ 127,69	195
MCF6143	55029916E	5215/2	04/07/2014	R\$ 191,53	170
MDD0392	55029546E	5541/3	16/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI6999	55697852E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
MDR4903	55697544E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL3690	55696079E	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG3616	55695802E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MHG3616	55696403E	5185/2	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MHW5565	55029813E	5541/4	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX0254	55697851E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIO9451	55696091E	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS9741	55697801E	5541/1	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR1920	55030421E	5541/1	13/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1786/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HJU0735	55699428E	5045/0	20/10/2014	162 * V
IBA8672	55029180E	5010/0	09/11/2014	162 * I
IBA8672	55029181E	6599/2	09/11/2014	230 * V
IBA8672	55699431E	6912/0	09/11/2014	232
IBA8672	55699432E	6726/1	09/11/2014	230 * XV/III
IBA8672	55699433E	6637/1	08/11/2014	230 * IX
IBA8672	55699434E	6602/0	09/11/2014	230 * VI
IJE9930	55700352E	5045/0	03/11/2014	162 * V
LYF8271	55699261E	5274/1	23/10/2014	175
LZE6067	55700252E	6599/2	17/10/2014	230 * V
LZE6067	55700254E	5274/1	17/10/2014	175
MAA2214	55699266E	6637/2	08/11/2014	230 * IX
MAA2214	55699400E	5029/2	08/11/2014	162 * II
MCB6028	55028885E	6599/2	03/11/2014	230 * V
MCV5488	55699518E	6912/0	10/11/2014	232
MDT0848	54658452C	5010/0	19/10/2014	162 * I
MDT0848	54658453C	7340/0	19/10/2014	252 * IV
MDT0848	54658454C	6637/1	19/10/2014	230 * IX
MDT0848	55031450E	6599/2	19/10/2014	230 * V
MEF8770	55028886E	6599/2	08/11/2014	230 * V
MFJ2044	55699387E	5010/0	20/10/2014	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MFP7735	55700268E	6599/2	11/11/2014	230 * V
MGP2764	55028884E	6599/2	22/10/2014	230 * V
MGR5574	55699383E	5010/0	18/10/2014	162 * I
MHO9445	55029084E	6599/2	27/10/2014	230 * V
MHO9445	55029085E	5010/0	27/10/2014	162 * I
MIB5744	55700311E	6599/2	13/11/2014	230 * V
MJO0987	55695687E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MLZ4856	54657265C	5010/0	24/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1787/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABS3688	55700409E	5452/1	03/11/2014	181 * VIII
AJH5662	55695685E	5460/0	20/10/2014	181 * IX
BZJ0161	55700408E	5371/0	03/11/2014	180
DAJ8652	55699568E	7366/2	06/11/2014	252 * VI
EBT6865	55700264E	7366/2	08/11/2014	252 * VI
GJT0705	55699491E	7463/0	13/11/2014	218 * II
HMC3027	55700263E	5541/1	07/11/2014	181 * XVII
IEN3994	55699563E	5460/0	03/11/2014	181 * IX
IMF8132	55696789E	5460/0	22/10/2014	181 * IX
ISM4145	55700451E	7366/2	29/10/2014	252 * VI
JSM1704	55700414E	5460/0	06/11/2014	181 * IX
KLR1891	55029678E	5460/0	20/10/2014	181 * IX
LYF8271	55699262E	5835/0	23/10/2014	195
LZE6067	55700253E	5835/0	17/10/2014	195
LZK4771	55029894E	5541/4	21/10/2014	181 * XVII
MAR5884	55700261E	5185/1	07/11/2014	167
MEN8438	55699494E	7455/0	13/11/2014	218 * I
MFJ4451	55029693E	5460/0	29/10/2014	181 * IX
MGH9776	55029997E	7048/1	14/10/2014	244 * II
MGZ4001	55029729E	5525/0	25/10/2014	181 * XV
MHG6196	55029734E	5525/0	25/10/2014	181 * XV
MHK3648	55699514E	5541/5	07/11/2014	181 * XVII
MHU8606	55029733E	5525/0	25/10/2014	181 * XV
MIS0257	55029683E	5460/0	21/10/2014	181 * IX
MJA5646	55699569E	7366/2	06/11/2014	252 * VI
MJC1399	55029690E	5185/1	24/10/2014	167
MJM6321	55029892E	5541/4	20/10/2014	181 * XVII
MLA9004	55030321E	5541/6	12/11/2014	181 * XVII
MLY7328	55029696E	5541/4	29/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1788/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGP5112	55696907E	5169/1	11/07/2014	R\$ 1.915,38	165
HGZ0551	55031291E	5045/0	05/10/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYF8968	55695939E	6599/2	08/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAA9986	55696890E	6769/1	12/09/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MAH9084	55697732E	6556/1	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAH9084	55697733E	5029/2	12/09/2014	R\$ 957,69	162 * II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBM8672	55695552E	6599/2	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBM8672	55695553E	5010/0	12/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBT1503	55032452E	6599/2	27/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBW1777	55696899E	6599/2	03/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBW1777	55696900E	6912/0	03/10/2014	R\$ 53,20	232
MCC4474	55697680E	6602/0	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MDR9344	55697619E	6599/2	15/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEW0563	55695828E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEW0563	55696864E	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
MFL8001	55030470E	6912/0	18/06/2014	R\$ 53,20	232
MGG9734	55031201E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
MKK0295	55696214E	6653/1	15/09/2014	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1789/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AYD1363	54707684E	5525/0	07/09/2014	R\$ 85,12	181 * XV
IRF7126	55029294E	5541/6	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IVV1808	55696235E	7366/2	05/10/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBM8672	55695916E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MBM8672	55695917E	5835/0	14/08/2014	R\$ 127,69	195
MBY7685	55029855E	6122/0	26/06/2014	R\$ 191,53	214 * I
MHF3355	55029972E	5541/4	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX2246	55696057E	5541/1	01/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMA2501	55696861E	5541/1	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ9924	55029801E	5541/1	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1790/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCE7935	54658455C	6599/2	27/10/2014	230 * V
MCE7935	54658456C	6637/1	27/10/2014	230 * IX
MHN4422	55699264E	6637/2	30/10/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1791/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIX2179	55699605E	5525/0	03/11/2014	181 * XV
APC8797	55697748E	5541/4	29/10/2014	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

IOJ6820	55700406E	5541/1	01/11/2014	181 * XVII
IQD5211	55029746E	5525/0	02/11/2014	181 * XV
IQY4545	55029720E	5525/0	18/10/2014	181 * XV
LXX9968	55030319E	5541/4	08/11/2014	181 * XVII
MFF6068	55699567E	5185/1	06/11/2014	167
MGZ4001	55029739E	5525/0	26/10/2014	181 * XV
MHN4422	55699265E	5835/0	30/10/2014	195
MID0131	55699495E	5835/0	13/11/2014	195
MLW7705	55696797E	5541/1	24/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1792/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEV3074	55696397E	6599/2	05/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
CDC8280	55695984E	5010/0	11/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
CEK5493	55031267E	6637/2	14/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CJD8585	55695769E	6670/0	23/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
CJD8585	55696386E	5045/0	23/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
CJD8585	55696775E	5010/0	12/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
CJD8585	55696876E	6912/0	20/08/2014	R\$ 53,20	232
GWD8482	55696390E	6599/2	28/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
GWD8482	55697625E	6602/0	15/09/2014	R\$ 191,53	230 * VI
HFC5619	55697666E	6599/2	16/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
IBT6450	55030744E	6599/2	01/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
IDC5502	55697602E	6610/2	30/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IDC5502	55697603E	6637/1	30/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IDC5502	55697604E	6912/0	30/08/2014	R\$ 53,20	232
IMO3467	55696937E	6769/1	17/08/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
IPJ3380	55696815E	6556/1	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
IST0014	55696889E	6912/0	12/09/2014	R\$ 53,20	232
LXC0680	55696994E	5010/0	22/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXL0331	55696202E	5045/0	08/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXM4194	55696980E	6599/2	18/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXM4194	55696981E	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
LXQ5264	55695941E	6599/2	10/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXQ5264	55695942E	5010/0	10/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH4035	55031154E	5010/0	17/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH4035	55031155E	6637/1	17/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYQ7725	55697669E	5010/0	18/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYQ7725	55697710E	5118/0	18/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYW9388	55697608E	6599/2	09/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYW9388	55697609E	6580/0	09/09/2014	R\$ 191,53	230 * IV
LYW9388	55697610E	6726/1	09/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZP0033	55696826E	6769/1	08/09/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LZP7249	55029799E	6912/0	17/08/2014	R\$ 53,20	232
MAB2693	55697624E	6637/2	15/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAS7297	55696817E	5045/0	16/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAS7297	55696872E	5169/1	16/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MBC6664	55696886E	5010/0	10/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBC6664	55696887E	6599/2	10/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBE8675	55696383E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCP7589	55696112E	6599/2	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCP7589	55696113E	5010/0	12/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCY5275	55029797E	6610/2	16/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCY5275	55029798E	6637/1	16/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDU9197	55696825E	6912/0	08/09/2014	R\$ 53,20	232
MEC1306	55695982E	6599/2	09/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEC1316	55696776E	6599/2	12/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEK6025	55697607E	6700/0	05/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MEQ3587	55697718E	5010/0	22/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MET7387	55029794E	5061/0	13/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MET7387	55029795E	5010/0	13/08/2014	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MET7387	55029796E	6637/2	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFT6397	55695777E	6769/1	05/09/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MFV4912	55029544E	6599/2	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGR3372	55695961E	5010/0	24/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHP1649	55699411E	5010/0	03/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHT7633	55695707E	6599/2	07/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHU3052	55031282E	5045/0	02/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHU7185	55029519E	5169/1	19/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MUG1903	55696215E	6599/2	16/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MUG1903	55696216E	5010/0	16/09/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1793/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BZJ0161	55696287E	5460/0	11/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
CDC8280	55695985E	7234/0	11/09/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
CJD8585	55029867E	5835/0	02/09/2014	R\$ 127,69	195
CJD8585	55696217E	5185/1	17/09/2014	R\$ 127,69	167
CXS4909	55697527E	7463/0	28/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
DFL1881	54707672E	5525/0	30/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
ELS7215	55697761E	5541/1	02/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HFC5619	55028863E	5835/0	16/08/2014	R\$ 127,69	195
HGZ0551	55696101E	5541/1	04/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HPX6305	55695971E	5509/0	01/09/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
HZV9321	55696446E	7463/0	05/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
IPM8512	55697762E	5541/1	02/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JDE2900	55029078E	5541/4	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY7507	55695850E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MBE0743	55697564E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG7461	55699401E	7374/0	22/08/2014	R\$ 191,53	253
MBN5126	55696259E	7366/2	23/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCN7979	55697584E	7463/0	28/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCN7979	55697585E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ7994	55696992E	5185/1	22/08/2014	R\$ 127,69	167
MEV0591	55696999E	7366/2	27/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGA2392	55696109E	5541/1	09/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB3328	55697599E	7366/2	02/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGF5777	55697595E	7366/2	01/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHF5845	55697900E	5541/1	20/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK4415	55697553E	5541/1	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP1649	55699412E	5835/0	03/09/2014	R\$ 127,69	195
MHT7260	55696289E	5185/1	16/08/2014	R\$ 127,69	167
MHT7633	55695705E	5835/0	07/10/2014	R\$ 127,69	195
MHT7633	55695706E	7056/2	07/10/2014	R\$ 85,12	244 * III c/c §1º
MIE3692	55696114E	5541/6	15/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG5251	55696106E	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0105	55697804E	5541/1	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW8857	55697503E	5541/1	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF7900	55695956E	5541/6	12/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG9568	55029401E	5541/1	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJM6423	55697888E	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT1104	55029168E	5460/0	18/09/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MJV3218	55697597E	7366/2	01/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJZ7462	55697524E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC2757	55029926E	5541/1	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKZ4973	55697530E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX0783	55697587E	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

IMBITUBA, 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Carlos Fernando Demétrio
Diretor de Mobilidade Urbana
Autoridade de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO DE TRÂNSITO E EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE – ZONA AZUL EDITAIS 286/2014 A 298/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL
Editais 286/2014 a 298/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 286/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CFC4672	55065999E	5541/6	02/09/2014	181 * XVII
KLU5584	55065978E	5541/4	26/08/2014	181 * XVII
MGG3073	55065998E	5541/4	01/09/2014	181 * XVII
MGK5731	55065995E	5541/5	01/09/2014	181 * XVII
MIS6863	55065985E	5541/1	27/08/2014	181 * XVII
MJX7710	55066000E	5436/0	02/09/2014	181 * VI
MKD0587	55065993E	5541/6	29/08/2014	181 * XVII
MMM4786	55065990E	5541/6	29/08/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 287/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBL8581	55065929E	5541/6	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL0526	55065910E	5541/6	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO8897	55065956E	5541/6	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLF0433	55065863E	5541/6	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 288/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LQE1242	55065908E	5541/6	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL5743	55065906E	5436/0	16/05/2014	R\$ 85,12	181 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 289/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IRQ5846	55065931E	5541/4	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZC5831	55065901E	5541/6	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM8592	55065892E	5452/2	08/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGK5876	55065834E	5541/6	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE3692	55065916E	5541/6	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ1825	55065883E	5541/6	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT6780	55065833E	5541/6	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 290/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBN5382	55926007E	5541/3	17/10/2014	181 * XVII
MGN5564	55926005E	5541/6	16/10/2014	181 * XVII
MGP5341	55926004E	5541/1	15/10/2014	181 * XVII
MIR9071	55926002E	5541/1	15/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 291/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDR0613	55065941E	5541/6	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 292/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDP1358	55926017E	5541/1	23/10/2014	181 * XVII
MFU5855	55926013E	5541/1	21/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 293/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJH6500	55065947E	5541/6	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT4144	55065942E	5541/5	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR5402	55065967E	5541/5	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ7703	55065922E	5541/1	29/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 294/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJO1568	55926024E	5541/5	28/10/2014	181 * XVII
MFE2495	55926033E	5541/6	30/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 295/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOT2611	55065927E	5541/6	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT3941	55065982E	5541/6	26/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG9740	55065950E	5541/6	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG6728	55065930E	5541/6	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMK8840	55065928E	5541/6	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 296/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AVX2003	55926043E	5452/2	03/11/2014	181 * VIII
CME2645	55926045E	5541/6	04/11/2014	181 * XVII
ISO6207	55926048E	5185/1	04/11/2014	167
MFF0823	55926057E	5185/1	06/11/2014	167
MKU5224	55926058E	5541/1	06/11/2014	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 297/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCY0614	55926069E	5185/1	11/11/2014	167
MFB3139	55926012E	5452/2	21/10/2014	181 * VIII
MGA6056	55926065E	5185/1	10/11/2014	167
MGM1159	55926009E	6017/5	20/10/2014	206 * III
MIV1947	55926070E	5541/6	12/11/2014	181 * XVII
MKG3876	55926068E	5185/1	10/11/2014	167
MKW8211	55926011E	5541/6	21/10/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 298/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYP1567	55065837E	5541/6	29/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXY0031	55065946E	5541/3	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH4785	55065940E	5541/6	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV7624	55065987E	5738/0	28/08/2014	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Carlos Fernando Demétrio
Diretor de Mobilidade Urbana
Autoridade de Trânsito

Indaial**PREFEITURA****DECRETO Nº 1201/14**

. DECRETO Nº 1201/14
. De 18 de dezembro de 2014

Cancelamento de Restos a Pagar - Exercício Anterior (2013) Fundo Municipal de Saúde.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2013, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Empenho: 333/2013

Fornecedor: Computim Comercial Ltda EPP

Valor R\$: 129,00

Motivo: Empenho realizado em duplicidade. Pago através do empenho 1243 no exercício financeiro de 2013.

Empenho: 1607/2013

Fornecedor: Expressão Com.Mat.Inf.Serv.Ltda

Valor R\$: 356,71

Motivo: Anulação Parcial (despesa não realizada).

Empenho: 2170/2013 Fornecedor: Star System Serv.Edit.Impr. Pers.Ltda Valor R\$: 12.200,86

Motivo: Anulação Parcial (despesa não realizada).

Empenho: 2816/2013

Fornecedor: Reginaldo de Oliveira

Valor R\$: 526,32

Motivo: Empenho realizado em duplicidade. Pago através do empenho 2823 no exercício financeiro de 2013.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 18 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 18 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1198/14

. DECRETO Nº 1198/14
. De 16 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, proveniente de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUN DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH - FOLHA DE PAGTO - FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01001500	Vigilância Sanitária - Municipal
Valor: (39.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014.)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1199/14

. DECRETO Nº 1199/14
. De 16 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4.928 de 20 de dezembro de 2013,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 27.582,70 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais

e setenta centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03711701	MAC - União - E.A.
	Valor: (27.582,70)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1200/14

. DECRETO Nº 1200/14

. De 17 de dezembro de 2014

Delega atribuições/

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegada à Secretária Municipal de Educação, GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI, poderes para firmar os Contratos Administrativos dos Professores contratados em caráter temporário, selecionados pelo Processo Seletivo 001/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1202/14

. DECRETO Nº 1202/14

. De 18 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 na FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.366,92 (dezesesseis mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	Vínculo	Valor
31.001.0008.0244.0031.2505.333900000000	03000000	16,11
31.001.0008.0122.0031.2500.331910000000	03000000	16.137,19
31.001.0008.0122.0031.2500.331900000000	03000000	213,62

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 18 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de dezembro de 2014.)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1203/14

. DECRETO Nº 1203/14

. De 18 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADORA MARO MARCOS HADLICH, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.140,23 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta reais e vinte e três centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	Vínculo	Valor
40.001.0027.0122.0040.2603.331900000000	03000000	23.121,49
40.001.0027.0122.0040.2603.331910000000	03000000	2.018,74

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 18 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1204/14

. DECRETO Nº 1204/14

. De 18 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 84.577,60 (oitenta e quatro mil e quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2105.333900000000000000	01225502	84.577,60

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1205/14

. DECRETO Nº 1205/14

. De 18 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
333900000000000000	APLICACOES DIRETAS
01520024	União - Proteção Social Básica
Valor: (56.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1206/14

. DECRETO Nº 1206/14

. De 18 de dezembro de 2014

Cancelamento de Restos a Pagar - Exercício Anterior (2013)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2013, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPE- NHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
6793/2013	IRINEO LUNELLI 03715765984	R\$ 70,00	R\$ 70,00	7	Fornecedor não possui conta bancária individual, só conjunta.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através

da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 18 de dezembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Portaria em 18 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 166

. LEI COMPLEMENTAR Nº 166
. de 17 de dezembro de 2014

Altera Lei Complementar 164 de 27/11/2014, que alterou o Código Tributário Municipal - LC 79/2007.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o §1º do artigo 67 da Lei Complementar 79/2007, alterado pela Lei Complementar 164/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67 - ...

§1º - Os débitos para com a Fazenda Municipal serão atualizados monetariamente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado dos doze meses do ano imediatamente anterior, ou por outro índice que vier substituí-lo, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês até a data da formalização do parcelamento.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 17 de dezembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR 165

.LEI COMPLEMENTAR Nº 165
. de 17 de dezembro de 2014

Altera dispositivos da Lei Complementar 79/2007 - Código Tributário Municipal/ COSIP.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterada a tabela de valores do artigo 418 da Lei Complementar 79/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 418 - A contribuição de que trata o artigo 417 da Lei Complementar 79/2007, corresponderá ao custo mensal do serviço de

iluminação pública, rateado entre os contribuintes, de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, conforme a seguinte tabela:

Classe Consumidora	Faixa de Consumo	Valor em R\$
Residenciais	0 a 100 Kwh	R\$ 1,50
	101 a 200 Kwh	R\$ 5,30
	201 a 500 Kwh	R\$ 7,50
	Acima de 500 Kwh	R\$ 15,00
Industriais/Comerciais	0 a 100 Kwh	R\$ 7,50
	101 a 500 Kwh	R\$ 12,50
	Acima de 500 Kwh	R\$ 23,00
Poder Público	0 a 100 Kwh	R\$ 13,00
	101 a 500 Kwh	R\$ 26,00
	Acima de 500 Kwh	R\$ 35,00
Primários	0 a 5.000 Kwh	R\$ 46,00
	5.000 a 10.000 kwh	R\$ 65,00
	Acima de 10.000 Kwh	R\$ 110,00

Parágrafo Único - O valor da Contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será apurado, mensalmente, por meio de nota fiscal/fatura, emitida pela Concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar 133/12 .

Município de Indaial em 17 de dezembro de 2014.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5091

. LEI Nº 5091
. de 25 de novembro de 2014

Autoriza prolongamento / Rua “Trento”

(Autoria: Vereador Anderson Luz dos Santos e Antonio Carlos Fink)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica autorizado e oficializado o prolongamento da RUA “TRENTO”, localizada no Bairro dos Estados, iniciando-se o prolongamento ao término atual da citada rua (Lei 4073/10), e término em terras de Sônia Regia Nardelli Milbratz e Germano Frederico Milbratz (matrícula 18580).

Art. 2o. - A área de prolongamento da Rua “Trento” apresenta as

seguintes dimensões:

Comprimento : 12,87 metros;
Largura : 8,00 metros;
Passeios : 2,00 metros.

Art. 3º - A rua Trento passa a apresentar, com o presente prolongamento, as seguintes dimensões:

Comprimento : 112,87 metros;
Gabarito : 12,00 metros;
Largura : 8,00 metros;
Passeios : 2,00 metros de cada lado.

Art. 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 25 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5092

. LEI Nº 5092
. de 25 de novembro de 2014

Cria o banco de nomes de Condomínios no município de Indaial.
(Autoria: vereador Anderson Luz dos Santos)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a manter banco de dados atualizado com os nomes dos condomínios residenciais existentes no município de Indaial.

Art. 2º - Os dados (lista) deverão estar disponíveis no site oficial da Prefeitura para consulta pública.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação será responsável pela organização do banco de dados, utilizando os dados já existentes.

Art. 4º - O nome do condomínio deverá ser incluído no banco de dados (lista), imediatamente após a aprovação do projeto.

Parágrafo Único - Ao lado do nome do condomínio deverá constar a situação do empreendimento, se:

I. Aprovado para construção, ou,
II. Liberado Habite-se.

Art. 5º - O município deverá implementar esta lei no prazo de 30 dias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5095

. LEI Nº 5095
. de 16 de dezembro de 2014
Autoriza o Executivo Municipal a reverter a Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos arrecadação da bilheteria do 30º Torneio de Verão

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a reverter a Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 84.231.281/0001-83, a arrecadação da bilheteria do 30º Torneio de Verão, na forma da Lei

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5096

. LEI Nº 5096
. de 16 de dezembro de 2014
AUTORIZA DESPESAS COM O 30º TORNEIO DE VERÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a destinar recursos da ordem de R\$ 44.428,62 para premiação das equipes do 30º Torneio de Verão de Indaial, a se realizar em 2014.

Art. 2º Os recursos da premiação do 30º Torneio de Verão de Indaial ficarão assim distribuídos:

I - Categoria Adulto Federados:

a) Prêmio de R\$ 21.428,58 (vinte e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos) para a equipe campeã.

b) Prêmio de R\$ 7.142,86 (sete mil cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para a equipe vice-campeã.

c) Prêmio de R\$ 2.857,15 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos) para a equipe terceira colocada.

d) Prêmio de R\$ 1.428,58 (um mil quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos) para a equipe quarta colocada.

II - Categoria Sub-18:

a) Prêmio de R\$ 2.142,86 (Dois mil cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para a equipe campeã.

b) Prêmio de R\$ 1.142,86 (Um mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para a equipe vice-campeã.

c) Prêmio de R\$ 571,43 (Quinhentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos) para a equipe terceira colocada.

III - Categoria Sub-16

a) Prêmio de R\$ 2.142,86 (Dois mil cento e quarenta e dois reais

e oitenta e seis centavos) para a equipe campeã.
b) Prêmio de R\$ 1.142,86 (Um mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para a equipe vice-campeã.
c) Prêmio de R\$ 571,43 (Quinhentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos) para a equipe terceira colocada.

IV - Categoria Feminino:

a) Prêmio de R\$ 2.142,86 (Dois mil cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para a equipe campeã.
b) Prêmio de R\$ 1.142,86 (Um mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) para a equipe vice-campeã.
c) Prêmio de R\$ 571,43 (Quinhentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos) para a equipe terceira colocada.

Parágrafo Único - Os valores supracitados terão retenção de Impostos de 30% conforme RIR/99.

Art. 3º Os valores correspondentes à premiação serão repassados aos dirigentes das equipes, mediante recibo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, autorizado a custear até o valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para aquisição de "brindes".

Parágrafo Único - Os brindes a que se refere o caput do artigo serão distribuídos, através de sorteio ao público participante do Torneio.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, autorizado a custear despesas com alimentação, até o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), durante a realização do 30º Torneio de Verão (2015), nos dias 10/01/2015 a 31/01/2015.

Parágrafo Único - Terão direito ao custeio de alimentação as equipes de trabalho do Município - FME e DEMUTTIN e a Polícia Militar.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações previstas no orçamento vigente da FME.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5097

. LEI Nº 5097

. de 16 de dezembro de 2014

Autoriza o Executivo Municipal a custear despesas com Combustível da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a custear as despesas de combustível - gasolina e óleo diesel da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrita no CNPJ sob o nº 82.772.294/0001-34.

Parágrafo Único - A APAE está autorizada a abastecer até 1000 litros de gasolina/ano e até 13.000 litros de óleo diesel/ano, durante o exercício de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação prevista no orçamento de 2015.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5098

. LEI Nº 5098

. de 16 de dezembro de 2014

Concede auxílio financeiro à APAE de Indaial e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a repassar mensalmente recursos financeiros para APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Indaial) valor de até R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais) mensais, destinado a atender a manutenção parcial da entidade durante o exercício de 2015.

Art. 2º - O repasse será realizado mediante convênio a ser firmado entre as partes, de acordo com a lei 4.919.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento para o exercício de 2015, através da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Município de Indaial em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5099

. LEI Nº 5099

. de 16 de dezembro de 2014

Autoriza repasse financeiro à APAE de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar à APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Indaial), até o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) destinados a atender a manutenção parcial da entidade durante o exercício de 2015.

Parágrafo Único - O repasse será em até 04 parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a partir de março/2015.

Art. 2º - O repasse será realizado mediante convênio a ser firmado entre as partes, de acordo com a Lei 4.919.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento para o exercício de 2015.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Prefeitura do Município de Indaial em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5100

. LEI Nº 5100

. de 16 de dezembro de 2014

Autoriza subvenção social à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Indaial .

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Indaial, a repassar à Rede Feminina de Combate do Câncer de Indaial, inscrita no CNPJ sob o nº 79.374.245/0001-39, a importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) à título de subvenção social.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata a presente Lei serão repassados mediante Convênio, a ser firmado entre as partes na forma da lei 4.919, conforme abaixo:

- até R\$ 60.000,00 para manutenção, em 12 parcelas mensais e sucessivas de até R\$ 5.000,00;
- até R\$ 40.000,00 para investimento, em até 05 (cinco) parcelas, a partir de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento de 2015 .

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5101

. LEI Nº 5101

. de 17 de dezembro de 2014

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Servidores Ativos e Inativos da Administração Direta e Indireta do Município de Indaial - Servidores da Câmara Municipal de Vereadores e Agentes Políticos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica concedida a Revisão Geral Anual prevista na CF/88 , em seu artigo 37, X, aos Servidores Ativos e Inativos da Administração Direta e Indireta do Município de Indaial, Servidores da Câmara Municipal de Vereadores e Agentes Políticos do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Indaial, de acordo com o I.N.P.C - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado do Ano de 2014 - Janeiro à Dezembro, observando os limites da Lei Complementar Federal 101 de 4 de maio de 2000, artigo 17, §§ 1º e 6º.

Parágrafo único - O reajuste previsto no caput deste artigo entrará em vigor a partir de 1º Janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 17 de dezembro de 2014

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5102

. LEI Nº 5102

. de 17 de dezembro de 2014

Termo de Cessão de Uso / Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal, a firmar Termo de Cessão de Uso em favor do Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial, com sede na Rua Alvin Rauh Jr, Bairro das Nações, inscrito no CNPJ sob o nº 03.529.020/0001-48.

Art. 2º - O objeto da cessão de uso autorizada no caput é um Reboque Prancha, Placa MCL3419, Ano 2001/2002, Código Renavan 774544708.

Art. 3º - O Termo de Cessão de Uso de que trata a presente Lei será firmado por tempo indeterminado.

Art. 4º - Ocorrendo a extinção da Entidade (Bombeiros Voluntários), o encerramento de suas atividades, o abandono do bem por seus representantes/usuários, ou ainda, por interesse e/ou necessidade da Administração Pública, será imediatamente rescindido o Termo de Cessão de Uso.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5103

. LEI Nº 5103

. de 17 de dezembro de 2014

Altera Lei nº 4656/12, que autoriza permuta de imóvel entre o Município e Adelaide Fagundes.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o § 2º do Artigo 1º da Lei 4656, que trata da permuta de imóvel com Adelaide Fagundes, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

§1º

§2º - A área de propriedade de Adelaide Fagundes, possui a seguinte descrição:

"Um terreno urbano com área de 1.608,60m², (Um mil, seiscentos e oito metros e sessenta décimos quadrados), situado ao lado ímpar da Rua Maringá, bairro Encano do Norte, nesta cidade, confrontando pela frente, em 64,00 metros com o lado ímpar da Rua Maringá; nos fundos em 46,90 metros, com terras da área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado esquerdo em 36,86 metros com terras de Paulo Zonta (matrícula nº 30093) e, pelo lado direito em linha sinuosa em 53,04 metros com terras da área remanescente do imóvel supracitado."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5104

. LEI Nº 5104

. de 17 de dezembro de 2014

Altera Lei 5069 - Denomina Via Pública / Rua Guilherme Brassiani

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica alterado na Lei nº 5069, as medidas e dimensões da Rua "Guilherme Brassiani", localizada no Bairro Estrada das Areias, com início na Rua Minas Gerais e término na Rua João Batista Deretti, conforme segue:

Comprimento : 138,00 metros;

Gabarito Total : 14,80 metros;

Pista : 10,00 metros;

Passeios : 2,40 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 16 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5105

. LEI Nº 5105

. de 17 de dezembro de 2014

Autoriza Cessão de Uso de Veículo para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de veículo com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial, inscrito no CNPJ sob o nº 03.529.020/0001-48.

§ 1º - O veículo viatura de que trata o caput deste artigo apresenta as seguintes características: Reanault/Novo Master Extra Furgão L3H2, Zero Km, Chassi nº 93YMAF4LEFJ484152, ano fabricação 2014, ano modelo 2015, Motor nº M9TC678C013641, Renavan 243453, NF-e nº 709 - Série 1, veículo Furgão transformado em Ambulância, de propriedade do Município de Indaial.

§ 2º - O prazo da Cessão de Uso será de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, devendo constar expressamente no Termo de Cessão de Uso e seus Aditivos.

Art. 2º - O veículo acima deverá ser, prioritariamente, utilizado na cidade de Indaial, sob pena de revogação da Cessão de Uso da presente Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5106

. LEI Nº 5106

. de 17 de dezembro de 2014

Autoriza custeio despesas ADEFI - Associação dos Deficientes Físicos de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Município de Indaial a efetuar o pagamento das despesas de manutenção da ADEFI - Associação dos Deficientes Físicos de Indaial, inscrita no CNPJ sob o nº 06.041.609/0001-95.

Parágrafo Único - O valor das despesas de que trata o caput deste artigo, fica limitado em até R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais) para o exercício de 2015, em parcelas a serem divididas na forma do Convênio a ser firmado entre as partes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria previstas no orçamento do Gabinete do

Prefeito.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5107

. LEI Nº 5107

. de 17 de dezembro de 2014

Autoriza o Executivo Municipal a custear despesas do Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a custear despesas de manutenção e aquisição de material e bem permanente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial, inscrito no CNPJ sob o nº 03.529.020/0001-48.

Parágrafo Único - O valor das despesas de que trata o caput do artigo, fica limitado a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o exercício de 2015, em 12(doze) vezes de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, conforme Convênio a ser firmado entre as partes, de acordo com a Lei 4.919.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação prevista no orçamento de 2015.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5108

. LEI Nº 5108

. de 17 de dezembro de 2014

Autoriza o Executivo Municipal a efetuar o repasse de recursos financeiros para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial, inscrito no CNPJ sob o nº 03.529.020/0001-42, recursos financeiros para investimentos na Sede própria da entidade.

Parágrafo Único - O valor do repasse corresponde a R\$ 103,195,70 (Cento e três mil, cento e noventa e cinco reais e setenta centavos),

durante o exercício de 2015, na forma do Convênio a ser firmado entre as partes, conforme Lei Municipal 4.919.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento de 2015.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5109

. LEI Nº 5109

. de 17 de dezembro de 2014

AUTORIZA O CUSTEIO DE DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS CÃES E GATOS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a custear despesas de manutenção da ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS ONG ENTRE CÃES E GATOS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.248.459/0001-62.

Parágrafo Único - O valor das despesas de que trata o caput deste artigo, fica limitado em até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o exercício de 2015, conforme Convênio a ser firmado entre as partes de acordo com a Lei 4.919.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento de 2015 da Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 17 de dezembro de 2014

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5110

. LEI Nº 5110

. de 17 de dezembro de 2014

Autoriza Executivo Municipal a efetuar pagamento de aluguel ao SENAI/SC - Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autoriza a efetuar o pagamento de aluguel para as instalações da sede administrativa do SENAI/SC - Indaial, inscrito no CNPJ sob o nº 03.774.668/0031-70.

§ 1º - O imóvel a ser locado fica localizado na Av. Carlos Schroeder, nº 1165, bairro das Nações, em Indaial.

§ 2º - O valor do aluguel será de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de janeiro 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento de 2015 da Assessoria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 17 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5111

. LEI Nº 5111

. de 18 de dezembro de 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE ÁREA DE TERRAS QUE ESPECIFICA.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Indaial autorizado a efetuar o pagamento da importância de R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais) em favor de Vilmar Gueths, portador do RG nº 3.946.610, CPF nº 660.892.809-25 e Rosani de Borba Rodrigues, portadora do RG nº 2.341.041-8 e CPF nº 669.338.389-00, por desapropriação amigável de áreas de terras, conforme disposto nos Decretos 466/13 e 993/14, referente as matrículas 20285 e 20286, respectivamente, com as seguintes características:

I - Imóvel matriculado sob o nº 20285

“Área de terras com área de 628,40m², seiscientos e vinte e oito metros e quarenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando pela frente com 14,70m no lado ímpar da Avenida Brasil, nos fundos com 14,70m na margem esquerda do Rio Itajaí-Açu, no lado direito com 43,50m na parcela nº 02 e no lado esquerdo com 42,00m na parcela nº 04, ambas de propriedade de Aurino Onório, distando dito terreno pelo lado direito 82,80m da casa nº3469 da Avenida Brasil, de propriedade de José Ruskowski”

II - Imóvel matriculado sob o nº 20286

“Área de terras com 610,05 (seiscientos e dez metros quadrados e cinco decímetros quadrados), fazendo frente em 14,70m confrontando com o lado ímpar da Avenida Brasil, fundos em 14,70m confrontando com a margem esquerda do Rio Itajaí-Açu; lado direito em 42,00m confrontando com terras de Aurino Onório (matrícula

20285) e no lado esquerdo em 41,00m com terras de Aurino Onório (matrícula 20287)”

Art. 2º A importância a que se refere o artigo 1º será paga em parcela única, quando da escrituração dos imóveis.

Parágrafo Único - A Escritura dos imóveis objeto do presente instrumento legal, será firmada com a anuência do senhor Aurino Onório, inscrito no CPF sob o nº 010.002.419-04, bem como de eventuais herdeiros de Alvira Onório.

Art. 3º - As desapropriações a que se referem a presente Lei destinam-se as obras de implantação de Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu, a partir da Rua Presidente Nereu, bairro Rio Morto.

Art. 4º As despesas oriunda da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria de Obras

08.001 - Departamento de Obras

015.451.0008.1201 - Construção de Pontes e Pontilhões

44000000000000 - Investimentos

44900000000000 - Aplicações Diretas

1000000 - Recursos Ordinários

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5112

. LEI Nº 5112

. de 18 de dezembro de 2014

Autoriza prolongamento / Rua “Manoel Januário Antunes”(Autoria: Vereador Anderson Luz dos Santos e Osvaldo Metzner)

Art. 1o. - Fica autorizado e oficializado o prolongamento da RUA “MANOEL JANUÁRIO ANTUNES”, localizada no Bairro do Sol, iniciando-se o prolongamento ao término atual da citada rua (Lei 4665/12), e término em terras de herdeiros da família de Manoel Antunes.

Art. 2o. - A área de prolongamento da Rua “Manoel Januário Antunes” apresenta as seguintes dimensões:

Comprimento : 213,00 metros;

Largura : 8,00 metros;

Passeios : 2,00 metros.

Art. 3º - A rua Manoel Januário Antunes passa a apresentar, com o presente prolongamento, as seguintes dimensões:

Comprimento : 413,00 metros;

Gabarito : 12,00 metros;

Largura : 8,00 metros;

Passeios : 2,00 metros de cada lado.

Art. 4o. - Para fins de legalização dos imóveis existentes nessa rua, perante a municipalidade e registro de imóveis, deverão ser respeitados todos os requisitos do plano diretor, bem como as interdições da defesa civil.

Parágrafo Único - Eventuais adequações de infraestrutura, ficarão ao encargo dos proprietários dos imóveis.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Indaial em 18 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 18 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1587/2014

DECRETO Nº. 1587 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 794/2014 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 88.800,00 (oitenta e oito mil oitocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças 33500000

Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 7.600,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2018 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 35.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Departamento de Educação

2020 Manutenção do Programa Merenda Escolar

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 17.500,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2035 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 28.700,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

33710000 Transferências a Consórcios Públicos

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 30.000,00

08.00 Encargos Gerais do Município

08.01 Encargos Gerais do Município

0000 Encargos Gerais do Município

32900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 58.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de dezembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

LEI 794/2014

LEI Nº. 794, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 88.800,00 (oitenta e oito mil oitocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2018 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
33500000 Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.600,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2018 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 35.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2020 Manutenção do Programa Merenda Escolar
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 17.500,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2035 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 28.700,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 30.000,00

08.00 Encargos Gerais do Município
08.01 Encargos Gerais do Município

0000 Encargos Gerais do Município
32900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 58.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de dezembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 38/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº38, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o artigo 114, da Lei Complementar n. 012/2003, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Iomerê, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. O artigo 114, da Lei Complementar nº 012/2003, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Iomerê, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 114. A base da taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados a sua disposição e dimensionados, para cada caso da seguinte forma:

I - em relação ao serviço de coleta de lixo, por m² (metro quadrado) de área edificada e por tipo de utilização do imóvel, o valor anual de:

a) 0,20 (zero vírgula vinte) Unidades Fiscais do Município - UFM, para os imóveis utilizados como residência;
b) 0,30 (zero vírgula trinta) Unidades Fiscais do Município - UFM, para os imóveis utilizados na indústria, comércio e prestação de serviços.

Art. 2. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar n. 037/2014.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de dezembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2498/2014

PORTARIA Nº 2498 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora JUCEMARA JOANA GODINHO PAGANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/06/2013 a 02/06/2014 a contar de 22/12/2014 a 20/01/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2499/2014

PORTARIA Nº 2499 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINA LUCIA SAVARIS WILMSEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014 a contar de 22/12/2014 a 20/01/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2500/2014

PORTARIA Nº 2500 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINA INES COLOMBO OLTRAMARI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2501/2014

PORTARIA Nº 2501 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora IRENE OSS BARICHELLO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2502/2014

PORTARIA Nº 2502 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora CRISTIANE PERETTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2503/2014

PORTARIA Nº 2503 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora IVA PEROSA PELLE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2504/2014

PORTARIA Nº 2504 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MAIARA GUEDES, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2505/2014

PORTARIA Nº 2505 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora IVANIR PEROSA PELLE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2506/2014

PORTARIA Nº 2506 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora LEONILDE FERRONATO FAC-CIN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/02/2015 a contar de 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.122 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 142.137,13.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 4, Projeto 2.005 - Gestão das Ações do Controle Interno, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 1.100,00.

II - Código reduzido 6, Projeto 2.092 - Gestão das Ações do PRO-CON, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 500,00.

III - Código reduzido 43, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 12.500,00.

IV - Código reduzido 57, Projeto 2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0019, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 35.000,00.

V - Código reduzido 99, Projeto 2.065 - Gestão dos Recursos e Projetos de Iluminação Pública, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0006, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 11.137,13.

VI - Código reduzido 3, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 36.000,00.

VII - Código reduzido 7, Projeto 2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 7.000,00.

VIII - Código reduzido 11, Projeto 2.026 - Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.500,00.

IX - Código reduzido 13, Projeto 2.027 - Gestão das Ações Básicas de Odontologia, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 22.000,00.

X - Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento

33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 8.000,00.

XI - Código reduzido 26, Projeto 2.031 - Gestão das Ações de Suporte Profilático e Terapêutico, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.400,00.

XII - Código reduzido 27, Projeto 2.072 - Gestão das Ações de Vigilância Sanitária, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.900,00.

XIII - Código reduzido 29, Projeto 2.073 - Gestão das Ações de Vigilância Epidemiológica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.100,00.

TOTAL GERALR\$ 142.137,13

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 1.600,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 47.500,00.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0006, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 11.137,13.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 81.900,00.

TOTAL GERALR\$ 142.137,13

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 16 de dezembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 16 de dezembro de 2.014

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito em exercício

DECRETO N. 2.123 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA POR CONTA DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 11.322,95

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da alínea "a", do Item I, do Grupo II do Anexo V e do § 1º do artigo 26, ambos da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA e considerando o custo previsto para o procedimento médico objeto da liminar concedida nos autos 0300146-87.2014.8.24.0242,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de

Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 11.322,95.

TOTAL GERALR\$ 11.322,95

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da utilização parcial da reserva de contingência:

I. Código reduzido 24, Projeto 9.999 - Reserva de Contingência, elemento 99990000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 11.322,95.

TOTAL GERALR\$ 11.322,95

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 16 de dezembro de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 16 de dezembro de 2.014
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito em exercício

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.737/2014

Decreto nº 2.737/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1830 de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no valor de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.02 13 (103)	Aplicações Diretas	R\$ 2.800,00
T O T A L R\$ 2.800,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos por conta da anulação da dotação a seguir especificada, do Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no valor de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.030 – Despesas não consideradas nos índices legais – Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 213 (01)	Aplicações Diretas	R\$ 2.800,00
T O T A L R\$ 2.800,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.738/2014

Decreto nº 2.738/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1829 de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no valor de R\$ 88.900,00 (Oitenta e oito mil e novecentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (03)	Aplicações Diretas	R\$ 50.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (08)	Aplicações Diretas	R\$ 38.100,00
T O T A L R\$ 88.900,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos por conta da anulação das dotações a seguir especificadas, do Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no valor de R\$ 88.900,00 (Oitenta e oito mil e novecentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.033 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (19)	Aplicações Diretas	R\$ 49.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (22)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L R\$ 50.350,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (28)	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (32)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L R\$ 4.450,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.035 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (38)	Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L R\$ 1.950,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (53)	Aplicações Diretas	R\$ 11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (55)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L R\$ 11.450,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (63)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (65)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L R\$ 900,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (67)	Aplicações Diretas	R\$ 100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0 251 (69)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L R\$ 550,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 – Contribuição ao CISAMURC		
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0 251 (48)	Aplicações Diretas	R\$ 17.400,00
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0 251 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 900,00
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0 251 (50)	Aplicações Diretas	R\$ 950,00
T O T A L R\$ 19.250,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2739/2014

Decreto nº 2.739/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (130)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
T O T A L R\$ 5.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (127)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

TOTAL	R\$ 5.000,00
-------------	--------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2740/2014

Decreto nº 2.740/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.02 (35)	Aplicações Diretas	R\$ 68.000,00
TOTAL		
R\$ 68.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 193 - Recursos FUNDEB 60%.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.829/2014

Lei nº 1.829/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, até o limite de R\$ 140.100,00 (Cento e quarenta mil e cem reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde
--

3.1.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (03)	Aplicações Diretas	R\$ 88.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (08)	Aplicações Diretas	R\$ 38.100,00
TOTAL		
R\$ 126.100,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde
--

3.1.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (36)	Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
TOTAL		
R\$ 14.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos por conta da anulação das dotações a seguir especificadas, do Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no limite de R\$ 140.100,00 (Cento e quarenta mil e cem reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.033 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (19)	Aplicações Diretas	R\$ 49.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (22)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
TOTAL		
R\$ 50.350,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família

3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (28)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (32)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
TOTAL		
R\$ 5.450,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde
--

3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (38)	Aplicações Diretas	R\$ 2.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
TOTAL		
R\$ 2.650,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.036 – Manutenção do Programa Saúde Bucal
--

3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (43)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00
TOTAL		
R\$ 500,00		

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Progr. Agentes Comunitários de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (53)	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (55)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L		R\$ 12.450,00

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (63)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (65)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L		R\$ 900,00

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (67)	Aplicações Diretas	R\$ 100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.02 51 (69)	Aplicações Diretas	R\$ 450,00
T O T A L		R\$ 550,00

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 – Contribuição ao CISAMURC		
3.1.71.00.00.00.00.00.01.02 51 (48)	Aplicações Diretas	R\$ 17.400,00
3.3.71.00.00.00.00.00.01.02 51 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 900,00
3.3.93.00.00.00.00.00.01.02 51 (100)	Aplicações Diretas	R\$ 48.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.01.02 51 (50)	Aplicações Diretas	R\$ 950,00
T O T A L		R\$ 67.250,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.830/2014

Lei nº 1.830/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, até o limite de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.02 13 (103)	Aplicações Diretas	R\$ 2.800,00
T O T A L		R\$ 2.800,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos por conta da anulação das dotações a seguir especificadas, do Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no limite de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.030 – Despesas não consideradas nos índices legais – Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.02 13 (01)	Aplicações Diretas	R\$ 2.800,00
T O T A L		R\$ 2.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 525/2014

PORTARIA Nº 525/2014

Instaura Procedimento Administrativo e Nomeia Comissão a fim de verificar eventual hipótese de inexecução contratual do Contrato Administrativo n.º 08/2014, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, Sr. Juliano Pozzi Pereira, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Tomada de Preços nº 02/2014, que tem como objeto a construção de 02 unidades básicas de Saúde, sendo uma na localidade de Serrinha com área de 398m², e outra, na localidade de Rio Branco com área total de 398m², neste Município;

CONSIDERANDO o Contrato nº 08/2014, celebrado entre o Município de Irineópolis e a empresa Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda. ME.

CONSIDERANDO o pedido de rescisão amigável protocolado pela empresa Leme & Ribas na data de 02/12/2014;

CONSIDERANDO a Notificação Extrajudicial expedida pelo Município em 10/12/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar o motivo da rescisão contratual bem como a eventual existência de inadimplência contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão composta pelos funcionários MARCELO GIOTTO DE CARVALHO, SCHEILA PATRICIA KIELB e RODRIGO ANTÔNIO JURCK, sob a presidência do primeiro para abrir Processo Administrativo para apurar responsabilidade da empresa Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 10.772.105/0001-12, visando:

I. Apuração dos fatos ocorridos na execução do presente contrato,

especialmente quanto a culpa da Contratada relativa a baixa qualidade dos serviços, os prejuízos disso decorrentes e do abandono da obra e todas as demais circunstâncias envolvendo o inadimplemento das obrigações;

II. A cominação de multa por inadimplemento contratual na proporção que couber, respeitada a dosimetria;

III. Apuração de eventuais prejuízos em razão do inadimplemento de obrigações contratuais e em razão de divergência nas medições;

IV. E todas as demais circunstâncias relevantes que envolvam a execução parcial e o inadimplemento alegado.

Art. 2º A comissão deverá dar cumprimento ao Processo no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da instalação.

Art.3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 02 de dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 177/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 177/2014

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para conserto da moto-niveladora marca Caterpillar 120K, da Secretaria de Transportes, desta municipalidade.

Contratado: Paraná Equipamentos S.A

CNPJ: 76.527.951/0008-51

Valor: R\$ 1.816,72

Vigência: 90 dias

Fundamento: Inciso I do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 17 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 178/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 178/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 178/2014, cujo objeto é a contratação de serviços de arbitragem para os jogos da 18ª edição dos JAITS -Jogos Abertos de Itapiranga, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 06 de janeiro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC. 18 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº15/14

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	18/12/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 15/2014 Nº 146/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de piso de concreto armado para fixação de parques infantis, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 21/11/2014 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 82.887.829/0001-12, C.L.D. CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA, CNPJ/MF: 12.296.247/0001-86, RENAN SISMER MAURICIO ME, CNPJ/MF: 20.985.955/0001-52. Exatamente as 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
18/12/2014	800	08h:37m	RENAN SISMER MAURICIO ME	20.985.955/0001-52
18/12/2014	801	09h:09m	DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA	82.887.829/0001-12
18/12/2014	802	09h:20m	C.L.D. CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA	12.296.247/0001-86

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que as empresa RENAN SISMER MAURICIO ME não apresentou os itens 2.1.1. (Contrato Social sem autenticação), 2.3.3.2. (Declaração de Conhecimento do Objeto não foi emitida pelo responsável técnico), 2.3.2. e 2.3.3. (licitante apresentou apenas a CAT., deixando de juntar os respectivos Atestados de Capacidade Técnica), 2.4.3.2. (licitante apresentou a documentação incompleta, não juntou os Termos de Abertura e Encerramento) e a empresa C.L.D. CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA não apresentou os itens 2.3.2. e 2.3.3. (licitante apresentou apenas a CAT., deixando de juntar os respectivos Atestados de Capacidade Técnica) e 2.4.3.2. (documento apresentado incompleto, não juntou Termo de Abertura e Encerramento) do edital, portanto consideradas INABILITADAS. A empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA estava de acordo com o edital, portanto considerada HABILITADA. Ao serem consultados, os representantes das respectivas empresas manifestaram a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de

PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 196.189,08

Portanto a empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA foi vencedora do objeto com o valor de R\$ 196.189,08 (cento e noventa e seis mil cento e oitenta e nove reais e oito centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 206.634,96 (duzentos e seis mil seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE

JULIANA CRISTINA SOARES
SPECK
MEMBRO

Licitantes presentes:

RENAN SISMER MAURICIO ME
LINO ANTONIO DA SILVA NETO
CNPJ/MF: 379.759.609-00

DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA
JANUARIO LUIZ NUNES
CNPJ/MF: 378.917.319-34

C.L.D. CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO
LTDA
CHARLES LUIZ DANI
CNPJ/MF: 016.310.169-89

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 18 de dezembro de 2014, a partir das 11:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, MARCIANE RECH, nomeados pelo(a), para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 87/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS E CONTRATAÇÃO DE GRUPO DE DANÇA A FIM DE ATENDER O PROJETO VERÃO 2014/2015, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP	MICHELE VANESSA DOS SANTOS
MANI SOM E LUZ LTDA	EDILSON KAMMRADT
SIMPLES MARKETING, PROMOCOES E EVENTOS LTDA	SIMONE MARIA NUNES
SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	ERLON CARLON DA SILVA
MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA ME	RAFAEL CARLO THEISS

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foi visto que a empresa MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA ME não cotou o subitem 1.3 referente ao lote 01 do edital, portanto a empresa foi considerada DESCLASSIFICADA para a fase de lances. As demais empresas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens/Lotes	Valor Total
SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	01	R\$ 14.700,00
SIMPLES MARKETING, PROMOCOES E EVENTOS LTDA	02	R\$ 15.199,97

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Na presente sessão foi apresentado pela empresa SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA, o item nº 13 (das condições de contratação), item nº 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.4, ausente somente para fim de homologação o item nº 13.1.2 do edital. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 18 de dezembro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	MARCIANE RECH Membro
CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP MICHELE VANESSA DOS SANTOS	MANI SOM E LUZ LTDA EDILSON KAMMRADT
MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA ME RAFAEL CARLO THEISS	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA ERLON CARLON DA SILVA

ERRATA AO EDITAL Nº 054/2014 - SECRETARIA DE OBRAS

ERRATA

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 54/2014

Destinado a selecionar candidato para contratação temporária de Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas

Onde lê-se EDITAL Nº 54/2014, passa a vigorar:
EDITAL Nº 57/2014.

Jeferson Rubens Garcia
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Itapoá, 18 de dezembro de 2014

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 06/2014 SERVIÇOS DE RECEBIMENTO, TRIAGEM, COMPOSTAGEM, PROCESSAMENTO, TRANSBORDO, TRANSPORTE, E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES (CLASSE II-A) DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Pública nº.06/2014

Processo:87/2014

Objeto: SERVIÇOS DE RECEBIMENTO, TRIAGEM, COMPOSTAGEM, PROCESSAMENTO, TRANSBORDO, TRANSPORTE, E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES (CLASSE II-A) DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Maior Oferta. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 09 de fevereiro de 2015 até às 09:00 horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 09 de fevereiro de 2015 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 18 de dezembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a concessão de licença ao Prefeito de Jacinto Machado para tratar de assuntos de interesse particular.

Art. 1º Fica concedido ao Prefeito de Jacinto Machado, ANTONIO JOÃO DE FAVERI, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara, licença para tratar de assuntos de interesse particular pelo prazo de trinta (30) dias, a ser usufruída no período de 5 de janeiro a 3 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 05 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado, 16 de dezembro de 2014; 55º de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)

Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)

Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 10, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 10, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento em comissão na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor VALDIR DAL PONT, Matrícula nº 1.249, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência, Classe CPC-02, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado, 12 de dezembro de 2014; 55ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)

Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)

Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 3, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre designação de Comissão Especial para proceder ao inventário anual dos bens móveis da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 38, inc. IV, da Lei Orgânica do Município, combinado com disposto no art. 39, inc. IV, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

Art. 1º Fica designado Comissão Especial na Unidade Administrativa Câmara de Vereadores para proceder ao inventário anual e à baixa de bens móveis do Poder Legislativo Municipal, sendo constituída pelos servidores:

I - Valdir Dal Pont, Matrícula nº 1249, ocupante do cargo de Assessor da Presidência;

II - Jucilene Laurindo de Melo Padilha, Matrícula nº 1198, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Legislativos;

III - Wanderley Tomasi, Matrícula nº 0500, ocupante do cargo de Secretário-Geral;

Parágrafo único. A Comissão Especial de que trata o disposto no caput deste artigo será presidida pelo servidor Valdir Dal Pont, ocupante do cargo de Assessor da Presidência e secretariado pelo servidor Wanderley Tomasi, ocupante do cargo de Secretário-Geral.

Art. 2º Os servidores designados para exercer os atos atribuídos à Comissão Especial de que trata o art. 1º desta Resolução não farão jus qualquer acréscimo na remuneração mensal, percebida na condição de ocupantes de cargos de provimento efetivo na Câmara Municipal.

Art. 3º A Comissão Especial, de que trata o caput do art. 1º desta Resolução, dispõe de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 1º de dezembro de 2014; 55º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)
Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador JOSÉ TALAU (PP)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 4, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 4, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre designação de Comissão de Avaliação, Reavaliação e Ajuste dos bens patrimoniais da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 38, inc. IV, da Lei Orgânica do Município, combinado com disposto no art. 39, inc. IV, do Regimento Interno da Câmara, resolve:

Art. 1º Fica designado Comissão de Avaliação, Reavaliação e Ajuste dos bens patrimoniais do Poder Legislativo Municipal, sendo constituída pelos servidores:

I - Valdir Dal Pont, Matrícula nº 1249, ocupante do cargo de Assessor da Presidência;

II - Jucilene Laurindo de Melo Padilha, Matrícula nº 1198, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Legislativos;

III - Wanderley Tomasi, Matrícula nº 0500, ocupante do cargo de Secretário-Geral;

Parágrafo único. A Comissão Especial de que trata o disposto no caput deste artigo será presidida pelo servidor Valdir Dal Pont, ocupante do cargo de Assessor da Presidência e secretariado pelo servidor Wanderley Tomasi, ocupante do cargo de Secretário-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Jacinto Machado, 1º de dezembro de 2014; 55º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)
Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador JOSÉ TALAU (PP)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 5, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 5, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ADRIANO LODETTI FAVARO, Matrícula nº 1.196, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, Classe IV-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 04 de julho de 2013 a 03 de julho de 2014, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Por imperiosa necessidade será convertido 1/3 (um terço) das férias que tem direito o servidor acima epigrafoado em abono pecuniário, no valor da remuneração que seria devida nos dias correspondentes, conforme dispõe art. 81, § 4º, aliena "a", da Lei nº 245, de 20 de março de 2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado, 12 de dezembro de 2014; 55ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)
Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador JOSÉ TALAU (PP)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 6, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 6, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210, da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor WANDERLEY TOMASI, Matrícula nº 0500, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário-Geral, Classe III-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Por imperiosa necessidade será convertido 1/3 (um terço) das férias que tem direito o servidor acima epigrafado, em abono pecuniário, com valor da remuneração que seria devida nos dias correspondentes, conforme dispõe art. 81, § 4º, aliena "a", da Lei nº 245, de 20 de março de 2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado, 12 de dezembro de 2014; 55ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)
Presidente

Registre-se e publique-se:
Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 7, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 7, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre concessão de férias para servidora ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias a servidora JUCILENE LAURINDO DE MELO PADILHA, Matrícula nº 1.198, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Legislativos, Classe I-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 01 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado, 12 de dezembro de 2014; 55ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)
Presidente
Registre-se e publique-se.

Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 8, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 8, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ADILSON PIVA, Matrícula nº 1.235, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, Classe II-CPE, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 02 de julho de 2013 a 01 de julho de 2014, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado, 12 de dezembro de 2014; 55ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)
Presidente

Registre-se e publique-se.
Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 9, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre concessão de férias para servidor ocupante de cargo de provimento em comissão na Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 81, combinado com o art. 210 da Lei nº 245, de 20 de março de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ERALDO BENITO CANDIDO, Matrícula nº 1.248, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, Classe CPC-01, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Parágrafo único. As férias concedidas se referem ao período de aquisição de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, terão duração de 30 (trinta) dias e serão usufruídas no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2015.

Jacinto Machado, 12 de dezembro de 2014; 55ª de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)
Presidente

Registre-se e publique-se.
Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)
Primeiro Secretário

Joaçaba

PREFEITURA

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 4/2014 - SECRETARIA DE FINANÇAS - MENSALIDADE, PERMISSÃO DE SERVIÇO TÁXI

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 4 - SECRETARIA DE FINANÇAS - MENSALIDADE, PERMISSÃO DE SERVIÇO TÁXI

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito a MENSALIDADE, PERMISSÃO DE SERVIÇO TÁXI, do exercício 2014, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2015.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 18/12/2014 à 18/01/2015.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 17/12/2014. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 18 de dezembro de 2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico
Secretária de Gestão Financeira

Eliaana Zardo
Diretora Geral de Finanças

Código	Nome
18076	ADEMAR AUGUSTO JAPAO BELOTTO
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI

151/2014 TA 02

CONTRATO Nº 151/2014/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 151/2014/PMJ, firmado em 11/02/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2014, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 27.437,20 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e sete reais e vinte centavos), correspondentes a 4,5896% do valor total inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 9.799 passagens (Vale Transporte), ao custo unitário de R\$ 2,80.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 17 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA

CONTRATADA

Ivo Carlos Hack Junior

Testemunhas:

1. _____

2. _____

152/2014 TA 01

CONTRATO Nº 152/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana, nº 216, centro, no Município de Luzerna, SC, neste ato representada pelo Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597 e CPF nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 152/2014/PMJ, firmado em 11/02/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2014, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO.

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 3.749,50 (três mil setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), correspondentes a 5,403% do valor total inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93,

referente ao corte de 810 (oitocentas e dez) passagens mínimas ao custo unitário de R\$ 3,00 (três reais) e, de 406 (quatrocentas e seis) passagens máximas ao custo unitário de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 17 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP
CONTRATADA

Eitor Hoppen

Testemunhas:

1. _____

2. _____

914/2012 TA 04

CONTRATO Nº 914/2012/PMJ - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, estabelecida na Rua Orlando Willi Lotermann, 390, Bairro Bela Vista, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Sr. Wilson da Rosa, portador do CPF nº 539.442.409-87 e CI nº 11/R 858.366, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 914/2012/PMJ, firmado em 22/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2012/PMJ - Dispensa nº 4/2012/PMJ, homologado em 24/03/2012, cujo objeto é a execução e acompanhamento, com mão de obra especializada, pela CONTRATADA, de 74 unidades habitacionais, medindo 37,20 m² cada, conforme especificações dos projetos de engenharia, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 2.2 do contrato original passa a ter a seguinte redação:

2.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial

e entregar a obra, completamente executada, até 30 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 30 de dezembro de 2015, haja vista a vinculação e a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Repasse nº 0321547-89/2010, de 23/09/2010, realizado segundo os termos do Programa FNHIS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA HIS, do Ministério das Cidades, conforme cópia do Termo Aditivo em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 18 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA
CONTRATADA

Vilson da Rosa

Testemunhas: 1 _____ 2 _____

DECRETO Nº 4.710 DE 17 DE DEZEMBRO 2014

Decreto Nº 4.710 de 17 de Dezembro 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso II da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 9 Aplicações Diretas
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 11 Aplicações Diretas
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 17 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

DECRETO Nº 4.704 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.704 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
EDITA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2015 PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º Fica editado o CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2015, para as repartições públicas municipais de Joaçaba-SC:

- I - 01 de janeiro, quinta-feira, confraternização universal (Feriado Nacional)
- II - 16 e 17 de fevereiro, segunda e terça-feira de Carnaval (Ponto Facultativo);
- III - 18 de fevereiro, quarta-feira de Cinzas (Ponto Facultativo período da manhã);
- IV - 03 de abril, sexta-feira, Sexta-Feira Santa (Feriado Nacional);
- V - 05 de abril, domingo, Páscoa;
- VI - 21 de abril, terça-feira, Tiradentes (Feriado Nacional);
- VII - 01 de maio, sexta-feira, Dia do Trabalho (Feriado Nacional);
- VIII - 04 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (Lei Municipal Nº 817/76);
- IX - 05 de junho, sexta-feira, após feriado de Corpus Christi (Ponto Facultativo);
- X - 25 de agosto, terça-feira, Emancipação Político-Administrativa (Feriado Municipal);
- XI - 07 de setembro, segunda-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);
- XII - 12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);
- XIII - 28 de outubro, quarta-feira, Dia Funcionário Público (Ponto Facultativo - Lei Complementar Nº 76/03);
- XIV - 02 de novembro, segunda-feira, Finados (Feriado Nacional);
- XV - 15 de novembro, domingo, Proclamação da República (Feriado Nacional);
- XVI - 24 de dezembro, quinta-feira, Véspera de Natal (Ponto Facultativo);
- XVII - 25 de dezembro, sexta-feira, Natal (Feriado Nacional);
- XVIII - 31 de dezembro, quinta-feira, Véspera de Ano Novo (Ponto Facultativo).

Parágrafo único - O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 16 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.707 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.707 de 16 de DEZEMBRO de 2014
"APROVA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de habitação e Interesse Social, parte integrante do presente Decreto, nos termos da apreciação do conselho em reunião ordinária no dia 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO-GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - JOAÇABA/SC

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, DA COMPETÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO

Seção I
Da natureza

Art. 1 - O Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social é o órgão de representação paritária do poder público e da sociedade civil, de assessoramento da administração pública, com funções deliberativas e consultivas nos termos da Lei Municipal nº 3.835 de 15 de Dezembro de 2008.

Seção II
Da competência

Art. 2 - O Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social tem as seguintes competências:

- I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, a política e o plano municipal de habitação;
- II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS;
- III - fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
- III - deliberar sobre as contas do FHIS;
- IV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;
- V - aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do FHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do FHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e

avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

Seção III

Da composição

Art. 3 - A composição do Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social será de forma paritária e pelas seguintes representações:

I - Representantes governamentais:

01 - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Ação Social;

01 - Representante da Secretaria de Planejamento e Obras;

01 - Representante da Secretaria de Finanças;

01 - Representante da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços;

II - Representantes da sociedade civil:

01 - Representante da União da Associação dos Moradores;

01 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joaçaba;

01 - Representante dos Clubes de Serviço de Joaçaba;

01 - Representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC;

§ 1º O Presidente do Conselho-Gestor do FHIS será eleito entre os membros indicados e exercerá o voto de qualidade.

§ 2º - Os Conselheiros representantes governamentais e seus suplentes serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 3º - Os Conselheiros representantes da sociedade civil e seus suplentes serão indicados pelo seu órgão representante.

§ 4º - O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, permitida uma recondução, sendo que a recondução poderá ser de no máximo 50% (cinquenta por cento) do número total de membros.

Art. 4 - O mandato dos membros do Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social será de 02 (dois) anos, e seu exercício será considerado de relevante interesse público, não podendo ser remunerado sob qualquer forma ou pretexto.

Art. 5 - Os Conselheiros titulares que não comparecerem em 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, em cada período de um ano, sem apresentarem justificativa, perderão os mandatos, sendo substituídos pelos respectivos suplentes.

Art. 6 - Os Conselheiros titulares que não puderem fazer mais parte do Conselho devem informar formalmente o Presidente, situação em que o suplente assumirá a titularidade.

Art. 7 - O suplente, quando no exercício da titularidade, submete-se a todas as disposições deste Regimento Interno, substituindo o Conselheiro titular na Comissão à qual pertencer.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 8 - O Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social terá seus trabalhos organizados com base na seguinte estrutura:

I - Pleno;

II - Comissões;

III - Mesa Diretora.

Seção I

Do Pleno

Art. 9 - O Pleno, órgão máximo e soberano do Conselho, integrado pela totalidade dos Conselheiros, por convocação do Presidente, reunir-se-á em sessão, bimestralmente, da seguinte forma:

I - Quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um do total de Conselheiros, nas sessões ordinárias;

II - Quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros quando das sessões que tratem de alterações deste Regimento Interno.

§ 1º - A pauta das sessões será definida pelo Presidente do Conselho e encaminhada aos demais Conselheiros quando da convocação para as respectivas sessões.

§ 2º - Os Conselheiros poderão requerer ao Presidente, desde que justificadamente, a inclusão de matérias novas ou urgentes na sessão em curso, cabendo ao Presidente submeter à aprovação do Pleno e, caso aprovadas, deverão ser incluídas no final da pauta da sessão em curso.

Art. 10 - Em cada sessão haverá:

I - Apreciação e votação da ata da reunião anterior;

II - Expediente (avisos, comunicações, apresentação de correspondência e documentos oficiais e ou de interesse público);

III - Ordem do dia (votações sobre projetos, proposições, consultas e outras matérias de competência do Conselho);

IV - Outras manifestações (assuntos de caráter geral ou de interesse do Conselho).

§ 1º - Em outras manifestações será utilizado o tempo para os conselheiros usarem da palavra, sob coordenação do Presidente, sem permissão de apartes, com o objetivo de justificar posições, externar opiniões ou sugerir encaminhamentos.

§ 2º - Na falta do Presidente, a sessão será presidida pelo Secretário e, na falta desse, pelo Conselheiro mais idoso presente.

§ 3º - Na ausência ou impossibilidade do Secretário na respectiva sessão, o Presidente nomeará um dos Conselheiros presentes para realizar as respectivas atividades.

Art. 11 - O Conselho reunir-se-á extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento da maioria simples dos Conselheiros, para questões de relevada urgência e necessidade. Parágrafo único: A reunião extraordinária tratará unicamente da questão para a qual foi convocada.

Art. 12 - As decisões do Pleno serão tomadas por maioria simples dos Conselheiros presentes, exceto disposições em contrário previstas neste Regimento.

Seção II

Das Comissões

Art. 13 - O Conselho poderá criar Comissões para finalidades específicas não previstas neste Regimento.

§ 1º. A iniciativa para criação de Comissões cabe a qualquer Conselheiro, sendo necessária a aprovação pelo Pleno.

§ 2º. No momento da criação das Comissões, por Resolução, deverá ser estabelecida a sua finalidade e o prazo de seu funcionamento, devendo o ato ser publicado no órgão de imprensa oficial do Município.

§ 3º. As Comissões serão compostas de, no máximo, 03 (três) Conselheiros, os quais definirão entre si o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art. 14 - Compete às Comissões:

I - Desenvolver os trabalhos de acordo com a finalidade definida no ato de sua constituição e dentro do prazo estabelecido para o seu funcionamento;

II - Informar regularmente ao Presidente, e quando for o caso, ao Pleno, sobre o andamento dos trabalhos;

III - Apresentar ao Pleno as conclusões dos trabalhos desenvolvidos através da entrega de documento final, submetendo-o à

discussão e aprovação do plenário.

Art. 15 - As Comissões não poderão tornar públicas suas conclusões antes da aprovação do Pleno.

Seção III Da Mesa Diretora

Art. 16 - A Mesa Diretora é composta pelo Presidente e Secretário e tem como atribuições a coordenação, articulação e organização de todos os trabalhos realizados pelo Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE, SECRETÁRIO E CONSELHEIROS

Seção I Do Presidente

Art. 17 - Compete ao Presidente:

I - Convocar e presidir as sessões plenárias, verificar o quórum, conceder apartes e decidir sobre questões de ordem;
II - Representar o Conselho pessoalmente ou por delegação;
III - Proclamar as decisões do Pleno e do seu Regimento Interno;
IV - Garantir o andamento dos trabalhos e a livre manifestação dos Conselheiros em plenário, permitindo tão-somente a presença de pessoas estranhas ao quadro do Conselho quando convidadas;
V - Encaminhar as solicitações e proposições das Comissões e dos Conselheiros;
VI - Desempatar as votações, nos termos deste Regimento;
VII - Distribuir, por pertinência e equanimidade, os processos e as matérias aos Conselheiros;
VIII - Assinar os atos e expedientes administrativos do Conselho;
IX - Encaminhar, quando necessários ou por solicitação do Pleno, os atos do Conselho aos quais se devam dar conhecimento, às autoridades ou mediante publicação no meio de comunicação oficial do Município;
X - Nomear os membros das Comissões;
XI - Baixar normas, ouvido o Pleno, visando a disciplinar e aperfeiçoar os trabalhos do Conselho;
XII - Apresentar, ao final de cada ano, ao Poder Executivo, relatório de seus trabalhos;
XIII - Exercer, por decisão do Pleno, outras funções diretivas não previstas neste Regimento.

Sessão II Do Secretário

Art.18 - Compete ao Secretário:

I - Lavrar as atas das reuniões;
II - Convocar os conselheiros das reuniões informando o horário e local das mesmas;
III - Expedir as convocações para as reuniões do Conselho ou Comissões;
IV - Receber, protocolar, preparar e encaminhar o expediente interno e externo do Conselho;
V - Exercer, por delegação do Presidente ou do Pleno, outros encargos permitidos por este Regimento;
VI - Organizar a pauta das sessões;
VII - Proceder à leitura das atas das sessões para discussão e, após aprovação, assinar juntamente com o Presidente;
VIII - Tomar as providências necessárias à instalação e ao funcionamento das sessões em geral;
IX - Exercer outras atividades correlatas;
X - Substituir o Presidente em caso de faltas ou impedimento.

Seção III Dos Conselheiros

Art. 19 - Compete aos Conselheiros:

I - Tomar parte nas atividades do Conselho, relatar processos e expedientes, dar parecer, requerer diligências, solicitar vistas de processos e apresentar proposições;
II - Votar e ser votado para os cargos do Conselho, se não houver impedimentos;
III - Participar das discussões e deliberações do Conselho;
IV - Comparecer às sessões do Conselho e Comissões às quais pertençam;
V - Colaborar para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho;
VI - Representar o Conselho quando designado pelo Presidente;
VII - Requerer votação de matéria em regime de urgência;
VIII - Requisitar à Mesa Diretora as informações que julgar necessárias para o desempenho de suas atribuições;
IX - Executar outras atividades que lhes sejam atribuídas pela Presidência ou pelo Pleno.

CAPÍTULO IV DOS ATOS E DOS PROCEDIMENTOS

Seção I Das resoluções e dos pareceres

Art. 20 - São atos inerentes às finalidades e funções do Conselho, as resoluções e os pareceres.

Art. 21 - Resolução é o ato plenário absoluto, de caráter geral, obrigatório, e normativo-deliberativo, decorrente da hierarquia e da soberania do Conselho, por meio do qual se fixa ou restabelece a sua posição institucional e orgânica em relação a questões internas ou externas.

§ 1º - A Resolução poderá ser de iniciativa de qualquer Conselheiro e será apresentada mediante proposição escrita ou oral, devendo ser discutida e decidida pelo Pleno.

§ 2º - As Resoluções aprovadas pelo Conselho devem ser publicadas no órgão de comunicação oficial do Município.

Art. 22 - Parecer é o pronunciamento técnico sobre matéria submetida ao Conselho na forma de projeto, consulta, proposição ou outras solicitações correlatas, o qual é dado por um Conselheiro na qualidade de relator.

Parágrafo único: O parecer deve conter a seguinte estrutura:

I - Indicação da procedência;
II - Objeto;
III - Histórico;
IV - Análise;
V - Voto do relator;
VI - Decisão do Plenário.

Seção II Da tramitação das matérias

Art. 23 - Todos os projetos, consultas, proposições ou outras solicitações correlatas, submetidas à análise do Conselho, serão incluídas para leitura na sessão imediatamente seguinte ao seu recebimento.

§ 1º - Após a leitura, o Presidente designará relator para a matéria, o qual deverá emitir parecer até a próxima sessão ordinária, exceto se o Pleno determinar prazo diverso.

§ 2º - Apresentado o parecer, este será apreciado pelos demais Conselheiros para sua aprovação ou rejeição.

§ 3º - Quando da aprovação ou rejeição do parecer, pode o Conselheiro interessado pedir vistas da matéria, desde que autorizado e dentro do prazo estabelecido pelo Pleno.

§ 4º - Das decisões referentes aos projetos submetidos ao

Conselho, nos termos do caput deste artigo, serão expedidas Resolução, a qual deve ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, além de serem informadas aos interessados.

Art. 24 - Os atos do Conselho serão organizados e numerados na forma determinada pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - As reuniões do Conselho serão públicas, sendo que qualquer pessoa poderá requerer a palavra, desde que haja solicitação de autorização prévia que será submetida à apreciação dos membros do Conselho.

Art. 26 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pleno do Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, no âmbito de sua competência, em maioria simples.

Art. 27 - Qualquer Conselheiro pode propor mudanças deste Regimento Interno, sendo necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) dos demais membros.

Art. 28 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba, SC, 08 de Dezembro de 2014.
Presidente do Conselho

DECRETO Nº 4.708 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.708 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O USO DE BANDEIRA II EM PERÍODO, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o uso de BANDEIRA II, para os serviços de táxi no Município de Joaçaba durante o período de 18 de dezembro de 2014 à 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 17 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 1/2014 - SECRETARIA DE FINANÇAS - SERVIÇOS AGRÍCOLAS EDITAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito os SERVIÇOS AGRÍCOLAS, do exercício 2014, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2015.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 18/12/2014 à 18/01/2015.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 17/12/2014. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de

Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 18 de dezembro de 2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico
Secretária de Gestão Financeira

Eliana Zardo
Diretora Geral de Finanças

Código	Nome
35362	ANGELO PASTORI SOBRINHO
35362	ANGELO PASTORI SOBRINHO
24465	BRUNO CALZA
24465	BRUNO CALZA
24465	BRUNO CALZA
24465	BRUNO CALZA
31630	DEMETRIO ISMAEL DA SILVA
31630	DEMETRIO ISMAEL DA SILVA
31257	JAIR RIGO
31257	JAIR RIGO
41138	JOSE DORIVAL DA SILVA
41138	JOSE DORIVAL DA SILVA
34122	JULIO CESAR MENEGAZZO
34122	JULIO CESAR MENEGAZZO
34119	NELSON KISSOW
34119	NELSON KISSOW
17537	REMY GROSS
17537	REMY GROSS
32895	SEVERINO FILIPPINI
32895	SEVERINO FILIPPINI
32895	SEVERINO FILIPPINI
32895	SEVERINO FILIPPINI

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 2/2014 - SECRETARIA DE FINANÇAS - ALUGUEL DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 2 - SECRETARIA DE FINANÇAS - ALUGUEL DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o ALUGUEL DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, do exercício 2014, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2015.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 18/12/2014 à 18/01/2015.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 17/12/2014. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 18 de dezembro de 2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico
Secretária de Gestão Financeira

Eliana Zardo
Diretora Geral de Finanças

Código	Nome	
25671	AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA	
22272	BANCA REINO ENCANTADO LTDA	
22272	BANCA REINO ENCANTADO LTDA	
48839	JOÃO FILIPE OLIVEIRA DOS SANTOS - MEI	
48839	JOÃO FILIPE OLIVEIRA DOS SANTOS - MEI	
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME	
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME	
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME	
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME	
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME	
32198	MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME	

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 3/2014 - SECRETARIA DE FINANÇAS - ALUGUEL DO COMÉRCIO AMBULANTE EDITAL

A Secretaria de Finanças notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito ao ALUGUEL DO COMÉRCIO AMBULANTE, do exercício 2014, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2015.

Os dados e valores referentes aos lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 18/12/2014 à 18/01/2015.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 17/12/2014. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 18 de dezembro de 2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico
Secretária de Gestão Financeira

Eliaana Zardo
Diretora Geral de Finanças

Código	Nome	
48420	RONALDO ISLER	

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 5/2014 - SECRETARIA DE FINANÇAS - ISS FIXO PARA O EXERCÍCIO 2014 PREFEITURA DE JOAÇABA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

A Secretaria de Gestão Financeira notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que encontra-se em débito o ISS Fixo para o exercício 2014, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2015.

Os dados e valores referentes a lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 18/12/2014 à 18/01/2015.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 17/12/2014. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação (Cadastro), para providenciarmos a devida baixa.

Os valores dos débitos estão à disposição para consulta no mural

interno da Prefeitura.

Joaçaba/SC, 18 de dezembro de 2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico
Secretária de Gestão Financeira

Eliaana Zardo
Diretora Financeira

3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
3284	JERRI JOSE BRANCHER
18445	TOMAZ PEREIRA
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
19031	LEDI MARIA PECCIN
19031	LEDI MARIA PECCIN
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA

19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19329	JAIRO JOSE BEHRENS
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19446	MOACIR LUIZ NORA
19490	ROBERTO DE CARLI
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
19749	FLAVIO DE CARLI JUNIOR
20288	MILTON JOSE SACCOL

20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20288	MILTON JOSE SACCOL
20472	RICARDO VILLELA ARMENIO
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
21039	LUCIEN RIBAS DA COSTA
21039	LUCIEN RIBAS DA COSTA
21039	LUCIEN RIBAS DA COSTA
21039	LUCIEN RIBAS DA COSTA
21081	ERNESTO JORGE VOGT
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
21577	FLAVIO FACENDA
21701	NOVO PLANO CONTABIL S/C LTDA
21701	NOVO PLANO CONTABIL S/C LTDA

21701	NOVO PLANO CONTABIL S/C LTDA
21701	NOVO PLANO CONTABIL S/C LTDA
21701	NOVO PLANO CONTABIL S/C LTDA
21997	JANICE BALDISSERA CONTE
22267	PEDRO ANTONIO DE MATTOS
22267	PEDRO ANTONIO DE MATTOS
22267	PEDRO ANTONIO DE MATTOS
22343	MARCIELI SEVALD BERTONCELLO ZAGO
22343	MARCIELI SEVALD BERTONCELLO ZAGO
22343	MARCIELI SEVALD BERTONCELLO ZAGO
22343	MARCIELI SEVALD BERTONCELLO ZAGO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22394	FRANCOIS JACQUES BELOTO
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22436	SANDRO SCHAUFFERT ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
22443	MARILDA SACCOL
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22554	SERGIO LUIZ BELLO
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA

22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22698	JOSE DE SA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22830	EWALDO GRISNER
22915	JOHN OSMAN OROZCO CUELLAR
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30013	REJANE SALETE FLORES CORDAZZO
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA

30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
33426	ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO
35558	REJANE TRENNEPOHL
35558	REJANE TRENNEPOHL
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35571	WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
35571	WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
35571	WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
35571	WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
35666	MARCELO VOLPATO
35666	MARCELO VOLPATO
35666	MARCELO VOLPATO
35666	MARCELO VOLPATO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
35974	RENATO JOEL BUSSACRO
36173	DANIELA CORREIA SYCHOSKI
36173	DANIELA CORREIA SYCHOSKI
36173	DANIELA CORREIA SYCHOSKI
36173	DANIELA CORREIA SYCHOSKI
38597	JOACIR LUZZI
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES

38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
39548	ALEXANDRE TRAICZUK
39548	ALEXANDRE TRAICZUK
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
39822	GUILHERME MULLER
40804	IVETE MARIANE JOHANN
40804	IVETE MARIANE JOHANN
41465	SONIA ARRUDA WOLFF
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA

47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47617	CARLOS ROBERTO MONTEIRO
47617	CARLOS ROBERTO MONTEIRO
47617	CARLOS ROBERTO MONTEIRO
47617	CARLOS ROBERTO MONTEIRO
47617	CARLOS ROBERTO MONTEIRO
47617	CARLOS ROBERTO MONTEIRO
47622	JOAO MOABIO OLIVEIRA MONTEIRO
47622	JOAO MOABIO OLIVEIRA MONTEIRO
47622	JOAO MOABIO OLIVEIRA MONTEIRO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47910	EDER NERES DA SILVA
47979	DIONI DE OLIVEIRA ARENHART
47979	DIONI DE OLIVEIRA ARENHART
48014	ALTAMIR ANTONIO VARELA
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48041	ROBERTO BRANDALISE
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF

48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48460	NATALY CECILIA RHODEN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48490	CECILIA CAROLINA SARI MACAGNAN
48594	LETÍCIA MEINERT LINDNER
48594	LETÍCIA MEINERT LINDNER

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 6/2014 - SECRETARIA DE FINANÇAS - ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

A Secretaria de Gestão Financeira notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que encontra-se em débito o Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para o exercício 2014, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2015.

Os dados e valores referentes a lançamentos ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do município de Joaçaba no período de 18/12/2014 à 18/01/2015.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 17/12/2014. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação (Cadastro), para providenciarmos a devida baixa.

Os valores dos débitos estão à disposição para consulta no mural interno da Prefeitura.

Joaçaba/SC, 18 de dezembro de 2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico
Secretária de Gestão Financeira

Eliana Zardo
Diretora Financeira

4855	ULIANA & CIA LTDA - ME
17718	PANIFICADORA BRASPAO LTDA
17779	CIMECAL COMERCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA
17829	E.S.G.INTRACO LTDA
18011	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER - ME
18493	URBANIZADORA EGITO LTDA
18527	ADEMIR CAMPAGNOLLO
18686	HILDO DOMINGOS ESPAGNOL
18879	DENBINSKI ARTEFATOS DE FERRO E ALUMINIO LTDA - ME
18899	V.M.S FILMAGENS E EVENTOS LTDA - ME
19179	ARILDO LEMOS PEREIRA
19329	JAIR JOSE BEHRENS
19378	RONNIE EDSON DE SOUZA - MEI
19598	CONFECÇÕES ROMISIO LTDA - ME
20113	R.V. DA SILVA & CIA.LTDA
20128	M C A - HIDRELÉTRICAS LTDA - ME
20158	CAZE CAFETERIAS LTDA - ME
20288	MILTON JOSE SACCOL
20526	TRANSPORTES LUNAZAN LTDA ME
20641	REFRIGERAÇÃO SCHMAUTZ LTDA - ME
20688	DIOVAN PEREIRA DA ROSA
20788	LEAL ENGENHARIA QUÍMICA LTDA
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
21065	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA
21281	MARCHIOTTI COMERCIO DE TECIDOS LTDA
21406	HIDRATECH SANEAMENTO S/S LTDA
21433	PERFIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
21602	EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA VILSON DA ROSA LTDA - ME
21661	PRESTADORA DE MAO-DE-OBRA FORTE LTDA
21716	MCA - IND E COM DE EQ HID PARA GERAÇÃO DE ENE ELÉTRICA LTDA
21846	OMEGA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E ACESSÓRIOS LTDA - ME
22313	JORGE LUIZ MULLER - ME
22430	ZORZI & CIA. LTDA. ME
22688	RETIFICA RDM LTDA
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA
22720	NOC-PLANO DE ASSISTENCIA FAMILIAR LTDA
22725	TRANSPORTES J. BORTOLLI LTDA - ME
22792	MARCIO ANTONIO PASCHOALIN
22820	JUTAY COMERCIAL LTDA
22885	ALVES E LEITE HOTEL LTDA ME
22924	OSVALDO MENDES
28227	MARVIM REPRESENTAÇÕES LTDA
30315	ARIOLDO PAZ PADILHA
30570	DANIELA ROCHA PEREIRA ME
30603	LEAL ENGENHARIA QUÍMICA LTDA
32654	GIOVANA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA
32740	ILSON GIOVALDO FARIAS
32829	MARVIM INDUSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
33616	ROAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA

34340	RODRIGO ANDRÉ DA SILVA
34737	GNB - TRANSPORTES LTDA ME
35273	DARCI FUGA ADVOGADOS ASSOCIADOS
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
35558	REJANE TRENNEPOHL
35570	JEAN CARLOS FERNANDES
35808	ACELINO RIBEIRO DOS SANTOS ME
36545	BAR E LANCHONETE GR ZACCARON LTDA ME
37558	EMPRESA DE SERVIÇOS AUXILIARES CATARINENSE LTDA ME
37943	DANIELA LUCIA CAZELLA ZANELLA ME
37949	ZABOTT & ZANELLA LTDA
38002	JUAREZ DOMINGOS GALLI
38263	DENTAL CATARINENSE LTDA
38380	FRIGO & CASTEGNARO LTDA.
38396	AC TRANSPORTES LTDA ME
38415	COOP. DE PROD. AGROINDUS. FAM. DA REGIÃO COL. DO MEIO OESTE
38458	EXITO CURSOS PRÉ VESTIBULARES LTDA - ME
38510	ATAIDE MARCONDES LTDA ME
38515	ARCO DESIGN CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
38629	CASAGRANDE E ALVES PADARIA LTDA - ME
38857	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES
39548	ALEXANDRE TRAICZUK
39588	SIMONE APARECIDA KLUSER
39772	SISTEMA BRASILEIRO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA
40234	MARILENE ANTUNES ME
40743	RODRIGO URBANO DE MORAES ME (MEI)
40993	JB COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
41030	HENRIQUE COMÉRCIO DE CELULARES LTDA ME
41325	ANGELA BEATRIZ BELLEI DOS SANTOS ME
41642	COMERCIAL ATALANTA LTDA
41673	OLIVO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA ME
42026	VOLPATO E BRANDALISE IND E APLICAÇÃO DE BORDADOS LTDA - ME
42077	VIDA DOCE COMÉRCIO DE DOCES LTDA
42212	EURIPEDES CASTAGNARO ME
42265	ELMA SILVA DO CARMO - MEI
42277	ALDORICO RODRIGUES DOS SANTOS
42310	WEDER MARQUES DE SOUZA
42491	GIOVANI DE OLIVEIRA - MEI
42632	FABIO JUNIOR RAFFO ME
42732	JOEL MARCOS MIRANDA
43120	IVONETE SATICQ DE SOUZA ME
43160	DELZIRA MARIA DE AZEREDO - MEI
43167	BRUNO ORLANDO CASADO & CIA LTDA - ME
43220	RICARDO FABIANO RHODEN ME
43345	GR ESQUADRIAS E VIDRACARIA LTDA - ME
43531	TELEVISÃO LAGES LTDA
43556	DI SAVOYA PIZZARIA LTDA.ME
43666	SONIA FATIMA MENDES DA SILVA ME
43706	JANAINA KOSLOVOSKI ME
43712	IRACILDA CARVALHO NASCIMENTO - MEI

43805	INSTITUTO DE PESQUISAS VETERINÁRIAS ESPECIALIZADAS LTDA
43822	PILASTRO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
43827	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
43875	ADRIANO MACIEL DA ROSA - MEI
45424	FABIO JUNIOR DE OLIVEIRA - ME
45425	ANDREI BONAMIGO - ME
45439	AUTO PEÇAS GP MOTOR SPORT LTDA
45541	WEP SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA. ME
45545	MARIA PORTO COMÉRCIO DE ARTES LTDA
45546	BONATO CONSTRUTORA LTDA
45577	GILMAR NESTOR DA SILVA ME
45753	INNOVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
45812	BEATRIZ DA ROSA
45973	LUIZ ROBERTO MARIANO - MEI
46021	MARIA LUIZA SILVEIRA - MEI
46074	NALIGIA MATTIUIZ - MEI
46075	MAVEG DISTRIBUIÇÃO LTDA ME
46090	CLECIANE GOMES DE OLIVEIRA - ME
46142	ANDREIA TRIQUES - MEI
46187	DAIARA GOUDINHO DE OLIVEIRA
46194	VERA REGINA DOS SANTOS - MEI
46210	TRANSPORTES AMANDA LTDA ME
46296	ADRIANA APARECIDA BALDISSERA SCHLINDWEIN ME
46388	ANILDO DA SILVA - MEI
46399	GASTRONOTEC CONSULTORIA LTDA ME
46451	CLODOALDO JOSE GONÇALVES DOS SANTOS - MEI
46516	LORENI DOS SANTOS - MEI
46558	PJL INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA
46626	BRUNO ORSO - MEI
46629	ANDERSON TAVARES - MEI
46659	IDADIVA RODRIGUES RODENINSKI - MEI
46660	AGROPET DOIS IRMAOS LTDA - ME
46693	CRISTIANO RIBEIRO CIDADE - MEI
46755	JULIANO PIAIA - MEI
46809	GABRIEL PALUDO - ME
46834	FAMILIA BRASPÃO LTDA - ME
46839	DAVID FRANCISCO DE LIMA - MEI
46988	JAQUELINE DIAS CARDOSO - MEI
46993	JHONATAN MACIEL CORDAZZO - ME
47030	SAMPAIO CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA
47066	FABIANA BELXIOR - MEI
47163	RAFAEL FERNANDO RIBEIRO - MEI
47164	MARLENE HACCOURT LINS - MEI
47234	TEREZINHA APARECIDA SOBANSKI - MEI
47244	ELENIR SANTINA POLO RAMOS - MEI
47289	RAFAEL MICHELON & CIA LTDA
47294	LANCHONETE PULPERIA LOUNGE LTDA ME
47336	AIRTON CEVEY JUNIOR - ME
47358	ROSANE DE FREITAS
47415	RICARDO JAQUES DOS SANTOS - MEI
47449	MIRIÃ DE OLIVEIRA LOPES
47485	SIMONE LUNARDI DE LIMA - MEI

47608	FABRICIO MELLO FERREI - ME
47612	MARIA ARLENE BATISTA DA CRUZ NASCIMENTO - MEI
47632	NEUSA MACHADO - MEI
47635	TIAGO LUIS TEDESCO
47720	JULIANO RIBEIRO DA SILVA - MEI
47823	ADEMIR GARCIA - MEI
47834	CAROLINA FELIX PAES EIRELI - ME
47910	EDER NERES DA SILVA
47918	RAUL DOMINGOS DEITOS - MEI
47979	DIONI DE OLIVEIRA ARENHART
47983	JOCELEI DIAS - MEI
48041	ROBERTO BRANDALISE
48132	HENRIQUE GARCIA HARTKOPF
48230	AILTON DYONE FALCAO BIAZON - MEI
48236	MG SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO LTDA - ME
48309	JOÃO DE SOUZA BAR - ME
48334	FABIANE TOPANOTTI - MEI
48377	SERGIO LAZZARINI - MEI
48460	NATALY CECILIA RHODEN
49132	TRANSPARENZ CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME
49988	SOUMAIS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA - ME

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 7/2014 - SECRETARIA DE FINANÇAS - DÉBITO O IPTU DO EXERCÍCIO 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
SETOR DE TRIBUTAÇÃO
Edital

A Secretaria de Gestão Financeira notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o IPTU do exercício 2014, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2015.

Os dados constantes nessa relação ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do Município de Joaçaba no período de 18/12/2014 a 18/01/2015.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de 17/12/2014. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao Setor de Tributação (Cadastro IPTU), para providenciarmos a devida baixa. Joaçaba/SC, 18 de dezembro de 2014.

Iria Flávia Rodriguez Torrico		Eliana Zardo
Secretária de Gestão Financeira		Diretora Geral de Finanças

	CONTRIBUINTE	Imóvel
6375	ADAIR NUNES	4632
6375	ADAIR NUNES	21503
5293	ADAIR T RIBEIRO	3898
7308	ADALBERTO H LUDWIG SOBRINHO	5374
49585	ADÃO DANIEL VIEIRA	27498
9730	ADAO LEMOS PADILHA	7341

15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	32446
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	11300
49540	ADÃO SANGALI	4277
49540	ADÃO SANGALI	30282
37120	ADÃO VIEIRA JOSE DA SILVA	28971
12871	ADELAR AMAZONAS GALVAO	9596
12952	ADELAR CHAVES	9653
36856	ADELAR GARCIA DA ROSA	5282
42517	ADELAR PAROLIN E ROZELI LUIZZINI PAROLIN	34920
42517	ADELAR PAROLIN E ROZELI LUIZZINI PAROLIN	23556
4026	ADELINO SAGIN	3012
36480	ADELIR ANTONIO MANTOVANI	3384
33718	ADELIR BORTOLI	5130
32753	ADEMAR ANTONIO DA SILVA	4000
48300	ADEMAR ARES DE OLIVEIRA, DOUGLAS E VANESSA ARES DE OLIVEIRA	7174
18076	ADEMAR AUGUSTO JAPAO BELOTTO	6481
10080	ADEMAR BERNARDI	9549
10080	ADEMAR BERNARDI	26240
12944	ADEMAR RIVALDINO REINA	9646
12944	ADEMAR RIVALDINO REINA	9647
15496	ADEMAR SARTORI	11486
6152	ADEMAR SEBASTIAO JACOMEL	33780
6152	ADEMAR SEBASTIAO JACOMEL	33781
6152	ADEMAR SEBASTIAO JACOMEL	5471
6152	ADEMAR SEBASTIAO JACOMEL	21438
46453	ADEMAR TOMKELSKI	7737
32919	ADEMAR VALDECIR BORSOI	6374
14200	ADEMIR DA SILVA	10554
40162	ADEMIR KLEIN JUNIOR	10594
34921	ADEMIR LUIZ ROCHA	10574
11111	ADEMIR MANTOVANI	8227
6504	ADEMIR MIRANDA	5099
6504	ADEMIR MIRANDA	4738
41043	ADEMIR PRONER	35169
6320	ADEMIR RICARDO DOS REIS	9734
21650	ADEMIR ZAGO	27401
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA	5391
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA	21704
11880	ADENILSON FACHIN	8851
11872	ADILCE GELTRUDES HETKWOSKI LORENZ	8834
11872	ADILCE GELTRUDES HETKWOSKI LORENZ	8833
13252	ADILSO FAVRETTO	9914
37456	ADILSON AVILA SATICQ E CRISTIANI DIAS DE AGUIAR	6909
10573	ADILSON BETTONI	7815
35650	ADILSON DAL CORTIVO	8417
19584	ADILSON DOS SANTOS	3303
39656	ADILSON PEGORARO	29344
4484	ADIR HECKLER	3358
33044	ADIR LEOCIR DANNENHAUER	6185
33044	ADIR LEOCIR DANNENHAUER	6193
13497	ADMILSON LUIZ DIAS	10101

4971	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA	3672
4971	ADMIR FRANCISCO MIRANDA DA SILVA	21055
2579	ADMIR SIMIONI	31369
2579	ADMIR SIMIONI	7421
2579	ADMIR SIMIONI	2057
49484	ADRANO MEDEIROS	33632
11515	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	8562
36729	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	12046
42127	ADRIANE CALEGARI E MICHEL MARCHEZE	3118
3106	ADRIANO CACCIA	2331
34085	ADRIANO DE OLIVEIRA	10393
38023	ADRIANO NORA	27175
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	35193
35293	ADV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	35226
31611	AGENOR RAMOS DE BAIRROS	4590
10544	AGNALDO BELLOTO E VERA M MARTINI	7787
33879	AGNALDO DOS SANTOS MOREIRA	3240
36005	AGOSTINHO PEREIRA FERNANDES	28929
6823	AGUINALDO GIOVANI CONTE	5039
43877	AILTON MARTINS FERREIRA	8435
30486	AIRTON COSTENARO	7355
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	31970
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	9509
2819	ALAERCIO ALVES DE ANDRADE	2174
2819	ALAERCIO ALVES DE ANDRADE	2178
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	9793
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	22843
36004	ALBERI BORGES DA SILVA	28928
7762	ALBERTO DANIEL SCHMIETKE	5715
13349	ALBERTO SCHNEIDER	9989
9990	ALBINO DE BORTOLI	7310
12809	ALBINO DE OLIVEIRA	9558
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28964
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28932
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28963
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28965
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28966
11456	ALBINO PASCHOALIN	8521
11456	ALBINO PASCHOALIN	33272
14289	ALCIDES ANTUNES PEREIRA	10627
48072	ALCIDES DE OLIVEIRA	27608
37036	ALCIDES HEBERLE E ALVINA HEBERLE	6030
15588	ALCIDES MACHADO DA SILVEIRA	23485
6539	ALCIDES MARQUES DE SOUZA	2669
13387	ALCIDES NORA, FLORENCIO BEVILAQUA E WALDEMAR SCHUMAKER	10021
6413	ALCIDES VASTRES	4651
12925	ALCINDO DOS SANTOS	9630
40155	ALDA DALLA LANA	20683
41066	ALDACY MARIA GALVAN E IARA DAS GRAÇAS WOLFF DE LIZ	7092
15509	ALDEMIR BRUNO DE OLIVEIRA	11498
37375	ALDOMIR JOAO TONIAL	10441
49122	ALESSAN ROSA DA SILVA	5120

13366	ALESSANDRA NICHELE MAGRO	7326
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	278
4880	ALESSIO BARCELLA CIA LTDA E GESSILDA B. LTDA	11952
31043	ALEXANDRE COLETTI	431
45754	ALEXANDRE DAHMER	2928
15520	ALEXANDRE NUNES	11502
40186	ALEXANDRE PIRES	4024
40186	ALEXANDRE PIRES	30228
18128	ALEXANDRE ZACRET GREINER	12217
18128	ALEXANDRE ZACRET GREINER	5250
34372	ALEXON FERNANDO GROTH	7696
38621	ALFREDO CHIAMULERA	8415
13001	ALFREDO DA SILVA	22172
13001	ALFREDO DA SILVA	7009
17749	ALICRIDE BLEICHOVEL	388
32352	ALINE D'CASSIA BROCARDIO	35411
47515	ALINE VANCIM	23572
8084	ALMERINDA BITTENCOURT PEDROSO	5921
8536	ALMIR B BITTENCOURT,MARISA,ARTUR,ARLETE,NEL-CI,LOURDES,AURIS.	6281
8536	ALMIR B BITTENCOURT,MARISA,ARTUR,ARLETE,NEL-CI,LOURDES,AURIS.	6279
8536	ALMIR B BITTENCOURT,MARISA,ARTUR,ARLETE,NEL-CI,LOURDES,AURIS.	6280
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	23207
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	10888
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	10889
35753	ALMIR JUNIOR STEFFEN	8049
36157	ALMIR VAIDECIR MULLER	7892
6191	ALMIRANTE LEMES DA ROSA	4507
35175	ALTAIR ALBERGUINI E NELSO LOURENÇO DE ALMEIDA	5356
15507	ALTAIR ANTONIO MULLER	11496
34909	ALTAIR DASSI, PAULO ROBERTO BREDIA E LUIZ FERNANDO BREDIA	1722
5343	ALTAIR ROVER	30189
5343	ALTAIR ROVER	30190
5343	ALTAIR ROVER	30213
12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	9560
12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	22780
3801	ALTIR JOSE MARSARO	2812
34964	ALTIVA DA SILVA NASCIMENTO E MERCEDES LUIZA NASCIMENTO	3517
34964	ALTIVA DA SILVA NASCIMENTO E MERCEDES LUIZA NASCIMENTO	642
18571	ALUAR DE OLIVEIRA PINTO	2431
35260	ALVADIR FRANCISCO DE VARGAS	9519
36065	ALVAIR CARLOS BARANCELLI	27423
36065	ALVAIR CARLOS BARANCELLI	27444
40043	ALVANI MARIA REFOSCO MASSIGNAN	6158
3500	ALVARO DE OLIVEIRA	2598
3500	ALVARO DE OLIVEIRA	20678
15054	ALVARO EUZEBIO TAGLIARI	11228
9006	ALVARO PAIN	30905
9006	ALVARO PAIN	6592

34882	ALVARO ULIANA	8868
3203	ALVARY JOAO ULIANA	2394
49489	ALVINA PAULA DE OLIVEIRA	11547
4153	ALVIR DE OLIVEIRA E ODILSE JOSEFINA MALVESSI	3111
4153	ALVIR DE OLIVEIRA E ODILSE JOSEFINA MALVESSI	3110
42428	ALZEMIRO NUNES E ANA MARILICE PLUCINSKI DA SILVA	23664
8658	ALZERINO FRANCISCO BELOTTO	6365
44871	ALZIRA MAESTRI	9716
30607	ALZIRA QUELLMALZ	27313
3559	AMADEU ZAGONEL E CIA LTDA	20697
3559	AMADEU ZAGONEL E CIA LTDA	20700
3559	AMADEU ZAGONEL E CIA LTDA	2637
8235	AMALIA COMIN	6054
48587	AMALIA DE OLIVEIRA BARROS DE SÁ	11250
49493	AMARILDO JOSÉ DOS SANTOS	3048
40649	AMARILDO MAXIMINO GRONDEK	9776
4558	AMARILDO PUCHALE	3415
3866	AMBROSIO CONTE	2871
3866	AMBROSIO CONTE	2870
46125	ANA CRISTINA ALTENBURGER	11195
4271	ANA CRISTINA LUIS MATEUS	3193
14623	ANA DALLO MULLER	10895
8680	ANA LORE KVICZINSKI	6382
5762	ANA MARIA DA SILVA	21291
40671	ANA MARIA ZANINI	6452
49448	ANA PAULA SILVEIRA	33660
48620	ANA PAULA WALMORBIDA	36014
40823	ANA REGINA TRINDADE VESOLOSKI E CESAR RICARDO VESOLOSKI	10035
49558	ANACLETO JOEL DORNELLES DA SILVA	27512
18303	ANADIR TEREZINHA CAMARGO	3084
15598	ANALZIRA S GUIMARAENS	23495
4695	ANCELMO PEREIRA DE OLIVEIRA	3504
41364	ANDERSON SCHMAUTZ	2906
42190	ANDERSON TEIXEIRA	23648
38182	ANDRE DALFOVO	2868
10464	ANDRE LUIZ BARBOSA	7712
47892	ANDRE LUIZ BUSSACRO	3999
49576	ANDRÉ LUIZ DOS REIS	27590
48657	ANDRÉ LUIZ MARINI	11156
14066	ANDRE LUIZ RIBAS E ANA MARIA RIBAS	10487
47761	ANDRE PAULO BELLAYER	26950
38853	ANDRE TODT - MEI	6666
35025	ANDREA RIEPE PIRES	27607
35025	ANDREA RIEPE PIRES	4657
45631	ANDREIA APARECIDA HILDEBRANDO DE CORDOVA	10439
37068	ANDREIA APARECIDA VIEIRA	4834
49520	ANDRÉIA PAROLIN	11771
49490	ANDREIA ROSA	11456
13320	ANDRELINO AMBROSIO E LEA AMBROSIO	9965
49739	ANDREZA TEIXEIRA	11402
530	ANEDIO JOSE RODRIGUES	442
1232	ANELIESE MARY MENDES	11864

1232	ANELIESE MARY MENDES	11872
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	4385
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	21391
5540	ANGELA MARIA DOS SANTOS	4095
8789	ANGELA TRAIANO	6448
11832	ANGELINA BERNADETE BUFFON	6381
15558	ANGELINA MOLIN	11540
49553	ANGELO ADÃO LOURENÇO	27549
8125	ANGELO COLBERT DE CARLI	35287
40901	ANGELO COLBERT DE CARLI, ELIZABETH, ROBERTO, CLAUDIA E FERNA	9466
3303	ANGELO CUSTODIO VANINI	2446
3303	ANGELO CUSTODIO VANINI	20649
29927	ANGELO PITOL E CLAUDIA BELO	12301
14557	ANGELO SARTOR	10839
14557	ANGELO SARTOR	10838
17459	ANGELO ZANEIS	11599
10178	ANILDO HAHMEIER	7463
10178	ANILDO HAHMEIER	22326
15408	ANISIO SUTIL	11423
240	ANSELMO ZANELATO	676
240	ANSELMO ZANELATO	681
240	ANSELMO ZANELATO	677
34023	ANTENOR FORNAZARI NETO	4121
15383	ANTENOR ROCHA	11409
15383	ANTENOR ROCHA	32822
35178	ANTOANI TOSI	27436
35178	ANTOANI TOSI	27422
35178	ANTOANI TOSI	27420
35178	ANTOANI TOSI	27433
40455	ANTONINHO KRAUSE	5164
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	21404
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	4412
7147	ANTONIO ADOLFO DAMACENO	5272
14985	ANTONIO BAPTISTA DA SILVA	11165
5473	ANTONIO BIAZOTTO PRIMO	4046
8276	ANTONIO BONAMIGO	8746
49446	ANTONIO CARLOS CANDIDO DA SILVA	33659
45429	ANTONIO CARLOS DA ROSA	11102
45460	ANTONIO CARLOS DE CAMPOS	27657
11103	ANTONIO CARLOS NEUMAYR	8631
6880	ANTONIO CARLOS SUHNEL ARRIAL	5096
6880	ANTONIO CARLOS SUHNEL ARRIAL	5098
6147	ANTONIO CLAUDIOMIRO STANCK DE MATOS	4473
400	ANTONIO DA CAZ	369
5151	ANTONIO EBERT	3789
11764	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	8753
47510	ANTONIO GETULIO DE MATTOS	4287
11058	ANTONIO GONGOLEWSKI	8175
813	ANTONIO HERVIZ SARTORI	11912
38725	ANTONIO HUBER JUNIOR	8860
15438	ANTONIO LUIZ MARIANO	11438
4102	ANTONIO MOLIN	12007

9965	ANTONIO PACIFICO DOS SANTOS E ANTONIO LUIZ RAFAELLI	22283
32134	ANTONIO PRIMO MARCHEZINI	3922
4545	ANTONIO ROZA	11891
4746	ANTONIO SATICQ	3544
4746	ANTONIO SATICQ	27554
15564	ANTONIO SERGIO HILDEBRANDO	11546
32203	ANTONIO VALDECI SBRUZZI SCHUMACHER	9912
8809	APARICIO MOREIRA	6462
49655	AQUILES DE CAMARGO	26311
35069	ARACELI CAMARA	11400
13739	ARAMIS HEBERLE JUNIOR	10304
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10461
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10460
33649	AREOVALDO ZAGO	8374
33649	AREOVALDO ZAGO	8268
33649	AREOVALDO ZAGO	8387
33649	AREOVALDO ZAGO	8168
33649	AREOVALDO ZAGO	8234
33649	AREOVALDO ZAGO	8616
33649	AREOVALDO ZAGO	8254
33649	AREOVALDO ZAGO	8639
33649	AREOVALDO ZAGO	8257
33649	AREOVALDO ZAGO	8258
33649	AREOVALDO ZAGO	8378
33649	AREOVALDO ZAGO	8619
33649	AREOVALDO ZAGO	8364
10035	ARI BECKER	22308
14874	ARI DE SOUZA	11060
6538	ARI FRANCISCO DE OLIVEIRA	4767
9559	ARI KLAGENBERG	7010
10781	ARI LUIZ PIOVEZAN	7936
43010	ARILDO SCHENA	6344
36921	ARIOVALDO LUIZ TASCA, GREGORI G. VIVAS FERNANDES, CICERO TAS	31382
36287	ARIOVALDO, AROLD, JULIO CESAR, SONIA E RICARDO J. ZAGO	1791
4673	ARISTIDES CIMADON	34371
39792	ARISTIDES LUIZ FUGA	34181
39792	ARISTIDES LUIZ FUGA	34204
39792	ARISTIDES LUIZ FUGA	34203
33699	ARLETE DOTTA DA SILVA	10976
31178	ARLETE TEREZINHA VESOLSKI E ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	12098
31178	ARLETE TEREZINHA VESOLSKI E ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	2141
31178	ARLETE TEREZINHA VESOLSKI E ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	20465
31178	ARLETE TEREZINHA VESOLSKI E ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	2132
31178	ARLETE TEREZINHA VESOLSKI E ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	12099
31178	ARLETE TEREZINHA VESOLSKI E ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	2140
43089	ARLINDO JAVORNIK	23656
5423	ARMANDO WERNER NEES	4004

5423	ARMANDO WERNER NEES	4003
38024	ARMELINDO LOURENÇO PISSOLI	404
6497	ARMINDA DE JESUS DRESCH	4731
11762	ARMINDO DE OLIVEIRA	8751
38943	ARNALDO BATISTA DE SOUZA	4233
21035	ARNALDO CEOLIN PANERAI	11308
12542	ARNOLDO BALTAZAR ROESLER	11924
12542	ARNOLDO BALTAZAR ROESLER	33521
45988	ARNOLDO PIRES DE LIMA E ARGEU TEIXEIRA	11403
48070	ARTEMIO ZANINI	26484
48070	ARTEMIO ZANINI	26478
17725	ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A	1063
12633	ARTUR MORLOCK	9419
12633	ARTUR MORLOCK	28421
12633	ARTUR MORLOCK	28420
12633	ARTUR MORLOCK	28419
504	ARY BRASIL	430
20293	ARY PEDRO GASPARETTO	4071
8467	ARY REGINATTO	27459
686	ASSOCIACAO BRAS IG JESUS CRISTO S ULT DIAS	20154
22096	ASSOCIACAO CULT.ESP.E R. ESC.DE SAMBA - VALE SAMBA	11408
20888	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO FREI BRUNO	33688
20888	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO FREI BRUNO	33687
46458	ASSOCIAÇÃO DOS GREMISTASDE JOAÇABA	4896
46458	ASSOCIAÇÃO DOS GREMISTASDE JOAÇABA	4897
46458	ASSOCIAÇÃO DOS GREMISTASDE JOAÇABA	4895
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26943
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26919
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26894
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26888
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26913
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26897
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26886
32659	ATAIDE MARCONDES	4864
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	2860
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	7724
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	2867
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	34124
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	560
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33864
17971	ATILIO BERNARDINI	9196
39567	ATILIO CESAR PASTORI	23586
4623	ATILIO JUNG	3460
4623	ATILIO JUNG	4523
14843	ATILIO MAGNO DE OLIVEIRA	11033
3818	AUGUSTO LEMOS BISSANI E CARMELINA BISSANI	2827
7031	AUREA MARIA STOFFEL	5221
40012	AURI MENDES DA LUZ	26968
40012	AURI MENDES DA LUZ	26926

33574	AURIMAR ALFONSO ALTERNHOFEN	10578
3154	AURIS BARRETO BITTENCOURT	2362
17731	AUTO POSTO JOACABA LTDA	324
41200	AYALON ANGELO DE MORAES E FABIANA KLEIN DE MORAES	1818
41200	AYALON ANGELO DE MORAES E FABIANA KLEIN DE MORAES	1812
9147	AZIR PRONER	6678
8105	BASILIO JOSE DALSENTER	5938
8105	BASILIO JOSE DALSENTER	5939
6109	BENO STOFELL	35556
6109	BENO STOFELL	4448
4028	BERNADETE E VANUZA SAGIN	3013
20174	BETINA CECCONELLO	34190
20174	BETINA CECCONELLO	34183
21730	BONATO COUROS S/A	26096
18295	BONATO COUROS S/A	9586
21730	BONATO COUROS S/A	26097
18295	BONATO COUROS S/A	26099
18295	BONATO COUROS S/A	10377
18295	BONATO COUROS S/A	9638
18295	BONATO COUROS S/A	9614
18295	BONATO COUROS S/A	137
18295	BONATO COUROS S/A	9640
18295	BONATO COUROS S/A	26100
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	21179
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	30425
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	3994
4671	BRUNO BUFON	3486
4482	BRUNO CESAR SCHITZ	3354
380	BRUNO CEZAR HEBERLE	20023
50204	BRUNO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	36379
35991	BRUNO FERNANDO BRANCO	22204
38742	BRUNO LUIZ ROVEA E CLENIR SALETE SIQUEIRA ROVEA	8208
35762	CARLOS ALBERTO MARCA	3362
23843	CARLOS ALBERTO VIECELLI	2010
30778	CARLOS ALEXANDRE DA SILVA E EDELANIA P RODRIGUES	8276
49501	CARLOS ANDRÉ LIMBERGER	33648
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	22537
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	8657
2708	CARLOS ERNESTO LECHNER	2122
364	CARLOS GABRIEL PIRES	346
364	CARLOS GABRIEL PIRES	3004
364	CARLOS GABRIEL PIRES	342
364	CARLOS GABRIEL PIRES	347
364	CARLOS GABRIEL PIRES	26317
364	CARLOS GABRIEL PIRES	3005
39471	CARLOS LOPES DE SOUZA E FRANCIELI NUNES	4479
49482	CARLOS NUNES	33633
40691	CARLOS PANCERA	35202
15480	CARLOS REGI PEREIRA	11471
9014	CARLOS ROGERIO POHL	6324
9014	CARLOS ROGERIO POHL	30818
23817	CARLOS SERRAGLIO	23087

49736	CARMEN DENISE GUERREIRO	7232
38022	CAROLINA GRUBER	33395
38022	CAROLINA GRUBER	33387
38022	CAROLINA GRUBER	33370
34906	CAROLINA PIOVEZAN	7152
34906	CAROLINA PIOVEZAN	7153
34906	CAROLINA PIOVEZAN	7151
558	CASEMIRA URBAN	33121
19839	CASSIO CECCONELLO	2452
32149	CASSIO CECCONELLO E BETINA CECONELLO	6225
14941	CASSIO RODRIGO SCHAEGLER	11122
5223	CATARINA SIQUEIRA	3846
36640	CECILIA DA INHAIA VEIGA	10915
38737	CELESC GERAÇÃO S.A.	7201
13882	CELIA EGER	33645
13882	CELIA EGER	22986
7010	CELIA MARIA KLOSS	5205
5834	CELIA PINTO	4276
9396	CELIO ALVES DE OLIVEIRA	6882
9396	CELIO ALVES DE OLIVEIRA	6883
527	CELIO E CELSO BORGES	20083
47534	CELIO JOSE CHIOT	35930
7105	CELIO LUIZ VARELA	21683
9209	CELIO RAMOS RIBEIRO	10849
894	CELSO ANTONIO LORINI	687
39867	CELSO ANTONIO RECH E ROSANGELA CONSTANTINO RECH	28249
39867	CELSO ANTONIO RECH E ROSANGELA CONSTANTINO RECH	27745
433	CELSO BERGAMINI	2359
8804	CELSO DA SILVA	6458
24376	CELSO HIROYUKI FUGIWARA	33127
14110	CELSO LEMOS DA SILVA E SANDRA DE FÁTIMA PEROTTO DA SILVA	33765
12260	CELSO MATTOS	9165
1433	CELSO MATTOS	4398
12260	CELSO MATTOS	33698
49661	CELSO PIRES DE LIMA	23491
9325	CELSO ROMANETTO	6818
9129	CELSO, ADRIANA, AIRTON E HAMILTON DOS SANTOS AMBROSIO	6669
30811	CENIR COSTA	9777
17421	CENO SCHNEIDER, PAULO SCHNEIDER E BERTOLDO B. SCHNEIDER	11570
33694	CENTRO ESPIRITA JESUS E CARIDADE DE JOAÇABA	444
15552	CERENITA CAMARGO DE OLIVEIRA	11534
45880	CESAR AUGUSTO BELOTTO	23623
43245	CESAR AUGUSTO CABRAL E JANAINA MOLIN CABRAL	5871
42213	CESAR AUGUSTO PEREIRA DA ROSA E GISLAINE DA ROSA ROSA	3989
13145	CESAR ROBERTO VANINI	9823
17445	CESAR SLAVIERO	25262
37674	CIBELI PILATI DA SILVA E ELEANDRO ANDERSON DA SILVA	34091
37674	CIBELI PILATI DA SILVA E ELEANDRO ANDERSON DA SILVA	34126

37674	CIBELI PILATI DA SILVA E ELEANDRO ANDERSON DA SILVA	10410
47123	CILA MARIA MATIELO FESTA	3847
18964	CILIANA REGINA COLOMBO	10280
42546	CILON CAMARGO RODRIGUES	2540
47211	CINTHIA SANTINI DE OLIVEIRA	5649
749	CINTIA SUSANE MORO ZANARDO	576
20963	CIVIC IMOBILIÁRIA LTDA	27220
20963	CIVIC IMOBILIÁRIA LTDA	1665
49529	CLARICE ANTUNES PIRES E ALVARO LEMOS	3410
49529	CLARICE ANTUNES PIRES E ALVARO LEMOS	20910
10522	CLARISNEI CATARINO CHRISTOFOLLI	7769
47933	CLARISSA GUEDES DA SILVA	1658
47933	CLARISSA GUEDES DA SILVA	1553
30991	CLAUCIR FERRONATO	3232
36996	CLAUDECIR BEVILAQUA	11963
14335	CLAUDEMAR ALVES RIBEIRO	7575
31099	CLAUDEMAR RIBEIRO BELO	11210
14729	CLAUDEMIR CASTALDELLO	10982
32910	CLAUDEMIR DAPPER	27110
33537	CLAUDEMIR LOPES DE SOUZA	2872
15478	CLAUDIA A. VARGAS DA CRUZ	11469
30770	CLAUDIA ELISA GASEL	6114
36592	CLAUDIA MARIA AMORIN	11203
36809	CLAUDIA MARIEN ARNHOLD	10690
32591	CLÁUDIA MARQUES BELO	320
32591	CLÁUDIA MARQUES BELO	319
49647	CLAUDIA MARQUES BELO E RIO DO PEIXE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	1683
49647	CLAUDIA MARQUES BELO E RIO DO PEIXE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	12300
37191	CLAUDIMIR D ` MARTINI	11064
32979	CLAUDINEY TAVARES DE ARAÚJO	10442
15508	CLAUDIO ASSIS DE OLIVEIRA	11497
47519	CLAUDIO BOFF	26893
47519	CLAUDIO BOFF	26958
47519	CLAUDIO BOFF	26906
47519	CLAUDIO BOFF	26884
39599	CLÁUDIO DAL'CORTIVO	8388
39599	CLÁUDIO DAL'CORTIVO	34519
12598	CLAUDIO DIAS	9393
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	4765
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	30517
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	4764
45455	CLAUDIOMIRO FERMINO E MARLENE NUNES DE LIMA	3221
45455	CLAUDIOMIRO FERMINO E MARLENE NUNES DE LIMA	20860
14220	CLAUDIONIR VALERIO DE LIMA	10572
32990	CLAUDIR RODRIGUES DO NASCIMENTO	9796
8429	CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI	1005
8429	CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI	11379
8429	CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI	21900
38309	CLEBER BERNARDI DILDA	10681
11570	CLEBERSON E DINOMAR MATEUS GUERREIRO	31690
11570	CLEBERSON E DINOMAR MATEUS GUERREIRO	8612

49483	CLEDIRSON JAIR POPP	29246
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5513
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5514
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5512
20416	CLEMENTINO VALMOR HARWIG	9748
20416	CLEMENTINO VALMOR HARWIG	9749
10155	CLEONICE MENEZHINI	29031
5847	CLEUSA APARECIDA DE SOUZA	4285
41302	CLEUSA CASSUBA DE GODOY	23468
15505	CLEUSA MARIA SILVA	11494
34241	CLEUSA, VERA, MARIA DO CARMO E RICARDO MENDES QUIBEN	1202
49458	CLEUZA MARIA NOGUEIRA DA SILVA	11454
30704	CLODOMIRO PIMENTEL NOGUEIRA	8526
30704	CLODOMIRO PIMENTEL NOGUEIRA	31683
14813	CLORIMAR SATYRO BITTENCOURT	33357
41719	CLOVIS DAL CORTIVO E PATRICIA BEAL DARIVA	10333
47024	CLOVIS J.R.DE ANDRADE,FRANCISCO,DIRCEO BRANDALISE,	32611
47024	CLOVIS J.R.DE ANDRADE,FRANCISCO,DIRCEO BRANDALISE,	32610
47024	CLOVIS J.R.DE ANDRADE,FRANCISCO,DIRCEO BRANDALISE,	35429
7668	CLOVIS MELOTTI	5639
18542	CLUBE 10 DE MAIO	115
17787	CLUBE RECREATIVO E ESPORTIVO CRUZEIRO	28210
17787	CLUBE RECREATIVO E ESPORTIVO CRUZEIRO	11957
43006	COHAB E CELESTE ALVES DE ALMEIDA	7802
37694	COHAB E CELIO JOSÉ ROSSA	10666
34937	COHAB E CLÓVIS ALVES DE ANDRADE	7739
32985	COHAB E HUGO SUSIN	10558
38516	COHAB E NELSI PAIZ	32733
38323	COHAB E RODRIGO ADRIANO BELOTO	7745
39838	COHAB E VLADIMIR LUCIO TAVARES	10655
1883	COMCASA - COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA	26172
18537	COMUNIDADE EVANGELICA DE JOACABA	20640
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35672
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35683
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35628
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35664
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35671
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35650
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34980
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34983
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34996
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34997
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34979
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	35006
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	35007
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34978
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	35008
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34998
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33559
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33581

13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	35257
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33571
30837	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERDE VALE	26370
40514	CONRADO, RUDOLFO RUY AUFFINGER E DIOVAN PEREIRA DA ROSA	33811
42653	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO EST DE SANTA CATARINA	12128
2719	CONSTANTINO STARES	2125
43740	CONSTRUTORA E INCORPORADORA MM LTDA	1915
3982	CONSTRUTORA MACRO LTDA	2977
21080	COOPERATIVA REG. PROD AVES E SUINOS - COOPERA-VISU	26417
21080	COOPERATIVA REG. PROD AVES E SUINOS - COOPERA-VISU	23368
21080	COOPERATIVA REG. PROD AVES E SUINOS - COOPERA-VISU	23321
19989	COOPERATIVA REGIONAL DE LACTICINIOS JOACABA LTDA	12395
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23650
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23635
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23688
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23675
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23570
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23649
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23685
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23579
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23690
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23580
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23689
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23567
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23563
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23695
30843	CORDAZZO IMOVEIS LTDA E ORALINO SEVERO	23537
20660	COTRAPEL - COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE PAPE	6172
49548	CRISTIANE PEREIRA DIAS	27515
47589	CRISTIANO DE ALMEIDA	23644
45420	CRISTIANO FRANCISCO RIGHI E LARISSA MENDES DA SILVA	34695
45420	CRISTIANO FRANCISCO RIGHI E LARISSA MENDES DA SILVA	34706
35926	CUSTÓDIO LIMA DOS SANTOS	8947
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34632
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34589
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	28188
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34565
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	33794
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	2216
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34631
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34590
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34591
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34576
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	33895
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34638
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34588
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34587
41591	D' AGOSTINI LOTEADORA DE IMÓVEIS LTDA -ME	34564

15719	DAGOBERTO PRIMO	23611
42605	DAIANA CASTELAN MARTINS	36391
4616	DALCIR DE SANTI E VANUZA DE SANTI	3455
30685	DALTON CASALETTO	5066
30685	DALTON CASALETTO	5067
3718	DANIEL CANCELLI	2748
3718	DANIEL CANCELLI	2747
38587	DANIEL VARISA E MARIA APARECIDA ROSA VARISA	6705
2664	DANIELA COSTENARO COUTO	2105
23162	DANIELI SCHLEMMER	3327
23162	DANIELI SCHLEMMER	29972
45952	DANIELLE CÔCO POZZEBON	1643
45952	DANIELLE CÔCO POZZEBON	1591
34251	DANIELLE DALA LASTA ROSSA	20920
34251	DANIELLE DALA LASTA ROSSA	3444
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31672
11423	DARCI DE GIACOMETTI	8495
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31673
5150	DARCI E ELIZA C A DE NEGRI	3788
11936	DARCI FERREIRA BRANDAO	8899
11936	DARCI FERREIRA BRANDAO	8898
17548	DARCI JOSE KUHN	11655
8991	DARCI MINGORI	10999
18846	DARCI ROESLER & CIA LTDA - ME	9515
43480	DARCI SERNAJOTTO	27631
42807	DARIO GRIGOLO	26182
42807	DARIO GRIGOLO	26198
43617	DAVI LORENZONI MAUS	34093
15165	DAVID USINGER	11294
49586	DEBORA ZAMBON DURIGON	27632
21211	DEDETIZACAO OSVALDIR LTDA - ME	5189
21211	DEDETIZACAO OSVALDIR LTDA - ME	5191
47414	DEISE LANGE ROSA	2944
49569	DEJANIRA DE FÁTIMA MELLO	27527
9991	DELIZE S. DAHMER, SELVINO L. ANTONELLO E DARCI F. ANTONELLO	9905
13134	DELVINO ZAMBONI	8760
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	26249
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	26250
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	26247
19666	DEMATICA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	26251
8600	DEMETRIO VIECELLI	6334
8600	DEMETRIO VIECELLI	6333
3658	DENILSON MARCOS DE MATTOS	2698
47189	DENISE APARECIDA DO NASCIMENTO	9757
33427	DENISE DALLA LANA E LUIZ CARLOS LAZAROTTO	10076
49468	DENISE TEIXEIRA ESTRAI	33620
4500	DEVINO POLI	21694
4500	DEVINO POLI	3372
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8729
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	27301
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	5466
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8731

18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8728
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8725
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	21722
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8715
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	33517
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	21721
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8445
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8730
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8727
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	30596
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	21720
18477	DEYCON - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8726
5447	DIAMANTINA NEPOMUCENA SEITENFUS	30229
5447	DIAMANTINA NEPOMUCENA SEITENFUS	4025
40529	DIANA ANDREIA DOS SANTOS	11515
40529	DIANA ANDREIA DOS SANTOS	32472
45563	DIANA ELISABETE BORDIN	6002
37966	DIANA PERUZZOLO DOS SANTOS	11827
32510	DILCEIA IZABEL DALL 'OGLIO E SANDRA L. DALL 'OGLIO ZAMONER	26538
37075	DILCEU LUIZ PAZINATTO E FERNANDA FORBICI PAZINATTO	7631
34790	DILETA MARIA TOSON	4408
34790	DILETA MARIA TOSON	4409
14466	DILMER TURCATEL	10774
12954	DIONE MARINA PEREIRA PINTO	9655
12973	DIONEIA SILVEIRA MENDES E OUTRA	9671
41919	DIONILCE BULGARELLI	25296
34981	DIRCE DA SILVA JUNIOR	9969
15457	DIRCEU ALBERTO WACHOLZ	23467
38041	DIRCEU ANTONIO CALAI	2720
38041	DIRCEU ANTONIO CALAI	10942
38041	DIRCEU ANTONIO CALAI	28183
10650	DIRCEU ANTONIO MOLIN	11792
14351	DIRCEU BARETTA	32755
14351	DIRCEU BARETTA	10676
42261	DIRCEU BETTEGA	7874
9896	DIRCEU CHIAMULERA	7248
5852	DIRCEU DA FONSECA SOUZA	4290
10535	DIRCEU RENATO DE MARCO	7779
9207	DIRLEI PEDRO CORONETTI	4410
32439	DISNEY DE MARCO	23130
49658	DIVANIA ZAMBON PEREIRA	23466
18428	DJANIRA ROSA SOBRINHA	6247
8644	DOACIR BORDIGNON	6356
9926	DOLVIR LUNARDELI	7270
39849	DOM FIORELO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	8455
249	DOMINGOS BARCELLA E OUTROS	227
249	DOMINGOS BARCELLA E OUTROS	223
249	DOMINGOS BARCELLA E OUTROS	224
9151	DOMINGOS DEUMIRTES DE CAMARGO	6682
49464	DOMINGOS GONÇALVES DE CANDIDO	33625
20712	DOMINGOS INACIO SIQUEIRA	8335
19360	DOMINGOS JUVerci DA SILVA	4275

43059	DONOVAN CONRADO	4535
4233	DORIS LANGE	3165
19535	DORIVAL AMANCIO DAMASIO	4458
6351	DORIVAL CASSUL DE MENEZES	4615
3850	DORVALINA FERREIRA FRANCA	2854
35630	DORVALINA GIORDANI	1578
35630	DORVALINA GIORDANI	1630
543	DORVALINO CASANOVA	452
15300	DORVILIO BALAN E AURI MENDES DA LUZ	11376
49426	DORVINA ANTUNES PEREIRA DE MEIRA	2739
49426	DORVINA ANTUNES PEREIRA DE MEIRA	2738
6741	DOUGLAS ARES DE OLIVEIRA	4960
3834	DULCE MARIA BUCCO	2839
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9188
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9484
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9370
12381	EDEMAR GRUBER	9252
40614	EDEMILSON JOSÉ LEORATO	4415
9144	EDGAR ARNO BRISSON	6676
41064	EDIFICA INCORPORAÇÕES LTDA	36172
38014	EDILAR IVO BIZZON	10428
2076	EDIMAR BIARZI	33918
2076	EDIMAR BIARZI	33120
34916	EDIRCE ANTUNES RIBEIRO	4571
1311	EDISON DE OLIVEIRA FILHO, PEDRO DA SILVA,GELSON SURDI/OUTROS	35372
1311	EDISON DE OLIVEIRA FILHO, PEDRO DA SILVA,GELSON SURDI/OUTROS	35350
1311	EDISON DE OLIVEIRA FILHO, PEDRO DA SILVA,GELSON SURDI/OUTROS	35371
4089	EDISON LUIS GRIGOLO	3061
6341	EDITE DA SILVA ROSA	5410
6341	EDITE DA SILVA ROSA	4607
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA	10799
39784	EDNIRA LÚCIA LATENIK, NEIDE MARIA TEIXEIRA E ELIZEO HOPPEN	23250
36690	EDORILDO PETRY	497
39410	EDSON JAIR BESEN	4370
38635	EDSON TOSATTI E ROSELI ZARDO TOSATTI	8808
3340	EDUARDO BELEGANTE	2477
41893	EDUARDO BELEGANTE E PEDRA BELEGANTE	2055
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	27831
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	6208
29915	EDUARDO GRUBER	34597
43381	EDUARDO PANERAI DELAVI	27597
43381	EDUARDO PANERAI DELAVI	27596
2563	EGON KLAGEMBERG	4476
49491	ELAINE RAQUEL CORREIA	11490
40538	ELEANDRO LUIZ DE SOUZA	10931
45264	ELIANA PEROTTO	4240
35374	ELIANE ANITA LIECKE EIDT	3495
49473	ELIANE ANTUNES PEREIRA	33641
3839	ELIANE APARECIDA MARTINS	2843
38071	ELIANE APARECIDA ZACARON	11491

2939	ELIANI MARLIS HAHN ROCCA E OUTROS	2229
15067	ELIAS AMBROSIO	11239
14580	ELIAS RAMOS	23566
8466	ELIDES BELOTTO	6238
48100	ELIESER DA CAS	23636
10502	ELIO DORNELES	7749
32993	ELIO NEI RODRIGUES DE SOUZA	20933
38842	ELISANDRA RODRIGUES DA ROSA	27594
3174	ELIZABET MARIASINHA BISSANI	2377
41607	ELIZEU ANTONIO FRIZON	4768
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	11049
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	32558
26829	ELIZEU LORENCO ORSO	27600
26829	ELIZEU LORENCO ORSO	1855
34040	ELIZIANE, AIRTON, VALQUIRIA E DAIANE DOS SANTOS RODRIGUES	30503
34040	ELIZIANE, AIRTON, VALQUIRIA E DAIANE DOS SANTOS RODRIGUES	4557
10036	ELIZIO BECKER	7344
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7569
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7570
13393	ELMO EMILIO BERTUCCI	10024
38590	ELOI BRUNO CHIAMULERA	5655
38590	ELOI BRUNO CHIAMULERA	5670
11960	ELOI FRANCISCO HELLT	8921
12880	ELOI MACHADO SOARES	9780
12880	ELOI MACHADO SOARES	9602
12880	ELOI MACHADO SOARES	9837
12880	ELOI MACHADO SOARES	9782
19902	ELOIR PEREIRA DUARTE	21341
14624	ELOISIO GEOVANI BOEIRA	10896
38205	ELSA M, PEDRO B, PAULO V, SANDRA R, ANGELO R E ANA D. BECHI	5279
24334	ELZA MARIA LUVISON SAVARIS	34413
3842	ELZA MELERE	2846
4336	ELZA ROSA DE OLIVEIRA	20868
8766	ELZA SCHNEIDER	6428
2402	ELZA WEISS	2275
2402	ELZA WEISS	1928
37076	EMERSON CESAR BAVARESCO E REJANE MARIA BRESSAN	8203
37076	EMERSON CESAR BAVARESCO E REJANE MARIA BRESSAN	8060
15294	EMERSON DE OLIVEIRA	11371
35996	EMÍLIA MENEGASSI HARO	22198
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28586
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28587
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28585
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	10187
18062	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS BRAGAGNOLO LTDA	12407
18062	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS BRAGAGNOLO LTDA	12406
18062	EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS BRAGAGNOLO LTDA	12405
17816	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	5712
17975	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA EPP	2299
17975	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA EPP	1349
17975	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA EPP	1348

14711	ENIO RECH	23219
10467	EOLODIR MACIEL E CARMELINDO D.SANTOS	7715
2413	ERICA PIOSIADLO SCHUTZ	1937
2413	ERICA PIOSIADLO SCHUTZ	12021
49769	ERICK HENRIQUE ZANIN	27525
8993	ERNESTINA CHAVES	6584
9457	ERNESTO BRANCO	6932
15361	ERNESTO CALLIARI	23433
7785	ERNESTO ZAGO	7061
7785	ERNESTO ZAGO	23071
14216	ERVINO PAES DE FARIAS	10841
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	2128
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22847
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22848
30900	ESPOLIO DE ADILES VAZ FORTE	7337
30900	ESPOLIO DE ADILES VAZ FORTE	22307
1537	ESPOLIO DE ALBINO BIAGGIO SGANZERLA	1396
7997	ESPÓLIO DE ARTHUR DIDOMENICO	5847
7997	ESPÓLIO DE ARTHUR DIDOMENICO	5846
11689	ESPOLIO DE ATILIO PRESSI	8692
2588	ESPÓLIO DE EMANOEL CESAR DOS SANTOS	2063
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2053
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2042
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	32948
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	10836
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	2986
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	29930
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20146
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20145
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20147
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	514
18170	ESPÓLIO DE MIGUEL KOPSTEIN RUSSOWSKI	33803
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3712
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3717
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	34115
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3713
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3711
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	30133
5753	ESPOLIO DE NILTON CAVICHOLI	4230
39581	ESPÓLIO DE ROSÁLIA ANDRADE E WIESER, PICHLER & CIA LTDA	33535
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCNHER	6055
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCNHER	34347
14579	ESPOLIO DE SALMO RAMOS	10859
11881	ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN	8852
11913	ESPOLIO DE SANTO PASCOAL ANZOLIN E VALDEMAR ROSE	8878
4362	ESPOLIO DE SEBASTIAO RODRIGUES	3256
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	2902
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3086
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3087
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	420
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3080
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3079

36750	ESPOLIO DE SILVIO ROCCO BRADO	11749
9068	ESPOLIO DE VIDAL SOUZA	22071
9068	ESPOLIO DE VIDAL SOUZA	6631
35872	ESPÓLIO DE VITORINO PINTO DE SOUZA	33510
38831	ESTELAMAR CLAIRSSE GRUHLKE BUHRINGER E EVALDO BUHRINGER	27503
49449	EUCLIDES PANCERA	33661
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	1452
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	998
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	394
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	159
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	862
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	8277
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	861
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	863
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	21864
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	36031
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	9537
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	6052
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	9199
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	1439
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	6028
185	EUCLYDES SELVINO GRANDO	8289
21549	EUGENIO BETTIO	9265
32736	EUNICE RIBEIRO	26895
10227	EURIPEDES CASTEGNARO	31421
10227	EURIPEDES CASTEGNARO	7497
49597	EVA CERENITA DA SILVA	27646
12988	EVA FERREIRA DE ASSIS	9685
7296	EVA RAMOS	21684
41897	EVANDRO RICARDO GUINDANI E YASCARA MICHELE NEVES KOGA GUINDA	27463
41897	EVANDRO RICARDO GUINDANI E YASCARA MICHELE NEVES KOGA GUINDA	2484
41324	EVANDRO UBERDAN ANATER E MARIA HELENA ANDRIN ANATER	34028
41324	EVANDRO UBERDAN ANATER E MARIA HELENA ANDRIN ANATER	34029
41324	EVANDRO UBERDAN ANATER E MARIA HELENA ANDRIN ANATER	33990
12731	EVANDRO,VIVIANE E CRISTIANE STRATMANN	9493
41923	EVANIR CERVELIN E JORGE ROBERTO SEBASTIÃO	5200
39630	EVERLIN DA SILVA PADILHA	4843
421	EZEQUIEL PIRES	381
3251	EZILDA DE FATIMA MIRANDA	11988
3251	EZILDA DE FATIMA MIRANDA	11994
32601	FABIANA RICARDO DOS REIS E JULIANA DOS REIS	4588
13884	FABIANO E RAFAEL BERNARDINI	22987
15805	FABIANO LUIZ PIOVESAN	11925
37590	FABIANO PADILHA	11826
37297	FABIO ALVES	21223
37297	FABIO ALVES	4118
30055	FABIO ANDRÉ LORASCHI	7315
36697	FÁBIO ANDRÉ SPIER	34229
36697	FÁBIO ANDRÉ SPIER	34233

38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	28512
38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	3662
45943	FABIO RODRIGUES DE SOUZA	8260
48874	FABRICIO KATCHOR	9217
48874	FABRICIO KATCHOR	26561
18132	FAVARO BEBIDAS LTDA	5576
14652	FELIPE CARLOS FINK	10922
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5727
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5725
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5726
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5723
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5722
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5724
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5731
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5728
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5721
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5730
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5729
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7470
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7471
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7472
38676	FERNANDO AMALCABURIO	4456
49204	FERNANDO DALL 'OGLIO DE MORAES	34353
47818	FERNANDO FACHIN	4898
5637	FERNANDO PAZINI	4159
48406	FERNANDO POLATO ARGENTON	4819
42110	FERNANDO RABAIOLI	23621
39731	FERNANDO ROBERTO WALMORBIDA	6940
10290	FLAVIANO NERE	7544
34743	FLÁVIO JÚNIOR BIASSI	3262
34743	FLÁVIO JÚNIOR BIASSI	20874
536	FLAVIO LUCIANO SOARES ARAUJO	5019
536	FLAVIO LUCIANO SOARES ARAUJO	35444
12643	FLORENTINA ZARPELON	9520
1221	FLORIANO WYZKOWSKI	1006
1221	FLORIANO WYZKOWSKI	1034
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRU- CAO LT	27302
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRU- CAO LT	27303
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRU- CAO LT	33210
36107	FORMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	8066
35679	FRANCIANE APARECIDA SCHUH E ALEXANDRO CAVALHEI- RO CABRAL	10502
37176	FRANCIELE C DA SILVA	11284
36120	FRANCIELE CALDART	10884
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8697
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8696
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8695
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	10147
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	33881
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	33880
42900	FRANCIELO LUIZ BELOTTO	22098

42900	FRANCIELO LUIZ BELOTTO	6674
42900	FRANCIELO LUIZ BELOTTO	2622
46376	FRANCISCA DE BARBA RIQUETI	35046
4777	FRANCISCO ASSIS DA SILVA E VARDIVINO RODRIGUES DE SOUZA	3569
4777	FRANCISCO ASSIS DA SILVA E VARDIVINO RODRIGUES DE SOUZA	3571
7163	FRANCISCO CARLOS WOLFF DE LIZ	10600
4710	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	3516
4710	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	20957
4710	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	20958
3843	FRANCISCO JOAIR ALMEIDA	28850
3453	FRANCISCO MARIN	20672
6268	FRANCISCO MOACIR RAMOS	4552
20797	FRANCISCO RAMOS NETO	4766
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	11581
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	10335
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	32242
10593	FRANCISCO URBANSKI	7829
36680	FRANÇOARES DE SOUZA DUTRA	2780
24247	FRIDA SCHLINDWEIN	3734
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN	9518
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN	9516
11352	FRITZ MALAS E INGRID MALAS	31662
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	35711
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	35710
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	35709
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	7053
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	35708
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	35707
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	35713
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	35712
17845	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SC - FUNOESC	36504
31646	GABRIEL GHISLENI	6646
47196	GABRIEL LUCAS DE SOUZA	35416
40546	GELCI AURELIA FERREIRA	8038
19129	GELSON ANTONIO BOESING	2080
19129	GELSON ANTONIO BOESING	29589
34249	GEMILE, NOEMY, MERCEDES, LURDES E JORGE FERNANDO ZAMONER	7234
19001	GENARO GIMENES FERNANDES	26400
5449	GENESIO ANTONIO CARLETTI	4027
5449	GENESIO ANTONIO CARLETTI	4029
5449	GENESIO ANTONIO CARLETTI	4028
14835	GENESIO LUIZ SCHIMITZ	11026
5728	GENESIO VASTRES	4217
8682	GENI MOREIRA AQUINO	21963
8682	GENI MOREIRA AQUINO	8704
17590	GENTIL ZIBETTI	11706
17590	GENTIL ZIBETTI	11685
17590	GENTIL ZIBETTI	11708
7151	GENTILA WOLFF DA IGREJA	5274
11513	GENY GALAFASSI	8561
13121	GERALDO KREMER	9809

13121	GERALDO KREMER	32032
42707	GERMAN PART. E INV. LTDA E ATRANI CONST. E DECORAÇÕES LTDA	10216
42707	GERMAN PART. E INV. LTDA E ATRANI CONST. E DECORAÇÕES LTDA	10218
49496	GERSI SALETE FERNANDES DE OLIVEIRA	11466
36088	GESSI APARECIDA CAMARA E CLAUDIOMAR BIOLCHI	531
4450	GESSI TEREZINHA DA SILVA	3325
15426	GESSI TEREZINHA DA SILVA AMORA	23451
17681	GETULIO GOMES	11751
33598	GIANA CARLA SAMOEL, JULIO CESAR SAMOEL E JONAS SAMOEL	4206
30050	GIANPAULO RIBEIRO	5602
30050	GIANPAULO RIBEIRO	5601
9173	GICELDA GENOVEVA SURDI THIBES	6698
7712	GILBERTO BRAGAGNOLO	5881
7712	GILBERTO BRAGAGNOLO	21794
3618	GILBERTO E ZOILÓ PEREIRA PIVA E VALQUIRIA PIVA COLOMBO	29059
21833	GILBERTO LEAL PORTES	21669
40939	GILBERTO LUIZ LORENZINI E MARLENE ALDETE DE ALMEIDA	23622
14204	GILBERTO PARIZE	10556
46259	GILMAR DA LUZ	27507
32651	GILMAR DA SILVEIRA	5836
9425	GILMAR FRANCISCO DE SOUZA E ADEMAR FRANCISCO DE SOUZA	6906
9425	GILMAR FRANCISCO DE SOUZA E ADEMAR FRANCISCO DE SOUZA	6904
3070	GILMAR GASPARI	2313
30768	GILMAR GIORDANI	27108
30768	GILMAR GIORDANI	27107
30768	GILMAR GIORDANI	716
30768	GILMAR GIORDANI	27109
22954	GILMAR GIORDANI e ILDETE GIORDANI	954
22954	GILMAR GIORDANI e ILDETE GIORDANI	946
22954	GILMAR GIORDANI e ILDETE GIORDANI	952
42207	GILMAR GIORDANI E SCHEILA MARA CORSO GIORDANI	26336
42207	GILMAR GIORDANI E SCHEILA MARA CORSO GIORDANI	26350
42207	GILMAR GIORDANI E SCHEILA MARA CORSO GIORDANI	26349
7291	GILMAR MALAKOWSKI	21679
42729	GILMAR MARTINS DE OLIVEIRA E MARISTELA SALETE SYCHOSKI	30236
14364	GILMAR MERLO	10687
9406	GILMAR PENTEADO	6890
9406	GILMAR PENTEADO	6891
41644	GILMAR PENTEADO E EDNILSON BRUNO PENTEADO	28923
33483	GILMAR RAMOS DO PRADO	2663
45755	GILSINEI DELFES	8069
4631	GILSON ANTES	3465
9133	GILSON JOSE BERNARDI	6670
18035	GILSON ROBERTO CALDART	10200
36252	GIOVANA DA SILVA SCAPINI	27599
32891	GIOVANA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	33651
5879	GIOVANA KATIA GRENDENE	30295
5879	GIOVANA KATIA GRENDENE	4311

4150	GIOVANI BORDIN	3108
49547	GISLAINE ANTUNES PEREIRA	27516
49567	GISLAINE HUMANN NASCIMENTO	27526
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	41
14295	GLENIO CALICE DA ENCARNACAO	10633
760	GOTFREDO THALER	578
1353	GRANDO, ARGENTA & CIA LTDA	29461
43000	GRAZIANE RODRIGUES	33635
33721	GRAZIELE CORDAZZO	26255
44341	GREYCE THAISE ROSANELLI GIACOMOZZI	4752
17960	GRUBER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	1146
46431	GS10 FABRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	10201
46431	GS10 FABRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	10202
6410	GUILHERMINA VARELA DOS SANTOS	4649
36297	GUIOMAR JOÃO MARCON	23540
15043	GUNTER EMILIO DEGENER	11217
3086	GUSTAVO ZAMBON DOS SANTOS	2392
7829	HARI PIOSIADLO	9818
7829	HARI PIOSIADLO	5786
7829	HARI PIOSIADLO	9380
7829	HARI PIOSIADLO	5783
50324	HAYDE GULDE	9949
32745	HAYDEE ADRIANE SCHNEIDER SPIER	10626
40972	HELENA FOPPA	4221
10219	HELIA APARECIDA DE LIMA	7491
43438	HELIO DOS SANTOS E DELZIRA MARIA DE AZEREDO	10116
47568	HENRIQUE TAVARES PINTO	10070
2271	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR	26228
2271	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR	11914
3731	HERCILIO ALVES DE OLIVEIRA	2757
2604	HERCILIO ODILON LIEDKE	3496
10815	HERMES JOSE BERSAGHI	7965
10815	HERMES JOSE BERSAGHI	7964
35473	HILÁRIA ROSA BECKHAUSER	4823
14215	HIPOLITO ANOEL BARBOSA	10567
23433	HIPOLITO HENRIQUE KREMER	2683
1878	HOMAR AURELIO E LEILA ANGELITA HARWIG AURÉLIO	6696
1878	HOMAR AURELIO E LEILA ANGELITA HARWIG AURÉLIO	20291
9101	HOMERO ANTUNES DE ALMEIDA	6655
385	HORACIO LUIZ PIRES	20024
385	HORACIO LUIZ PIRES	357
580	HUBERT KLANN	34403
1201	HUGO BESS	987
12028	HUMBERTO RICARDO ROTTA	34238
35398	IDANICE SONEGO	7883
14348	IDAVINA RODRIGUES RODENINSKI	10672
20521	IDUGEL INDUSTRIAL LTDA	23352
23647	IEDA BAU BRUNETTO	8816
17867	IGREJA DE DEUS DO BRASIL	22722
30863	ILDETE GIORDANI	26328
30863	ILDETE GIORDANI	26348
30863	ILDETE GIORDANI	26346

1194	ILDO TREVISAN	984
7474	ILDOMIR BAHU	8757
8205	ILGO ANTONIO HEBERLE E OUTROS	6027
15534	ILISETE ARPINI LAGNI	11517
15534	ILISETE ARPINI LAGNI	11516
37186	ILMA KLEIN SIMON	9657
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	8747
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	22555
6530	ILSE TEREZINHA GEUDA	4760
33745	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E CLODOALDO J. GONÇALVES DOS SANT	10871
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	10957
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	32892
36845	IMOBILIARIA COMETA LTDA E ADELIR BORTOLI & CIA LTDA ME	5129
17978	IMOBILIARIA LIMEIRA LTDA	1552
17978	IMOBILIARIA LIMEIRA LTDA	1551
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8373
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8496
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8466
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8469
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8484
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	22475
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8382
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8380
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8414
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8468
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8488
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8465
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8475
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8481
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8383
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	12414
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	22474
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8497
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8487
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8381
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8467
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	29195
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8485

18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8472
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8500
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8427
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8301
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8483
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8486
45506	INCORPORADORA LOTEAD. CRUZEIRO LTDA E HENRIQUE BRUNONI NETO	12269
42453	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA	12247
45508	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E ADELMO DE OLIVEIRA	12273
45502	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E DAIANA BALAN	12253
45515	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E ELIANE A SILVA	12289
45500	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E OSMAR ZILIO	12249
45501	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E OSNI-MAR J DE SOUZA	12252
21277	INDUSTRIA METALURGICA ILHA LTDA - ME	11007
13266	INES JOSEFINA SCHMAUTZ	9928
30973	INGRID MALLAS	8437
7243	INORI VIEIRA	5343
45861	IRACEMA CORVOLAN	26905
49410	IRACEMA DOS ANJOS PEDROSO	33640
4752	IRACEMA F PEREIRA	3547
6292	IRACI MOREIRA LOPES	4570
38302	IRACI TEREZINHA BEBER	9663
38302	IRACI TEREZINHA BEBER	11209
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	9434
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	9065
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22603
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22604
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22746
49571	IRACY RODRIGUES DA SILVA	27587
49996	IRAE REGINA VIEIRA	34759
11864	IRENE COELHO	31765
11864	IRENE COELHO	8842
13169	IRENE SALETE HOFF	9845
13169	IRENE SALETE HOFF	9844
13169	IRENE SALETE HOFF	9843
13169	IRENE SALETE HOFF	9842
13073	IRENE VARELLA ANTES	9766
49599	IRES TEREZINHA DE CAMARGO	5340
41394	IRINEO JOSÉ CERVELIN	11190
3648	IRIS PAULO POSSENTI	34734
3648	IRIS PAULO POSSENTI	9327
49534	IRMÃ STANK DELFES	29840
49534	IRMÃ STANK DELFES	3047
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21184
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21087
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	22138

18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	31047
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	6872
38450	IRMGART FRISKE	2597
36675	IRONI FERNANDES MASCHIO	11013
40387	ISAIAS JOEL MACHADO	23680
41560	ISIDORO JOSÉ BRANCHER NETO	34198
41560	ISIDORO JOSÉ BRANCHER NETO	34179
11046	ITACIR MONFROI	10675
39469	ITACIR MONFROI - ME	8689
39469	ITACIR MONFROI - ME	8693
21504	ITAMAR ANTONIO GERALDI	6805
21504	ITAMAR ANTONIO GERALDI	22132
49523	ITAMAR PREZOTTO	11768
49466	ITAMARA STEFANE	33655
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	970
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	969
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	968
15573	IVAIR BECKER	11554
3669	IVALDIR ANTONIO CARMINATTI	27404
3669	IVALDIR ANTONIO CARMINATTI	27406
13154	IVALDIR ROSA DA SILVA	9831
7628	IVALDO TRAIANO	5610
7628	IVALDO TRAIANO	21782
7628	IVALDO TRAIANO	21783
42786	IVAN PAULO ALVES DE OLIVEIRA	3542
12089	IVANETE, ADEMAR E MARILENE BUSSOLARO	9035
15567	IVANILCE MARLI DE OLIVEIRA	11548
12995	IVANILDE DOS SANTOS ARNS	9692
10496	IVANILDE SARTORI	7743
10615	IVANIR CORREA DE MOURA	7850
5640	IVANOR DA COSTA	4161
5640	IVANOR DA COSTA	4162
5640	IVANOR DA COSTA	11514
5640	IVANOR DA COSTA	28631
38003	IVETE MARIA ALBIERO DAROLD	10977
48478	IVETE RACHEL BASSOTTO FOCHESATTO	35652
48478	IVETE RACHEL BASSOTTO FOCHESATTO	35644
48478	IVETE RACHEL BASSOTTO FOCHESATTO	35653
3068	IVETE RAMELLA E OUTRO	2312
2925	IVO ARI FRONZA	2219
3137	IVO KLEIN	2347
3137	IVO KLEIN	20620
11216	IVO LUIZ LOCATELLI	10772
8796	IVO PEREIRA DOS SANTOS	9307
38930	IVO PEREIRA DOS SANTOS E MARIA SALETE PEREIRA DOS SANTOS	23509
38930	IVO PEREIRA DOS SANTOS E MARIA SALETE PEREIRA DOS SANTOS	23522
38930	IVO PEREIRA DOS SANTOS E MARIA SALETE PEREIRA DOS SANTOS	23521
38930	IVO PEREIRA DOS SANTOS E MARIA SALETE PEREIRA DOS SANTOS	23520

38930	IVO PEREIRA DOS SANTOS E MARIA SALETE PEREIRA DOS SANTOS	23510
6261	IVO R DE SOUZA E DAYANA DA SILVA	4548
9963	IVO RESMINI	7300
49485	IVONE ALVES PEREIRA	33618
4425	IVONE DA ROSA	3301
3507	IVONE IDALINA ANTES	2604
3507	IVONE IDALINA ANTES	2601
15538	IVONE KUZNIER	11520
5054	IVONE MARIA CARLETO	27678
5054	IVONE MARIA CARLETO	28268
49465	IVONE TEREZINHA ALVES DA SILVA	33637
29869	IVONETE ANA MELERE	3055
49497	IVONETE DOS SANTOS	11462
29881	IVONETE GONÇALVES DE AZEVEDO	30961
10302	IZABETE LOURDES BONETTI	7557
4618	IZELINA DA ROSA	3456
34073	JACENIR RODRIGUES DE LIMA E JANETE MARIA DAROLD PRONER	27138
40142	JACI ELVIRA MALISKA	32831
21474	JACIR ANTONIO DA SILVA	7405
45590	JACKSON DEBUS	26969
45590	JACKSON DEBUS	26908
1890	JACOB ANDRE ROHENKHL	19
1890	JACOB ANDRE ROHENKHL	30
11491	JAIME ANTONIO BONAMIGO	8543
14712	JAIME LUIZ RECH	23220
19237	JAIR ADRIANO	21430
49503	JAIR CORREA BASTOS	33646
3697	JAIR DA SILVA	2731
3697	JAIR DA SILVA	2730
34188	JAIR DOS SANTOS	5104
926	JAIR MORELLO	1014
926	JAIR MORELLO	718
488	JAIR ANTONIO PROVENSI	20065
47841	JAIR EVARISTO ROSA	4286
49495	JAIR RODRIGUES	11234
49551	JANDIRA SALETE DOS ANJOS	27533
49582	JANE DO PRADO	27505
40315	JANEA COLUSSO	11823
41341	JANETE LUZIA KATSCHOR	4733
6528	JANIS E JONES TRINDADE	4758
34655	JAQUELINE PAULA DALLA ROSA	11112
30057	JARDEL MARQUES PENA E JULIANA CRISTINA ROSENDO MARQUES	10208
10521	JARDELINO ANTUNES DA SILVA	7768
44378	JASON SILVA	35414
32302	JAYR DE OLIVEIRA E LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	9866
30996	JEAN DOMINGOS BRESSAN	27517
46060	JEFFERSON TEDESCO	7830
47598	JERONIMO GOMES LIMA	3371
3955	JESSICA E AMANDA LAMB LUIZ	2953
15046	JIOVANO REBETCHUK	11220

20107	JIROL - JOACABA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	12403
1297	JOACABA MAQ IND COM CADEIRAS LTDA	20236
9161	JOACI PIQUETTI	6687
6953	JOAO ADONIR RAMOS	5169
6953	JOAO ADONIR RAMOS	30338
34293	JOÃO ALVARES DE OLIVEIRA E BENTA DE OLIVEIRA	3738
5630	JOAO ALVES DE MOURA E MAURO ALVES DE MOURA	4154
4768	JOAO ANTONIO DA SILVA E CELIO BORGES	30091
4768	JOAO ANTONIO DA SILVA E CELIO BORGES	3561
36102	JOÃO ARTHUR DA CUNHA TRAVERSO	12036
14070	JOAO BATISTA ISLER	10954
14070	JOAO BATISTA ISLER	10491
18816	JOAO CARLOS PEREIRA DE MENDONCA	10032
49620	JOÃO CARMOSINO RIBEIRO CARLOS	11288
4736	JOAO CONSTANTE RIES	3534
38692	JOAO CORDEIRO, ANNA E CLÁUDIA SALVADORI E ADILSON A SATIQ	10990
4055	JOAO EUDIVINO BEE	3031
19354	JOAO GILBERTO ANTUNES	23628
3846	JOAO GONCALVES DOS SANTOS	2850
17704	JOAO HONORIO PICHININI	11772
4045	JOAO IGNACIO	3026
35776	JOÃO JANIR ALVES	5165
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	21255
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	4174
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	21254
34012	JOÃO JOSÉ DALACOSTA	22932
34012	JOÃO JOSÉ DALACOSTA	10115
15441	JOAO M VIEIRA NASCIMENTO	11441
14759	JOAO MARIA CORDEIRO, ANNA SALVADORI E CLÁUDIA SALVADORI	23247
45814	JOÃO MARIA DE MOURA	9042
11665	JOAO MARIA DE OLIVEIRA	8675
14243	JOAO MARIA DE SOUZA NETO	20119
6480	JOAO MARIA LOPES DE SOUZA	4715
10138	JOAO MARIA PIRES DA SILVA	7775
9217	JOAO MORESCO	6739
33898	JOÃO ORIDES PADILHA JUNIOR	11018
33898	JOÃO ORIDES PADILHA JUNIOR	4862
42831	JOÃO OSVALDO E MARILIZE DOS SANTOS CESCA	34264
42831	JOÃO OSVALDO E MARILIZE DOS SANTOS CESCA	34213
42831	JOÃO OSVALDO E MARILIZE DOS SANTOS CESCA	34263
39852	JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS	27641
18580	JOAO PEDRO CORREA	6679
18580	JOAO PEDRO CORREA	30940
45647	JOÃO PRONER, EVANDRO DIDOMENICO, RICARDO ROSA, MARILU MATTOS	34016
45647	JOÃO PRONER, EVANDRO DIDOMENICO, RICARDO ROSA, MARILU MATTOS	34049
45647	JOÃO PRONER, EVANDRO DIDOMENICO, RICARDO ROSA, MARILU MATTOS	6042
15073	JOAO RODRIGUES	11245
6542	JOAO SALVADOR DA ROSA	33627
3811	JOAO SILVA FILHO	2820
8987	JOAO TOMAZZI	6579

3803	JOAO VILSON VIEIRA SATIQ	2815
9959	JOAQUIM PALHANO	7297
7545	JOAREZ ANTONIO PAIMELL E SONIA MARLY ZANG	5540
47068	JOAREZ FAVRETTO	34083
4073	JOCELI SEBASTIAO DA SILVA	3046
32246	JOCIANE RAIZER MULLER	35198
32246	JOCIANE RAIZER MULLER	35173
21909	JOCILDE SALETE PEROSA	23594
35389	JOEL ZANIN	11465
35390	JOENI EDMAR CONTESSOTTO	2319
14151	JONAS LEMOS E MARIA STELLA LEMOS	23092
14151	JONAS LEMOS E MARIA STELLA LEMOS	23094
14151	JONAS LEMOS E MARIA STELLA LEMOS	23099
14151	JONAS LEMOS E MARIA STELLA LEMOS	23098
14151	JONAS LEMOS E MARIA STELLA LEMOS	23093
11761	JONAS TABORDA	8750
42060	JORDANA DOS SANTOS RAMOS	27642
15038	JORGE ANTONIO CARDOSO	11121
10547	JORGE KRUHS	7790
22392	JORGE LEMOS	4016
9307	JORGE LUIS MULLER	34013
43161	JORGE LUIZ ARISTIMUNHA JUNIOR	30219
13764	JORGE LUIZ DO PRADO	10309
13764	JORGE LUIZ DO PRADO	10308
13089	JORGE LUIZ ZANIN	9778
7143	JORGE OSVALDO FINGER E BENILDE FINGER	5269
15476	JORGE ROBERTO SILVA	11467
38175	JOSE ADÃO VARELA	4639
49486	JOSÉ ADEMIR DA SILVA	33631
3112	JOSE ADILSON BITTENCOURT	2333
19768	JOSE ANOZIL DA SILVA	9720
8836	JOSE ARAMIS SCHUEDA	6479
3994	JOSE AVELINO ANTUNES DE OLIVEIRA	2987
5102	JOSE BANDELOFF	3756
5102	JOSE BANDELOFF	26305
5102	JOSE BANDELOFF	3825
11306	JOSE BENEDITO CORREIA DA SILVA	8393
11306	JOSE BENEDITO CORREIA DA SILVA	8459
1766	JOSE CARLOS GOMIG	1417
14535	JOSE CARLOS GONCALVES DA SILVA	10818
8622	JOSE DA SILVA	6348
49525	JOSÉ DA SILVA	11435
6135	JOSE DA SILVA FILHO	4466
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	8149
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	31611
516	JOSE DARTORA	436
516	JOSE DARTORA	20078
516	JOSE DARTORA	20077
516	JOSE DARTORA	20076
14963	JOSE DE JESUS CARDOSO	11155
39872	JOSÉ EDILSON VIRMES E TAÍS LAURA ZARPELON	4762
18302	JOSE ELIAS	640
15541	JOSE FERNANDES DA COSTA	11523

13051	JOSE FERREIRA	9746
13051	JOSE FERREIRA	32328
13066	JOSE GRACIANO PEREIRA	9760
5933	JOSE KERSCHBAUMER	21516
33007	JOSÉ LUIS ALVES PAES	9272
32266	JOSE LUIZ BERNARDI	5477
32326	JOSÉ LUIZ BETIATTO FILHO	23647
32326	JOSÉ LUIZ BETIATTO FILHO	6790
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8402
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8401
4599	JOSE MARIA ROSSA e SAULA CONTE ROSSA	20921
3682	JOSE MAROSTICA	2716
14236	JOSE MAXIMINO ALVES	10585
10806	JOSE OTAVIO CARLOMAGNO	11139
37007	JOSE QUINTILHAN E WALDOMIRO QUINTILHAN	408
35843	JOSÉ SENEGAL RODRIGUES	4481
9416	JOSE TADEU DE SOUZA	6898
9416	JOSE TADEU DE SOUZA	22146
9416	JOSE TADEU DE SOUZA	6897
14250	JOSE VALDIR ZANIN	10596
12946	JOSE VILMAR BANDEIRA	9648
22857	JOSIANE REGENSBURGER	1403
38803	JOSMIR APARECIDO ROCHA	33359
30714	JOSSERLEI LISBOA	4477
37143	JOVAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	20001
4397	JOVENTINO DE MARCO	3276
7289	JOVICO ZAMONER	21677
39613	JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA	35045
39613	JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA	35044
6371	JUAREZ AMORA	4630
6371	JUAREZ AMORA	4629
6371	JUAREZ AMORA	4628
4106	JUAREZ CESAR PAROLIN	36451
11571	JUAREZ SILVESTRE GUERREIRO	8613
2597	JUÇARO CASTEGNARO	10188
4072	JUCELINO DA SILVA	3045
42581	JULIANA KUSNIER	7853
46486	JULIANE DE ALMEIDA	33628
36541	JULIANO CARDOSO	11115
49604	JULIANO DUTRA E JUBIANNY DUTRA	20742
49604	JULIANO DUTRA E JUBIANNY DUTRA	2737
37669	JULIANO LAGO	7289
48509	JULIANO PERIN	11124
35562	JULIANO SOUZA	4710
48210	JULIO ANTONIO LENHARDT	4772
15527	JULIO CESAR BISSANI	11509
12932	JULIO FERREIRA	9634
15445	JULIO TADEU RIBEIRO	11445
34936	JÚNIOR CESAR DE SOUZA CAVALHEIRO	11215
34936	JÚNIOR CESAR DE SOUZA CAVALHEIRO	23295
43242	JUNIOR JOSÉ DE MORAES E ROSEMERI APARECIDA CARDEMAS	27622
49764	JUNIOR MACHADO E RAFAEL RODRIGO CARVALHO	9980

49764	JUNIOR MACHADO E RAFAEL RODRIGO CARVALHO	9979
21034	JUNIR JAIME SAVARIS	11132
14420	JURACI VERONICA FIDELIS	10733
582	JUREMA FERNANDES	473
15430	JUREMA VARELLA DE SOUZA	23455
43062	JURLEI MALAQUIAS BATISTA	3777
43062	JURLEI MALAQUIAS BATISTA	3776
43062	JURLEI MALAQUIAS BATISTA	6761
32921	JUSSARA FRATTINI	7200
17420	JUVELINA, JOÃO, SERGIO, ANTONIO E WALDOMIRO MEIRA	11569
5541	JUVENAL RICARDO	4096
37132	KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN	7842
40368	KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN E LUIZ FRANK	4246
39362	KARINE MARCIA DA COSTA	23547
45556	KÁTHIA ALVES	11531
11289	KLEBER MARTINI	8377
35006	LACIR ANTONIO PONCIO DE OLIVEIRA	11293
9732	LACY TEREZINHA LIBIODA	6420
38489	LADI PELIZZARO	27466
38489	LADI PELIZZARO	27462
49492	LAIDES MARIA FERREIRA DOS SANTOS	4270
37172	LAR & COMPANHIA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA.	10378
19052	LAR & NEGOCIOS LTDA - ME	9345
46806	LARA, ULISSES IRAÍ, LEONARDO, ROBERTO E ZILIO E ZILIO & CIA	1379
47982	LAUIR BOHT	9661
3115	LAURA, JORGE, LEANE, CARLOS E LILIAN KRUHS	2334
37648	LAUREANO JOSÉ HENN	22348
14907	LAURI LUIZ TURATO	32570
3975	LAURIVAN DICK E RICARDO DICK	2970
32265	LAURO BORLIN	10643
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF	27397
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA	8998
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA	8606
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA	1086
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA	8644
37400	LEANDRO ASSIS DE CAMARGO	10826
20292	LEANDRO JOSE DALLANORA	33155
20292	LEANDRO JOSE DALLANORA	33747
48401	LEANDRO LIMA DE FREITAS	1573
48401	LEANDRO LIMA DE FREITAS	1625
2585	LEANDRO LUIZ ROSSETE E LUCIANO ANTONIO ROSSETE	2060
49146	LEANDRO PANIAGO MOREIRA	3230
46675	LEDA ESTER KOCHAN	29756
46675	LEDA ESTER KOCHAN	2665
34224	LEILA APARECIDA FLORIANO DE SOUZA	11881
34224	LEILA APARECIDA FLORIANO DE SOUZA	30096
48717	LEILA REGINA AGUIAR	10612
31051	LENI SCHERER KELLER	1426
31051	LENI SCHERER KELLER	1428
31051	LENI SCHERER KELLER	1427
49591	LEO AUGUSTO MENDES	27620
10022	LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA	7333

10022	LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA	22305
14830	LEOCINDO FERNANDES	11021
34233	LEOCIR COMIN	27025
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	6298
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	3003
35157	LEONARDO DALLA LANA	23672
35157	LEONARDO DALLA LANA	23673
46463	LEONARDO FELIPE PADOVA	36000
43774	LEONARDO FELIPE ZILIO	35948
46783	LEONEL GALFASSI NUNES	27644
46508	LEONILDO MODESTO	8540
19323	LEONIR ALEXANDRETTI	11572
19754	LEONOR ANTONIO RIEPE	6502
13501	LEOPOLDO PARTALA	10104
13501	LEOPOLDO PARTALA	27835
48349	LEVIR PINTO	35778
13305	LIBERA CASAGRANDE	9955
13305	LIBERA CASAGRANDE	9954
14668	LILIAN CRISTINA TELLES	10937
6179	LINDA DE LOURDES FRANCISCHETTI	4499
49543	LINDACIR FERREIRA DE LIMA	11482
34821	LINDAMIR TEREZINHA R. DO NASCIMENTO	11236
13045	LINDENOR A. DOS SANTOS FILHO	9739
2318	LINDOMAR CARDOSO	1859
2318	LINDOMAR CARDOSO	20341
4664	LINITA E ELIO HORN	20948
4664	LINITA E ELIO HORN	3484
4357	LIRIA MARILDA LUDWIG	20876
9291	LIZANDRA LIMA	6793
9846	LIZETE MARIA NATUS	7204
42117	LOCEMAR FERRARI E SIMONE MOREIRA DE SOUZA	27617
5822	LODOVICO ANTONIO BIAVATTI	4269
48598	LORENA ANTUNES	27441
43415	LOTEADORA DE IMÓVEIS DALLANORA LTDA	35876
13929	LOTEADORA JOAÇABA LTDA	23062
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1588
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1640
37428	LOURDES ZILIO	34212
33341	LOURENA LÚCIA STELLA	426
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	1727
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	7615
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	36120
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	36123
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	7618
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	36131
40687	LUCAS, LETICIA E LAIS ADAGUINARIO	9525
46043	LUCIA EZILCE MANTOVANI	3909
21620	LUCIANA CRISTINA ARGENTON FERNANDES	33525
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	3266
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	20887
31610	LUCIANO COMIN	6924
30839	LUCIANO DI DOMENICO	11883

38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5856
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5849
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5855
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5859
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5861
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5854
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5860
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5853
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5858
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5852
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5851
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5850
38187	LUCIANO DI DOMÊNICO E ALCIONE MARCHEZINI	5857
41169	LUCIANO FALLGATTER	6693
39384	LUCIANO LUVISON BRESCIANI	4792
33177	LUCIANO MARTINS	2588
36651	LUCIANO SOUZA DOS SANTOS	3581
48773	LUCIANO TONET	36010
6350	LUCIARA VIERA	4614
45905	LUCIDIA FERNANDES DE ALMEIDA	11495
34388	LUCILENE DE FATIMA DOS SANTOS	23663
43158	LUCIMAR KUHL ROSSETTI	11447
14428	LUIS ALBERTO CONCI	10739
14635	LUIS CARLOS NIENOV	10906
30933	LUIS PAULO ELICKER	7506
9867	LUIZ ALBERTO FRATTINI	7199
33768	LUIZ ALBERTO NUNES DE SOUZA	5083
5930	LUIZ ALBERTO SANTINI	4340
4071	LUIZ ALCANTARA	3044
567	LUIZ ALEXANDRE VIEIRA, PATRICIA LEMOS VIEIRA E ANDRE VIEIRA	466
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	769
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	767
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	770
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	768
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	766
2611	LUIZ ANTONIO DE SOUZA	2073
18578	LUIZ BIAZOTTO	9150
14664	LUIZ CAMILO RIBEIRO E IRENE LEMINSKI	10934
33602	LUIZ CARLOS AGUIAR	9644
33602	LUIZ CARLOS AGUIAR	9643
1556	LUIZ CARLOS BARETTA E OUTROS	1345
1262	LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO	1164
13408	LUIZ CARLOS COMINI	10036
10240	LUIZ CARLOS DA SILVA	28180
14565	LUIZ CARLOS DE ARAUJO	10846
49500	LUIZ CARLOS FAGUNDES	33650
9491	LUIZ CARLOS HELFEINSTEIN	22158
7701	LUIZ CARLOS KREMER	5671
3650	LUIZ CARLOS MOREIRA	2691
9107	LUIZ CARLOS NUNES	6658
9107	LUIZ CARLOS NUNES	22082
14234	LUIZ CARLOS THOMAZ	10583

5789	LUIZ CARLOS ZANELATTO	4717
13186	LUIZ CUNHA	22856
13186	LUIZ CUNHA	9862
36072	LUIZ DE ALMEIDA	28968
49740	LUIZ FELIPE BELOTTO ZANELATO	10327
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8068
1562	LUIZ FERNANDO BREDÁ	8021
22426	LUIZ FERNANDO CHRIST - ME	21049
896	LUIZ FERNANDO TAGLIARI	6856
896	LUIZ FERNANDO TAGLIARI	6035
896	LUIZ FERNANDO TAGLIARI	6854
32784	LUIZ FERNANDO TAGLIARI E TAGLIARI REPRESENTAÇÕES LTDA	719
7164	LUIZ FRANCISCO BECHI	5283
6131	LUIZ GONCALVES	4462
33951	LUIZ HENRIQUE ALBUQUERQUE DE MELO	4785
41395	LUIZ JACINTO DIAS DA SILVA	26403
45853	LUIZ JOÃO DA MAIA	3946
45853	LUIZ JOÃO DA MAIA	3929
6980	LUIZ JULIO PETRAZZINI E THEREZINHA NUNES AMARAL PETRAZZINI	21552
6980	LUIZ JULIO PETRAZZINI E THEREZINHA NUNES AMARAL PETRAZZINI	21551
6980	LUIZ JULIO PETRAZZINI E THEREZINHA NUNES AMARAL PETRAZZINI	5187
32357	LUIZ LINS DE LIMA	7819
7820	LUIZ MOLIN NETO	5769
5353	LUIZ NERI KARLOH	6970
31609	LUIZ PAULO BLASI MARTINS	1313
38500	LUIZ ROBERTO DA SILVA E BARBARA SALETE BIAZZOLO	2562
35642	LUIZ SAVENHAGO	35061
35642	LUIZ SAVENHAGO	35107
7006	LUIZ TRAIANO	5293
38096	LUIZ VALDIR SUBTIL DE LIMA	3535
12735	LUIZ WIESER	9500
12735	LUIZ WIESER	10748
12735	LUIZ WIESER	10754
12735	LUIZ WIESER	10755
12735	LUIZ WIESER	9498
12735	LUIZ WIESER	10753
12735	LUIZ WIESER	23517
12735	LUIZ WIESER	10747
12735	LUIZ WIESER	10746
12735	LUIZ WIESER	10756
12735	LUIZ WIESER	10745
40658	LURDES DADALT	20730
40658	LURDES DADALT	2682
15071	LUZIA ANTUNES DE OLIVEIRA	11243
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12470
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12462
40194	MAIKOL ALESSANDRO LESSA	6535
14482	MANFRED ROBERT FRIEDRICH	10789
5862	MANOEL DA COSTA	33590
5862	MANOEL DA COSTA	21328

5862	MANOEL DA COSTA	4300
15553	MANOEL LOPES DE ANDRADE	11535
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	4811
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	30518
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	4810
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	30519
6585	MANOEL MARTINS SOBRINHO	4809
14343	MARA RUBIA VILA LOBUS	10670
33401	MARCELA PINTO SAAVEDRA E INARA PINTO SAAVEDRA	6519
4979	MARCELINO AMBROSIO	21058
4979	MARCELINO AMBROSIO	3677
1866	MARCELO AFONSO DE SOUZA	1504
20308	MARCELO ANTONIO VELOSO	3248
42528	MARCELO CARLOS BORTOLUZZI E CAREN BETINA MER- GENER	23031
42528	MARCELO CARLOS BORTOLUZZI E CAREN BETINA MER- GENER	23032
4412	MARCELO ROBERTO DUTRA	3289
13538	MARCELO SKALEE	10131
7214	MARCELO ZAGONEL	5318
9162	MARCIA APARECIDA BERNARDI	6688
32595	MARCIA APARECIDA DEMARTINI E JAIR STUL	3406
34114	MARCIA DALFOVO	4520
34114	MARCIA DALFOVO	4513
48284	MARCIA FATIMA PROVENCY TREVIZAN	4574
40552	MARCIA MARGARETE DE MATTOS ROSA E DÉRCIO RO- BERTO ROSA	7680
15072	MARCIA REGINA DOS SANTOS	11244
49600	MARCIA SANGALI	11449
11313	MARCIANA FOGACA DUARTE	8399
6834	MARCIO DA SILVA E MARIA ANDREIA WASEM	5050
6412	MARCIO EVANDRO WASEN	21520
49537	MARCIO JOSÉ ARNHOLD	3025
46251	MARCIO ORLEI CORADI, MARIA VIEIRA, CLAUDEMIR E ROSANE SUTIL	12447
45452	MARCO AURELHO E MARIA ALICE CASTAGNARO E THAYSE BARETTA	5838
45828	MARCOS ANDRÉ WALTER FRANÇA	34762
45828	MARCOS ANDRÉ WALTER FRANÇA	34779
45828	MARCOS ANDRÉ WALTER FRANÇA	34767
8513	MARCOS ANTONIO AUGUSTIN	6268
49652	MARCOS ANTONIO DA SILVA	11492
37152	MARCOS ANTONIO DE SOUZA E MARIA GORETI MACIEL DE SOUZA	26990
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7637
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7714
13149	MARCOS ANTONIO JUNGES	9826
14819	MARCOS ANTONIO TIGRE E OUTROS	12488
13047	MARCOS DANIEL ANTUNES DE OLIVEIRA E JOAREZ FAVRETTO	9741
39609	MARCOS FELTRIN	11816
48027	MARCOS FRANCESCONI DA BOIT	35531
48027	MARCOS FRANCESCONI DA BOIT	35500
33385	MARCOS HENRIQUE BUENO	4583
33385	MARCOS HENRIQUE BUENO	4584
35634	MARCOS LUIZ DE ANDRADE	35119

35634	MARCOS LUIZ DE ANDRADE	35118
35634	MARCOS LUIZ DE ANDRADE	35090
8815	MARCULINO FERREIRA DOS SANTOS	6466
11589	MARGARETE APARECIDA PASCHOALIN SCHMITZ	8629
39923	MARGARETI ERTEL E MARLEI TEREZINHA ERTEL	9605
39923	MARGARETI ERTEL E MARLEI TEREZINHA ERTEL	22808
3541	MARIA ADELICINA DE MELLO SOBRINHO	2625
30784	MARIA ANTUNES CAMARGO	3359
31070	MARIA APARECIDA POGERE	11522
37325	MARIA BARCELLA LORENZZONI	3598
11511	MARIA BENIA VIERA	8560
5072	MARIA BENTA XAVIER DE CORDOVA	3740
15537	MARIA BERNADETE PEREIRA	11519
1438	MARIA CONCEICAO STEFANES	1189
31111	MARIA CRISTINA CHANES	7245
32392	MARIA D. GARCIA DOS SANTOS E ADENIR RODRIGUES DOS SANTOS	4387
32392	MARIA D. GARCIA DOS SANTOS E ADENIR RODRIGUES DOS SANTOS	4388
3854	MARIA DA GRACA PEREIRA	2858
4477	MARIA DE LURDES FINGER ZAGONEL	2517
34429	MARIA DO CARMO QUIBEN MAGNABOSCO	1206
7479	MARIA DO CARMO TRAIANO BEAL	5494
36764	MARIA DO CARMO VICENSI	29113
36764	MARIA DO CARMO VICENSI	29103
49524	MARIA EDIR ALVES	11433
15587	MARIA HELENA TORRES	23484
3844	MARIA IRACEMA KLEIN	2848
9204	MARIA IRACEMA VIEIRA SCHNEIDER	6726
3512	MARIA IRACI CORREIA	2606
13583	MARIA IVONE WIEST RIGHI	3203
41758	MARIA IZABEL DA ESPADA DE OLIVEIRA	4288
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10349
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10350
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	32103
3793	MARIA L Z DE AGUIAR E EDINO RENATO ZABLOSKI	29814
15504	MARIA LORENA DE OLIVEIRA	11493
22714	MARIA LOURDES THIBES DE LIMA	7890
4004	MARIA LUCIA MOREIRA NERES	2992
15081	MARIA LUCIA SCHIBICHEWSKI	11252
46284	MARIA NILSA DALPASQUALE BELLÓ	34633
3832	MARIA OROZINA MORAES	2837
49403	MARIA PADILHA BATISTA	4295
11280	MARIA PITTOL	8368
32386	MARIA RITA BARETA RAMOS DO PRADO	6668
11187	MARIA ROSA POLETTO VIVAN	8299
5759	MARIA SALETE ALTENHOFEN	4238
1983	MARIA SALETE APPI DE MATTOS	1603
1983	MARIA SALETE APPI DE MATTOS	1655
15556	MARIA SALETE DA SILVA	11538
47649	MARIA SALETE PEGORARO	28976
49513	MARIA SALETE RAMOS	23128
49512	MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA	4442
3851	MARIA ZENAIDE PEREIRA	2855

3851	MARIA ZENAIDE PEREIRA	28715
9437	MARIANA,DIOGO,RODRIGO PIRES DE MELLO	6915
7277	MARIANE ESTER HUF DOS REIS	5359
40188	MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO COR-DEIRO	6730
40188	MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO COR-DEIRO	30952
35989	MARILENA CASTILHOS BROETTO	22209
36200	MARILENA MITTERER DE SOUZA	4232
10572	MARILENE ANTUNES	7814
15013	MARILENE CONCEICAO SECHI	11192
5851	MARILENE DA ROSA	4289
33503	MARILENE DORIGON RIGON	36479
501	MARILENI COLETTI	427
6566	MARILIZE DE FATIMA ALVES TOFOLI	4793
49411	MARINES LUCIA CARDEMAS	33638
32474	MARINÊS SANDRINI	9314
11951	MARINO L. VIAN E OLIVA T. ALVES	8911
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5691
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5688
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5697
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5690
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5689
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5694
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5687
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5692
42599	MARIO RONCEN JUNIOR	4770
7371	MARIO SERAFIN	9872
7371	MARIO SERAFIN	20593
7371	MARIO SERAFIN	2320
7371	MARIO SERAFIN	29077
33907	MARISA APARECIDA FEDRIGO E CLEITON LUIZ FEDRIGO	5284
46653	MARISA HUTZ	35165
48661	MARISA MARIA BORGES	30515
32835	MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA JOSÉ E ROSARITA BERNARDI	1331
14980	MARISA SILVEIRA CARDOSO	11160
21176	MARISTELA SALETE SYCHOSKI	3278
42646	MARIZA RODRIGUES DO NASCIMENTO	23684
15066	MARLENE GREGORIO DA SILVA	11238
8569	MARLI APARECIDA COSTA	6310
8569	MARLI APARECIDA COSTA	21923
46568	MARLI APARECIDA PEDROSO	21369
14230	MARLI DE FATIMA RAMOS	10579
22664	MARLI GARCIA DA ROSA	2842
48086	MARLI TEREZINHA OLIVEIRA DA SILVA	35091
48086	MARLI TEREZINHA OLIVEIRA DA SILVA	35117
45643	MARLI TIMOTEO DE FREITAS DE OLIVEIRA	4216
49584	MARLON JANIE CARDOZO	27501
5201	MARLOVA SEBEN	21127
20620	MARLY BERNADETE RATHUNDE DE CASTILHOS	9460
1825	MARTHA SILVANA DA COSTA	1511
1825	MARTHA SILVANA DA COSTA	3267
46714	MATEUS BERNARDI FAVRETTO	27653

3888	MATIAS SCHLINDWEIN	2892
35726	MATILDE MARQUES CABRAL	10569
8318	MATILDE PEREIRA DOS SANTOS	6119
12291	MAURI JOSE CAMPAGNOLO	9189
4399	MAURICIO ALVES DAMASSEN	20893
36302	MAURÍCIO DA SILVA GARCIA CAVALI	29033
7168	MAURICIO EING	5285
25328	MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA	33873
25328	MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA	463
25328	MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA	20095
12678	MAURICIO JOSE SCOZ	9453
32713	MAURICIO LEMOS	27019
32713	MAURICIO LEMOS	3967
39516	MAURO GURGACZ	10331
3073	MAURO KLAN	2316
33218	MAYCON LUÍS PEGORARO	35318
33218	MAYCON LUÍS PEGORARO	35325
49594	MELISSA PRADO DE SOUZA	27648
6397	MERCEDES BILIBIO	4644
43030	MICHAEL CEZAR PACHECO	7564
6533	MICHELA MARIA DE LIMA	4763
46244	MICHELE DA SILVA DE OLIVEIRA	4603
6165	MIDIAN DA SILVA MACHADO	4489
48056	MIGUEL AMADEU DOS SANTOS	20164
13759	MIGUEL ANGELO HEBERLE	35851
18309	MIGUEL IGOR RUSSOWSKY	12136
18309	MIGUEL IGOR RUSSOWSKY	5981
18309	MIGUEL IGOR RUSSOWSKY	12131
8252	MILO ANTONIO CALLIARI	6521
8252	MILO ANTONIO CALLIARI	23301
14270	MILTON ARENHARTE	10609
6187	MILVO QUAIATTO	4506
38424	MIRIA MARIA MARIO E JHONATAN MARIO ALBERGUINI	2600
38277	MITRA DIOCESANA E CAPELA SÃO FRANCISCO DE ASSIS - FLOR DA SE	22963
38273	MITRA -PARÓQUIA SÃO JOSÉ-COMUNIDADE SÃO BRÁS	23278
47675	MITRA-PARÓQUIA SÃO JOSÉ- COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	21290
38278	MITRA-PARÓQUIA SÃO JOSÉ-COMUNIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE	25285
40300	MOACIR DIAS E ELIZETE DOS SANTOS DIAS	7456
40369	MOACIR DOS SANTOS	4011
21426	MOACIR PEREIRA	11550
5414	MOZARTE RODRIGUES DE MATTOS	3995
4542	NADIR MARIA DALFOVO	3402
15296	NAIR FRANCISCA DE CAMARGO	23404
14975	NAIR REGINA BOMBASSARO	32527
15414	NEDI ANA MOSLINGER STEFANES	11429
41379	NEIDE TAVARES	4637
41379	NEIDE TAVARES	11928
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	22007
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	33807
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	1492
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	6516

32399	NEIVA DALL 'OGLIO DE MORAES E DEISE APª DALL 'OGLIO FUGA	181
2578	NEIVETE ZAMBIASSI	2056
13381	NEIVO ANTONIO MARCHETTI	33118
13381	NEIVO ANTONIO MARCHETTI	11777
45743	NELCI VEIGEL	27509
11825	NELI ANZOLIN PARMEGIANI	8744
50038	NELI CATARINA ZANINI	6470
15596	NELI L OLIVEIRA	23493
49470	NELSI BOLSONI	33653
10493	NELSI PAIZ	7740
5632	NELSON BALDISSERA	4156
36433	NELSON BALDISSERA	7940
13140	NELSON BOGO	9819
10784	NELSON E NILSON BALDISSERA	7939
41235	NELSON JOSÉ ZANELATO JUNIOR	22455
32301	NELSON JOSÉ COELHO	7641
15720	NELSON PRIMO	23612
3496	NELSON ROQUE FRATINI	2595
35586	NELSON SARTURI	11211
38617	NELSON SCHLINDWEIN E KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN	7648
44248	NELSON THIALES DALAPRIA	11425
14653	NELSON URBANO DUTRA	10923
42857	NELSON, DAGOBERTO, JACSON E CLEBER PRIMO	2197
49196	NELVA CONCEIÇÃO D'AGOSTINI MAZIERO	5429
39631	NELVA GALILHETI	11829
34034	NELVA SALETE PASA	9987
645	NEMESIO JOSE MARTENDAL	20134
5843	NERCI MARIA DA CRUZ.	4281
19275	NEREU EVANDIR ARAUJO	11436
32382	NEREU RIBEIRO	27113
2275	NERY FUGANTI	8737
10601	NEUCIR JOSE GAVASSO	7836
41035	NEUSA EMMERCIH E GENILDE EMMERCIH	9649
29501	NEUSA ANGELINA GEJA VILA LOBUS	10138
37141	NEUSA DE FATIMA GERVASIO	23617
10174	NEUSA GAGLIETTI	7459
33950	NEUSA GUIMARÃES	27322
5771	NEUSA, ILGA OLIVIA, CLAUDIO, ILDO E GILBERTO HOFFMANN	21297
5771	NEUSA, ILGA OLIVIA, CLAUDIO, ILDO E GILBERTO HOFFMANN	30431
38644	NEUZA MARIA PELISSARI E CERENITA PEDROSO DOS SANTOS	10535
3622	NEVIO CIELLO	2675
3313	NEVIO JOAO BISSANI	12436
32463	NEY GONÇALVES DA SILVA JUNIOR	12263
573	NEZIO DOMINGOS OURIQUES E OUTROS	470
532	NI	20135
532	NI	20148
532	NI	25335
532	NI	33831
532	NI	2886
532	NI	3829

532	NI	3828
532	NI	20136
6184	NICANOR RODRIGUES DA SILVA	4504
10582	NICOLAU TARCISIO ROWEDDER	7823
41974	NICSON FRIZON	11507
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31347
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	34383
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31348
13602	NILÓ AMADINHO HARO	10170
361	NILSON ARCILDO SCHUH	338
361	NILSON ARCILDO SCHUH	29372
32871	NILSON BALDISSERA	35105
32871	NILSON BALDISSERA	35064
45386	NILSON DA ROSA	4435
2703	NILSON MARQUARDT	2121
4841	NILSON ORIGE COELHO	20980
4841	NILSON ORIGE COELHO	3614
3096	NILSON SCHLINDWEIN	20599
3096	NILSON SCHLINDWEIN	2327
13801	NILSON SIMON	10334
14660	NILSON STOBBE	10930
33934	NILSON VALMORBIDA	2607
33934	NILSON VALMORBIDA	2610
33934	NILSON VALMORBIDA	2609
19430	NILTO BARCARO	10911
19430	NILTO BARCARO	10910
19430	NILTO BARCARO	10909
40938	NILTON FRANCISCO D' AGOSTINI	5442
33311	NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ	20849
33311	NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ	3181
49462	NILZA GONÇALVES PINHEIRO	33623
49536	NIVALDO FIDENCIO DA COSTA	3038
36765	NOEL RODRIGUES DOS SANTOS	10964
36933	NOELI MARIA CASTALDELLO	3137
15485	NOELI MARIA DA SILVA	11475
49560	NOEMI SOARES VARELA	27523
22526	NOEMI PONTIN	5970
22526	NOEMI PONTIN	5684
22526	NOEMI PONTIN	6006
22526	NOEMI PONTIN	6271
22526	NOEMI PONTIN	1467
22526	NOEMI PONTIN	1480
49572	NOEMIA BARBOSA MONGOLT	27591
4759	NORALINA VIEIRA DA SILVA	3554
9029	NORANDI FERMIANA REBETCHUK	11524
2827	NORBERTO HILLES GHIGGI	3840
2827	NORBERTO HILLES GHIGGI	2182
14588	NORBERTO MEDEIROS	23204
41646	NORINO DO PRADO	11022
10122	NORLI CAVALLI	7415
47672	NORTON LACERDA DA SILVA	34156
48459	NOVA CASA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	5112
21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	8630

21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	31697
29474	OBERDAN WILLE E ELIANE RAFALOSKI WILLE	383
4415	ODAIR JUSTI	10606
6998	ODALIDES DOS SANTOS	5198
41530	ODILA DORÉ	2648
33518	OK COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	1790
10270	OLAVO GUILHERME SANTINI	7531
29698	OLCIMAR QUIOCA	34105
29698	OLCIMAR QUIOCA	34090
22833	OLDEMAR AUGSTEN	8474
42828	OLGA MARIA SIGNORI E DORYS JOSÉ SIGNORI	3667
5853	OLINDA SANTOS	4291
10013	OLIR DOMINGOS COMIN	7327
12640	OLIVAR ANTONIO LAGNI	9425
31102	OLIVAR JACOMEL	4891
5126	OMIRO JOSE SCHLINDWEIN	3771
49450	ONEIDE TEREZINHA DA COSTA	33663
9202	ONELCY ARMINDO HEBERLE	6724
13026	ONIRSO JOSE DE SOUZA	32287
13026	ONIRSO JOSE DE SOUZA	9723
5921	ONORI, VALDEMAR, LUIZ SERGIO E INES S. VALDEMARCA	4335
5831	ORACELIA ANTUNES	4274
10199	ORACI, JUDITE E EDITH BUFFON	22333
33824	ORALIA DA SILVA MACHADO, ARAHÃO, RUTE, MIDIAN, JOEL, MOISES	4488
41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	32605
41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	10541
41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	32607
36070	ORESTES BRUNONI	10814
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2631
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2630
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2634
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2633
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2632
6002	ORIDES ALVES DREHER	4380
5797	ORIDES CAETANO DIAS	4257
33565	ORLANDO BUCCO	12214
33565	ORLANDO BUCCO	26192
33565	ORLANDO BUCCO	9135
33565	ORLANDO BUCCO	26183
20376	ORLANDO COVOLAN JUNIOR	2131
20376	ORLANDO COVOLAN JUNIOR	1149
43284	ORLANDO SILVEIRA CASADO SOBRINHO	29792
43284	ORLANDO SILVEIRA CASADO SOBRINHO	2758
47165	ORLI ANTONIO GAVASSO E EDUARDO FERREIRA BRANDÃO	7682
42765	ORLI DIACIR ALVES DE CANDIDO	4377
33583	ORLIZIO MARCON	7665
8618	ORTENILA FAVRETTO	6346
38102	OSCAR COSTENARO E GABRIEL COSTENARO	1927
7661	OSCAR GERMANO FERRI	5634
8213	OSCAR J D AGOSTINI E ROSELI TAGLIARI	6034
544	OSCAR LEAL E OUTRA	453
5456	OSCAR PERES	4033

1881	OSCAR SAVARIS	6975
46472	OSEIAS DOS SANTOS	27650
29678	OSMAR CARLOS ZANCANARO	3762
4437	OSMAR DA SILVA	3313
38647	OSMAR DA SILVEIRA, JOSIANE E GELSON BREMSTROPP, FELIPE SANTO	7351
8348	OSMAR DE PELEGRIN	6140
13244	OSMAR ERTEL	9932
13244	OSMAR ERTEL	9908
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	4176
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	21257
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	23161
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	10704
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	9677
14213	OSMAR JOSE DA SILVA	10565
6033	OSMAR LOPES DE MATTOS	4397
12507	OSMAR LUIZ SAVOLDI	9329
5809	OSNI DA SILVA E JOÃO MARIA INACIO DA SILVA	21311
5809	OSNI DA SILVA E JOÃO MARIA INACIO DA SILVA	4264
14290	OSNI ESPINDOLA FELIX	10628
34656	OSNI HEBERLE E VICTOR CESAR SUFREDINI	11268
11681	OSNI SCHEIDT	8690
1937	OSORIO IVO BREDÁ	1660
1937	OSORIO IVO BREDÁ	1659
1937	OSORIO IVO BREDÁ	6426
7383	OSVALDINO DAGOSTINI	21718
3432	OSVALDO DEVERLING	2543
24318	OSVINO ZILIO	4543
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	3823
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21097
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21095
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21094
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21096
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	3754
15543	PALMIRA RODRIGUES BORGES E DIVALETI APARECI RODRIGUES BORGES	11525
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36444
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36426
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36436
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36456
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36442
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36409
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36461
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36446
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	35506
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	35521
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36448
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36452
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36445
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36375

32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	36403
29910	PATRICIA FERREIRA BATISTA	3405
36292	PATRICIA NOGARA	9956
42863	PATRICIA RUDECK ZAGO	35501
42863	PATRICIA RUDECK ZAGO	35518
7718	PAULINO PAULO KOSTYCHA	5686
13506	PAULO BORGES	11105
13506	PAULO BORGES	11113
13506	PAULO BORGES	11104
26401	PAULO CESAR DA ROSA	9804
32159	PAULO CESAR DOS PASSOS	3318
15542	PAULO CESAR MATTEVI	5383
10351	PAULO CONSTANTE FUGA	7603
46497	PAULO DRESCH	34575
13430	PAULO FELICETTI	22908
38394	PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUZA	8048
38394	PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUZA	7709
6584	PAULO NUNES	4808
6297	PAULO PADILHA DOS SANTOS	4573
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	35547
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	32551
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	35548
21897	PAULO RENATO SCHNEIDER	4091
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8229
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8232
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8030
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8062
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8028
6060	PAULO ROBERTO RECALCATTI	4416
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	8051
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	23090
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	8050
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	8153
4229	PAULO WILLIAN LANGE	3161
32807	PEDRINHO INÁCIO DA SILVA	9674
4422	PEDRINHO RODRIGUES PIMENTEL	3298
49250	PEDRO ALVES DE BRITO,SINCLAIR TEREZ ALVES, ELISA-BETE DA CRUZ	4163
49250	PEDRO ALVES DE BRITO,SINCLAIR TEREZ ALVES, ELISA-BETE DA CRUZ	21243
49405	PEDRO AMARANTE PESSOA	4299
20978	PEDRO ARZELINDO DOS SANTOS	23483
9503	PEDRO BOTTIN	6965
6601	PEDRO CALEFFI	11614
15584	PEDRO CARRER	11565
34221	PEDRO DE ARAUJO	11528
14378	PEDRO EDISON LAMB	10699
14378	PEDRO EDISON LAMB	10709
546	PEDRO FERREIRA VELHO	456
13341	PEDRO GEJA	32129
8065	PEDRO GILBERTO SIMI	12475
8758	PEDRO JANDIR CORREA DE OLIVEIRA	7131
46686	PEDRO KVIECZINSKI	10004
9341	PEDRO LAND FILHO	6834

11524	PEDRO LOURENCO	11204
38164	PEDRO MASCARELLO	21185
38164	PEDRO MASCARELLO	4020
24	PEDRO NELCIDO KAER	24
24	PEDRO NELCIDO KAER	37
22156	PEDRO PEREIRA DA CRUZ	3853
22156	PEDRO PEREIRA DA CRUZ	30167
34132	PEDRO ROSA DA CRUZ	31602
13034	PEDRO VALDOMIRO MOREIRA	9730
36421	PEDRO WALMOR DA SILVA AMORA	28181
18102	PEGORARO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	8444
14453	PETER CHRISTIAN GERNDT	26947
14453	PETER CHRISTIAN GERNDT	10762
14453	PETER CHRISTIAN GERNDT	26948
22712	PISORAMA - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	34627
22712	PISORAMA - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	34626
8904	PLINIO ANTONIO ARBUGERI	22399
34965	PLINIO, CELSO E NELSON DE CARLI, UMBERTO CALGARO E JOSE L...	4212
6339	PORFIRIO MILTON DA SILVA	4610
22369	PORTAL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	6509
43176	POSTO DE COMBUSTÍVEIS CONCATTO LTDA	33054
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	10996
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	10994
46639	PRAX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	378
46639	PRAX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	7365
6523	PREFEITURA DE JOACABA E LEONTINA	1070
6522	PREFEITURA DE JOACABA E MARLI	1069
908	PRIMO CORDAZZO	3671
41572	QUEITY LUCIA SEHNEM	8327
3741	RACHEL BUENO ALBACH	2759
48049	RAFAEL ADRIANO CORDAZZO	26572
49607	RAFAEL CARON, EUDESIO CARON E IVETE CARON	23676
48209	RAFAEL LOPES	3475
41146	RAFAEL MORLOCK	9414
38397	RAFAEL RODRIGUES ROTHBARTH	35842
38397	RAFAEL RODRIGUES ROTHBARTH	35841
2976	RAIANE SCHINATTO DE SOUZA	2258
33786	RAQUEL CAVALHEIRO CABRAL	12064
5626	RAUL ALVES DE MOURA E ALDORI SOUZA	4150
42340	RAUL DOMINGOS DEITOS	9163
4413	RAULINO RATIER DUTRA	3290
6654	RAUNI FELIPE FRANCO JACOMEL	4876
6654	RAUNI FELIPE FRANCO JACOMEL	4875
13635	REALMAC MAQUINAS EQTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA	10193
49538	REINALDO DE OLIVEIRA	4282
19815	REINIR PADILHA DOS SANTOS	409
17537	REMY GROSS	10484
14970	RENATO LUIZ THOMAS	11151
14970	RENATO LUIZ THOMAS	11150
14970	RENATO LUIZ THOMAS	11152

3175	RENATO ROSSETTO DE MORAES E DEISE TEREZINHA P. DE MORAES	3244
2535	RENI CAVALLI	6221
10789	RENILDO ANTONIO FLAMIA	7718
22688	RETIFICA RDM LTDA	32901
48663	RIBAMAR RIBAS	26576
36377	RICARDO ALEXANDRE STOCK	10284
26549	RICARDO EUCLIDES GRANDO	22391
48270	RICARDO EUCLIDES GRANDO E ADONES MARCIANO	33855
39447	RICARDO MAXIMO ANZOLIN	9063
48592	RICARDO SIMON	4949
8370	RICHARD MARIAN PATRZYKOT	6155
46272	RICHARD PATRZYKOT	4997
14847	RICHTER & SCHMITZ LTDA	34539
32320	RILDO FALCÃO KICK E CATIA BURATTO	10921
15425	RITA DE OLIVEIRA	23450
49499	RITA RAMOS	33630
41301	ROBERTHA FIGUEIREDO DOS SANTOS	1182
7347	ROBERTO ANTONIO VASTRES	5397
10616	ROBERTO BISSANI E CRISTINA DA SILVA	7851
7374	ROBERTO CARLOS BAZZO	5413
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	3735
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	29223
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	23599
5066	ROBERTO CARLOS BUCCO E SOLANGE FIORIO BUCCO	23048
38929	ROBERTO CARLOS CARBOLIN E MARILEIA ANA CHIAMLE-RA	6941
39498	ROBERTO CARLOS NUNES CLAUDIA MARILIA CARDOSO DE SOUZA NUNES	3849
9285	ROBERTO DE OLIVEIRA	6789
39598	ROBERTO LUIZ CAPONNI	28199
39598	ROBERTO LUIZ CAPONNI	12418
39598	ROBERTO LUIZ CAPONNI	28168
39598	ROBERTO LUIZ CAPONNI	28175
39598	ROBERTO LUIZ CAPONNI	28200
31151	ROBERTO LUIZ CAVAGNARI E ORIE TE HELOISA CAVAG-NARI	6216
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	35660
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	35667
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	35646
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	35649
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	3148
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	3147
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	3159
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	29712
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	35668
19195	ROBERTO REINERT MARQUES	35661
36852	ROBERTO RHEINGANTZ DA CUNHA FILHO E LEILA F R R DA CUNHA	27442
36852	ROBERTO RHEINGANTZ DA CUNHA FILHO E LEILA F R R DA CUNHA	27427
15048	ROBINSON DRESCH	35407
37599	ROBSON MILAGRES FERRI	11411
45239	ROBSON VEIGA	10820
38892	RODRIGO BARBOSA, GILBERTO BARBOSA, FRANCIANE BARBOSA	6820

47064	RODRIGO BARETTA	4999
42680	RODRIGO DAHMER	4659
42692	RODRIGO FUGA VARELA	33158
42692	RODRIGO FUGA VARELA	33743
42692	RODRIGO FUGA VARELA	33742
48489	RODRIGO HOFFELDER	6851
49626	RODRIGO PAGLIARIN, RENATA PAGLIARIN, JOANA PAGLIA-RIN	3693
48896	RODRIGO ROSANELLI	8800
34226	ROGÉRIO PASINATO	4803
13991	ROGERIO ROBERTO MARCHIOTTI	23040
13991	ROGERIO ROBERTO MARCHIOTTI	34268
34753	ROLDÃO MATTOS SOBRINHO	4250
4355	ROMALDO GERMANO LUDWIG	3253
48931	ROMANO MASSIGNAN S.A IND E COM E JOAQUIM FIL-GUEIRAS	6632
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	5508
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6647
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6648
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6657
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	7008
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	22170
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	31127
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	31126
13196	ROMARIO SCHEVER	9870
4475	ROMILDE SATSKUNA	3347
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4007
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4181
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4006
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3978
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3984
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4198
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3910
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4009
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3977
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3991
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3971
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3905
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3976
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3990
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4137
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3903
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3983

5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4136
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3982
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4008
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3987
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4002
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3981
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3972
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3904
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4001
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3986
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3980
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3985
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4197
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3979
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	33592
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	4401
7415	RONILDA SALETE DALLOGLIO DAGOSTINI	5451
49539	RONILDO STANK DE MATTOS	4296
20157	RONNIE DENIS BRESSIANI	34596
29587	ROQUE ROSANELLI	8767
49546	ROSALINA DE FATIMA RAMOS	27518
37611	ROSANE APARECIDA PEREIRA	8828
40800	ROSANE APARECIDA XAVIER LEITE	27623
31261	ROSANGELA BITTENCOURT,KATIA WLISSAK,FERNANDO OLIVEI.KOSTYCHA	599
40480	ROSANGELA FÁTIMA DE MELLO	9755
11952	ROSANGELA MARIA PUTTI E ROSELY FATIMA PUTTI DO PRADO	8912
49443	ROSE MARI PEDROSO	33658
49459	ROSE MARY DOS SANTOS	33626
13553	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	3227
13553	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	3226
33844	ROSELI DE MIRANDA	2856
37629	ROSEMARI ALVES BEC RIES	3533
49518	ROSEMARY PEREIRA MACHADO	5243
41002	ROSEMILDA DOS SANTOS	27520
49487	ROSENILDO STANCK DE MATOS	11249
40520	ROSIANA CARDOZO DE AGUIAR E LUCIANO ALBIERO MASQUIO	28842
35167	ROSICLER MARIA TOBALDINI ZANOL	7317
4557	ROSILDA CAVALLI DA SILVA	3414
34505	ROSILENE SALETE DA SILVA	27614
1631	ROSINA VARGAS RIBAS E DAVID MENDES RIBAS	3658
40796	ROSMARI DE LIMA RODRIGUES DA SILVA	3459
44810	ROVANIA JANICE DA SILVA	27588
24124	RUBES PINO GOMES	11183

34406	RUDIMAR NORA	4667
34406	RUDIMAR NORA	4668
39493	RUDINEI RIBEIRO	4633
440	RUDOLF A V KLEINE	29380
15168	RUI AMILTON SILVEIRA D AVILA	11297
12209	RUI DOS SANTOS FERREIRA	9126
18441	RUI SERGIO CARLESSO	34681
18441	RUI SERGIO CARLESSO	34661
1292	RUTH LINDNER	20226
1939	RUY CARLOS BREDA	1661
29914	SABRINA DE MARCO	34063
35557	SABRINA LOIZE DE MATOS	12178
35557	SABRINA LOIZE DE MATOS	12129
15562	SADI SILVEIRA DA SILVA	11544
19957	SADY BIANCHI	22961
19957	SADY BIANCHI	33271
18366	SADY ZAGO	5751
5028	SALETE APARECIDA LOPES CORDEIRO	3708
6396	SALETE BILIBIO DE OLIVEIRA	4643
12774	SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS	9532
12774	SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS	9533
12181	SALETE TERESINHA DE OLIVEIRA	9107
7127	SALMO RAMOS FILHO	5256
7127	SALMO RAMOS FILHO	30524
8738	SALUSTIANO PAZ PADILHA	6401
32425	SAMUEL HUBER	5106
38049	SANDRA MARIA GRIGGIO	27174
41921	SANDRA MARIA RIBEIRO	4203
11132	SANDRA PAULA XAVIER PEREIRA	8248
38184	SANDRA SALETE DO NASCIMENTO	8847
40951	SANDRA SIMÕES PIRES	4292
5790	SANDRO ADRIANO BORTOLUZ	26106
33876	SANDRO FRAGA ANTONIV	34250
33876	SANDRO FRAGA ANTONIV	34210
33876	SANDRO FRAGA ANTONIV	33935
33876	SANDRO FRAGA ANTONIV	33934
33876	SANDRO FRAGA ANTONIV	33919
48770	SANDRO PIRES DE MELO	22737
39641	SANDRO TRINDADE	28902
39641	SANDRO TRINDADE	33511
49897	SANTINA ALBIERO FRATTINI	7194
43175	SANTINA DOS SANTOS E GLAUCIMAR DOS SANTOS	22844
9809	SANTO MARTIN MISTURINI	7178
9186	SAVIO DE JESUS MACHADO	28432
40103	SCHEILA BEATRIZ SEHNEM	35106
43197	SCHEILA MARLEN SCHIEHL	7635
49461	SCHEILA SILVA DE OLIVEIRA	33621
35606	SEBASTIANA THIBES BELLÓ DALZAN	6593
49402	SEBASTIÃO ERMOGENES ALCANTARA	20799
36139	SEBASTIÃO JAIME KREMER	27753
5714	SEBASTIÃO MARQUES	21274
5714	SEBASTIÃO MARQUES	4207
5714	SEBASTIÃO MARQUES	21275

37980	SEBASTIÃO, MARIA H, MARIA B, MARIA C, MARIA S. XAVIER CORREA	4425
11898	SELMA ELICKER	8866
2576	SELMA NUNES MOREIRA	2054
18017	SEMI ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA - ME	26979
8768	SERAFIM MOLIN	6430
38910	SERGIO E SAMANTA RODRIGUEZ TORRICO	28295
38910	SERGIO E SAMANTA RODRIGUEZ TORRICO	28292
9135	SERGIO ANTONIO FLAMIA	6672
9135	SERGIO ANTONIO FLAMIA	22096
15308	SERGIO APARECIDO PEREIRA	11381
38769	SERGIO BOTH	27711
33089	SERGIO BRUNO DA SILVA AMORA	10725
602	SERGIO CAMPANA	482
21028	SERGIO DOS SANTOS	7818
14101	SERGIO LEMOS DA SILVA E SIMONE CARNERA DA SILVA	23084
22554	SERGIO LUIZ BELLO	34634
13544	SERGIO LUIZ GEMELLI	10135
15544	SERGIO LUIZ RATTI	32473
5795	SERGIO LUIZ SCHMAUTZ	4256
2817	SERGIO PARIZOTTO	33139
8962	SERGIO PEROSA	6564
32762	SERGIO ROBERTO ZOLDAN	7080
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27251
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27261
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27257
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27260
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27280
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27271
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27255
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27247
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27287
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27272
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27286
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27262
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27276
17944	SERGIO RODRIGUEZ TORRICO	27268
7227	SERGIO SOARES	5330
7542	SETEMBRINO STELLA	5538
29709	SEVERINO FERNANDES BITTENCOURT	2788
10562	SEVERINO MAGAINS E IRIS MAGAINS	7805
13537	SEVERINO MANOEL DA SILVA	10130
15555	SEVERINO PEREIRA	11537
39933	SIDENEI CLESAR VICTORIA	2173
42122	SIDINEI GARGHETTI	10757
47538	SIDNEI PAULO	5002
42034	SIDNEI RODRIGO DOS SANTOS E DAYANE VIEIRA MARTINS DOS SANTOS	3532
14407	SILVALINA ROSA DA SILVA	10720
43437	SILVANA APARECIDA PAES	33666
36276	SILVANA N. P. ALENCAR E MARCO ANTONIO V. ALENCAR JUNIOR	3255
33566	SILVANA R T DE AMORIM, SIBELE A T CONTE, RENATO L THOMAZ	27181

10578	SILVERIO BALDISSERA	8058
10578	SILVERIO BALDISSERA	8057
10578	SILVERIO BALDISSERA	8056
10578	SILVERIO BALDISSERA	8055
10578	SILVERIO BALDISSERA	8054
10578	SILVERIO BALDISSERA	8053
5068	SILVIA MARIA SALARDI	3737
19858	SILVIO DOS SANTOS	9857
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	32010
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9562
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	28615
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9576
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9022
7067	SILVIO KERCHBAUMER	5238
36239	SIMARA CRISTIANI MOREIRA	10430
15513	SIMONE APARECIDA MOSLINGER STEFANES BELLAN	23476
43765	SIMONE MICHELON GRAEFF	8756
5442	SIMONE ROSELI MARTINS	4021
17951	SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEIC. ROD	31143
17951	SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEIC. ROD	7138
40680	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JOAÇABA E LUZERNA	33117
15466	SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	11458
34323	SIRLEI DE OLIVEIRA HOFFER	9829
34323	SIRLEI DE OLIVEIRA HOFFER	10971
49463	SIRLEI PAOLA DOS SANTOS	33636
41085	SIRLEI PEREIRA DUARTE CASAGRANDE	534
21153	SOCIEDADE BENEFICENTE ORDEM E PROGRESSO	8077
21153	SOCIEDADE BENEFICENTE ORDEM E PROGRESSO	8074
31050	SOCIEDADE COM HAB E MARIA DE FATIMA KLUVES	11255
34466	SOCIEDADE COM HAB E MIGUEL ANTONIO MISTURINI	23456
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23480
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	12121
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23478
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23477
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	35254
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	31686
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33634
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33066
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	22486
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	3043
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33063
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	4166
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	33065
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23475
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23474
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	23479
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	11760
4552	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL DE JOAÇABA	12144
47459	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL E JOZIANE SALETE TIEPPO	23470
13039	SOLANGE MARI DOS SANTOS DA ROCHA	10598

11516	SOLANGE MARIA DA SILVA	8563
39415	SOLANGE MARIA GIONGO E ROSANGELA GIONGO BURLIM	2346
38569	SOLAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	1718
41311	SOLI PERIN	29303
41311	SOLI PERIN	29304
14551	SONIA CHAVES	10834
8808	SONIA E LUCIA REGINA THOMAZ	30847
30959	SONIA MARIA MULLER ZOCOLI	20377
30959	SONIA MARIA MULLER ZOCOLI	20376
10782	STELA JOSEFA VETTORI TRUCULO	7937
14911	STEPHANO JORGE DRESCH	11098
14911	STEPHANO JORGE DRESCH	11097
14911	STEPHANO JORGE DRESCH	11096
8159	SUELEN E PAOLA ANTUNES DE MORAES	5984
45061	SUELEN ZARPELON DEBUS	4015
42763	SUELI FATIMA PALHANO	7296
42763	SUELI FATIMA PALHANO	7294
8954	SUELI SCHNEIDER FAVARO	6559
12919	SYLVIO APOLINARIO DE MELLO	9626
14721	TACY ALCIDES HACK	10978
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	2000
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	1963
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	1955
7350	TANIA DAS GRACAS KANGERSKY	5398
36190	TANIA MARIA DALFOVO LUNARDI	4522
12756	TANIA SCHNEEBERGER ROESLER	9514
34260	TANILE CORDAZZO	23696
34260	TANILE CORDAZZO	23575
34260	TANILE CORDAZZO	23574
34260	TANILE CORDAZZO	23559
33392	TEILOR ANTONIO MOLINARO	9276
13478	TELISMAR GEWEHR	10092
35223	TELMO MACAN E ARLETE FILOMENA DENBINSKI MACAN	5276
13257	TEOBALDO WILICH	9918
41156	TEODOMIRO PIRES DE MELO E MARCIA STIL	9411
41172	TERCILIO FERREIRA BRANDÃO	8908
32764	TERCILO FAVETTI	2851
21167	TERESINHA RODRIGUES VIEIRA TELES	1715
12281	TEREZINHA APARECIDA RECALCATTI	9185
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9666
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9665
40540	TEREZINHA MARIA DAROLD	9587
32780	TEREZINHA ODETE RIBEIRO	21121
32704	TEREZINHA PERETTI FAITA	9427
13229	TEREZINHA RAMOS DO NASCIMENTO	9896
43538	TEREZINHA RIBEIRO GRILLO	9783
37077	TEREZINHA SALETE BAVARESCO CARVALHO	8059
5791	TEREZINHA TOPANOTTI DA SILVA e LUIZ HUMBERTO NUNES DA SILVA	4252
15560	TEREZINHA VIEIRA E ELEMAR EDSON BOMM	11542
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	11174
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4132
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4740

18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4648
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4714
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	28677
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	11205
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	9725
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	9672
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	33173
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	30512
12989	TERRAMAR E ANTONIO S V D NASCIMENTO	9686
18396	THADEU PEREIRA GOMES	3722
36140	THEREZINHA DE ALMEIDA	4475
30872	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	4591
30872	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	4551
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	4578
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	21490
39341	THIERRY CESAR DA ROSA BUGS	10422
40398	TIAGO ALMEIDA	27611
32802	TIAGO BRUNO BORTOLON	26173
36380	TIAGO DE SOUZA	8216
37294	TIAGO FLORI ALVES DE CARVALHO	23683
2609	TRANQUILO ANDOLFATTO E INEIDE MARIA ANDOLFATTO	2071
2609	TRANQUILO ANDOLFATTO E INEIDE MARIA ANDOLFATTO	2072
39998	TRICHES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	7268
39998	TRICHES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	7269
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	33908
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	27679
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	28275
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	34295
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	12461
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	34666
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	12473
18757	TRIESTE CONSTRUÇOES LTDA	33951
35871	TULIO CESAR DASSI	32650
35871	TULIO CESAR DASSI	28917
35871	TULIO CESAR DASSI	10566
32366	UBIRAJARA ANTONIO LAMARTINE ROSAR	33399
2424	UBIRAJARA LEMES	11609
46791	UBIRAJARA MARCELINO MAFRA	26962
46791	UBIRAJARA MARCELINO MAFRA	26917
4855	ULIANA & CIA LTDA - ME	9245
35795	UNIÃO FEDERAL	2123
35795	UNIÃO FEDERAL	2
8931	VADELINO BORGES	6542
48906	VAGNER PICCOLI	5125
33391	VAGNER VALDRÃO KACZUR	3472
30780	VALDAIR DE LIMA PRUCHE	11448
4366	VALDECIR DEITOS	20879
4366	VALDECIR DEITOS	3260
6171	VALDECIR DELLA VECCHIA	4493
37351	VALDECIR JOSE MONFROI	8575
39524	VALDECIR JOSÉ MONFROI E ANGELINA FELTES	4419
4702	VALDECIR JOSE SETE	3510
3217	VALDECIR JOSE SETE E GEOVANA TEREZINHA SETE	2407

37982	VALDECIR RIBEIRO	9700
14366	VALDEMAR BERNARDES	10689
14981	VALDEMAR GAEDKE	11161
7450	VALDEMAR HADLICH	5475
11156	VALDEMAR LIMA KATSCHI	8271
13069	VALDENIR FERREIRA	9763
13069	VALDENIR FERREIRA	32595
8873	VALDIR ALVES SAMPAIO	6503
6484	VALDIR BIAZUS CORTINA	4719
30961	VALDIR DA SILVA	30256
30961	VALDIR DA SILVA	4671
43714	VALDIR DE LIMA	33665
49093	VALDIR SPIER JUNIOR	35225
49093	VALDIR SPIER JUNIOR	35176
35165	VALDIRENE SOARES	2605
6241	'VALDIVINO ALVES VIEIRA	28542
36759	VALDOIR AMORIM	11292
10015	VALDOMIRO PEDRO TIRELLI	7328
18367	VALDOVINO GONCALVES LINS	22339
12030	VALENTIN NICOLODI	8976
30546	VALÉRIO ELVIS RAMOS	7812
10006	VALERIO LISSA DAL PRA	9967
48336	VALERIO SCHUSTER	35767
34258	VALESCA E EDIO PLINIO LAMB, ILSE LAMB, ANDRÉIA E ANGELA MEIR	3198
42906	VALMIR DE JESUS DOS SANTOS E MARTA MARIZA RIES	3538
3443	VALMIR PAVESI	29739
3443	VALMIR PAVESI	2550
3332	VALMIR PELLIZZARO	36514
3332	VALMIR PELLIZZARO	5004
3332	VALMIR PELLIZZARO	4945
3332	VALMIR PELLIZZARO	36512
47167	VALMOR ARENHART	33409
49407	VALMOR DOMINGOS BENITES	33629
395	VALMOR SLOGO	542
29438	VALTER BARBIERI	3171
10795	VALTER JOSE KLUSER	7949
12148	VALTER, MOACIR E IVO ZAGONEL	1695
29533	VANDERLEI ANTONIO SEMIONE	29132
49564	VANDERLÉIA MARQUES DA SILVA	27555
49832	VANDIR JOSÉ PEROTTO	10497
46674	VANESSA KINAK GUI5	3515
38950	VANIA MIRIAM BRINKMANN E MARIO ARTHUR FAVRETTO	6583
49577	VANUZA LUZIA DA SILVA	27609
10042	VELEDA APARECIDA A LUBENOW	7348
9352	VENILTON ROGERIO TELES	6845
47242	VERA DOS SANTOS	10602
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	22807
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	9603
47270	VERA LUCIA MAFRA E ORIGENES ANTONIO MAFRA	3660
47270	VERA LUCIA MAFRA E ORIGENES ANTONIO MAFRA	21038
14964	VERA LUCIA RUARO	11144
34428	VERA TEREZA QUIBEN PRADI	1159

4908	VERENA TEREZA PETRY	3639
5648	VERONICA CORREIA FREITAS	4167
47717	VICENTE CELESTINO REVERS	26930
47717	VICENTE CELESTINO REVERS	26901
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11267
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11265
12218	VILARIO CORBANI	9133
6354	VILMA CORREIA POSTER DE AVILA	4618
44289	VILMA DOSSENA CORRÊA	3700
44289	VILMA DOSSENA CORRÊA	21072
4774	VILMA LUERSEN	3566
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	4464
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30319
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30318
4125	VILMAR LIERMANN	3088
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1932
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1952
36006	VILMAR SPOLTI E TERESINHA RAMOS SPOLTI	28930
6290	VILSON DA ROSA	4569
6290	VILSON DA ROSA	21481
12188	VILSON E JOSE ALVES FERNANDES	9113
8947	VILSON PIQUETTI	7600
8947	VILSON PIQUETTI	2662
8947	VILSON PIQUETTI	6830
8947	VILSON PIQUETTI	5031
8947	VILSON PIQUETTI	4665
8947	VILSON PIQUETTI	2591
8947	VILSON PIQUETTI	6435
29728	VILSON SCHALY	3992
13594	VILSON SILVEIRA	10162
9563	VILSON VIEIRA DOS SANTOS	7012
2888	VILTON CESAR SOUZA	2208
21786	VISÃO CONSULTORIA LTDA	35823
21786	VISÃO CONSULTORIA LTDA	35903
21786	VISÃO CONSULTORIA LTDA	35835
21786	VISÃO CONSULTORIA LTDA	35834
49706	VITALINA RICHARDI CECATTO	6560
41184	VITOR ANGELO TITON	11272
14144	VIVALDINO DE CASTRO MOTA	10534
30632	VOLMAR ROQUE BENETI E MARLI A. DAMASCENO BENETI	498
42675	VOLNEY KIELING	28909
33962	VOLPATTO COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA ME	35065
10033	WALDEMAR MARCA	7342
38079	WALDEMAR SCALCO	11619
14460	WALDIR MALISKA	33761
14460	WALDIR MALISKA	10768
20834	WALDIR QUAIATTO	9654
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	8236
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	8037
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	31620
35484	WALDOMIRO JOÃO SOARES	9703
15452	WALDOMIRO PALHANO	11451

13005	WALDOMIRO SOARES, EZIEL SOARES, EZEQUIEL SOARES, JESIEL SOAR	9704
14339	WALMOR ROCHA	10663
42642	WALQUIRIA ANGELA SPAGNOL	34020
42642	WALQUIRIA ANGELA SPAGNOL	33986
42642	WALQUIRIA ANGELA SPAGNOL	34019
12764	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER	1919
12764	WALTER ANDRE SCHNEEBERGER	9522
13871	WALTER DE OLIVEIRA	10387
17518	WANDERLEI DE OLIVEIRA	11636
29679	WATSON LUIZ RAISER DA CRUZ	1597
29679	WATSON LUIZ RAISER DA CRUZ	1649
15419	WELLINGTON DE OLIVEIRA	11434
48185	WELLINGTON LASIER RIGHI	10152
48387	WILLIAN GROTO	11804
42967	WILMAR FILIPPI	11134
42967	WILMAR FILIPPI	11135
10207	WILSON GARCIA DOS ANJOS	7483
20226	WILSON TORTATO ROSA	3616
5418	WILSON ZANCHETA	7319
5418	WILSON ZANCHETA	7320
5418	WILSON ZANCHETA	3998
12258	WLADIMIR STUL	9164
48275	WV INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA	2658
48275	WV INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA	2651
15498	YONE PEREIRA FERNANDES	11487
5262	ZEILA CARVALHO DE MELO	3879
30520	ZELIA APARECIDA MARTINS	33913
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	2623
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	3346
35990	ZELINDA SUSIM MAR	22203
49526	ZELINDA TEREZINHA SUTIL	11444
14275	ZENI APARECIDA DE ASSIS	10613
9262	ZENIRA MARIA DA SILVA	6767
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2616
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2613
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2614
6380	ZENO GAUZE	9330
30907	ZENO LOPES DA SILVA	9543
18420	ZITA MOMM PAGANELLI	10728
49319	ZYGMUNT VESOLOSKI NETO	12150

ERRATA 233/2011 TA 03

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao aditivo de contrato nº 233/2011/PMJ - TA 03, publicado no DOM em 15/12/2014.

1) Na assinatura, onde se lê:

"Viecelli Telecomunicações Ltda-ME - Rafael Porto Viecelli"

Leia-se:

"JOAÇABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
FELIPE BRANDALISE DURIGON".

As demais disposições permanecem inalteradas.

PORTARIA N.º 3505

PORTARIA Nº 3.505 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LEDA FATIMA PAZA, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 02 de abril de 2012 a 01 de abril de 2013 (12 dias) e 02 de abril de 2013 a 01 de abril de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 22 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal**PORTARIA N.º 3506**

PORTARIA Nº 3.506 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure o pagamento irregular de regência de classe a professores que não atuam efetivamente no magistério municipal, na forma estabelecida no art. 55 da Lei Complementar n.º 210/2011, conforme documentação encaminhada pela procuradoria jurídica.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento

ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

IMPRES

PORTARIA 150 2014 - GERDA HACK - IMPRES

PORTARIA 150 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 159, de 05 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º. Conceder pensão por morte, a GERDA HACK, inscrita no CPF sob o nº 060.332.419-32, portadora do RG nº 228.298, em virtude do falecimento do servidor DEJALMA OSCAR HACK, inscrito no CPF sob o nº 103.674.209-10, portador do RG nº 11/C - 3.563.735, inscrito no PASEP sob o nº 100.11645.45-5, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotado na Secretaria da Fazenda, matrícula nº QG/005, do quadro efetivo da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal com redação dada pela da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como dos arts. 25, I, e 27, I, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de pensão vitalícia, nos termos do art. 28, § 1º, da Lei Complementar na 99/2005, calculados na forma do art. 27, I da Lei Complementar nº 099/2005 c/c art. 40, § 7º, I da Constituição Federal, que serão pagos pelo IMPRES.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005, para a manutenção de seu valor real.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

Joaçaba(SC), 17 de dezembro de 2014.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PLASS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 06/2014/PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2014/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Termo inexigibilidade de licitação nº 06/2014/PLASS nos seguintes termos:

- Modalidade: Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

- Objeto: CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, conforme descrito no edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

- Empresas Vencedoras:

NATHALIA MORES - ME - Lote 2

DORE CLINICA DE TRATAMENTO E CONDICIONAMENTO FISICO LTDA - ME - Lote 4

- Valor total global estimado referente ao exercício 2014: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de dezembro de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2014/PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2014/PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2014/PLASS

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 - DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

NATHALIA MORES - ME, CNPJ sob nº 20.554.639/0001-26, tendo como representante legal a Sra. Nathalia Mores inscrito no CPF sob nº 009.269.719-48, estabelecido a Travessa Industrial, 64, Centro, na cidade de Herval d'Oeste.

DORE CLINICA DE TRATAMENTO E CONDICIONAMENTO FISICO LTDA - ME, CNPJ sob nº 20.762.632/0001-08, tendo como representante legal o Sr. Almir Francisco Dore Junior inscrito no CPF sob

nº 006.551.159-00, estabelecido a Rua Roberto Trompowski, 194, Centro, na cidade de Joaçaba.

4 - DO VALOR CONTRATADO

O custo estimado desta contratação é aquele disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

Para o exercício 2014, a estimativa é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 6 deste instrumento.

Os quantitativos e, conseqüentemente, o valor previsto, serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2014:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.0.1.201 - Outras despesas correntes - aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2014
Julio César Bissani
Diretor Executivo - PLASS

BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO/2014**Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	284.666,62	Despesa Orçamentária	293.924,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	132.146,46	Despesas exceto Intra-orçamentárias	290.000,26
RECEITA PATRIMONIAL	94.823,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.925,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA ORCAMEN	57.696,37	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.074,38
		Despesas Intra-orçamentárias	3.923,74
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.923,74
Receita Extra - Orçamentária	312.359,58	Despesa Extra - Orçamentária	284.109,86
DEPÓSITOS	18.435,58	DEPÓSITOS	17.559,36
CONSIGNAÇÕES	18.435,58	CONSIGNAÇÕES	17.559,36
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.946,19	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.143,23
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.489,39	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.416,13
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	293.924,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	266.550,50
OBRIGAÇÕES A PAGAR	293.924,00	OBRIGAÇÕES A PAGAR	266.550,50
FORNECEDORES	278.450,63	FORNECEDORES	251.077,13
PESSOAL A PAGAR	7.849,62	PESSOAL A PAGAR	7.849,62
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.921,31	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.921,31
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.702,44	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.702,44
Saldos anteriores	11.312.596,65	Saldos atuais	11.331.588,99
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.312.546,65	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.331.538,99
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.909.622,85	Total	11.909.622,85

Joacaba, 15/12/2014

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE**PORTARIA JHL 258/2014**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 258/2014 DE 17/12/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão para levantamento, cadastramento e (re)avaliação dos Bens imóveis e de infraestrutura do Patrimônio da Autarquia para atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, Portaria 634/2013 e 261/2014 e Manual da Contabilidade aplicada ao Setor Público (MPCASP 2012) com a seguinte composição:

André Francisco Fiorin - Presidente
Patricia Callegari Warken - Coordenadora
André Luiz Sauer - Membro
Glaúcia Meri Lohmann - Membro
Graciela Pratto Bordin da Rosa - Membro
Janete Farenzena - Membro
João Carlos Ungericht - Membro
Valdinei Antônio Gusatto - Membro
Valdesir Spier - Membro

Art. 2º A Comissão será responsável pela elaboração, levantamentos e laudos necessários a realização do inventário e regularização dos bens imóveis.

Art. 3º São competências desta Comissão:

I - Proceder inventário dos bens imóveis, bens de infraestrutura, identificando todas as unidades e emitindo registro cadastral de cada uma, identificando todos os itens componentes da unidade, ano de instalação, estado em que se encontra e valor atribuído;
II - Verificar a situação em que se encontram os bens imóveis no que se refere aos respectivos registros de propriedade/posse, identificando documentalmente cada um, quanto a propriedade, posse ou ausência de documento;
III - O laudo geral de avaliação deverá ser assinado pelos membros da Comissão.

Art. 4º Os membros da Comissão terão livre acesso a todos os locais da Autarquia, a fim de atender esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e deverá ser atendida no prazo máximo de até 30/junho/2015.

Joaçaba-SC, 17 de dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

PORTARIA JHL 260/2014

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 260/2014 DE 17/12/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º) Nomear os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão de Licitação para a modalidade PREGÃO para o exercício de 2015, com base no artigo 7º do Decreto nº 2879/2006, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 2900/2007.

Pregoeiro Oficial: Eliane Aparecida Ceron Vier
Equipe de Apoio: Vinicius Vieceli Melo
João Carlos Ungericht
Graciela Pratto Bordin da Rosa

Patricia Callegari Warken
Mônica Saraiva Romani

2º) Na impossibilidade de atuação do pregoeiro oficial, este será substituído pela Servidora Mônica Saraiva Romani.

3º) No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os Instrumentos convocatórios do leilão e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

4º) A Comissão designada é caracterizada por "múnus público".

5º) Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 17 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 263/2014

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 263/2014 DE 18/12/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Designar: Jorge Enderle, Encanador, P-4, N-3, Ref.F-8, para responder pela Função de Gerente do Setor de Manutenção e Operação de Água, no período de 05 de Janeiro de 2015 à 24 de Janeiro de 2015, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 105/93 de 25/11/93 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de Janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 264/2014

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 264/2014 DE 18.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Richard de Barros, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Nilson Araújo
Jorge Enderle
Murilo Girardi

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 18 de dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO 2014**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.238.960,78	Despesa Orçamentária	944.552,66
RECEITA PATRIMONIAL	63.857,49	Despesas exceto Intra-orçamentárias	858.509,65
RECEITA DE SERVIÇOS	1.146.111,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	307.925,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.107,51	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	332.012,04
RECEITA DE SERVIÇOS	15.882,02	INVESTIMENTOS	218.572,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2,70		
		Despesas Intra-orçamentárias	86.043,01
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.697,11
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.345,90
Receita Extra - Orçamentária	1.404.114,48	Despesa Extra - Orçamentária	1.498.361,21
DEPÓSITOS	152.626,85	DEPÓSITOS	152.897,41
CONSIGNAÇÕES	110.081,90	CONSIGNAÇÕES	110.062,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.554,50	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.416,57
PENSAO ALIMENTICIA	4.387,46	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	20.513,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	21.351,28	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	44.191,42
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ME	44.141,96	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	24.444,23
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.239,88	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	42.835,30
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	24.406,82	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	42.835,30
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	42.544,95	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.345.248,41
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	2.219,33	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.336.041,68
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	40.325,62	FORNECEDORES	631.883,19
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.152.672,39	PESSOAL A PAGAR	305.208,76
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.144.653,36	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	85.775,95
FORNECEDORES	613.360,15	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.945,83
PESSOAL A PAGAR	305.208,76	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	299.227,95
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	86.043,01	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	6.488,87
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.309,71	ENTIDADES CREDORAS	6.488,87
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	126.731,73	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.717,86
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	6.488,87	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	2.717,86
ENTIDADES CREDORAS	6.488,87	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	215,39
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	1.530,16	RECEITAS PENDENTES	215,39
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	1.530,16	RECEITAS A CLASSIFICAR	215,39
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	215,39		
RECEITAS PENDENTES	215,39		
RECEITAS A CLASSIFICAR	215,39		
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	98.599,85		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	98.599,85		
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	98.599,85		
Saldos anteriores	7.856.978,70	Saldos atuais	8.057.140,09
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.659.666,17	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.773.506,69
BANCO C/ MOVIMENTO	46.378,43	BANCO C/ MOVIMENTO	137.047,40
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	150.934,10	POUPANÇA	146.586,00
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	10.500.053,96	Total	10.500.053,96

JOACABA, 18/12/2014

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
Contadora CRC SC 029205/O-3

HOMOLOGAÇÃO PR52/2014 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 52/2014 - PR Processo Administrativo: 72/2014 Processo de Licitação: 72/2014 Data do Processo: 12/11/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 72/2014
b) Licitação Nr.: 52/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/12/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ANÁLISES LABORATORIAIS A SEREM REALIZADAS ANUALMENTE PARA CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP (7247)**

1	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: LABB	SV	12,00	0,0000	2.900,00	34.800,00
2	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: LABB	SV	2,00	0,0000	490,00	980,00
3	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AI TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES. - Marca: LABB	SV	2,00	0,0000	2.500,00	5.000,00
4	ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE FICTOPLANCTON, INCLUÍDO AI CIANOBACTÉRIAS E DEMAIS AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. DEVERÁ SER APRESENTADO O RESULTADO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE CADA ORGANISMO ENCONTRADO NAS AMOSTRAS. - Marca: LABB	SV	12,00	0,0000	200,00	2.400,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 52/2014 - PR
	Processo Administrativo: 72/2014 Processo de Licitação: 72/2014 Data do Processo: 12/11/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1****LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP (7247)**

5	ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. - Marca: LABB	SV	12,00	0,0000	450,00	5.400,00
6	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUBTERRÂNEO IN NATURA, COMPREENDENDO TODOS OS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS CONSTANTES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13 (VERSÃO MARÇO/2012) DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA COMO CONDICIONANTES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: LABB	SV	16,00	0,0000	290,00	4.640,00
7	ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: LABB	SV	40,00	0,0000	300,00	12.000,00

Total do Fornecedor: 65.220,00
Total Geral: 65.220,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (18), 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (22)

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR57/2014 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2014 - PR Processo Administrativo: 80/2014 Processo de Licitação: 80/2014 Data do Processo: 21/11/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 80/2014
b) Licitação Nr.: 57/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/12/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE BOMBA EM POÇO TUBULAR PROFUNDO NO DISTRITO DE SANTA HELENA, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

DIMENSAO - EQUIPAMENTOS DE AUTOMACAO INDUSTRIAL LT (8267)

2 CONJUNTO DE RADIO TELECOMANDO DE SUPERVISAO COMPOSTO POR: - 01 (UM) RADIO TRANSMISSOR (TX) 1 WATT, FREQUENCIA 167,790 MHZ; - 01 (UM) RADIO RECEPTOR (RX) 1 WATT, FREQUENCIA 167,790 MHZ; - 02 (DUAS) ANTENAS DIRECIONAIS (TX E RX) COM GANHO MINIMO DE 9DBI; - 20 (VINTE) METROS DE CABO RGC-58 PARA CADA ANTENA; - 04 (QUATRO) CONECTORES MACHO PARA CABO ANTENA; - MANUAL DE INSTALACAO, OPERACAO E MANUTENCAO EM PORTUGUES. MODELO DE REFERENCIA: TELEMARTE - (RX) USC-R, (TX) USC 167. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO. - Marca: DIMENSÃO AUTOMAÇÃO	CJ	1,00	0,0000	3.800,00	3.800,00
--	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 3.800,00

J. DOS SANTOS EPP (7865)

1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO BOMBA EM POÇO TUBULAR PROFUNDO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, TUBOS, VALVULAS, CONEXÕES E FIAÇÃO ELÉTRICA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: CONCORDIA POÇOS	SV	1,00	0,0000	24.000,00	24.000,00
---	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 24.000,00

Total Geral: 27.800,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2014 - PR
	Processo Administrativo: 80/2014 Processo de Licitação: 80/2014 Data do Processo: 21/11/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.053.4.4.90.00.00.00.00 (39) Saldo: 30.000,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****CANCELAMENTO PROCESSO LICITATORIO 62/2014
AQUISIÇÃO PNEUS CAMARAS PROTETORES
PUBLICAÇÃO CANCELAMENTO**

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público cancelamento do Processo Licitatório 62/2014 modalidade Pregão Presencial 32/2014, OBJETO, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS CAMARAS E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DE TODA FROTA DO MUNICIPIO DE JOSE BOITEUX. MOTIVO: FALTA DE DETALHAMENTO NA DESCRIÇÃO DOS REFERIDOS ITENS.

José Boiteux/SC, em 18 de Dezembro de 2014.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO 100/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 100/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 100/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa MARCOS ARNAUTS DE CHAVES EIRELLI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 21.395.192/0001-52, com sede a Rua: Eleutério da Silva Furtado Nº 639 - Bairro: Centenário; CEP: 88.512-060; Lages/SC, para Serviços de Reparos em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM CHAPEZINHO VERMELHO pelo valor de R\$ 7.378,39 (sete mil trezentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 101/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 101/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 101/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa RONI RODRIGUES BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Cirilo Vieira Ramos Nº 758 - Bairro: Vila Nova; CEP: 88.503-200; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS SANTA HELENA pelo valor de R\$ 22.661,75 (vinte e dois mil e seiscentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os

documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 102/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 102/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 102/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa RONI RODRIGUES BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Cirilo Vieira Ramos Nº 758 - Bairro: Vila Nova; CEP: 88.503-200; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS BAIRRO SÃO PEDRO pelo valor de R\$ 17.312,95 (dezesete mil e trezentos e doze reais e noventa e cinco centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 103/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 103/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 103/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELLI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 20.082.259/0001-36, com sede a Rua: Doutor Aujor Luz Nº 791 - Bairro: Santa Catarina; CEP: 88.512-400; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS BAIRRO CONTA DINHEIRO pelo valor de R\$ 11.766,36 (onze mil e setecentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 104/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 104/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 104/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na SECRETARIA DE AGRICULTURA pelo valor de R\$ 19.121,24 (dezenove mil e cento e vinte e um reais e vinte e quatro centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 105/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 105/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 105/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa RONI RODRIGUES BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Cirilo Vieira Ramos Nº 758 - Bairro: Vila Nova; CEP: 88.503-200; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS BAIRRO COPACABANA pelo valor de R\$ 8.709,27 (oito mil e setecentos e nove reais e vinte e sete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à

autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 106/2014 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 106/2014 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 106/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS BAIRRO POPULAR pelo valor de R\$ 20.140,79 (vinte mil e cento e quarenta reais e setenta e nove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 107/2014 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 107/2014 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 107/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa MADRUGA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 02.274.438/0001-93, com sede a Av: Marechal Floriano Nº 1500 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-103; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo,

conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM DOMINGAS BIANCHI-NI pelo valor de R\$ 41.833,40 (quarenta e um mil e oitocentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 108/2014 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 108/2014 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 108 /2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa RONI RODRIGUES BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Cirilo Vieira Ramos Nº 758 - Bairro: Vila Nova; CEP: 88.503-200; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CRAS VI pelo valor de R\$ 21.146,71 (vinte e um mil e cento e quarenta e seis reais e setenta e um centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 109/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 109/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 109/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa MADRUGA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 02.274.438/0001-93, com sede a Av: Marechal Floriano Nº 1500 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-103; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na EMEB ANJO DA GUARDA pelo valor de R\$ 21.959,52 (vinte e um mil e novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 110/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 110/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 110/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ MOACIR DA CRUZ NUNES ME, inscrito no CNPJ sob n.º 11.974.705/0001-26, com sede a R: Terezinha Arruda Michelon Nº 43 - Bairro: Bom Jesus; CEP: 88.501-425; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na FUNDAÇÃO CULTURAL pelo valor de R\$ 249.984,78 (duzentos e quarenta e nove mil e novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 111/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 111/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 111/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa NENÊ CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 18.679.799/0001-50, com sede a R: Aujor Luz Nº 560 - Bairro: Sta Catarina; CEP: 88.512-400; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CRAS II pelo valor de R\$ 6.104,24 (seis mil e cento e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Dezembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 112/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 112/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 112/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa RONI RODRIGUES BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Cirilo Vieira Ramos Nº 758 - Bairro: Vila Nova; CEP: 88.503-200; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS GETHAL pelo valor de R\$ 7.789,20 (sete mil e setecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o

mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 85/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 85/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 85/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa NENE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 18.679.799/0001-50, com sede a Rua: Aujor Luz Nº 560 - Bairro: Sta Catarina; CEP: 88.512-400; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014 na UBS HABITAÇÃO pelo valor de R\$ 11.278,57 (onze mil e duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 91/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 91/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 91/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa NENE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 18.679.799/0001-50, com sede a Rua: Aujor Luz Nº 560 - Bairro: Sta Catarina; CEP: 88.512-400; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS do CAÇA E TIRO pelo valor de R\$ 7.831,29 (sete mil e oitocentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 95/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 95/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 95/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na UBS UNIVERSITÁRIO pelo valor de R\$ 13.398,50 (treze mil e trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 96/2014 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 96/2014
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 96/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua: Jerônimo Coelho Nº 280 - Bairro: Centro; CEP: 88.501-260; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na CRAS I pelo valor de R\$ 50.065,46 (cinquenta mil e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 97/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 97/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 97/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa RONI RODRIGUES BORGES, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Cirilo Vieira Ramos Nº 758 - Bairro: Vila Nova; CEP: 88.503-200; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, no CEIM BAIRRO SÃO PEDRO pelo valor de R\$ 19.980,67 (dezenove mil novecentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 98/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 98/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 98/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa MARCOS ARNAUTS DE CHAVES EIRELLI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 15.106.232/0001-04, com sede a Rua: Eleutério da Silva Furtado Nº 639 - Bairro: Centenário; CEP: 88.512-060; Lages/SC, para Serviços de Reparos em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na EMEB LUPÉRCIO DE OLIVEIRA KOECH pelo valor de R\$ 10.341,74 (dez mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à

autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 99/2014 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 99/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 99/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa MARCOS ARNAUTS DE CHAVES EIRELLI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 21.395.192/0001-52, com sede a Rua: Eleutério da Silva Furtado Nº 639 - Bairro: Centenário; CEP: 88.512-060; Lages/SC, para Serviços de Reparos em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na EMEB ONDINA NEVES BLAYER pelo valor de R\$ 36.738,88 (trinta e seis mil setecentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 166/2014**

DECRETO Nº 166/2014.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CAE - CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.659/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do CAE - Conselho Municipal de Alimentação Escolar, os membros das entidades representantes, conforme abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Jair Fernandes Madeira

Suplente: Alan Jung Crocetta

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

Titular: Franciane da Silveira Paranaguá

Aristela de Oliveira Vieira

Suplente: Nilzete Maria Schilikmann

Janielle Mafioletti Domingos

REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS

Titular: Hildelena Vieira da Silva Miranda

Lilian Andrade Pagani

Suplente: Eliandro Bett Giongo

Rodrigo Moraes Kruehl

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: Bruna Mendes Ribeiro Zomer

Mariselma Fernandes Madeira de Bittencourt

Suplente: Manoela Cardoso Zomer

Jehniffer Maiara Araújo

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 164/2014.

LAURO MÜLLER, 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Lebon Regis**PREFEITURA****DECRETO Nº 121/2014**

DECRETO Nº. 121/2014, de 17 de Dezembro de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 0006

Órgão: 0094 - HOSPITAL E MAT. MUN. SANTO ANTONIO

Unidade: 00010 - hospital e Maternidade M. S. Antonio

Função: 00010 - Saúde

Sub função: 00302-ASSIST. HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 00029 - Saúde Médica e Sanitária

Ação: 2.000065

Natureza da Despesa: 3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Suplementação no valor de R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Dotação: 0007

Órgão: 0094 - HOSPITAL E MAT. MUN. SANTO ANTONIO

Unidade: 00010 - hospital e Maternidade M. S. Antonio

Função: 00010 - Saúde

Sub função: 00302-ASSIST. HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 00029 - Saúde Médica e Sanitária

Ação: 2.000065

Natureza da Despesa: 3.3.9.0 Aplicações Diretas

Tipo: Redução no valor de R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 17 de dezembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014

TIPO: Menor Preço (global) Objeto: Objetiva-se a contratação de empresa de engenharia especializada na construção do Ginásio Municipal de Esportes, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 05 de fevereiro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/12/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

DECRETO N.º 135/2014

DECRETO Nº 135, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	15.210,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.210,00
Função	10	Saúde	15.210,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	15.210,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	15.210,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	15.210,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.210,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.210,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.210,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	15.210,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			15.210,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior,

correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	15.210,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.210,00
Função	10	Saúde	15.210,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	15.210,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	15.210,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	15.210,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.410,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.840,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.700,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.140,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.570,00
Modalidade de Aplicação	50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	5.570,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.800,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	15.210,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			15.210,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N.º 001/2014

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 001/2014

O Município de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.924.390/0001-50, neste ato representado por sua Prefeita Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e Cédula de Identidade de nº 2.257.855, dominada CEDENTE, e de outro lado MARIA ISABEL DE SOUZA, portadora do CPF nº 845.641.309-78 e Cédula de Identidade de nº 1.314.175 denominada CESSIÔNÁRIA, ajustam o presente TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO com a devida autorização prevista na Lei Federal n.º 8.666/93, art. 17, I, "f", e da Lei Municipal n.º 1.088, de 11 de

setembro de 2014, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a Concessão de Gratuita de Direito Real de Uso por parte do MUNICÍPIO de Leoberto Leal, do imóvel Escola Isolada Rio Janzen, caracterizada por terreno de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), localizado na Estrada Geral Ribeirão Janzen, Município de Leoberto Leal/SC.

CLAUSULA SEGUNDA - O CESSIONÁRIO utilizará o bem móvel objeto desta concessão, única e exclusivamente para a instalação de moradia para si e sua família.

CLÁUSULA TERCEIRA - Esta Concessão tem prazo de 480 (quatrocentos e oitenta) meses, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura deste instrumento, entendendo-se findo, assim que ocorrer qualquer uma das cláusulas de extinção previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - Fica expressamente convencionado que o imóvel objeto dessa Concessão, será utilizado pelo CESSIONÁRIO, exclusivamente para o previsto na Cláusula Segunda, sendo vedada a alteração da finalidade, sem prévio consentimento expresso do MUNICÍPIO/CEDENTE. Caso seja desviada a finalidade prevista, reverterá de pleno jure o direito real de uso sobre o imóvel ao MUNICÍPIO/CEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA - Fica a cargo do CESSIONÁRIO, durante o período de uso do imóvel concedido:

- a) todos os encargos tributários incidentes sobre o imóvel;
- b) todas as despesas com o consumo de água, luz, telefone, gás e outras ligadas ao imóvel;
- c) todas as multas pecuniárias provenientes do não pagamento ou atraso de pagamento de quantias sob sua responsabilidade; e
- d) todos os emolumentos devidos a órgãos administrativos.

§ 1º Fica o CESSIONÁRIO obrigado a pagar em dia todos os impostos municipais em que incorra, sob pena de rescisão de pleno jure deste Contrato, se após notificado e persistir inadimplente por mais de 05 (cinco) meses.

CLÁUSULA SEXTA - Fica pactuado que, se houver algum impedimento legal, oposto por autoridade competente, para a utilização do imóvel objeto desta Concessão, o presente termo rescindir-se-á de pleno direito, sem qualquer indenização ou multa contratual, bastando para tanto a apresentação do documento expedido por aquela autoridade, indicando o impedimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica o MUNICÍPIO impedido de, durante a vigência deste contrato, sobre o referido imóvel, ceder qualquer dos direitos reais que lhe são inerentes, ou doá-lo, ou aliená-lo, com ou sem encargo, para terceiros, sem a anuência do CESSIONÁRIO firmatário deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - O USUÁRIO não poderá sublocar nem emprestar para terceiros o imóvel cedido, sem o consentimento do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - O Presente Termo obriga as partes, por si, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, com renúncia de qualquer outro, para dirimir dúvidas que possam surgir no cumprimento deste TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 20 de outubro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
PREFEITA MUNICIPAL

MARIA ISABEL DE SOUZA
CESSIONÁRIA

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

REJANE KUSTER
CPF 025.027.729-82

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N.º 002/2014

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 002/2014

O Município de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.924.390/0001-50, neste ato representado por sua Prefeita Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e Cédula de Identidade de nº 2.257.855, dominada CEDENTE, e de outro lado ELPÍDIO RAFAEL FRANZEN, portador do CPF nº 064.104.219-15 e Cédula de Identidade de nº 550.441-4 denominado CESSIONÁRIO, ajustam o presente TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO com a devida autorização prevista na Lei Federal n.º 8.666/93, art. 17, I, "f", e da Lei Municipal n.º 1.088, de 11 de setembro de 2014, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a Concessão de Gratuita de Direito Real de Uso por parte do MUNICÍPIO de Leoberto Leal, do imóvel Escola Isolada Rafael Franzen, caracterizada por terreno de 900,00m² (novecentos metros quadrados), localizado em Rio Parada, Município de Leoberto Leal/SC.

CLAUSULA SEGUNDA - O CESSIONÁRIO utilizará o bem móvel objeto desta concessão, única e exclusivamente para a instalação de moradia para si e sua família.

CLÁUSULA TERCEIRA - Esta Concessão tem prazo de 480 (quatrocentos e oitenta) meses, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura deste instrumento, entendendo-se findo, assim que ocorrer qualquer uma das cláusulas de extinção previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - Fica expressamente convencionado que o imóvel objeto dessa Concessão, será utilizado pelo CESSIONÁRIO, exclusivamente para o previsto na Cláusula Segunda, sendo vedada a alteração da finalidade, sem prévio consentimento expresso do MUNICÍPIO/CEDENTE. Caso seja desviada a finalidade prevista, reverterá de pleno jure o direito real de uso sobre o imóvel ao MUNICÍPIO/CEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA - Fica a cargo do CESSIONÁRIO, durante o período de uso do imóvel concedido:

- a) todos os encargos tributários incidentes sobre o imóvel;
- b) todas as despesas com o consumo de água, luz, telefone, gás e outras ligadas ao imóvel;
- c) todas as multas pecuniárias provenientes do não pagamento ou atraso de pagamento de quantias sob sua responsabilidade; e
- d) todos os emolumentos devidos a órgãos administrativos.

§ 1º Fica o CESSIONÁRIO obrigado a pagar em dia todos os impostos municipais em que incorra, sob pena de rescisão de pleno jure deste Contrato, se após notificado e persistir inadimplente por mais de 05 (cinco) meses.

CLÁUSULA SEXTA - Fica pactuado que, se houver algum impedimento legal, oposto por autoridade competente, para a utilização do imóvel objeto desta Concessão, o presente termo rescindir-se-á

de pleno direito, sem qualquer indenização ou multa contratual, bastando para tanto a apresentação do documento expedido por aquela autoridade, indicando o impedimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica o MUNICÍPIO impedido de, durante a vigência deste contrato, sobre o referido imóvel, ceder qualquer dos direitos reais que lhe são inerentes, ou doá-lo, ou aliená-lo, com ou sem encargo, para terceiros, sem a anuência do CESSIONÁRIO firmatário deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - O USUÁRIO não poderá sublocar nem emprestar para terceiros o imóvel cedido, sem o consentimento do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - O Presente Termo obriga as partes, por si, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, com renúncia de qualquer outro, para dirimir dúvidas que possam surgir no cumprimento deste TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 20 de outubro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
PREFEITA MUNICIPAL

ELPÍDIO RAFAEL FRANZEN
CESSIONÁRIO

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

REJANE KUSTER
CPF 025.027.729-82

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 1959

DECRETO Nº 1959 de 16 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em favor da Prefeitura Municipal de Luzerna, à conta dos recursos do provável EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, verificada a tendência no exercício, apurado até esta data, na Fonte 00 - Recursos Ordinários, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído à seguinte classificação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Atividade - 0601.04.22.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.500,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

DECRETO 1964

DECRETO Nº 1964 de 18 de dezembro de 2014.

"PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DE PROCESSOS SELETIVOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fundamento no item 2.5 do Edital do Processo Seletivo nº 008/2013 de 29/11/2013, 9.2 do Edital do Processo Seletivo nº 003/2014 de 28/04/2014 e 9.2 do Edital do Processo Seletivo nº 004/2014 de 26/05/2014,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a validade dos PROCESSOS SELETIVOS - Edital nº 008/2013 de 29/11/2013, por mais 01 (um) ano, ou seja, até 05/02/2016 e dos Editais nºs 003/2014 de 28/04/2014 e 004/2014 de 26/05/2014 por mais um ano letivo, ou seja, até o final do ano letivo de 2015, referente à homologação dos Resultados Finais publicadas respectivamente em 05/02/2014, 06/05/2014 e 04/06/2014.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1335 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

LEI Nº 1335 de 16 de dezembro de 2014.

"FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2015, revisão salarial correspondente ao percentual de 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento), referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014, incidente sobre os salários do mês de dezembro de 2014, aos servidores da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos e em comissão.

Art.2º- Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2015, revisão salarial correspondente ao percentual de 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento), referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014, incidente sobre os salários do mês de dezembro de 2014, aos Vereadores do Município de Luzerna(SC), passando a perceber os seguintes valores:

Presidente da Câmara de Vereadores - R\$ 2.833,42 (dois mil oitocentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos)

Vereadores - R\$ 1.888,94 (um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos)

Art.3º- As despesas provenientes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara.

Art.4º- A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2014.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

LEI Nº 1335 de 16 de dezembro de 2014.

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DO SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA".

Anexo I

TABELA DE VAGAS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE VAGAS	NÍVEL	VENCIMENTO
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico	01	CC-1	R\$ 2.251,58

LEI Nº 1335 de 16 de dezembro de 2014.

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA".

Anexo II

TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I AAG	1	1533,16	1579,16	1625,15	1671,15	1717,14	1763,13	1809,12	1855,12	1901,12	1947,10	1993,10	2039,10	2085,09
II ANS	1	2221,23	2287,87	2354,51	2421,13	2487,77	2554,42	2621,05	2687,68	2754,32	2820,97	2887,59	2954,23	3020,88

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 17/12/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 17/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.784,81
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.784,81
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.784,81
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.070,89
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	713,92

Luzerna, 18/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0051/2014 - CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0051/2014.

Contratada: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME.

Objeto: Contrato de locação de sistema de gestão escolar, para prestação dos serviços de suporte, atualização e atendimento técnico do software ESCOLAVIANET - Sistema de Gestão Escolar.

Prazo de vigência: O presente Contrato terá sua vigência até 31/12/2015.

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Valor Total do Contrato: R\$ 2.808,83 (dois mil oitocentos e oito reais com oitenta e três centavos), sendo R\$ 234,07 (duzentos e trinta e quatro reais com sete centavos) mensais.

Macieira, 16 de dezembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****DECRETO Nº. 3811**

DECRETO Nº. 3811

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.014

FIXA PRAZO MÁXIMO PARA ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS DE LEI REFERENTE À CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, AUXÍLIO E CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA NO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica determinado, como prazo máximo para recebimento de requerimentos visando repasse de subvenção social, auxílio e contribuição financeira, o dia 30 de janeiro de 2.015.

Art. 2º Os requerimentos deverão ser encaminhados acompanhados de seus respectivos projetos, e ficam sujeitos a apreciação e avaliação da 'Comissão de Análise e Aprovação de Projetos Oriundos de Contribuição Financeira e Subvenções', instituída pela Portaria nº. 1157, de 03 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 10 de dezembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3816

DECRETO Nº. 3816

DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

FIXA PRAZO E CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO DO IPTU, ISS E TAXAS MUNICIPAIS DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fixa prazos e condições para o pagamento do IPTU, ISS, Taxas Diversas, FUMMPOM, FUNREBOM, Taxas da Vigilância Sanitária:

I - 15/02/2015: vencimento do ISS anual e 1º pagamento do ISS mensal;

II - 10/03/2015: IPTU, vencimento da cota única, com desconto de 10% (dez por cento) e se parcelado conforme cronograma abaixo:

- a) Primeira Parcela Vencimento em 10/03/2015
- b) Segunda Parcela Vencimento em 10/04/2015
- c) Terceira Parcela Vencimento em 11/05/2015
- d) Quarta Parcela Vencimento em 10/06/2015
- e) Quinta Parcela Vencimento em 10/07/2015

III - 31/03/2015: Vencimento das TAXAS de:

I - RENOVAÇÃO DE ALVARÁ
II - FUMMPOM
III - FUNREBOM
IV - VIGILÂNCIA SANITÁRIA; e
V - TAXAS DIVERSAS.

Parágrafo único. Fica fixado o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as parcelas do IPTU de 2015.

Art. 2º Os créditos tributários e os das receitas patrimoniais oriundos da falta de pagamento e ou pagamento fora do prazo estabelecido em Lei, estarão sujeitos aos seguintes acréscimos:

I - juro de mora - 1,0% (um por cento) ao mês ou fração de mês, seja qual for o motivo determinante da falta, sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

II - multa de mora - multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitado a 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo corrigido monetariamente, que incidirá a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento até em que ocorrer o pagamento.

III - multas de infração - as previstas no Capítulo II - Das Infrações e Penalidades, do art. 234 do Código Tributário Municipal instituído pela Lei nº. 2.359, de 11 de novembro de 1999.

Parágrafo único. Não constitui majoração de tributos, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 17 de Dezembro de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº. 3817

DECRETO Nº. 3817

DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

REGULAMENTA O ESTACIONAMENTO ROTATIVO DO MUNICÍPIO DE MAFRA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº. 3.886, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e art. 12 da Lei Municipal nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2012, combinado com o art. 24, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro:

DECRETA

Art. 1º O Estacionamento Rotativo de Mafra será regido em conformidade com o disposto no presente ato normativo.

Parágrafo único. Compreende-se como Estacionamento Rotativo de Mafra as áreas de estacionamento rotativo identificadas mediante sinalização específica implantada nas ruas e logradouros públicos definidos neste Decreto, mediante a observância de determinadas condições e o pagamento de preço público previamente definido por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O Estacionamento Rotativo de Mafra será operado sob regime de concessão onerosa, mediante prévia licitação.

§ 1º A concessão do serviço de que trata esse Decreto, reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, da Lei Municipal nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2012, pela presente regulamentação, pelo respectivo Edital de Concorrência Pública,

pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas do indispensável contrato.

§ 2º A concessão será outorgada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal e formalizada em conformidade com o art. 4º da Lei Federal nº. 8.987/95.

§ 3º O serviço concedido ficará sujeito a regulamentação e fiscalização do Poder Público, que poderá retomar sua execução quando a concessionária deixar de atender satisfatoriamente aos fins ou às condições do contrato.

Art. 3º O prazo de concessão para a gestão das áreas de estacionamento rotativo se que trata o artigo anterior será de cinco (5) anos, podendo o contrato ser prorrogado a igual período, em conformidade com os critérios previstos no edital de licitação.

Art. 4º O Estacionamento Rotativo de Mafra deverá ser operacionalizado mediante controle automatizado e informatizado, por meio de equipamento eletrônico multivagas que permita total integridade financeira da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditoria permanente por parte do Poder Concedente.

§ 1º O gerenciamento e operacionalização do serviço de que trata esse decreto deverão garantir grau de precisão que permita cobrar do usuário o tempo correspondente ao período de permanência do veículo no local.

§ 2º A concessionária deverá, às suas expensas e por sua conta e risco, dispor de funcionários, devidamente identificados e uniformizados, para certificar-se da correta utilização das vagas, emitindo avisos para regularização e demais atos preparatórios para que o Poder Concedente possa exercer o Poder de Polícia de Trânsito.

§ 3º Ao final do prazo da concessão, toda a sinalização de regulamentação utilizada na operação dos estacionamentos reverterá para o Poder Público, sem qualquer ônus ao erário.

Art. 5º No julgamento da licitação será considerado o critério de melhor proposta de maior percentual da receita bruta do sistema repassada ao Poder Executivo Municipal, atendendo para tal os requisitos técnicos descritos neste Decreto e no termo de referência do respectivo edital.

Art. 6º A concessionária deverá, sem ônus para o Município, fornecer, instalar, conservar e substituir os equipamentos empregados no sistema e a sinalização viária regulamentadora do estacionamento, bem como realizar todas as obras que se fizerem necessárias à operação da concessão.

Parágrafo único. Os locais designados para o funcionamento do Estacionamento Rotativo de Mafra deverão ser identificados com as placas de estacionamento regulamentado definidas no Código de Trânsito Brasileiro, acrescidas das informações complementares relacionadas com as condições de estacionamento, colocadas em placas adicionais abaixo do sinal de regulamentação, ou a este incorporadas, formando uma só placa, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 7º A concessionária deverá prestar serviços adequados ao pleno atendimento aos usuários do sistema.

Art. 8º Fica a concessionária autorizada a promover veiculação publicitária remunerada nos impressos, materiais e equipamentos utilizados na operação do sistema, desde que não haja impedimento legal a tal iniciativa reverta no favorecimento da modicidade das tarifas, ficando condicionada ainda, a prévia aprovação do Poder Concedente.

Art. 9º A utilização da vaga será feita mediante o uso de ticket eletrônico de estacionamento, emitido por equipamento eletrônico multivagas, no horário compreendido entre as 09:00h e 18:00h de segunda à sexta-feira, e das 09:00h às 13:00h aos sábados, exceto os casos de isenção previstos neste Decreto.

§ 1º Diante da alteração dos horários de prestação de serviços das atividades econômicas, especialmente as de caráter comercial, e

por razões de conveniência administrativa, a critério do Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Mafra, poderão ser modificados os períodos de estacionamento regulamentado.

§ 2º O estacionamento será isento de pagamento de preço público aos domingos e feriados e nas demais horas do dia que antecederem ou ultrapassarem os períodos expressos no caput desse artigo.

Art. 10. O preço público será fixado por Decreto do Poder Executivo com base nos estudos de viabilidade.

Parágrafo único. O preço estabelecido no caput deste artigo será reajustado a cada trinta meses pela variação do INPC ou quando se demonstrar desequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 11. A receita decorrente da utilização dos tickets eletrônicos e das regularizações será destinada a cobrir os custos operacionais do sistema e remunerar a concessionária.

Art. 12. Os valores provenientes da remuneração pela outorga da concessão e decorrentes da arrecadação com a cobrança das multas de trânsito serão aplicados em conformidade com o previsto no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 13. Integram o Estacionamento Rotativo de Mafra os trechos de logradouros e vias públicas constantes no anexo único deste Decreto.

§ 1º A critério da Municipalidade, e atendendo às necessidades técnicas, conveniência e oportunidade para eficiência do sistema, poderá o mesmo sofrer acréscimos ou supressões de vias e logradouros.

§ 2º As áreas de estacionamento deverão estar devidamente identificadas através de sinalização própria prevista no parágrafo único do art. 6º deste Decreto, as quais serão usufruídas mediante o pagamento de preço público, observadas às disposições deste regulamento.

Art. 14. Para a utilização do Estacionamento Rotativo de Mafra deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - o veículo deverá ser posicionado no sentido do fluxo, paralelo ao bordo da pista de rolamento, e junto à guia da calçada (meio-fio), respeitando os limites estabelecidos pela demarcação individual de vaga disposta através de sinalização horizontal específica, admitidas as exceções devidamente sinalizadas;

II - veículo cujas dimensões excedam a demarcação viária estabelecida para uma vaga de estacionamento, pagará o correspondente ao número de vagas ocupadas;

III - as motocicletas deverão ser estacionadas nos locais especificamente demarcados e sinalizados para tal finalidade e para este tipo exclusivo de veículo, pagando o preço correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor de uma vaga normal de estacionamento regulamentado.

§ 1º A operação de carga e descarga será regulamentada por intermédio de sinalização específica e é considerada estacionamento, pagando o preço correspondente ao valor de uma vaga normal de estacionamento regulamentado.

§ 2º Considera-se estacionamento a imobilização de veículos por tempo superior ao estritamente necessário para embarque ou desembarque de passageiros.

Art. 15. O tempo máximo de permanência na mesma vaga é de duas (2) horas contínuas, vedada a sua prorrogação.

Art. 16. O preço público pelo estacionamento será cobrado mediante a venda de tickets eletrônicos representativos de uma (1) hora, contendo a identificação do veículo através da placa, o dia e a hora de início da utilização, a sua validade e a numeração sequencial única (NSU).

Art. 17. Os tickets eletrônicos para utilização do Estacionamento Rotativo de Mafra serão comercializados em postos de venda devidamente identificados, pela Internet, na administração da empresa concessionária e em cabines eletrônicas na calçada, quando for o caso.

Art. 18. Será considerado como irregularmente estacionado o veículo que:

I - exceder o período máximo de permanência permitido;

II - estiver estacionado sem ticket ou com ticket vencido;

III - não estiver devidamente posicionado na vaga especificamente delimitada para este fim.

§ 1º A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo não desobriga o pagamento do estacionamento.

§ 2º O veículo que permanecer estacionado por tempo superior ao previsto na sinalização viária regulamentadora estará sujeito à remoção para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via, sem prejuízo das cominações estabelecidas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo seguinte.

Art. 19. Os usuários que deixarem de adquirir o ticket eletrônico, que estejam com o ticket vencido ou não estiver devidamente posicionado na vaga especificamente delimitada para este fim, desde que tenham respeitado o período máximo de permanência do veículo na vaga, conforme previsto no artigo anterior serão notificados através do Aviso de Irregularidade e poderão proceder a regularização da situação nos postos de venda devidamente identificados, pela Internet e na administração da empresa concessionária, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, pagando por cada período irregular o preço público correspondente a 05 (cinco) horas de estacionamento, das quais duas (02) horas retornarão em forma de crédito ao usuário.

§ 1º Esgotado o prazo referido no caput deste artigo, sem a devida regularização ou desrespeitando o período máximo de permanência do veículo na vaga, previsto no art. 15 deste Decreto, será lavrado auto de infração por estacionamento em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização, sujeitando o infrator às penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 181, inciso XVII, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, instituído pela Lei Federal nº. 9.503/1997.

§ 2º Será competente para lavrar o auto de infração de trânsito previsto no §1º deste artigo e lançar mão das medidas administrativas legalmente previstas para o tipo infracional, servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.

Art. 20. As atividades de carga e descarga, com a utilização de veículos com Peso Bruto de Tara - PBT acima de 5.000 (cinco mil quilos), somente serão permitidas em horário diverso daquele do funcionamento do estacionamento rotativo.

§ 1º Para carga e descarga de concreto, materiais de construção, mudanças e outros casos excepcionais que ultrapassem as capacidades e horários estabelecidos, ou ainda eventos ou festividades, poderá ser obtida licença especial junto ao Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Mafra a qual deverá ser fixada no para-brisa dianteiro.

§ 2º A permanência por tempo superior ao previsto na autorização especial será considerada como período de estacionamento vencido, incidindo as penalidades previstas na legislação de trânsito, em conformidade com o §1º do art. 18 deste Decreto.

Art. 21. Não estão sujeitos ao pagamento do preço público pela utilização do Estacionamento Rotativo de Mafra:

I - os veículos oficiais do serviço público federal, estadual e municipal;

II - os veículos da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Rodoviária Federal, do GEAP, do IGP, do Corpo de Bombeiros e as ambulâncias;

III - os veículos prestadores de serviços de utilidade pública,

quando se encontrarem em efetiva operação no local de prestação dos serviços a que se destinam e devidamente identificados pela energização ou acionamento do dispositivo luminoso intermitente ou rotativo.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, são considerados veículos prestadores de utilidade pública:

- a) Os destinados à manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de gás combustível canalizado, de telecomunicações e de comunicações telefônicas;
- b) Os que se destinam à conservação, manutenção e sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo de trânsito;
- c) Os destinados ao socorro mecânico de emergência nas vias abertas à circulação pública;
- d) Os veículos especiais destinados ao transporte de valores;
- e) Os veículos destinados ao serviço de escolta, quando registrados em órgão rodoviário para tal finalidade.

§ 2º De frente às farmácias e hospitais haverá 01 (uma) vaga, a critério do Departamento de Trânsito e devidamente sinalizada, onde o estacionamento será isento da utilização do ticket eletrônico pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos, com o pisca alerta ligado, após o qual estará o usuário sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas no CTB.

§ 3º De frente aos estabelecimentos de ensino haverá vagas exclusivamente destinadas para embarque e desembarque de estudantes, observando-se as mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 22. Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

§ 1º Para os efeitos do presente regulamento, considera-se pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida aquela que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo.

§ 2º As vagas que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a 2% (dois por cento) do total, devidamente sinalizada por intermédio do símbolo internacional.

§ 3º A sinalização e as especificações técnicas de desenho e traçado das vagas de estacionamento de que trata este artigo deverão estar em conformidade com a NBR 9050 editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou regramento técnico a suceder..

Art. 23. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos do presente decreto, de 5% (cinco por cento) das vagas no Estacionamento Rotativo de Mafra, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Parágrafo único. As vagas de estacionamento previstas neste artigo serão sinalizadas devendo-se observar, no que couber, quanto as suas especificações técnicas de desenho e traçado, o disposto na NBR 9050 editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou regramento técnico a suceder.

Art. 24. A utilização das vagas especialmente destinadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência, com dificuldade de locomoção ou para idosos, previstas nos artigos 22 e 23 deste Decreto, não isenta o usuário de respeitar as demais regras estatuídas neste regulamento para o estacionamento, em especial o pagamento do preço público correspondente; a observância do prazo máximo de permanência do veículo na vaga e a utilização do ticket eletrônico.

Art. 25. As atividades de planejamento, gerenciamento, arrecadação e fiscalização do serviço, de que trata este Decreto, serão exercidas pelo departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. O Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano poderá firmar convênio com outros órgãos federais, estaduais e municipais para o cumprimento do disposto neste regulamento.

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 17 de dezembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO

Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

Relação dos trechos de logradouros e vias públicas que integram o Estacionamento Rotativo de Mafra:

1. Praça Hercílio Luz;

2. Rua Vitorino Bacelar, no trecho compreendido entre a Praça Hercílio Luz e Rua Dr. Getúlio Vargas;

3. Praça Desembargador Flávio Tavares;

4. Rua Gabriel Dequech, no trecho compreendido entre a Avenida Frederico Heyse e a Praça Hercílio Luz;

5. Avenida Frederico Heyse, nos trechos compreendidos entre a Praça Desembargador Flávio Tavares e a Rua Nicolau Bley Neto e entre a Rua Governador Jorge Lacerda e a Praça Lauro Muller;

6. Avenida Pres. Nereu Ramos, no trecho compreendido entre a Praça Lauro Muller e a Rua Brasília Celestino de Oliveira;

7. Rua Tenente Ary Rauen, no trecho compreendido entre a Praça Lauro Muller e a Rua Vereador Euripio Rauen;

8. Rua Campo Sales, no trecho compreendido entre a Praça Lauro Muller e Rua Marechal Floriano Peixoto;

9. Rua Felipe Schmidt;

10. Rua Siqueira Campos, no trecho compreendido entre a Praça Lauro Muller e Rua Brasília Celestino de Oliveira;

11. Praça Des. Guilherme Luiz Abry;

12. Rua Professora Maria Espírito Santo, no trecho compreendido entre a Praça Des. Guilherme Luiz Abry e Rua Marechal Floriano Peixoto;

13. Rua Benemérita Julia Gonçalves;

14. Rua Dr. Matias Piechnik, nos trechos compreendidos entre a Praça Des. Guilherme Luiz Abry e a Rua Pereira Oliveira e entre a Rua São João Maria e a Rua Campo Sales;

15. Rua Marechal Deodoro da Fonseca, no trecho compreendido entre a Rua Felipe Schmidt e a Rua Marechal Floriano Peixoto;

16. Rua São João Maria, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito Frederico Heyse e a Rua Dr. Matias Piecknik;

17. Rua Marechal Floriano Peixoto, no trecho compreendido entre a Praça Hercílio Luz e a Rua Marechal Deodoro da Fonseca;

18. Rua Governador Jorge Lacerda, no trecho compreendido entre a Avenida Frederico Heyse e a Rua Felipe Schmidt.

PROCESSO SELETIVO NO REGIME DE EMPREGO PÚBLICO Nº 003/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO NO REGIME DE EMPREGO PÚBLICO Nº 003/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

A Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, torna público a abertura de Inscrições para o PROCESSO SELETIVO NO REGIME DE EMPREGO PÚBLICO, para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal para atuar na Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Ordinária Nº 4049 de 7 de Outubro de 2014, Lei Nº 4039 de 27 de Agosto de 2014, Lei Nº 3808, de 13 de Abril de 2012. O Processo Seletivo no Regime de Emprego Público será regido pelas instruções especiais constantes no presente instrumento elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes e pertinentes.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1 O Processo Seletivo no Regime de Emprego Público destina-se ao provimento das vagas conforme tabela 2.6.1, 2.6.2 e 2.6.3 no presente edital.

1.2 O Edital do Processo Seletivo em Regime de Emprego Público nº 003/2014 Prefeitura Municipal de Mafra terá validade de 2 anos a contar da data de homologação do resultado para cada cargo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Mafra.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O candidato aprovado no Processo Seletivo no Regime de Emprego Público e que vier a ser convocado/admitido para o cargo público a que concorreu, será lotado, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, em qualquer uma das Unidades que compõe a Atenção Primária a Saúde.

2.2 O Processo Seletivo no Regime de Emprego Público será realizado sob a responsabilidade da Universidade do Contestado - Campus Mafra, obedecida às normas do presente edital.

2.3 Para fins de protocolo de documentos será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

2.4 Para os cargos que exigirem documentação comprobatória o atendimento será realizado na Secretaria Municipal de Saúde no setor Gestão de Pessoas, sito a Rua Mathias Pichinick nº 55 Centro, cujo horário de atendimento é das 07h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira.

2.5 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.unc.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

2.6 Nomenclatura - Carga Horária - Vagas -Vencimentos - Taxa Inscrição - Exigências

2.6.1 NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Nomenclatura/Área	C/H Semanal	Vagas	Venc. (R\$)	Taxa inscrição	Exigências complementares no ato da posse
-------------------	-------------	-------	-------------	----------------	---

Agente Comunitário de Saúde Rio da Areia de Cima /Caçador.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Rio Preto Velho.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Vila Peschel/Estação Tinguí.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Vila Grein.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Campo Novo/Barracas.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde São João da Boa Vista.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Avenal do Meio.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Jardim Moinho.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Centro/Baixada.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Vila Ferroviária.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde do Bituvinha.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.

Agente Comunitário de Saúde Fazenda do Potreiro.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde General Brito.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde do Leonel.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Mauricio Caillet/Corredeiras.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Pedra Fina.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Rio da Areia do Meio.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Rio do Cedro.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Rio Preto do Sul.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Rio Preto Velho.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Vila Souza.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Avenal do Saltinho/Vila Schafascheck.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.

Agente Comunitário de Saúde Avenal do Saltinho/Guarupá.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde (área da Vila Ferroviária)	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Avenal São Pedro.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Butiá do Braz.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde (área do Butiá do Lageado)	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Butiá dos Carvalhos.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Rio Branco I.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.
Agente Comunitário de Saúde Vila Clementina.	40h/semanais	Cadastro Reserva	R\$ 1.014,00	R\$ 60,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital.

2.6.2 NÍVEL DE ENSINO MÉDIO COMPLETO

Nomenclatura	C/H Semanal	Vagas	Venc. (R\$)	Taxa inscrição	Exigências complementares no ato da posse
Técnico em Enfermagem	40h/semanais	15 + cadastro reserva	R\$ 1.107,03	R\$ 80,00	Curso Técnico na área específica com registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).
Técnico em Higiene Dental	40h/semanais	13 + cadastro reserva	R\$ 1.107,03	R\$ 80,00	Curso Técnico na área específica com registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO).

2.6.3 NÍVEL ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Nomenclatura	C/H Semanal	Vagas	Venc.(R\$)	Taxa inscrição	Exigências complementares no ato da posse
Enfermeiro	40h/semanais	15 + cadastro reserva	R\$3.355,73	R\$ 100,00	Nível Superior em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).
Médico	40h/semanais	1 + cadastro reserva	R\$9.672,31	R\$ 100,00	Nível Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
Cirurgião Dentista	40h/semanais	13 + cadastro reserva	R\$3.355,73	R\$ 100,00	Nível Superior em Odontologia com registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO).

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições é das 00h01min do dia 20 de Dezembro de 2014 às 23h59min do dia 23 Janeiro de 2015;

3.2 O Processo de Inscrição do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público deste Edital dar-se-á por meio da Internet, devendo o candidato proceder conforme descrito a seguir;

3.2.1 Para inscrever-se, o candidato deverá acessar na Internet, o "site" www.unc.br, durante o período indicado no item 3.1, preencher o formulário eletrônico de inscrição e imprimir o boleto para o pagamento do valor da inscrição;

3.2.2 É de fundamental importância que o candidato preencha de forma correta todos os dados ali solicitados e até o dia 23 de Janeiro de 2015, pague em qualquer banco ou pela própria Internet, utilizando o código de barras do boleto bancário que o sistema gerou com o valor da inscrição;

3.2.3 O correto preenchimento do formulário eletrônico de inscrição será de total responsabilidade do candidato;

3.2.4 São considerados desistentes os candidatos que tenham realizado sua inscrição via internet e não pago o respectivo boleto bancário nos termos do item 3.2.2, ou não entregar a documentação exigida nos termos do item 3.3.3;

3.2.5 A UnC não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

3.2.6 Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada;

3.2.7 Para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde o mesmo deverá apresentar documentação comprobatória do Endereço Residencial em seu próprio nome, ou se em nome de terceiros com os respectivos documentos comprobatórios.

3.3 O valor da taxa de inscrição para cada um dos níveis de escolaridade é o seguinte:

- a) R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos de nível superior;
- b) R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de nível médio;
- c) R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível fundamental.

3.3.1 Não serão aceitos pagamento de inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional e/ou extemporânea ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital;

3.3.2 O pagamento da importância correspondente à inscrição poderá ser efetuado por meio do boleto bancário, e somente será considerada efetuada após a compensação bancária;

3.3.3 O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com a confirmação do pagamento do valor de inscrição correspondente ao cargo e entrega de documentação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde;

3.3.4 O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído.

3.4 Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado;

3.5 O candidato poderá realizar apenas uma 1 (uma) inscrição neste Processo Seletivo no Regime de Emprego Público;

3.5.1 Havendo a inscrição para mais de um cargo, serão canceladas as mais antigas, permanecendo a mais recente.

3.6 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo;

3.6.1 Os eventuais erros de digitação de informações pessoais, ocorridos quando da inscrição, não serão corrigidos ficando sob responsabilidade do candidato no ato de inscrição;

3.6.2 O candidato poderá solicitar a correção dos dados pessoais no dia da realização da prova, mediante formulário oferecido pela UnC. O candidato que não solicitar as correções dos dados será o único responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

3.7 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá, entre o dia 05 de Janeiro de 2015 e 23 de Janeiro de 2015, protocolar no setor de Gestão de Pessoas na Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Mathias Piechenick nº 55, Centro no horário das 7h às 16h, indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos;

3.7.1 O pedido relativo ao item 3.7 não se constitui no pedido para concorrer a vagas reservadas a portadores de deficiência previsto no item 4, nem com ele guarda qualquer relação;

3.7.2 Não haverá prova em braile. Os candidatos deficientes visuais poderão requerer prova ampliada ou o auxílio de um fiscal leitor para realizar sua prova.

3.8 São requisitos legais para admissão nos cargos previstos neste edital, devendo o candidato atender e comprovar cumulativamente no ato da convocação, apresentando prova de:

- a) ter nacionalidade brasileira, ou em caso de nacionalidade portuguesa gozar das prerrogativas dos Decretos números 70.391 de 12 de abril de 1972 e 70.436 de 18 de abril de 1972 e Artigo 12, § 1º da Constituição Federal do Brasil de 1988;
- b) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- d) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da nomeação;
- f) ter sido aprovado e classificado no Processo Seletivo no Regime de Emprego Público e possuir todos os requisitos específicos exigidos para o cargo conforme Edital.

3.8.1 Ao preencher seu formulário eletrônico de inscrição e efetuar o pagamento do respectivo boleto, o candidato está declarando formalmente que preenche os requisitos legais relacionados no item 3.8 deste Edital.

3.9 A Inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital;

3.10 A partir de 26 de Janeiro de 2015, o candidato deverá conferir, no "site" www.unc.br, se a inscrição efetuada pela Internet foi confirmada. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a UNC pelo telefone (47) 3641-5527, para verificar o ocorrido.

4. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Aos candidatos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo no Regime de Emprego Público desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores e a eles serão reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas a serem preenchidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal 3.298/99, conforme discriminado neste Edital e seus Anexos;

4.1.1 O número total de vagas destinadas aos portadores de deficiência será de 03 (três) vagas.

4.2 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência àquelas que

se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99;

4.3 No ato da inscrição o candidato portador de deficiência, deverá declarar no formulário eletrônico de inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador. O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

4.4 O candidato portador de deficiência deverá protocolar no setor de Gestão de Pessoas na Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Mathias Piechenick nº 55, Centro, entre o dia 05 de Janeiro de 2015 e 23 de Janeiro de 2015, no horário das 7h às 16h. Anexando a este o Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência. Também deverá ser anexada a este laudo uma cópia do comprovante de inscrição;

4.5 O candidato portador de deficiência que não protocolar o requerimento e laudo médico conforme especificado no item 4.4, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário eletrônico de inscrição, neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra as demais vagas não reservadas;

4.6 Na realização da prova, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência, dentro das possibilidades da Executiva do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público, somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência nas condições do item 3.7;

4.7 As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99, particularmente em seu artigo 4º, participarão do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

4.8 A homologação final do candidato como portador de deficiência se dará após a publicação dos resultados finais deste processo, quando os candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados nas vagas respectivas, deverão submeter-se à avaliação médica ocupacional, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido, de acordo com a legislação em vigor, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mafra;

4.9 A homologação final do candidato inscrito como portador de deficiência, após a avaliação determinada no item deste Edital, se dará da seguinte forma:

4.9.1 Homologada como candidato portador de deficiência com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impede o normal desempenho de todas as atividades do cargo;

4.9.2 Homologada, sem direito à reserva de vagas, pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos no Decreto Federal 3.298/99, que caracterizam os portadores de deficiência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação geral;

4.9.3 Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições do cargo a que concorre, ficando então o candidato excluído do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público em que se inscreveu.

4.10 Caso o candidato portador de deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação dos concorrentes será revertida para a classificação geral.

5. DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

5.1 O Processo Seletivo no Regime de Emprego Público será efetuado mediante aplicação de provas objetivas.

5.1.2 A data da realização da prova objetiva será no dia 08 de fevereiro de 2015 às 09h da manhã. Os portões serão fechados às 8h45min. O período de realização das provas será das 9h às 12h. Todas as provas serão no Bloco G da UnC Mafra/SC. É recomendado que o candidato chegue trinta minutos antes de serem fechados os portões para conferir o ensalamento.

5.1.3 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados ou domingos ou feriados;

5.1.4 O candidato é o único responsável pela consulta de seu local e horário de prova.

Não serão enviados informativos individuais aos candidatos referentes à data, local e horários de provas;

5.1.5 Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de fechamento dos portões. O horário fixado será o horário oficial local de Brasília. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o horário de fechamento dos portões;

5.1.6 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para qualquer prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

5.1.7 A Prefeitura Municipal de Mafra e a UnC não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas deste Processo Seletivo no Regime de Emprego Público.

5.2 Somente serão admitidos para realizar a prova objetiva, o candidato que estiver munido de documento original de identidade;

5.2.1 Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

5.2.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial;

5.2.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedidos a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 5.2.1;

5.2.4 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

5.3 A prova objetiva terá duração de 3 (três) horas e será constituída de 20 (vinte) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 1 (uma) a correta;

5.3.1 As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato e, para tanto, os candidatos devem dispor de caneta esferográfica de tinta preta ou azul;

5.3.2 Será atribuída nota 0 (zero):

a) A(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

b) A(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

c) A(s) questão(ões) da prova objetiva que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas;

d) A(s) questão(ões) da prova objetiva ou a(s) prova(s) objetiva(s) cujo cartão de respostas forem preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de tinta de cor diferente da preta ou azul, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

5.3.3 Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público;

5.3.4 Durante as provas será vedado o porte de qualquer tipo de armamento, assim como o uso de itens de chapelaria (bonés, chapéus, toucas e similares) e acessórios (óculos de sol, pulseiras, braceletes, protetor auricular, etc.) sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público;

5.3.5 A UnC, visando preservar a veracidade e autenticidade do concurso, poderá proceder, no momento da aplicação da prova objetiva, a autenticação digital dos cartões de respostas personalizados ou de outros documentos pertinentes;

5.3.6 O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta da prova objetiva devidamente assinado e o caderno de provas, podendo reter para si, apenas, um folheto com a numeração das questões para que possa anotar suas respostas da prova objetiva para posterior conferência;

5.3.7 Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas objetivas, após 1h (uma hora) do início das mesmas;

5.3.8 O candidato não poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas;

5.3.9 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

5.4 As provas objetivas serão compostas de 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais (português, matemática, atualidades) e de 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos;

5.4.1 Para todos os cargos, serão considerados aprovados na prova objetiva, os candidatos que obtiverem no mínimo 60% (sessenta) de acerto nas questões;

5.5 Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão disponibilizados no "site" www.unc.br, até às 23h59min do dia de aplicação das provas;

5.6 Não haverá prova de títulos para nenhum dos cargos ofertados.

6. DA CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL

6.1 Os candidatos aprovados na Prova de Conhecimentos Gerais, na Prova de Conhecimentos Específicos serão classificados por cargo-função, em ordem decrescente dos pontos obtidos, a partir das notas nestas provas, expressos esses pontos com 2 (duas) decimais. Para desempate os critérios adotados serão:

- a) Obter a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) Possuir idade mais elevada.

6.2 O resultado preliminar será divulgado dia 11 de Fevereiro de 2015, tendo 2 (dois) dias úteis para recursos. E o resultado final da classificação dos candidatos aprovados será divulgado no dia 14 de Fevereiro de 2015.

7. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

7.1 É admitido pedido de revisão quanto:

- a) À formulação das questões objetivas e respectivos quesitos;
- b) À opção considerada como certa nas provas objetivas;

7.2 É admitido pedido de recurso quanto aos resultados finais do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público:

7.2.1 O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva (itens 7.1-a e 7.1-b) deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos preliminares das provas, devendo protocolá-los junto ao setor de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra-SC, no horário das 7h às 16h:

- a) Ser digitado e assinado em duas vias;
- b) Ser fundamentado;
- c) Ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

7.2.2 Os pedidos de revisão de questões deverão ser protocolados no setor de Gestão de Pessoas na Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Mathias Piechenick nº 55, Centro, no horário das 7h às 16h, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos

preliminares das provas;

7.3 Os pedidos de revisão que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão preliminarmente indeferidos;

7.4 Não serão aceitos pedidos de revisão interpostos por fac-símile, telex, internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes;

7.5 Em caso de anulação de questão(ões), os pontos a ela(s) correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos;

7.6 Após a avaliação pela Banca de Provas os resultados dos Pedidos de Revisão serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O pedido de revisão ou recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Serão preliminarmente indeferidos:

- a) Pedidos de revisão ou recursos que o teor seja desrespeitoso com a Banca de Provas;
- b) Pedidos de revisão ou recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos do Edital;
- c) Pedidos de revisão ou recursos sem a devida fundamentação;
- d) Pedidos de revisão ou recursos intempestivos.

7.10 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos Pedidos de Recurso serão devolvidos como "Deferido" ou "Indeferido";

8. DA NOMEAÇÃO E POSSE

8.1 Os candidatos aprovados serão nomeados, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo-Função.

8.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo no Regime de Emprego Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Mafra, no quadro da Secretaria Municipal de Saúde. A nomeação é de competência do Prefeito Municipal, dentro do interesse, conveniência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, observada a ordem de classificação dos candidatos;

8.3 O candidato aprovado e classificado será convocado para nomeação por meio da publicação no diário oficial, jornal local e contato telefônico, quando será informado de data e hora para comparecimento nos locais constantes no item 8.5 e assinará termo de comparecimento;

8.3.1 Caso reste infrutífera a convocação via contato telefônico, ou o candidato não se apresentar nos locais constantes no item 8.4, no prazo estipulado.

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mafra a partir da data do recebimento da convocação prevista, para entregar e apresentar a documentação necessária à sua nomeação, conforme opção de cargo, composta por:

- a) Cópia Autenticada da Cédula de Identidade;
- b) Número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
- c) Cópia Autenticada do Título de Eleitor e de Certidão de Regularidade Eleitoral;
- d) Cópia Autenticada da certidão de nascimento (se solteiro) ou da certidão de casamento (se casado);
- e) Cópia Autenticada do histórico escolar e certificado de conclusão do curso (para os cargos de nível fundamental e médio). Cópia Autenticada do diploma e/ou histórico escolar e certificado de conclusão de curso superior com habilitação específica na área de atuação, quando expressamente exigida pelo edital (para cargos de nível superior);
- f) Cópia Autenticada do registro no respectivo Conselho Profissional (SC) ou Órgão de Classe para as categorias ou profissões regulamentadas por lei;
- g) Cópia Autenticada de certidão negativa de Processo

Ético-Disciplinar no respectivo Conselho Profissional (SC) e nos Conselhos de outros estados onde tenha atuado ou tenha tido registro profissional;

- h) Certidão Negativa de Débitos junto ao COREN, para o cargo de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, CRM para o cargo de Médico e CRO para o cargo de THD (Técnico em Higiene Bucal) ;
- i) Certificado de quitação do Serviço Militar;
- j) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- k) Carteira de Vacina de filhos até 07 anos de idade;
- l) Comprovante de frequência escolar de filhos a partir de 07 anos de idade;
- m) Comprovante de residência;
- n) Declaração de Imposto de Renda (dos que declaram);
- o) 1 foto 3x4 colorida e atual;
- p) Carteira de Trabalho;
- q) Cartão PIS/PASEP;
- r) Resultado do Exame Admissional solicitado pelo Recursos Humanos com o parecer médico estando APTO para o exercício do cargo - função/especialidade/área.

8.5 O não atendimento ao item 8.4 implicará na exclusão do candidato do certame.

9. DO FORO JUDICIAL

9.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo no Regime de Emprego Público de que trata este Edital é o da Comarca de Mafra.

10. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

10.1 Fica delegada competência à UnC para:

- a) Divulgar este Processo Seletivo no Regime de Emprego Público;
- b) Receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
- c) Deferir e indeferir as inscrições;
- d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva,
- e) Julgar os pedidos de revisão e recursos previstos no capítulo 7 deste Edital;
- f) Prestar informações sobre este Processo Seletivo no Regime de Emprego Público.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A homologação do resultado deste Processo Seletivo no Regime de Emprego Público; será efetuada por cargo, função/lotação a critério da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra;

11.2 O período de contrato estará condicionado às Leis nº 4049 de 7 de outubro de 2014, nº 4039 de 27 de agosto de 2014 e nº 3808 de 13 de abril de 2012;

11.3 Será excluído do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público o candidato que:

- a) Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;
 - b) Não mantiver atualizado seu endereço para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, conforme informado no ato da inscrição;
 - c) Para o Agente Comunitário de Saúde, quando houver mudança de endereço e não for condizente com a área de abrangência conforme no ato de inscrição o mesmo será desclassificado.
- 11.4 Será excluído do Processo Seletivo no Regime de Emprego Público, por Ato da UnC, o candidato que:
- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
 - b) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
 - c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, utilizando ou portando calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico;
 - d) Alterado/Incluído/Excluído pela ao Edital ou for responsável por

falsa identificação pessoal;

- e) Ausentar-se da sala de prova antes de decorrido o prazo mínimo;
- f) Recusar-se proceder a autenticação digital do cartão resposta, ou de outros documentos.
- g) Descumprir as normas e os procedimentos relacionados ao presente Edital;

11.5 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento;

11.6 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo no Regime de Emprego Público, serão resolvidos, conjuntamente, pela UnC, Prefeitura Municipal de Mafra e Secretaria Municipal de Saúde.

Mafra (SC), 19 de Dezembro de 2014.
Jaqueline Fatima Previatti Veiga
Secretária Municipal da Saúde de Mafra

Aldeny de Freitas Rocha
Presidente da FUNC

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal de Mafra

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS

NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Língua Portuguesa: Alfabeto da Língua Portuguesa; Ordem Alfabética; Ordenação de Frases; Ortografia; Divisão Silábica e Classificação quanto ao número de sílabas; Frases: Interrogativa, Exclamativa, Afirmativa, Negativa; Classes de Palavras; Comparação de palavras entre si: Sinônimos e Antônimos; Acentuação Gráfica; Sinais de Pontuação; Concordância dos Nomes (substantivos) e dos Verbos; Análise e Interpretação de Textos.

Matemática: Estruturas lógicas; Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; Princípios de contagem e probabilidade.

Atualidades: História e Geografia do município (Disponível no site <http://www.mafra.sc.gov.br>); Cultura Geral (Nacional e Internacional); História e Geografia do Brasil; Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas Ciência Hoje. FONTES: Imprensa escrita, falada, televisiva e internet; Livros diversos sobre História, Geografia, Estudos Sociais e Meio Ambiente.

NÍVEL DE ENSINO MÉDIO COMPLETO

Língua Portuguesa: FONOLOGIA: Conceitos básicos, Classificação dos fonemas, Sílabas, Encontros Vocálicos, Encontros Consonantais, Dígrafos, Divisão silábica. ORTOGRAFIA: Conceitos básicos, O Alfabeto, Orientações ortográficas. ACENTUAÇÃO: Conceitos básicos, Acentuação tônica, Acentuação gráfica, Os acentos, Aspectos genéricos das regras de acentuação, As regras básicas, As regras especiais Hiato, Ditongos, Formas verbais seguidas de pronomes, Acentos diferenciais. MORFOLOGIA: Estrutura e Formação das palavras, Conceitos básicos, Processos de formação das palavras, Derivação e Composição, Prefixos, Sufixos, Tipos de Composição,

Estudo dos Verbos Regulares e Irregulares, Classe de Palavras. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração, Termos Integrantes da Oração, Termos Acessórios da Oração, Período, Sintaxe de Concordância, Sintaxe de Regência, Sintaxe de Colocação, Funções e Empregos das palavras "que" e "se" Sinais de Pontuação. PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: O uso do hífen, O uso da Crase, Interpretação e análise de Textos, Tipos de Comunicação: Descrição, Narração, Dissertação, Tipos de Discurso, Qualidades e defeitos de um texto Coesão Textual. ESTILÍSTICA: Figuras de linguagem, Vícios de Linguagem.

Matemática: Estruturas lógicas; Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; Princípios de contagem e probabilidade; Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

Atualidades: História e Geografia do município (disponível no site <http://www.mafra.sc.gov.br>); Cultura Geral (Nacional e Internacional); História e Geografia do Brasil; Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas, Ciência Hoje. FONTES: Imprensa escrita, falada, televisiva e internet; Livros diversos sobre História, Geografia, Estudos Sociais e Meio Ambiente.

NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Língua Portuguesa: FONOLOGIA: Conceitos básicos, Classificação dos fonemas, Sílabas, Encontros Vocálicos, Encontros Consonantais, Dígrafos, Divisão silábica. ORTOGRAFIA: Conceitos básicos, O Alfabeto, Orientações ortográficas. ACENTUAÇÃO: Conceitos básicos, Acentuação tônica, Acentuação gráfica, Os acentos, Aspectos genéricos das regras de acentuação, As regras básicas, As regras especiais Hiato, Ditongos, Formas verbais seguidas de pronomes, Acentos diferenciais. MORFOLOGIA: Estrutura e Formação das palavras, Conceitos básicos, Processos de formação das palavras, Derivação e Composição, Prefixos, Sufixos, Tipos de Composição, Estudo dos Verbos Regulares e Irregulares, Classe de Palavras. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração, Termos Integrantes da Oração, Termos Acessórios da Oração, Período, Sintaxe de Concordância, Sintaxe de Regência, Sintaxe de Colocação, Funções e Empregos das palavras "que" e "se" Sinais de Pontuação. PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: O uso do hífen, O uso da Crase, Interpretação e análise de Textos, Tipos de Comunicação: Descrição, Narração, Dissertação, Tipos de Discurso, Qualidades e defeitos de um texto Coesão Textual. ESTILÍSTICA: Figuras de linguagem, Vícios de Linguagem.

Matemática: Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; Princípios de contagem e probabilidade; Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

Atualidades: História e Geografia do município (disponível no site <http://www.mafra.sc.gov.br>); Cultura Geral (Nacional e Internacional); História e Geografia do Brasil; Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas, Ciência Hoje. FONTES: Imprensa escrita, falada, televisiva e internet; Livros diversos sobre História, Geografia, Estudos Sociais e Meio Ambiente.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF

Visitas Domiciliares; O trabalho do agente comunitário de saúde; Obesidade; Saúde da mulher; Hipertensão; Diabetes Mellitus; Saúde Bucal; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Saúde e cuidados

com os idosos; Alimentação; Doenças Infecciosas e Parasitárias; Doenças Epidemiológicas; Saúde da Criança; Aleitamento Materno; Nutrição Infantil; Vacinação; Educação em Saúde; Legislação. Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. O trabalho do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 12: Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 13: Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 15: Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 16: Diabetes Mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 17: Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 18: HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 19: Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Unicef.

Cadernos de Atenção Básica - nº 20: Carências de Micronutrientes. Bethesda de Abreu Soares Schmitz. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica - nº 21: Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica - nº 23: Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. BRASIL. Lei Federal nº 8.069/90 (arts 1º ao 140). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 16 jul. 1990. BRASIL. Lei Federal nº 10.741/03. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 3 out. 2003. BRASIL. Lei Federal nº 8.080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 19 set. 1990.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF

SUS: princípios, diretrizes, legislação, nomes operacionais e portarias (Leis 8080/90 e 8142/90); Programas do Ministério da Saúde; Estratégia da Saúde da Família, visão de equipe multidisciplinar, organização do programa e sua inserção no SUS (Portaria 648/06); Conhecimentos inerentes às atribuições do cargo; SIAB como instrumento de trabalho da equipe de saúde da família; Noções de biossegurança (equipamento de proteção individual, imunização, etc.); Ética e Legislação no Trabalho; Técnicas básicas

de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materna infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica e Sanitária; enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações. Conhecimentos básicos inerentes às atividades da função.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL- ESF

Rotinas básicas em um consultório odontológico; Preenchimento de fichas clínica; Prevenção; Cariologia; Placa bacteriana; Técnicas de escovação. Tipos de dentição. Anatomia dental. Esterilização, Desinfecção, Assepsia, Antiasepsia; Ergonomia (trabalho a quatro mãos) Métodos de Prevenção (selantes, flúor, palestras); Materiais e Instrumentais utilizados na clínica odontológica. Conhecimentos básicos inerentes às atividades da função.

ENFERMEIRO - ESF

Técnicas Básicas de Enfermagem: sinais vitais, administração de medicações, preparo do paciente e material utilizado para coleta de exames, cuidados com os pacientes domiciliares, técnicas de curativo. Ética Profissional: Código de Ética de Enfermagem, Direitos e Deveres do paciente, Deontologia. Saúde Pública: Programas de saúde (da mulher, do idoso, da criança), Doenças Transmissíveis, Vacinação, Doenças de Notificação Compulsória, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica; Patologias mais comuns (hanseníase, diabetes, hipertensão, tuberculose, HIV, hepatites, etc). Terminologias: mais utilizadas em ESF. Socorros e Urgência: fraturas e ferimentos, hemorragias, queimaduras, paradas cardíaca, respiratória e cardiopulmonar, acidentes domésticos, choque, crises convulsiva e histérica, envenenamentos por intoxicações. Anatomia e Fisiologia do Corpo Humano; Atualidades em Saúde Pública; Estratégia Saúde da Família: Portaria 648 de 28/03/2006, Criação do Programa Saúde da Família, Normas e Diretrizes, Profissionais envolvidos, Mudança de PSF para ESF (no ano de 2008) e suas alterações. Programa do Agente Comunitário de Saúde: Normas e Diretrizes, Profissionais envolvidos, Ações de saúde.

MÉDICO - ESF

Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças: Cardiovasculares; insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurisma de aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque. Pulmonares: insuficiência respiratória aguda, bronquite aguda e crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias. Do Sistema Digestivo: gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular do cólon, tumores do cólon. Renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido/base, nefrolitíase, infecções urinárias. Metabólicas e do sistema endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Hematológicas: anemias hipocrômicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Reumatológicas: osteoartrite, doença reumatoide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno. Neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica,

surtos psicóticos, pânico, depressão. Infecciosas e Transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbios, toxoplasmose, viroses. Dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas imunológicas, doença do soro, edema angioneurótico, urticária, anafilaxia. Ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorréias, câncer de mama intercorrências no ciclo gravídico. Saúde Pública, Atualidades sobre Saúde Pública e Atualidades sobre Medicina Geral; Bibliografia Saúde da Família, Uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial, Ministério da Saúde Portaria 648 de 28/03/2006 do Ministério da Saúde e suas alterações; Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - P.A.C.S.; Normas e Diretrizes do Programa de Saúde da Família - PSF; Diretrizes Operacionais do P.A.C.S.; Tudo sobre Guia Prático do Programa Saúde da Família - Ministério da Saúde - Governo Federal; Epidemiologia; Medicina Social e Preventiva; Código de Ética; Código de Processo Ético.

CIRURGIÃO DENTISTA - ESF

Dentística: Cárie, Flúor, Noções básicas de oclusão, Restaurações anteriores e posteriores (cimentos, resinas e amálgamas); Isolamento absoluto na dentística restauradora. Anestesiologia e Cirurgia Oral Menor: Anamnese, exame do paciente e diagnóstico; Princípios básicos da anestesia e da cirurgia oral menor; Instrumental e equipamentos; Esterilização; Técnicas de anestesia intra-bucal; Dor, controle; Complicações anestésicas e emergências; Técnicas exodônticas (complicações e pós-operatório); Infecção aguda da cavidade bucal (diagnóstico e tratamento). Radiologia Odontológica: Radiologia preventiva, efeitos biológicos das radiações e proteção; Técnicas radiográficas intra-bucais; Métodos de localização radiográfica; Anatomia, lesões e anomalias dentárias e do complexo maxilomandibular. Endodontia: Exame, diagnóstico e plano de tratamento; Alterações da polpa dental; Alterações patológicas no periápice; Tratamento conservador da polpa; Preparo do material e instrumental necessário à prática endodôntica; Acesso; Instrumentação e obturação endodôntica; Tratamento de emergência das inflamações agudas em endodontia e do trauma dental. Periodontia: Anatomia do periodonto; Exame periodontal; Emergência periodontal - tratamento; Prevenção e controle da doença periodontal (fase associada à placa); Interrelação entre periodontia e odontologia restauradora e endodontia. Odontopediatria: Prevenção de cárie e doença periodontal na infância; Estudo da dentição decídua e mista; Anestesia; Preparo cavitário e restaurador dos dentes decíduos; Atendimento emergencial - dor e trauma dos dentes anteriores. Farmacoterapia em Odontologia: Conceitos básicos da farmacologia - aplicação na odontologia; Antibióticos, anti-inflamatórios, analgésicos, tranquilizantes e ansiolíticos mais usados na odontologia - características, vias de administração, doses, mecanismo de ação, classificação e uso; Anestésicos locais - efeitos farmacológicos, uso e suas complicações; Hemostáticos; Antissépticos e desinfetantes; Farmacoterapia nas emergências - choque e desmaio; Terapêutica medicamentosa em pacientes especiais (gravidez, cardiopatia, diabetes etc.) Semiologia e Patologia Bucal: Semiologia da boca - exame clínico, exames complementares, diagnóstico; Alterações do desenvolvimento e do crescimento das estruturas bucais e parabucais; Lesões da mucosa bucal - malignas e benignas; Doenças com manifestações bucais - bacteriana, virais e micóticas; Processos proliferativos na cavidade bucal; Cistos e tumores odontogênicos e não odontogênicos; Lesões ósseas e fibro ósseas benignas; Doenças das glândulas salivares. Conhecimentos básicos inerentes às atividades da função.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

ENFERMEIRO - ESF

Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na Unidade Básica de Saúde - UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações; Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, em conjunto com os outros membros da equipe; Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem; Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente da Equipe de Enfermagem e outros membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF

Compreende o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal. Realizar mapeamento de sua área adstrita; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar os indivíduos e famílias expostas à situações de risco e identificar a área de risco; Monitorar as situações de risco com vistas à promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; Orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimentos médico e odontológico, quando necessário; Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na área prioritária da Atenção Básica; Realizar por meio de visita domiciliar periódica, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; Traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF

Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; e contribuir, participar e realizar atividades de Educação Permanente.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - ESF

Realizar a atenção em saúde bucal individual e coletiva a todas as famílias, indivíduos e a grupos específicos, segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais; coordenar a manutenção e a conservação dos equipamentos odontológicos; acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde

bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; apoiar as atividades e ações de prevenção e promoção da saúde bucal; participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade Básica de Saúde - UBS; participar do treinamento e capacitação de Auxiliar em Saúde Bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde; participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais; participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista; realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas; inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista; proceder à limpeza e à anti-sepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos, inclusive em ambientes hospitalares; e aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos.

DENTISTA - ESF

Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais; realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade; encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento; coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar. contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Técnico em Higiene Dental; realizar supervisão técnica do Técnico em Higiene Dental; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

MÉDICO - ESF

Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consultas clínicas e procedimentos na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos; encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 004/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 004/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

A Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, torna pública a abertura de Inscrições para o PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO, para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Ordinária 3475 de 12 de Março de 2010, Lei Nº 3325 de 07 de Julho de 2008. O Processo Seletivo para Contrato Temporário será regido pelas instruções especiais constantes no presente instrumento elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes e pertinentes.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1 O Processo Seletivo para Contrato Temporário no destina-se ao provimento das vagas conforme tabela 2.4.1 no presente edital.

1.2 O Edital do Processo Seletivo para Contrato Temporário nº 004/2014 Prefeitura Municipal de Mafra terá validade de 2 anos a contar da data de homologação do resultado para cada cargo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Mafra.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O candidato aprovado no Processo Seletivo para Contrato Temporário e que vier a ser convocado/admitido para o cargo a que concorreu, será lotado, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, em qualquer uma das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2 O Processo Seletivo para Contrato Temporário será realizado sob a responsabilidade da Universidade do Contestado - Campus Mafra, obedecida às normas do presente edital.

2.3 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.unc.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

2.4 Nomenclatura - Carga Horária - Vagas -Vencimentos - Taxa Inscrição - Exigências

2.4.1 NÍVEL ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Nomenclatura	C/H Sema-nal	Vagas	Venc.(R\$)	Taxa inscrição	Exigências complementares no ato da posse
Assistente Social	30h	1	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Serviço Social com registro no Conselho Regional de Serviço Social (-CRESS).
Coordenador/ Profissional de Educação Física	30h	Ca-dastro Reserva	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Educação Física com registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
Farmacêutico	40h	1	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Farmácia com registro no Conselho Regional de Farmácia (CRF).

Fisioterapeuta	30h	1	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Fisioterapeuta com registro no Conselho Regional de Fisioterapia (CREFITO).
Médico Ginecologista/Obstetra	20h	1 + Cadastro de reserva	R\$ 4.956,16	R\$ 100,00	Nível Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
Médico Pediatra	20h	Ca-dastro Reserva	R\$ 4.956,16	R\$ 100,00	Nível Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
Nutricionista	30h	1	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Nutrição com registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN).
Profissional de Educação Física	20h	1	R\$ 1.652,05	R\$ 100,00	Nível Superior em Educação Física com registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
Profissional de Educação Física	30h	Ca-dastro Reserva	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Educação Física com registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
Psicólogo	30h	1 + Cadastro Reserva	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Psicologia com registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP).
Terapeuta Ocupacional	30h	1	R\$ 2.478,08	R\$ 100,00	Nível Superior em Terapia Ocupacional com registro no Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO).

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições é das 00h01min do dia 20 de Dezembro de 2014 às 23h59min do dia 23 Janeiro de 2015;

3.2 O Processo de Inscrição do Processo Seletivo para Contrato Temporário deste Edital dar-se-á por meio da Internet, devendo o candidato proceder conforme descrito a seguir;

3.2.1 Para inscrever-se, o candidato deverá acessar na Internet, o "site" www.unc.br, durante o período indicado no item 3.1, preencher o formulário eletrônico de inscrição e imprimir o boleto para o pagamento do valor da inscrição;

3.2.2 É de fundamental importância que o candidato preencha de forma correta todos os dados ali solicitados e até o dia 23 de Janeiro de 2015, pague em qualquer banco ou pela própria Internet, utilizando o código de barras do boleto bancário que o sistema gerou com o valor da inscrição;

3.2.3 O correto preenchimento do formulário eletrônico de inscrição será de total responsabilidade do candidato;

3.2.4 São considerados desistentes os candidatos que tenham realizado sua inscrição via internet e não pago o respectivo boleto bancário nos termos do item 3.2.2;

3.2.5 A UnC não se responsabiliza por solicitações de inscrição não

recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

3.2.6 Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada;

3.3 O valor da taxa de inscrição para o nível de escolaridade é o seguinte:

a) R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos de nível superior;

3.3.1 Não serão aceitos pagamento de inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional e/ou extemporânea ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital;

3.3.2 O pagamento da importância correspondente à inscrição poderá ser efetuado por meio do boleto bancário, e somente será considerada efetuada após a compensação bancária;

3.3.3 O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com a confirmação do pagamento do valor de inscrição correspondente ao cargo;

3.3.4 O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído.

3.4 Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado;

3.5 O candidato poderá realizar apenas uma 1 (uma) inscrição neste Processo Seletivo para Contrato Temporário;

3.5.1 Havendo a inscrição para mais de um cargo, serão canceladas as mais antigas, permanecendo a mais recente.

3.6 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo;

3.6.1 Os eventuais erros de digitação de informações pessoais, ocorridos quando da inscrição, não serão corrigidos ficando sob responsabilidade do candidato no ato de inscrição;

3.6.2 O candidato poderá solicitar a correção dos dados pessoais no dia da realização da prova, mediante formulário oferecido pela UnC. O candidato que não solicitar as correções dos dados será o único responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

3.7 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá, entre o dia 05 de Janeiro de 2015 e 23 de Janeiro de 2015, protocolar no setor de Gestão de Pessoas na Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Mathias Piechenick nº 55, Centro, no horário das 7h às 16h, indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos;

3.7.1 O pedido relativo ao item 3.7 não se constitui no pedido para concorrer a vagas reservadas a portadores de deficiência previsto no item 4, nem com ele guarda qualquer relação;

3.7.2 Não haverá prova em braile. Os candidatos deficientes visuais poderão requerer prova ampliada ou o auxílio de um fiscal leitor para realizar sua prova.

3.8 São requisitos legais para admissão nos cargos previstos neste edital, devendo o candidato atender e comprovar cumulativamente no ato da convocação, apresentando prova de:

a) ter nacionalidade brasileira, ou em caso de nacionalidade portuguesa gozar das prerrogativas dos Decretos números 70.391 de 12 de abril de 1972 e 70.436 de 18 de abril de 1972 e Artigo 12, § 1º da Constituição Federal do Brasil de 1988;

b) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

c) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

d) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;

e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da nomeação;

f) ter sido aprovado e classificado no Processo Seletivo para Contrato Temporário e possuir todos os requisitos específicos exigidos para o cargo conforme Edital.

3.8.1 Ao preencher seu formulário eletrônico de inscrição e efetuar o pagamento do respectivo boleto, o candidato está declarando formalmente que preenche os requisitos legais relacionados no item 3.8 deste Edital.

3.9 A Inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital;

3.10 A partir de 26 de Janeiro de 2014, o candidato deverá conferir, no "site" www.unc.br, se a inscrição efetuada pela Internet foi confirmada. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a UnC pelo telefone (47) 3641-5527, para verificar o ocorrido.

4. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Aos candidatos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo para Contrato Temporário desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores e a eles serão reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas a serem preenchidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal 3.298/99, conforme discriminado neste Edital e seus Anexos;

4.1.1 O número total de vagas destinadas aos portadores de deficiência será de 01 (vaga) vaga.

4.2 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência àquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99;

4.3 No ato da inscrição o candidato portador de deficiência, deverá declarar no formulário eletrônico de inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador. O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

4.4 O candidato portador de deficiência deverá protocolar no setor de Gestão de Pessoas na Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Mathias Piechenick nº 55, Centro, entre o dia 05 de Janeiro de 2015 e 23 de Janeiro de 2015, no horário das 7h às 16h. Anexando a este o Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência. Também deverá ser anexada a este laudo uma cópia do comprovante de inscrição;

4.5 O candidato portador de deficiência que não protocolar o requerimento e laudo médico conforme especificado no item 4.4, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário eletrônico de inscrição, neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra as demais vagas não reservadas;

4.6 Na realização da prova, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência, dentro das possibilidades da Executora do Processo Seletivo para Contrato Temporário, somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência nas condições do item 3.7;

4.7 As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99, particularmente em seu artigo 4º, participarão do Processo Seletivo para Contrato Temporário em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

4.8 A homologação final do candidato como portador de deficiência se dará após a publicação dos resultados finais deste processo, quando os candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados nas vagas respectivas, deverão submeter-se à avaliação médica ocupacional, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido, de acordo com a legislação em vigor, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mafra;

4.9 A homologação final do candidato inscrito como portador de deficiência, após a avaliação determinada no item deste Edital, se dará da seguinte forma:

4.9.1 Homologada como candidato portador de deficiência com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impede o normal

desempenho de todas as atividades do cargo;

4.9.2 Homologada, sem direito à reserva de vagas, pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos no Decreto Federal 3.298/99, que caracterizam os portadores de deficiência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação geral;

4.9.3 Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições do cargo a que concorre, ficando então o candidato excluído do Processo Seletivo para Contrato Temporário em que se inscreveu.

4.10 Caso o candidato portador de deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação dos concorrentes será revertida para a classificação geral.

5. DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

5.1 O Processo Seletivo para Contrato Temporário será efetuado mediante aplicação de provas objetivas.

5.1.2 A data da realização da prova objetiva será no dia 08 de fevereiro de 2015 às 09hs da manhã. Os portões serão fechados às 8h45min. O período de realização das provas será das 9hs às 12hs. Todas as provas serão no Bloco G da UnC Mafra/SC. É recomendado que o candidato chegue trinta minutos antes de serem fechados os portões para conferir o ensalamento.

5.1.3 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados ou domingos ou feriados;

5.1.4 O candidato é o único responsável pela consulta de seu local e horário de prova.

Não serão enviados informativos individuais aos candidatos referentes à data, local e horários de provas;

5.1.5 Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de fechamento dos portões. O horário fixado será o horário oficial local de Brasília. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o horário de fechamento dos portões;

5.1.6 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para qualquer prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

5.1.7 A Prefeitura Municipal de Mafra e a UnC não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas deste Processo Seletivo para Contrato Temporário.

5.2 Somente serão admitidos para realizar a prova objetiva, o candidato que estiver munido de documento original de identidade;

5.2.1 Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

5.2.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial;

5.2.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedidos a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 5.2.1;

5.2.4 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

5.3 A prova objetiva terá duração de 3 (três) horas e será constituída de 20 (vinte) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 1 (uma) a correta;

5.3.1 As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato

e, para tanto, os candidatos devem dispor de caneta esferográfica de tinta preta ou azul;

5.3.2 Será atribuída nota 0 (zero):

a) A(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

b) A(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

c) A(s) questão(ões) da prova objetiva que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas;

d) A(s) questão(ões) da prova objetiva ou a(s) prova(s) objetiva(s) cujo cartão de respostas forem preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de tinta de cor diferente da preta ou azul, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

5.3.3 Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo para Contrato Temporário;

5.3.4 Durante as provas será vedado o porte de qualquer tipo de armamento, assim como o uso de itens de chapelaria (bonés, chapéus, toucas e similares) e acessórios (óculos de sol, pulseiras, braceletes, protetor auricular, etc.) sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo para Contrato Temporário;

5.3.5 A UnC, visando preservar a veracidade e autenticidade do concurso, poderá proceder, no momento da aplicação da prova objetiva, a autenticação digital dos cartões de respostas personalizados ou de outros documentos pertinentes;

5.3.6 O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta da prova objetiva devidamente assinado e o caderno de provas, podendo reter para si, apenas, um folheto com a numeração das questões para que possa anotar suas respostas da prova objetiva para posterior conferência;

5.3.7 Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas objetivas, após 1h (uma hora) do início das mesmas;

5.3.8 O candidato não poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas;

5.3.9 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

5.4 As provas objetivas serão compostas de 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais (português, matemática, atualidades) e de 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos;

5.4.1 Para todos os cargos, serão considerados aprovados na prova objetiva, os candidatos que obtiverem no mínimo 60% (sessenta) de acerto nas questões;

5.5 Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão disponibilizados no "site" www.unc.br, até às 23h59min do dia de aplicação das provas;

5.6 Não haverá prova de títulos para nenhum dos cargos ofertados.

6. DA CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL

6.1 Os candidatos aprovados na Prova de Conhecimentos Gerais, na Prova de Conhecimentos Específicos serão classificados por cargo-função, em ordem decrescente dos pontos obtidos, a partir das notas nestas provas, expressos esses pontos com 2 (duas) decimais. Para desempate os critérios adotados serão:

a) Obter a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

b) Possuir idade mais elevada.

6.2 O resultado preliminar será divulgado dia 11 de Fevereiro de 2015, tendo 2 (dois) dias úteis para recursos. E o resultado final da classificação dos candidatos aprovados será divulgado no dia 14 de Fevereiro de 2015.

7. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

7.1 É admitido pedido de revisão quanto:

- a) À formulação das questões objetivas e respectivos quesitos;
- b) À opção considerada como certa nas provas objetivas;

7.2 É admitido pedido de recurso quanto aos resultados finais do Processo Seletivo para Contrato Temporário:

7.2.1 O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva (itens 7.1-a e 7.1-b) deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos preliminares das provas, devendo protocolá-los junto ao setor de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra-SC, no horário das 7h às 16h:

- a) Ser digitado e assinado em duas vias;
- b) Ser fundamentado;
- c) Ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

7.2.2 Os pedidos de revisão de questões deverão ser protocolados no setor de Gestão de Pessoas na Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Mathias Piechenick nº 55, Centro, no horário das 7h às 16h, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos preliminares das provas;

7.3 Os pedidos de revisão que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão preliminarmente indeferidos;

7.4 Não serão aceitos pedidos de revisão interpostos por fac-símile, telex, internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes;

7.5 Em caso de anulação de questão(ões), os pontos a ela(s) correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos;

7.6 Após a avaliação pela Banca de Provas os resultados dos Pedidos de Revisão serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O pedido de revisão ou recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Serão preliminarmente indeferidos:

- a) Pedidos de revisão ou recursos que o teor seja desrespeitoso com a Banca de Provas;
- b) Pedidos de revisão ou recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos do Edital;
- c) Pedidos de revisão ou recursos sem a devida fundamentação;
- d) Pedidos de revisão ou recursos intempestivos.

7.10 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos Pedidos de Recurso serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

8. DA NOMEAÇÃO E POSSE

8.1 Os candidatos aprovados serão nomeados, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo-Função.

8.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo para Contrato Temporário não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Mafra, no quadro da Secretaria Municipal de Saúde. A nomeação é de competência do Prefeito Municipal, dentro do interesse, conveniência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, observada a ordem de classificação dos candidatos;

8.3 O candidato aprovado e classificado será convocado para nomeação por meio da publicação no diário oficial, jornal local e contato telefônico, quando será informado de data e hora para comparecimento nos locais constantes no item 8.5 e assinará termo de comparecimento;

8.3.1 Caso reste infrutífera a convocação via contato telefônico, ou o candidato não se apresentar nos locais constantes no item 8.4, no prazo estipulado.

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura

Municipal de Mafra a partir da data do recebimento da convocação prevista, para entregar e apresentar a documentação necessária à sua nomeação, conforme opção de cargo, composta por:

- a) Cópia Autenticada da Cédula de Identidade;
- b) Número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
- c) Cópia Autenticada do Título de Eleitor e de Certidão de Regularidade Eleitoral;
- d) Cópia Autenticada da certidão de nascimento (se solteiro) ou da certidão de casamento (se casado);
- e) Cópia Autenticada do diploma e/ou histórico escolar e certificado de conclusão de curso superior com habilitação específica na área de atuação, quando expressamente exigida pelo edital (para cargos de nível superior);
- f) Cópia Autenticada do registro no respectivo Conselho Profissional (SC) ou Órgão de Classe para as categorias ou profissões regulamentadas por lei;
- g) Cópia Autenticada de certidão negativa de Processo Ético-Disciplinar no respectivo Conselho Profissional (SC) e nos Conselhos de outros estados onde tenha atuado ou tenha tido registro profissional;
- h) Certidão negativa de débitos junto aos conselhos de classe;
- i) Certificado de quitação do Serviço Militar;
- j) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- k) Carteira de Vacina de filhos até 07 anos de idade;
- l) Comprovante de frequência escolar de filhos a partir de 07 anos de idade;
- m) Comprovante de residência;
- n) Declaração de Imposto de Renda (dos que declaram);
- o) 1 foto 3x4 colorida e atual;
- p) Carteira de Trabalho;
- q) Cartão PIS/PASEP;
- r) Resultado do Exame Admissional solicitado pelo recursos humanos com o parecer médico estando APTO para o exercício do cargo - função/especialidade/área.

8.5 O não atendimento ao item 8.4 implicará na exclusão do candidato do certame.

9. DO FORO JUDICIAL

9.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo para Contrato Temporário de que trata este Edital é o da Comarca de Mafra.

10. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

10.1 Fica delegada competência à UnC para:

- a) Divulgar este Processo Seletivo para Contrato Temporário;
- b) Receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
- c) Deferir e indeferir as inscrições;
- d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva,
- e) Julgar os pedidos de revisão e recursos previstos no capítulo 7 deste Edital;
- f) Prestar informações sobre este Processo Seletivo para Contrato Temporário.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A homologação do resultado deste Processo Seletivo para Contrato Temporário; será efetuada por cargo, função/lotação a critério da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra;

11.2 O período de contrato se dará por 1 ano, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período;

11.3 Será excluído do Processo Seletivo para Contrato Temporário o candidato que:

- a) Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente.

11.4 Será excluído do Processo Seletivo para Contrato Temporário, por Ato da UnC, o candidato que:

- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, utilizando ou portando calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico;
- d) Alterado/Incluído/Excluído pela ao Edital ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) Ausentar-se da sala de prova antes de decorrido o prazo mínimo;
- f) Recusar-se proceder a autenticação digital do cartão resposta, ou de outros documentos.

g) Descumprir as normas e os procedimentos relacionados ao presente Edital;

11.5 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento;

11.6 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo para Contrato Temporário, serão resolvidos, conjuntamente, pela UnC, Prefeitura Municipal de Mafra e Secretaria Municipal de Saúde.

Mafra (SC), 19 de Dezembro de 2014.

Jaqueline Fatima Previatti Veiga Aldeny de Freitas Rocha
Secretária Municipal da Saúde de Mafra Presidente da FUNC

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal de Mafra

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS

NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Língua Portuguesa: FONOLOGIA: Conceitos básicos, Classificação dos fonemas, Sílabas, Encontros Vocálicos, Encontros Consonantais, Dígrafos, Divisão silábica. ORTOGRAFIA: Conceitos básicos, O Alfabeto, Orientações ortográficas. ACENTUAÇÃO: Conceitos básicos, Acentuação tônica, Acentuação gráfica, Os acentos, Aspectos genéricos das regras de acentuação, As regras básicas, As regras especiais Hiato, Ditongos, Formas verbais seguidas de pronomes, Acentos diferenciais. MORFOLOGIA: Estrutura e Formação das palavras, Conceitos básicos, Processos de formação das palavras, Derivação e Composição, Prefixos, Sufixos, Tipos de Composição, Estudo dos Verbos Regulares e Irregulares, Classe de Palavras. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração, Termos Integrantes da Oração, Termos Acessórios da Oração, Período, Sintaxe de Concordância, Sintaxe de Regência, Sintaxe de Colocação, Funções e Empregos das palavras "que" e "se" Sinais de Pontuação. PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: O uso do hífen, O uso da Crase, Interpretação e análise de Textos, Tipos de Comunicação: Descrição, Narração, Dissertação, Tipos de Discurso, Qualidades e defeitos de um texto Coesão Textual. ESTILÍSTICA: Figuras de linguagem, Vícios de Linguagem.

Matemática: Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; Princípios de contagem e probabilidade; Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos,

geométricos e matriciais.

Atualidades: História e Geografia do município (disponível no site <http://www.mafra.sc.gov.br>); Cultura Geral (Nacional e Internacional); História e Geografia do Brasil; Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas, Ciência Hoje. FONTES: Imprensa escrita, falada, televisiva e internet; Livros diversos sobre História, Geografia, Estudos Sociais e Meio Ambiente.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

ASSISTENTE SOCIAL (NASF)

Lei Orgânica da Assistência Social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Código de ética profissional. Ética na relação indivíduo e sociedade. Ética e valor. Ética e serviço social. Ética e transformação social. Abuso sexual da criança e do adolescente: Abuso legal e dano psicológico. Responsabilidade, reconhecimento e crença, culpa, acusação, admissão e assunção da autoria. O processo familiar e a rede profissional. Família: A família como sociedade de classes. A visão da família no discurso do assistente social. A prática profissional dos assistentes sociais junto à família. Grupo: Como iniciar um grupo. Estruturação. Critérios para inclusão. Metodologia. O técnico como facilitador. Reações características de grupo de saúde. O acesso à saúde. A política da desigualdade. A regionalização das carências. Da carência dos serviços à reivindicação dos direitos. Saúde mental. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

FARMACEUTICO NASF

Legislação Farmacêutica e Ética Farmacêutica; Assistência Farmacêutica e Políticas de Saúde: Sistema Único de Saúde (SUS), Farmacovigilância, Estudos de utilização de medicamentos, políticas de medicamentos, farmacovigilância; Farmacologia e Farmacoterapia: medicamentos que atuam nos vários sistemas e aparelhos, grupos de medicamentos. Reações adversas, interações medicamentosas; Farmacotécnica: Classificação dos medicamentos, formas farmacêuticas, vias de administração, conservação, dispensação, acondicionamento de medicamentos, Preparos de soluções estéreis e não estéreis; Farmácia Hospitalar: Conceito, objetivo e atribuições, seleção e sistemas de distribuição de medicamentos, atenção farmacêutica, inserção da farmácia nas ações do serviço de controle de infecção hospitalar; Análise e controle de qualidade de medicamentos: bioequivalência, estabilidade, concentrações de soluções, equivalentes miliequivalentes. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

FISIOTERAPEUTA NASF

Fundamentos e história da fisioterapia no Brasil e no mundo; Atualidades sobre fisioterapia no Brasil e no mundo; Anatomia e fisiologia humana; Fisioterapia Geriátrica; Fisioterapia aplicada às condições Gineco-obstétricas e Pediátricas; Fisioterapia em Ortopedia e Traumatologia; Fisioterapia Reumatológica; Fisioterapia Neurológica; Fisioterapia Desportiva e Preventiva; Fisioterapia Córdio-Respiratório: Nível ambulatorial; Nível hospitalar (clínico e cirúrgico); Recursos Fisioterapêuticos; Métodos de Graduação de Força Muscular em Provas Manuais de Função Muscular; Avaliação Funcional: • Cinesiologia; Bases de Métodos e Técnicas de Avaliação Fisioterapêutica; Diagnóstico, terapia e prevenção de: DORT - Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho; LER - Lesões por Esforços Repetitivos; Patologias relacionadas à coluna vertebral; Doenças do Aparelho Respiratório; Fisioterapia Geral; Conhecimentos básicos inerentes às atividades da função.

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA NASF

Embriologia e anatomia do aparelho urogenital feminino; fisiologia menstrual-controle neuroendócrino; Esteroidogênese; Semiologia ginecológica; Desenvolvimento puberal normal e anormal; Mal-formações genitais; Planejamento familiar - Métodos anticoncepcionais; Amenorréias; Sangramento genital; Hemorragia uterina disfuncional; Vulvovaginites; D.S.T.; Doença inflamatória pélvica; Dor pélvica crônica; Incontinência urinária; Miomatose uterina; Endometriose; Dismenorréia; Síndrome Pré-Menstrual; Climatério; Patologias Benignas da Mama; Infertilidade conjugal; Sexualidade; Oncologia genecológica; Endoscopia.

MÉDICO PEDIATRA NASF

Puericultura: aleitamento materno. Alimentação no 1.º ano de vida. Vacinação. Crescimento e desenvolvimento. Distúrbios da nutrição. Neonatologia: icterícia neonatal precoce e tardia. Coolestase neonatal. Infecções congênitas: rubéola, citomegalovírus, toxoplasmose, sífilis, varicela, herpes. Distúrbios metabólicos no período neonatal: hipoglicemia, hipocalcemia e hipomagnecemia. Infectologia: Doenças exantemáticas: varicela, sarampo, rubéola, eritema infeccioso, doença de Kawasaki, exantema súbito, escarlatina. Coqueluche, dengue, febre amarela e malária. Tuberculose na infância diagnóstica, quimioprofilaxia e tratamento da AIDS na infância. Meningites. Hepatites virais: A, B e C. Pneumologia: insuficiência respiratória na infância; Infecções de vias aéreas superiores, laringites, epiglotite, pneumonias virais e bacterianas. Asma na infância: diagnóstico e tratamento. Mucoviscidose. Gastroenterologia: Diarréia aguda, diarréia crônica. Vermínoses. Nefrologia: ITU. Sd. nefrítica. Sd. nefrótica. Onco-hematologia: Leucoses. Púrpura trombocitopênica imunológica. Púrpura Henoch-Schoenlein. Sd. hemolítico-urêmica. Anemias (ferropriva, talassêmica e falciforme). Reumatologia: Febre reumática. Artrite reumatóide juvenil. Neurologia: Convulsão na infância. Endocrinologia: Hiperplasia de supra-renal congênita. Diabetes melitus na infância. Emergências cardiocirculatórias: ressuscitação cardiorrespiratória no período neonatal e infância; desequilíbrio hídrico - eletrolítico; choques hipovolêmico, séptico, c ardiogênico; arritmias cardíacas na infância. Acidentes: intoxicações; acidentes com animais peçonhentos.

NUTRICIONISTA NASF

Conceitos, generalidades e definições sobre alimentos, alimentação; Métodos de conservação dos alimentos; Causa de deteriorização dos alimentos; Composição de dietas equilibradas; Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento; Legislação pertinente; Vigilância alimentar e nutricional; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Noções básicas de informática; Fisiologia da nutrição; Fisiopatologia; Tratamentos dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Obesidade, etc); Políticas públicas de alimentação e nutrição; PAT - Programa de alimentação do Trabalhador; Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA /NASF/MAFRA EM FORMA

Educação Física para grupos especiais (gestantes, crianças, adultos, idosos, hipertensos, diabéticos). Recomendações de atividade física para a saúde. Bases em aptidão físicas relacionadas à saúde. Ética profissional. Portaria 154, de 24.01.2008, saúde da família e atenção básica. Avaliação física e antropométrica. Atuação do profissional de educação física na saúde pública. Implantação, implementação e avaliação de programas de atividade física. Conceitos, atuação e objetivos de Grupos de prevenção e promoção à saúde. Recreação e lazer. Prescrição de exercício e treinamento nas diversas faixas etárias. Leis 8080/90 de 19/09/1990 (princípios e diretrizes), 8142/90 de 28/12/1990. NOB 96, Portaria 399/06. Pacto pela Saúde 2006. Constituição Federal artigos 196 a 200, e Emenda Constitucional nº 29. Política Nacional de Promoção da Saúde.

Plano Nacional de Saúde 2012-2016. Plano de enfrentamento das Doenças e Agravos Não transmissíveis 2012-2020. PSICÓLOGO NASF

Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde - O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade -Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades e outros conceitos inerentes a função.

TERAPEUTA OCUPACIONAL NASF

Anatomia; Neurologia; Cinesiologia; Ética e Deontologia; Fundamentos de Terapia Ocupacional e Psiquiatria; Conceitos de Terapia Ocupacional; Objetivos da Terapia Ocupacional; Recursos Terapêuticos para atividades com pacientes; Princípios de atividade da Terapia Ocupacional; Terapia Ocupacional Humanística; Terapia Ocupacional Positivista; Terapia Ocupacional Materialista Histórico; Histórico da Terapia Ocupacional; Material e Equipamentos empregados; Procedimento ações realizadas pelo sujeito; Aspectos físicos, psicofísicos, psíquicos e sociais; Análise das atividades; Análise geral de atividades; Regulamentação profissional; Conhecimentos básicos inerentes às atividades da função.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

ASSISTENTE SOCIAL (NASF)

Apoia os profissionais da equipe dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias pertencentes aos ESFs participantes do NASF; Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias; Realização de atendimento individualizado em casos especiais e visitas domiciliares as famílias referenciadas nos ESFs atendidos; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Assessoria aos serviços socioeducativos desenvolvidos no território; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

COORDENADOR PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA/MAFRA EM FORMA

Suporte técnico com avaliação física, avaliação institucional,

montagem dos programas de atividade física, execução e montagem de projetos, atividades de prevenção e promoção da saúde.

FARMACEUTICO NASF

Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; mediação dos processos grupais no serviço de promoção de saúde envolvendo aspectos relacionados ao uso de medicamentos para as famílias; Realização de atendimento individualizado em casos especiais e visitas domiciliares as famílias referenciadas nos ESFs atendidos; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano e posterior elaboração e aplicação dos conhecimentos da área farmacêutica para fins de investigação e intervenção sobre questões relacionadas ao uso indiscriminado de medicamentos, tolerância, intoxicações, dependência; promover ações preventivas ao mau uso de medicamentos e promoção da prática de autocuidado; realizar tarefas específicas de desenvolvimento, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica; Controlar entorpecentes e produtos equiparados; auxílio no diagnóstico de casos específicos e proposição de tratamento em equipe multidisciplinar com ações interdisciplinares. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

FISIOTERAPEUTA NASF

Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; mediação dos processos grupais no serviço de promoção de saúde física envolvendo aspectos osteoarticulares para as famílias; Realização de atendimento individualizado em casos especiais e visitas domiciliares as famílias referenciadas nos ESFs atendidos; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano e posterior elaboração e aplicação de técnicas e instrumentos da fisioterapia, como testes além de outros, para fins de investigação e intervenção sobre características osteoarticulares, respiratórias, cardiovasculares, amputações, afecções neurológicas; promover ações terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem à incapacidade funcional; auxílio no diagnóstico de casos específicos e proposição de tratamento em equipe multidisciplinar com ações interdisciplinares. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA NASF

Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; preparar e executar os programas ocupacionais destinados às famílias pertencentes aos ESFs atendidos, baseando-se nos casos existentes na comunidade. Trata de afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, empregando tratamento clínico-cirúrgico, para promover ou recuperar a saúde da paciente. Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas; identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações; atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo

com os critérios previamente estabelecidos; acolher os usuários e humanizar a atenção; desenvolver coletivamente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras; promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde; elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades dos NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, faixas, folders e outros veículos de informação; avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implementação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos; elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção dos NASF; e elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e os NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada. Ações de Atividade Física/Práticas Corporais - Ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida da população, a redução dos agravos e dos danos decorrentes das doenças não-transmissíveis, que favoreçam a redução do consumo de medicamentos, que favoreçam a formação de redes de suporte social e que possibilitem a participação ativa dos usuários na elaboração de diferentes projetos terapêuticos. A Política Nacional de Promoção da Saúde - PT nº 687/GM, de 30 de março de 2006, compreende que as Práticas Corporais são expressões individuais e coletivas do movimento corporal advindo do conhecimento e da experiência em torno do jogo, da dança, do esporte, da luta, da ginástica. São possibilidades de organização, escolhas nos modos de relacionar-se com o corpo e de movimentar-se, que sejam compreendidas como benéficas à saúde de sujeitos e coletividades, incluindo as práticas de caminhadas e orientação para a realização de exercícios, e as práticas lúdicas, esportivas e terapêuticas, como: a capoeira, as danças, o Tai Chi Chuan, o Lien Chi, o Lian Gong, o Tui-ná, a Shantala, o Do-in, o Shiatsu, a Yoga, entre outras. Em face do caráter estratégico relacionado à qualidade de vida e à prevenção do adoecimento, as ações de Atividade Física/Práticas Corporais devem buscar a inclusão de toda a comunidade adstrita, não devendo restringir seu acesso apenas às populações já adoecidas ou mais vulneráveis. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

MEDICO PEDIATRA NASF

Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; preparar e executar os programas ocupacionais destinados às famílias pertencentes aos ESFs atendidos, baseando-se nos casos existentes na comunidade. Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas; identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações; atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos; acolher os usuários e humanizar a atenção; desenvolver coletivamente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras; promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde; elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades dos NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, faixas, folders e outros veículos de informação; avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implementação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores

previamente estabelecidos; elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção dos NASF; e elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e os NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada. Ações de Atividade Física/Práticas Corporais - Ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida da população, a redução dos agravos e dos danos decorrentes das doenças não-transmissíveis, que favoreçam a redução do consumo de medicamentos, que favoreçam a formação de redes de suporte social e que possibilitem a participação ativa dos usuários na elaboração de diferentes projetos terapêuticos. A Política Nacional de Promoção da Saúde - PT nº 687/GM, de 30 de março de 2006, compreende que as Práticas Corporais são expressões individuais e coletivas do movimento corporal advindo do conhecimento e da experiência em torno do jogo, da dança, do esporte, da luta, da ginástica. São possibilidades de organização, escolhas nos modos de relacionar-se com o corpo e de movimentar-se, que sejam compreendidas como benéficas à saúde de sujeitos e coletividades, incluindo as práticas de caminhadas e orientação para a realização de exercícios, e as práticas lúdicas, esportivas e terapêuticas, como: a capoeira, as danças, o Tai Chi Chuan, o Lien Chi, o Lian Gong, o Tui-ná, a Shantala, o Do-in, o Shiatsu, a Yoga, entre outras. Em face do caráter estratégico relacionado à qualidade de vida e à prevenção do adoecimento, as ações de Atividade Física/ Práticas Corporais devem buscar a inclusão de toda a comunidade adstrita, não devendo restringir seu acesso apenas às populações já adoecidas ou mais vulneráveis. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

NUTRICIONISTA NASF

Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; mediação dos processos grupais no serviço de promoção de saúde física envolvendo aspectos nutricionais para as famílias; Realização de atendimento individualizado em casos especiais e visitas domiciliares as famílias referenciadas nos ESFs atendidos; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano e posterior elaboração e aplicação de técnicas e instrumentos da nutrição, como testes além de outros, para fins de investigação e intervenção sobre características nutricionais, obesidade, doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, etc.; promover ações terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem a quadros patológicos com hipertensão, dislipidemia, diabetes, etc.; auxílio no diagnóstico de casos específicos e proposição de tratamento em equipe multidisciplinar com ações interdisciplinares. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NASF/MAFRA EM FORMA

Suporte técnico com avaliação física, avaliação institucional, montagem dos programas de atividade física, execução e montagem de projetos, atividades de prevenção e promoção da saúde. Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; mediação dos processos grupais no serviço de promoção de saúde física envolvendo aspectos osteoarticulatórios para as famílias; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que

potencializem as boas experiências no território de abrangência; estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano e posterior elaboração e aplicação de técnicas e instrumentos da educação física, como testes além de outros, para fins de investigação e intervenção sobre características osteoarticulares, respiratórias, cardiovasculares, sedentarismo, obesidade, dentre outras; promover ações terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem à incapacidade funcional; auxílio no diagnóstico de casos específicos e proposição de tratamento em equipe multidisciplinar com ações interdisciplinares. Educação Física para grupos especiais (gestantes, crianças, adultos, idosos, hipertensos, diabéticos). Recomendações de atividade física para a saúde. Bases em aptidão físicas relacionadas à saúde. Ética profissional. Avaliação física e antropométrica. Atuação do profissional de educação física na saúde pública. Implantação, implementação e avaliação de programas de atividade física. Conceitos, atuação e objetivos de Grupos de prevenção e promoção à saúde. Recreação e lazer. Prescrição de exercício e treinamento nas diversas faixas etárias. Leis 8080/90 de 19/09/1990 (princípios e diretrizes), 8142/90 de 28/12/1990. NOB 96, Portaria 399/06. Pacto pela Saúde 2006. Constituição Federal artigos 196 a 200, e Emenda Constitucional nº 29. Política Nacional de Promoção da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2012-2016. Plano de enfrentamento das Doenças e Agravos Não transmissíveis 2012-2020. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

PSICOLOGO NASF

Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; mediação dos processos grupais no serviço de promoção de saúde mental para famílias; Realização de atendimento individualizado em casos especiais e visitas domiciliares as famílias referenciadas nos ESFs atendidos; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano e posterior elaboração e aplicação de técnicas e instrumentos psicológicos, como testes além de outros, para fins de investigação e intervenção sobre características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras da população; auxílio no diagnóstico de casos específicos e proposição de tratamento em equipe multidisciplinar com ações interdisciplinares. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

TERAPEUTA OCUPACIONAL NASF

Apoio aos profissionais das equipes dos ESFs pertencentes ao NASF na forma de orientação e treinamentos; desenvolvimento de atividades interdisciplinares com a população; preparar e executar os programas ocupacionais destinados às famílias pertencentes aos ESFs atendidos, baseando-se nos casos existentes na comunidade, para propiciar a estes uma terapêutica que possa desenvolver e aproveitar seu interesse por determinados trabalhos; planejar e desenvolver trabalhos em pequenos grupos, tais como trabalhos criativos, manuais, de mecanografia, horticultura e outros, para possibilitar a redução ou a cura das deficiências do paciente bem como desenvolver as capacidades remanescentes e melhorar seu estado bio-psico-social; orientar e supervisionar a execução de trabalhos terapêuticos, supervisionando os pacientes na execução das tarefas prescritas, para ajudar o desenvolvimento dos programas e propiciar a reabilitação do mesmo; orientar, individualmente ou em grupo, os familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades; assistir ao servidor e aos usuários da assistência social, com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional por diminuição da capacidade de trabalho e/ou dificuldades de convivência

social; encaminhar as pessoas atendidas para atividades culturais, sociais, artesanais na comunidade; mediação dos processos grupais no serviço de promoção de saúde física e mental; Realização de atendimento ESFs atendidos; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano e posterior elaboração e aplicação de técnicas e instrumentos da terapia ocupacional, como testes além de outros, para fins de investigação e intervenção sobre as características potencialmente patológicas da população atendida; promover ações terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem à incapacidade funcional; auxílio no diagnóstico de casos específicos e proposição de tratamento em equipe multidisciplinar com ações interdisciplinares. Seguindo as atribuições conforme a Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008.

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 55/2014 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 55/2014 - Pregão Presencial - menor preço
Objeto: Prestação de serviços de advogado para consultoria e assessoria jurídica em administração pública municipal, patrocínio em processos administrativos e judiciais do Município de Maracajá.
Entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 14/01/2015
Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 14/01/2015
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 as 18:00 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 18 de dezembro de 2014.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 153/2014

DECRETO Nº 153, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Institui Comissão Organizadora do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora do Plano Municipal de Educação, com o objetivo elaborar o Plano Municipal de Educação (PME), congregando as representações da sociedade e observando o disposto na Legislação Federal, Estadual, Municipal e neste Decreto.

Art. 2º O desenvolvimento do Plano Municipal de Educação (PME), terá a participação voluntária e não remunerada de representantes de segmentos sociais convidados pela Secretaria de Educação do Município e Comissão Organizadora do PME.

Art. 3º A Comissão Organizadora do Plano Municipal de Educação será composta pelos seguinte membros:

- Roseméri B. Rodrigues da Silva - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- Raquel Rollwagen - Representante do Ensino Fundamental;
- Márcia Estela Campana - Representante da Educação Infantil;
- Lucilene Pertusatti de Lemes - Representante das escolas da Rede Pública Estadual;
- Neide Gaelzer Graiczky - Representante das escolas da Rede Municipal de Ensino;
- Jair Fülber - Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público;
- Dilva Bertoldi Benvenuti - Representante do Ensino Superior;
- Janir Antônio Signor - Representante do Poder Legislativo;
- Silvana Strapazon - Representante da Educação Especial;
- Eliane Beduschi - Representante do Setor de Tributação da Prefeitura Municipal;
- Dirce Müller - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- Flávia Figueiredo - Representante da Assistência Social;
- Elci Fenske - Representante do Conselho do FUNDEB;
- Celestina Magnanti - Representante do Conselho Municipal de Educação;
- Fabiana Grando - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- Silvana G. Duarte - Representante da Rede Particular de Ensino.

Art. 4º A Secretaria de Educação do Município garantirá as condições administrativas, técnicas, físicas, políticas e financeiras para o funcionamento do processo de desenvolvimento do Plano Municipal de Educação (PME) definido pela Comissão Organizadora.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 28 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 169/2014

DECRETO Nº 169, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desdobro do imóvel: Parte da parte do lote urbano nº (13) da quadra nº (7), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, distando 26,00 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil, com a área de "Seiscentos e sete metros e um centímetro quadrado" (607,01 m²); com edificações; Objeto da Matrícula 9.426, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca; de propriedade de Ivete Teresinha Cervinski Ledur, brasileira, casada, comerciante, portadora da CI RG nº 760.679-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 430.359.909-30, e de seu marido Celso Antonio Ledur, brasileiro, casado, radialista, portador da CI RG nº 1.124.338-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 401.254.679-15, ambos residentes e domiciliados na Rua Duque de Caxias, nº 657, nesta Cidade, que será desdobrado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo, planta, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Eliseu Mattje, CREA 8.535-1, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

Lote "A", parte da parte do lote urbano nº (13), da quadra nº (7), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, distando 26,00 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil, com a área de "Trezentos e seis metros e setenta e sete centímetros quadrados" (306,77 m²); com a edificação, sendo: um prédio residencial, de alvenaria, com a área construída de 104,00 m², coberto de telhas de barro;- Confrontando:- ao Norte, por duas linhas, com partes do mesmo lote urbano nº (13), nas extensões de 13,00 metros e 14,00 metros, de Leocides Zanotto, Matrícula 4.139; e, Pedro Felichak Cervinski, Matrícula 8.714, respectivamente;- ao Sul, com o lote "B", parte da parte do lote urbano nº (13), na extensão de 27,00 metros, de Ivete Teresinha Cervinski Ledur, Matrícula 9.426;- ao Leste, por duas linhas, uma com parte do mesmo lote urbano nº (13), na extensão de 4,143 metros, de Pedro Felichak Cervinski, Matrícula 8.714; outra, com parte do lote urbano nº (14), na extensão de 9,367 metros, de Marli Salete Stuchi, Matrícula 12.712;- ao Oeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 13,51 metros.

Lote "B", parte da parte do lote urbano nº (13), da quadra nº (7), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, distando 39,51 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil, com a área de "Trezentos metros e vinte e quatro centímetros quadrados" (300,24 m²); com a edificação, sendo: uma casa residencial, de madeira beneficiada, medindo 5,50 x 8,00 m, coberta de telhas de barro;- Confrontando:- ao Norte, com o lote "A", parte da parte do lote urbano nº (13), na extensão de 27,00 metros, de Ivete Teresinha Cervinski Ledur, Matrícula 9.426;- ao Sul, com parte da parte do mesmo lote urbano nº (13), na extensão de 27,00 metros, de Confecções Mira Ltda, Matrícula 9.425;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (14), na extensão de 11,12 metros, de Marli Salete Stuchi, Matrícula 12.712;- ao Oeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 11,12 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 69, de 9 de junho de 2014.

Maravilha - SC, 18 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

DECRETO Nº 170/2014

DECRETO Nº 170, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova desmembramento de imóvel urbano para fins de unificação e anexação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Aprova o desmembramento para fins de anexação, remanescente e unificação, do imóvel urbano LOTE "C", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), com as áreas respectivas de: (585,00 m² e 81,25 m²), perfazendo a área de (666,25 m²), de propriedade de Neusa Taffarel, brasileira, separada judicialmente, empresária, portador da C. I. nº 1.272.859, inscrita no CPF sob nº 627.152.169-04, domiciliada e residente na Avenida Presidente Kennedy, nº 657, nesta Cidade, objeto da Matrícula 10.192, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, LOTE "B", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), com as áreas respectivas de: (585,00 m² e 81,25 m²), perfazendo a área de (666,25 m²) e PARTE DO LOTE "T", parte do lote urbano nº (2), com a área de (339,72 m²), todos da Quadra nº (18), do Loteamento "Bairro Padre Antônio", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, matriculados sob os nºs: 10.191 e 19.961, de propriedade de Anderson Borghetti, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 040.257.199-16, domiciliado e residente na Rua Doutor José Leal Filho, nº 159, apto 103, nesta Cidade e Rochson Borghetti, brasileiro, solteiro, professor, inscrito no CPF sob nº 005.049.249-74, residente e domiciliado na Avenida Presidente Kennedy, nº 657, nesta Cidade, conforme planta, memorial descritivo e RRT, assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4, nas dimensões, denominações e confrontações a seguir discriminadas:

ÁREA A DESMEMBRAR da Matrícula 10.192

PARTE DO LOTE "C", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), da Quadra nº (18), com as áreas respectivas de: (219,60 m² e 30,50 m²), perfazendo a área de (250,10 m²), do Loteamento "Bairro Padre Antônio", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, sem edificações, confrontando:- ao Norte, com parte do mesmo lote "C", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), na extensão de 41,00 metros, de Neuza Taffarel, M. 10.192;- ao Sul, com o lote "B", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), na extensão de 41,00 metros, de Rochson Borghetti e Anderson Borghetti, M. 10.191;- ao Leste, com a Rua 1º de Maio, na extensão de 6,10 metros;- ao Oeste, com parte do lote "T", parte do lote urbano nº (2), na extensão de 6,10 metros, de Rochson Borghetti e Anderson Borghetti, M. 19.961.

ÁREA REMANESCENTE da Matrícula 10.192

PARTE DO LOTE "C", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), da Quadra nº (18), com as áreas respectivas de: (365,40 m² e 50,75 m²),

perfazendo a área de (416,15 m²), do Loteamento "Bairro Padre Antônio", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, sem edificações, confrontando:- ao Norte, com parte do lote "B", parte do lote "F", parte do lote urbano nº (2) e lote "D", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), na extensão de 41,00 metros, de Luiz Flach, M. 19.960;- ao Sul, com parte do lote "C", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), de Neuza Taffarel, M. 10.192, na extensão de 41,00 metros;- ao Leste, com a Rua 1º de Maio, na extensão de 10,15 metros;- ao Oeste, com parte do lote "T", parte do lote urbano nº (2), de Luiz Flach, M. 19.960, na extensão de 10,15 metros.

ÁREAS UNIFICADAS

LOTE "B", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), PARTE DO LOTE "C", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2) e PARTE DO LOTE "T", parte do lote urbano nº (2), da Quadra nº (18), com as áreas respectivas de: (666,25 m², 250,10 m² e 339,72 m²), perfazendo a área de (1.256,07 m²), do Loteamento "Bairro Padre Antônio", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, sem edificações, confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do mesmo lote "T", parte do lote urbano nº (2), de Luiz Flach, M. 19.960 e com parte do mesmo lote "C", parte dos lotes urbanos nºs: (1 e 2), de Neuza Taffarel, M. 10.192, na extensão de 56,20 metros;- ao Sul, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 56,20 metros;- ao Leste, com a Rua 1º de Maio, na extensão de 22,35 metros;- ao Oeste, com parte do lote "S", parte dos lotes urbanos nºs: (2 e 3), de Marines Machado, M. 10.207, na extensão de 22,35 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Maravilha - SC, 18 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

LEI N.º 1646/2014

LEI n.º 1646/2014

Denomina Via Municipal.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Servidão S. 014 passa a se denominar de Servidão Cabo Girlei Lopes.

Art. 2º A Servidão S. 014 inicia no entroncamento com a Rua Albino Scaburi (início nas coordenadas E: 700015,7115 N: 7056749,6358 - Datum SIRGAS2000), com extensão total de 45,00 metros (término nas coordenadas E: 699981,3230 N: 7056778,7138).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba (SC) em 18 de Dezembro 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Sancionado no expediente da data supra

Camila Rossi

Auxiliar Administrativo

LEI N.º 1647/2014

LEI n.º 1647/2014

Denomina Via Municipal.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Servidão S. 065 passa a denominar-se de Servidão Cabo Dionísio Mondini.

Art. 2º A Servidão S. 065 inicia no entroncamento com a Rua Albino Scaburi (início nas Coordenadas geográficas E: 700088,4231 N: 7056839,1558 - Datum SIRGAS 2000) com extensão total de 47,00 metros (término nas coordenadas E: 700052,3431 N: 7056868,9100).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba (SC) em 18 de Dezembro 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Sancionado no expediente da data supra

Camila Rossi

Auxiliar Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

RENOVAÇÃO CADASTRO FORNECEDORES

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DE MASSARANDUBA

RENOVAÇÃO DE CADASTRO

A Câmara Municipal de Massaranduba, cumprindo com o estabelecido o art. 34 da Lei Nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos, comunica que iniciará a partir do dia 22/01/2015 o Registro e /ou Renovação de cadastro de fornecedores, para habilitações das empresas à participarem em licitações. Informações, sito a Rua Paulo Cardoso nº 166 Centro ou pelo fone 3379-1571 das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 h.

Massaranduba, 04 de Dezembro de 2014.

MAURO BRAMORSKI

Presidente da Câmara Municipal Massaranduba

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº1482/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1482/2014 - Modalidade Tomada de Preços n. 015/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 015/2014, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE INTERNET E TELEFONIA, SISTEMA DE REDE SEM FIO (WIRELESS), EM TORRE COM ESTRUTURA METÁLICA, NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 09:30 do dia 06/01/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 18 de Dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2014

PORTARIA Nº 0176/2014 de 18.12.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DONISETTE EUZÉBIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 2.029/2012, 2.132/2014, em especial Art. nº 211, Seção IV da Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando laudo médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento para fins de Licença Gestante,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedida à Servidora Pública Municipal DONISETTE EUZÉBIO, matrícula nº 1887-2, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 032/2012 de 13.02.2012, lotada no Departamento Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Gestante, sem prejuízo da remuneração, sendo no período de 09.12.2014 a 06.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09.12.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 125/2014

DECRETO Nº 125/2014, em 17 de Dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.688/2014, de 16 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.322.000,00 (Um milhão trezentos e vinte e dois mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 10: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.025: Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: (116) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 1.316.000,00

Órgão 11: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade 2.086: Pagamento de Inativos e Pensionistas

Modalidade de Aplicação: (157) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 1.322.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2.018 Manutenção do Gabinete do Prefeito e vice-prefeito

Modalidade de Aplicação: (5) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 24.249,60

Órgão 04: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade 2.019 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: (15) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 316.391,81

Órgão 06: SECRETARIA DE AGRICULTURA

Atividade 1.013 Aquisição de Veículos, Máquinas e implementos agrícolas

Modalidade de Aplicação: (22) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 862,18

Atividade 2.020 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (28) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 173.243,88

Órgão 07: SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO

Atividade 1.017 Pavimentação, Abertura de Ruas, Drenagem pluvial, calçadas, ciclovias e acessibilidade

Modalidade de Aplicação: (37) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 234.684,10
Atividade 1.029 Ampliação da rede pluvial e saneamento básico
Modalidade de Aplicação: (47) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 62.000,00
Atividade 2.035 Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico
Modalidade de Aplicação: (66) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 202.680,50
Atividade 2.084 Ações ao encargo do CIRSURES
Modalidade de Aplicação: (74) 3.3.71.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 77.605,54
Órgão 10: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade 2.021 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Infantil
Modalidade de Aplicação: (107) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 57.168,29
Atividade 2.022 Manutenção da Merenda Escolar - Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: (109) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 12.439,70
Atividade 2.023 Manutenção da Merenda Escolar - Pré-escolar
Modalidade de Aplicação: (111) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 2.302,32

Atividade 2.031 Realização de Eventos
Modalidade de Aplicação: (131) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 520,89
Atividade 2.025 Manutenção do ensino fundamental
Modalidade de Aplicação: (117) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 21.740,90

Órgão 11: ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Atividade 2.045 Amortização e encargos da dívida
Modalidade de Aplicação: (155) 4.6.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 62.095,71
Atividade 2.046 Parcelamento do INSS
Modalidade de Aplicação: (156) 4.6.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 4.014,58
Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.037 Manutenção dos serviços de saúde municipal
Modalidade de Aplicação: (12) 3.1.90.00.00.00.00.00.02 -
Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 17 de Dezembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 126/2014

DECRETO Nº 126/2014, em 17 de Dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.689/2014, de 16 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 106.020,48 (Cento e seis mil vinte reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Órgão 08: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.016: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: (34) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 76.020,48

Atividade 2.016: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: (37) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 106.020,48

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 08: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 1.003 Construção e Ampliação de CRAS

Modalidade de Aplicação: (1) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 10.514,98

Atividade 1.007: Construção do Serviço de Convivência do Idoso

Modalidade de Aplicação: (4) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 71.602,00

Atividade 1.011: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para os serviços Socioeducativos

Modalidade de Aplicação: (6) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 13.957,00

Atividade 2.008: Manutenção do Atendimento Socioassistencial ao Cidadão(Emergencial)

Modalidade de Aplicação: (24) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 5.460,00

Atividade 2.060: Implantação e Manutenção do Programa de Proteção à mulher Vítima de Violência

Modalidade de Aplicação: (41) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 4.486,50

Art. 3º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 17: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Atividade 2.044: Manutenção do Fundação do Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (1) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -
Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

TOTAL R\$ 39.000,00

Art. 4º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos

orçamentários.

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 1.032 Construção, reforma e Ampliação de UBS

Modalidade de Aplicação: (6) 4.4.90.00.00.00.00.00.02 -

Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Atividade 2.037 Manutenção dos Serviços de Saúde Municipal

Modalidade de Aplicação: (17) 4.4.90.00.00.00.00.00.02 -

Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 5º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 16: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO

Atividade 2.043: Manutenção do Fundo Munic. de Esporte e Turismo

Modalidade de Aplicação: (16) 3.1.90.00.00.00.00.00.01 -

Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Modalidade de Aplicação: (17) 3.3.90.00.00.00.00.00.01 -

Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 6º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 1.032 Construção, reforma e Ampliação de UBS

Modalidade de Aplicação: (6) 4.4.90.00.00.00.00.00.02 -

Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJ. E DESENVOLV. ECONOMICO

Atividade 1.029 Ampliação da Rede Pluvial e de saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: (47) 4.4.90.00.00.00.00.00.01 -

Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Art. 7º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 17 de Dezembro de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 42/2014 FMS INSTITUTO BIOSAÚDE

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 42/2014 FMS

Aos 18 dias de dezembro de 2014, às 11:00 horas, reuniu-se a Comissão e o Presidente, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar as Impugnações ao Edital da Concorrência nº 42/2014 FMS, cujo objeto é CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE NA AREA PARA ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA ATENDER A DEMANDA DOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, protocolada pela empresa IB - INSTITUTO BIOSAÚDE - CNPJ: 03.170.887/0001-54, em 17/12/2014.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão Permanente, ao receber a Impugnação ao Edital 42/2014 FMS, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente respeitando a forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

DAS IMPUGNAÇÕES:

Em síntese, manifesta-se a empresa INSTITUTO BIOSAÚDE arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento à IMPUGNAÇÃO:

DO REQUERIMENTO

1- Requer a supressão do item 4.3.9 (Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. [...])

2- Correção e esclarecimento ref. item 4.5.1 (Declaração formal de que não haverá qualquer tipo de paralização [...] bem como qualificação dos membros da equipe responsável diretamente pelos serviços); quem seria responsável sobre uma possível falta de pagamento à entidade .

DA DECISÃO:

1- Não houve a necessidade de supressão do item, já foi publicado uma nota de esclarecimento na qual menciona que serão aceitos capital social mínimo de 10% , ou patrimônio social mínimo de 10%;

2- Conforme reunião entre Procuradoria, Secretaria de Saúde, e Controladoria foi constatado que não há necessidade de alteração quanto ao item 4.5.1, pois o mesmo não frustra o caráter competitivo/legal licitatório, menciona-se ainda que, as declarações

solicitadas visam garantir a adequada execução da Prestação de Serviços proposta, como também de proporcionar o apropriado acesso e qualidade de atenção em saúde à população, atendendo pacientes que estejam em estado de urgência ou emergência, incluindo indivíduos que corram risco eminente de morte, como acidentados, suspeita de infartos, derrames, apendicite, pneumonia, fraturas, entre outros estados mórbidos; Assim como a Administração Pública tem o dever de cumprir o contrato com os devidos repasses, a contratada deverá se responsabilizar pela prestação dos serviços.

- Mantem-se o edital sem alteração de datas e horários.
- PUBLIQUE-SE.

É a decisão. Navegantes, 18 de dezembro de 2014.

DOUGLAS LEMOS
Presidente

Comissão:

MARIA BENEDITA CORRÊA

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

CARLA CLAUDINO

ADRIANA CORREA

Corroborando

BENILDE PERÃO
Secretaria de Administração

ATA PREGÃO PRESENCIAL 08/2014 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
ATA PREGÃO PRESENCIAL 08/2014 FME
ABERTURA ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE FUTEBOL AMADOR E SUL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADA. NO MOMENT DA EMPRESA EM QUE OS REPRESENTANTES VISTAVAM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO O REPRESENTANTE DA EMPRESA SUL ORGANIZAÇÃO CONSIDEREOU QUE A DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO APRESENTADA PELA ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE FUTEBOL AMADOR ESTAVA COM O NUMERO DO PREGÃO DIGITADO EQUIVOCADAMENTE. PORÉM A PREGOEIRA JUSTIFICOU QUE NÃO PODERIA ACATAR O PEDIDO DE DESCRENCIAMENTO EM VIRTUDE DE CONSIDERAR EXCESSO DE FORMALISMO, JÁ QUE A DATA DO DOCUMENTO CORRESPONDE A DATA RECENTE (15\12\2014).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, NÃO HAVENDO MAIS APONTAMENTOS COMEÇOU A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS.

NA ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA CONSTATOU-SE QUE A EMPRESA SUL ORGNIZAÇÃO E EVENTOS NO ULTIMO LOTE (LOTE 10) ERROU A DIGITAÇÃO DO VALOR DO ULTIMO ITEM DO LOTE E CONSEQUENTEMENTE DE TODO O LOTE, SENDO DESCLASSIFICADA NO LOTE 10 (DEZ). NÃO HAVENDO MAIS APONTAMENTOS QUANTO A PROPOSTA PASSOU-SE PARA A FASE DE LANCES.

NA FASE DE LANCES AS DUAS EMPRESAS PARTICIPANTES FORAM VENCEDORAS EM LOTES DIVERSOS. COM A ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO A EMPRESA SUL ORGANIZAÇÃO E EVENTOS ESPORTIVOS FOI INABILITADA POR NÃO APRESENTAR O ITEM 5.5.2 COMBINADO COM O ITEM 5.5.3 DO EDITAL. JÁ A ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE FUTEBOL AMADOR DE ITAJAI

APRESENTOU SOMENTE UMA RELAÇÃO DOS ARBITROS LISTADOS NA LIGA DESPORTIVA MAS NÃO DEMOSTRANDO VINCULO COM A LIGA DESPORTIVA, OU SEJA, NÃO CUMPRINDO O ITEM 5.5.2\5.5.3 NÃO RESTANDO LICITANTE DEVIDAMENTE HABILITADA.

NESTE MOMENTO A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PASSAM A SE BASEAR NO ARTIGO DA LEI 8666\1993 EM SEU ART. 48 § 3º, ONDE ABRE 08 (OITO) DIAS UTEIS PARA SANEAMENTO DOS DOCUMENTOS FALTANTES E POSTERIOR HABILITAÇÃO DOS PROPONENTES. FICANDO A ABERTURA DE ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA O DIA 08\01\2015 AS 8:00 H. MOMENTO QUE ENCERRA A SESSÃO.

NAVEGANTES, 18 DE DEZEMBRO DE 2014
MARIA BENEDITA
PREGOEIRO SUBSTITUTA.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 218/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) NO SISTEMA DE MONITORAMENTO PÚBLICO DAS CAMERAS DE SEGURANÇA INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 12/01/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 12/01/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de dezembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 40/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE LISTAGEM ATUALIZADA DO GUIA FARMACEUTICO DE MEDICAMENTOS BRASINDICE DE A A Z (GENERICOS OU SIMILARES) PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DE PROCESSOS (ORDEM JUDICIAIS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Data da entrega dos envelopes: 12/01/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 12/01/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de dezembro de 2014.
EMILIO VIEIRA
Prefeito exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 236/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 236/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE CASAS DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA SEREM UTILIZADAS COMO SALAS DE AULA (COMPLEMENTARES) NAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 05/01/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 05/01/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de dezembro de 2014.
EMILIO VIEIRA
Prefeito em exercício.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 328/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 328/2014.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA.
Valor: R\$ 101.229,02
Vigência : Início: 12/12/2014 Término: 10/02/2015.
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:214/2014.
Recursos : Dotação:. 1.034.4490.00.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE QUADRO DE COMANDO PARA 2 (DUAS) BOMBAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO RESERVATÓRIO APOIADO DE 2000 M³, LOCALIZADO NA RUA RODOLFO GAIR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE NAVEGANTES/SC , conforme Tomada de Preço nº 214/2014.
Navegantes, 12 de dezembro de 2014.

NOTA DE ESCLARECIMENTO CONCORRÊNCIA 42/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA 42/2014 FMS
NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Município de Navegantes/SC torna público a presente Nota de esclarecimento:
onde se lê:

4.3.9 Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31 § 3º da Lei 8.666/93.

Entende-se neste caso da Concorrência 42/2014 FMS que também será aceito;

4.3.9 Comprovação de possuir Patrimônio Social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação,

admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31 § 3º da Lei 8.666/93.

ASS.PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.
NAVEGANTES 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº047/2014

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2014
PROCESSO Nº 129/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2014

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/12/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: **OBJETO:** Registro de Preços para aquisição parcelada de LARVICIDA BIOLÓGICO BTI, (Bacilus Turigiensis Israelensis), Concentração de no mínimo 1,2 % de Princípio Ativo, potência mínima de 1200 UTI/mg. Embalagem contendo no mínimo 10 (dez) litros, com lacre interno hermeticamente fechado. Prazo de validade de no mínimo 12 (doze meses contados da data de entrega), para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Trento/SC, para o controle das larvas de Borrachudo (Simulium pertinax), menor preço por item, objeto de publicação prévia no Diário Oficial dos Municípios. A Licitante registrada para os materiais cotados é:

MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA (CNPJ Nº 76.612.506/0001-13)

ITEM	DESCRIÇÃO	MAR-CA	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LARVICIDA BIOLOGICO BTI, (Bacilus Turigiensis Israelensis), Concentração de no mínimo 1,2 % de Princípio Ativo, potência mínima de 1200 UTI/mg. Embalagem contendo no mínimo 10 (dez) litros, com lacre interno hermeticamente fechado. Prazo de validade de no mínimo 12 (doze meses contados da data de entrega). Para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Trento/SC, para o controle das larvas de Borrachudo (Simulium pertinax).	TEKNAR SC	Litro	600	65,70	39.420,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 39.420,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; **VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. **ENTREGA:** Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os

produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 17 de dezembro de 2014.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

CONTRATO 128/2014

CONTRATO Nº 128/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88270-000, CNPJ nº 08.858.200/0001-91. Contratada: "PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA.", pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 87.389.086/0001-74, Rua Rui Barbosa, 118, Edifício Michalski, Vila Jardim América, cidade de Cachoeirinha/RS, CEP 94920-510. Objeto do Contrato: Prestação de serviços de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros, prestação de serviço de monitoração individual de corpo inteiro em exposição externa a campo de radiação X e Gama, utilizando o sistema de dosimetria termoluminescente. O valor total é de R\$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais) anual. Vigência: 31/12/2015.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2014

EXTRATO PUBLICAÇÃO

CONVITE Nº 001/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2014

OBJETO: prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica
CONTRATADA: ANDREA CRISTINE KRAUSE
CONTRATANTE: IPREVENT
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO (Cláusula Primeira): O contrato fica desde já prorrogado pelo período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2015 e finalizando-se em 31/12/2015.

Moises Cipriani
Diretor-Executivo do IPREVENT
CONTRATANTE

PORTARIA Nº 1012/2014

PORTARIA Nº 1.012/ 2014
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013 e de acordo com o que determina o artigo 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 808/2014 "A", que Prorrogou a Concessão de Licença Para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal FIDELIS RODRIGUES PEREIRA, matrícula nº 5728, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, pertencente ao Quadro Pessoal desta Prefeitura Municipal, pelo período de 121

(cento e vinte e um) dias, a contar de 01 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2015, conforme resultado pericial datado de 08/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1013/2014

PORTARIA Nº 1.013/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, GENESIA CATARINA CECCATO CADORIN, matrícula nº 1050, concursada no cargo de Professor Nível I, Referência M, com 40 horas semanais, lotada na Cheche Ciranda Cirandinha - Espirado e Escola E. F. Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, pelo período de 11 (onze) dias, a contar de 04 de dezembro de 2014 a 14 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 11/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1014/2014

PORTARIA Nº 1.014/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 572/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, MARCELA WOLF, matrícula nº 6407, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de dezembro de 2014 a 10 de junho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como

por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARCELA WOLF, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Nicolau Nicolodi, nº 219, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 035.637.249-97, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 13 de dezembro de 2014 a 10 de junho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar

qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de dezembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Marcela Wolf
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PROCESSO 132/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 084/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 132/2014 - Pregão Presencial nº 084/2014
Objeto: O presente pregão tem por objeto a aquisição de material impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento - Secretaria de Educação, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 14/01/2015 até as 9:30 horas. Abertura: 14/01/2015 as 9:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: www.

novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 133/2014 - CONCORRÊNCIA Nº 007/2014 - SRP 048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 133/2014 - Concorrência Nº 007/2014 - SRP 048/2014

Objeto: Esta licitação tem por objetivo o registro de preços para aquisição de medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - Postos de Saúde, Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos medicamentos e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 26/01/2015 às 14:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211 / 3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br - site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO PROCESSO LICITATORIO Nº 073/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 036/2014, Contratação de pessoa jurídica para Prestação de Horas de Serviço com Trator de Pneu, acoplado ao Carretão Agrícola e Ensiladeira com operador especializado para atender ao Programa de Silagem do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, aos agricultores do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 18/12/2014 às 09:00 hs, que teve como única participante a empresa TATIANE COMUNELLO ME que foi vencedora do item, com o valor unitário de 120,00 (cento e vinte reais) e valor total de 60.000,00 (sessenta mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial Nº 036/2014.

Novo Horizonte/SC, em 18 de Dezembro de 2014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/12/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.995,00 (Dois mil, novecentos e noventa cinco reais)

Novo Horizonte, 18/12/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA 18/12/2014

CONTRATADO: EDEMAR DA SILVA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para: futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para a manutenção e melhorias da rede de iluminação pública do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.134,00 (Quatro mil cento e trinta e quatro reais)

DATA: 18/12/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PL Nº 076/14-PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/14

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2014.

O Prefeito Municipal do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO da data de abertura das propostas do dia 04/01/2015 para o dia 05 de Janeiro de 2015, no mesmo horário. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3362 0024 e e-mail: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br.

Novo Horizonte, SC, 18 de Dezembro de 2014.

Eli Mariott

Prefeito Municipal

PORTARIA 09/2014

PORTARIA Nº. 09, de 16 de dezembro de 2014.

CONCEDE férias normais ao Servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC.

José Ivanir Dallanora, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea a), e do artigo 19, inciso II, alínea a);

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias normais ao Servidor da Câmara Municipal de Vereadores, Jorge Alexandre Cristani, Matrícula nº. 62, cargo de Secretário Executivo, sendo período aquisitivo de 01/01/2014 á 31/12/2014, e que gozará no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 16/12/2014.

José Ivanir Dallanora

Presidente da Câmara

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 18/12/2014 Válido até: 18/12/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIA						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS (EXPLOSIVOS) E ACESSÓRIOS, A SER UTILIZADO CONFORME A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, NA EXTENSÃO DA ESTRADA GERAL DE SANTO AGOSTINHO, RUAS DO PERÍMETRO URBANO E OUTRAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO QUE APRESENTAREM NECESSIDADE. (01-01-24684)	MI	ZYDEK E MOCCELLIN LTDA ME (493)		0	45,0000
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE ROMPIMENTO DE ROCHAS DE 1.800 KG ACOPLADO A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO MÍNIMO DE 22 TONELADAS, A SER UTILIZADO CONFORME A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, NA EXTENSÃO DA ESTRADA GERAL DE SANTO AGOSTINHO, RUAS DO PERÍMETRO URBANO E OUTRAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO QUE APRESENTAREM NECESSIDADE (01-01-24685)	H	KNAPP & CIA LTDA (2075) CRUZEIRO URB.TRANS.E IND.DE ARTEF.DE CIM. LTDA ME (2367)		0	50,0000 326,0000
			ZYDEK E MOCCELLIN LTDA ME (493)		0	327,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 18/12/2014		Válido até: 18/12/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KNAPP & CIA LTDA (2075)		0	340,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 18/12/2014		Válido até: 18/12/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014
PROCESSO Nº 72/2014

- (493) - ZYDEK E MOCCCELLIN LTDA ME
- (2075) - KNAPP & CIA LTDA
- (2367) - CRUZEIRO URB.TRANS.E IND.DE ARTEF.DE CIM. LTDA ME

Novo Horizonte, 18 de Dezembro de 2014.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 18/12/2014		Válido até: 18/12/2015			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual: Contratação de pessoa jurídica para Prestação de Horas de Serviço com Trator de Pneu, acoplado ao Carreão Agrícola e Ensiladeira com operador especializado para atender ao Programa de Silagem do Departamento de Agricutl							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Prestação de Horas Máquinas de Serviço com Trator de Pneu, com no mínimo 90 CV acoplado ao Carreão Agrícola com no mínimo 04 toneladas, basculante e Ensiladeira com no mínimo 10 facas e contra-facas, produção mínima de 01 tonelada/hora com operador especializado para atender ao Programa de Silagem do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, aos agricultores do município de Novo Horizonte/SC (01-01-24698)	H	TATIANE COMUNELLO ME (2392)		0	120,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 9/2014						Data do Registro: 18/12/2014		Válido até: 18/12/2015		
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual: Contratação de pessoa jurídica para Prestação de Horas de Serviço com Trator de Pneu, acoplado ao Carretão Agrícola e Ensiladeira com operador especializado para atender ao Programa de Silagem do Departamento de Agricul										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2014
PROCESSO Nº 73/2014

(2392) - TATIANE COMUNELLO ME

Novo Horizonte, 18 de Dezembro de 2014.

Orleans

PREFEITURA

3.793

DECRETO Nº 3.793 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO FUNDEB”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições legais conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Lei nº de 2.580 de 26 de novembro de 2014 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB e atendendo a Lei Federal nº 11.494 de 20 de junho de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, composto pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Eliete Bianco Zanini Damazio
Suplente: Rosilei Carrer Della Justina

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Valdair Della Giustina Bagio
Suplente: Ariel Alberton Bernardino Borges

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Adelir de Fátima Bonetti Zanini
Suplente: Fernanda Ricardo Heindrickson Crocetta

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Glaucel Feltrin Canever
Suplente: Marcilane Dalazen Carrer

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Vanderléia Debiasi Sufinski Veronezi
Suplente: Sinara Albertina Bonetti Pavei

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Diani Benedeto
Suplente: Teresinha Mendes Ricardo Neve

Titular: Jucélia Ribeiro Antunes
Suplente: Zeferina Ribeiro Moraes

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Janice Gainski Baggio
Suplente: Jacir Sebastião

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA INDICADOS PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Titular: Mariana Leandro Rabelo
Suplente: Lourival Vitor de Souza

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Tania Benedet Mazzuco
Suplente: Michele Vicente Machado

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Mary Lanne Lopes Lucio
Suplente: Rosaria Ferreira Souza

Art. 2º O período de vigência deste mandato será de 18/12/14 a 17/12/15.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Orleans, 18 de dezembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101º anos da Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0004/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: EDIANE REGINA GOULART

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a farmácia do posto de saúde e responsável pelos programas com atendimento da população do município de Ouro Verde-SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de Janeiro a dezembro de 2014. Vigência de 02/01/2015 à 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 18 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO III DE PORROGAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0115/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto: Fornecimento de sistema de Gestão da Assistência Social, através de licença e locação de uso de software, bem como sua manutenção, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica. Vigência de 02/01/2015 à 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 17 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0057/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Objeto: Contratação de empreiteira para execução de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra, destinado a Conclusão de Unidade Básica de Saúde, na Rua João Maria Conrado nº414, Centro, na Cidade de Ouro Verde/SC. Vigência de 01/01/2015 à 31/03/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 16 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

EXTRATO ATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0041/2014

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MAQTER TERRAPLANAGEM LTDA - EPP.

Objeto: Locação por hora trabalhada de máquinas para manutenção da Malha Viária trechos/Serra São Jose a rodovia 155 extensão 5500m. Ouro Verde a Linha Anta Gorda extensão 4800 m Ouro Verde a linha Quadra Extensão 7900m, Ouro Verde a Bela Vista Extensão 4000 m. Valor total registrado R\$:148.800,00. Data da assinatura: 26/06/2014. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 26 de junho de 2014. Nilson Santin- Prefeito Municipal em Exercício.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 3573/2014.

PORTARIA Nº. 3573/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3186 de 01 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JHONATHA LUIS DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/10/2014 a 08/10/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3575/2014.

PORTARIA Nº. 3575/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3397 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor FRANCISCO JOSE GARCIA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3584/2014.

PORTARIA Nº. 3584/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANA PAULA OURIQUES VIEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3643/2014.

PORTARIA Nº. 3643/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) REGINA DE OLIVEIRA MELO, matrícula nº. 122916-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 22/10/2014.

Averbar tempo que Trabalhou pelo INSS, totalizando 05 (cinco) meses e (quatorze) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3556/2014.

PORTARIA Nº. 3556/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DE LOURDES L. ALVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de

2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Profissional, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3557/2014.

PORTARIA Nº. 3557/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSIMERI SILVA FONSECA WERLICH, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3577/2014.

PORTARIA Nº. 3577/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3399 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor HELIO JOÃO DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3581/2014.

PORTARIA Nº. 3581/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SARA FABIANA FONSECA BORBA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3582/2014.

PORTARIA Nº. 3582/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARIA LUIZA BROERING GERMANO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3600/2014.

PORTARIA Nº. 3600/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ANDREZA SOCAS, matrícula nº. 100049-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo

nº. 24177/2014, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 10/11/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3601/2014.

PORTARIA Nº. 3601/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2098 de 14 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CAROLINA SOARES, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3603/2014.

PORTARIA Nº. 3603/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2096 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TATIANE FARIAS, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3612/2014.

PORTARIA Nº. 3612/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ELAINE MAENNCHEN ELLER, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/11/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3627/2014.

PORTARIA Nº. 3627/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora LOURDES MINOZZO FURTADO, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da extinção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ATA 180-14**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº180/2014 do PREGÃO Nº214/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS ECOBERTURAS LTDA-ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização, limpeza de fossas e caixas d'água de todos os serviços desta Secretaria de Assistência (IGD, CREAS, CRAS's, abrigo institucional, SCFV, centro de convivência da pessoa idosa, SAS, Centro POP). VALOR: R\$ 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta reais). DATA: 26/11/2014 A 25/11/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
1	Serviço de limpeza de fossas	Sv	26	475,00
				R\$ 12.350,00

ATA 181-14**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº181/2014 do PREGÃO Nº214/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CONTROLE AMBIENTAL TROMBIM LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização, limpeza de fossas e caixas d'água de todos os serviços desta Secretaria de Assistência (IGD, CREAS, CRAS's, abrigo institucional, SCFV, centro de convivência da pessoa idosa, SAS, Centro POP). VALOR: R\$ 29.380,00 (vinte e nove mil trezentos e oitenta reais). DATA: 26/11/2014 A 25/11/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
1	Serviços de dedetização e desinsetização que consiste em combater e eliminar insetos rasteiros e voadores, baratas, traças, formigas, pulgas, aranhas e insetos em geral, aplicados em áreas internas e externas com produtos de última geração em forma líquida ou gel, aplicadas por profissionais técnicos, obedecendo as normas da vigilância sanitária.	Sv	26	692,3077
2	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 500 litros.	Sv	10	138,0780
3	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 1000 litros	Sv	70	138,7800
4	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 30.000 litros.	Sv	2	142,3100
				R\$ 29.380,00

ATA 182-14**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

ATA Nº182/2014 do PREGÃO Nº215/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa Balsa Nova Comercial Ltda ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de limpeza de vias públicas com mão de obra e fornecimento de equipamentos constados no TR (Termo de Referência). VALOR: R\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais). DATA: 01/12/2014 A 30/11/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
1	Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza de vias públicas com mão de obra e fornecimento dos equipamentos constados no TR (Termo de Referência).	H	2.000	1.875,00
				R\$ 3.750.000,00

ATA 183-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL/SAMAE/MEIO AMBIENTE/FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL/ FUNREBOM

ATA Nº183/2014 do PREGÃO Nº219/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Aquisição de combustíveis para uso na manutenção de veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundação Cambirela de Meio Ambiente - FCAM, Assistência Social de Palhoça, Corpo de Bombeiros de Palhoça - FUNREBOM e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE. VALOR: R\$ 1.369.888,37 (um milhão trezentos sessenta e nove mil oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos). DATA: 09/12/2014 A 08/12/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
1	Diesel S10	Litro	24.000	2,58
2	Diesel Comum Filtrado	Litro	223.307	2,45
3	Gasolina Comum Filtrada	Litro	257.000	2,95
				R\$ 1.369.888,37

ATA 184-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL

ATA Nº184/2014 do PREGÃO Nº171/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MEGA COM DE PECAS E SERV AUTOMOTIVOS EIRELI - LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para execução de aterros em diversas ruas do município, com fornecimento de mão de obra e materiais necessários. VALOR: R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais). DATA: 10/12/2014 A 09/12/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
1	Aterro em avenidas do município	M³	10.000	38,50
				R\$ 385.000,00

ATA 185-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL/SAMAE/MEIO AMBIENTE/FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL/ FUNREBOM

ATA Nº185/2014 do PREGÃO Nº210/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para veículos leves, médios e motocicletas para utilização pelas Secretarias, Fundos e Autarquias desta Prefeitura. VALOR: R\$ 529.906,39 (quinhentos e vinte e nove mil novecentos e seis reais e trinta e nove centavos). DATA: 16/12/2014 A 15/12/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
1	Mão de Obra por hora de serviço executado em Veículos Leves e Médios.	H	23.039	0,01
2	Fornecimento de Peças para Veículos Leves e Médios	Un	529.676	1,00
				R\$ 529.906,39

ATA 186-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL/SAMAE/MEIO AMBIENTE/FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL/ FUNREBOM

ATA Nº186/2014 do PREGÃO Nº210/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SO PORTAS COM DE AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para veículos leves, médios e motocicletas para utilização pelas Secretarias, Fundos e Autarquias desta Prefeitura. VALOR: R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais). DATA: 16/12/2014 A 15/12/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
1	Mão de obra de serviço de mecânica geral para motocicletas.	H	500	105,00
2	Fornecimento de peças para veículo motocicleta	UN	37.000	1,00
				R\$ 89.500,00

CONCESSÃO REAL DE USO Nº 005/2014

CONCESSÃO REAL DE USO Nº 005, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Que entre si fazem celebram o Município de Palhoça e o Grupo Abelhas Operárias.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, neste ato denominado simplesmente CONCESSOR e, de outro lado, o GRUPO ABELHAS OPERÁRIAS, entidade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.887.154/0001-53, com sede na Rua José Carlos Martins - Centro, Palhoça/SC, neste ato representada por sua Presidente, Senhora ROSANGELA ALVES COELHO, brasileira, casada, professora aposentada, residente a Rua Osmar Sotero, 104, Centro, Palhoça, inscrita no CPF sob o nº 342.526.499-00 e RG 395.013/1, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, e amparada no que dispõe a Lei nº 4.150, de 11 de dezembro de 2014 e no Decreto Legislativo nº 446/2014, tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O MUNICÍPIO dá em Concessão, para uso exclusivo nas atividades fins da CONCESSIONÁRIA uma área de 123 m² (cento e vinte três metros quadrados), sendo parte de área maior pertencente à matrícula 24.783, do Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça/SC, situada Na Rua José Martins, fundos da Sede do Grupo, com o objetivo de construir uma sala para melhor acomodar as gestantes carentes, bem como as famílias mais necessitadas do Município, obrigando-se a utilizá-la com o máximo de cuidado, como se verdadeiro dono fosse, coibindo invasões e apossamento.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Os documentos em anexo são parte integrante do presente contrato, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA todas as despesas necessárias à implantação e conservação, da área, objeto deste contrato, sendo que as eventuais benfeitorias realizadas reverterão ao Patrimônio Público, em caso de rescisão, independentemente de qualquer indenização

CLÁUSULA TERCEIRA:

O prazo do presente empréstimo é de 20 (vinte) anos, a iniciar-se na data da assinatura deste Contrato, podendo ser renovado por igual período, caso esteja a CONCESSIONÁRIA cumprindo o estabelecimento na Cláusula Primeira, e haja interesses expressos das partes ora envolvidos, do contrário, deverá às áreas ser restituídas ao CONCESSOR e, independentemente, de notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de readequar termos e expressões, incluindo, representantes e qualificações, desde que não importe em supressão ou acréscimo do objeto, bem como demais alterações que não importem também em alteração na razão e finalidade, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA:

O desvio de finalidade do uso das áreas cedidas, ou o abandono destas implicará na rescisão deste contrato unilateralmente, sem prévia comunicação escrita a CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, para dirimir qualquer dúvida referente a este Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Palhoça, em 11 de dezembro de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

GRUPO ABELHAS OPERÁRIAS
Rosângela Alves Coelho - Presidente

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONTRATO Nº296-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FECAM

TERMO ADITIVO Nº296/2014 AO CONTRATO N.º140/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 3 (três) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Prestação de Serviços n.º 140/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/12/2014. DATA: 28/11/2014.

CONTRATO Nº298-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE

CONTRATO N.º298/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COPAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de Retroescavadeira, zero quilômetro, para a SAMAE. VALOR: R\$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais). DATA: 02/12/2014

CONTRATO Nº301-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E SAMAE

CONTRATO N.º301/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, para pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Raul José Martins com blocos intertravados de concreto localizada na Barra do Aririú (LOTE 01); pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Nereu Manoel Mattos com blocos intertravados de concreto, localizada no bairro Barra do Aririú (LOTE 02); pavimentação, drenagem e sinalização Rua Manoel Candido Vicente com blocos intertravados de concreto, localizada no bairro Jaqueira - Bela Vista (LOTE 03), e pavimentação, drenagem e sinalização da Rua João Goulart no bairro Rio Grande com blocos intertravados de concreto (LOTE 04), e contratação de empresa especializada para serviço de revitalização de área Institucional com calçada, ponto de ônibus e táxi, localizados na esquina entre as Ruas João Goulart e Valdemar Vieira no bairro Brejarú (LOTE 05). VALOR: R\$ 432.567,54 (quatrocentos e trinta e dois mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). DATA: 05/12/2014

CONTRATO Nº304-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº304/2014 AO CONTRATO N.º131/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 31/03/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 131/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2015. DATA: 05/12/2014

CONTRATO Nº305-14

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM

TERMO ADITIVO Nº305/2014 AO CONTRATO N.º150/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 150/2014. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2015. DATA: 09/12/2014

CONTRATO Nº307-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº307/2014 AO CONTRATO N.º196/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 30/04/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 196/2010. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2015. DATA: 09/12/2014.

CONTRATO Nº308-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº308/2014 AO CONTRATO N.º184/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LEANDRO PICKLER ME. OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Prestação de Serviços n.º 184/2014.. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2015. DATA: 10/12/2014.

CONTRATO Nº309-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº309/2014 AO CONTRATO N.º075/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 31/03//2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 75/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2015. DATA: 10/12/2014.

CONTRATO Nº312-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º312/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HDR SERVIÇO, COMÉRCIO E TRANSPORTE NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa para locação de estruturas, equipamentos e serviços relacionados ao evento Reveillon da Natureza, na Praia da Pinheira. VALOR: R\$ 34.010,00 (trinta e quatro mil e dez reais). DATA: 11/12/2014.

CONTRATO Nº314-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº314/2014 AO CONTRATO N.º147/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 147/2014. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 26/12/2014. DATA: 15/12/2014.

CONTRATO Nº315-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº314/2014 AO CONTRATO N.º120/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉTRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 03 (três) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços n.º120/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2015. DATA: 15/12/2014.

CONTRATO Nº316-14

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE

CONTRATO N.º316/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO contratação de empresa para serviço de instalação de estruturas em madeira nas Praias do Município para atendimento em relação a saneamento básico nos pontos turísticos mais movimentados. VALOR: R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais). DATA: 15/12/2014.

CONVÊNIO Nº 041, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 041, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e Casa de Apoio Ver Tu Livre.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representado por seu gestor, Sr. ADRIANO DA SILVA MATTOS e, de outro lado a CASA DE APOIO VER TU LIVRE, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 13.976.662/0001-43, com sede na Rua 24 de abril, nº 3130, Bairro Centro, CEP 88131-030, Palhoça/SC, representado neste ato por seu Presidente Srª. MARISTELA ZENIR COELHO DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 702.008.159-20, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.154, de 16 de dezembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 349/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pela entidade privada socioassistencial no que se refere à execução indireta do serviço na modalidade Abrigo para Pessoas em Situação de Rua.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repassará a importância de R\$ 31.482,00 (trinta e um mil quatrocentos e oitenta e dois reais), a serem pagos em 01 parcela, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de

Assistência Social - FMAS, no valor total de R\$ 31.482,00 (trinta e um mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Este valor será repassado através da dotação abaixo:

Referencia de Dotação: 609

Órgão: 18 Fundo Municipal de Assistência social

Unidade: 001 Fundo Municipal de Assistência social

Função: 0008 Assistência Social

Subfunção: 0244 Assistência Comunitária

Programa: 0033 Assistência Social

Ação: 2039 Funcionamento e manutenção do Fundo - FMAS

Elemento: 3335000000000000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Vínculo: 03240614 Superavit Financeiro-prog abrigo Alta Complexidade

II - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos,

que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo CMAS através da RESOLUÇÃO 01/2014, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebimento destes;

VIII - Manter conta corrente específica sob o título Entidade/Municipal/FMAS;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FMAS CMAS, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Observar e desenvolver as obrigações previstas no art. 7º da Resolução 001/2014.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida

no edital 001/2014, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas até 31 de dezembro de 2014, a partir do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em...../...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução 001/2014 do CMAS,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que sequeuem a abaixo:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,

b) Estatuto Social da Entidade,

c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMAS,

d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,

e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade,

- f) Comprovante de inscrição do CMAS,
g) Cópia da ata da eleição da última diretoria.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário de Assistência Social

MARISTELA ZENIR COELHO DA SILVA
Presidente da Casa de Apoio Ver Tu Livre

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 042, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 042, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representado por seu gestor, Sr. ADRIANO DA SILVA MATTOS e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83.598.136/0001-72, com sede na Rodovia Virgílio Várzea, nº 1300, Bairro Saco Grande II, CEP 88.032-001, Florianópolis/SC, representado neste ato pela sua Presidente Sr. JAIRO DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.733.619-26, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.155, de 16 de dezembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 348/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repassará a importância de R\$ 8.382,77 (oito mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos), pagos em parcela única, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de total de R\$ 8.382,77 (oito mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos). Serão repassados reduzido 559, elemento do reduzido - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0063.000000

II - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou

Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo CMAS através da RESOLUÇÃO 01/2014, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebimento destes;

VIII - Manter conta corrente específica sob o título Entidade/Municipal/FMAS;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FMAS CMAS, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigente;

XVI - Observar e desenvolver as obrigações previstas no art. 7º da Resolução 001/2014.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no edital 001/2014, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Cláusula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas até 31 de dezembro de 2014, a partir do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Processo de concessão dos recursos

3. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;

4. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

5. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

6. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

7. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

8. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

9. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

10. Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

11. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

12. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

13. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

14. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

15. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

16. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

17. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na

legislação Federal.

18. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em...../...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

19. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução 001/2014 do CMAS,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que sequeuem a abaixo:

a) Solicitação ao dirigente máximo do concedente;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

c) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;

d) Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante do cargo equivalente;

e) Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;

f) Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;

g) Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;

h) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

i) Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;

j) Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;

k) Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

l) Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;

m) Certidão Negativa de Débitos - CND ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa - CPD-EM emitido pela Previdência Social;

n) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;

o) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>, quando o concedente for o Estado;

p) Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for o município;

q) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

r) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com recursos pretendidos.

CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário de Assistência Social

JAIRO DA SILVA
Presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 043, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 043, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representado por seu gestor, Sr. ADRIANO DA SILVA MATTOS e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALHOÇA - APAE, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.398.966/0001-28, com sede na Avenida Manoel Cantalício Vidal s/nº, Bairro Centro, CEP 88.131-110, Palhoça/SC, representado neste ato pela sua Presidente Sra. LEONITA MARIA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 950.869.949-34, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.156, de 16 de dezembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 347/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social..

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repassará a importância de R\$ 19.559,81 (dezenove mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos), divididos e pagos em parcela única, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de total de R\$ 17.754,42 (dezesete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) serão repassados através reduzido 607, elemento do reduzido - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0063.000000 e R\$ 1.805,39 (um mil oitocentos e cinco reais e trinta e nove centavos) serão repassados através do reduzido 559, elemento do reduzido - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0063.000000.

II - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de

conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo CMAS através da RESOLUÇÃO 01/2014, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica sob o título Entidade/Municipal/FMAS;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo

constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FMAS CMAS, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigente;

XVI - Observar e desenvolver as obrigações previstas no art. 7º da Resolução 001/2014.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no edital 001/2014, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Cláusula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas até 31 de dezembro de 2014, a partir do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Processo de concessão dos recursos

3. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
4. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

5. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho

Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

6. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

7. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

8. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

9. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

10. Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

11. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominiais aos credores;

12. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfico, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

13. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

14. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

15. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

16. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

17. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

18. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em...../...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

19. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução 001/2014 do CMAS,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

a) Solicitação ao dirigente máximo do concedente;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

c) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;

c) Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante do cargo equivalente;

d) Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;

e) Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;

f) Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;

g) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

h) Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;

i) Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;

j) Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

k) Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;

l) Certidão Negativa de Débitos - CND ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa - CPD-EM emitido pela Previdência Social;

m) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;

n) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>, quando o concedente for o Estado;

o) Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for o município;

p) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

r) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com recursos pretendidos.

CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATTOS
Secretário de Assistência Social

LEONITA MARIA DE OLIVEIRA

Presidente de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 044, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 044, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado o ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.756.988/0001-62, com sede na Rua Lacerda Coutinho, 100, CEP 88015-030, bairro Centro, Florianópolis /SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sra. Julia Midori S. Kodaira, inscrito no CPF/MF sob o nº 823.230.209-78, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.159, de 18 de dezembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 352/2014, Lei municipal nº 3.994, de 18 de março de 2014 FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto Encontro de Fortalecimento e Capacitação da Rede de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente do município de Palhoça - SC, visando realizar um encontro de formação vivencial de 2 (dois) dias para 20 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que fazem atendimento às crianças e aos adolescentes em Palhoça (registradas no CMDCA), para fortalecimento e capacitação da rede de garantia de direitos. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício(...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 14.890,00 (quatorze mil e oitocentos e noventa reais). , tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 14.890,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com

recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;
- i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;
- j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e

municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominiais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 18 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS
Secretaria de Assistência Social

CMDCA /FIA

ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 1.751, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.751, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Dá nova redação ao Decreto nº 1.748, de 26 de novembro de 2014, que suplementar e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº 1.748, de 26 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotação orçamentária abaixo:

03.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

03.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

1.132 - Ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Vereadores
R\$ 550.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

2.001 - Functio e Manutenção da Câmara R\$ 360.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00"

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 11 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.757, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.757, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal vigente do Fundo Municipal de Saúde, na ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.142- Média e Alta Complexidade R\$ 200.000,00

Red. 450 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.020179 - Rec. de Impostos. 15% R\$ 200.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

17.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.145- Gestão e Estruturação do SUS R\$ 200.000,00

Red. 479 - 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.020179 - Rec. de Impostos. 15% R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 16 de dezembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.759, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.759, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotação orçamentária do orçamento fiscal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

03.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA 03.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

2.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotação orçamentária abaixo:

03.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**03.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA**

2.001 - Functio e Manutenção da Câmara R\$ 10.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 18 de dezembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Acrescenta vagas de Monitores, Psicólogos e Assistentes Sociais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentado ao Anexo V da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Salários do Município de Palhoça, 20 (vinte) vagas de Monitores, com o respectivo salário previsto para o código ANM.

Art. 2º Fica acrescentado ao Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Salários do Município de Palhoça, 30 (trinta) vagas de Psicólogos, com o respectivo salário previsto para o código ANS II.

Art. 3º Fica acrescentado ao Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Salários do Município de Palhoça, 30 (trinta) vagas de Assistentes Sociais, com o respectivo salário previsto para o código ANS II.

Art. 3º A despesa para execução da presente Lei Complementar, corre por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, em 16 de dezembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.150, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.150, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCESSÃO REAL DE USO. Autoriza o Poder Executivo a ceder direito de uso de área para o Grupo Abelhas Operárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso o GRUPO ABELHAS OPERÁRIAS, CNPJ/MF sob o nº 95.887.154/0001-53, com sede na Rua José Carlos Martins - Centro, Palhoça/SC, uma área de 123 m² (cento e vinte três metros quadrados), sendo parte de área maior pertencente à matrícula 24.783, do Cartório de Registro de Imóveis de palhoça/SC, situada na Rua José Martins, fundos da Sede do Grupo, com o objetivo de construir uma sala para melhor acomodar as gestantes carentes, bem como as famílias mais necessitadas do Município, obrigando-se a utilizá-la com o máximo de cuidado, como se verdadeiro dono fosse, coibindo invasões e apossamento.

Art. 2º O prazo de que trata a presente Lei será de 20 (vinte) anos.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 11 de dezembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.152, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.152, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica do Município, esta Lei Fixa as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2015, nela compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual;
- II - a estrutura dos orçamentos fiscais;
- III - as diretrizes para a elaboração, alteração e execução dos orçamentos fiscais do município;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;
- VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2014 a 2017, aprovado pela Lei nº. 3.923, de 16 de dezembro de 2013 e alterações posteriores, outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o Exercício de 2015, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo no entanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no parágrafo 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 3º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do Exercício de 2015 o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 3º A Proposta Orçamentária do Município de Palhoça, relativa ao exercício de 2015, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, justiça social e o da transparência social:

I - o princípio de justiça social, implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária, contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados.

II - o princípio da transparência social, requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim

de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

II - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º A Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, Fundos, Fundações, Autarquias e será elaborada levando-se em conta a estrutura organizacional do Município, atual e suas possíveis alterações.

Art. 5º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, evidenciará as Receitas por rubricas e as respectivas Despesas, por modalidade de aplicação, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operação especial de cada unidade gestora na forma dos anexos parte integrante desta Lei.

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, Funções e Sub-Funções de Governo;
- III - Programa de Trabalho de Governo; (Consolidação)
- IV - Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções, conforme o vínculo dos Recursos;
- V - Demonstrativo da Despesa Por Órgãos e Funções;
- IV - Demonstrativo da Evolução da Receita; Demonstrativo da Evolução da Despesa;
- VI - Discriminação das Receitas;
- VII - Discriminação das Despesas;
- VIII - Proposta da Receita;
- IX - Proposta da Despesa;
- X - Relatório dos Projetos/ Atividades
- XI - Demonstrativo da Despesa por Órgão Conforme Vínculo e Recursos
- XII - Demonstrativo da Despesa por Órgão Unidade e Categorias Econômicas
- XIII - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional-programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- XIV - Demonstrativo da Evolução da Receita, por fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo único. As Propostas dos Orçamentos, da Prefeitura, dos Fundos, das Fundações, das Autarquias, integrantes do Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Parágrafo único. Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, detalhando-os em modalidades de aplicação direta, com seus respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação governamental.

Art. 7º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei do Orçamento conterá:

I - o Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2012 e 2013, Fixada para 2014 e Projetada para 2015, 2016 e 2017

II - o Quadro Demonstrativo das Estimativas de Renúncia de Receita para o exercício de 2014;

III - o Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa por Função de Governo nos exercícios de 2012 e 2013, Fixada para 2014 e Projetada para 2015; 2016 e 2017

IV - o Quadro Demonstrativo da Despesa e sua evolução nos exercícios de 2012 e 2013, Fixada para 2014 e Projetada para o exercício de 2015;

V - o Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas no exercício

IV - o Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

V - o Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Saúde

VI - o Quadro Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo

VII - o Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação 2012, 2013 e 2014, e projeção 2015.

VIII - o Demonstrativo das Medidas de Compensação de Renúncia de Receita e/ou Aumento de Despesas não Obrigatórias de Caráter Continuado.

IX - Quadro Demonstrativo das Despesas Previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária

Art. 8º Além da observância das prioridades dispostas nesta Lei, definidas como metas de despesas e receitas constantes dos anexos parte integrante desta Lei, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, poderá contemplar novos programas, ações projetos, atividades e operações especiais referentes a despesas obrigatórias de duração continuada, se :

I - tiverem sido adequadamente atendidos todos os projetos, atividades e operações especiais que estejam em andamento;

II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio da administração pública municipal;

III - tiverem sido adequadamente apropriadas suas fontes de recursos.

Parágrafo único. As prioridades citadas no "caput" deste artigo e as definidas no Anexo I desta Lei, poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 9º Os estudos para definição da Previsão da Receita para o exercício de 2015, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10 Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento.

Art. 11 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento

da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

I - redução das contratações temporárias

II - Redução dos cargos comissionados

III - racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos; horas extras

IV - redução dos gastos com obras e manutenção das entidades da Administração Direta e Indireta

V - contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio e de capital

Art. 12 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes dos Anexos desta Lei.

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do provável superávit financeiro do exercício anterior a 2015, orçamento corrente, ou de créditos adicionais, abertos por excesso de arrecadação, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

Art. 13 O Orçamento para o exercício de 2015, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida Prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais previstos nos Anexos desta Lei, dentre outros imprevistos e imprevisíveis, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

§ 1º Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, os processos e ações de servidores municipais em trâmite, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 15 de dezembro de 2015, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

Art. 14 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual,

Parágrafo único. Para os investimentos que ultrapassarem o prazo citado no caput, deverá ser encaminhado Projeto de Lei a Câmara Municipal de Vereadores para adequação do PPA e da LDO.

Art. 15 O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, inclusive do Poder Legislativo, a Programação Financeira das Receitas e Despesas, o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para as Unidades Gestoras, observando, em relação às despesas constantes deste cronograma, a necessidade de limitação de empenhos e movimentação financeira, para obtenção das metas de resultado e o equilíbrio das contas.

Parágrafo único. Se na programação das despesas, estas, ultrapassarem os limites da arrecadação de receitas, o Executivo, e o Legislativo farão a limitação de empenhos e a movimentação financeira, na proporção necessária, para cada Entidade que

compõe o Orçamento Municipal, respeitando as exclusões dispostas na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Art. 16 Os projetos, atividades e operações especiais com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros recursos vinculados, somente serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão.

Art. 17 As renúncias de receitas, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são as constantes dos Anexos desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo na previsão da receita.

Art. 18 Para efeito do disposto no parágrafo 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I, do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 ou suas alterações, devidamente atualizadas.

Art. 19 Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 Despesas de competência de outros Entes da Federação, serão assumidas pela Administração Municipal, quando previstas em lei e/ou firmadas por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

Art. 21 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2014, a preços correntes, acrescidas do índice inflacionário previsto e da expectativa de crescimento vegetativo.

Art. 22 A Lei Orçamentária para o exercício de 2015, contemplará autorizações do Legislativo ao Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares.

Art. 23 Os recursos de convênios ou vinculados não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais especiais, suplementares ou especiais, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 24 Para apuração do excesso de arrecadação, consideram-se apenas os recursos próprios oriundos de itens de receitas próprias, separando-se portanto os de natureza vinculada ou decorrentes de convênios identificado por fonte de recursos vinculados.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo consideram-se recursos próprios, os provenientes das receitas tributárias, taxas, as contribuições, as patrimoniais, as transferências constitucionais, as oriundas de outras receitas correntes e as receitas dos recursos diretamente arrecadados.

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos programas/projetos, atividades ações e operações especiais no Orçamento Fiscal e na LDO e no Plano Plurianual, na forma de créditos adicionais especiais, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

§ 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2015, conterá autorização para o Executivo Municipal remanejar programa, projeto, atividade ações e operação especial, dotações das suas entidades e respectivas modalidades de despesas com aplicação direta.

§ 2º A Lei Orçamentária para o exercício de 2015, conterá

autorização para que o Executivo Municipal crie novas modalidades de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e seus respectivos valores), afim de ajustar às necessidades dos /programa/projeto/atividade da Administração Municipal direta e indireta.

§ 3º Os saldos das dotações provenientes de créditos adicionais especiais, abertos nos quatro últimos meses do exercício de 2014, poderão ser reabertos por Decreto do Executivo Municipal, para o próximo exercício.

Art. 26 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, referente a subvenções sociais dependerá de Lei anual específica e beneficiará somente aquelas de caráter assistencial, educacional, cultural, esporte amador, saúde e de cooperação técnica.

Art. 27 Para habilitar-se ao recebimento de recursos públicos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar, dentre outros documentos, declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2015, por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria e negativas de situação trabalhistas.

Art. 28 As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 29 A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social e educacional, esportiva, cultural, ressaltando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recurso Federal, Estadual ou Municipal, observadas as exigências da legislação em vigor, e condicionada:

I - ao reconhecimento como de utilidade pública, através de Lei Municipal;

II - a comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente;

III - a aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2014;

IV - ao atendimento ao disposto nos artigos 61 e 204, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 204 da Constituição Federal.

IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 Obedecidos os limites estabelecidos nas legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinadas a financiar despesas previstas no Orçamento.

Art. 31 As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 32 A verificação dos limites da dívida pública poderá ser feita ao final de cada semestre.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2015, não excederá os limites estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33 O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa específica, poderão criar secretarias, fundos fundações e autarquias, cargos e funções, alterar a estrutura de

carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 34 A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, para o exercício de 2015, não excederá os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 35 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Art. 36 Os contratos de terceirização de serviços realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão apropriados como "outras despesas com pessoal, decorrentes de contratos de terceirização".

Parágrafo único. Para efeito no disposto deste artigo, entende-se como terceirização de serviços a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades e funções, constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal e que não envolvam a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal em pelo menos até 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas do exercício:

- I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II - eliminação das despesas com pessoal temporário (ACTS)
- III - eliminação de despesas com horas extras;
- IV - demissão de servidores não estáveis;
- V - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- VI - demissão de servidores estáveis.

Art. 38 A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, parágrafo 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 1º Nenhum outro benefício fiscal será concedido aos contribuintes em atraso com suas obrigações tributárias.

§ 2º Os beneficiados com o cancelamento dos créditos tributários constaram de um demonstrativo junto aos balancetes e balanço

por ordem nominativa e quantitativa.

Art. 41 Os benefícios fiscais dependentes de concessão por parte do Poder Executivo, que não forem devidamente quantificados na Proposta Orçamentária poderão ser concedidos no exercício de 2013.

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não aprovar a Proposta Orçamentária, para o exercício de 2015.

§ 1º Se o Projeto de Lei do Orçamento Anual não for devolvido ao Executivo até 31 de dezembro do ano corrente de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo na forma original, até a devida sanção da respectiva Lei.

§ 2º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2014, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais previstos no anexo desta Lei.

Art. 44 A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 45 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos, Federal e Estadual, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta e a iniciativa privada, para cessão de servidores, realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 47 Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, publicando-se no Diário Oficial, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 48 As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou Contratos, só poderão ser reconhecidas se as dotações consignadas para este fim, estiverem devidamente bloqueadas no Sistema Orçamentário.

Art. 49 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

.

LEI Nº 4.153, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.153, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOA. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento do Município de Palhoça para o exercício de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Palhoça para o Exercício Financeiro de 2015 na forma apresentada nos anexos, em R\$ 545.243.250,00 (Quinhentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais), nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei nº 4.152, de 16 de dezembro de 2014, para o exercício de 2015 - e do PPA, Lei nº 3923/2013, Quadriênio 2013 a 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os das Fundações, dos Fundos, e das Autarquias.

Parágrafo único. A importância correspondente a 15% (quinze por cento) do total previsto no "caput" deste artigo, fica disponível para Abertura de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, a que se refere o artigo 17, em atendimento às necessidades da Prefeitura, dos Fundos, Autarquias e Fundações, em até 15% (Quinze por cento), da receita estimada consolidada do Município.

Art. 2º A receita total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 545.243.250,00 (Quinhentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais), decorrerá da arrecadação dos tributos, demais receitas correntes, das transferências correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, além das receitas auferidas pelas Fundações, Autarquias e Fundos, e terá a seguinte composição:

II - DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - CONSOLIDADO - TODAS AS FONTES	
1.1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 394.497.250,00
- Receitas Tributárias	R\$ 89.035.000,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 24.764.000,00
- Receitas Patrimoniais	R\$ 10.494.000,00
- Receitas de Serviços	R\$ 45.626.000,00
- Transferências Correntes	R\$ 201.754.500,00
- Outras Receitas Correntes	R\$ 22.823.750,00
- DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 20.648.000,00
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 16.100.000,00
- Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 16.100.000,00
2.1 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 155.294.000,00
- Operações de Créditos	R\$ 23.400.000,00
- Alienações de Bens	R\$ 100.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 31.794.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00

Art. 3º A Despesa total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 545.243.250,00 (Quinhentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta reais) e será realizada de acordo com as discriminações das modalidades de aplicação diretas, constantes dos Anexos de Despesas desta Lei, à conta de recursos próprios e vinculados, da Administração Direta e Indireta, Fundações, Fundos, e Autarquias:

2 - DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - TODAS AS FONTES	
2.1 - POR ÓRGÃO/UNIDADE - RECURSOS TOTAIS	
I - PODER LEGISLATIVO	R\$ 11.025.000,00
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 11.025.000,00
II - PODER EXECUTIVO	R\$ 534.218.250,00
04.00 -- Gabinete do Prefeito	R\$ 2.785.000,00
05.01 -- Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP	R\$ 21.270.000,00
06.01 -- Secretaria Municipal de Habitação	R\$ 20.980.000,00
07.01 -- Procuradoria Geral do Município	R\$ 4.608.359,73
08.01 -- Secretaria Municipal de Governo	R\$ 501.000,00
09.01 -- Secretaria Municipal de Receita	R\$ 17.892.000,00
10.01 -- Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 4.676.000,00
11.01 -- Secretaria Desenv. Econômico e Sustentável	R\$ 1.650.000,00
12.01 -- Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca	R\$ 1.890.000,00
13.01 -- Secretaria Municipal de Educação	R\$ 103.186.250,00
14.01 -- Secretaria. de Planejamento e Infraestrutura	R\$ 73.394.665,27
15.01 -- Secretaria de Assistência Social	R\$ 520.000,00
24.01 -- Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura	R\$ 3.911.000,00
25.01 -- Secretaria Municipal da Região Sul	R\$ 3.709.000,00
27.01 -- Secretaria Municipal de Administração	R\$ 10.574.000,00
28.01 -- Secretaria de Segurança Pública e Def. do Cidadão	R\$ 7.046.500,00
99.99 -- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 5.656.225,00
16.01 -- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R\$ 11.925.000,00
17.01 -- Fundo Municipal de Saúde	R\$ 71.438.250,00
18.01 -- Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 22.320.000,00
19.01 -- Instituto de Previdência Social - IPPA	R\$ 42.800.000,00
20.01 -- Fundação Municipal do Meio Ambiente	R\$ 1.827.500,00
21.01 -- Fundo Municipal do corpo de Bombeiro-FUNREBOM	R\$ 1.392.500,00
22.01 -- Faculdade Municipal de Palhoça	R\$ 7.710.000,00
23.01 -- Fundo Municipal da Infância e do Adolescente	R\$ 1.165.000,00
26.01 _ Águas de Palhoça	R\$ 89.390.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00
3 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO - CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
01 -- Legislativa	R\$ 11.025.000,00
02 -- Judiciária	R\$ 2.115.000,00
04 -- Administração	R\$ 59.623.025,00
06 - Segurança Pública	R\$ 8.419.000,00
08 - Assistência Social	R\$ 24.422.500,00
09 - Previdência Social	R\$ 14.985.000,00
10 -- Saúde	R\$ 71.438.250,00

12 - Educação	R\$ 110.876.250,00
13 - Cultura	R\$ 1.265.000,00
15 - Urbanismo	R\$ 74.630.500,00
16 - Habitação	R\$ 8.330.000,00
17 - Saneamento	R\$ 101.240.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 1.827.500,00
20 - Agricultura	R\$ 1.890.000,00
21 - Organização Agrária	R\$ 200.000,00
22 - Indústria	R\$ 125.000,00
23- Comércio e Serviços	R\$ 955.000,00
25 - Energia	R\$ 13.800.000,00
26 - Desporto e Lazer	R\$ 2.180.000,00
27 - Encargos Especiais	R\$ 2.425.000,00
77 - Reserva de Contingência - IPPA	R\$ 27.815.000,00
99 - Reserva de Contingência -Administração Direta	R\$ 5.656.225,00
TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00
4 - POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA -CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 308.768.525,06
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 167.089.415,27
1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 1.100.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 140.579.109,79
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 203.003.499,94
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 199.403.499,94
2.2 _ AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 3.600.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 33.471.225,00
3.1 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA -IPPA	R\$ 27.815.000,00
3.2 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Administração Direta	R\$ 5.656.225,00
TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS

Art. 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, para o exercício de 2015, fixa a despesa em R\$ 11.025.000,00 (Onze milhões e vinte e cinco mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça será realizada mediante Transferências Financeiras Concedidas.

1 - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 11.025.000,00
1 - Suprimento	R\$ 11.025.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 11.025.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 9.725.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 7.280.000,00

1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.445.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.300.000,00
2.1 _ INVESTIMENTOS	R\$ 1.300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 11.025.000,00

2 - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 5º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 361.247.750,00 (Trezentos e sessenta e um milhões, duzentos e quarenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça será realizada mediante receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, transferências, de alienação de bens imóveis e de operações de crédito de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 285.145.250,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 77.275.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	R\$ 14.764.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 834.000,00
1.4 - Receitas de Serviços	R\$ 3.006.000,00
1.5 - Transferências Correntes	R\$ 170.600.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 18.666.250,00
DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 20.648.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 96.750.500,00
2.1- Operações de Crédito	R\$ 23.400.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$ 73.300.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 361.247.750,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 171.933.275,06
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 92.691.915,27
1.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 1.100.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 78.141.359,79
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 118.585.499,94
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 114.985.499,94
2.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 3.600.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 5.656.225,00
3.1- Reserva De Contingência	R\$ 5.656.225,00
4 - + TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	R\$ 65.072.750,00
TOTAL GERAL	R\$ 361.247.750,00

3 - DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE PALHOÇA-IPPA.

Art. 6º O Orçamento do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça - IPPA, para o Exercício de 2015, estima à Receita e fixa a Despesa em R\$ 42.800.000,00 (Quarenta e dois milhões e oitocentos mil reais).

§ 1º A Receita do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada como segue:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 23.200.000,00
1.1 – Receitas de Contribuições do Servidor	R\$ 10.000.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 9.200.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 4.000.000,00
2 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 16.100.000,00
2.1 – Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 16.100.000,00
+ Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 3.500.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 42.800.000,00

§ 2º A Despesa do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 14.185.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 13.085.000,00
2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.100.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 800.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 800.000,00
(+) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 27.815.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 42.800.000,00

4 - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente, para o exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.827.500,00 (Um milhão, oitocentos e vinte e sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada mediante Transferências Financeiras de recursos da Prefeitura, de receita tributária, patrimonial e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 510.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 420.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 60.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$ 30.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.317.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.827.500,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.645.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.356.250,00
1.2- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 288.750,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 182.500,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 182.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.827.500,00

5 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 71.438.250,00 (Setenta e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos e cinquenta reais).

§ 1º A receita do Fundo Municipal de Saúde, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas Tributária, Patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 27.835.000,00
1.1 – Receitas Tributárias	R\$ 340.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 27.480.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 15.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 13.153.000,00
2.1 – Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.2 – Transferências de Capital	R\$ 13.103.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 30.450.250,00
TOTAL GERAL	R\$ 71.438.250,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 55.302.750,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 37.525.750,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 17.777.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 16.135.500,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 16.135.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 71.438.250,00

6 - DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 22.320.000,00 (Vinte e dois milhões e trezentos e vinte mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, receitas tributárias, patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 3.094.500,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 3.074.500,00

1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 20.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 12.035.000,00
2 – RECEITA DE CAPITAL	R\$ 7.190.500,00
2.1 – Transferência de Capital	R\$ 7.190.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 22.320.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 13.840.000,00
- PESSOAL 1.1 E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 9.156.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.684.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 8.480.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 8.480.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 22.320.000,00

7 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA

Art. 10 O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA, para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.165.000,00 (Um milhão e cento e sessenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura e de receitas patrimoniais, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 600.000,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 600.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 565.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.165.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.100.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.100.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 65.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 65.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.165.000,00

8 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO - FUNREBOM

Art. 11 O Orçamento Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - Funrebom, para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.392.000,00 (Um milhão e trezentos e noventa e dois mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - FUNREBOM, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura, receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.022.500,00
1.1 – Receita de Serviços	R\$ 980.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$ 30.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 12.500,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 70.000,00
2 - RECEITA DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.392.500,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - FUNREBOM, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 537.500,00
1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 74.500,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 463.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 855.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 855.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.392.500,00

9 - DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 12 O Orçamento da Faculdade Municipal de Palhoça, para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 7.710.000,00 (Sete milhões e setecentos e dez mil reais).

§ 1º A Receita da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 50.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 50.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.550.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 1.550.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 6.110.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 7.710.000,00

§ 2º A Despesa da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.710.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 4.680.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.030.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.000.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 2.000.000,00

TOTAL GERAL	R\$ 7.710.000,00
-------------	------------------

10 - DA SAMAE

Art. 13 O Orçamento da SAMAE, para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 89.390.000,00 (Oitenta e nove milhões e trezentos e noventa mil reais).

§ 1º Receita da SAMAE, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, de serviços, receita tributárias, receitas patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 53.040.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$ 11.000.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$ 400.000,00
1.3 – Receitas de Serviços	R\$ 41.640.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 36.350.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 36.350.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 89.390.000,00

§ 2º A Despesa da SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 34.790.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.240.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 33.550.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 54.600.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 54.600.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 89.390.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14 O Poder Executivo é autorizado a contratar Operações de Crédito, nos limites e prazos estabelecidos nas legislações vigentes.

Art. 15 Na realização do Orçamento referente as Despesas de Capital, os investimentos em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 16 É vedada a redução de recursos, destinados à execução de investimentos já iniciados, para acorrer despesas resultantes de novos projetos

Art. 17 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a suplementar/remanejar dotações Orçamentárias, criar elementos de despesas, transferir de uma categoria econômica para outra, de um projeto/atividade para outro, de uma unidade/entidade para outra, abrir Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, em atendimento às necessidades de suplementações e anulações do orçamento da Prefeitura, dos Fundos, Fundações, autarquias e Legislativo, em até 15% (quinze por cento), do total da receita estimada consolidada do Município, aprovada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2015.

Parágrafo único. São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Especiais e

Suplementares, contidas na presente Lei, as anulações totais ou parciais de dotações não mais utilizáveis; o superávit financeiro do exercício anterior; o provável excesso de arrecadação, resultante de operações de créditos e outros próprios e vinculados, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundos, fundações e Autarquias.

Art. 18 Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 19 Os recursos da Reserva de Contingência destinados a cobertura dos riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 28 de dezembro de 2015, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldos insuficientes.

Art. 20 As ações, de obras, serviços, equipamentos, projetos/atividades de manutenção e demais investimentos e os programas de manutenção e conservação da máquina administrativa pública da administração direta e indireta, ora inseridos no Orçamento do Município de Palhoça, para o exercício de 2015, ainda não contemplados, passam a integrar a LDO/2015 e o Plano Plurianual, Quadriênio de 2013 a 2017.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.154, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.154, de 16 de dezembro de 2014.
CONVÊNIO. Casa de Apoio Ver Tu Livre.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Casa de Apoio Ver Tu Livre, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 13.976.662/0001-43, com sede na Rua 24 de abril, nº 3130, Bairro Centro, CEP 88131-030, Palhoça/SC, no valor de R\$ 31.482,00 (trinta e um mil quatrocentos e oitenta e dois reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor total de R\$ 31.482,00 (trinta e um mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Este valor será repassado através da dotação abaixo:

Referencia de Dotação: 609
Orgão: 18 Fundo Municipal de Assistência social
Unidade: 001 Fundo Municipal de Assistência social
Função: 0008 Assistência Social
Subfunção: 0244 Assistência Comunitária
Programa: 0033 Assistência Social
Ação: 2039 Funcionamento e manutenção do Fundo - FMAS
Elemento: 3335000000000000 Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Vínculo: 03240614 Superavit Financeiro-prog abrigo Alta Complexidade

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.155, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.155, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Associação Catarinense Para Integração do Cego - ACIC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83.598.136/0001-72, com sede na Rodovia Virgílio Várzea, nº 1300, Bairro Saco Grande II, CEP 88.032-001, Florianópolis/SC, no valor de R\$ 8.382,77 (oito mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de total de R\$ 8.382,77 (oito mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos). Serão repassados reduzido 559, elemento do reduzido - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0063.000000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.156, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.156, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALHOÇA - APAE, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.398.966/0001-28, com sede na Avenida Manoel Cantalício Vidal s/nº, Bairro Centro, CEP 88.131-110, Palhoça/SC, no valor de R\$ R\$ 19.559,81 (dezenove mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de total de R\$ 17.754,42 (dezesete mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) serão repassados através reduzido 607, elemento do reduzido - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0063.000000 e R\$ 1.805,39 (um mil oitocentos e cinco reais e trinta e nove centavos) serão repassados através do reduzido 559, elemento do reduzido - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0063.000000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 16 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.159, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.159, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.756.988/0001-62, com sede na Rua Lacerda Coutinho, 100, CEP 88015-030, bairro Centro, Florianópolis /SC, no valor de R\$ 14.890,00 (quatorze mil e oitocentos e noventa reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 14.890,00, conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 18 de dezembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 3552/2014.

PORTARIA Nº. 3552/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREZA SOCAS, matrícula nº. 100090-1 titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/11/2006 a 01/11/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/12/2014 à 01/01/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3553/2014.

PORTARIA Nº. 3553/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDINEIA BORBA, matrícula nº. 190041-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 09/05/2008 a 09/05/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 17/11/2014 à 17/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3554/2014.

PORTARIA Nº. 3554/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANDERSON MEDEIROS, titular do cargo de Técnico em Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3555/2014.

PORTARIA Nº. 3555/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANGELITA RODRIGUES SCHMITZ, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3558/2014.

PORTARIA Nº. 3558/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO HERIBERTO ALZERINO FLORES, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3560/2014.

PORTARIA Nº. 3560/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3839 de 12 de dezembro de 2013, que Prorrogou Contrato da servidora CAMILA BELTRAME BAGIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data que deveria ser até 30/11/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3561/2014.

PORTARIA Nº. 3561/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCAS ENRIQUE CORDOBA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar

de 12/11/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3562/2014.

PORTARIA Nº. 3562/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANGELO CORREA DA SILVA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/11/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3563/2014.

PORTARIA Nº. 3563/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSINEIA MARLI MARTINS, matrícula nº. 400975-1, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 01/11/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3564/2014.

PORTARIA Nº. 3564/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora FABIANA DINIZ, matrícula nº. 801573-2-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 28/10/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3565/2014.

PORTARIA Nº. 3565/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARISTELA CARDOSO GREGORIO, matrícula nº. 801790-16 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16/10/2014, de acordo com às folhas 09.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3566/2014.

PORTARIA Nº. 3566/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora JULIA DIVANIR FERREIRA LEÃO, matrícula nº. 190090-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 24/10/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3567/2014.

PORTARIA Nº. 3567/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SANDRA SCHMIDT WAGNER, matrícula nº. 800506-2 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 10/09/2014, de acordo com às folhas 30.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3569/2014.

PORTARIA Nº. 3569/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3190 de 07 de novembro de 2011, que Prorrogou Contrato da servidora ALINE LIMA DE SOUZA BARROS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data que devera ser até 30/09/2012, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3570/2014.

PORTARIA Nº. 3570/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANGELINA TERESINHA SPINDOLA DO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 14/11/2014 a 19/12/2014.

.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3571/2014.

PORTARIA Nº. 3571/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3396 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor ARI RODÃO DA ROSA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3572/2014.

PORTARIA Nº. 3572/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3400 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JAIRO EUCLIDES PEREIRA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3574/2014.

PORTARIA Nº. 3574/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3185 de 01 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor ANDRE LUIZ ANDRADE, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/10/2014 a 08/10/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3576/2014.

PORTARIA Nº. 3576/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3398 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor HAMILTON RAMOS DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3578/2014.

PORTARIA Nº. 3578/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3402 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MAURO DO AMARAL, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3579/2014.

PORTARIA Nº. 3579/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3403 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NELSON CHAVES, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3580/2014.

PORTARIA Nº. 3580/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3404 de 24 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor PEDRO NEMEZIO RODRIGUES, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3583/2014.

PORTARIA Nº. 3583/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JEAN KINDERMANN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3585/2014.

PORTARIA Nº. 3585/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SIMONE VILMA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3586/2014.

PORTARIA Nº. 3586/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSILANE MARIA WEINGARTNER KNODT, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3587/2014.

PORTARIA Nº. 3587/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para NEUZA DE FÁTIMA STEVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3588/2014.

PORTARIA Nº. 3588/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCAS ALVES SANTIA-GO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/11/2014 a 01/12/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3589/2014.

PORTARIA Nº. 3589/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDERSON URI MALAGOTTI, matrícula nº. 300009-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 20/11/2009 a 20/11/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 19/11/2014 à 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3590/2014.

PORTARIA Nº. 3590/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para TAISE CARDOSO DA SILVA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3591/2014.

PORTARIA Nº. 3591/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROBSON INÁCIO COELHO, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3592/2014.

PORTARIA Nº. 3592/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MATHEUS SILVA LEMOS, titular do cargo de Técnico em Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3593/2014.

PORTARIA Nº. 3593/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0261 de 01 de fevereiro de 2013, que Exonerou a Pedido a servidora SANDRA REGINA XAVIER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data que deveria ser até 01/07/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3594/2014.

PORTARIA Nº. 3594/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DEBORA CRISTINA DE LIMA SEVERINO, titular do cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/11/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3595/2014.

PORTARIA Nº. 3595/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NARJARA NAOMI BONISSONI IZUMI, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014 e 17/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRO da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/11/2014 a 03/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3596/2014.

PORTARIA Nº. 3596/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO WILSON DA SILVA JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/11/2014 a 14/11/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3597/2014.

PORTARIA Nº. 3597/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREIA LEONEL VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de

Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 14/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3598/2014.

PORTARIA Nº. 3598/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIRLEI MORAES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 03/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3599/2014.

PORTARIA Nº. 3599/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3211 de 01 de novembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA BORGES FRANÇA, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 04/12/2013 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 03 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3602/2014.

PORTARIA Nº. 3602/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2343 de 16 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JULIANA ALMEIDA, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3604/2014.

PORTARIA Nº. 3604/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2424 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora FABIANE MACHADO, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/01/2015 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3605/2014.

PORTARIA Nº. 3605/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2094 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora PAMELA CRISTINA DEUSCHER, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 01/10/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3606/2014.

PORTARIA Nº. 3606/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0362 de 18 de fevereiro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora FLAVIA REGINA GOMES THIESEN, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 15/02/2015 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3607/2014.

PORTARIA Nº. 3607/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3102 de 24 de outubro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor CAMILA BELTRAME BAGIO, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3608/2014.

PORTARIA Nº. 3608/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Bernardina Maria Candido Rosa	20	40	12/11/2014 a 12/12/2014

Juliana Schmitz	30	40	01/09/2014 a 19/12/2014
Lidia Cristina dos Reis Rogério	35	40	17/11/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3609/2014.

PORTARIA Nº. 3609/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AURELIA EVA DA SILVA, matrícula nº. 800171-1 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/09/2001 a 14/09/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/11/2014 à 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3610/2014.

PORTARIA Nº. 3610/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1615 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CARINA ANTUNES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 20/12/2014, face a servidora ser gestante, de acordo com o Processo nº 24151/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3611/2014.

PORTARIA Nº. 3611/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
3745252-1	Adelino Idalino Martins	806441397
700161-1	Diego Stange	524729251
500451-1	Edson Lucas dos Santos	264141240
700153-7	Fidencio Turnes	907636777
501379-1	Genezio Schmidt	317951600
100714-5	Jose Ilton Pereira Filho	098838062
150141-4	Laudelino Nairdo Soares	860394518
150007-1	Luiz Carlos Vaz	977723890
700152-4	Winicius Martins Scharf	980109451

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3613/2014.

PORTARIA Nº. 3613/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA BALLMANN, matrícula nº. 122173-3, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2006 a 07/02/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/11/2014 à 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3614/2014.

PORTARIA Nº. 3614/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 774 de 06 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MUYARA DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3615/2014.

PORTARIA Nº. 3615/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2029 de 22 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSVITA EDI DOS SANTOS, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3616/2014.

PORTARIA Nº. 3616/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2390 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora OFRASIA NIUZA MARQUES, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3617/2014.

PORTARIA Nº. 3617/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2902 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARILEIA LENI DE MELO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3618/2014.

PORTARIA Nº. 3618/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3165 de 15 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SAMANTA LAMIN ESPINDOLA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3619/2014.

PORTARIA Nº. 3619/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1638 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora REGIANE MACHADO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/07/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3620/2014.

PORTARIA Nº. 3620/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2951 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FERNANDA RAMOS GASPAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3621/2014.

PORTARIA Nº. 3621/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONARDO CAMPOS GOMES, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de

Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/11/2014 a 03/11/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3623/2014.

PORTARIA Nº. 3623/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora IRANI SURAMA FREITAS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Reinaldo Weingartner da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3624/2014.

PORTARIA Nº. 3624/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ALEXANDRA ENI MOREIRA, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da extinção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3625/2014.

PORTARIA Nº. 3625/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor DOUGLAS RUHLAND, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da extinção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3626/2014.

PORTARIA Nº. 3626/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora IRIA TERESINHA PIAI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da extinção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3628/2014.

PORTARIA Nº. 3628/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora PA-MELA MORGANA DE MATTOS, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da extinção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3629/2014.

PORTARIA Nº. 3629/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora RAQUEL TEREZINHA DA SILVA, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da extinção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3630/2014.

PORTARIA Nº. 3630/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora TÂNIA REGINA BENTO PESSOA, ocupante da categoria funcional de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da extinção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3631/2014.

PORTARIA Nº. 3631/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VALMIRA ROSA MARTINS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da intenção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3632/2014.

PORTARIA Nº. 3632/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VANILDA DA SILVA MATOS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Guilherme Wierthorn Filho da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal alteração se faz em função da intenção do Grupo Escolar Professora Inês Marta da Silva.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3633/2014.

PORTARIA Nº. 3633/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OTAVIO MARCELINO MARTINS FILHO, matrícula nº. 500027-1, titular do cargo de Técnico em Agrimensura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/2009 a 02/04/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/01/2015 à 06/02/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3635/2014.

PORTARIA Nº. 3635/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA BENTA DA SILVA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3636/2014.

PORTARIA Nº. 3636/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2025 de 22 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FABIANA MARIA JORGE, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2014 a 05/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3637/2014.

PORTARIA Nº. 3637/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MILTON JOSE PACHECO, matrícula nº. 500099-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 22/10/2014.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 09 (nove) meses e 19 (dezenove) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3638/2014.

PORTARIA Nº. 3638/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIO CESAR PEREIRA, matrícula nº. 190030-1, ocupante da categoria funcional de Vigia, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 30/10/2014.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 07 (sete) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3639/2014.

PORTARIA Nº. 3639/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA, matrícula nº. 300149-2, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 21/10/2014:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 02 (dois) anos, 01 (um) mês e 11 (onze) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3640/2014.

PORTARIA Nº. 3640/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANA LUCIA NASCIMENTO, matrícula nº. 802258-2, ocupante da categoria funcional de Merendeira, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 23/10/2014.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 09 (nove) meses e 13 (treze) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3641/2014.

PORTARIA Nº. 3641/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELIANE IZAURA MARTINS DE ABREU, matrícula nº. 122056-3, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 15/10/2014.

Averbar tempo que Trabalhou pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos e 25 (vinte e cinco) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3642/2014.

PORTARIA Nº. 3642/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SONIA DA SILVA HOMEM, matrícula nº. 121791-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 13/10/2014.

Averbar tempo que Trabalhou pelo INSS, totalizando 01 (um) ano, 01 (um) e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3644/2014.

PORTARIA Nº. 3644/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELIANE DILMA DE AZEVEDO SCHERER, matrícula nº. 800751-4, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Averbar tempo que Trabalhou pelo INSS, totalizando 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 08 (oito) dias.

Averbar tempo que Trabalhou pelo IPREV, totalizando 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3645/2014.

PORTARIA Nº. 3645/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para VIRGINIA APARECIDA FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3646/2014.

PORTARIA Nº. 3646/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA DA SILVA DE SOUZA, matrícula nº. 500389-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2002 a 02/08/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/01/2015 à 05/02/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3647/2014.

PORTARIA Nº. 3647/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA SANTOS CARLOS, matrícula nº. 210271-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/12/2014 à 01/01/2015.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3648/2014.

PORTARIA Nº. 3648/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor PAULO HENRIQUE PEDROSO DA TRINDADE, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3649/2014.

PORTARIA Nº. 3649/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ROSANA CRISTINA DE SOUZA, ocupante da categoria funcional de

Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3650/2014.

PORTARIA Nº. 3650/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SHEILA IOLANDA COELHO MAURICIO, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3651/2014.

PORTARIA Nº. 3651/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação o servidor RODNEI ALVES, matrícula 123024-2, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/08/2014 à 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3652/2014.

PORTARIA Nº. 3652/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora LUCILIA APARECIDA POSTAI BARCELOS, Matrícula nº. 300116-2, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removido para o CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3654/2014.

PORTARIA Nº. 3654/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora LUCIANE SOARES JUTTEL, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CEI Vó Laura da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3656/2014.

PORTARIA Nº. 3656/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3475 de 24 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LETICIA MARIA DE OLIVEIRA SIMAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/11/2014 a 11/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3658/2014.

PORTARIA Nº. 3658/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MORGANA LACI LUCAS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

RESULTADO DO PREGÃO 227/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 227/2014

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 227/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de livros para Faculdade Municipal de Palhoça.

EMPRESAS CLASSIFICADAS:

RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ N. 18.855.990/0001-05, venceu em primeiro lugar os lotes 04, 05, 06, 08, 18, 20, 22, 23 e 33, totalizando a importância de R\$ 25.577,50 (vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Palhoça, 18 de dezembro de 2014.

Shirley Regina de Farias

Pregoeira - Portaria n. 2365/2014

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 350/2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 350/2014.

Dispõe sobre a Aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, relativas ao exercício de 2010 e em consequência aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Faço saber a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, aprovou e, eu, Presidente, Promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, relativas ao exercício de 2010.

Art. 2º Fica igualmente aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente ao Processo PCP nº 11/00146935.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 118/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 351/2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 351/2014.

APROVA MINUTA DE CONCESSÃO REAL DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O CENTRO ESPÍRITA FRATERNAL AMOR - CEFA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Concessão Real de Uso, que entre si celebram o Município de Palhoça e o Centro Espírita Fraternal Amor - CEFA, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 116/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 352/2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 352/2014.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMDCA/FIA E O ICOM - INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o ICOM - Instituto Comunitário Grande Florianópolis, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 106/2014

LEI PROMULGADA Nº 4.140, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.140, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Antônio José Guarezi.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Servidão Antônio José Guarezi, com extensão de 129 metros e largura de 7 metros, via pública, localizada no Bairro Eldorado, com início a Rua Ari Miguel da Silveira.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de Dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 084/2013 e Veto nº 05/2013.

LEI PROMULGADA Nº 4.141, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.141, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua GOVERNADOR PEDRO IVO CAMPOS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua GOVERNADOR PEDRO IVO CAMPOS, via pública com extensão de 200 (duzentos metros) e de largura 8,00 metros (oito metros) com início na Rodovia Evadio Paulo Broering, localizada no Bairro Praia do Sonho, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de Dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 087/2013 e Veto nº 04/2013.

LEI PROMULGADA Nº 4.142, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI PROMULGADA Nº 4.142, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão João Candido da Silva Filho.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Servidão João Candido da Silva Filho, via pública localizada no Bairro Aririú, neste Município com extensão de 100m (cem metros) de comprimento e com 3,50 m (três metros e cinquenta de largura).

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de Dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 092/2013 e Veto nº 10/2013.

LEI PROMULGADA Nº 4.143, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.143, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Constância Lourenço dos Santos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Constância Lourenço dos Santos, via publica localizada no Bairro São Sebastião, neste Município com extensão de 150 (cento e cinquenta metros) de comprimento e com 04 (quatro metros de largura).

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de Dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 093/2013 e Veto nº 07/2013.

LEI PROMULGADA Nº 4.144, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.144, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Tereza Virgina de Souza.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Servidão Tereza Virgina de Souza, com extensão 125m e largura de 6m, via pública localizada no Bairro Passagem do Maciambu.

Parágrafo único. A localidade da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de Dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 215/2013 e Veto nº 01/2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.145, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.145, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão José Arnaldo Silveira.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a SERVIDÃO JOSÉ ARNALDO SILVEIRA, com extensão de 45 m (quarenta e cinco metros) de extensão e 5 m (cinco metros) de largura, com início na Rua Geral Rua José Candido da Silveira.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece a croqui em anexo, a certidão de óbito, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 235/2014 e Veto nº 03/2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.146, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.146, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Dona Chica.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DONA CHICA, via pública localizada na Praia de Fora, neste Município com extensão de 400 m (quatrocentos metros) de comprimento e com 7 m (sete metros) de largura.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece a croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 236/2014 e Veto nº 04/2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.147, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.147, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Edmilson Weingartner de Farias

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Edmilson Weingartner de Farias, via pública localizada no Bairro Bela Vista, com extensão total de aproximadamente 81,84 metros, e 6,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 349/2014 e Veto nº 16/2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.148, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.148, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Rosenilda Serafim da Silva.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Rosenilda Serafim da Silva, com extensão de aproximadamente 137 metros e largura de 8 metros, via pública, localizada no Bairro Caminho Novo, com início na Rua João Duarte Raimundo e esquina com a Rua B.

Art. 2º A localização da referida via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 387/2014 e Veto nº 15/2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.149, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI PROMULGADA Nº 4.149, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
INSTALAR EM TODAS AS PRAÇAS E ACADEMIAS AO AR LIVRE, EQUIPAMENTOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Deverá ser instalado em todas as praças e parques ao ar livre, equipamentos para portadores de necessidades especiais viabilizando o lazer e o bem estar, preparando-os para a socialização e a inclusão dos mesmos.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Lei originada do Projeto de Lei nº 358/2014 e Veto nº 18/2014.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 071/2014.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 071/2014.
CÓDIGO TRIBUTÁRIO. Acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Com base no inciso III, do art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Palhoça, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acrescenta os incisos VI e VII ao artigo 429 da Lei Complementar nº 018, de 2002, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 429 (...)

VI - Os Processos Administrativos de Restituição, Isenção, Revisão de Cálculo de Tributos Municipais e de Baixa manual com comprovante de pagamento.

VII - As Entidades Religiosas e Demais Entidades sem Fins Lucrativos declaradas por Lei Municipal. (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o Art. 374-A com a seguinte redação:

"Art. 374-A O Crédito Tributário ajuizado poderá ser parcelado em audiência de conciliação com a anuência de um Procurador Municipal e mediante homologação do juiz competente, em até 36 parcelas iguais e fixas, comprovado a hipossuficiência do contribuinte e observado o disposto no Art. 372 da presente Lei." (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2014.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2014.

ESCRITÓRIOS VIRTUAIS. Dispõe sobre o funcionamento de escritórios virtuais no Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Será concedida licença de localização e funcionamento, nos termos da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002, aos escritórios virtuais sediados no Município de Palhoça.

Art. 2º Consideram-se escritórios virtuais aqueles destinados a prestação de serviços de suporte administrativo para pessoas físicas ou jurídicas, que mantiverem domicílio ou estejam sediadas neste Município.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar e legislação correlata, consideram-se como usuários as pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem domicílio no mesmo endereço do escritório virtual cujos serviços utilizem.

Art. 4º Os estabelecimentos definidos como escritório virtual, na forma do artigo 2º desta Lei Complementar, deverão:

I - oferecer estrutura para recepção de pessoas, documentos, mensagens e encomendas; manter serviços de atendimento telefônico e possuir ambientes adequados à execução de trabalhos e realização de reuniões por seus usuários;

II - permanecer em funcionamento durante o horário comercial;

III - manter no local o Alvará de Localização e Funcionamento original dos respectivos usuários, bem como cópias autenticadas dos atos constitutivos e do CNPJ dos usuários, se pessoas jurídicas, para imediata apresentação à fiscalização;

IV - manter procuração com poderes para receber, em nome do usuário, notificações, auto de infrações, intimações, citações judiciais e extrajudiciais e outras comunicações dos órgãos públicos;

V - comunicar ao setor competente da Prefeitura Municipal de Palhoça, imediatamente, qualquer alteração nos dados dos usuários que possa influir na arrecadação ou fiscalização de suas atividades.

Art. 5º Os usuários definidos no artigo 3º desta Lei Complementar deverão:

I - inscrever-se no Município, obter e manter Alvará de Localização e Funcionamento, fixando este sempre em local visível;

II - fornecer ao estabelecimento referido no artigo 2º desta Lei Complementar Alvará de Localização e Funcionamento, escrituração fiscal relativa ao ISSQN e cópias autenticadas dos atos constitutivos e do CNPJ, se pessoas jurídicas, para apresentação à fiscalização;

III - fornecer ao estabelecimento referido no Artigo 2º desta Lei Complementar procuração com poderes para receber, em nome do usuário, notificações, auto de infrações, intimações, citações, judiciais e extrajudiciais e outras comunicações dos órgãos públicos.

Art. 6º No ato da inscrição deverá ser apresentada a documentação conforme art. 224 da Lei Complementar 018 de 30 de Dezembro de 2002 e o contrato celebrado com o escritório definido no Artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único. O prazo de validade do Alvará de Localização e Funcionamento será igual ou inferior ao prazo estabelecido no contrato, podendo ser renovado de acordo com a prorrogação do contrato.

Art. 7º O escritório virtual a que se refere o Artigo 2º desta Lei Complementar será classificado, para os devidos fins, no item 3.03 da Lista de Serviços prevista no art. 18 da Lei Complementar 024 de Julho de 2004, e suas alterações posteriores.

Art. 8º O descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos artigos 4º e 5º desta Lei Complementar sujeitará o infrator a ter sua inscrição municipal considerada inapta, conforme especificado em regulamento.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 433/2014.

PROJETO DE LEI Nº 433/2014.

CONVÊNIO. ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.756.988/0001-62, com sede na Rua Lacerda Coutinho, 100, CEP 88015-030, bairro Centro, Florianópolis /SC, no valor de R\$ 14.890,00 (quatorze mil e oitocentos e noventa reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 14.890,00, conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 467/2014.

PROJETO DE LEI Nº 467/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Alecio Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Alecio Martins, com extensão de 120 metros e 8,00 metros de largura, via pública localizada no Loteamento Nova Palhoça, Rio Grande.

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 468/2014.

PROJETO DE LEI Nº 468/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Adelir Roque dos Santos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Adelir Roque dos Santos, com extensão de 90,00 metros e 3,00 metros de largura, via pública localizada no Bairro Guarda do Cubatão.

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 469/2014.

PROJETO DE LEI Nº 469/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Pereira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Pereira, com extensão de 50,00 metros e 5,00 metros de largura, via pública localizada no Bairro Guarda do Cubatão.

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 470/2014.

PROJETO DE LEI Nº 470/2014.

ALTERA A LEI Nº 3.230 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O DIREITO DO IDOSO, DEFICIENTE E GESTANTE EM RECEBER MEDICAÇÃO CONTÍNUA EM SEU DOMICÍLIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 3.230, de 28 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º- É direito das pessoas que por qualquer motivo, mesmo de causa transitória, estejam impedidas de se locomover, bem como, das que possuírem mais de 60 (sessenta) anos de idade, ou que sejam portadoras de necessidades especiais, ou gestantes a partir do sétimo mês, de receber em seu domicílio, os medicamentos de uso contínuo fornecidos pelo Município de Palhoça”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 472/2014.

PROJETO DE LEI Nº 472/2014.

Altera a Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2015 - LOA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidas à Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 as emendas constantes do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº. 368/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 368/2014.

DESAFETA BEM PÚBLICO E AUTORIZA PERMUTA. Área Verde. Loteamento Cidade Universitária Colinas Pedra Branca.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar a destinação de Área Verde uma fração de terreno, denominado de área "A", com a seguinte descrição:

a) Área "A" localizada no Loteamento Cidade Universitária Colinas Pedra Branca II, neste município de Palhoça, designado por Área Verde do Loteamento Cidade Universitária Pedra Branca II, sendo um fração de área com 3.293,06 m², distante 45,30m da esquina formada pela RUA B05 - RUA DOS ATOBÁS (LADO PAR) com a CC-04 (AVENIDA DAS UNIVERSIDADES) (LADO PAR), partindo-se do vértice C2 com coordenadas E=729713.5306 e N=6942858.3739, seguindo com azimute 120°59'57" e distância 16.79m chega-se ao vértice 3 com coordenadas E=729727.9241 e N=6942849.7257. Deste com azimute de 121°51'58" e distância 52.00m chega-se ao vértice D1 com coordenadas E=729772.0889 e N=6942822.2718, perfazendo um total de 68.79m confrontando com ELESBÃO WIESE. Deste com azimute de 191°23'37" e distância 39.01m chega-se ao vértice D2 com coordenadas E=729764.3821 e N=6942784.0281, confrontando com ÁREA VERDE 1. Deste com azimute de 281°22'44" e distância 64.52m chega-se ao vértice D3 com coordenadas E=729701.1303 e N=6942796.7575, confrontando com RUA B05 (RUA DOS ATOBÁS). Deste com azimute de 11°22'44" e distância 62.85m chega-se ao vértice C2, ponto origem deste memorial, confrontando com ÁREA VERDE 1, registrado sob Matrícula nº 76.196, Livro 2 -QZ, Página 1, Ano 2013, no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a afetar como Área Verde os seguintes imóveis, denominados de Imóveis "B" e "C", com a seguinte descrição:

a) Imóvel "B" localizado na Cidade Universitária Pedra Branca, localizado no lado par da Estrada Municipal Sertão do Imaruim e distante 100,00m da esquina formada com a Rua Ver. Jacob Knabben da Silva, designado por área "C" com área de 2.424,33 m² (dois mil quatrocentos e vinte e quatro metros e trinta e três decímetros quadrados) e com as seguintes descrições: Frente a leste, partindo do vértice D10, deste confrontando neste trecho, rumo de 9°51'23"SO chega-se ao vértice V8; Lateral direita ao norte, partindo do vértice D9, deste confrontando neste trecho, com terras de Sergio Augusto Haeming, seguindo distância de 83,51m e rumo de 81°09'32"NE chega-se ao vértice D10; Fundos a oeste, partindo do marco 18, deste confrontando neste trecho com terras de Pedra Branca Ltda., seguindo com distância de 17,71m e rumo 1°28'08"NE, chega-se ao marco D9; Lateral esquerda ao sul, partindo do vértice V8, deste confrontando neste trecho, parte com terras de Pedro Alécio da Silva e parte com terras de Lindolfo Raulino dos Santos, seguindo com distância de 76,55m e rumo de

81°00'24"NO chega-se ao vértice 18, de propriedade da empresa Pedra Branca Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.401.372/0001-29, com sede na Travessa dos Pessegueiros, nº 111, neste Município, imóvel registrado sob Matrícula nº 47.929, Livro 2 -JS, Fls. 102, ano 2009, no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

b) Imóvel "C" sem benfeitorias, com superfície de 868,67m², constante do lote nº 29, da quadra AH-23, do Loteamento Cidade Universitária Colinas da Pedra Branca, situado à Rua dos Sabiás, no Bairro Fazenda, em Palhoça/SC, com as seguintes confrontações: ao norte, fundos 40,17 metros com os lotes nºs 06,07,08 e 09; ao sul, frente 12,87 metros com a rua dos sabiás; ao leste, lado esquerdo 30,81 metros com o lote nº 27; e ao oeste, lado direito 44,83 metros com o lote nº 25, de propriedade da empresa Pedra Branca Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.401.372/0001-29, com sede na Travessa dos Pessegueiros, nº 111, neste Município, imóvel registrado sob Matrícula nº 52.084, Livro 2 - LR, Fls. 1, ano 2010, no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, conforme croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a Área "A", prevista na alínea "a" do artigo 1º, pelos Imóveis "B" e "C" previstos nas alíneas "a" e "b" do artigo 2º, ambos desta Lei, conforme consta em anexo.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado a caracterizar os imóveis dados em permuta, denominados como Imóveis "B" e "C" como bem público, designado como Área Verde.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº. 441/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 441/2014.

CONCESSÃO REAL DE USO. Autoriza o Poder Executivo a ceder direito de uso de área para o Centro Espírita Fraterno Amor - CEFA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso ao CENTRO ESPÍRITA FRATERNO AMOR - CEFA, entidade civil religiosa, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 18.764.864/0001-45, situada à Rua Eugênio Cardoso, nº 133, bairro Aririú, Palhoça/SC, uma área de 822,39 m² (oitocentos e vinte e dois metros e trinta e nove centímetros), no entroncamento da Avenida Central com a Rua Existente, lado impar, com as seguintes medidas e confrontações: Fazenda frente onde mede em quatro lances: o primeiro lance medindo 12,79, o segundo medindo 2,85, o terceiro lance medindo 13,73 metros e o quarto lance medindo 5,51 metros todos com a Avenida Central, fundos medindo 25,00 metros com terras do DER/SC, de um lado medindo 32,29 metros com terras da Área Institucional e de outro lado medindo 26,63 metros com Rua Existente, parte integrante do terreno designado por "Área Institucional" do Loteamento Parque Residencial Pinhais, bairro Aririú,

neste Município de Palhoça, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça, com a matrícula sob nº 48.534, obrigando-se a utilizá-la com o máximo de cuidado, como se verdadeiro dono fosse, coibindo invasões e apossamento.

Art. 2º O prazo de que trata a presente Lei será de 20 (vinte) anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº004/2014 - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DA EMPRESA FAEE/SC LTDA - PARA REALIZAR SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL GERAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2014

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS - (CNPJ: 07.753.029/0001-93)

OBJETO: Contratação da FAEE para a realização de serviços de Levantamento Patrimonial Geral.

- Identificação física dos bens móveis em todas as repartições;
- Substituição e padronização das etiquetas;
- Digitação no sistema informatizado, com detalhamento das características de todos os bens móveis e imóveis;
- Definição do valor justo dos bens moveis;
- Definição de valor residual, vida útil e percentual de depreciação dos bens moveis;
- Registro fotográfico das fotos da queles bens patrimoniais mais relevantes (edificações, veículos);
- Reavaliação/depreciação de todos os bens de acordo com a legislação vigente;
- Elaboração de relatórios dos bens inservíveis, por unidade responsável, para que sejam tomados os procedimentos de baixa;
- Elaboração de relatório dos bens moveis e imóveis por unidade responsável,
- Fornecimento de planilhas com os valores a serem ajustados na contabilidade, restando ao contador, apenas efetuar os lançamentos.

VALOR: O preço proposto para o levantamento Patrimonial Completo é de R\$ 7.800,00(sete mil e oitocentos reais).

PRAZO: O cronograma para a realização dos trabalhos terá 60 (sessenta) dias, no mínimo, a contar da data da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93;
Processo Licitatório 022/2014.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a presente Dispensa de Licitação a contratação da empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, para serviços de levantamento Patrimonial Completo realizando a identificação física dos bens móveis e imóveis da CMP. A dispensa, por seu turno, forte no art. 24, XIII, da Lei das Licitações, encontra precedentes nos ajustamentos análogos firmados com esta Casa no Contrato DL nº 022/2014 e na Inexigibilidade 002/2014. Os precedentes acima mencionados mostram não existir óbice para a contratação da FAEE para a realização do referido serviço com base na Dispensa de Licitação.

Autorização em: 18/12/2014

Diretor Geral

Procurador de Finanças

Procuradoria Jurídica

Homologação em: 18/12/2014

Presidência

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº003/2014 - PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA FEPESE - FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIOS - ECONOMICAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2014

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICOS – FEPESE - (CNPJ: 83.566.299/0001-73)

OBJETO: Contratação da FEPESE para a realização de concurso público para o provimento de 12 (doze) cargos assim distribuídos:

- 01 (um) Analista Legislativo – Direito – nível superior;
- 01 (um) Analista Legislativo - Contador – nível superior;
- 01 (um) Analista Legislativo - Jornalista – nível superior;
- 01 (um) Analista Legislativo - Informática – nível superior;
- 05 (cinco) Técnico Legislativo - Administrativo – nível médio;
- 01 (um) Agente Legislativo - Garçom – nível Fundamental;
- 02 (dois) Agente Legislativo - Motorista – nível fundamental;

VALOR: Para a execução total dos serviços, o valor contratual será variável, em razão da impossibilidade de previsão do número de candidatos inscritos, ou seja, o valor será variável de acordo com o número de candidatos e a forma como será realizado o certame, conforme tabela abaixo:

Nº CANDIDATOS
CUSTO TOTAL

Até 500
R\$ 75.560,00

De 501 a 1000
R\$ 92.875,00

De 1001 a 1500
R\$ 110.618,00

De 1501 a 2000
R\$ 128.362,00

ACIMA DE 2000
* R\$ 128.362,00 + R\$ 60,00 POR CANDIDATO

* mais R\$ 60,00 por inscrição homologada.

O valor da inscrição de cada candidato será de R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos de curso superior e de R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível médio e de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de nível fundamental.

O valor correspondente ao pagamento das inscrições dos candidatos será ser recebido pela FEPESE, que abrirá conta bancária específica e vinculada ao certame, fazendo o ajuste de prestação de contas ao final do certame.

PRAZO: O cronograma para a realização dos trabalhos terá 63 (sessenta e três) dias, no mínimo, a contar da data da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93;
Processo Licitatório 021/2014.

JUSTIFICATIVA: A Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos "FEPESE" é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal (Lei Nº 1.750 de 20/11/1980) e estadual (Lei Nº 13.150 de 29/11/2004), qualificada como instituição de apoio à Universidade Federal de Santa Catarina nos termos da Lei Federal Nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto Nº 5.205 de 14/09/2004, registrada e credenciada no MEC/MCT pela portaria conjunta sob o nº 1045/2007 de 19 de dezembro de 2007 e no programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estando também qualificada para prestar serviços em projetos financiados pelo BID. Por tratar-se de uma instituição sem fins lucrativos, os saldos oriundos dos serviços prestados a outras organizações são destinadas à Universidade Federal de Santa Catarina para aplicação nos programas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional na sociedade catarinense. Apresenta uma extensa folha de serviços prestados à comunidade técnico-científica-empresarial e governamental brasileira. A FEPESE é reconhecida por sua reputação ético-profissional. A tradição, aliada à eficácia e à eficiência de sua atuação, constitui a marca registrada dessa instituição. No campo da consultoria de alto nível para empresas públicas e privadas e concursos públicos, a FEPESE se diferencia por agregar aos trabalhos o seu maior patrimônio: a credibilidade estabelecida ao longo do tempo pela segurança e competência em tudo o que faz. Dentre os seus principais parceiros, onde foram realizados projetos de alta complexidade e de alta competência técnica, destaca-se o Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais e diversos setores privados. No que se refere à realização de concursos públicos destaca-se nos trabalhos efetuados recentemente para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina; Centrais Elétricas de Santa Catarina; Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina; Secretaria Municipal de Educação de Palhoça; Prefeitura Municipal de Itapema, Secretaria da Saúde de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina; Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina, dentre inúmeras outras instituições localizadas no Estado de Santa Catarina e fora deste. A FEPESE está localizada no Campus Universitário da UFSC no Bairro Trindade na cidade de Florianópolis cujas instalações estão entre as mais modernas com toda infra-estrutura da tecnologia da informação ao alcance de seus usuários. A rápida e eficiente formulação de grupos multidisciplinares de altíssima qualificação técnica permite a prestação dos mais variados tipos de serviços. A rica vivência prática nos setores públicos e privados de seus especialistas, detentores de sólida formação acadêmica e dos fundamentais valores que caracterizam e distinguem a instituição, garantem resultados que só uma organização como a FEPESE pode atingir. Dentre as suas finalidades estatutárias verificam-se as atividades voltadas para a pesquisa e a consultoria de alto nível, o ensino, concursos públicos, recrutamento e seleção de pessoal, caracterizando, assim, plena correlação entre o objeto a ser contratado e a finalidade da instituição com a qual pretende a Câmara Municipal de Palhoça firmar o ajuste. É obediente à ordem legal ínsita no art. 5º da Lei nº 11.788/08, tendo em conta a verificação de ônus ao orçamento público. A dispensa, por seu turno, forte no art. 24, XIII, da Lei das Licitações, encontra precedentes nos ajustamentos análogos firmados com esta Casa no Contrato DL nº 021/2014. Contrato 038/2014 do BADESC; Contrato 011/2004 da CELESC; Dispensa 015/2003 da Secretaria da Fazenda; Dispensa de Licitação 101/PM/2008 da Prefeitura Municipal de Criciúma; Dispensa 452/2008 da Prefeitura Municipal de Florianópolis; Dispensa de Licitação 3150 da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina; Dispensa de Licitação 873/2008 da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Florianópolis; Dispensa 006/2009 da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina; Dispensa de Licitação da

Prefeitura Municipal de Palhoça; Dispensa de Licitação 003/2009 da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina. Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 041/05, CON 04/06324077, CON 01/01586000; Prejulgados 0874, 1191 e 1567; TCU – acórdãos 627/2002, 1616/2003 e 1066/2004 e Decisões 219/2000 e 346/99. Decisão do Tribunal Regional Federal nos autos nº 1998.01.00.084552-3; Decisão do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão 569/2005; Decisão da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na apelação Cível nº 2002.001.05694. Os precedentes acima mencionados mostram não existir óbice para a contratação da FEPESE para a realização do referido serviço com base na Dispensa de Licitação.

Autorização em: 17/12/2014

Diretor Geral

Procurador de Finanças

Procuradoria Jurídica

Homologação em: 18/12/2014

Presidência

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE CONTRATO N.º 075/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 075/2014, SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 086/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 035/2013 - PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA MADESTILO COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE MADEIRAS LTDA. OBJETO: - FICA PRORROGADO ATÉ O 31/01/2015, O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO. DATA: 18/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 076/2014, SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 065/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 013/2013 - PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A PESSOA FÍSICA CLAUDIO ARI LEONEL. OBJETO: - FICA PRORROGADO ATÉ O 31/12/2015, O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO. DATA: 18/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 077/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 077/2014, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 059/2014 - PREGÃO N.º 041/2014 - PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA EPP. OBJETO: - FICA PRORROGADO ATÉ O 31/03/2015, O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2014.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 094/2014

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 125/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/12/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 78.668.969/0001-22, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de reagentes químicos para o uso do SAMAE no tratamento de água conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do(s) material(is) licitado(s) pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste(s) material(is) e assim sucessivamente;
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), referente ao item 01, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 125/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se

nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 125/2014 e seus anexos;
- b) Propostas das Proponentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

- 4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- 4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.
- 4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- 4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem.
- 4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.
- 4.6 - Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.
- 5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.
- 5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do SAMAE.
- 5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 125/2014 e seus anexos;
- 6.2 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
- 6.3 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- 6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
 - a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
 - b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes

sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:
- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
 - 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
 - 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
 - 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
 - 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 - A registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 08 de dezembro de 2014.

_____- Silvana Frederico Trindade -
Pregoeira
_____- Erli Edvina Wunsche Bacellar -
Equipe de Apoio
_____- Márcio Wisniewski - Equipe de
Apoio
_____- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____- AVANEX Indústria e Comércio
Ltda

Ilario Schulka
Diretor Presidente - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 095/2014

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 125/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/12/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa MCA - COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS E PETROQUIMICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.850.222/0001-05, nas quantidades

estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de reagentes químicos para o uso do SAMAE no tratamento de água conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do(s) material(is) licitado(s) pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste(s) material(is) e assim sucessivamente;
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 8.640,00 (oito mil, seiscentos e quarenta reais), referente ao item 02, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 125/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Presencial nº 125/2014 e seus anexos;
 - b) Propostas das Proponentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

- 4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- 4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.
- 4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- 4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.

4.6 - Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do SAMAE.

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 125/2014 e seus anexos;

6.2 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 08 de dezembro de 2014.

_____ - Silvana Frederico Trindade -
Pregoeira

_____ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -
Equipe de Apoio

_____ - Márcio Wisniewski - Equipe de
Apoio

_____ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ - MCA - Com. e Representação de
Prod. Químicos e Petroquímicos Ltda

Ilario Schulka

Diretor Presidente - SAMAE

DECRETO Nº 2489, DE 16.12.2014 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE ALEXANDRA BARUFFI

DECRETO Nº 2489, DE 16.12.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ALEXANDRA BARUFFI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de ALEXANDRA BARUFFI, com a área total de 632,57m² (seiscentos e trinta e dois metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), no lado par da Rua Dom Pedro I, distante 24,97 metros da esquina, com o lado par da Rua João Mendes de Souza, com base no ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.215-Papanduva/SC, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote A - 382,57m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Dom Pedro I, distante 24,97 metros da esquina, com o lado par da Rua João Mendes de Souza, com base no ponto OPP.

Frente:- 14,79 metros com o Município pela Rua DOM PEDRO I, lado par;
Fundos:- 6,58 metros com a Matrícula nº 6.524-Papanduva/SC de JAIR ANTONIO DOS SANTOS, Lote 2;
Lado Direito:- 6,13 metros, 13,82 metros, 11,08 metros e 7,28 metros com o Lote "B" Desmembrado;
Lado Esquerdo:- 27,94 metros com a Matrícula nº 2.542-Itaiópolis/SC de OSVALDO BARUFFI.

Descrição do Lote B - 250,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Dom Pedro I, distante 39,76 metros da esquina, com o lado par da Rua João Mendes de Souza, com base no ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua DOM PEDRO I, lado par;
Fundos:- 11,69 metros com a Matrícula nº 1.385-Papanduva/SC de MARIO SLABISKI, Lote 3; 6,65 metros com a Matrícula nº 6.524-Papanduva/SC de JAIR ANTONIO DOS SANTOS, Lote 2;
Lado Direito:- 23,33 metros com a Matrícula nº 5.337-Papanduva/SC de FRANCISCO SLABISKI;
Lado Esquerdo:- 6,13 metros, 13,82 metros, 11,08 metros e 7,28 metros com o Lote "A" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 16 de dezembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal
De acordo:

Orlando Marcelo Vieira Nicolau Zaranski
Procurador Jurídico Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2491, DE 16.12.2014 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2478, DE 16.12.2014
DECRETO Nº 2491, DE 16.12.2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2478, DE 18.11.2014.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, conferidas pelo inciso VI do Artigo 59, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. O Art. 3º. Do Decreto nº 2478, de 18.11.2014, passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. Ficam concedidas Férias Coletivas entre os dias 05 a 19.01.2015, conforme abaixo discriminado:

I - Centro Administrativo/Edifício da Municipalidade: Secretarias da Administração, Educação, Fazenda e Desenvolvimento Econômico, Gabinete do Prefeito e SINE;

II - Departamentos Externos: Biblioteca, Atendimento Previdenciário, Telecentros, Junta de Serviço Militar, IPREPAV e Serviço de Fortalecimento de Vínculo.

III - Secretaria da Assistência Social;

IV - Secretarias, Autarquias e Departamentos com Sobreaviso, Plantão ou Revezamento: Agricultura - (8844-2521, 9177-9411, 9258-4326), Defesa Civil - (8880-2340).

Parágrafo único. Os Departamentos, Autarquias e Secretarias não mencionadas neste artigo terão o expediente normal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 16 de dezembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 034/14 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Portaria Nº 034/14 de 18 de dezembro de 2014

"ESTABELECE RECESSO TOTAL DE FINAL DE ANO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NO PERÍODO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 À 04 DE JANEIRO DE 2015."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido recesso total de final de ano no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva no período de 22 de dezembro de 2014 à 04 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 18 de dezembro de 2014.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

PORTARIA Nº 035/14 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Portaria Nº 035/14 de 18 de dezembro de 2014

“ESTABELECE O RECESSO DAS SESSÕES PLENÁRIAS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NO PERÍODO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014 À 01 DE FEVEREIRO DE 2015.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas nos artigos 7º e 27º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido o recesso das Sessões Plenárias no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva no período de 23 de dezembro de 2014 à 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 18 de dezembro de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

PORTARIA Nº 036/14 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Portaria Nº 036/14 de 18 de dezembro de 2014

“SUSPENDE OS PRAZOS DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS NO ÂMBITO CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NO PERÍODO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014 À 01 DE FEVEREIRO DE 2015, EM VIRTUDE DO RECESSO DAS SESSÕES PLENÁRIAS.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas nos artigos 7º e 27º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, e em observância aos dispositivos da Portaria 035/14 de 18 de dezembro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensos os prazos de todos os processos legislativos no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva, do período de 23 de dezembro de 2014 à 01 de fevereiro de 2015.

Parágrafo único - A suspensão se faz necessária, em virtude do recesso das sessões plenárias, correspondente ao mesmo período do caput.

Câmara Municipal de Papanduva em, 18 de dezembro de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 22

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 22, de 10 de dezembro de 2014.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES"

O cidadão Sérgio Delfino Joaquim, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica determinado Ponto Facultativo na Câmara de Vereadores de Passo de Torres, nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 e dia 02 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 10 de dezembro de 2014.

Sérgio Delfino Joaquim

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Marlene Dutra Vidor

1º Secretária

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N. 0002/2014 AO CONVÊNIO N. 0003/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONVÊNIO n. 0003/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE PASSOS MAIA - ACIP.

Vigência: Fica prorrogada vigência do Convênio em epígrafe, pelo período de 11 (onze) meses, sendo assim vigorará até 30 de novembro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Convênio Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 18 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0001/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0001/2013

PROCESSO LICITATORIO n. 0078/2012

TOMADA DE PREÇO n. 0004/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários.

Vigência: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 18 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0031/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0031/2013

PROCESSO LICITATORIO n. 0013/2013

PREGÃO PRECENSIAL n. 0009/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: RADIO BEBEDOURO FM LTDA - ME

Objeto: Contratação de espaço radiofônico em emissora FM destinados a divulgação de atos oficiais e administrativos, avisos de utilidade pública, campanhas educativas, cobertura de eventos públicos e boletins informativos.

Vigência: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 18 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0032/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0032/2013

PROCESSO LICITATORIO n. 0014/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0010/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: LUCÉLIA RUMPEL MONTEIRO - ME

Objeto: Contratação de empresa jornalística para a publicação de informativos semanais do Município.

Vigência: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 18 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO Nº 0049/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0049/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0017/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0002/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica sobre pavimentação poliédrica e macadame seco, drenagem pluvial, sinalização viária e passeios em diversas ruas e avenidas do Município de Passos Maia - SC.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0049/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 28.02.2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 18 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONVÊNIO Nº 0009/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONVÊNIO n. 0009/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE PASSOS MAIA - CDL.

Vigência: Fica prorrogada vigência do Convênio em epígrafe, pelo período de 11 (onze) meses, sendo assim vigorará até 30 de novembro de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Convênio Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 18 de dezembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO Nº 46/2014**

DECRETO Nº 46/2014

Fixa o reajuste dos tributos municipais para o exercício de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º Os Tributos Municipais serão corrigidos, para o exercício de 2015, conforme variação do INPC relativo ao período de 01/01/2011 a 31/12/2013, no montante de 17,84% (dezessete vírgula oitenta e quatro por cento), incidindo sobre valores fixados na Lei Complementar nº 956, de 17 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº25/2014 - FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório nº 08/2014 - FUMTUR

Inexigibilidade de Licitação nº 02/2014 - FUMTUR

Objeto: Contratação da Banda Papas da Língua para o Show da Virada na Praia Alegre no Município de Penha/SC.

Valor: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)

Contrato: 25 /2014 - FUMTUR

Contratado: PAPAS DA LÍNGUA - GRUPO MUSICAL LTDA EPP

Vigência: até 31/01/2015.

Penha, 18/12/2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 489/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 489/2014 AO CONTRATO Nº189/2014 PMP

Contratado (A) THAYSE LAUDARIO SCHNAIDER, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 520/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 520/2014 AO CONTRATO Nº359/2013 PMP

Contratado (A) MARILENE MATUSZEWSKI, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 521/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 521/2014 AO CONTRATO Nº406/2013 PMP

Contratado (A) MARINA ANDREDE NEVES, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 522/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 522/2014 AO CONTRATO Nº184/2014 PMP

Contratado (A) MARINA ELIS DOMECIANO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 523/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 523/2014 AO CONTRATO Nº184/2014 PMP

Contratado (A) MARINA ELIS DOMECIANO, fica alterada a carga horária de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 524/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 524/2014 AO CONTRATO Nº178/2014 PMP

Contratado (A) MARLI PIRES DOS SANTOS, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 525/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 525/2014 AO CONTRATO Nº147/2014 PMP

Contratado (A) MAURA FAUSTA DE SOUZA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 526/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 526/2014 AO CONTRATO Nº176/2014 PMP

Contratado (A) MAYARA LOURDES FRANCISCO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 527/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 527/2014 AO CONTRATO Nº191/2014 PMP

Contratado (A) MAYARA REGINA DA SILVA CRUZ, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 528/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 528/2014 AO CONTRATO Nº191/2014 PMP

Contratado (A) MAYARA REGINA DA SILVA CRUZ, fica alterada a

carga horária de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 529/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 529/2014 AO CONTRATO Nº124/2014 PMP Contratado (A) MONICA FUCKS DE OLIVEIRA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 530/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 530/2014 AO CONTRATO Nº73/2014 PMP Contratado (A) MYRCEA HELOISA WAGNER, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 531/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 531/2014 AO CONTRATO Nº73/2014 PMP Contratado (A) MYRCEA HELOISA WAGNER, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 532/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 532/2014 AO CONTRATO Nº24/2014 PMP Contratado (A) PEDRINA DOS SANTOS MATOSO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 533/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 533/2014 AO CONTRATO Nº24/2014 PMP Contratado (A) PEDRINA DOS SANTOS MATOSO, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 534/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 534/2014 AO CONTRATO Nº327/2014 PMP Contratado (A) REGIANE ELEOTERIO NICOCELLI, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 535/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 535/2014 AO CONTRATO Nº157/2014 PMP

Contratado (A) ROSANE DA SILVA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 536/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 536/2014 AO CONTRATO Nº157/2014 PMP

Contratado (A) ROSANE DA SILVA, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 537/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 537/2014 AO CONTRATO Nº334/2013 PMP

Contratado (A) ROSELI DE SOUZA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 538/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 538/2014 AO CONTRATO Nº148/2014 PMP

Contratado (A) ROSELI HANCK, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 539/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 539/2014 AO CONTRATO Nº125/2014

PMP

Contratado (A) ROSELI HANCK, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 540/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 540/2014 AO CONTRATO Nº326/2014 PMP

Contratado (A) ROSIMERE DA SILVA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 541/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 541/2014 AO CONTRATO Nº25/2014 PMP

Contratado (A) SALETE HANCK VIEIRA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 542/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 542/2014 AO CONTRATO Nº25/2014 PMP

Contratado (A) SALETE HANCK VIEIRA, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 543/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 543/2014 AO CONTRATO Nº93/2014 PMP

Contratado (A) SANDRA MARA FERREIRA TORRES, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 544/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 544/2014 AO CONTRATO Nº72/2014 PMP

Contratado (A) SILVANA DO NASCIMENTO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 545/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 545/2014 AO CONTRATO Nº72/2014 PMP

Contratado (A) SILVANA DO NASCIMENTO, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 546/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 546/2014 AO CONTRATO Nº316/2014 PMP

Contratado (A) SILVIA DE OLIVEIRA BERNARDO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 547/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 547/2014 AO CONTRATO Nº186/2014 PMP

Contratado (A) SIMONE DE PAULA MARTINS, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 548/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 548/2014 AO CONTRATO Nº92/2014 PMP

Contratado (A) SUANE SIMONE DE SOUZA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 549/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 549/2014 AO CONTRATO Nº55/2014 PMP

Contratado (A) SUELEN APARECIDA DE PAULA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 550/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 550/2014 AO CONTRATO Nº129/2014 PMP

Contratado (A) SUELLEN CORREIA DA SILVEIRA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 551/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 551/2014 AO CONTRATO Nº129/2014 PMP

Contratado (A) SUELLEN CORREIA DA SILVEIRA, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 552/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 552/2014 AO CONTRATO Nº401/2014 PMP

Contratado (A) SUZANA VITORINO CARDOSO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 553/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 553/2014 AO CONTRATO Nº89/2014 PMP

Contratado (A) TANIA REGINA DOMECIANO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 554/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 554/2014 AO CONTRATO Nº89/2014 PMP

Contratado (A) TANIA REGINA DOMECIANO, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 555/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 555/2014 AO CONTRATO Nº89/2014 PMP
Contratado (A) TATIANA SOUZA KURECKI, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 556/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 556/2014 AO CONTRATO Nº91/2014 PMP

Contratado (A) TATIANA SOUZA KURECKI, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 557/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 557/2014 AO CONTRATO Nº70/2014 PMP

Contratado (A) TATIANA GADOTTI, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 558/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 558/2014 AO CONTRATO Nº70/2014 PMP

Contratado (A) TATIANE GADOTTI, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 559/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 559/2014 AO CONTRATO Nº325/2014 PMP

Contratado (A) TATIANE IVANI DE SOUZA PSCHIEDT, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 560/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 560/2014 AO CONTRATO Nº195/2014 PMP

Contratado (A) THALITA NAIR PEREIRA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 561/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 561/2014 AO CONTRATO Nº118/2014 PMP Contratado (A) THAYSE DA COSTA SOUZA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 562/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 562/2014 AO CONTRATO Nº78/2014 PMP Contratado (A) VALMIR CAMILO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 563/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 563/2014 AO CONTRATO Nº78/2014 PMP Contratado (A) VALMIR CAMILO, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 564/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 564/2014 AO CONTRATO Nº432/2014 PMP Contratado (A) VANDERLEIA DE BORBA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 565/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 565/2014 AO CONTRATO Nº277/2014 PMP Contratado (A) VANESSA VAILATTI, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 566/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 566/2014 AO CONTRATO Nº185/2014 PMP Contratado (A) VERA LUCIA DE SOUZA SINESTRI, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 567/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 567/2014 AO CONTRATO Nº39/2014 PMP Contratado (A) VIVIANE BATHEKE INOCENCIO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 568/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 568/2014 AO CONTRATO Nº42/2014 PMP Contratado (A) WAGNER WALMOR CORDEIRO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 569/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 569/2014 AO CONTRATO Nº42/2014 PMP Contratado (A) WAGNER WALMOR CORDEIRO, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 570/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 570/2014 AO CONTRATO Nº205/2014 PMP Contratado (A) CAMILA CORDEIRO MACIEL, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 571/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 571/2014 AO CONTRATO Nº416/2014 PMP Contratado (A) ANDREIA LUCIA SANTANA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 572/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 572/2014 AO CONTRATO Nº275/2014 PMP Contratado (A) ROBERTO ANTONIO LEITE JUNIOR, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 573/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 573/2014 AO CONTRATO Nº153/2014 PMP
Contratado (A) NOELI APARECIDA DE ARAGÃO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 574/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 574/2014 AO CONTRATO Nº04/2014 PMP
Contratado (A) JUCIANE ISABEL DE SOUZA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 575/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 575/2014 AO CONTRATO Nº41/2014 PMP
Contratado (A) VANESSA ROBERTA FLOR, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 576/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

3º TERMO ADITIVO Nº 576/2014 AO CONTRATO Nº41/2014 PMP
Contratado (A) VANESSA ROBERTA FLOR, fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20/12/2014 a 06/02/2015. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 577/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 577/2014 AO CONTRATO Nº329/2014 PMP
Contratado (A) JONATA JOSUE SCHULZE, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 578/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 578/2014 AO CONTRATO Nº87/2014 PMP
Contratado (A) PAOLA BUSS, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 579/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 579/2014 AO CONTRATO Nº47/2014 PMP
Contratado (A) RENATA TEREZINHA DA SILVA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 580/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 580/2014 AO CONTRATO Nº363/2013 PMP
Contratado (A) ANGELA MARIA DA SILVA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 581/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 581/2014 AO CONTRATO Nº167/2014 PMP
Contratado (A) MARISA CORREIA DA CONCEIÇÃO, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 582/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 582/2014 AO CONTRATO Nº320/2014 PMP
Contratado (A) ROZANA APARECIDA DE OLIVEIRA, fica prorrogado o término até 06/02/2015, a contar de 20/12/2014. Para atuar na Colônia de Férias.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 313/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 313/2014

OBJETO: Este contrato tem por objeto o fornecimento de um microcomputador, com as seguintes especificações:

- 1- Microcomputador baseado em processador operando a 3.0GHz (nominal) e cache de 6 MB;
- 2 - Processador com no mínimo 3,2 GHZ;
- 3 - BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento, acesso via senha e controle de abertura do gabinete;
- 4 - DDR3 SDRAM 4 Gbytes, 1,6 GHz, DIMM, tecnologia duplo canal, expansível a 32 GBytes;
- 5 - Unidade de dvd-rw, SATA;
- 6 - Unidade de disco rígido com capacidade de 500 Gbytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm;
- 7 - Teclado 101 teclas auto-repetitivas, padrão ABNT2, conector nativo mini-din ou USB;
- 8 - Mouse 400 dpi, dois botões, ótico, interface USB ou PS/2;
- 9 - Monitor de vídeo retroiluminado por LED, wide, 17" SVGA;
- 10 - Interface controladora gráfica de vídeo, endereçando 512 MB de memória, resolução 1900x1080 a 60 HZ em 16 milhões de cores, duas saídas sendo uma digital, cabo compatível com o item 9, suporte a dois monitores simultâneos.
- 11 - Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2;
- 12 - 6 Interfaces USB 2.0 e 2 interfaces USB 3.0, conector A, sendo 2 frontais;
- 13 - Interface padrão IEEE 802,3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe;
- 14 - Controladora de periféricos integrada a placa mãe;
- 15 - Fonte de alimentação universal com correção de fator de potência ativo, eficiência de 90% (50% carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60 Hz;
- 16 - Sistema Operacional Windows 8 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 043/2014

EMPRESA CONTRATADA: ANDRADE PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA ME

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais),

DATA DO CONTRATO: 27 de novembro de 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 320/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 320/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONserto NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 201/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 7.377,50 (sete mil trezentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 10 DE DEZEMBRO DE 2014..

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 321/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 321/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONserto DE VEICULO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 202/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. DE MÁQ. PES. LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 3.494,36 (tres mil quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos)

DATA DO CONTRATO: 10 de dezembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 322/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 322/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS para a Secretaria de Transportes e Obras, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 203/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. DE MÁQ. PES. LTDA
VALOR DO CONTRATO: . A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 5.800,000 (cinco mil e oitocentos reais)

DATA DO CONTRATO: 10 de dezembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 323/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 323/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE CONserto VEICULO CAMINHÃO PLACA LZM-0956 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 204/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA. EPP
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 3.228,14 (três mil duzentos e vinte e oito reais e quatorze centavos).

DATA DO CONTRATO: 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

PORTARIA N. 383, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA N. 383, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI COMISSÃO DE TESTE SELETIVO REFERENTE EDITAL N. 005/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 4.1 do Edital Processo Seletivo nº 005/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir comissão de direção do teste seletivo para contratação em caráter temporário para as funções de farmacêutica e professor de educação física, nomeando os seguintes membros para compô-la:

I - Roseli Mazutti - Professor;

II - Hadriel Dalmolin - Fiscal de Rendas, Tributos e Obras;

III - Nilson Zanella - Tesoureiro.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
17 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PRORROGAÇÃO 008/2014

(Ementa)

PRORROGAÇÃO 008/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO Nº: 005/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços generalizados, consistentes na realização de exames laboratoriais,

LICITAÇÃO: Pregão nº 032/2013

EMPRESA CONTRATADA: LABORATORIO TREZE TILIAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de -8% do valor praticado no ano de 2014, conforme tabela:

Item	Exames/Tipo	Valor por exame R\$
01	Ácido úrico	2,02
02	Colesterol HDL	3,68
03	Colesterol LDL	3,13
04	Colesterol total	2,07
05	Epstein BAAR Igg e Igm	30,82
06	Plaquetas- Contagem	1,38
07	PSA Total/ Livre	14,44
08	T3	6,67
09	T4 Livre	10,03
10	TAP	3,59
11	TC- Tempo de Coagulação	1,10
12	Hemograma	5,24
13	Parcial de urina	3,45
14	Parasitológico de fezes	3,45
15	Triglicerídeos	3,22
16	VDRL	3,22

17	Tipagem sanguínea ABO-Rh	5,06
18	AST (TGO)	2,02
19	ALT (TGP)	2,02
20	Bilirrubinas	2,30
21	BHCG	8,74
22	Urocultura com TSA	13,57
23	VHS - Velocidade de hemossedimentação	1,33
24	Hemoglobina Glicada/Glicosada	8,28
25	Creatinina sérica	2,02
26	Microalbuminúria	6,90
27	Uréia	2,02
28	Bacteriológico de escarro (BAAR)	3,68
29	Glicose	2,02
30	THS	9,89
31	TS – tempo de sangramento	1,10
32	FAN	6,21
33	Ferretina	11,04
34	Látex	2,94

DATA DO CONTRATO: 10 de dezembro de 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 051/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 051/2014

CONTRATO CONTRATO N.º: 275/2014

OBJETO: O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO e Elio Miguel Conci, firmaram contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar do Centro Educacional Padra Trudo Plessers do município de Pinheiro Preto,

LICITAÇÃO: Chamada Pública nº 02/2014.

EMPRESA CONTRATADA: Elio Miguel Conci

VALOR DO CONTRATO: O contrato de fornecimento de gêneros alimentícios nº 275/2014, é aditado em R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais),

DATA DO CONTRATO: 16 de dezembro de 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA – 001/2014 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública - 001/2014 FME-DUCA

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção de escola de um pavimento com 12 salas de aula, localizada no bairro Perequê conforme termo de compromisso PAR nº34164/2014 do programa plano de ações articuladas destinado a Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital".

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 02/02/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 02/02/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de dezembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

CARTA CONVITE – 001/2014 PORTOBELOPREV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Carta Convite - 001/2014 PORTOBELO-PREV

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de Consultoria Previdenciária à entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 06/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 06/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de dezembro de 2014.

JEAN CARLO CABRAL

Diretor de Previdência

TOMADA DE PREÇO – 003/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 003/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção da Unidade Básica de Saúde localizada no Bairro Santa Luzia no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital"- convênio

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 13/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 13/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de dezembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

TOMADA DE PREÇO – 004/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 004/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializada para a construção da Unidade Básica de Saúde localizada a Rua José Manoel Ferreira no bairro Sertão de Santa Luzia no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital"- convênio.

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 14/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 14/01/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de dezembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 137/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 137/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e ROCHA E MACHADO EMPREEN-
DIMENTOS LTDA - ME
Objeto: Execução de obra de construção de salas de aula, biblio-
teca e sanitários no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Millis,
com área total de 334,24 m2, incluindo material e mão de obra.
Valor total: R\$375.826,31 (trezentos e setenta e cinco mil e oito-
centos e vinte e seis reais e trinta e um centavos).
Vigência: será de 16 (dezesseis) meses.
Base legal: Tomada de Preços 010/2014 - Educação, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 17 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 194/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 194/2014 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e
DANIEL ELIAS GARCIA
Objeto: Contratação por meio de Credenciamento de Leiloeiro Ofi-
cial para realizar Leilões de Bens Inservíveis a Municipalidade.
Valor: A título da Comissão, a taxa de 5% (cinco por cento), calcu-
lada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa que deverá
ser cobrada diretamente do arrematante.
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Credenciamento 002/2014, Inexigibilidade de Licitação
006/2014 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

DANIEL ELIAS GARCIA
Contratado

EXTRATO DE CONTRATO 195/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 195/2014 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e
EDUARDO SCHIMITZ
Objeto: Contratação por meio de Credenciamento de Leiloeiro Ofi-
cial para realizar Leilões de Bens Inservíveis a Municipalidade.
Valor: A título da Comissão, a taxa de 5% (cinco por cento), calcu-
lada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa que deverá
ser cobrada diretamente do arrematante.
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Credenciamento 002/2014, Inexigibilidade de Licitação
007/2014 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

EDUARDO SCHIMITZ
Contratado

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 138/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 138/2014 - Educação
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 001/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e TRANSPORTES COLETIVOS
NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
Prorroga-se o aludido contrato superior por 12 (doze) meses a
contar de 31/12/2014.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a
este deu origem

Porto União SC, 18 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 139/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 139/2014 - Educação
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 002/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e BITUR TRANSPORTADORA TU-
RISTICA LTDA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
Prorroga-se o aludido contrato superior por 12 (doze) meses a
contar de 31/12/2014.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a
este deu origem

Porto União SC, 18 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 140/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 140/2014 - Educação
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 003/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e REUNIDAS S.A. TRANSPORTES
COLETIVOS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
Prorroga-se o aludido contrato superior por 12 (doze) meses a
contar de 31/12/2014.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a
este deu origem

Porto União SC, 18 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 102/2014
Inexigibilidade de Licitação nº 006/2014

Caracterização da Situação: O município lançou edital de Chamamento nº 002/2014 para credenciar leiloeiros oficiais para prestarem serviços de alienação de bens inservíveis, de propriedade da municipalidade em leilões públicos a serem promovidos pela Prefeitura Municipal de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Da Escolha: A escolha recaiu sobre Daniel Elias Garcia, matrícula nº AARC/306, uma vez que o mesmo encaminhou a documentação conforme prevê o Edital de chamamento.

Do Preço: Pela prestação do serviço o Leiloeiro Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, valor este a ser pago pelo arrematante no ato do leilão, não cabendo a Prefeitura Municipal a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-lo.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput da Lei 8.666/93.

Porto União, 11 de dezembro de 2014.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 376/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 007/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 103/2014
Inexigibilidade de Licitação nº 007/2014

Caracterização da Situação: O município lançou edital de Chamamento nº 002/2014 para credenciar leiloeiros oficiais para prestarem serviços de alienação de bens inservíveis, de propriedade da municipalidade em leilões públicos a serem promovidos pela Prefeitura Municipal de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Da Escolha: A escolha recaiu sobre Eduardo Schmitz, matrícula nº AARC/159, uma vez que o mesmo encaminhou a documentação conforme prevê o Edital de chamamento.

Do Preço: Pela prestação do serviço o Leiloeiro Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado, valor este a ser pago pelo

arrematante no ato do leilão, não cabendo a Prefeitura Municipal a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-lo.

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput da Lei 8.666/93.

Porto União, 11 de dezembro de 2014.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 376/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 010/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 052/2014 - EDUCAÇÃO
Tomada de Preços 010/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

Porto União SC, 17 de dezembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ARTEFATOS DE CIMENTO CONCÓRDIA LTDA EPP
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atenderem a demanda da execução de todas as atividades referentes ao objeto deste contrato, ocorre que a utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que o Município possa continuar a executar esta obra se faz necessário o aditivo deste contrato, segundo recomendações expostas pelo ofício (justificativa técnica) encaminhado pelo Engenheiro Civil, Gustavo Barbieri, responsável pela obra. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 01, "cimento, a ser entregue em 50kg".
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 30.800,00 (trinta mil, com oitocentos reais), para R\$ 31.473,28 (trinta e um mil, quatrocentos e setenta e três reais com vinte e oito centavos).
VIGÊNCIA:	17/12/2013 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

10ª TERMO ADITIVO - CARMEN MARIA KORB

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013, firmado em 16/08/2013, com término previsto para 01/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN MARIA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 891.668.419-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2014 e encerrando-se em 07/11/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CARMEN MARIA HINCKEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

11ª TERMO ADITIVO - CARMEN MARIA HINCKEL

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013, firmado em 16/08/2013, com término previsto para 07/11/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN MARIA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 891.668.419-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2013, iniciando-se a prorrogação em 07/11/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/11/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CARMEN MARIA HINCKEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1ª TERMO ADITIVO - JOÃO CARLOS POPENG

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2014, firmado em 11/06/2014, com término previsto para 11/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO CARLOS POPENG, portador(a) do CPF nº 549.041.619-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 322/2014, iniciando-se a prorrogação em 11/07/2014 e encerrando-se em 01/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/07/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOAO CARLOS POPENG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1ª TERMO ADITIVO - ROMULO MUTSCHLER

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2014, firmado em 10/06/2014, com término previsto para 10/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROMULO MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 105.942.619-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 321/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/07/2014 e encerrando-se em 01/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/07/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROMULO MUTSCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

2ª TERMO ADITIVO - JOÃO CARLOS POPENG

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2014, firmado em 11/06/2014, com término previsto para 02/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO CARLOS POPENG, portador(a) do CPF nº 549.041.619-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 322/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/10/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOAO CARLOS POPENG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

2ª TERMO ADITIVO - ROMULO MUTSCHLER

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2014, firmado em 10/06/2014, com término previsto para 02/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROMULO MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 105.942.619-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 321/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/10/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROMULO MUTSCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - ALINE KUCHLER

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 353/2014, firmado em 21/10/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE KUCHLER, portador(a) do CPF nº

086.700.989-62, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 353/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 353/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALINE KUCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - CASSIA LEONORA DE SOUZA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2014, firmado em 11/06/2014, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CASSIA LEONORA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 056.139.169-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 320/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2014 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/12/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CASSIA LEONORA DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - JOAO CARLOS POPENG

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2014, firmado em 11/06/2014, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO CARLOS POPENG, portador(a) do CPF nº 549.041.619-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 322/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2014 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/12/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JOAO CARLOS POPENG
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA, portador(a) do CPF nº 015.721.429-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 112/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOELMA PAULINA CAPISTRANO

CACHOEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - ROMULO MUTSCHLER

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2014, firmado em 10/06/2014, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROMULO MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 105.942.619-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 321/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 321/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2014 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/12/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROMULO MUTSCHLER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA, portador(a) do CPF nº 015.721.429-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 112/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA Contratado(a)
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4ª TERMO ADITIVO - ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUTHARDT, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 08/08/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUTHARDT
Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ROSANA MARIA KORB

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANA MARIA KORB, portador(a) do CPF nº 037.005.049-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e

efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/12/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSANA MARIA KORB
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

6ª TERMO ADITIVO - ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 05/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/09/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

7ª TERMO ADITIVO - CATIA REGINA SCHMIDT

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIA REGINA SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 003.675.559-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 247/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e

efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/12/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CATIA REGINA SCHMIDT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

7ª TERMO ADITIVO - ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/09/2014 e encerrando-se em 08/11/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

8ª TERMO ADITIVO - ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em 18/08/2013, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 07/11/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/11/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

9ª TERMO ADITIVO - CARMEN MARIA KORB

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013, firmado em 16/08/2013, com término previsto para 01/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN MARIA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 891.668.419-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2014 e encerrando-se em 07/11/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CARMEN MARIA HINCKEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

9º TERMO ADITIVO - ROSENI A. G. FERREIRA

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 19/12/2014 e encerrando-se em 31/03/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 14/2014

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 14/2014

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, GARIBALDI ANTONIO AYROSO, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamenta pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, na(o) RUA ALBERTINA IGNEZ ERKMANN, Bairro BARRAGEM, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA tem extensão de 384,87 metros e área a ser pavimentada de 4.618,44 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas: A Pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto com 40cm de diametro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto tecnico. 2 - A sub-base será de rachão com 20cm de espessura, e a base em camada única de 15cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído cm 30, precede-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5cm sobre a área de 3.078,96 m2. A colocação dos meio fios em concreto numa extensão de 770,00 mts. O passeio com área de 1.539,48 m2 será executado em blocos intercalados de concreto espessura de 6,0cm (paver cinza) com faixa paver vermelho podotátil.

2.1 Os serviços de drenagem e tubulação encontram-se executados.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 4.618,44 m² referidos neste edital é de R\$ 523.254,32 (quinhentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos), sendo o preço unitário orçado de (113,29) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1 Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário
Cadastro
Área Pavimentada
Valor

NELSON DAMASIO

33.501
169,92
17.926,56

FERNANDO CAMPESTRINI

33.502
133,20
14.052,60

ALEXANDRE CAMPESTRINI

33.503
89,10
9.400,05

ILDEMAR KOHL

33.504
89,10
9.400,05

LOURENCO GARCIA

33.505
89,10
9.400,05

VALDIR KNECHT

33.506
89,10
9.400,05

EDER JUNIOR CAMBRUSSE

33.507
89,00
9.389,50

PAULO CESAR RECH

33.508
89,00
9.389,50

JULIANO FABRICIO NELLIS

33.509
89,10
9.400,05

MAIKSON DANIEL ZUNINO

33.510
89,10
9.400,05

LUIZ RICARDO CASCAIS

33.511
78,00
8.229,00

ABRAAO DOS SANTOS

33.512
78,00
8.229,00

EVANILDE DUARTE

33.513
79,50
8.387,25

JECI JAMES AMORIM

33.514
79,50
8.387,25

MARCIA REGINA DE AMORIM

33.515
79,50
8.387,25

PEDRO SOARES

33.516
79,50
8.387,25

LUCIA DAIANA TAMBOSI DA SILVA

33.517
79,50
8.387,25

DEVANIR SCHLUP BORK

33.518
79,50
8.387,25

JONAS FRANCISCO D'AVILA

33.519
79,50
8.387,25

ANDERSON AUGUSTO PAES

33.536
116,70
12.311,85

ANITA REIF

33.537
81,00
8.545,50

CLEITON CARLOS WESTPHAL

33.538
81,00
8.545,50

DIEGO ALBERTO FUCHS

33.539
81,00
8.545,50

ADELCIO DA CUNHA

33.540
81,00
8.545,50

LUCIA APARECIDA LANA

33.541
81,00
8.545,50

SABRINA FATIMA WOLF

33.542
81,00
8.545,50

RAINILDES SCHMITT

33.543
81,00
8.545,50

ELIAS DA SILVA

33.544
81,00

8.545,50

SONIA NERIS ESPINDOLA

33.545

81,00

8.545,50

FABIANO SALES ESPINDOLA

33.546

81,00

8.545,50

TATIANA CRISTINA CHRISTEN

33.547

81,00

8.545,50

ALLAN PAULO ROSTIROLA

33.548

78,00

8.229,00

VOLDINEI DE PINHO

33.577

148,56

15.673,08

DANIEL DA ROSA LOCKS FELDHAUS

33.578

79,50

8.387,25

MARCO AURELIO DOS SANTOS

33.579

79,50

8.387,25

RAFAEL ROMEU RADLOFF

33.580

79,50

8.387,25

MARIA JURACI PINTO DO NASCIMENTO

33.581

79,50

8.387,25

JUNIOR CESAR DA SILVA

33.582

79,50

8.387,25

PAULO SADOTE DA SILVA

33.583

79,50

8.387,25

JOSE CARLOS MORAES

33.584

79,50

8.387,25

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 14/2014

Proprietário

Cadastro

Área Pavimentada

Valor

VILMAR EMILIO ADAMI

33.586

159,00

16.774,50

HILARIO AVELINO CLASEN

33.587

79,50

8.387,25

CASSIO ADRIANO MOHR

33.588

78,00

8.229,00

EVANILDE DUARTE

39.291

79,50

8.387,25

HELIO JOCHEM

40.669

15,00

1.582,50

PAULO ADRIANO DOS SANTOS

40.670

15,00

1.582,50

JUSSARA CARVALHO

40.671

15,00

1.582,50

DENISE HUNTEMANN

40.672

15,00

1.582,50

EDEVALDO PROCHNOW

40.673

15,00

1.582,50

EMILIANA VARGAS

40.674

15,00

1.582,50

EDUARDO NEUMANN

40.675

15,00

1.582,50

SILMARA FATIMA VARGAS

40.677

15,00

1.582,50

VILMAR GONCALVES CHALUCA

40.678

15,00

1.582,50

CERLI KOFFKE DUARTE

40.679

15,00

1.582,50

MARCOS JOOS

40.680

15,00

1.582,50

EDNILSON COELHO

40.682

15,00

1.582,50

MOACIR RICARDO MARLOCH

40.683

15,00

1.582,50

CLAUDIA CRISTINA CIPRIANI

40.686

15,00

1.582,50

ELAINE COSTA

40.698

15,00

1.582,50

MARIA SALETE BOGO

40.699

15,00

1.582,50

CRISTIANO FELIX LEITE

47.134

78,00

8.229,00

ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)

76.674,93

TOTAL GERAL

523.254,32

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos do mercado atual, forma de preço à vista.

RIO DO SUL 14 de novembro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

RUBENS A. S. MENSLIN

Sec. Mun. da Fazenda

JOSÉ L. DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 19/2014

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 19/2014

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, GARIBALDI ANTONIO AYROSO, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamenta pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL, na(o) RUA IDA LENZ, Bairro CANTA GALO, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL tem extensão de 122,91 metros e área a ser pavimentada de 860,37 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas: A Pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto com 40cm de diametro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto tecnico. 2 - A sub-base será de rachão com 20cm de espessura, e a base em camada única de 15cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído cm 30, precede-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5cm sobre a área de 860,32 m². A colocação dos meio fios em concreto numa extensão de 310,00 mts.

2.1 Os serviços de drenagem e tubulação encontram-se executados.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 860,37 m² referidos neste edital é de R\$ 139.382,87 (cento e trinta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), sendo o preço unitário orçado de (162,01) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1 Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário

Cadastro

Área Pavimentada

Valor

IRENE MACHADO

13.765

20,00

2.090,00

AIR JOSE ROSSETTI

13.766

88,00

9.196,00

ARISTEU WERNER - ESPOLIO

59.729

84,00

8.778,00

CLIVANDA WERNER

59.730

68,00

7.106,00

OTILO BLACK - ESPOLIO

59.731

80,00

8.360,00

LAURO GARCIA

59.733

96,80

10.115,60

AIR JOSE ROSSETTI

59.743

88,00

9.196,00

RETÍFICA TREVO LTDA

59.748

223,64

23.370,38

ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)

61.170,89

TOTAL GERAL

139.382,87

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos do mercado atual, forma de preço à vista.

RIO DO SUL 18 de dezembro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

CRISTIANO C. D. L. SEGATTO

Sec. Interino da Sec. da Fazenda

JOSÉ L. DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 20/2014

EDITAL DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADA Nº : 20/2014

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, GARIBALDI ANTONIO AYROSO, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 5.092, de 21 de dezembro de 2010, regulamenta pelo Decreto nº 1.752, de 23 de março de 2011, faz saber a quem interessar possa, que serão executadas as obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, na(o) RUA LUIZ GAVIOLI, Bairro TABOÃO, apresentando-se a estimativa de custo, antes da execução da obra, para fins de cobrança da Pavimentação Subsidiada, conforme descrições que seguem.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA tem extensão de 336,67 metros e área a ser pavimentada de 4.376,71 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas: A Pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto com 40cm de diametro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto tecnico. 2 - A sub-base será de rachão com 20cm de espessura, e a base em camada única de 15cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluido cm 30, precede-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5cm sobre a área de 4.383,87 m². A colocação dos meio fios em concreto numa extensão de 592,00 mts. O passeio com área de 1.314,00 m² será executado em blocos intercalados de concreto espessura de 6,0cm (paver cinza) com faixa paver vermelho podotátil para alerta e direcional.

2.1 Os serviços de drenagem e tubulação encontram-se executados.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, o valor total do custo previsto para os 4.376,71 m² referidos neste edital é de R\$ 487.364,31 (quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos), sendo o preço unitário orçado de (111,35) por m² de pavimento. O Orçamento, os subsídios concedidos e o valor individualizado referente ao custo da obra por imóvel beneficiado, encontram-se a disposição dos contribuintes interessados junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1 Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	7.743,84
Cadastro	
Área Pavimentada	VOLNI MOACIR DE SOUZA
Valor	15.765
	78,00
	7.743,84
YAMAMOTO MASSAJI	
15.750	
78,00	VOLNI MOACIR DE SOUZA
7.743,84	15.766
	78,00
	7.743,84
INGRID SCHLATTER	
15.751	
78,00	ELVIRA SCHMITT DA SILVA
7.743,84	15.767
	78,00
	7.743,84
TEDICELER MAICON MULLER	
15.752	
78,00	ALCIDES JOSE GIRARDI
7.743,84	15.768
	78,00
	7.743,84
IVO FRANCISCO GOEDERT	
15.753	
78,00	JAIR JOSE DA COSTA
7.743,84	15.769
	162,50
	16.133,00
JOSÉ AGOSTINHO PETRY	
15.754	
78,00	RUBENS MUNDEL
7.743,84	15.825
	84,50
	8.389,16
INES MARTENDAL	
15.755	
78,00	VONI OSTERMANN
7.743,84	15.838
	156,00
	15.487,68
VALERIO DALSENTER	
15.757	
78,00	OLINDINA FELICIO BREMER
7.743,84	15.843
	87,75
	8.711,82
GERDA NAGEL	
15.758	
78,00	JOSE MARCONSINI
7.743,84	15.844
	81,25
	8.066,50
JOSIAS JOSE JACINTO	
15.759	
78,00	SEBASTIAO GREGORIO FARIAS
7.743,84	15.845
	81,25
	8.066,50
JOEMIR CLAUDIO DE SOUZA	
15.760	
78,00	JOSE ALEXANDRE BEERLI
7.743,84	15.868
	81,25
	8.066,50
NILZETE DIRKSEN BORGES	
15.761	
78,00	ARTUR PEDRO KISNER
7.743,84	15.869
	81,25
	8.066,50
EDGAR KAESTNER	
15.763	
156,00	WALMOR ESTEVAM ZIMMERMANN
15.487,68	15.870
	81,25
	8.066,50
ZENIR CONÂCO	
15.764	
78,00	WALMOR ESTEVAM ZIMMERMANN
	15.871

87,75
8.711,82

ADAIR HOFFMANN
15.875
81,25
8.066,50

ELVIS VASSELAI
15.876
81,25
8.066,50

EDISON GUIMARAES MIRANDA
15.877
87,75
8.711,82

ODAIR JOSE DE OLIVEIRA
15.896
123,50
12.261,08

AECIO BRUNO
15.897
120,25
11.938,42

FABRICIO JOSE THEIS
26.557
91,00
9.034,48

MARLI MARIA THIESEN
32.491
87,75
8.711,82

SQUEL SAUANE STEIN
61.605
87,75
8.711,82

ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)

174.706,77

TOTAL GERAL
487.364,31

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Lançamento, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos do mercado atual, forma de preço à vista.

RIO DO SUL 18 de dezembro de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO CRISTIANO C. D. L. SEGATTO
Prefeito Municipal Sec. Interino da Sec. da Fazenda

JOSÉ L. DO NASCIMENTO
Fiscal de Tributos

PORTARIA N. 1263/RH

PORTARIA N. 1263/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar ao servidor municipal VALCINEI NAZARI, matrícula n. 257133/1 ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, a penalidade de Demissão, a partir de 18 de dezembro de 2014, com fundamento ao disposto no Art. 173, inciso II, § 1º, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2014 (instaurado pela Portaria n. 0862/RH de 08 de agosto de 2014, publicada em 18 de agosto de 2014), que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 157, incisos II, III e X e Art. 158, inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos reveja o desconto em folha de pagamento do servidor em questão referente às faltas do período de 01 de abril a 08 de abril de 2014 e que se efetue o pagamento destes dias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA Nº 1.266

PORTARIA Nº. 1.266/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, no período de 27/12/2014 a 03/02/2015, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal BRUNA LIVRAMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente desenvolvendo as atribuições da função comissionada de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda, durante o impedimento da titular por motivo de Férias. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

PORTARIA Nº 1.267

PORTARIA Nº. 1.267/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar interinamente, a servidora PATRICIA NICOLLA-DELLI GILI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para exercer as funções do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, devido o impedimento da titular, Bruna Livramento, por motivo de designação para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 27/12/2014 a 03/02/2015, nos termos dos Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 111/2014

DECRETO Nº 111 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.016 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 01.64

RED: 17

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 16 de Dezembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE RESULTADO DAS ELEIÇÕES MESA DIRETORA

EDITAL DE RESULTADO DAS ELEIÇÕES MESA DIRETORA CÂMARA MUNICIPAL

Pelo presente Edital, faço saber aos que dele tomarem conhecimento, que a Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso-SC, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara, no dia 17 de Dezembro de 2014 elegeu a sua MESA DIRETORA para o Ano 2015.

Cujo Resultado foi o Seguinte,

Chapa nº 01 assim constituída:

PRESIDENTE: Valdenir José Zamboni

VICE-PRESIDENTE: Santo Civiero

SECRETÁRIO: Silvano Tinelli

SECRETÁRIO ADJUNTO: Claudemir Sartorel

Obteve 09 (nove) votos favoráveis.

Assim sendo, a chapa nº 01, foi proclamada eleita.

Salto Veloso, 18 de Dezembro de 2014.
CLAUDEMIR SARTOREL
Presidente

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 010/2014

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 010 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a alteração dos artigos 19, 20 e § 2 do artigo 21, do regimento interno e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CAMARA DE VEREADORES: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Os artigos 19, 20, e § 2º do artigo 21, da Resolução nº. 05, de 03 de novembro de 1992 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Salto Veloso passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 - A mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Secretário Adjunto, com mandato de 01 (um) ano, vedada a recondução para mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo único - O Secretário Adjunto somente se considerará integrante da mesa quando em efetivo exercício.

Art. 20 - Findo os mandatos dos membros da mesa, proceder-se-á a renovação desta para o ano subsequente.

Art. 21 - (...)

§ 2º - A eleição para renovação da mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro do ano seguinte, conforme Lei Orgânica Municipal Art. 58, § 5.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR SARTOREL
PRESIDENTE

MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

Claudemir Sartorel
Presidente Mesa Diretora

Valdenir José Zamboni Santo Civiero
Secretário Secretário Adjunto

Santa Cecília**PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 055/2014 - REGISTRO DE PREÇOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, no dia 07 de Janeiro de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e impressos para serem utilizados no ano de 2015. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital, deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto a prefeitura municipal.

Santa Cecília, 18 de Dezembro de 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 056/2014 -REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, no dia 08 de Janeiro de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital, deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto a prefeitura municipal.

Santa Cecília, 18 de Dezembro de 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº763/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0011 - ESPORTE É SAÚDE
Ação: 2.026 - Manut. Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários
Atividade: 2.026 - Manut. Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.900,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 122 - Administração Geral
Programa: 0004 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Ação: 1.004 - Aquisição de Móveis e Equipamentos
Projeto: 1.004 - Aquisição de Móveis e Equipamentos
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.900,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Dezembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº764/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

"Institui o Programa de Incentivo à Produção Agrícola - MAIS AGRICULTURA, e dá outras providências."

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa de Incentivo à Produção Agrícola - MAIS AGRICULTURA, através da concessão de gratuidade e premiação em serviços em propriedades rurais, com o objetivo de fortalecer as atividades rurais, incrementar o Movimento Econômico Agropecuário do Município, ampliar a renda dos produtores rurais e, sobretudo, o desenvolvimento econômico e social, de modo a reconhecer a participação e importância de cada um, nos termos da presente Lei.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se propriedade rural a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras, localizada na zona rural do Município, em que o proprietário, arrendatário, agregado, meeiro, parceiro e posseiro esteja em plena exploração da atividade produtiva, ainda que sob a mesma área exista mais de 01 (um) agricultor cadastrado, ocasião em que a produção será somada.

§ 2º O incentivo de que trata a presente lei destina-se exclusivamente à realização de serviços de máquinas e outros serviços inerentes as práticas agrícolas nas propriedades rurais do Município.

Art. 2º Para obter o incentivo de que trata a presente lei, o agricultor deverá:

I - estar em situação regular perante a Fazenda Pública Municipal;
II - cumprir com a função social da propriedade, conforme determina o art. 186 da Constituição Federal;
III - estar com cadastro atualizado junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º O incentivo que trata a presente lei será concedido anualmente, parte rateado igualmente para todas as propriedades rurais do Programa e parte de acordo com o índice de participação de cada propriedade rural no Movimento Econômico Agropecuário do Município do ano imediatamente anterior, apurado após a publicação dos índices definitivos de retorno do ICMS pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC), observando-se a seguinte disposição:

I - Até 03 (três) horas de máquinas leves (trator de pneu com equipamentos; retroescavadeira para serviços de limpeza de aviários; e, carregamento de adubo orgânico) gratuitas por ano, equivalentes atualmente a R\$ 120,00 (cento e vinte reais), por propriedade rural, independente do índice de participação da mesma no Movimento Econômico Agropecuário do Município.

II - A concessão de incentivo para serviços de máquinas pesadas, cujo valor de 01 (uma) hora equivale atualmente a R\$ 66,00 (sessenta e seis reais), observando-se o disposto na tabela abaixo:

Faixa de Movimento Econômico	Qtde. horas máquinas pesadas / propriedade	Equivalência em R\$
De R\$ 1,00 a R\$ 50.000,00	03	R\$ 198,00
De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	04	R\$ 264,00

De R\$ 100.001,00 a R\$ 150.000,00	05	R\$ 330,00
Acima de R\$ 150.001,00	06	R\$ 396,00

§ 1º A soma dos valores correspondentes aos incentivos previstos nos incisos I e II do presente artigo serão apurados até o dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a qual emitirá e manterá planilha atualizada com os valores creditados e utilizados por propriedade rural.

§ 2º As propriedades rurais que eventualmente não façam uso de serviços de máquinas leves ou pesadas previstos nos incisos I e II do presente artigo, poderão, de forma proporcional e conforme a disponibilidade de atendimento, converter o respectivo crédito um pelo outro, devendo para tanto ser observado o valor praticado pelo Município para o respectivo serviço.

§ 3º Os serviços de que trata o presente artigo serão prestados mediante solicitação prévia, sendo o agendamento se dará por ordem cronológica e conforme disponibilidade do Setor correspondente do Município (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e/ou Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos).

Art. 4º O Programa de que trata a presente lei terá validade até 31 de dezembro de 2017, sendo que o incentivo está estimado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) aproximadamente, os quais serão suportados pelo orçamento vigente em cada exercício.

Art. 5º Compete ao Poder Executivo a administração e o gerenciamento do Programa, sendo que as ações governamentais relativas à sua implantação contarão com a participação de representantes dos produtores rurais do Município, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento do Município de Santiago do Sul, suplementadas, se for necessário.

Art. 7º A presente Lei será regulamentada por Decreto, no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de Dezembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº765/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município para o exercício de 2015, Lei Municipal Nº.759/2014, de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 525.577,57 (Quinhentos e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0021 - Santiago - Viver Melhor

Ação: 1.028 - Pavimentação de Ruas

Projeto: 1.028 - Pavimentação de Ruas

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.64 - Aplicações Diretas
..... R\$329.373,35

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0021 - Santiago - Viver Melhor

Ação: 1.029 - Pavimentação de Passeios Públicos

Projeto: 1.029 - Pavimentação de Passeios Públicos

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.64 - Aplicações Diretas
..... R\$196.204,22

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior serão provenientes do excesso e/ou provável excesso de arrecadação, por conta dos recursos do FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, através de Convênio N.2014TR003786, firmado pelo Município com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 17 de Dezembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº766/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade de Fundo Municipal de Saúde - FMS, Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 19.100,00 (Dezenove mil e cem reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.028 - Manutenção Atividades da Unidade Sanitária Municipal
Atividade: 2.028 - Manutenção Atividades da Unidade Sanitária Municipal
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 19.100,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 1.015 - Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária
Projeto: 1.015 - Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.027 - Manutenção Prédio Unidade Sanitária
Atividade: 2.027 - Manutenção Prédio Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.034 - Manut. Atividades Agentes de Saúde
Atividade: 2.034 - Manut. Atividades Agentes de Saúde
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.065 - Manut.das Academias de Saúde

Atividade: 2.065 - Manut. das Academias de Saúde
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Dezembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº 350/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
ANULAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 350/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, ANULA A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 350/2014 destinada ao: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAIS ESCOLARES PARA PROFESSORES E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, vem através deste comunicar que, devido à questionamentos entre os fornecedores sobre os laudos do Inmetro, amostras, marcas dos itens cotados e inconsistência de informações no edital e, para sanar os problemas nele existentes, anula-se a licitação com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 374/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 374/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 15 de janeiro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES URBANOS E PERIURBANOS DAS HORTAS COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME PROCESSO Nº 71000.094383/2012-69 CONVÊNIO Nº 017/2012 SINCOV Nº 774229/2012.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

DECRETO Nº 801/2014

DECRETO Nº 0801, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA
(170) 3.3.90.39.00.00.00 156 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 40.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031- Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública
(229) 3.3.90.39.00.00.00 017 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 287.000,00

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 2.062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS
3.1.90.01.00.00.00 205 - Aposentadorias e Reformas R\$ 60.000,00
3.1.90.01.00.00.00 200 - Aposentadorias e Reformas R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, na fonte de recurso 0205 - Compensação Previdenciária, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 02 - DETRUSBS

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA
(159) 3.1.90.11.00.00.00 156 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 40.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031- Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública
(227) 3.3.90.30.00.00.00 017 - Material de Consumo R\$ 69.000,00
(232) 4.4.90.51.00.00.00 017 - Obras e Instalações R\$ 105.000,00
(233) 4.4.90.52.00.00.00 017 - Equip. Material Permanente R\$ 113.000,00

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Atividade: 2.062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS
3.1.90.03.00.00.00 200 - Pensões R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 802/2014

DECRETO Nº 0802, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Determina Horário de Atendimento ao Público nas Repartições Públicas Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e conforme o que disciplina o art. 232, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001 e

Considerando o período de férias coletivas dos servidores públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2014 e no período de 05 de janeiro de 2015 a 20 de janeiro de 2015, o horário de atendimento ao público, nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, será das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 008/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público o SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO do Concurso Público 08/2014, nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam EXCLUÍDAS do Anexo II do Edital de Deferimento das Inscrições Pós-recurso - Ampla Concorrência, as inscrições DUPLICADAS abaixo relacionadas:

Nome	Nº de Inscrição
ALINE TAIS BRITTO HEINZEN	00120000529
ANA MARIA PADILHA	00120003208
CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	00120001333
CLÁUDIA MARIA GAUZISKI	00120002227
ELIANELEANDRINA DE SOUZA	00120000397
EULÁLIA GORNIACK CUSTODIO	00120001599
KARINA ANTONOWICZ	00120000497
LENI APARECIDA CORREA DA SILVA	00120001659
LINA HEIDEN DE BARROS ESMERO	00120000524
LUCAS ODENIR NIESPODZINSKI	00120001899
SUELEN ELIZA VIER DREVECK	00120001454
VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA LUDWINSKY	00120000615

I - Ficam excluídas as inscrições acima relacionadas conforme o disposto no subitem 4.7.1 do Edital de Abertura:

"4.7.1 O candidato que realizar mais de uma inscrição para o mesmo período/horário de aplicação da prova, terá confirmada apenas a última inscrição realizada, sendo as demais canceladas

independentemente da data em que os pagamentos tenham sido efetuados."

Art. 2º Fica incluído os dois dígitos "00" a frente dos números de inscrição, conforme exemplo abaixo:

Exemplo: 0012001234

Art. 3º Este Termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Bento do Sul/SC, 18 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 009/2014

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 009/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, abre inscrição para o processo seletivo de formação de cadastro de reserva para eventual contratação temporária, conforme dispõem o art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal nº 2.397, de 09 de setembro de 2009 e legislação vigente.

1. DOS CARGOS

O presente Processo Seletivo destina-se ao preenchimento do cargo de:

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Médico Clínico Geral	40	R\$ 10.606,51	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Urologista	40	R\$ 10.606,51	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Ortopedista	40	R\$ 10.606,51	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Médico Psiquiatra	40	R\$ 10.606,51	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Generalista - ESF	40	R\$ 10.606,51 + 22% de gratificação	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática

- O vencimento acima é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo este proporcional à carga horária pela qual optar o candidato no ato de admissão.

Para o preenchimento da ficha de inscrição será necessário anexar as seguintes fotocópias:

- Cédula de Identidade;
- C.P.F;
- Diploma de Habilitação;
- Fotocópia da Carteira expedida pelo conselho profissional;
- Comprovante de tempo de serviço na área, se houver;
- Certidão Casamento e nascimento filhos ou comprovante de adoção.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período compreendido dos dias 22/23/29/ e 30 de dezembro de 2014 e de 05/01/15 à 16/01/15, junto ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul/SC, no horário de expediente da Prefeitura.

3.2 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.3 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.4 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Serão aprovados os candidatos que juntarem os documentos requeridos neste edital e estes serão classificados na ordem inversa da pontuação obtida segundo os critérios abaixo:

4.1 Tempo de inscrição no CRM:

- a) De 01 ano a 05 anos: 05 pontos
- b) De 06 anos e 11 anos: 10 pontos
- c) De 12 anos e 17 anos: 15 pontos
- d) De 18 anos e 22 anos: 20 pontos
- e) De 23 anos e 28 anos: 25 pontos
- f) Acima de 28 anos: 30 pontos

4.2 Tempo de serviço médico no exercício de cargo público ou emprego público:

- a) Até 05 anos: 2,5 pontos
- b) De 06 anos e 10 anos: 5,0 pontos
- c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

4.3 Aprovação em concursos públicos ou testes seletivos: 02

pontos por certame

4.4 Ordem classificatória se dará pela somatória dos pontos, com desempate a favor do candidato mais idoso;

4.5 Os candidatos classificados serão, pela ordem, oportunamente chamados para confirmar sua intenção de ingressar no emprego do quadro para o qual se inscreveram;

4.6 Do resultado da aprovação e da classificação, os recursos deverão ser através de requerimento, que deverá ser protocolizado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no horário de expediente, dirigido à Comissão do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação dos resultados, através de requerimento fundamentado, indicando com precisão os pontos de objeto da revisão.

4.7 Não se admitirão pedidos de recurso interposto por via postal, fax ou internet.

4.8 A classificação do candidato no Processo Seletivo não assegura o direito ao ingresso automático no cargo ou emprego, apenas a expectativa de ser admitido, segundo a ordem classificatória, ficando a concretização deste ato, condicionada à observância de disposições legais.

5. 5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo;

5.2 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata terá a inscrição cancelada e serão anulados todos os atos dela decorrentes;

5.3 O presente Processo Seletivo, com a respectiva classificação, terá a validade para 01 (um) ano a contar da data da homologação;

5.4 As publicações estarão no quadro de Editais da Prefeitura Municipal e na página de internet do Município: www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

5.5 A aprovação e classificação no certame não garante a contratação do profissional, vez que a seleção de presta a preenchimento de cadastro de reserva. Ocorrendo alguma das hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público previstas na Lei Municipal 2.397/2009 o candidato aprovado será chamado à contratação temporária consoante a ordem de classificação e pelo tempo de validade do Processo Seletivo.

5.6 Na hipótese do item anterior, o candidato será notificado a comparecer no Departamento de Recursos Humanos e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a documentação exigida no item 5.10, assinar o contrato de trabalho temporário e dar início ao exercício profissional.

5.7 O não comparecimento no prazo acima é desistência tácita, acarretando a convocação do próximo candidato, segundo a ordem de classificação, sendo vedado à Administração Municipal alterar a ordem de classificação, incluindo o chamado "reposicionamento para final de lista".

5.8 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo serão admitidos no regime da Consolidação das Leis do Trabalho e sob as regras da Lei Municipal 2.397/2009

5.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial.

5.10 A documentação exigida do candidato, que deverá ser apresentada no prazo do item 5.6 sob pena de desistência tácita:

* 01 foto 3x4;

* Carteira de trabalho;

* Exame pré-admissional que comprove a capacidade física e mental para o exercício das funções (A critério do Médico do Trabalho responsável pelo exame pré-admissional, poderão ser requisitados exames complementares);

* declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;

* declaração de que não percebe aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;

- * declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- * declaração de bens que constituem o seu patrimônio;
- * Certidões negativas Crime e Fiscal - acessar o site www.tjsc.gov.br;
- * fotocópia cédula de identidade;
- * fotocópia do C.P.F.;
- * fotocópia do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- * fotocópia da certidão de nascimento, e ou, casamento;
- * fotocópia da certidão de nascimento dos dependentes e da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- * fotocópia do atestado de frequência escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- * fotocópia do certificado de alistamento militar;
- * fotocópia do comprovante de residência do MÊS ATUAL;
- * fotocópia autenticada (ou cópia com apresentação do original no ato da posse) do diploma de conclusão de curso (conforme o nível de ensino exigido para o cargo);
- * fotocópia da carteira de vacina contra Rubéola;
- * fotocópia do cartão PIS/PASEP e sua data de cadastro;
- * fotocópia da carteira de trabalho onde constam a foto e os dados pessoais;
- * fotocópia dos documentos que comprovem o atendimento aos pré-requisitos exigidos para cada cargo.

5.11 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

5.12 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2014 EMHAB

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada, que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão-de-obra e demais obrigações necessárias para a construção de 02 (duas) unidades habitacionais pré-fabricadas do LOTE 01, conforme especificações do Orçamento Estimativo, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e projetos anexos ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 009/2014, nos terrenos de propriedade da EMHAB, localizados na Rua Felício Bonkoski, s/n, lote 05, quadra 06, Matrícula nº 39.686, Bairro Serra Alta, no município de São Bento do Sul/SC e Rua Felício Bonkoski, s/n, lote 09, quadra 07, Matrícula nº 39.716, Bairro Serra Alta, no município de São Bento do Sul/SC.

DO VALOR: R\$ 109.864,21 - Valor Total

DA VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19 de novembro de 2014 até 19 de março de 2015.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias contados a partir de 17 de dezembro de 2014 até 15 de fevereiro de 2015.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação EMHAB.

TERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 010/2014 EMHAB

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 010/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 003/2014, firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB E A EMPRESA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., EM 16 DE MAIO DE 2014, CONFORME EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 003/2014, que consiste na contratação de empresa para realização de pavimentação asfáltica, sinalização e drenagem pluvial das ruas de acesso ao loteamento Jardim Boa Esperança, no Bairro Serra Alta, Rua Bertha Dobenck e Rua Pedro Kurowsky, com fornecimento de material, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projetos, de acordo programa de regularização fundiária Serra Alta - FNHIS, termo de compromisso nº 301.579-56/2009/Ministério das Cidades/CAIXA. Considerando que a EMHAB não efetuou o recebimento definitivo da obra devido aos problemas/defeitos encontrados nos serviços executados, ainda que a obra tenha sido concluída dentro do prazo de execução de 90 (noventa) dias, contados de 26/06/2014 a 24/09/2014.

Considerando que empresa foi notificada pela EMHAB para retornar e realizar os serviços de reparos na obra, os quais ainda encontram-se em execução até a data de hoje, com previsão de conclusão até 19/12/2014, e, para que possam ser obedecidas todas as formalidades e trâmites burocráticos referentes à vistoria final, medição final e liberação do recurso financeiro por parte da Caixa Econômica Federal, assegurando o respectivo pagamento, faz-se necessário prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 24 de dezembro de 2014 e com término em 22 de fevereiro de 2015.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de maio de 2014 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2014.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação - EMHAB.

EMPREITEIRA DE-MÃO-DE-OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 027/2014 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 027/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 001/2014, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., conforme Tomada de Preço nº 011/2013, de 28 de novembro de 2013. Considerando o objeto do Contrato nº 001/2014 que consiste na prestação de serviços de implantação de sistema de emissão e cobrança de boleto bancário, referente à matrícula e mensalidade dos alunos da Piscina Pública Municipal.

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 001/2014 no dia 07 de janeiro de 2015, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quinta - Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 08 de janeiro de 2015 e com término em 07 de janeiro de 2016.

2º - Permanece o valor único de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) por boleto bancário, independentemente do local do pagamento escolhido pelo sacado, totalizando o valor em R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de janeiro de 2014, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2014.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 059/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 059/2014

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 084/2013 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES nº 2521792, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 3.277/06.

DO OBJETO: O presente tem por objeto integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme Plano Operativo previamente definido entre as partes e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, o qual faz-se necessário alterar a seguinte Cláusula do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 084/2013 para o período, com base em sua Cláusula Décima Quinta, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2014.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

Irmã NELSA HACKBARTH, pela Empresa Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 060/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 104/2012 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde e a ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPECIALIZADO EM PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - ACEPRED, nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 69/2012, de 26 de outubro de 2012.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de SAÚDE MENTAL conforme Resolução RDC n.º 29, de 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Edital de Chamada Pública Nº 69/2012 de 26 de outubro de 2012, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 104/2012 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MÁRIO PEREIRA, pela Empresa Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 061/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 061/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 105/2012 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde e o CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE, nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 69/2012, de 26 de outubro de 2012.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de SAÚDE MENTAL conforme Resolução RDC n.º 29, de 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Edital de Chamada Pública Nº 69/2012 de 26 de outubro de 2012, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 105/2012 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2015 a 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

OTTO MULLER, pela Empresa Contratada.

LEI Nº 3467/2014

Lei nº 3467/2014 1

LEI Nº 3467, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 945/2004, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E ACRESCENTA AO CAPÍTULO I, TÍTULO VIII, DA LEI MUNICIPAL Nº 2893, DE 19 DE OUTUBRO 2011, A SEÇÃO XLI E A SEÇÃO XLII.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I a II da Lei n. 945, de 28 de maio de 2004, alterados por meio da Lei Ordinária Municipal nº 2.985, de 27 de março de 2012, passam a vigorar conforme os Anexos I e II da presente lei.

Art. 2º. Aplicam-se as disposições da presente Lei aos servidores públicos ativos e também aos inativos aposentados com proventos mantidos pelo regime próprio de previdência.

Art. 3º. O enquadramento dos servidores será procedido *ex officio* após o dia 5 do mês de fevereiro de 2015, devendo ser encerrado antes da geração das respectivas folhas de pagamento da remuneração dos servidores atingidos.

§ 1º O enquadramento dos servidores será efetuado no mesmo nível e classes/interstícios, da carreira de seu cargo, exatamente igual, ou imediatamente superior, ao vencimento em que o servidor estiver enquadrado no mês de janeiro de 2015.

§ 2º Caberá a Secretaria Municipal da Administração a preparação dos atos necessários para enquadramento dos servidores ativos, que será implementada por meio de Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal;

§ 3º Caberá a Secretaria Municipal de Educação a prestação de todas as informações solicitadas pela Secretaria Municipal da Administração para cumprimento da presente Lei.

§ 4º Caberá ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, proceder o enquadramento dos servidores públicos inativos.

Art. 4º Os artigo 52 da Lei Municipal nº 2893, de 19 de outubro 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Lei nº 3467/2014 2

"Art. 52.

.....

I - Educação Infantil:

a) Creche:

1. Berçário: 4 meses a 1 ano - 10 a 12 crianças (com suporte de 02 atendentes educativos / atendentes de berçário / auxiliar de berçário para cada turma);

....." (NR)

Art. 5º. É acrescentado ao Capítulo I, Título VIII, da Lei Municipal nº 2893, de 19 de outubro 2011, a seção XLI, sob a rubrica "DO ATENDENTE DE BERÇÁRIO", nos seguintes termos:

"SEÇÃO XLI
DO ATENDENTE DE BERÇÁRIO

Art. 226-A. O atendente de berçário é o profissional que tem a função de realizar o trabalho junto ao professor da turma, sempre prestando seus serviços quando solicitado, desenvolvendo atividades de educação, cuidados e atenção às crianças da educação infantil, nas Unidades específicas. Tem como atribuições:

- I. Promover o desenvolvimento da potencialidade das crianças no que se refere ao seu aspecto físico, psicoafetivo, cognitivo, social e cultural;
- II. Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo a autoestima e ampliando gradativamente as possibilidades de comunicação e interação social das crianças;
- III. Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades das crianças das Unidades específicas;
- IV. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
- V. Executar outras atividades compatíveis com a função.

Art. 6º. É acrescentado ao Capítulo I, Título VIII, da Lei Municipal nº 2893, de 19 de outubro 2011, a seção XLII, sob a rubrica "DO AUXILIAR DE BERÇÁRIO", nos seguintes termos:

"SEÇÃO XLII
DO AUXILIAR DE BERÇÁRIO

Lei nº 3467/2014 3

Art. 226-B. O auxiliar de berçário é o profissional que tem a função de realizar o trabalho junto ao professor da turma, sempre prestando seus serviços quando solicitado, estimulando o desenvolvimento biopsicossocial das crianças, orientando em suas experiências, auxiliando na alimentação e higiene das mesmas. Tem como atribuições:

I. Estimular o desenvolvimento biopsicossocial das crianças, proporcionando que suas experiências tenham sempre um cunho lúdico, dessa forma transformando seu dia a dia em aprendizado para seu desenvolvimento sadio;

II. Transmitir noções de higiene às crianças, trocando fraldas, dando-lhes banho, fazendo com que escovem corretamente os dentes e demais comportamentos com o intuito de que as mesmas aprendam a gostar da higiene pessoal, procurando assim torná-las também mais independentes;

III. Auxiliar na alimentação das crianças durante o café da manhã, lanche, almoço, café da tarde e jantar, respeitando horários e faixas etárias, ensinando-as a ingerir alimentos nutritivos, para que sua saúde esteja sempre bem;

IV. Encaminhar as crianças à especialistas quando apresentarem algum problema, prestando-lhes também os primeiros socorros, visando garantir seu bem estar;

V. Atender as crianças que exigem cuidados especiais e medicar aquelas cujas mães deixaram os remédios para serem ministrados a fim de não se interromper tratamentos;

VI. Entregar as crianças ao final da tarde às respectivas mães, informando-as da saúde, comportamentos e alterações da alimentação das crianças, para que elas possam se inteirar da vida dos filhos;

VII. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;

VIII. Executar outras atividades compatíveis com a função.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do início do ano letivo de 2015.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei nº 3467/2014 4

ANEXO I
TABELA DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS CARGOS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO

GRUPOS OCUPACIONAIS / Quadros	CARGOS	Titulação de Ingresso	Escolaridade	Percentual	Nível	CLASSES/INTERSTÍCIOS									
						A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Educação Infantil	Professor	Licenciatura Plena em Pedagogia	DT	LP+30%	IV	3 anos - 3%	2.781,95	2.865,41	2.951,37	3.039,91	3.131,11	3.225,04	3.321,79	3.421,45	3.524,09
			MS	LP+20%	III	3 anos - 3%	2.567,95	2.644,99	2.724,34	2.806,07	2.890,25	2.976,96	3.066,27	3.158,26	3.253,00
			EP	LP+10%	II	3 anos - 3%	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92
			LP		I	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Professor	Licenciatura Plena em Pedagogia	DT	LP+30%	IV	3 anos - 3%	2.781,95	2.865,41	2.951,37	3.039,91	3.131,11	3.225,04	3.321,79	3.421,45	3.524,09
			MS	LP+20%	III	3 anos - 3%	2.567,95	2.644,99	2.724,34	2.806,07	2.890,25	2.976,96	3.066,27	3.158,26	3.253,00
			EP	LP+10%	II	3 anos - 3%	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92
			LP		I	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16
Ensino Fundamental - Anos Finais	Professor	Licenciatura Plena com Habilitação Específica em Educação Especial	DT	LP+30%	IV	3 anos - 3%	2.781,95	2.865,41	2.951,37	3.039,91	3.131,11	3.225,04	3.321,79	3.421,45	3.524,09
			MS	LP+20%	III	3 anos - 3%	2.567,95	2.644,99	2.724,34	2.806,07	2.890,25	2.976,96	3.066,27	3.158,26	3.253,00
			EP	LP+10%	II	3 anos - 3%	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92
			LP		I	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16
Ensino Fundamental - Anos Finais	Professor	Licenciatura Plena com Habilitação Específica	DT	LP+30%	IV	3 anos - 3%	2.781,95	2.865,41	2.951,37	3.039,91	3.131,11	3.225,04	3.321,79	3.421,45	3.524,09
			MS	LP+20%	III	3 anos - 3%	2.567,95	2.644,99	2.724,34	2.806,07	2.890,25	2.976,96	3.066,27	3.158,26	3.253,00
			EP	LP+10%	II	3 anos - 3%	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92
			LP		I	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16

Lei nº 3467/2014 5

Gestão Educacional	Especialista em Assuntos Educacionais	Licenciatura Plena em Pedagogia	DT	LP+30%	IV	3.060,15	3.151,95	3.246,51	3.343,91	3.444,22	3.547,55	3.653,98	3.763,60	3.876,50	3.992,80
			MS	LP+20%	III	2.824,75	2.909,49	2.996,78	3.086,68	3.179,28	3.274,66	3.372,90	3.474,09	3.578,31	3.685,66
			EP	LP+10%	II	2.589,36	2.667,04	2.747,05	2.829,46	2.914,34	3.001,77	3.091,83	3.184,58	3.280,12	3.378,52
			LP		I	2.353,96	2.424,58	2.497,32	2.572,24	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,93	3.071,38
			DT	LP+30%	III	3.366,17	3.467,15	3.571,17	3.678,30	3.788,65	3.902,31	4.019,38	4.139,96	4.264,16	4.392,09
Assistência Educacional	Psicopedagogo	Licenciatura Plena com Especialização em Psicopedagogia	MS	LP+20%	II	3.107,23	3.200,45	3.296,46	3.395,36	3.497,22	3.602,13	3.710,20	3.821,50	3.936,15	4.054,23
			EP		I	2.589,36	2.667,04	2.747,05	2.829,46	2.914,35	3.001,78	3.091,83	3.184,59	3.280,12	3.378,53
			EP	5%	III	1.112,90	1.146,29	1.180,68	1.216,10	1.252,58	1.290,16	1.328,87	1.368,73	1.409,79	1.452,09
			MG/LP	15%	II	1.059,91	1.091,71	1.124,46	1.158,19	1.192,94	1.228,73	1.265,59	1.303,55	1.342,66	1.382,94
			EM		I	921,66	949,31	977,79	1.007,12	1.037,34	1.068,46	1.100,51	1.133,53	1.167,53	1.202,56
Em extinção	Professor (Anos Iniciais, Educação Infantil e Licenciatura Curta)	Magistério para os Anos Iniciais	DT	LP+30%	V	2.781,95	2.865,41	2.951,37	3.039,91	3.131,11	3.225,04	3.321,79	3.421,45	3.524,09	3.629,81
			MS	LP+20%	IV	2.567,95	2.644,99	2.724,34	2.806,07	2.890,25	2.976,96	3.066,27	3.158,26	3.253,00	3.350,59
			EP	LP+10%	III	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92	3.071,38
			LP	MG+28,48%	II	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16
			MG		I	1.665,59	1.715,56	1.767,02	1.820,04	1.874,64	1.930,88	1.988,80	2.048,47	2.109,92	2.173,22
		Magistério para os Anos Iniciais com Adicional	DT	LP+30%	V	2.781,95	2.865,41	2.951,37	3.039,91	3.131,11	3.225,04	3.321,79	3.421,45	3.524,09	3.629,81
			MS	LP+20%	IV	2.567,95	2.644,99	2.724,34	2.806,07	2.890,25	2.976,96	3.066,27	3.158,26	3.253,00	3.350,59
			EP	LP+10%	III	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92	3.071,38
			LP	MG+22,36%	II	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16
			MG		I	1.748,86	1.801,33	1.855,37	1.911,03	1.968,36	2.027,41	2.088,23	2.150,88	2.215,40	2.281,87
		Licenciatura Curta	DT	LP+30%	V	2.781,95	2.865,41	2.951,37	3.039,91	3.131,11	3.225,04	3.321,79	3.421,45	3.524,09	3.629,81
			MS	LP+20%	IV	2.567,95	2.644,99	2.724,34	2.806,07	2.890,25	2.976,96	3.066,27	3.158,26	3.253,00	3.350,59
			EP	LP+10%	III	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92	3.071,38
			LP	LC+11,72%	II	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16
			LC		I	1.915,42	1.972,88	2.032,07	2.093,03	2.155,82	2.220,50	2.287,11	2.355,72	2.426,40	2.499,19

Lei nº 3467/2014 6

		Professor Não Titulado	Ensino Médio	EP	LP+10%	III	2.353,96	2.424,57	2.497,31	2.572,23	2.649,40	2.728,88	2.810,75	2.895,07	2.981,92	3.071,38
				LP	EM+71,3 1%	II	2.139,96	2.204,16	2.270,28	2.338,39	2.408,54	2.480,80	2.555,22	2.631,88	2.710,84	2.792,16
				EM		I	1.264,31	1.302,24	1.341,31	1.381,55	1.422,99	1.465,68	1.509,65	1.554,94	1.601,59	1.649,64
				EP	5%	II	1.112,91	1.146,29	1.180,68	1.216,10	1.252,58	1.290,16	1.328,87	1.368,73	1.409,80	1.452,09
Em extinção		Atendente de Berçário	Magistério ou Licenciatura em Pedagogia	MG/LP	15%	I	1.059,91	1.091,71	1.124,46	1.158,19	1.192,94	1.228,73	1.265,59	1.303,56	1.342,66	1.382,94
				EP	5%	V	1.112,90	1.146,29	1.180,68	1.216,10	1.252,58	1.290,16	1.328,87	1.368,73	1.409,79	1.452,09
				MG/LP	15%	III	1.059,91	1.091,71	1.124,46	1.158,19	1.192,94	1.228,73	1.265,59	1.303,55	1.342,66	1.382,94
Em extinção		Auxiliar de Berçário	Ensino Fundamental Completo	EM	5,00%	II	921,66	949,31	977,79	1.007,12	1.037,34	1.068,46	1.100,51	1.133,53	1.167,53	1.202,56
				FC		I	877,78	904,11	931,24	959,17	987,95	1.017,59	1.048,12	1.079,56	1.111,95	1.145,30

LEGENDA DE ESCOLARIDADE	
DT	Doutorado
MS	Mestrado

Lei nº 3467/2014

7

EP	Especialização
LP	Licenciatura Plena
LC	Licenciatura Curta
MG	Magistério
EM	Ensino Médio
FC	Ensino Fundamental Completo

Anexo II
Quadros de Cargos Efetivos do Magistério

Grupo Ocupacional/Quadros	Cargo	Qtde	Equação Remuneratória	
			CH	R\$
Educação Infantil	Professor de Educação Infantil	205	40	2.139,96
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Professor de Anos Iniciais	333	40	2.139,96
	Professor de Educação Especial	6	40	2.139,96
Ensino Fundamental - Anos Finais	Professor de Anos Finais	238	40	2.139,96
Gestão Educacional	Especialista em Assuntos Educacionais	50	40	2.353,96
	Psicopedagogo	2	40	2.589,36
Assistência Educacional	Atendente Educativo	328	30	921,66
	Professor de Anos Iniciais	14	40	1.665,59
	Professor de Educação Infantil	35	40	1.748,86
	Professor com Licenciatura Curta	1	40	1.915,42
Em Extinção	Professor Não Titulado	5	40	1.264,31
	Atendente de Berçário	35	30	1059,91
	Auxiliar de Berçário	14	30	877,78

PORTARIAS SEMED Nº 1276 A 1285/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1276, de 16 de dezembro de 2014. Concede Gozo de Férias. Irosaleti Bauer de Lima. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1277, de 18 de dezembro de 2014. Concede Auxílio Doença. Vilma Crulikovski de Souza. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1278, de 18 de dezembro de 2014. Concede Licença Maternidade. Alessandra de Lima Ribeiro. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1279, de 18 de dezembro de 2014. Concede Licença Maternidade. Cleusenir Cordeiro Machado. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1280, de 18 de dezembro de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Cleusenir Cordeiro Machado. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1281, de 18 de dezembro de 2014. Concede Licença Maternidade. Edian da Cruz. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1282, de 18 de dezembro de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Edian da Cruz. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1283, de 18 de dezembro de 2014. Concede Licença Maternidade. Luciana Koppes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1284, de 18 de dezembro de 2014. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Maria Lourdes Schneider Grein. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1285, de 18 de dezembro de 2014. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Regina Maria de Sena Santana. Professor Anos Finais.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 023, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 023, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

"Concede férias coletivas."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal de São Bento do Sul, referente ao período aquisitivo do exercício de 2014, a partir de 05 de janeiro de 2015, conforme cronograma anexo.

Artigo 2º - Autoriza a conversão de 1/3 (um terço) das férias, em abono pecuniário aos servidores requerentes.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2014.

EDIMAR GERALDO SALOMON
Presidente em Exercício

SERVIDOR	DIAS DE FÉRIAS
Maurício Martins Willemann	30 (trinta) dias
Dirceu Neves de Oliveira	30 (trinta) dias
Vanderlei Luis Guesser	30 (trinta) dias
Sandra Jelinsky	30 (trinta) dias
Wilson João Bento	30 (trinta) dias

Paulo Zweifka	30 (trinta) dias
Geanine Caetano de Almeida	30 (trinta) dias
Rosilene Arnaldo	30 (trinta) dias
Emily Carolini Bileski	30 (trinta) dias
Adriane Elisa Ruzanowsky	30 (trinta) dias
Rafael Rodrigo Mena	30 (trinta) dias
Felipe Batista Kock	30 (trinta) dias
Thiago Felipe Piccinini	20 (vinte) dias
José Dorival Dums	20 (vinte) dias
Luiz Roberto Dreveck	20 (vinte) dias
Cleide Martins Dallmann	20 (vinte) dias
Rosemere Aparecida de Lima	20 (vinte) dias
Simone Teresinha Roberti Baum	20 (vinte) dias
Djoni Cleber Pinheiro	20 (vinte) dias
Mariana Cristine Henning Baumgarten	20 (vinte) dias
Teodomiro Krzesinski	20 (vinte) dias
Ana Maria Rodrigues Del Olmo Alves	20 (vinte) dias
Marcos Weiss	20 (vinte) dias
Giancarlo Grossl	20 (vinte) dias
Márcio Fabiano Stiz	20 (vinte) dias
Juliana Alves de Carvalho	20 (vinte) dias
Alessandro Vieira Machado	10 (dez) dias
Marco Rodrigo Redlich	07 (sete) dias
Suzane Andrielle Prüess	07 (sete) dias

São Carlos

PREFEITURA

AVISO 28-2014

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.:28/2014
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 28/2014.
Tipo : Menor preço

Objeto: SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAUDE-
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas -dia 08 de janeiro de 2015
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 08 de janeiro de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Rua Demetrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS, 18 de dezembro de 2014
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RESUMO CONTRATO N.43/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 43 /2014
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...: AGRO SOLO MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELE EPP

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME CONVENIO N.10004536-75/2013 MAPA/CAIXA
Valor : R\$18.790,00(dezoito mil setecentos e noventa reais)
Vigência : :90 dias
Licitação : 98/2014

SAO CARLOS, 18 de dezembro de 2014
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

EDITAL 004-2014-COMUNICA GABARITO,VISTA DE PROVA E CORREÇÃO ELETRÔNICA - CARGOS

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014
PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital, conforme segue:
1. O Gabarito Preliminar da Prova Objetiva, que será realizada em 21/12/2014, será divulgado no dia 22/12/2014, às 14h, no Mural Público Municipal e, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br.

2. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos ao gabarito preliminar poderão fazê-lo no dia 29/12/2014, em conformidade com o disposto no Capítulo IX, do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal, situado à Rua Getúlio Vargas, n.º 750, Bairro Centro, Município de São Domingos/SC, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min. No mesmo dia, haverá vista da Prova Padrão no site do município, qual seja, www.saodomingos.sc.gov.br.
3. O ato público de correção eletrônica dos cartões de resposta, conforme previsto no item 7.1.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, será realizado no dia 23/12/2014, às 10h, na sede da Objetiva Concursos.

4. O resultado da Prova Objetiva, após a análise dos recursos de gabarito, eventualmente interpostos, será divulgado até o dia 15/01/2015.

De Brasília (DF) para São Domingos/SC, 19 de dezembro de 2014.

Registre-se e publique-se.
Alcimar de Oliveira,
Prefeito Municipal.

EDITAL 004-2014-COMUNICA GABARITO,VISTA DE PROVA E CORREÇÃO ELETRÔNICA - EMPREGOS

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014
PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital, conforme segue:
1. O Gabarito Preliminar da Prova Objetiva, que será realizada em 21/12/2014, será divulgado no dia 22/12/2014, às 14h, no Mural Público Municipal e, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br.

2. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos ao gabarito preliminar poderão fazê-lo no dia 29/12/2014, em conformidade com o disposto no Capítulo VIII, do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal, situado à Rua Getúlio Vargas, n.º 750, Bairro Centro, Município de São Domingos/SC, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min. No mesmo dia, haverá vista da Prova Padrão no site do município, qual seja, www.saodomingos.sc.gov.br.
3. O ato público de correção eletrônica dos cartões de resposta, conforme previsto no item 7.1.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, será realizado no dia 23/12/2014, às 10h, na sede da Objetiva Concursos.

4. O resultado da Prova Objetiva, após a análise dos recursos de gabarito, eventualmente interpostos, será divulgado até o dia 15/01/2015.

De Brasília (DF) para São Domingos/SC, 19 de dezembro de 2014
Registre-se e publique-se.

Alcimar de Oliveira,
Prefeito Municipal.

FMS N. 006 DE 15/12/2014

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 006 DE 15/12/2014

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 300.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/12/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 040/2014 Modalidade: Dispensa de Licitação n. 020/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

CNPJ sob n. 01.336.261/0001-40

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 090/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 090/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 039/2014

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 07h 45 min do dia 05/01/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 08h do dia 05/01/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07:00 às 13:00 , ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 17 de Dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 205/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 205/2014 - IN 018/2014 - Processo 258/2014 - Contratado: CARLOS LOURENÇO RIBEIRO DOS SANTOS. Objeto: Contratação de apresentação artística na Feira da Freguesia de São José, com show previsto para as 15h00min do dia 14/09/2014, na Praça Hercílio Luz - Centro Histórico de São José/SC. Valor: R\$1500,00 - dois mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 12 de setembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 226/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 226/2014 - IN 019/2014 - Processo 280/2014 - Contratado: LUCAS DA SILVA FIGUEIREDO. Objeto: Contratação de apresentação artística na Feira da Freguesia de São José, com show previsto para as 14h00min do dia 12/10/2014, na Praça Hercílio Luz - Centro Histórico de São José/SC. Valor: R\$1500,00 - um mil e quinhentos reais. Data da Assinatura do Contrato: 10 de outubro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 230/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 230/2014 - PR 100/2014 - Processo 264/2014 - Contratado: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços gráficos para confecção de documentos de cobrança (carnês) de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para a Secretaria da Receita do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será até o dia 28 de fevereiro de 2015. Valor: 62.900,00 - sessenta e dois mil e novecentos reais. Data da Assinatura do Contrato: 22 de outubro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 243/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 243/2014 - TP 016/2014 - Processo 180/2014 - Contratado: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra coberta com vestiário do CEM Santa Terezinha do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da sua assinatura e o prazo de execução será de 270 (duzentos e setenta) dias, com efeitos a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$569.632,01

- quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais e um centavo. Data da Assinatura do Contrato: 20 de novembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 251/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 251/2014 - TP 025/2014 - Processo 279/2014 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para execução da ampliação de 03 salas de aula, sanitário infantil, despensa, pátio coberto e refeitório, do CEI Antônio de Quadros, Serraria, Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da sua assinatura e o prazo de execução será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$255.830,07 - duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta reais e sete centavos. Data da Assinatura do Contrato: 28 de novembro de 2014.

CONVÊNIO N. 069/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 069/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social Salto do Maroim. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças. VALOR: R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/02/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Eduardo Pedro de Souza, pela Ação Social Salto do Maroim.

CONVÊNIO N. 070/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 070/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Moradores do Jardim Amodelar. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes. VALOR: R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/02/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Aurea Corina Valerio, pela Associação dos Moradores do Jardim Amodelar.

CONVÊNIO N. 071/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 071/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação Beneficente Nossa Senhora de Azambuja. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes. VALOR: R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/02/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de

2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Maria Clotildes Daniel Joaquim, pela Associação Beneficente Nossa Senhora de Azambuja.

CONVÊNIO N. 072/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 072/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças. VALOR: R\$ 70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/02/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Marly Ziliotto Gomes, pela Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis.

CONVÊNIO N. 073/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 073/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Portadores da Síndrome de Down. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes. VALOR: R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/02/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Maria Zita Goedert Lehmkuhl, pela Associação dos Portadores da Síndrome de Down.

CONVÊNIO N. 074/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 074/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência. VALOR: R\$ 107.200,80 (cento e sete mil e duzentos reais e oitenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Jairo da Silva, pela Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC.

CONVÊNIO N. 075/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 075/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias. VALOR: R\$ 199.087,20 (cento e noventa e nove mil, oitenta e sete reais e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Amélia Inacia Medeiros Ludwig, pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José.

CONVÊNIO N. 076/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 076/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Instituto de Audição e Terapia da Linguagem. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência. VALOR: R\$ 76.572,00 (setenta e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Euclides Pereira Neto, pelo Instituto de Audição e Terapia da Linguagem.

CONVÊNIO N. 077/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 077/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Atendimento com Transporte Adaptado para Pessoas com Deficiência do Município. VALOR: R\$ 259.573,20 (duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e José Roberto Leal, pela Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos.

CONVÊNIO N. 078/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 078/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Orionópolis Catarinense. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. VALOR: R\$ 765.720,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e setecentos e vinte reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e José Manuel dos Santos, pela Orionópolis Catarinense.

CONVÊNIO N. 079/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 079/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Educação e Treinamento Esperança. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional, provisório e excepcional, para crianças de ambos os sexos de zero a seis anos. VALOR: R\$ 382.860,00 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Jonas Edison as Silva, pelo Centro de Educação e Treinamento Esperança.

CONVÊNIO N. 080/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 080/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Espírita de Assistência Promoção Social Tereza de Jesus. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional provisório e excepcional e longa permanência para idosos de ambos os sexos. VALOR: R\$ 478.575,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Leandro Ramos de Souza, pela Sociedade Espírita de Assistência Promoção Social Tereza de Jesus.

CONVÊNIO N. 081/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 081/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Instituição Filantrópica Casa de Carítas. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e jovens, de ambos os sexos, com deficiência. VALOR: R\$ 191.430,00 (cento e noventa e um mil, quatrocentos e trinta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Wagner Barbosa de Medeiros, pela Instituição Filantrópica Casa de Carítas.

CONVÊNIO N. 082/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 082/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Instituição Filantrópica Casa de Carítas. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e jovens, de ambos os sexos. VALOR: R\$ 382.860,00 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Wagner Barbosa de Medeiros, pela Instituição Filantrópica Casa de Carítas.

CONVÊNIO N. 083/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 083/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e ONG FUR GOTT ARBEIT - F.G.A. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência e/ou para seus filhos, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. VALOR: R\$ 382.860,00 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Maria Olinda Daniel Silva, pela ONG FUR GOTT ARBEIT - F.G.A.

CONVÊNIO N. 084/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 084/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e ONG FUR GOTT ARBEIT - F.G.A. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes. VALOR: R\$ 191.430,00 (cento e noventa e um mil, quatrocentos e trinta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Maria Olinda Daniel Silva, pela ONG FUR GOTT ARBEIT - F.G.A.

CONVÊNIO N. 085/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 085/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento Institucional de pessoas adultas do sexo masculino. VALOR: R\$ 191.430,00 (cento e noventa e um mil, quatrocentos e trinta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Ozair dos Santos, pela Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade.

CONVÊNIO N. 086/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 086/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento de pessoas adultas, do sexo masculino, com dependência química. VALOR: R\$ 127.620,00 (cento e vinte e sete mil e seiscentos e vinte reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Ozair dos Santos, pela Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade.

CONVÊNIO N. 087/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 087/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento de pessoas adultas, do sexo masculino, com dependência química. VALOR: R\$ 255.240,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Jonas Ricardo Pires, pelo Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas.

CONVÊNIO N. 088/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 088/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento de pessoas adultas, do sexo feminino, com dependência química. VALOR: R\$ 95.715,00 (noventa e cinco mil, setecentos e quinze reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Jonas Ricardo Pires, pelo Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas.

CONVÊNIO N. 089/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 089/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Instituto Redenção. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento de adolescentes, do sexo masculino, com dependência química. VALOR: R\$ 63.810,00 (sessenta e três mil, oitocentos e dez reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Alceu Daud de Mello, pelo Instituto Redenção.

CONVÊNIO N. 090/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO N. 090/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Instituto Redenção. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Acolhimento de pessoas adultas, de ambos os sexos, incluindo os transexuais, com dependência química. VALOR: R\$ 319.050,00 (trezentos e dezenove mil e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/01/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Alceu Daud de Mello, pelo Instituto Redenção.

CONVÊNIO Nº 068/PMSJ/SAS/FMAS/2014

CONVÊNIO Nº 068/PMSJ/SAS/FMAS/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social de Barreiros. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, destinados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes. VALOR: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/02/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de dezembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Alceoni Berkenbrock, pela Ação Social de Barreiros.

DECRETO Nº 3547/2014

DECRETO Nº 3547/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado BRUNO MEURER para o cargo em comissão de Assessor IV Administrativo - CCM-3, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059/2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 422, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº. 422, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE OS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 1, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 24 e 31 de dezembro 2014, para a Câmara Municipal de São José/SC:

I - 24 de dezembro, quarta-feira, Véspera de Natal (Ponto Facultativo);

II - 25 de dezembro, quinta-feira, Natal (Feriado Nacional);

III - 26 de dezembro, sexta-feira, (Ponto Facultativo);

IV - 31 de dezembro, quarta-feira (Ponto Facultativo);

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 16 de Dezembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 006/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
RESOLUÇÃO Nº 006/2014

Súmula: Aprova o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS Ano 2013 e Aprovação do Índice de gestão descentralizada PBF - Programa Bolsa Família e do Índice de Gestão Descentralizada IGD - SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2.333/95 de 20 de setembro de 1995 e considerando a deliberação da plenária realizada em 17/11/2014 - Ata 05/2014.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do Sistema Único da Assistência Social - SUAS referente ao exercício de 2013.

Art. 2º - Aprovar em teor e forma o Índice de gestão descentralizada PBF - Programa Bolsa Família referente ao exercício de 2013.

Art. 3º - Aprovar em teor e forma o Índice de Gestão Descentralizada IGD - SUAS referente ao exercício de 2013.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José do Cedro, 03 de dezembro de 2014.

Adelar Maximiliano Zimmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2014, PR Nº 098/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/01/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 35.000.00 (trinta e cinco mil reais):

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019	10	Aplicação Direta	R\$ 35.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de Dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 141/2014 - Pregão Presencial Nº 091/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO DE 2015.

FORNECEDOR: VITALINO BALDIN ME - CNPJ: 02.788.246/0001-03.

VALOR: R\$ 34.608,00 (trinta e quatro mil e seiscentos e oito reais).

FORNECEDOR: V. BERGGOZZA ME - CNPJ: 03.549.337/0001-40.

VALOR: R\$ 138.460,40 (cento e trinta e oito mil e quatrocentos e sessenta reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: ANTONIO LISIAK ME - CNPJ: 04.759.710/0001-50.
VALOR: R\$ 42.989,80 (quarenta e dois mil e novecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA - CNPJ: 04.828.072/0001-82.

VALOR: R\$ 179.008,80 (cento e setenta e nove mil e oito reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: ROSA & PELIZZER LTDA ME- CNPJ: 07.120.522/0001-76.

VALOR: R\$ 120.856,00 (cento e vinte mil e oitocentos e cinquenta e seis reais).

FORNECEDOR: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 07.704.346/0001-10.

VALOR: R\$ 162.156,40 (cento e sessenta e dois mil e cento e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: AIRTON SENA MIOTTO ME - CNPJ: 08.446.332/0001-06.

VALOR: R\$ 126.615,20 (cento e vinte e seis mil e seiscentos e quinze reais e vinte centavos).

FORNECEDOR: SAN CARMO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME - CNPJ: 07.226.094/0001-60.

VALOR: R\$ 72.906,00 (setenta e dois mil e novecentos e seis reais).

FORNECEDOR: SCHVANS TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 10.460.261/0001-48.

VALOR: R\$ 159.964,40 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: V.VIAL & CIA LTDA ME - CNPJ: 14.744.731/0001-56.

VALOR: R\$ 77.616,00 (setenta e sete mil e seiscentos e dezesseis reais).

FORNECEDOR: R A FARINA - ME - CNPJ: 21.346.501/0001-02.

VALOR: R\$ 53.301,60 (cinquenta e três mil e trezentos e um reais e sessenta centavos).

TOTAL: R\$ 1.168.482,60 (um milhão, cento e sessenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/12/2014.

VIGÊNCIA: 11/12/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 147/2014 - Pregão Presencial Nº 095/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉNICO PARA O RÉVEILLON 2014/2015.

FORNECEDOR: C.A. SUZIN & CIA LTDA - ME - CNPJ: 02.991.380/0001-07.

VALOR: R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2014.

VIGÊNCIA: 18/12/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

LEI Nº7.043/2014. - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 183.911,08 (CENTO E OITENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E ONZE REAIS E OITO CENTAVOS), E C

LEI Nº7.043/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 183.911,08 (CENTO E OITENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E ONZE REAIS E OITO CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 183.911,08 (Cento e oitenta e três mil, novecentos e onze reais e oito centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis e equipamentos para as creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 183.911,08 (Cento e oitenta e três mil, novecentos e onze reais e oito centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

27.365.0185.1.943 - Aquisição de móveis e equipamentos MEC/FNDE..

4.4.90.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 183.911,08

Art. 3º Para o atendimento ao crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A - sob nº. 41754-8 na ordem de R\$ 183.911,08 (Cento e oitenta e três mil, novecentos e onze reais e oito centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais

constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 183.911,08 (Cento e oitenta e três mil, novecentos e onze reais e oito centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis e equipamentos para as creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 183.911,08 (Cento e oitenta e três mil, novecentos e onze reais e oito centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis e equipamentos para as creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.034/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.034/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover por ato próprio a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL AÇÃO SOCIAL
08.241.0485.2.061 - Adm. geral dos bens e serv. de assist. ao Idoso
7 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito acima identificado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a seguinte redução total e/ou parcial da dotação abaixo discriminada:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
03 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
08.243.0483.2.192 - Proteção social especial de alta complex.
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
43 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas (Redução)
R\$ 50.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 09 de outubro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.035/2014 - AUTORIZA A DOAÇÃO DE BANDEIRA A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – ACISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.035/2014

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BANDEIRA A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL-INDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - ACISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder à doação de uma bandeira do Município de São Miguel do Oeste, em tamanho original, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL-INDUSTRIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - ACISMO.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 09 de outubro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.036/2014 - AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.036/2014

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o ingresso do Município de São Miguel do Oeste, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), em consonância com a Lei Federal nº 11.445/07, Art. 15, II, e com o art. 241, da Constituição Federal de 1988, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município, nos

termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º São delegadas à AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

a) prestação dos serviços;

b) otimização dos custos;

c) segurança das instalações;

d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

Art. 3º. Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização estabelecidas no Protocolo de Intenções, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.516 de 20 de julho de 2011.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 09 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.037/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TORNAR O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.037/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TORNAR O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Torna-se o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, o órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos no Município de São Miguel do Oeste.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º As publicações atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação, através de Decreto.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 09 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.038/2014 - RATIFICA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.038/2014

RATIFICA CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2014, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º O referido convênio tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica e institucional com vistas à disposição de servidores do quadro efetivo de pessoal do Município de São Miguel do Oeste à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, a serem lotados na Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de São Miguel do Oeste da FATMA.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das rubricas orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 09 de outubro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.039/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A BAIXA DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.039/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A BAIXA DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município dos bens que por sua

natureza, utilidade e estado de conservação foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa à presente Lei (Anexo I), resultante da realização de inventário dos bens patrimoniais pelo Departamento de Patrimônio do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar doação de bens considerados inservíveis à ADEFISMO, para fins de aproveitamento, mediante termo de recebimento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de outubro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.040/2014 - ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.220, DE 13 DE AGOSTO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.040/2014

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.220, DE 13 DE AGOSTO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 5.220 de 13 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BOMBEIROS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, com sede na rua Florianópolis, 1450, centro, no Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, devidamente registrado no CNPJ nº 03.558.439/0001-22.:

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de outubro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.041/2014 - DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO E AFETAÇÃO DO IMÓVEL GLEBA Nº07, REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 25.054, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.041/2014

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO E AFETAÇÃO DO IMÓVEL GLEBA Nº07, REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 25.054, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO, da Gleba nº 07, com área total de 11.377, 60m², sito na quadra n. 14, Rua Florianópolis, Município de São Miguel do Oeste, inscrito na Matrícula nº 25.054, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

DESMEMBRAMENTO:

PARTE DA GLEBA Nº 07, com área total de 5.000,00m², de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, confrontando: Ao Norte, com parte da mesma Gleba nº 07, por linha seca, medindo 49,22m; Ao Leste, com Rua sem denominação numa extensão de 118,72m; Ao Sul, com parte do bloco VII, por linha seca, medindo 36,67m; Ao Oeste, com a Gleba nº 06, por linha seca, medindo 115,15m.

REMANESCENTE

PARTE DA GLEBA Nº 07, com área total de 4.909,61m², de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, confrontando: Ao Norte, com a Rua Florianópolis, numa extensão de 59,10m; Ao Leste, com Rua sem denominação numa extensão de 92,08m; Ao Sul, com parte da mesma Gleba nº 07, por linha seca, medindo 49,22m; Ao Oeste, com a Gleba nº 06, por linha seca, medindo 89,71m.

Art. 2º Fica afetada, parte da Gleba n. 07, com área de 1.472,99m², confrontando: ao norte, com a Rua Florianópolis, numa extensão de 7,04m; ao leste, com parte da Chácara nº 46 e com a Chácara n. 47, por linha seca de 210,80m; ao sul, com parte do Bloco VII, por linha seca de 7,00m; ao oeste, com parte da mesma Gleba n. 07, por linha seca de 210,06m.

Parágrafo único. A parte da área afetada, descrita neste artigo, será destinada à regularização da Rua sem denominação existente no local.

Art. 3º Fica destinada a parte desmembrada da parte da gleba nº 07 para fins de interesse social.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.042/2014 - ALTERA OS ARTIGOS 1º E 3º DA LEI Nº 6.746, DE 10 DE MAIO DE 2013, ALTERADA PELA LEI Nº 6.952, DE 13 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.042/2014

ALTERA OS ARTIGOS 1º E 3º DA LEI Nº 6.746, DE 10 DE MAIO DE 2013, ALTERADA PELA LEI Nº 6.952, DE 13 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 1º e 3º da Lei 6.746 de 10 de maio de 2013, alterada pela Lei 6.952 de 13 de junho de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de parte da Chácara n. 94, com área de 6.664,06 m², situado na Rua Waldemar Rangrab, Bairro São Jorge, perímetro urbano, objeto da matrícula do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, n. 39.970, de propriedade de Antonio Pichetti e Luiz Alcebiades Pichetti.

[...]

Art. 3º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I - Lote urbano nº 01, com 1.495,58m² de área edificável, confrontando ao Nordeste com o Lote Urbano nº 02, por linha seca de 59,42m; Ao Sudeste com a Rua Marques do Herval, por linha de 28,80m; Ao Sudoeste com a Rua Waldemar Ramgrab, por linha de 37,98m; Ao Oeste com parte da chácara nº 93, por linha seca de 40,10m.

II - Lote urbano nº 02, com área de 2.415,37m² edificáveis, confrontando ao Nordeste com o lote urbano nº 03, por linha seca de 57,63m; Ao Sudeste com a Rua Marques do Herval, por linha de 37,42m; Ao Sudoeste com lote urbano nº 01, por linha seca de 59,42m; Ao Oeste com parte da chácara nº 93, por linha seca de 24,00m; Ao Norte com parte da mesma chácara nº 94, por linha seca de 18,94m; Ao Noroeste com parte da mesma chácara nº 94, por linha seca de 8,14m.

III - Área Remanescente: Lote Urbano nº 03, com área de 2.753,11m², sendo 1.353,00m² de área não edificável APP e 1.400,11 de área edificável, confrontando ao Nordeste com parte da chácara nº 99 e com parte do Lote Rural nº 01, pela Sanga Barro Preto; Ao Sudeste com a Rua Marques do Herval, por linha de 45,18m; Ao Sudoeste com o lote urbano nº 02, por linha seca de 57,63m; Ao Noroeste com parte da chácara nº 93, por linha seca de 4,71m; Ao Oeste com parte da mesma chácara nº 94, por linha seca de 34, 81m.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.044/2014 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO 10 (DEZ) MONITORES DE VÍDEO DA COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.044/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO 10 (DEZ) MONITORES DE VÍDEO DA COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, 10 (dez) monitores de vídeo da Cooperativa Central Aurora Alimentos.

Art. 2º Ficam os setores competentes da Municipalidade, autorizados a proceder todos os atos necessários a inserção dos referidos bens ao Patrimônio do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de outubro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.045/2014. - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 530.000,00 (QUINHENTOS E TRINTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.045/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARNA IMPORTÂNCIA DE R\$ 530.000,00 (QUINHENTOS E TRINTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

**CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

01 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.129.0030.2.020 - Administração geral dos bens e serv.de responsab.do Órgão

52- 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 530.000,00

Art. 3º Para o atendimento do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder às reduções das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

12.361.0427.2.032 - Administração dos bens e serv. da Merenda Escolar

91- 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 380.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01 - INFRAESTRUTURA

26.782.0534.2.055 - Admionistr. Geal dos bens e serv. do transp. rodov.

159 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 530.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente exercício financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária no presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.046/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE ÁREA DE TERRA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE À DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.046/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE ÁREA DE TERRA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE À DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente à DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, o imóvel objeto da matrícula Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, nº 9.316, com as seguintes características e descrição:

I - A área remanescente do Lote urbano n. 39, do Loteamento Rudolfo Spier, com área de 6.658,05m², confrontando: ao norte com a Avenida Getúlio Vargas, medindo 119,10 metros; ao leste

com a Rua "C", medindo 32,55m; ao sul com o Lote Urbano n. 40, por linha seca medindo 23,80m; novamente ao leste com o Lote Urbano 40 por linha seca medindo 30,00m; novamente ao sul com parte do mesmo Lote Urbano n. 39, por linha seca medindo 95,70m; ao oeste com a Rua Salgado Filho medindo 60,53m.

Art. 2º A área de terra a ser doada destina-se exclusivamente para a Delegacia-Geral de Polícia Civil de Santa Catarina proceder a construção das Delegacias da Comarca, da Mulher e de Trânsito, no prazo de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, vedado o seu desvio de finalidade, sob pena de imediata reversão do bem ao patrimônio público municipal.

Art. 3º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 4º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, esta ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 5º Todas as despesas oriundas do bem doado, correrão a partir da sua transferência, à conta da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei n. 6.964, de 13 de junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 15 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.047/2014. - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 44.400,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.047/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 44.400,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas previstas nesta Lei, à conta de recursos provenientes da UNIÃO/FNAS e do Fundo Especial de Transações Penais, conforme determinações em plano de aplicação aprovado pelos Órgãos.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
03 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
08.243.0483.2.461 - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.
3.3.90.00.00.00.00.00.0102- Aplicações Diversas (excesso) R\$ 29.400,00
02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC.
08.243.0483.1.944 - Aquisição de equipamentos para o Conselho Tutelar
4.4.90.00.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 5.000,00
08.244.0487.2.462 - Assistência Social Geral Comunitária no Projeto Vida Nova
3.3.90.00.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 44.400,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0102 - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, do FNAS, na ordem de R\$ 29.400,00 (Vinte e nove mil e quatrocentos reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 0099 - OUTROS RECURSOS RECEBIDOS, oriundos do Fundo Especial de Transações Penais, na ordem de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de

2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 29.400,00 (Vinte e nove mil e quatrocentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas previstas nesta Lei, à conta de recursos provenientes da UNIÃO/FNAS e do Fundo Especial de Transações Penais, conforme determinações em plano de aplicação aprovado pelos Órgãos.

CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 29.400,00 (Vinte e nove mil e quatrocentos reais), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas previstas nesta Lei, à conta de recursos provenientes da UNIÃO/FNAS e do Fundo Especial de Transações Penais, conforme determinações em plano de aplicação aprovado pelos Órgãos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 15 de outubro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.048/2014 - APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE JOACIR ANTÔNIO DALVIT, JUSSARA NUNES DALVIT, JUAREZ PAULO DALVIT, ADRIANE ECHER DALVIT, RUI ROQUE ECHER E LIDIA ECHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.048/2014

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DE JOACIR ANTÔNIO DALVIT, JUSSARA NUNES DALVIT, JUAREZ PAULO DALVIT, ADRIANE ECHER DALVIT, RUI ROQUE ECHER E LIDIA ECHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de parte do lote rural n. 10, com área total de 50.000,00 m², localizado na Zona de Expansão Imediata, situado na Secção Guamerim, Linha Fátima, Município de São Miguel do Oeste, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, sob os nsº 35.315 de propriedade de Joacir Antônio Dalvit, Jussara Nunes Dalvit, Juarez Paulo Dalvit, Adriane Echer Dalvit, Rui Roque Echer, Lidia Echer e n. 24.119, de propriedade de Rui Roque Echer,

ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

- I - 31.331,46m², referente a 50 (cinquenta) lotes urbanos;
- II - 13.666,15m², referente a área de ruas;
- III - 2.000,94 m², destinados para área verde;
- IV - 3.001,45m², de Área de uso institucional;

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO ARAUCÁRIA".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01 do Loteamento Araucária, com área de 600,39m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'E', por linha seca, medindo 24,02m; Ao Leste, com lote nº 02, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote nº 08, por linha seca, medindo 24,02m; Ao Oeste, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 25,00m.

II - Lote Urbano nº 02 do Loteamento Araucária, com área de 647,64m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'E', por linha seca, medindo 25,91m; Ao Leste, com lote nº 03, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote nº 08, por linha seca, medindo 25,90m; Ao Oeste, com Lote nº 01, por linha seca, medindo 25,00m.

III - Lote Urbano nº 03 do Loteamento Araucária, com área de 500,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'E', por linha seca, medindo 20,00m; Ao Leste, com lote nº 04, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote nº 08, por linha seca, medindo 20,00m; Ao Oeste, com Lote nº 02, por linha seca, medindo 25,00m.

IV - Lote Urbano nº 04 do Loteamento Araucária, com área de 650,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'E', por linha seca, medindo 26,00m; Ao Leste, com o lote nº 05, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote nº 08, por linha seca, medindo 26,00m; Ao Oeste, com Lote nº 03, por linha seca, medindo 25,00m.

V - Lote Urbano nº 05 do Loteamento Araucária, com área de 2.436,16m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'E', por linha seca, medindo 92,53m; Ao Nordeste, com as Ruas 'C' e 'E', em curva, medindo 7,83m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 20,03m; Ao Sul, com parte do Lote nº 08, por linha seca, medindo 97,81m; Ao Oeste, com Lote nº 04, por linha seca, medindo 25,00m;

VI - Lote Urbano nº 06 do Loteamento Araucária, com área de 1.934,82m², confrontando-se: Ao Norte, com os lotes nº 8, 9 e 10, por linha seca, medindo 77,46m; Ao Leste, com o lote nº 7, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'E', por linha seca, medindo 72,73m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas 'E' e 'F', em curva, medindo 7,89m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'F', por linha seca, medindo 19,97m;

VII - Lote Urbano nº 07 do Loteamento Araucária, com área de 2.532,01m², confrontando-se: Ao Norte, com os lotes nº 11, 12 e 13, por linha seca, medindo 101,50m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 19,97m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas 'C' e 'E', em curva, medindo 7,88m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'E', por linha seca, medindo 96,47m; Ao Oeste, com lote nº 6, por linha seca, medindo 25,00m;

VIII - Lote Urbano nº 08 do Loteamento Araucária, com área de

677,60m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 22,20m; Ao Leste, com o lote nº 9, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com o lote nº 6, por linha seca, medindo 27,46m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'F', por linha seca, medindo 20,04m; Ao Noroeste, com as Ruas 'D' e 'F', em curva, medindo 7,82m;

IX - Lote Urbano nº 09 do Loteamento Araucária, com área de 625,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 25,00m; Ao Leste, com o lote nº 10, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com o lote nº 6, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Oeste, com o lote nº 8, por linha seca, medindo 25,00m.

X - Lote Urbano nº 10 do Loteamento Araucária, com área de 625,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 25,00m; Ao Leste, com o lote nº 11, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com o lote nº 6, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Oeste, com o lote nº 9, por linha seca, medindo 25,00m.

XI - Lote Urbano nº 11 do Loteamento Araucária, com área de 1.250,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 50,00m; Ao Leste, com o lote nº 12, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com o lote nº 7, por linha seca, medindo 50,00m; Ao Oeste, com o lote nº 10, por linha seca, medindo 25,00m.

XII - Lote Urbano nº 12 do Loteamento Araucária, com área de 625,00m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 25,00m; Ao Leste, com o lote nº 13, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Sul, com o lote nº 7, por linha seca, medindo 25,00m; Ao Oeste, com o lote nº 11, por linha seca, medindo 25,00m.

XIII - Lote Urbano nº 13 do Loteamento Araucária, com área de 657,23m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 21,53m; Ao Nordeste, com as Ruas Projetadas 'C' e 'D', em curva, medindo 7,83m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 20,03m; Ao Sul, com o lote nº 7, por linha seca, medindo 26,50m; Ao Oeste, com o lote nº 12, por linha seca, medindo 25,00m.

XIV - Lote Urbano nº 14 do Loteamento Araucária, com área de 679,50m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 16, por linha seca, medindo 27,70m; Ao Leste, com o lote nº 15, por linha seca, medindo 24,40m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 28,00m; Ao Oeste, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 24,40m.

XV - Lote Urbano nº 15 do Loteamento Araucária, com área de 678,03m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 16, por linha seca, medindo 28,01m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 19,37m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas 'A' e 'D', em curva, medindo 7,88m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 22,98m; Ao Oeste, com o lote nº 14, por linha seca, medindo 24,40m.

XVI - Lote Urbano nº 16 do Loteamento Araucária, com área de 667,63m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 17, por linha seca, medindo 55,56m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com os lotes nº 14 e 15, por linha seca, medindo 55,71m; Ao Oeste, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 12,00m.

XVII - Lote Urbano nº 17 do Loteamento Araucária, com área de 665,91m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Institucional, por linha seca, medindo 55,41m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 16, por linha seca, medindo 55,56m; Ao Oeste, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 12,00m.

XVIII - Lote Urbano nº 18 do Loteamento Araucária, com área de 424,17m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 20, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Leste, com o lote nº 19, por linha seca, medindo 16,07m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 21,91m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas 'A' e 'D', em curva, medindo 7,83m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 10,92m;

XIX - Lote Urbano nº 19 do Loteamento Araucária, com área de 428,94m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 21, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 11,22m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas 'B' e 'D', em curva, medindo 7,88m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 21,86m; Ao Oeste, com o lote nº 18, por linha seca, medindo 16,07m;

XX - Lote Urbano nº 20 do Loteamento Araucária, com área de 430,08m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 22, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Leste, com o lote nº 21, por linha seca, medindo 16,00m; Ao Sul, com o lote nº 18, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 16,00m;

XXI - Lote Urbano nº 21 do Loteamento Araucária, com área de 430,24m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 23, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 16,00m; Ao Sul, com o lote nº 19, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Oeste, com o lote nº 20, por linha seca, medindo 16,00m;

XXII - Lote Urbano nº 22 do Loteamento Araucária, com área de 322,56m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 24, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Leste, com o lote nº 23, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 20, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 12,00m;

XXIII - Lote Urbano nº 23 do Loteamento Araucária, com área de 322,68m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 25, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 21, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Oeste, com o lote nº 22, por linha seca, medindo 12,00m;

XXIV - Lote Urbano nº 24 do Loteamento Araucária, com área de 645,12m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 26, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Leste, com o lote nº 25, por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 22, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 24,00m;

XXV - Lote Urbano nº 25 do Loteamento Araucária, com área de 645,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 27, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 23, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Oeste, com o lote nº 24, por linha seca, medindo 24,00m;

XXVI - Lote Urbano nº 26 do Loteamento Araucária, com área de 645,12m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 28, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Leste, com o lote nº 27, por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 24, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 24,00m;

XXVII - Lote Urbano nº 27 do Loteamento Araucária, com área de 645,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 29, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 25, por

linha seca, medindo 26,89m; Ao Oeste, com o lote nº 26, por linha seca, medindo 24,00m;

XXVIII - Lote Urbano nº 28 do Loteamento Araucária, com área de 645,12m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 30, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Leste, com o lote nº 29, por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 26, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 24,00m;

XXIX - Lote Urbano nº 29 do Loteamento Araucária, com área de 645,36m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 31, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 27, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Oeste, com o lote nº 28, por linha seca, medindo 24,00m;

XXX - Lote Urbano nº 30 do Loteamento Araucária, com área de 645,12m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Leste, com o lote nº 31, por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 28, por linha seca, medindo 26,88m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 24,00m;

XXXI - Lote Urbano nº 31 do Loteamento Araucária, com área de 645,36m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 29, por linha seca, medindo 26,89m; Ao Oeste, com o lote nº 30, por linha seca, medindo 24,00m;

XXXII - Lote Urbano nº 32 do Loteamento Araucária, com área de 444,18m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 34, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 33, por linha seca, medindo 16,52m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 22,39m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas 'B' e 'D', em curva, medindo 7,83m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 11,37m;

XXXIII - Lote Urbano nº 33 do Loteamento Araucária, com área de 448,85m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 35, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 11,67m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas 'C' e 'D', em curva, medindo 7,88m; Ao Sul, com a Rua Projetada 'D', por linha seca, medindo 22,32m; Ao Oeste, com o lote nº 32, por linha seca, medindo 16,52m;

XXXIV - Lote Urbano nº 34 do Loteamento Araucária, com área de 437,76m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 36, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 35, por linha seca, medindo 16,00m; Ao Sul, com o lote nº 32, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 16,00m;

XXXV - Lote Urbano nº 35 do Loteamento Araucária, com área de 437,60m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 37, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 16,00m; Ao Sul, com o lote nº 33, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 34, por linha seca, medindo 16,00m;

XXXVI - Lote Urbano nº 36 do Loteamento Araucária, com área de 328,32m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 38, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 37, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 34, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m;

XXXVII - Lote Urbano nº 37 do Loteamento Araucária, com área

de 328,20m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 39, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 35, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 36, por linha seca, medindo 12,00m;

XXXVIII - Lote Urbano nº 38 do Loteamento Araucária, com área de 328,32m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 40, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 39, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 36, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m;

XXXIX - Lote Urbano nº 39 do Loteamento Araucária, com área de 328,20m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 41, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 37, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 38, por linha seca, medindo 12,00m;

XL - Lote Urbano nº 40 do Loteamento Araucária, com área de 328,32m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 42, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 41, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 38, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m;

XLI - Lote Urbano nº 41 do Loteamento Araucária, com área de 328,20m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 43, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 39, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 40, por linha seca, medindo 12,00m;

XLII - Lote Urbano nº 42 do Loteamento Araucária, com área de 328,32m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 44, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 43, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 40, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m;

XLIII - Lote Urbano nº 43 do Loteamento Araucária, com área de 328,20m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 45, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 41, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 42, por linha seca, medindo 12,00m;

XLIV - Lote Urbano nº 44 do Loteamento Araucária, com área de 328,32m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 46, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 45, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 42, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m;

XLV - Lote Urbano nº 45 do Loteamento Araucária, com área de 328,20m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 47, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 43, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 44, por linha seca, medindo 12,00m;

XLVI - Lote Urbano nº 46 do Loteamento Araucária, com área de 328,32m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 48, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 47, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 44, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m;

XLVII - Lote Urbano nº 47 do Loteamento Araucária, com área de 328,20m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 49, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 45, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 46, por linha seca, medindo 12,00m;

XLVIII - Lote Urbano nº 48 do Loteamento Araucária, com área de 656,64m², confrontando-se: Ao Norte, com o lote nº 50, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Leste, com o lote nº 49, por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 46, por linha seca, medindo 27,36m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 24,00m;

XLIX - Lote Urbano nº 49 do Loteamento Araucária, com área de 656,40m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do mesmo lote rural nº 10, e parte do lote nº 50, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'C', por linha seca, medindo 24,00m; Ao Sul, com o lote nº 47, por linha seca, medindo 27,35m; Ao Oeste, com o lote nº 48, por linha seca, medindo 24,00m;

L - Lote Urbano nº 50 do Loteamento Araucária, com área de 338,40m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 28,20m; Ao Leste, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 12,00m; Ao Sul, com o lote nº 48, por linha seca, medindo 28,20m; Ao Oeste, com a Rua Projetada 'B', por linha seca, medindo 12,00m;

Art. 5º Fica destinada à Área Verde, a área total de 2.000,94m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 54,643m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'A' por linha seca, medindo 36,89m; Ao Sul, com a Área Institucional, por linha seca, medindo 54,73m; Ao Oeste, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 36,54m;

Art. 6º Fica destinada à Área Institucional, a área total 3.001,45m², confrontando-se: Ao Norte, com a Área Verde, por linha seca, medindo 54,73m; Ao Leste, com a Rua Projetada 'A', por linha seca, medindo 54,50m; Ao Sul, com o Lote nº 17, por linha seca, medindo 55,41m; Ao Oeste, com parte do mesmo lote rural nº 10, por linha seca, medindo 54,50m;

Art. 7º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 8º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 07 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.049/2014 - APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ÍRIO HENRIQUE WENNING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.049/2014

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ÍRIO HENRIQUE WENNING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão da Chácara nº 50, com área de 25.850,00m², matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, sob o nº 40.457, de propriedade de Írio Henrique Wenning, localizado no 1º Perímetro Seção Guamerim, Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste, confrontando-se: Ao Norte, com Parte do Lote Rural nº 78-A, por linha seca; Ao Leste, com a chácara nº 51 por linha seca; Ao Sul, pelo Lajeado dos Perdidos; Ao Oeste, com a chácara nº 49, por linha seca, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

- I - 25.850,00m², referente a área total do empreendimento, correspondente a 44 (quarenta e quatro) lotes;
- II - 13.442,050m², referente a área de lotes vendáveis;
- III - 6.218,821m², referente a área de vias públicas;
- IV - 1.694,269 m², destinados para área verde;
- V - 1.560,207 m², destinados a área de uso institucional;
- VI - 194,048m², destinados a área de conservação e recuperação ambiental;
- VII - 2.740,605m², destinados a área de preservação permanente - APP;

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO MADALENA".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01 do Loteamento Madalena, com área de 411,007m², confrontando-se: Ao Noroeste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 20,165m; Ao Nordeste, com as Ruas Projetadas "A" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 13,557m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 02, por linha seca, medindo 25,946m; Ao Oeste, com parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,299m.

II - Lote Urbano nº 02 do Loteamento Madalena, com área de 312,606m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 01,

por linha seca, medindo 25,946m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 03, por linha seca, medindo 26,155m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

III - Lote Urbano nº 03 do Loteamento Madalena, com área de 315,096m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 02, por linha seca, medindo 26,155m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 04, por linha seca, medindo 26,361m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

IV - Lote Urbano nº 04 do Loteamento Madalena, com área de 317,574m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 03, por linha seca, medindo 26,361m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 05, por linha seca, medindo 26,568m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

V - Lote Urbano nº 05 do Loteamento Madalena, com área de 320,232m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 04, por linha seca, medindo 26,568m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 06, por linha seca, medindo 26,774m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

VI - Lote Urbano nº 06 do Loteamento Madalena, com área de 322,524m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 05, por linha seca, medindo 26,774m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 07, por linha seca, medindo 26,980m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

VII - Lote Urbano nº 07 do Loteamento Madalena, com área de 319,637m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 06, por linha seca de 26,980m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,000m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas "B" e "C", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 22,187m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

VIII - Lote Urbano nº 08 do Loteamento Madalena, com área de 325,001m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 22,427m; Ao Nordeste, com as Ruas Projetadas "C" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 09, por linha seca, medindo 27,634m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

IV - Lote Urbano nº 09 do Loteamento Madalena, com área de 332,844m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 08, por linha seca, medindo 27,634m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 10, por linha seca, medindo 27,840m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

X - Lote Urbano nº 10 do Loteamento Madalena, com área de 335,316m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 09, por linha seca, medindo 27,840m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 11, por linha seca, medindo 28,046m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XI - Lote Urbano nº 11 do Loteamento Madalena, com área de 337,794m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 10, por linha seca, medindo 28,046m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 12, por linha seca, medindo 28,253m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XII - Lote Urbano nº 12 do Loteamento Madalena, com área de 340,272m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 11, por linha seca, medindo 28,253m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 13, por linha seca, medindo 28,459m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XIII - Lote Urbano nº 13 do Loteamento Madalena, com área de 342,744m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 12, por linha seca, medindo 28,459m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 14, por linha seca, medindo 28,665m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XIV - Lote Urbano nº 14 do Loteamento Madalena, com área de 345,222m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 13, por linha seca, medindo 28,665m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 15, por linha seca, medindo 28,872m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XV - Lote Urbano nº 15 do Loteamento Madalena, com área de 405,888m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 14, por linha seca, medindo 28,872m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 14,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 16, por linha seca, medindo 29,112m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 14,002m.

XVI - Lote Urbano nº 16 do Loteamento Madalena, com área de 350,586m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 15, por linha seca, medindo 29,112m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 17, por linha seca, medindo 29,319m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XVII - Lote Urbano nº 17 do Loteamento Madalena, com área de 353,064m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 16, por linha seca, medindo 29,319m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 18, por linha seca, medindo 29,525m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XVIII - Lote Urbano nº 18 do Loteamento Madalena, com área de 355,536m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 17, por linha seca, medindo 29,525m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 19, por linha seca, medindo 29,731m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XIX - Lote Urbano nº 19 do Loteamento Madalena, com área de 358,014m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 18, por linha seca, medindo 29,731m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 20, por linha seca, medindo 29,938m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XX - Lote Urbano nº 20 do Loteamento Madalena, com área de 355,123m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 19, por linha seca, medindo 29,938m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,000m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas "B" e "D", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 25,144m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 12,002m.

XXI - Lote Urbano nº 21 do Loteamento Madalena, com área de 1.560,207m² de Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte, a Rua Projetada "D", numa extensão de 37,430m; Ao Leste, com o Lote nº 24, por linha seca, medindo 31,582m; Ao Sul, com o Lote nº 22 e Parte do Lote nº 23, por linha curva de 43,138m;

Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 47,929m.

XXII - Lote Urbano nº 22 do Loteamento Madalena, com área de 194,048m² de ACRA (Área de Conservação e Recuperação Ambiental - denominação conforme o art. 105 da Lei 002/2011), não edificáveis, confrontando-se: Ao Norte, com Parte do Lote nº 21, por linha curva de 20,013m; Ao Sudeste, com Parte do Lote nº 23, por linha curva de 32,062m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 21,069m.

XXIII - Lote Urbano nº 23 do Loteamento Madalena, com área de 2.740,605m² de APP, não edificáveis, confrontando-se: Ao Norte, com Parte do Lote nº 21 e o Lote nº 24, por linha curva de 58,823m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 30,000m; Ao Sul, com o Lajeado dos Perdidos, numa extensão de 91,707m; Ao Oeste, com Parte da Chácara nº 49, por linha seca, medindo 31,121m; Ao Noroeste, com o Lote nº 22, por linha curva de 32,062m.

XXIV - Lote Urbano nº 24 do Loteamento Madalena, com área de 1.102,796m² de Área Verde, não edificáveis, confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 25, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 30,221m; Ao Sul, com parte do Lote nº 23, por linha curva de 35,698m; Ao Oeste, com o Lote nº 21, por linha seca, medindo 31,582m; Novamente ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 6,954m; Novamente ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,500m.

XXV - Lote Urbano nº 25 do Loteamento Madalena, com área de 398,604m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 26, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 14,595m; Ao Sul, com o Lote nº 24, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 14,595m.

XXVI - Lote Urbano nº 26 do Loteamento Madalena, com área de 355,043m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 27, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 13,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 25, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 13,000m.

XXVII - Lote Urbano nº 27 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com Lote Urbano nº 28, por linha seca, medindo, 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 26, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XXVIII - Lote Urbano nº 28 do Loteamento Madalena, com área de 334,282m², sendo 319,894m² edificáveis e 14,388m² não edificáveis, separadas por uma linha de 12,959m, confrontando-se: Ao Norte, com o Lote nº 29, por linha seca, medindo 23,872m; Ao Nordeste, com Parte do Lote nº 30, por uma linha de 5,375m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 8,369m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 27, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,500m.

XXIX - Lote Urbano nº 29 do Loteamento Madalena, com área de 395,063m², sendo 392,783m² edificáveis e 2,280m² não edificáveis, separadas por uma linha de 5,102m, confrontando-se: Ao Norte, com a Passagem de Pedestres, numa extensão de 15,368m; Ao Leste, com Parte do Lote nº 30, por uma linha de 10,731m; Ao Nordeste, com Parte do Lote nº 30, por uma linha de 13,862m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 28, por linha seca, medindo 23,872m; Ao Oeste, a Rua Projetada "B", numa extensão de 22,203m.

XXX - Lote Urbano nº 30 do Loteamento Madalena, com área de 591,473m² de Área Verde, não edificáveis, confrontando-se: Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 67,106m; Ao Sudoeste, com Parte dos Lotes Urbanos nº 28 e 29, por linha curva de 19,237m; Ao Oeste, com Parte do Lote Urbano nº 29, com a servidão de passagem e com o lote nº 31, por linha curva de 39,490m; Ao Noroeste, com Parte do Lote Urbano nº 32, por linha curva de 15,143m.

XXXI - Lote Urbano nº 31 do Loteamento Madalena, com área de 395,949m², sendo 390,755m² edificáveis e 5,194m² não edificáveis, separadas por uma linha de 9,877m, confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 32, por linha seca, medindo 19,161m; Ao Leste, com parte do Lote nº 30, por uma linha de 24,759m; Ao Sul, com a Passagem de Pedestres, numa extensão de 15,250m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 24,203m.

XXXII - Lote Urbano nº 32 do Loteamento Madalena, com área de 322,336m², sendo 305,137m² edificáveis e 17,199m² não edificáveis, separadas por uma linha de 15,075m, confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 33, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 1,430m; Ao Sudeste, com Parte do Lote nº 30, por uma linha de 15,143m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 31, por linha seca, medindo 19,161m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 14,000m.

XXXIII - Lote Urbano nº 33 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 34, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 32, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XXXIV - Lote Urbano nº 34 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 35, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 33, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XXXV - Lote Urbano nº 35 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 36, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 34, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XXVI - Lote Urbano nº 36 do Loteamento Madalena, com área de 322,365m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 22,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 35, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,000m; Ao Noroeste, com as Ruas Projetadas "B" e "C", por uma linha curva, num raio de 5,00m.

XXXVII - Lote Urbano nº 37 do Loteamento Madalena, com área de 322,365m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 38, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 22,311m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas "B" e "C", por uma linha curva, num raio de 5,00m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,000m.

XXXVIII - Lote Urbano nº 38 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano

nº 39, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 37, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XXXIX - Lote Urbano nº 39 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 40, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 38, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XL - Lote Urbano nº 40 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 41, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 39, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XLI - Lote Urbano nº 41 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 42, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 40, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XLII - Lote Urbano nº 42 do Loteamento Madalena, com área de 327,732m², confrontando-se: Ao Norte, com os Lotes Urbanos nº 43 e nº 44, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 12,000m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 41, por linha seca, medindo 27,311m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,000m.

XLIII - Lote Urbano nº 43 do Loteamento Madalena, com área de 414,226m², confrontando-se: Ao Noroeste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 13,898m; Ao Leste, com Parte da Chácara nº 51, por linha seca, medindo 33,312m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 42, por linha seca, medindo 13,262m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 44, por linha seca, medindo 29,156m.

XLIV - Lote Urbano nº 44 do Loteamento Madalena, com área de 376,152m², confrontando-se: Ao Noroeste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 11,050m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 43, por linha seca, medindo 29,156m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 42, por linha seca, medindo 14,049m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 21,079m; Novamente ao Noroeste, com as Ruas Projetadas "A" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m.

Art. 5º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 07 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.050/2014 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 40.386,62 (QUARENTA MIL, TREZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS),

LEI Nº 7.050/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 40.386,62 (QUARENTA MIL, TREZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014/2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.386,62 (Quarenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de reforma e ampliação do Centro de Convivência dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 40.386,62 (Quarenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

08.241.0485.1.945 - Continuidade das obras de reforma e ampliação do centro de Convivência Cultural dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 40.386,62

Art. 3º Para o atendimento complementar do crédito de que trata a presente Lei ficam utilizados os recursos provenientes do Supéravit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, na importância de R\$ 40.386,62 (Quarenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificados:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
10050-7	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	50	PMAQ	40.386,62

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 40.386,62 (Quarenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de reforma e ampliação do Centro de Convivência dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 40.386,62 (Quarenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes ao atendimento das despesas das obras de reforma e ampliação do Centro de Convivência dos idosos de São Miguel do Oeste/SC, localizado no Bairro Agostini.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.051/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC COM COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO Â

LEI Nº 7.051/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO EM NOME DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC COM COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio em nome do Município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para fins de dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, na forma do termo constate do Anexo I, da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente, da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.052/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RECEBER POR DOAÇÃO EM NOME DO MUNICÍPIO E INCLUIR NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - A

LEI Nº 7.052/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RECEBER POR DOAÇÃO EM NOME DO MUNICÍPIO E INCLUIR NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - ADEHASC E CONTÉM OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal em nome do Município de São Miguel do Oeste, autorizado a receber em doação, uma área de terras de propriedade da SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - ADEHASC, pessoa jurídica de direito privado, com a seguinte descrição:

I - Parte das chácaras 15 e 16, com área de 897,40m², sem benfeitorias, Bairro São Luiz, perímetro urbano, Seção Guamerim, confrontando: ao norte e ao leste com chácara n. 25, pelo antigo leito do Lageado Guamerim; ao sul com parte das chácaras 15, 16 e por uma rua, por linha seca de 49,56m; aos oeste: com parte das chácaras 15, 16 e por uma rua, por linha seca de 33,90 m, matrícula n. 18.581, do CRISMO.

Parágrafo único. A área de terras constante desta lei, será destinada a uso institucional do Município, e que já se encontra instalada uma Estação de Tratamento de Esgoto.

Art. 2º Fica ainda autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a tomar todas as medidas necessárias para a inclusão da mesma no patrimônio público municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 17 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.053/2014 - DENOMINA DE "RIDO CARLITO VOLTZ" O DISTRITO INDUSTRIAL OESTE, LOCALIZADO NA LINHA EMBOABA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.053/2014

DENOMINA DE "RIDO CARLITO VOLTZ" O DISTRITO INDUSTRIAL OESTE, LOCALIZADO NA LINHA EMBOABA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado de "RIDO CARLITO VOLTZ" o Distrito Industrial Oeste, localizado na Linha Emboaba, Município de São Miguel do Oeste - SC, criado pela Lei Municipal nº 6.268, de 14 de dezembro de 2009.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 12 de dezembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.054/2014 - RETIFICA A ÁREA DO LOTE URBANO N. 81, DO LOTEAMENTO HUMBERTO CONSOLI, OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 40.378 DO OFÍCIO IMOBILIÁRIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

LEI Nº 7.054/2014
RETIFICA A ÁREA DO LOTE URBANO N. 81, DO LOTEAMENTO HUMBERTO CONSOLI, OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 40.378 DO OFÍCIO IMOBILIÁRIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica retifica a área do Lote Urbano n. 81, do Loteamento Humberto Consoli, objeto da Matrícula Imobiliária n. 40.378, do Ofício Imobiliário de São Miguel do Oeste, passando a ter as seguintes características e confrontações:

I - Lote Urbano n. 81, com área de 676,03m², sendo 461,97m² edificável e 214,06m² não edificável, confrontando: ao norte: com a Rua Erno Eric Schwambach, medindo 15,86m; ao nordeste: com o eixo da estrada vicinal, medindo 35,68m; ao sul: com parte do Lote Urbano n. 87, por linha seca medindo 22,77m; ao oeste: com o Lote Urbano n. 82, por linha seca medindo 35,00 m.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.055/2014 - DENOMINA DE RUA "JOÃO FRIGERI" A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.055/2014
DENOMINA DE RUA "JOÃO FRIGERI" A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "JOÃO FRIGERI" a Rua Projetada B, localizada no loteamento Araucária, no BAIRRO AGOSTINI, Município de São Miguel do Oeste - SC, podendo ter seguimento.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.056/2014 - APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ALM INCORPORADORA LTDA EPP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.056/2014

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE ALM INCORPORADORA LTDA EPP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão de Parte do Lote Rural nº 02, com área de 37.028,55m², sem benfeitorias, sito na Secção Veado, Bairro Santa Rita, São Miguel do Oeste, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, sob o nº 41.070, de propriedade de ALM INCORPORADORA LTDA EPP, confrontando-se: Ao Norte, com Parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 321,18m; Ao Leste, com Parte do mesmo Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 110,46m; Ao Sul, com Parte do mesmo Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 24,13m; Novamente Ao Leste, com Parte do mesmo Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 14,00m; Novamente Ao Sul, com Parte do mesmo Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 201,17m; Ao Sudoeste, com Parte do mesmo Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 110,11m; Ao Oeste, com Parte do mesmo Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 70,14m, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

- I - 37.028,55m², referente a área total do empreendimento;
- II - 20.975,9964m², referente a área de lotes vendáveis;
- III - 10.549,9176m², referente a área de vias públicas;
- IV - 3.001,014m², destinados para área verde e área de preservação permanente - APP;
- V - 2.221,817m², destinados a área de uso institucional;
- VI - 282,805m², referente a área não edificável.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO PORTO SEGURO".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01, do Loteamento Porto Seguro, com área de 380,756m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº03, por linha seca medindo 14,23m; Ao Leste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 26,76m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 02, por linha seca medindo 14,22m; Ao Oeste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 26,76m.

II - Lote Urbano nº 02, do Loteamento Porto Seguro, com área de 428,467m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 01, por linha seca medindo 14,22m; Ao Leste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 26,76m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas "A" e "D", por uma linha curva medindo 10,43m; Ao Sudoeste, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 7,76m; Ao Oeste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 27,29m.

III - Lote Urbano nº 03, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,357m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,69m; Ao Leste, com o

Lote Urbano nº 04, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 9,66m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas "C" e "A", por uma linha curva medindo 7,85m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 16,41m; Ao Noroeste, com a Rua Projetada "A", por uma linha curva medindo 4,09m.

IV - Lote Urbano nº 04, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 05, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 03, por linha seca medindo 25,00m.

V - Lote Urbano nº 05, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 06, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 04, por linha seca medindo 25,00m.

VI - Lote Urbano nº 06, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 07, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 05, por linha seca medindo 25,00m.

VII - Lote Urbano nº 07, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 08, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 06, por linha seca medindo 25,00m.

VIII - Lote Urbano nº 08, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 09, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 07, por linha seca medindo 25,00m.

IV - Lote Urbano nº 09, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 10, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 08, por linha seca medindo 25,00m.

X - Lote Urbano nº 10, do Loteamento Porto Seguro, com área de 587,683m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 23,72m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 20,00m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas "B" e "C", por uma linha curva medindo 7,85m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 18,72m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 09, por linha seca medindo 25,00m.

XI - Lote Urbano nº 11, do Loteamento Porto Seguro, com área de 307,135m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,50m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 12, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 7,50m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas "C" e "B", por uma linha curva medindo 7,85m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 20,00m;

XII - Lote Urbano nº 12, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 13, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua

Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 11, por linha seca medindo 25,00m.

XIII - Lote Urbano nº 13, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 14, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 12, por linha seca medindo 25,00m.

XIV - Lote Urbano nº 14, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 15, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 13, por linha seca medindo 25,00m.

XV - Lote Urbano nº 15, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 16, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 14, por linha seca medindo 25,00m.

XVI - Lote Urbano nº 16, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 17, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 15, por linha seca medindo 25,00m.

XVII - Lote Urbano nº 17, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 18, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 16, por linha seca medindo 25,00m.

XVIII - Lote Urbano nº 18, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 19, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 17, por linha seca medindo 25,00m.

XIX - Lote Urbano nº 19, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 20, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 18, por linha seca medindo 25,00m.

XX - Lote Urbano nº 20, Área Institucional, do Loteamento Porto Seguro, com área de 2.221,817m², sendo 199,20m² não edificáveis e 2.022,617m² edificáveis, confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Colonial nº 03, por linha seca medindo 46,27m; Ao Leste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 66,00m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 40, por linha seca medindo 28,66m; Ao Oeste, com parte do Lote Urbano nº 39, por linha seca medindo 2,00m; Novamente Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 39, por linha seca medindo 5,57m; Novamente Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 21, por linha seca medindo 25,00m; Novamente ao Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste, Sul, e Sudeste, com a Rua Projetada "C", (praça de retorno), por uma linha curva medindo 55,40m; Novamente Ao Sul, com a Rua Projetada "C", por linha seca medindo 1,07m; Novamente Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 19, por linha seca medindo 25,00m.

XXI - Lote Urbano nº 21, do Loteamento Porto Seguro, com área

de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 20, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 39 e parte do Lote Urbano nº 38, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 22, por linha seca medindo 25,00m.

XXII - Lote Urbano nº 22, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 21, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 38 e parte do Lote Urbano nº 37, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 23, por linha seca medindo 25,00m.

XXIII - Lote Urbano nº 23, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 22, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 37, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 24, por linha seca medindo 25,00m.

XXIV - Lote Urbano nº 24, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 23, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 37 e parte do Lote Urbano nº 36, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 25, por linha seca medindo 25,00m.

XXV - Lote Urbano nº 25, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 24, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 36 e parte do Lote Urbano nº 35, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 26, por linha seca medindo 25,00m.

XXVI - Lote Urbano nº 26, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 25, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 35 e parte do Lote Urbano nº 34, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 27, por linha seca medindo 25,00m.

XXVII - Lote Urbano nº 27, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 26, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 34 e parte do Lote Urbano nº 33, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 28, por linha seca medindo 25,00m.

XXVIII - Lote Urbano nº 28, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 27, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 33 e parte do Lote Urbano nº 32, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 29, por linha seca medindo 25,00m.

XXIX - Lote Urbano nº 29, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 28, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 32 e parte do Lote Urbano nº 31, por linha seca medindo 12,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 30, por linha seca medindo 25,00m.

XXX - Lote Urbano nº 30, do Loteamento Porto Seguro, com área de 307,135m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 7,50m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 29, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 31, por linha seca medindo 12,50m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 20,00m; Ao Noroeste, com as Ruas Projetadas "B" e "C", por uma linha curva medindo 7,85m.

XXXI - Lote Urbano nº 31, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,000m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 30 e parte do Lote Urbano nº 29, por linha seca medindo 14,23m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 32, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 9,23m; Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas "D" e "B", por uma linha curva medindo 7,85m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,46m.

XXXII - Lote Urbano nº 32, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 29 e parte do Lote Urbano nº 28, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 33, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 31, por linha seca medindo 21,46m.

XXXIII - Lote Urbano nº 33, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 28 e parte do Lote Urbano nº 27, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 34, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 32, por linha seca medindo 21,46m.

XXXIV - Lote Urbano nº 34, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 27 e parte do Lote Urbano nº 26, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 35, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 33, por linha seca medindo 21,46m.

XXXV - Lote Urbano nº 35, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 26 e parte do Lote Urbano nº 25, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 36, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 34, por linha seca medindo 21,46m.

XXVI - Lote Urbano nº 36, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 25 e parte do Lote Urbano nº 24, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 37, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 35, por linha seca medindo 21,46m.

XXXVII - Lote Urbano nº 37, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 24, com o Lote Urbano nº 23 e parte do Lote Urbano nº 22, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 38, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 36, por linha seca medindo 21,46m.

XXXVIII - Lote Urbano nº 38, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 22 e parte do Lote Urbano nº 21, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 39, por linha

seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 37, por linha seca medindo 21,46m.

XXXIX - Lote Urbano nº 39, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,0108m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 21 e parte do Lote Urbano nº 20, por linha seca medindo 13,98m; Ao Leste, com parte do Lote Urbano nº 20 e com o Lote Urbano nº 40, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 13,98m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 38, por linha seca medindo 21,46m.

XL - Lote Urbano nº 40, do Loteamento Porto Seguro, com área de 557,710m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 20, por linha seca medindo 28,66m; Ao Leste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 19,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 28,65m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 39, por linha seca medindo 19,46m.

XLI - Lote Urbano nº 41, do Loteamento Porto Seguro, com área de 344,635m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 23,00m; Ao Nordeste, com as Ruas Projetadas "C" e "B", por uma linha curva 7,85m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,50m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 42, por linha seca medindo 28,00m; Ao Oeste, com parte do Lote Urbano nº 43, por linha seca medindo 12,50m.

XLII - Lote Urbano nº 42, do Loteamento Porto Seguro, com área de 350,000m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 41, por linha seca medindo 28,00m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,50m; Ao Sul, com o Lote Urbano nº 57 e parte do Lote Urbano nº 56, por linha seca medindo 28,00m; Ao Oeste, com parte do Lote Urbano nº 43, por linha seca medindo 12,50m.

XLIII - Lote Urbano nº 43, do Loteamento Porto Seguro, com área de 315,500m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,62m; Ao Leste, com os Lotes nº 41 e 42, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 56 e parte do Lote Urbano nº 55, por linha seca medindo 12,62m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 44, por linha seca medindo 25,00m.

XLIV - Lote Urbano nº 44, do Loteamento Porto Seguro, com área de 325,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 13,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 43, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 55 e parte do Lote Urbano nº 54, por linha seca medindo 13,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 45, por linha seca medindo 25,00m.

XLV - Lote Urbano nº 45, do Loteamento Porto Seguro, com área de 325,000m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 13,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 44, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 54 e parte do Lote Urbano nº 53, por linha seca medindo 13,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 46, por linha seca medindo 25,00m.

XLVI - Lote Urbano nº 46, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 45, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 53 e parte do Lote Urbano nº 52, por linha seca medindo 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 47, por linha seca medindo 25,00m.

XLVII - Lote Urbano nº 47, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada

"C", numa extensão de 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 46, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 52 e parte do Lote Urbano nº 51, por linha seca medindo 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 48, por linha seca medindo 25,00m.

XLVIII - Lote Urbano nº 48, do Loteamento Porto Seguro, com área de 357,500m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 14,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 47, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 51 e parte do Lote Urbano nº 50, por linha seca medindo 14,30m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 49, por linha seca medindo 25,00m.

XLIX - Lote Urbano nº 49, do Loteamento Porto Seguro, com área de 361,020m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "C", numa extensão de 9,66m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 48, por linha seca medindo 25,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 50, por linha seca medindo 14,66m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 20,00m; Ao Noroeste, com as Ruas Projetadas "A" e "C", por uma linha curva medindo 7,85m.

L - Lote Urbano nº 50, do Loteamento Porto Seguro, com área de 327,180m², confrontando-se: Ao Norte, com o Lote Urbano nº 49 e parte do Lote Urbano nº 48, por linha seca medindo 25,01m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 51, por linha seca medindo 20,23m; Ao Sudoeste, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 25,84m; Novamente Ao Sudoeste, com as Ruas Projetadas "D" e "A", por uma linha curva medindo 5,27m; Ao Oeste, com a Rua Projetada "A", numa extensão de 3,13m.

LI - Lote Urbano nº 51, do Loteamento Porto Seguro, com área de 301,242m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 48 e parte do Lote Urbano nº 47, por linha seca medindo 14,10m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 52, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 11,93m; Ao Sudoeste, com a Rua Projetada "D", por linha seca medindo 2,50m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 50, por linha seca medindo 20,23m.

LII - Lote Urbano nº 52, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,440m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 47 e parte do Lote Urbano nº 46, por linha seca medindo 14,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 53, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 14,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 51, por linha seca medindo 21,46m.

LIII - Lote Urbano nº 53, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,440m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 46 e parte do Lote Urbano nº 45, por linha seca medindo 14,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 54, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 14,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 52, por linha seca medindo 21,46m.

LIV - Lote Urbano nº 54, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,440m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 45 e parte do Lote Urbano nº 44, por linha seca medindo 14,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 55, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 14,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 53, por linha seca medindo 21,46m.

LV - Lote Urbano nº 55, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,440m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 44 e parte do Lote Urbano nº 43, por linha seca medindo 14,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 56, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão

de 14,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 54, por linha seca medindo 21,46m.

LVI - Lote Urbano nº 56, do Loteamento Porto Seguro, com área de 300,440m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 43 e parte do Lote Urbano nº 42, por linha seca medindo 14,00m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 57, por linha seca medindo 21,46m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 14,00m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 55, por linha seca medindo 21,46m.

LVII - Lote Urbano nº 57, do Loteamento Porto Seguro, com área de 317,970m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do Lote Urbano nº 42, por linha seca medindo 15,07m; Ao Leste, com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,46m; Ao Sudeste, com as Ruas Projetadas "B" e "D", por uma linha curva medindo 7,85m; Ao Sul, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 10,07m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 56, por linha seca medindo 21,46m.

LVIII - Lote Urbano nº 58, do Loteamento Porto Seguro, com área total de 3.0001,014m² sendo 2.600,000m² de Área Verde e 401,014m² de Área de APP confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 98,37m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 59, por linha seca medindo 21,00m; Novamente Ao Norte, com os Lotes nº 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 66, por linha seca medindo 122,02m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 66, por linha seca medindo 21,00m; Novamente Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 34,82m; Novamente Ao Leste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 11,00m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 24,13m; Novamente Ao Leste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 14,00m; Novamente Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 201,17m; Ao Sudoeste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 6,38m; Ao Noroeste, com o Lote Urbano nº 67, por linha seca medindo 8,52m; Novamente Ao Sudoeste, com o Lote Urbano nº 67, por linha seca medindo 36,79m.

LIX - Lote Urbano nº 59, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,670m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,27m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 60, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,27m; Ao Oeste, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 21,00m.

LX - Lote Urbano nº 60, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,250m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,25m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 61, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,25m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 59, por linha seca medindo 21,00m.

LXI - Lote Urbano nº 61, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,250m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,25m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 62, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,25m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 60, por linha seca medindo 21,00m.

LXII - Lote Urbano nº 62, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,250m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,25m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 63, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,25m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 61, por linha seca medindo 21,00m.

LXIII - Lote Urbano nº 63, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,250m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,25m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº

64, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,25m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 62, por linha seca medindo 21,00m.

LXIV - Lote Urbano nº 64, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,250m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,25m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 65, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,25m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 63, por linha seca medindo 21,00m.

LXV - Lote Urbano nº 65, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,250m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,25m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 66, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,25m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 64, por linha seca medindo 21,00m.

LXVI - Lote Urbano nº 66, do Loteamento Porto Seguro, com área de 320,250m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 15,25m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 21,00m; Ao Sul, com parte do Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 15,25m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 65, por linha seca medindo 21,00m.

LXVII - Lote Urbano nº 67, não edificável, do Loteamento Porto Seguro, com área de 282,805m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua Projetada "D", numa extensão de 14,19m; Ao Nordeste: com o Lote Urbano nº 58, por linha seca medindo 36,79m; Ao Sudeste, com parte do Lote Urbano nº 68, por linha curva de 8,52m; Ao Sudoeste, com parte do Lote Rural nº 02, por linha seca medindo 44,30m.

Art. 5º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.057/2014 - DENOMINA DE "WALDEMAR VITÓRIO ECHER" A RUA PROJETADA "E" NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, LOCALIZADO NO BAIRRO AGOSTINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 7.057/2014

DENOMINA DE "WALDEMAR VITÓRIO ECHER" A RUA PROJETADA "E" NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, LOCALIZADO NO BAIRRO AGOSTINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA WALDEMAR VITÓRIO ECHER", a Rua Projetada "E", no Loteamento Araucária, localizado no Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizados a proceder todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.058/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE A 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 7.058/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE A 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente a 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA em SÃO

MIGUEL DO OESTE, os seguintes bens:

- 01 SWITCH MARCA/MODELO SMO C8024L2, 24 PORTAS, REDE GERENCIAL;
- 01 LAVADORA DE PRESSÃO KARCHER K3.1001740 LB;
- 01 APARELHO TELEFONE PLENO GF PRETO, SEM CHAVE, MARCA INTELBRAS;
- 02 ARMÁRIOS 1,50M X 1,80M, MARCA HAMMES;
- 02 ESCADAS DE ALUMÍNIO 7 DEGRAUS, MARCA MOR;
- 01 MICROFONE PARA CFTV, MARCA IPEC, 03 FONTES CHAVETAS LUXVISION 12V1ª, 02 CÂMERAS IR 36 LEDS CCD SONI;
- 01 NOBREAK PREMIUN, MARCA NHS 1200VA;
- 10 MICROCOMPUTADORES COM PROCESSADOR INTEL CORE I5 2310, 2900 MHZ, 4GB RAM, PLACA MÃE SOQUETE 1155, MEMÓRIA DDR 1333MHZ, PLACA DE VÍDEO ON-BOARD, PLACA DE REDE 10/100/1000, GABINETE PRETO, TECLADO ABNT2 E DE-MAIS, MARCA PQUTA/10C;
- 01 VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO UNIDADE MOVEL DE TRÂNSITO, ANO/MODELO 2014/2014, TIPO FURGÃO, MARCA FIAT;
- 05 DESUMIDIFICADOR DE PAPEL A4 PCA, MARCA JUNIOR PARA 500 FOLHAS;
- 02 POLTRONAS GIRATÓRIA PRESIDENTE 20101, BRAÇO CROMADO COM APOIO PP, BG COM RELAX, MARCA CAVALETTI, 01 MESA EXECUTIVA TAMBURATO COM TAMPO 44MM, MARCA MOTIVA, 02 BALCÕES CREDENCIA, TAMPO E LATERAIS EM TAMBURATO, MARCA MOTIVA;
- 01 APARELHO TELEFÔNICO SAMSUNG S4 MINI GT-I9192, 8GB DE MEMÓRIA, DUAL SIM, ANDROID 4.2, DUAL-CORE 1.7 GHZ, GPS, DISPLAY 4.3, CAMERA 8 MP;

Art. 2º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 3º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, está ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º Todas as despesas oriundas dos bens doados, correrão a partir da sua transferência, à conta da 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.059/2014. - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.059/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2.001 - Administração. geral dos bens e serv. do Poder Legislativo Municipal

2 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00
3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 3º Para o atendimento do respectivo crédito transcrito nesta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a seguinte redução parcial da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.1.001 - Aquisição de imóveis, constr. ampliação e equipamento. e Material permanente para o Poder Legislativo.
1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 250.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica compulsoriamente alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício

financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.060/2014 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPIRITUAL UNIVERSALISTA, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.060/2014
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPIRITUAL UNIVERSALISTA, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPIRITUAL UNIVERSALISTA (CEU), com sede na Rua Marçílio Dias, nº 971, Bairro Centro, nesta cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa jurídica no Cartório de Registro Civil Títulos e Documentos, protocolado sob o número 3033 e registrado sob o número 4287, folhas 043 no livro A-13 em 24/06/2014, Município de São Miguel do Oeste, inscrito no CNPJ nº 20.861.949/0001-93.

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica Municipal à Entidade ora declarada de utilidade pública.

Art. 3º Ficam os Setores competentes da Municipalidade autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.061/2014 - DENOMINA DE RUA ELSA ANA CENCI DAIPRAI A RUA PROJETADA A, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MADALENA, BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.061/2014
DENOMINA DE RUA ELSA ANA CENCI DAIPRAI A RUA PROJETADA A, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MADALENA, BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "ELSA ANA CENCI DAIPRAI" a Rua Projetada A, localizada no Loteamento MADALENA, BAIRRO ESTRELA, no Município de São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 21 de novembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.062/2014. - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 4.406.631,05 (QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E SEIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA E UM RE

LEI Nº 7.062/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 4.406.631,05 (QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E SEIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA E UM REAIS E CINCO CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.406.631,05 (quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscientos e trinta e um reais e cinco centavos), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 4.406.631,05 (quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscientos e trinta e um reais e cinco centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
04.122.0021.2.005 - Administração geral dos bens e serviços do Gabinete do Prefeito
1 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
03 - ASSESSORIA JURÍDICA
04.122.0021.2.007 - Administração dos bens e serviços da Assessoria Jurídica
7- 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
24.722.0134.2.015 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
29 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
04 - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
04.122.024.2.018 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
38 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
06 - DEPARTAMENTO DE ADMIN. - SISTEMA CARTEIRA TRABALHO
04.122.0043.2.060 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Sistema de

Carteira Trab.

44 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
07 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
04.122.0043.2.064 - Adm. dos Bens e Serviços do Transporte
46 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
01 - SECRETARIA DA FAZENDA
04.129.0030.2.020 - Administração geral dos bens e serviços de responsab. do Órgão
52 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
02 - TRIBUTAÇÃO
04.129.0030.2.021 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
60 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
03 - CONTADORIA GERAL
04.124.0032.2.022 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
63 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
02 - SETOR DE ENSINO
12.361.0188.2.029 - Administração dos bens e serviços do Ensino Fundam.
81 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00
12.361.0427.2.032 - Administração dos bens e serviços da Merenda Escolar
90 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.365.0185.2.033 - Administração dos bens e serviços da Educação Infantil
101 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serviços de desenvolv. urbano
129 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0021.2.100 - Administr. Dos bens e serv. administrativos do FMSaúde
3 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
10.301.0428.2.101 - Administr. dos bens e serv. de assist.médica e sanitária
45 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.137.500,00
47 - 3.1.90.00.00.00.00.00.1069 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
49 - 3.1.90.00.00.00.00.00.1080 - Aplicações Diretas R\$ 112.500,00
50 - 3.1.90.00.00.00.00.00.1081 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
52 - 3.1.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas R\$ 77.131,05
10.301.0428.2.104 - Administr. geral dos bens e serv. da UPA
73 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diretas R\$ 112.500,00
72 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 275.000,00
TOTAL R\$ 4.406.631,05

Art. 3º Para o atendimento parcial do respectivo crédito transcrito nesta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover as seguintes reduções totais e/ou parciais das dotações abaixo discriminandas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
 04.122.0043.1.002 - Aquisição de Equip. e Material Perman. p/ o Gabinete
 3 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.844,10
 02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO
 04.122.0021.1.666 - Aquisição de equipamentos materiais permanentes para o Gabinete do Vice
 4 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.421,15
 06 - ASSESSORIA DE IMPRENSA
 04.122.0050.2.010 - Administração geral dos bens e serviços da Assessoria de Imprensa
 18 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 07 - CHEFIA DE GABINETE
 04.122.0021.2.011 - Administração geral dos bens e serviços da Assessoria de Gabinete
 20 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 08 - DEFESA CIVIL
 04.122.0043.2.012 - Administr. dos bens e serviços da defesa civil
 23 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
 04.122.0043.1.018 - Aquisição de Equipamentos para os Serviços da Defesa Civil
 22 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
 04.122.0043.1.009 - Construção e aquisição de equipamento e material permanente para o Órgão e ampliação Centro Adm.
 28 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 19.893,50
 03 - DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
 04.122.0021.2.017 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
 35 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 04.122.0043.1.011 - Aquis. de equipt. mtl. permanente para os serviços de patrimônio
 36 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.677,70
 04 - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
 04.122.0024.1.012 - Aquis. de Equip. e Matl. Perman. p/os Serviços de Informática
 37 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 04.122.024.2.018 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 05 - PROTOCOLO
 04.122.0043.1.014 - Aquisição de Equipamentos Permanentes
 42 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 06 - DEPARTAMENTO DE ADMIN. - SISTEMA CARTEIRA TRABALHO
 04.122.0043.1.015 - Aquisição de Equipamentos Permanentes
 43 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 07 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
 04.122.0043.2.064 - Adm. dos Bens e Serviços do Transporte
 47 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
 01 - SECRETARIA DA FAZENDA
 04.123.0043.1.021 - Aquisição de Equipamentos Permanentes
 51 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.287,00
 28.846.0045.2.002 - Pagamento de Sentenças Judiciais via Pre-catórios Judiciais
 59 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 02 - TRIBUTAÇÃO
 04.129.0030.2.021 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
 61 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 04.129.0043.1.022 - Aquis. Equip. e Matl. Perman. p/os Serviços da Unidade

62 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.336,00
 04 - DEPARTAMENTO COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
 04.122.0043.1.019 - Aquis. equip. e Matl. Perman. p/os Serviços da Unidade
 68 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 22.981,00
 05 - FISCALIZAÇÃO
 04.123.0021.2.024 - Administração geral dos bens e serviços da Unidade
 70 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 04.123.0043.1.020 - Aquis. Equip. e Matl. Perman. p/os Serviços da Unidade
 71 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.097,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

01 - ADMINISTRAÇÃO
 12.122.0021.1.026 - Aquis. Equip. e Matl. Perman. p/os Serv. Do Órgão Administrativo
 72 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 11.141,51
 02 - SETOR DE ENSINO
 12.365.0427.2.034 - Adm. dos bens e serv. da merenda escolar infantil
 107 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.361.0188.1.025 - Constr. Ampl. e Aquis. de área de Terra, bem como Equip. e Mobil. Em Geral.
 79 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 12.361.0239.2.030 - Administr. geral dos bens e serviços do transporte escolar
 85 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 04.122.0021.2.042 - Admin. geral dos bens e serviços de desenvolvimento econômico
 114 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 04.122.0346.1.333 - Aquisição de equipamento e material permanente p/ o Órgão
 116 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 9.172,00
 22.661.0346.1.033 - Revitalização, Ampliação e equipt. do Parque Rineu Granzotto
 117 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
 26.781.0523.1.034 - Ampliação e Melhoramento do Aeroporto Hélio Wassun
 120 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 14.495,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 - DESENVOLVIMENTO URBANO
 04.122.0021.1.038 - Aquisição de Equip. e Material Perman. p/ Serv. Do Órgão
 125 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 13.752,50
 15.452.0021.2.045 - Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento urbano
 130 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 15.452.0043.1.037 - Aquis. de Máquinas, Veículos e demais Equip. p/Serv. Do Órgão
 134 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.720,00
 17.512.0448.1.046 - Execução de Obras de Saneamento geral na Cidade e Bairros
 136 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
01 - INFRAESTRUTURA
26.782.0534.2.055 - Adm Geral dos Bens e Serv. Do Transp. Rodoviário
158 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
08.122.0021.1.088 - Aquisição de equipamento e material permanente para os serviços da Administração do Órgão.
1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 45.286,00
08.122.0021.2.026 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Assistência Social
3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
08.241.0485.1.064 - Construção do Centro e aquis.de equipam. móveis e utensílios
5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
08.244.0444.1.059 - Aquis. de área construção, ampliação e melhor.de Cemitérios
16 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
08.244.0483.1.092 - Aquisição de bens e serviços para a Assistência Social
19 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 38.671,00
08.244.0487.1.269 - Equipto. e material permanente para o CRAS
20 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC.
08.243.0483.2.080 - Administração geral dos bens e serviços do FMDCA
36 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

17 - SECRETARIA MUNIC. AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
17.511.0447.1.078 - Implantação de Redes de Abastecimento de Água
1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 29.736,35
20.122.0043.1.044 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente para a Unidade
5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 19.577,30
20.122.0043.1.073 - Aquisição de equipto.mtl.permanente para a Unidade
6 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.656,30
20.608.0088.1.076 - Distribuição e Aplicação de doses de sêmen no rebanho bovino
9 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 14.300,00
20.608.0088.2.087 - Administração dos Bens e Serviços de Produção e Desenv. Animal
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

21 - FUNDAÇÃO MUNIC. DE CULT. LAZ. E TUR. DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 - FUNDAÇÃO MUNIC. DE CULT. LAZ. E TUR. DE SÃO MIGUEL DO OESTE
13.392.0031.2.039 - Transf. a instituições privadas sem fins lucr.
10 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a instituições privadas sem fins lucr. R\$ 50.000,00
13.392.0247.2.141 - Programa de desenv. de ativ. Ligadas a cult. laz.tur.
9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 171.622,78

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0021.1.105 - Aquis.de Equip. e Matl. Perman.p/os Serviços Administrativos
1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
10.301.0428.2.104 - Administração geral dos bens e serviços da UPA

72 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 600.331,81
74 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
75 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diretas R\$ 112.500,00
10.301.0429.2.103 - Transferências a Consórcio Público - CIS-AMEOSC
76 - 3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 115.000,00
10.301.0428.2.101 - Administr.dos bens e serv. de assist.médica e sanitária
61 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1069 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
56 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
10.301.0428.1.103 - Equipto.mtl. perm. Para labor.da saúde pública.
8 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas R\$ 24.150,00
10.301.0428.1.109 - Aquis.equipto.mtl.perm. p/ USB B. Sta. Rita.
15 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas R\$ 39.340,05
10.301.0428.1.114 - Aquis.equipto.mtl.perm. p/ TFD
23 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1274 - Aplicações Diretas R\$ 13.641,00
TOTAL R\$ 4.244.131,05

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado nesta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO/REPASSADOR	RECURSOS	CÓDIGO	VALOR
MINISTÉRIO DA SAÚDE	1080	INCENTIVO ESF	112.500,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE	1081	SAMU	50.000,00
TOTAL			162.500,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica compulsoriamente alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de 2013, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 4.406.631,05 (quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e cinco centavos), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2012 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 4.406.631,05 (quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e cinco centavos), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no transcorrer do presente ano financeiro.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 27 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.063/2014 - DENOMINA DE "RUA PROFESSORA AGUIDA BERNARDI GUEWEHR" A RUA PROJETADA A, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.063/2014

DENOMINA DE "RUA PROFESSORA AGUIDA BERNARDI GUEWEHR" A RUA PROJETADA A, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Fica denominada de "RUA AGUIDA BERNARDI. GUEWEHR" a Rua PROJETADA A, localizada no Loteamento ARAUCÁRIA, BAIRRO AGOSTINI, no Município de São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 01 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.064/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE VEÍCULO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE A 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.064/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROCEDER EM NOME DO MUNICÍPIO, A DOAÇÃO DE VEÍCULO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESPECIFICAMENTE A 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, a doar ao ESTADO DE SANTA CATARINA, especificamente a 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA, veículo FIAT/ DUCATO MAXICARGO, ano 2014/2014, cor preta, placas OKG 3008, Chassi 93W245G34E2140064, RENAVAL 1024373050.

Art. 2º Fica autorizado o Executivo Municipal, após processada a doação, a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 3º Em caso de reversão dos bens móveis descritos na presente lei ao patrimônio público municipal, está ocorrerá sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 4º Todas as despesas oriundas do bem doado, correrão a partir da sua transferência, à conta da 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 01 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada

na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.065/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA TRANSPORTES FRANCISCO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.065/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA TRANSPORTES FRANCISCO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa TRANSPORTES FRANCISCO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 85.138.345/0001-69, que irá se instalar no Município de São Miguel do Oeste - SC, o seguinte incentivo econômico: Pagamento de locação de imóvel no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pelo período de 12 (doze) meses, a contar de janeiro de 2015.

§1º O benefício referido no caput deste artigo, será destinado para locação de imóvel no qual também servirá para alocar mais duas empresas (BAUZIL INDÚSTRIA DE SABÃO E DERIVADOS QUÍMICOS e METALÚRICA FINATTO), sendo o espaço organizado na forma de condomínio empresarial.

§ 2º O benefício ora concedido fica sujeito às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 01 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.066/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA PRÉ-LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.066/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA PRÉ-LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa PRÉ-LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 01.620.108/0001-40, Inscrição Estadual nº. 253.407.354, com sede na Rua Bruno Dalmina, n. 75, Distrito Industrial, Município de São Miguel do Oeste-SC, os seguintes incentivos econômicos:

I- 285 (duzentos e oitenta e cinco) metros cúbicos de brita;

§1º O incentivo referido no inciso anterior deste artigo será destinado para realizar construção de piso dos galpões da unidade de produção e regularização do terreno da Empresa beneficiada.

§ 2º Os benefícios ora concedidos, ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 01 de dezembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº 7.067/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA EDUARDA MIOR ME, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 7.067/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA EDUARDA MIOR ME, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa EDUARDA MIOR ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 19.097.554/0001-87, com sede no Município de São Miguel do Oeste-SC, os seguintes incentivos econômicos:

I- 05 (cinco) horas-máquina;

II- 20 (vinte) tubos de concreto de 20cm;

III- 02 (duas) cargas de brita;

§1º As horas de serviços e os materiais referidos no caput deste artigo, serão destinados para realizar melhoramento do pátio da Empresa beneficiada.

§ 2º Os benefícios ora concedidos ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalarem ou ampliarem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 01 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.068/2014 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR O "PROGRAMA MUNICIPAL DE HORA-MÁQUINA", ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.068/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR O "PROGRAMA MUNICIPAL DE HORA-MÁQUINA", ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Como forma de fomento e incentivo à produção e desenvolvimento do Município, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o "PROGRAMA MUNICIPAL DE HORAS-MÁQUINA" nas áreas urbana e rural do Município.

Art. 2º O referido Programa tem por finalidade, subsidiar parte do custo dos serviços executados nas propriedades dos munícipes, indústrias e outros, conforme disponibilidade de maquinários, equipamentos e recursos humanos próprios ou terceirizados, dando sempre prioridade aos serviços que são de sua responsabilidade.

Art. 3º São objetivos específicos do Programa:

I- Incentivar projetos que visem a recuperação ou conservação do solo e meio ambiente;

II- Facilitar o escoamento da produção agrícola e agropecuária;

III- Possibilitar condições de melhorias nas comunidades;

IV- Fomentar e estimular o desenvolvimento;

V- Apoiar e incentivar a instalação de indústrias.

Parágrafo único. Os serviços prestados com máquinas e equipamentos para efetuar abertura e conservação de acesso às residências dos munícipes não terão custos, desde que respeitados os limites e regras estabelecidos por esta Lei.

Art. 4º O Programa atenderá aos interessados obedecendo as diretrizes e critérios estabelecidos nos arts. 8º e 9º desta Lei.

Parágrafo único. Serviços referentes a retirada de terra e/ou cascalho, limitar-se-ão em até dez (10) viagens de caminhão, sendo que cada viagem transportará até dez metros cúbicos (10m³) de material da seguinte forma:

I- O transporte de terra não poderá exceder dez (10) km por viagem; caso contrário, o interessado pagará o custo da execução dos serviços, pelos quilômetros excedidos, em valor a ser estabelecido mediante regulamento.

II- O transporte de cascalho não terá quilometragem limitada, tendo em vista as poucas cascalheiras encontradas nos limites do Município.

Art. 5º Os recursos destinados ao Programa serão oriundos de:

I- Pagamentos realizados pelos interessados na execução de serviços que excederem as regras contidas nesta Lei, em propriedades particulares dos munícipes, com máquinas agrícolas e rodoviárias próprias do Município, como, também, contratadas e/ou cedidas por terceiros;

II- Recursos provenientes de doações, fundos de desenvolvimento, convênios com entidades governamentais, ou instituições privadas, como, também, de recursos próprios do Município.

Art. 6º Os valores cobrados pelas horas dos serviços executados com máquinas e equipamentos rodoviários do Município serão definidos conforme anexo 01 da presente Lei, podendo ser ajustados anualmente com a aplicação do IGP-M, pelo Chefe do Poder

Executivo, por meio de Decreto.

Parágrafo único. Quando os serviços prestados forem realizados com maquinário e equipamentos contratados, os valores repassados aos interessados deverão respeitar os mesmos estabelecidos no respectivo processo licitatório.

Art. 7º Os valores arrecadados pela execução dos serviços previstos neste Programa, bem como os oriundos de doações, fundos de desenvolvimento e convênios com entidades governamentais ou instituições privadas e de recursos do Município, deverão ser depositados em conta específica aberta em Instituição Financeira instalada no Município.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda ficará responsável pela abertura da conta específica para aplicação dos valores oriundos da presente Lei.

Art. 8º Os serviços de horas-máquina a serem prestados aos interessados, obedecerão, rigorosamente, as seguintes diretrizes:

I- Os serviços de horas-máquina prestados na área urbana que não ultrapassem 02 (duas) horas, não serão cobrados dos interessados que atenderem ao solicitado nas normas previstas nesta Lei;

II- Cada munícipe terá direito a utilizar no máximo 10 (dez) horas-máquina de serviços na área urbana, e 40 (quarenta) horas-máquina de serviços na área rural, já incluídas as horas gratuitas;

III - A cada cem metros cúbicos (100m³) de cascalho doados ao Município, o munícipe terá direito a 1 (uma) hora-máquina de retroescavadeira ou equivalente, independentemente do número máximo de horas gratuitas previstos neste artigo, sendo que os gastos decorrentes da extração e transporte do cascalho doado ficarão a cargo do Município.

IV- No caso de serviços prestados no interior do Município, os solicitantes deverão manter a margem além do leito da rodovia limpa (roçada); caso contrário o Município realizará o serviço e cobrará do proprietário, posteriormente, na forma de horas-máquina, conforme o equipamento/máquina que for utilizado;

V- No caso de serviços prestados nas áreas urbanas do Município, os solicitantes deverão manter os lotes que estão baldios, livres de entulhos e sempre limpos (roçados); caso contrário, o Município realizará o serviço e cobrará do proprietário, posteriormente, na forma de horas-máquina, conforme o equipamento/máquina que for utilizado;

VI- Os equipamentos e maquinários do próprio Município serão colocados à disposição do Programa, somente quando não estiverem a préstimo do serviço público;

VII- As máquinas e equipamentos agrícolas poderão ser retiradas das propriedades dos interessados em função de emergências no serviço público, na eventualidade de quebra de algum equipamento, ou, até mesmo, por interrupção do programa, em face de situação de indisponibilidade financeira;

VIII- Os equipamentos e maquinários de terceiros, lícitos e cedidos para a prestação de serviços ao programa, deverão obedecer ao acordado no instrumento legal próprio;

IX- Os serviços serão executados somente mediante o cadastro nas Secretarias Municipais competentes;

X- Quando da implantação de novas indústrias, comércios, prestadores de serviços, associações e igrejas, como forma de incentivo as mesmas, os serviços compreendidos na presente Lei serão gratuitos, desde que haja disponibilidade de máquinas para a execução;

XI- Os serviços que necessitarem de autorização do Órgão Ambiental competente serão de inteira responsabilidade do proprietário/interessado, sendo que não serão executados até a liberação daquele.

Art. 9º Os cadastros de interessados devem ser realizados da seguinte forma:

I- Quando o interessado for produtor rural, o cadastro deverá ser

realizado junto à Secretaria da Agricultura, apresentando a seguinte documentação:

a) Matrícula do imóvel e contrato de compra e venda, ou de arrendamento, cópia da cédula de identidade civil (RG) e do cadastro de pessoas físicas (CPF/MF);

b) Notas de produtor rural, correspondentes a matrícula do imóvel, podendo apresentar somente 01 (um) registro por propriedade, utilizadas nos últimos 12 (doze) meses, para obter direito a horas-máquina gratuitas conforme tabela a baixo:

- De R\$ 1.000,00 à R\$ 10.000,00, o equivalente 02 (duas) horas

- De R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00, o equivalente a 03 (três) horas;

- De R\$ 20.001,00 à R\$ 60.000,00, o equivalente 04 (quatro) horas;

- Acima de R\$ 60.000,00, o equivalente a 06 (seis) horas.

c) Quando a execução dos serviços depender de liberação do ente/órgão ambiental competente, necessário será apresentar parecer do respectivo.

II- Quando o interessado for residente na área urbana do Município, deverá realizar seu cadastro junto à Secretaria de Obras, apresentando a seguinte documentação:

a) Matrícula do imóvel, contrato de compra e venda devidamente registrado em cartório, cópia da cédula de identidade civil (RG) e cópia do cadastro de pessoas físicas (CPF/MF);

b) Prova da quitação dos tributos municipais (IPTU, ISS etc.);

c) Quando a execução dos serviços depender de liberação do ente/órgão ambiental competente, necessário será apresentar parecer do respectivo;

d) Quando for o caso, o interessado deverá apresentar planta baixa e alvará de construção da obra a ser realizada.

III- Quando o interessado for representante da indústria ou comércio, o cadastro deverá ser realizado junto à Secretaria de Indústria e Comércio, apresentando a seguinte documentação:

a) Cópia do contrato social da empresa;

b) Documentos que comprovem a posse legal do imóvel;

c) Quando a execução dos serviços depender de liberação do ente/órgão ambiental competente, necessário será apresentar parecer do respectivo;

d) Prova da quitação dos tributos, mediante apresentação de certidões negativas de débitos ou positivas com efeito de negativas das três esferas de governo;

e) Planejamento de geração de empregos no Município, nos próximos 05 (cinco) anos.

Art. 10 Após o requerimento realizado pelo interessado junto à Administração Pública, será realizada uma previsão de horas de serviços na propriedade do requerente pelas Secretarias responsáveis.

Art. 11 As Secretarias Municipais de Obras e Agricultura, conforme o caso, farão vistorias prévias nos locais indicados pelos interessados e avaliarão a real necessidade das horas-máquina requeridas, bem como a realização dos serviços solicitados, podendo transferir parte dos serviços para outra rodada de atendimento àquela localidade.

Art. 12 A Secretaria responsável pelo cadastramento fará o levantamento de horas gratuitas que o interessado tiver direito, sendo que as horas que excederem as gratuitas deverão ser remetidas à Secretaria Municipal da Fazenda para emissão de carnê, para pagamento dos serviços requeridos.

Parágrafo único. As horas-máquina que excederem as horas gratuitas a que o interessado tiver direito deverão ser quitadas pelo mesmo, mediante o pagamento de guia emitida pelo próprio Município.

Art. 13 As Secretarias competentes executarão os serviços referentes às horas gratuitas, limitando-se à execução das horas excedentes, desde que haja por parte do requerente a apresentação de guia quitada, emitindo a nota de serviços executados.

Art. 14 A execução dos serviços de horas-máquina obedecerá os critérios cronológicos de protocolo das solicitações, podendo, desde que devidamente justificado pela Secretaria correspondente, haver a alteração na ordem de prestação dos serviços.

Parágrafo único. Em caso de necessidade devidamente justificada, poderá a Secretaria competente alterar a respectiva ordem, desde que seja de forma excepcional e não afronte a eficiência pública.

Art. 15 A Secretaria Municipal da Fazenda manterá os controles contábeis e financeiros da movimentação dos recursos do Programa, emitindo, quando solicitado, demonstrativo das receitas e/ou despesas.

Art. 16 O planejamento para a aplicação dos recursos obtidos através do Programa, bem como a definição dos projetos prioritários e a avaliação das ações realizadas, ficarão a cargo das Secretarias Municipais de Agricultura e de Obras.

Art. 17 Não será permitida a transferência de horas de um interessado para outro, bem como não será permitido o acúmulo de horas de um ano para outro.

Art. 18 As máquinas serão equipadas com dispositivos de controle de horas trabalhadas.

Art. 19 O Poder Executivo, após a aprovação desta lei, disporá sobre a elaboração dos formulários para as solicitações dos serviços, controle das horas trabalhadas, guias de recolhimento para projetos, laudos técnico e outros documentos necessários à execução da presente lei.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.214 de 24 de agosto de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 01 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.069/2014.- AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 111.420,00 (CENTO E ONZE MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.069/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 111.420,00 (CENTO E ONZE MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 6.869, de 27 de dezembro de 2013 - LOA - Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 111.420,00 (Cento e onze mil, quatrocentos e vinte reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis e equipamentos para as creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 111.420,00 (Cento e onze mil, quatrocentos e vinte reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 - SETOR DE ENSINO

27.365.0185.1.943 - Aquisição de móveis e equipamentos MEC/FNDE..

4.4.90.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 111.420,00

Art. 3º Para o atendimento ao crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A - C/BRASIL CARINHOSO NAS CRECHES - R-1017 - 46531-3, na ordem de R\$ 111.420,00 (Cento e onze mil, quatrocentos e vinte reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 6.871, de 27 de dezembro de

2013, Plano Plurianual - PPA, para os exercícios financeiros de 2014/2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 111.420,00 (Cento e onze mil, quatrocentos e vinte reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis e equipamentos para as creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 6.870, de 27 de dezembro de 2013-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios financeiros de 2014/2017, bem como, no que concerne a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 111.420,00 (Cento e onze mil, quatrocentos e vinte reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis e equipamentos para as creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 01 de dezembro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

LEI Nº7.033/2014 - DENOMINA DE "LEOLINO JOÃO BALDISSERA" A RODOVIA QUE TEM INÍCIO NO FINAL DA RUA ENGENHEIRO VILMO GASPODINI, SEGUINDO PELAS COMUNIDADES BARRA DO GUAMERIM, ALTO GUAMERIM, LINHA EMBOABA, CHEGANDO ATÉ OS BAIRROS MORADA DO SOL E SALETE, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉ

LEI Nº7.033/2014

DENOMINA DE "LEOLINO JOÃO BALDISSERA" A RODOVIA QUE TEM INÍCIO NO FINAL DA RUA ENGENHEIRO VILMO GASPODINI, SEGUINDO PELAS COMUNIDADES BARRA DO GUAMERIM, ALTO GUAMERIM, LINHA EMBOABA, CHEGANDO ATÉ OS BAIRROS MORADA DO SOL E SALETE, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "LEOLINO JOÃO BALDISSERA" a Rodovia que tem início no final da Rua Engenheiro Vilmo Gaspodini, seguindo pelas Comunidades Barra do Guamerim, Alto Guamerim, Linha Emboaba, até os Bairros Morada do Sol e Salette, do

Município de São Miguel do Oeste- SC.

Parágrafo Único. Havendo prosseguimento da Rodovia, fica automaticamente estendida a denominação de "LEOLINO JOÃO BALDISSERA", à estrada de rodagem.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra a Lei Municipal nº 7.029, de 19 de Setembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 09 de outubro de 2014.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 229/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 229/2014

EXONERA MARIA ELIETE DA SILVA ENDER DO CARGO DE PROVI-
MENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pe-
dro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformi-
dade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do
Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, MARIA ELIETE DA SILVA
ENDER do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços
Gerais.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor a partir de 29/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 496/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 496/2014

Exonera ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Braçal.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro
de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade
com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Bra-
çal, contrato de trabalho nº. 003/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 497/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 497/2014

Exonera ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro
de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade
com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalha-
dor Braçal, contrato de trabalho nº. 004/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 498/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 498/2014

Exonera DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro
de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade
com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA do cargo de
Motorista II, contrato de trabalho nº. 048/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 499/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 499/2014

Concede férias à servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN, ocupante do cargo de Odontóloga - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 15/12/2014 a 13/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 500/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 500/2014

Exonera FERNANDO LUIZ SCHMITT do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FERNANDO LUIZ SCHMITT do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 061/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 501/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 501/2014

Exonera JAISON SOARES DA SILVA do cargo de Trabalhador Braçal.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JAISON SOARES DA SILVA do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 002/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 502/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 502/2014

Exonera JOÃO PAULO DOS SANTOS do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOÃO PAULO DOS SANTOS do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 067/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 503/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 503/2014

Exonera JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 024/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 504/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 504/2014

Exonera MILTON MIDIO EHARDT do cargo de Operador de Máquina II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MILTON MIDIO EHARDT do cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 077/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 505/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 505/2014

Exonera RAFAEL MEDEIROS do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar RAFAEL MEDEIROS do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 053/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 506/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 506/2014

Exonera RICARDO KRETZER do cargo de Operador de Máquina III.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar RICARDO KRETZER do cargo de Operador de Máquina III, contrato de trabalho nº. 005/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 507/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 507/2014

Exonera VILMAR ADEMAR DE SOUZA do cargo de Operador de Máquina II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VILMAR ADEMAR DE SOUZA do cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 015/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 508/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 508/2014

Exonera VILMAR FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VILMAR FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 017/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 509/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.

sc.gov.br

PORTARIA n.º 509/2014

Exonera FLÁVIO MUNICH do Cargo em Comissão de Secretário de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FLÁVIO MUNICH do Cargo em Comissão de Secretário de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 510/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 510/2014

Exonera ANDRÉIA ERHARDT do cargo de Agente de Saúde - ESF.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANDRÉIA ERHARDT do cargo de Agente de Saúde - ESF, contrato de trabalho nº. 042/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 511/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 511/2014

Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 20 dias que gozará a partir de 16/12/2014 a 04/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 512/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 512/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora CLARICIA ELIANI KNISS, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora CLARICIA ELIANI KNISS, pelo período de 45 (quinze) dias, a contar da data de 06/12/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 513/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 513/2014

Exonera EDITE HACK do cargo de Agente de Saúde - ESF.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EDITE HACK do cargo de Agente de Saúde - ESF, contrato de trabalho nº. 019/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 514/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 514/2014

Exonera FABIANA ROSA do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FABIANA ROSA do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, contrato de trabalho nº. 058/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 515/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 515/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA VENTURA, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, pelo período de 13 (treze) dias, a contar da data de 07/12/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 516/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 516/2014

Exonera JÉSSICA GUERRILHA SVENSON do cargo de Técnica em Enfermagem.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JÉSSICA GUERRILHA SVENSON do cargo de Técnica em Enfermagem, contrato de trabalho nº. 020/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 517/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 517/2014

Exonera PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO do cargo de Técnica em Enfermagem.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO do cargo de Técnica em Enfermagem, contrato de trabalho nº. 014/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 518/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 518/2014

Exonera ANA RUTE DA SILVA COSTA OLIVEIRA do cargo de Professora II - Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANA RUTE DA SILVA COSTA OLIVEIRA do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 023/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 31/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 519/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 519/2014

Concede férias a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 520/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 520/2014

Concede férias ao servidor ARLINDO EGER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 521/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 521/2014

Concede férias ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 522/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 522/2014

Concede férias ao servidor CARLINHO SCHMITT.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Professor II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 523/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 523/2014

Concede férias a servidora DANIELI ELIANE NAU.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora DANIELI ELIANE NAU, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 524/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 524/2014

Concede férias a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II - Horista, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 525/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 525/2014

Concede férias a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 526/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 526/2014

Concede férias a servidora FABIANA DE ANDRADE.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 527/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 527/2014

Concede férias a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 527/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 527/2014

Concede férias a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FLÁVIA CLASEN DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 528/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 528/2014

Concede férias a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 529/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 529/2014

Concede férias a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 530/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 530/2014

Concede férias a servidora IVONE CONSTANTE TRIERVEILER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora IVONE CONSTANTE TRIERVEILER, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015, referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 531/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 531/2014

Concede férias a servidora JANE JUNCKES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANE JUNCKES, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 532/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 532/2014

Concede férias a servidora JANICE DE FREITAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 08/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n.º. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 533/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 533/2014

Concede férias a servidora JEANE DOS PASSOS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JEANE DOS PASSOS, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 534/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 534/2014

Concede férias a servidora JOCÉLIA LOHN HOFFMANN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCÉLIA LOHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Professor III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 535/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 535/2014

Concede férias a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 536/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 536/2014

Concede férias a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 537/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 537/2014

Concede férias ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 538/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 538/2014

Concede férias a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNKES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNKES, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 539/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 539/2014

Concede férias a servidora MARIA IVONETE DA SILVA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA IVONETE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 540/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 540/2014

Concede férias a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 541/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 541/2014

Concede férias a servidora MARILENE PERTY KOERICH.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARILENE PERTY KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 542/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 542/2014

Concede férias a servidora MICHELLE NALOVAIKO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MICHELLE NALOVAIKO, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 543/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 543/2014

Concede férias a servidora NARA SILVERIO COELHO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NARA SILVERIO COELHO, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 544/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 544/2014

Concede férias a servidora NIZIA KNIES KOERICH.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora NIZIA KNIES KOERICH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 545/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 545/2014

Concede férias ao servidor OSMAR EGER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor OSMAR EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 546/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 546/2014

Concede férias a servidora PATRICIA PETRY LAURENTINO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora PATRICIA PETRY LAURENTINO, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 547/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 547/2014

Concede férias a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 548/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 548/2014

Concede férias a servidora ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNKES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNKES, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 549/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 549/2014

Concede férias a servidora ROSEMERI CLASEN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSEMERI CLASEN, ocupante do cargo de Fiscal, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 550/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 550/2014

Concede férias ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 551/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 551/2014

Concede férias ao servidor SILVIO CÉSAR DITTER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO CÉSAR DITTER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 552/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 552/2014

Concede férias a servidora SOLENE CLOTILDE KUHN HOFFMANN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SOLENE CLOTILDE KUHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2015 a 03/02/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 553/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 553/2014

Concede férias a servidora SUELI MARIA STAHELIN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SUELI MARIA STAHELIN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 554/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 554/2014

Concede férias ao servidor WAGNER JOSÉ JUNKES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor WAGNER JOSÉ JUNKES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 555/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 555/2014

Concede férias ao servidor WALDIR JÚLIO DE MELO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor WALDIR JÚLIO DE MELO, ocupante do cargo de Operador de Máquina III, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/12/2014 a 20/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 556/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 556/2014

Concede férias a servidora ZELIA HOFFMANN JUNKES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ZELIA HOFFMANN JUNKES, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 02/01/2015 a 31/01/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 557/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 557/2014

Concede Férias coletivas aos Servidores da Secretaria da Educação.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 91, §5º, da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos servidores da Secretaria da Educação, por 30 (trinta) dias a partir de 02/01/15 a 31/01/15, aos seguintes funcionários:

- Maria Angelita Zimermann Lutz;
- Salete de Freitas;
- Fabiana Hames;
- Ariane Hames;
- Valéria Lohn Zimermann;
- Valdete de Oliveira Cordeiro;
- Derlane Moura Grimouth;
- Eroni Schmitt Schell;
- Karina Schmitt Lohn;
- Fabiana Hoffmann Prates;
- Francisleine Kuhn Pavanati;
- Dione Terezinha Lohn;
- Paulo Henrique Lohn;
- Scheila Cristina Schmitz;

- Gisele Fátima dos Santos Abreu;
- Dieli Hoffmann;
- Gino Bona;
- Cristiane Hoffmann;
- Sirlene Olentina da Silva Nascimento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5.807/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.807/2014, de 18 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora, Sra. Silmara Steinert Castro, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.808/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.808/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Adler Hinkel Luckner de Souza, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.809/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.809/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Adolfo Harmel Alves, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.810/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.810/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Adriana Taborda Ribas, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.811/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.811/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Alicia Flora Buttner, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.812/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.812/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Ana Claudia Feo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.813/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.813/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Andrea Maffezzoli, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.814/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.814/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Caroline Gaedtke, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.815/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.815/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Cristiane Gonçalves de Jesus, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.816/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.816/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Cristiane Lessmann de Araujo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.817/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.817/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Daniele Fernanda Lange Maffezzolli, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.818/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.818/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Danmiles da Silva Santos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.819/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.819/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Dener de Andrade, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.820/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.820/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Diogo Luis Lombardi, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.821/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.821/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Dominiquea Cosmo de Souza, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.822/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.822/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Dulce Lara Schmitt, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.823/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.823/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Elisane de Lourdes Morsch, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.824/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.824/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Enekely Zimmermann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.825/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.825/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Erivete da Silva Martins, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.826/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.826/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Graciella Strelow, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.827/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.827/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Ilete Riegel Junckes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.828/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.828/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Lilia Klaumann Renkaveski, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.829/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.829/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Lindomar Silva de Jesus, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.830/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.830/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Lohaine Giuliane Pommerening, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.831/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.831/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Losangela Belers, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.832/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.832/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Luis Fernando Gois da Luz, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.833/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.833/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Marilene Katia Mielke, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.834/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.834/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Mirian da Silva Bremm, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.835/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.835/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Patricia de Lima (matrícula 1900), a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.836/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.836/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Patricia de Lima (matrícula 1934), a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.837/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.837/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Rita de Cassia da Silva Hildebrando Pohl, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.838/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.838/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Shally Katleem Piske, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.839/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.839/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Susiane Patricia dos Santos Blasius, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.840/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.840/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Vardilei dos Santos Vicente, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.841/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.841/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Veridiana Michelle Metzner, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº. 5.842/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 5.842/2014, de 19 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Vilma da Aparecida Bueno, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.207/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**DECRETO Nº 3.207/2014 de 15 de dezembro de 2014**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - UNID. DE SAÚDE**

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde		
3.3.90.47.18.00.00.00 - 00.01.0002 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	R\$	200,00
04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família		
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$	7.600,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Obrigacoes Patronais	R\$	1.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - UNID. DE SAÚDE**

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde		
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R\$	200,00
04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família		
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	R\$	9.100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 15 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.208/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**DECRETO Nº 3.208/2014 de 15 de dezembro de 2014**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**05.04 - UNIDADE DO FUNDEB**

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB		
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao	R\$	11.300,00
05.04.12.365.3009.2.366 - Manutenção do Pré-Escolar Municipal FUNDEB		
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$	26.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**05.04 - UNIDADE DO FUNDEB**

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB		
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais	R\$	11.300,00
05.04.12.365.3009.2.366 - Manutenção do Pré-Escolar Municipal FUNDEB		
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	R\$	26.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 15 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.209/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**DECRETO Nº 3.209/2014 de 17 de dezembro de 2014**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 70.100,00 (setenta mil e cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 65.600,00

05.04 - UNIDADE DO FUNDEB

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais R\$ 4.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0000..... R\$ 65.600,00

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0019..... R\$ 4.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.210/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**DECRETO Nº 3.210/2014 de 17 de dezembro de 2014**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 663,80 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	150,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano		
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	513,80

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	70,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo	R\$	80,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS**

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 513,80

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do
Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.210/2014 de 17 de dezembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 663,80 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	150,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano		
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	513,80

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	70,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo	R\$	80,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS**

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 513,80

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 206/2014

DECRETO Nº 206/2014 de 15 de dezembro de 2014.

"Dispõe sobre Ponto Facultativo para o Município de Serra Alta e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em consonância com a Lei Municipal nº 088/1991 de 24 de abril de 1991. DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo em todo território do Município de Serra Alta/SC, no dia 26 de dezembro/2014 (sexta-feira), pós Feriado Nacional do dia de Natal e no dia 02 de janeiro de 2015 (sexta-feira), pós Feriado Nacional do dia de Ano Novo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários

Gabinete do Prefeito, 15 de dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 110/2014

DECRETO Nº. 110/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E RESPECTIVAS REPRESENTATIVIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Tigrinhos/SC, instituída pela Lei Municipal Complementar nº 026/2012, de 09 de Abril de 2012, na Seção III, Do Controle Social de Saneamento Básico, Art.18 e seguintes,

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I - Titulares de Serviço:

a) Município de Tigrinhos:
Titular: Rudimar Francisco Guth;
Suplente: Neri Arnoldo Neu;

II - Representantes de órgãos do governo municipal relacionado ao setor de Saneamento Básico:

a) Pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:
Titular: Deyse Kátia Ferreira Pasqualotto;
Suplente: Caroline Farinon;

b) Pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Titular: Antonio Marcos Grunwaldt;
Suplente: Francisco Ferrari;

c) Pela Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Alderi Paulo Schafer;
Suplente: Daiane Kutszepa Brambila;

d) Pelo Departamento Municipal de Assistência Social (Habitação)
Titular: Salete Teresinha Sausen;
Suplente: Marli Maria Noll;

e) Pelo Departamento Municipal de Estradas e Rodagens - DMER:
Titular: Adão Cesar Ganzer;
Suplente: Gleidson Marcos Neu;

f) Pela Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Iara Gohlke;
Suplente: Márcia Adriani de Oliveira;

III - Representantes dos prestadores de serviços públicos:

a) Associações de Abastecimento de Água:
Titular: Adelmo Pertussatti;
Suplente: Sadi Volmir Honaizer;

IV - Representantes dos usuários de saneamento básico:

a) Pela área urbana:

Titular: Carlos Arnaldo Wolff;
Suplente: Paulo Fernando Farinon;

b) Pela área rural:
Titular: Adacir Luiz Stanga;
Suplente: Cleri Reinoldo Neu;

V- Representantes de entidades técnicas:

a) Pela EPAGRI do município de Tigrinhos:
Titular: Celso Cibulski;
Suplente: Jacó Kaffer;

VI - Representantes de organizações da sociedade civil:

a) Associação/Clubes de Mães/Damas:
Titular: Janete Maria Ferri;
Suplente: Loiva Bonelli;

b) Associação/Clube de Idosos:
Titular: Mario Bonetto;
Suplente: Rosa Weiduschat Perkuhn;

c) Associação de Agricultores:
Titular: Gelsemino Paulo Porfírio;
Suplente: Ivonir Trindade de Vargas;

VII - Representantes de entidades de defesa do consumidor:

a) Departamento Municipal de Assistência Social (Consumidor):
Titular: Cristiani Gislaine Müller;
Suplente: Angélica Roani Wolff;

Art. 2º. - O Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidido pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Sr. Antonio Marcos Grunwaldt, e secretariado pela servidora municipal efetiva Sra. Deyse Kátia Ferreira Pasqualotto;

Art. 3º. - O mandato do membro do Conselho será de dois anos, podendo haver recondução.

Art. 4º. - O conselho Municipal de Saneamento Básico terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico.

Art.5º. - O conselho deliberará em reunião própria suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do poder Executivo Municipal, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 6º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

DECRETO 111/2014

DECRETO Nº. 111/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 781/2014, de 17 de Dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 13.358,79 (treze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos), destinados a REFORÇAR dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.1010.1.146 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0088 - Aplicações Diretas (54) R\$ 13.358,79

Fonte de Recurso: 0088 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde

TOTAL R\$ 13.358,79

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 13.358,79 (treze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos) previstos no artigo 1º deste Decreto fica utilizada parte da receita proveniente do Provável Excesso de Arrecadação apurado durante o período de janeiro a outubro de 2014, na fonte 0002 - Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 16% no valor de R\$ 2.336,79 e na fonte 0088 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde no valor de R\$ 11.022,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 112/2014

DECRETO Nº. 112/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 782/2014, de 17 de Dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 45.506,03 (quarenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e três centavos), destinados a REFORÇAR as dotações orçamentárias constantes no

orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.: 08.244.1143.2.139 - Proteção Social Básica
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 - Aplicações Diretas (80) R\$ 20.000,00
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.140 - Serviço de Proteção Social de Média Complexidade
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 - Aplicações Diretas (85) R\$ 20.000,00
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR
UNIDADE: 03 - FUNDEAGRO - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA
Proj./Ativ.: 20.543.1017.2.091 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 - Aplicações Diretas (117) R\$ 5.506,03
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 45.506,03

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 45.506,03 (quarenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e três centavos) previstos no artigo 1º deste Decreto ficam REDUZIDAS as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO
Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 - Aplicações Diretas (2) R\$ 5.000,00
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 13.392.1006.1.169 - Construção Salão Comunitário de Linha Nova
Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 - Aplicações Diretas (173) R\$ 5.000,00
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 - Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista
Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 - Aplicações Diretas (66) R\$ 4.906,03
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.: 08.244.1134.1.138 - Construção do CRAS e Centro Proteção Social Básica
Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 - Aplicações Diretas (78) R\$ 20.000,00
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.141 - Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade
Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 - Aplicações Diretas (89) R\$ 10.600,00
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 45.506,03

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 113/2014

DECRETO Nº. 113/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 783/2014, de 17 de Dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), destinados a REFORÇAR dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.066 - Manutenção da Secretaria de Saúde
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0002 - Aplicações Diretas (4) R\$ 30.000,00
Fonte de Recurso: 0002 - Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 16%

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.121 - Programa Saúde da Família
Modalidade Aplicação: 3.1.90.0002 - Aplicações Diretas (22) R\$ 15.000,00
Fonte de Recurso: 0002 - Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 16%

TOTAL R\$ 45.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) previstos no artigo 1º deste Decreto fica REDUZIDA a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 13.392.1006.1.169 - Construção Salão Comunitário de Linha Nova
Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 - Aplicações Diretas (173) R\$ 45.000,00
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 114/2014

DECRETO Nº. 114/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 0731, de 27 de novembro de 2013 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.066 - Manutenção da Secretaria de Saúde

MODALIDADE: 3.1.90.0002 - Aplicações Diretas (4) R\$ 4.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002 - Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 16%

MODALIDADE: 3.1.90.0064 - Aplicações Diretas (56) R\$ 8.000,00

FONTE DE RECURSO: 0064 - Atenção Básica (NASF)

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.118 - Saúde Bucal

MODALIDADE: 3.1.90.0002 - Aplicações Diretas (13) R\$ 500,00

FONTE DE RECURSO: 0002 - Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 16%

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.121 - Programa Saúde da Família

MODALIDADE: 3.1.90.0002 - Aplicações Diretas (22) R\$ 8.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002 - Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 16%

TOTAL R\$ 20.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação apurado durante o exercício financeiro de 2014 na fonte 0002 - Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 16% no valor de R\$ 12.500,00 e na fonte 0064 - Atenção Básica (NASF) no valor de R\$ 8.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

DECRETO 115/2014

DECRETO Nº. 115/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 0731, de 27 de novembro de 2013 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.1005.2.113 - Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE: 3.1.90.0001 - Aplicações Diretas (42) R\$ 12.000,00

FONTE DE RECURSO: 0001 - Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJ./ATIV.: 15.452.1011.1.011 - Construção de Abrigo de Passageiros

MODALIDADE: 4.4.90.0000 - Aplicações Diretas (103) R\$ 1.500,00

FONTE DE RECURSO: 0000 - Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 13.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte do recurso do Provável Excesso de Arrecadação apurado durante o exercício financeiro de 2014 na fonte 0000 - Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 1.500,00 e na fonte 0001 - Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27% no valor de R\$ 12.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO 019-2014 SAUDE

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 019/2014.

Pregão nº. 012/2014

Sistema Registro de Preço

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS através do Fundo Municipal de Saúde - torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora a empresa GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA - CNPJ:

79.294.419/0001-53 no valor total de R\$ 36.800,00, para Aquisição de Veículo Novo, sob o regime de Menor Lance.

TIGRINHOS/SC, em 18 de Dezembro de 2014.
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 048-2014

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 048/2014
Tomada de Preço nº. 006/2014

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora a empresa GAIA RODOVIAS LTDA - CNPJ: 03.257.777/0001-24 no valor total de R\$ 253.988,47, para Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Projeto de Pavimentação Asfáltica, sob o regime de Menor Preço por Empreitada Global.

TIGRINHOS/SC, em 18 de Dezembro de 2014.
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 049-2014

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 049/2014
Tomada de Preço nº. 007/2014

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora a empresa GAIA RODOVIAS LTDA - CNPJ: 03.257.777/0001-24 no valor total de R\$ 98.666,58, para Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Projeto de Pavimentação Asfáltica, sob o regime de Menor Preço por Empreitada Global.

TIGRINHOS/SC, em 18 de Dezembro de 2014.
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

CONTRATO 07/2014

CONTRATO SAMAE Nº 07/2014
Processo nº 10/2014

Pelo presente CONTRATO DE RATEIO e conforme Cláusula Oitava do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM/SUL - oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE TIMBÉ DO SUL, pessoa jurídica de direito público - entidade Autárquica - inscrita no CNPJ do MF sob o nº 83.820.076/0001-90, com sede na Rua Carlos Savi nº 365 centro, no Município de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada contratante, neste ato representada pelo seu Diretor Sr. Ricardo Stecanella e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM/SUL, Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 08.486.180/0001-75, com sede na Rua Edgard Cunha, 322 no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. Marco Antonio Bertocine Cascaes, doravante denominado contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6017/2007 e ao Contrato de Consórcio Público do CISAM/SUL, o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da contratante ao contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo contratado em razão de contrato de Consórcio Público:

- I - manutenção de assessoria contábil na área pública (sistemas de informação e congêneres e resolução de questões junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
- II - manutenção de serviços administrativos em geral, envolvendo organização de documentos e de procedimentos licitatórios e demais atos correlatos no âmbito do ora contratado;
- III - apoio na manutenção de serviços prestados nessas áreas por prestadores de serviços e/ou estagiários contratados pelo contratado;
- IV - realização e apoio em palestras e reuniões sobre saneamento ambiental e outros de interesse dos consorciados aprovados em assembléia;
- V - apoio, treinamento e/ou supervisão no controle da qualidade da água.
- VI - Despesas com obras e Instalações na construção do Laboratório Regional, inclusive contrapartida

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados pelo contratado em sua sede e/ou na sede do contratante, dependendo da necessidade e de prévio ajuste entre as partes.

Parágrafo único. No caso de deslocamento de prestadores de serviços à sede do contratante, as despesas de locomoção ficarão a cargo deste.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES: Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o contratante pagará ao contratado o valor total de R\$ 11.600,58 (Onze mil e seiscentos reais e cinquenta e oito centavos), de acordo com a classificação

contábil a seguir:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	VALOR
3.1.71.11	Vencimento e vantagens fixas - Pessoal Civil	3.480,17
3.1.71.13	Obrigações Patronais	1.160,06
3.3.71.14	Diárias no País	290,01
3.3.71.30	Material de Consumo	1.740,09
3.3.71.33	Passagens	290,01
3.3.71.35	Consultorias	290,01
3.3.71.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	290,01
3.3.71.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.450,08
3.3.71.47	Obrigações Tributárias e Contributivas INSS	290,01
4.4.71.51	Obras e Instalações	1.450,08
4.4.71.52	Equipamento e Material Permanente	870,05
	TOTAL	11.600,58

CLÁUSULA QUINTA - DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS: Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação do contratante ou agente por ele designado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO: O pagamento do valor contratual previsto será feito em 02 (duas) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis em 30/11/2014 e 31/12/2014, operacionalizando-se por meio do pagamento através de depósito ou boleto bancário emitido pelo contratado.

§1º. As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos financeiros constantes na Lei nº 1699/13 de 03.12.2013 (Lei Orçamentária).

Unidade: 1 – Sistema de Água e Esgoto
Função: 17 – Saneamento
Subfunção: .512 – Saneamento Básico urbano
Recurso: 06.00 – Superavit Exercício Anterior
Projeto/Atividade: 2.030 – Manutenção do SAMAE
18 – 3.1.71.00.00.00.06000- Transferência a Consórcios Públicos
17 – 3.3.71.00.00.00.06000- Transferência a Consórcios Públicos
16 – 4.4.71.00.00.00.06000- Transferência a Consórcios Públicos

§2º. Num eventual atraso de pagamento por parte do SAMAE, a compensação financeira será atualizada ocorrida entre o último dia estabelecido para o pagamento e a data efetiva do pagamento, baseado no INPC-IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES: O contratado assume a responsabilidade de prestar adequadamente o objeto contratado, além das obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, bem como de manter, durante toda a execução do contrato, a apresentação de CND/INSS e do CRF/FGTS, conforme art. 55, XIII, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização da execução dos trabalhos do contratado será exercida pela contratante, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante do contratado, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial ao contratado, o qual se submeterá à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pela contratante.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
 - b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
 - c) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
 - d) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;
- II - amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

Parágrafo Único: Fica reconhecido os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei, conforme art. 55, IX, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES: Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único: As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBORDINAÇÃO: O presente contrato fica vinculado ao processo administrativo do Contratado nº 10/2014, bem como às condições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.699/13, de 03.12.2013 (Lei Orçamentária) e subordina-se às normas constantes da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, aplicável a execução dos Contratos, e em especial a Lei nº 11.107, de 06.04.2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Turvo, SC, ressalvado que, preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra propostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbé do Sul-SC, 19 de Novembro de 2014.

CISAM/SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental
Marco Antonio Bertoncine Cascaes
Presidente

SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS:

Juciana Carlessi Burin Simoni Campos
CPF: 669.450.709.72 CPF: 787.697.019-20

PORTARIA 16/2014

PORTARIA SAMAE N. 16/2014 02 de Dezembro de 2014.

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbó do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO, as seguintes determinações previstas pela Lei Orgânica Municipal:

Art. 6.

§2º Os bens serão inventariados de acordo com a classificação da lei civil e sua escrituração obedecerá às normas expedidas pelo órgão competente municipal, observadas a Lei Federal e as Instruções do Tribunal de Contas do Estado.

§3º O levantamento geral do patrimônio do Município terá por base o inventário analítico em cada unidade administrativa dos dois Poderes, com escrituração sintética em seus órgãos próprios.

§4º Os bens serão avaliados pelos respectivos valores históricos ou de aquisição, quando conhecidos, ou, então, pelos valores dos inventários já existentes, não podendo, nenhum deles, figurar sem valor.

CONSIDERANDO, que os arts. 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64 determinam que a Administração Pública deverá manter registros analíticos de todos os bens de caráter permanente com registros sintéticos pela contabilidade;

CONSIDERANDO, a NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o art. 6º da Portaria STN nº 634, de 19/11/2013 que dispõe que os Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP compreendem o reconhecimento, a mensuração, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público; e

CONSIDERANDO, que a Portaria STN nº 634, de 19/11/2013 fixa prazo de até o final do exercício de 2014 para os Municípios implantarem os novos procedimentos contábeis com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP,

RESOLVE :

Art. 1º Fica homologado o inventário patrimonial dos bens imóveis pertencentes ao SAMAE do Município de Timbó do Sul, levantado pela Comissão nomeada pela Portaria 12/2014 de 15 de Setembro de 2014, especificando os bens e respectivos valores de avaliação, de forma individualizada, importando em R\$ 959.796,67 (Novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), na data base de 01 de Dezembro de 2014.

Art. 2º O Serviço de Contabilidade procederá os lançamentos de ajuste dos valores registrados sinteticamente no Sistema Patrimonial, adequado aos valores do inventário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó do Sul, 02 de Dezembro de 2014.

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

Timbó**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO E REGULAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE PARA REVISÃO DAS LEIS COMPLEMENTARES DO PLANO DIRETOR Nº 01/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E REGULAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE PARA REVISÃO DAS LEIS COMPLEMENTARES DO PLANO DIRETOR Nº 01/2014

O Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente e do Conselho da Cidade, nos termos preconizados no art. 39 da Lei Complementar nº 335/2007 e resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade, CONVOCA a população de Timbó para Audiência Pública/Conferência da Cidade visando à apresentação, discussão e aprovação da Revisão da Lei Complementar Municipal nº 345/07, que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos do Município de Timbó, bem como a proposta de Lei Complementar que dispõe sobre os condomínios horizontais e verticais no Município de Timbó, QUE OCORRERÁ NOS SEGUINTE MOLDRES:

1 - DO LOCAL DATA E HORÁRIO:

1.1 - A Audiência Pública/Conferência da Cidade seguirá as regras preconizadas na resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade constantes do presente edital e se dará no dia 22 de janeiro de 2015, no Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Timbó, localizado na Rua Inglaterra, esquina nº 750, com a Rua projetada A, Bairro das Nações, neste Município.

1.2 - A Audiência/Conferência acontecerá no período noturno e obedecerá aos seguintes horários:

- I - inscrição dos participantes com início às 18h;
- II - primeira chamada às 18h30min;
- III - segunda chamada impreterivelmente às 19h;
- IV - encerramento da sessão acontecerá às 22h;

2 - DO OBJETO DE APRESENTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO:

2.1 - Constitui objeto de apresentação, deliberação e aprovação na presente Audiência Pública/Conferência da Cidade, os seguintes temas:

- a) Alteração da Lei Complementar nº 345/07, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo, aprovado pelo Conselho da Cidade, com a nova redação aprovada pelo Conselho da Cidade;
- b) Lei Complementar, que dispõe sobre os condomínios horizontais e verticais, aprovado pelo Conselho da Cidade;

2.2 - Os temas objeto da presente Audiência/Conferência encontram-se disponíveis para consulta pública no site do município de Timbó, endereço: <http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/projetos/>; no mural do município e junto a Secretaria Municipal de Trânsito e Meio Ambiente.

3. DOS PARTICIPANTES SEUS DIREITOS E DEVERES:

3.1 - Estão convocados a participar da Audiência Pública/Conferência da Cidade todas as pessoas, física ou jurídica, públicas ou privadas, que poderão, mediante inscrição na forma prevista neste edital, apresentar críticas, sugestões, participar dos debates e votar sobre as proposições.

3.1.1 - somente poderão se manifestar/votar sobre os temas debatidos na audiência/conferência pública as pessoas que efetivaram regularmente sua inscrição prévia, nos termos do item 5

deste edital.

3.2 - Os participantes da Audiência Pública/Conferência da Cidade registrarão, obrigatoriamente, seu nome, telefone, endereço eletrônico e entidade ou empresa que representa (se for o caso) em lista de presença, que ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

3.3 - A Audiência Pública/Conferência da Cidade será realizada com exposições e debates orais, na sequência e forma disciplinada neste edital, sendo facultada, somente quando imprescindíveis, a apresentação de documentos escritos.

3.4 - Da mesma forma que ao público em geral, o acesso à Audiência ou Conferência é livre aos meios de comunicação, sendo permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro.

3.5 - Os participantes que possuam necessidades especiais poderão registrar essa informação no momento de sua inscrição, com o objetivo de serem providenciadas as condições necessárias à sua participação na Audiência Pública/Conferência da Cidade.

3.6 - São direitos dos participantes:

I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública ou Conferência da Cidade, respeitando as disposições previstas neste edital;

II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública ou conferência da cidade;

3.7 - São deveres dos participantes:

I - respeitar o presente edital;

II - respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;

III - tratar com respeito e civilidade os participantes e seus organizadores.

4. DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS:

4.1 - A Audiência/Conferência será aberta pelo presidente do Conselho da Cidade.

4.2 - Após a abertura, a Audiência/Conferência será conduzida por um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, devendo os trabalhos observar a seguinte ordem:

I - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento;

II - apresentação das propostas de revisão da Lei Complementar nº 345/07, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo, aprovado pelo Conselho da Cidade;

III - apresentação da proposta de Lei Complementar, que dispõe sobre os condomínios horizontais e verticais, aprovado pelo Conselho da Cidade;

IV - debates orais após a apresentação de cada tema;

V - encerramento.

4.3 - São prerrogativas do responsável pela condução dos trabalhos:

I - designar um ou mais secretários para assisti-lo na condução dos trabalhos;

II - realizar ou delegar a apresentação das propostas;

III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV - decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI - alongar o tempo das elocuções, quando considere necessário e útil.

4.4 - São atribuições dos responsáveis para secretariar e auxiliar na condução e organização da audiência/conferência:

I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - registrar o conteúdo das intervenções;

IV - sistematizar as informações;

V - elaborar a ata da audiência/conferência e remetê-la à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO, MANIFESTAÇÃO, DELIBERAÇÃO, VOTO E DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA/CONFERÊNCIA

5.1 - É condição para participar da deliberação e voto sobre a matéria, a prévia inscrição, a qual se dará da seguinte forma:

a) A inscrição será feita na própria audiência/conferência através do preenchimento de formulário próprio, que estará disponível a partir do início dos trabalhos.

b) As inscrições para manifestações encerrar-se-ão logo após a respectiva apresentação de cada Lei Complementar específica e/ou projeto de lei.

c) As fichas serão disponibilizadas pelos secretários responsáveis, devendo estas ser entregues aos mesmos, num prazo de até 5 (cinco) minutos após o término de cada exposição.

d) A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

e) A manifestação dos inscritos se dará, preferencialmente, de forma oral, mas ocorrendo sua impossibilidade, poderão ser formuladas perguntas por escrito.

5.2 - Todos os inscritos, após a apresentação de cada Lei Complementar a ser revisada e/ou projeto de lei, disporá de 02 (dois) minutos para preleção individual, podendo reformular ou complementar sua manifestação no tempo adicional de 01 (um) minuto e deverá ater-se exclusivamente ao tema discutido.

5.3 - Todos os participantes terão direito a voz.

5.4 - Somente os participantes previamente inscritos no horário estabelecido terão direito a voz e voto.

5.5 - Não será permitida a cessão da palavra dos inscritos a terceiros.

5.6 - Os técnicos do Município de Timbó terão 2 (dois) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes.

5.7 - A dinâmica da Audiência Pública / Conferência da Cidade, a forma das inscrições e o tempo de manifestação poderão ser modificados pelo responsável pela condução dos trabalhos, segundo a conveniência e o andamento dos trabalhos, sobretudo para facilitar o entendimento da proposta e o recebimento das contribuições.

5.8 - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública/Conferência da Cidade ou delas decorrentes, serão votadas pelos participantes previamente inscritos da seguinte forma:

5.8.1 - A votação será realizada pela identificação que cada participante irá receber no ato de sua inscrição, e a referida identificação terá uma face verde e outra vermelha.

5.8.2 No momento da votação, o participante com direito a voto deverá levantar a face verde caso concorde com a proposição de alteração apresentada na audiência/conferência, e levantar a face vermelha caso não concorde.

5.8.3 Será considerada aprovada ou não a proposição, a maioria simples resultante da contagem dos votos proferidos pelos presentes no momento da votação.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Ao final dos trabalhos, do que se passar na Audiência Pública / Conferência da Cidade será lavrada ata pelo Secretário, da qual constarão:

I - o dia, a hora e o local de sua realização;

II - o nome das autoridades, expositores e técnicos de apoio presentes;

III - a lista de presença dos demais participantes, que deverá ser anexada à Ata;

IV - os fatos ocorridos na Audiência Pública / Conferência;

V - a síntese dos debates orais;

VI - resultado da votação das proposições.

Timbó (SC), 17 de dezembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Presidente do Conselho da Cidade.

EXTRATO CONTRATO 2014.179 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/179
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.
CONTRATADA: HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: cessão e o licenciamento, pela CONTRATADA à FUNDAÇÃO, do uso permanente da versão completa do "Sistema MultiAcervo" (voltado a gestão de bibliotecas acadêmicas, públicas especializadas ou até mesmo temáticas), contemplando uma biblioteca setorial em uma unidade depositária, além da execução de todos os serviços lhe afetos, inclusive toda a manutenção, incluindo suporte técnico e demais procedimentos necessários ao pleno cumprimento/funcionamento do objeto. VALOR MENSAL: R\$ 190,00 (cento e noventa reais). PRAZO: 01/01/2015 e término em 31/12/2015. Data da Assinatura 01/12/14.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente

EXTRATO CONTRATO 2014.183 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/183
AUTORIZANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.
AUTORIZADO: ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA BLAUER BERG.
OBJETO: autorização de uso, pelo AUTORIZANTE ao AUTORIZADO, de um quiosque em madeira, classificado como PONTO 3 e localizado no Parque Central. VALOR: o AUTORIZADO pagará ao AUTORIZANTE o valor total de R\$ 1.000,00. PRAZO: 15/12/2014 e término em 11/01/2015. Data da Assinatura 15/12/14.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente

EXTRATO CONTRATO 2014.184 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/184
AUTORIZANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.
AUTORIZADO: ASSOCIAÇÃO REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER.
OBJETO: autorização de uso, pelo AUTORIZANTE ao AUTORIZADO, de um quiosque em madeira, classificado como PONTO 2 e localizado no Parque Central. VALOR: o AUTORIZADO pagará ao AUTORIZANTE o valor total de R\$ 1.000,00. PRAZO: 15/12/2014 e término em 11/01/2015. Data da Assinatura 15/12/14.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente

EXTRATO CONTRATO 2014.185 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/185
AUTORIZANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.
AUTORIZADO: LIONS CLUBE DE TIMBÓ.
OBJETO: autorização de uso, pelo AUTORIZANTE ao AUTORIZADO, de um quiosque em madeira, classificado como PONTO 1 e localizado no Parque Central. VALOR: o AUTORIZADO pagará ao AUTORIZANTE o valor total de R\$ 1.000,00. PRAZO: 15/12/2014 e término em 11/01/2015. Data da Assinatura 15/12/14.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2014.019 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2014/019.
CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Assistência Social.
CONVENIADA: COMPLEXO ASSISTENCIAL LAR ESPÍRITA MARIA DE NAZARETH.
OBJETO: O Convênio tem por finalidade execução, pela CONVENIADA, do programa/projeto de acolhimento institucional, em especial o atendimento, abrigamento e tratamento de crianças de ambos os sexos, com idade entre 0 (zero) e 12 (doze) anos em situação de risco, que recebam medida protetiva de acolhimento. PRAZO: 01/01/2015 e término em 31/12/2015. Data da assinatura: 10/12/14. Valor mensal: R\$ 15.992,00 (quinze mil novecentos e noventa e dois reais) correspondente a oito (08) vagas.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2014.020 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2014/020.
CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Assistência Social.
CONVENIADA: COMPLEXO ASSISTENCIAL LAR ESPÍRITA MARIA DE NAZARETH.
OBJETO: O Convênio tem por finalidade a conjugação de esforços entre as partes e o auxílio financeiro à CONVENIADA na execução do programa de acolhimento institucional para atendimento a crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 48hs (quarenta e oito horas) a 12 (doze) anos em situação de risco. PRAZO: 01/01/2015 e término em 31/12/2015. Data da assinatura: 16/12/14. Valor mensal: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) correspondente a dez (10) vagas.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONVÊNIO Nº 2014.011 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVÊNIO Nº 2014/011.
CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Assistência Social.
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À TERCEIRA IDADE.
OBJETO: prorrogação do prazo do Convênio que tem por finalidade execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades do seu Estatuto/Contrato Social e Regimento Interno, principalmente o atendimento/acolhimento de pessoa idosa a partir dos 60 anos de idade, em cumprimento da ordem emanada no Processo nº 073.14.001550-0. PRAZO: prorrogado até 31/12/15. Data da assinatura: 15/12/14.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EXTRATO SEGUNDO ADITIVO CONVÊNIO Nº 2012-18 - FMS - CENTRO DE RECUPERAÇÃO BETH HAYÔTSE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/18
CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde
CONVENIADA: Centro de Recuperação "Beth Hayôtse".
OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade o atendimento e recuperação de pessoas adultas, do sexo masculino e/ou feminino, com problemas e/ou dependência relacionada com as drogas, bebidas alcoólicas ou qualquer substância tóxica, encaminhados pelo Município. Data da Assinatura: 04/12/14. PRAZO: prorrogado até 31/12/2015.

Laércio Demerval Schuster Júnior
Prefeito

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO - 136.2013 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 136/2013
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Rudipel Rudnick Petróleo LTDA.
OBJETO: Alteração do valor do óleo diesel, que fica passando a ser de R\$ 2,48.
DATA DA ASSINATURA: 01/12/2014.

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

EXTRATO TERCEIRO ADITIVO CONVÊNIO Nº 2012-17 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/17
CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.
CONVENIADA: Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM.
OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade o atendimento, abrigo e tratamento de crianças e/ou adolescentes do sexo masculino, com idade entre 07 (sete) a 18 (dezoito) anos incompletos que recebam medida protetiva de acolhimento. Data da Assinatura: 09/12/14. PRAZO: 01/01/2015 até 31/01/2015.

Laércio Demerval Schuster Júnior
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PROC SELETIVO 01-2014

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SC
Edital Processo Seletivo n. 001/2014

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50, incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital de Processo Seletivo n. 001/2014 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1386, de 13 de outubro de 2014, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo n. 001/2014 para compor Cadastro de Reserva visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público do Quadro da Secretaria Municipal de Educação de Timbó, em conformidade à Lei n. 2.045/98.

Timbó, 17 de dezembro de 2014.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

LEI COMPLEMENTAR Nº 460, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 460, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
Revoga o parágrafo 5º do artigo 11 da Lei Complementar nº 125/1997 e concede o efeito repristinatório ao parágrafo 5º e anexo III, ambos da Lei Complementar nº 125/1997.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogada a redação conferida pela Lei Complementar nº 439 de 14 de novembro de 2013, ao parágrafo 5º do artigo 11 da Lei Complementar nº. 125/1997, de 22/12/1997.

Art. 2º Fica concedido o efeito repristinatório à redação conferida pela Lei Complementar nº 353, de 20/05/2008 ao parágrafo 5º e ao anexo III todos da Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997.

Art. 3º O art. 12 da Lei complementar nº 125 de 22/12/1997, fica acrescido dos incisos VII a X, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 - Aplicam-se às taxas referendadas nesta lei, as mesmas regras de isenção estabelecidas na Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1988, bem como as seguintes:

(...)

VII - Microempreendedores individuais (MEI).

VIII - os estabelecimentos pertencentes aos órgãos públicos da administração direta federal, estadual e municipal;

IX - os estabelecimentos de educação;

X - os trabalhadores autônomos sem estabelecimento fixo, representantes comerciais, vendedores ambulantes e taxistas.”

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 457, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 457, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar 142, de 21 de dezembro de 1998, alterada pelas leis nºs. 160, de 20/10/98, nº 193, de 28/12/00, nº 214 de 21/12/01, nº 255 de 22/12/03, nº 284, de 19/05/2005, nº 311, de 09/06/06, nº 321, de 01/11/2006 e nº 322, de 05/12/2006, LC nº 377, de 22/12/2009 e LC 395 de 23/12/2010 e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Capítulo II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 107 - Para os efeitos da legislação tributária municipal, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, prestadores de serviço ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Art. 110 - (...)

VIII - Seguradoras, empresas de capitalização e de previdência privada, empresas ou cooperativas de planos de saúde, corretores de seguros e de imóveis, sociedades de crédito, financiamento e investimento.

Art. 110-A - São obrigados ainda, mediante intimação escrita, todos os contribuintes estabelecidos no Município de Timbó, a apresentar informações, livros e outros documentos relativos ao Movimento Econômico para que o Município possa verificar o retorno da quota-parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Capítulo VI DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

(...)

Art. 130 - A certidão será expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias, a contar da

data de entrada do requerimento na repartição, e terá validade de 60 (sessenta) dias contados da data de sua expedição.

Seção IV

Dos Recursos Voluntários

Art. 214 - Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação tributária, caberá recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Art.214 A - A tramitação do processo no Conselho far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno.

Art. 215 (...)

§ único - Não será conhecido o recurso dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, quando for apenas parcial e o recorrente não tiver recolhido a parte não discutida.

(...)

Art. 218 - Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto no art. 215, serão encaminhados ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que deles poderá tomar conhecimento, excepcionalmente, determinando o levantamento de perempção, nos casos em que esta tenha ocorrido por motivo alheio à vontade dos interessados.

Seção V

Dos Recursos de Ofício

Art. 219 - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação de infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a 500 (quinhentos) UFM's.

(...)

Art. 221 - Da decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, não caberá pedido de reconsideração.

(...)

Seção VII

Do Pedido de Reconsideração

Art. 223 A - A Procuradoria-Geral do Município, o Secretário Municipal da Fazenda ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.

§ 1º A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais quando:

I - violar literal disposição de lei;

II - for contrária à prova dos autos;

III - contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

IV - se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;

V - for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;

VI - fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.

§ 2º Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.

§ 3º No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.

§ 4º Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.

Seção VIII Do Pedido de Esclarecimento

Art. 223-B- Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:

I - for omissa, contraditória ou obscura;
II - deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.

§ 1º O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.

§ 2º Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.

Seção IX Do Pedido de Reconhecimento de Imunidade ou de Isenção

Art. 223-C - Toda pessoa física ou jurídica abrangida pela imunidade ou isenção de tributos deverá requerer seu reconhecimento através de petição dirigida ao órgão julgador de Primeira Instância.

§ 1º - Com o pedido de reconhecimento de imunidade o interessado deverá apresentar:

I - registro de seu ato constitutivo, em conformidade com a regulamentação pertinente;
II - atas da última eleição do seu órgão de direção;
III - balanço patrimonial e demonstrativo dos resultados financeiros do ano anterior ao pedido, devidamente aprovado em assembleia;
IV - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
V - Cópia autenticada ou um exemplar do instrumento de sua constituição.

§ 2º - Os templos de qualquer culto ficam dispensados da apresentação dos documentos constantes dos incisos I a IV, devendo, no entanto, apresentar Cópia autenticada ou um exemplar do instrumento de sua constituição.

Art. 223-D - Quando o pedido de reconhecimento de imunidade ou de isenção for negado a autoridade julgadora, ao dar ciência da decisão, deverá intimar o requerente a cumprir a obrigação tributária no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - O requerente que não se conformar com a decisão da primeira instância poderá recorrer à instância superior no prazo deste artigo.

Capítulo II DO JULGAMENTO DE PROCESSOS CONTENCIOSOS Seção I Das Disposições Gerais

Art. 224 São competentes para julgar:

I - em primeira instância, o Secretário da Fazenda e Administração; e
II - em segunda instância, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
§1º REVOGADO
§3º REVOGADO

Art. 224-A - Os membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o Representante da Fazenda Pública são impedidos de atuar em processos:

I - de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau;
II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes; e
III - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título, salvo na condição de julgadores ou representando a Fazenda Pública.

(...)

Seção III - Do Julgamento em Segunda Instância Do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Art. 231-A. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é um órgão de atividade de relevante interesse social, de composição paritária entre membros do Executivo e dos contribuintes, de caráter deliberativo, competente para o julgamento de recursos fiscais em segunda instância, composto por um Presidente, 04 (quatro) membros titulares e 04 (quatro) membros suplentes, das mesmas representações, sendo estas:

I - um representante da Procuradoria-Geral do Município;
II - um representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração;
III - um representante indicado pela ACIMVI, sendo preferencialmente do Núcleo de Contadores;
IV - um representante indicado pela OAB;
§ 1º No caso de impedimento de qualquer dos membros do Conselho, deverá ser convocado seu suplente.

§ 2º As sessões serão públicas em todas as suas fases e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

§3º Caberá ao Regimento Interno estipular as normas de funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Art. 231-B. Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um período de até 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato.

§ 2º No caso de vacância simultânea dos cargos titular e suplente, serão nomeados pelo Prefeito substitutos indicados pelo respectivo órgão representante para o cumprimento do tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º As entidades representadas ou o executivo poderão substituir seus próprios representantes a qualquer tempo, respeitadas as qualificações dispostas nesta lei.

Art. 231-C. Os membros integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, obrigatoriamente, deverão possuir formação

universitária nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou Direito.

Art. 231-D. O Presidente deverá ser pessoa de ilibada reputação e reconhecido conhecimento em matéria tributária, será nomeado pelo Prefeito após eleição entre os membros do conselho, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por uma só vez.

§ 1º No caso de vacância será nomeado substituto para cumprir o tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os requisitos fixados neste artigo.

§ 2º Licenciado o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno do Conselho, por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, será nomeado, na forma deste artigo, substituto para o período de ausência do titular.

Art. 231-E. O Presidente além das previstas nesta Lei e no Regimento Interno do Conselho, terá as seguintes atribuições:

I - dirigir os trabalhos do Conselho, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;

II - representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;

III - comunicar à autoridade competente, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;

IV - presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate;

V - definir período de recesso do Conselho.

Art. 231-F. A falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 03 (três) sessões consecutivas ou a 08 (oito) alternadas, durante cada ano, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato às respectivas representações para efeito de indicação de substituto, que completará o mandato.

Art. 231-G. O Conselho entrará em recesso anualmente por prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, nele compreendido o período definido pelo Executivo Municipal como férias coletivas.

Art. 231-H. Para o suporte administrativo, o Conselho terá a sua disposição uma servidora pública designada como secretária, cuja atribuições serão fixadas em Regimento Interno.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração custear todo o suporte administrativo, físico e financeiro ao Conselho para execução de suas atribuições.

Art. 231-I O Presidente e os demais membros, inclusive secretaria, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais fará jus a jeton no valor de 25 (vinte e cinco) UFM por sessão de julgamento, limitado a 04 (quatro) sessões remuneradas por mês.

Capítulo II DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS

Seção IV Do Contribuinte

(...)

Art. 257 - A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.

§1º - O valor será determinado pela administração tributária, através de avaliação com base nos elementos constantes do cadastro imobiliário ou o valor declarado pelo sujeito passivo, se este for maior.

§2º - O sujeito passivo fica obrigado a apresentar ao órgão fazendário declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, na forma e prazo regulamentares.

§3º - Na avaliação serão considerados, dentre outros, os seguintes elementos, quanto ao imóvel:

I - Zoneamento urbano;

II - Características da região;

III - Características do terreno;

IV - Características da construção;

V - Valores auferidos no mercado imobiliário;

VI - Outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção III Do Local da Prestação

Art. 264 - revogado

Parágrafo único - revogado

Seção VIII Do Pagamento do Imposto

Art. 288 - (...)

§ 2º - Observada as limitações orçamentárias e financeiras fica facultado ao Prefeito conceder ao contribuinte um desconto de até 10% (dez por cento) sobre o respectivo montante do pagamento integral do imposto até a data do vencimento da primeira parcela.

§ 3º - revogado

Seção IX Das Isenções

Art. 290 - (...)

II - os estabelecimentos de educação que desenvolvam exclusivamente atividades descritas no item 8.01 da lista de serviços do art. 278, exceto ensino superior;

III - os hospitais, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatórios que atenderem pelo Sistema Único de Saúde (SUS);
(...)

Título III Das Taxas

Art. 299 A - A incidência e o pagamento das taxas independem:

I - do pagamento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - da existência de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da

exploração dos locais;

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

VI - do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;

VII - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

(...)

Subseção IV Do Pagamento

Art. 320 - O pagamento da Taxa de Localização e Funcionamento será efetuado aplicando-se as condições dispostas no inciso I do art. 288 deste Código ou proporcionalmente aos meses restantes do exercício para o contribuinte que iniciar sua atividade no decorrer do exercício financeiro.

Subseção V Da Isenção

Art. 321 - (...)

V - as associações e entidades sem fins lucrativos, desde que cumpram os requisitos previstos do Decreto Municipal nº 738/2007;

VI - Associações de Pais e Professores dos Núcleos de Educação Infantil, Unidades Pré-escolares, Escolas municipais e estaduais.

VII - condomínios residenciais;

VIII - microempreendedor individual.

(...)

Capítulo II DA TAXA DE COLETA DE LIXO

Art. 348 (...)

I - Imóveis residenciais: 0,35 UFM's por metro quadrado de área edificada.

II - Imóveis não residenciais: 0,54 UFM's por metro quadrado de área edificada.

Capítulo IV DA TAXA DE EXPEDIENTE

(...)

Seção III Da Base de cálculo

Art. 357 - (...)

TAXA DE EXPEDIENTE		
item	DESCRIÇÃO	UFM's (Alterado de UFIR para UFM pela LC nº 311, de 09/06/2006)
1	a) revogado

Art. 3º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 264 e parágrafo único; Art. 288 § 3º; alínea "a" do item I da tabela do art. 357 da Lei Complementar nº 142/98.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 458, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 458, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
Institui o quadro de funções gratificadas e o regime de sobreaviso aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Timbó e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

DO REGIME DE SOBREAVISO

Art. 1º Fica instituído o regime de sobreaviso aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Timbó.

§ 1º Considera-se regime de sobreaviso a atribuição dada ao servidor para que permaneça em seu domicílio, ou local por ele escolhido e previamente comunicado, a fim de prestar atendimento tão pronto seja solicitado.

§ 2º Quando o servidor for chamado para o serviço, deverá apresentar-se no local de trabalho ou outro local determinado, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos após a comunicação, não podendo omitir-se a qualquer chamado.

§ 3º A inobservância injustificada do disposto no §2º configura descumprimento do dever funcional e sujeitará o servidor às penalidades disciplinares previstas em lei.

Art. 2º A escala do sobreaviso será publicada, mensalmente, pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e desenvolvida na forma de rodízio entre os servidores com atuação na Secretaria.

Art. 3º Considera-se escala, para fins de remuneração do regime de sobreaviso, o período compreendido entre às 17:00 horas de sexta feira até as 7:00 horas da segunda feira seguinte, bem como feriados.

Parágrafo único. Na hipótese de feriados, o regime de sobreaviso começará as 17:00 horas do dia útil que antecede ao feriado e terminará às 07 horas do dia útil subsequente ao mesmo.

Art. 4º Ao servidor que laborar em regime de sobre aviso, caberá indenização das horas do período de sobreaviso, no valor equivalente a fração de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração-hora da referência salarial n. 50, com base em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

§1º. A percepção da indenização de sobreaviso contempla tanto a disponibilidade do servidor como o eventual deslocamento para a execução do serviço público, nos moldes preconizados pelos arts. 1º e 3º desta Lei.

§2º É vedada a percepção de "horas extras" em relação às horas

laboradas em regime de sobreaviso.

Art. 5º. A indenização de sobreaviso, instituída por esta lei, não será incorporada, em nenhuma hipótese, à remuneração e não fará parte da base de cálculo de qualquer benefício ou vantagem pecuniária e, também, nos descontos legais, exceto para o imposto de renda.

Art. 6º. Fica vedado o pagamento de indenização de sobreaviso aos servidores que exercem cargo em comissão ou função gratificada.

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 7º. Sem prejuízo das gratificações previstas na Lei Complementar n. 01, de 22 de Outubro de 1993 e no Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, fica instituído o quadro das funções gratificadas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, consistente em percentual de 50% calculado sobre a referência salarial n. 35, prevista no Anexo III da Lei Complementar n. 137/98, devidos em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade que não justifiquem a criação de cargos, nas quantidades ali especificadas, a serem concedidas e livremente destituíveis por ato do Chefe do Poder Executivo, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, conforme Anexo I da presente Lei.

§ 1º - As funções gratificadas previstas no "caput" deste artigo somente são devidas enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese serão incorporadas, para qualquer efeito, ao vencimento ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

§ 2º - A percepção da função gratificada exclui o adicional pela prestação de serviço extraordinário.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I

NÚMERO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS, COM RESPECTIVOS SÍMBOLOS E PERCENTUAIS

Nº DE FUNÇÕES	SÍMBOLOS	PERCENTUAL
07	FG-1	50%

LEI COMPLEMENTAR Nº 459, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 459, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014
Altera a Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"SEÇÃO IV DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 20 -
Parágrafo Único. ...

I -...

II-...

III - cargos de assessoramento:

a) símbolo DAS-2: dedicadas a Assessoramento Superior da Administração Municipal, incluindo o cargo em comissão de Assessor Institucional de Captação de Recursos, Assessor Institucional de Comunicação Social, Assessor Institucional de Relações Internas, Assessor Institucional de Política Pública de Saúde, Assessor Institucional de Saúde do Trabalhador, Assessor Institucional da Procuradoria Geral do Município e Assessor Institucional de Controladoria;

b) símbolo CC-2: dedicados a Assessoramento de Departamentos das Unidades Administrativas da Administração Direta ou dos Órgãos da Administração Indireta, incluindo os cargos de Assessor Jurídico, Assessor de Controladoria, Assessor de Custos e Patrimônio, Assessor da Fazenda e Administração, Assessor do Meio Ambiente, Assessor do Departamento de Ensino e Coordenador de Defesa Civil; "

Art. 2º - O Anexo XII da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Nº DE CARGOS	SÍMBOLO DAS-2	REF. SALARIAL 92 ...
...
01 Total 07	ASSESSOR INSTITUCIONAL DE CONTROLADORIA	...
...
Nº DE CARGOS	SÍMBOLO CC-2	REF. SALARIAL 76 ...
...
01	ASSESSOR DE CONTROLADORIA	...
Total 28

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar 02 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2761, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2761, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui os Programas Bolsa-Atleta Municipal e Bolsa-Técnico Municipal e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam instituídos no âmbito do Município de Timbó os Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal com os objetivos de:

I - Valorizar e apoiar atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos, participantes do desporto amador, educacional e do desporto de alto rendimento;

II - Auxiliar na manutenção da carreira dos atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos buscando proporcionar condições para que os mesmos possam se dedicar ao treinamento esportivo e participar de competições, objetivando o desenvolvimento pleno da carreira esportiva e a constante renovação das gerações de atletas e técnicos com potencial nas mais diversas competições municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

III - Incentivar jovens valores;

IV - Desenvolver a prática do esporte como meio de promoção social, mediante concessão de bolsas remuneradas e incentivos técnicos e materiais.

Parágrafo Único - Os Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal atenderão às modalidades olímpicas, paralímpicas e não olímpicas constantes ou não dos programas da Fundação Municipal de Esporte - FME, inclusive àquelas em que esta última e o Município vem representando em eventos oficiais organizados pela FESPORTE.

Art. 2º Os Programas de que tratam esta Lei consistirão em apoio financeiro, técnico, material e equipamentos a atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos.

CAPÍTULO II**BOLSA-ATLETA MUNICIPAL**

Art. 3º Poderá pleitear a Bolsa-Atleta Municipal o interessado que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou paradesportiva, ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;

II - Ter participado de competições esportivas ou paradesportivas oficiais em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele para qual está sendo pleiteada a Bolsa;

III - Apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional e internacional;

IV - Apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privada, no caso de atleta com menos de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 4º. Com o deferimento da concessão da Bolsa o beneficiário deverá representar o Município de Timbó e Fundação Municipal de Esportes nas competições do calendário FESPORTE ou do calendário estadual e federal da modalidade, nas competições em que o município de Timbó estiver inscrito, durante o período de vigência da Bolsa, sob pena de não renovação.

Parágrafo Único - A situação descrita no caput poderá ser reconsiderada pela Comissão Técnica dos programas quando não forem realizadas competições regionais para a modalidade ou caso algum motivo de força maior impeçam à participação no evento.

Art. 5º. O atleta beneficiado com a Bolsa oferecerá, como contrapartida autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município e Fundação Municipal de Esportes além de usar a marca oficial destes últimos e de seus patrocinadores oficiais nos uniformes e demais materiais de divulgação e marketing.

Art.6º. A concessão da Bolsa-Atleta Municipal fica limitada a uma por atleta ou paratleta

Art. 7º. O atleta contemplado com a Bolsa-Atleta Municipal poderá acumular o benefício com outro eventualmente recebido de outras instituições de fomento ao esporte.

Art. 8º. Os valores e demais condições concernentes ao auxílio financeiro de que trata o Art. 2º desta Lei serão definidos em Decreto do Chefe do Poder Executivo e deverão considerar as diferentes categorias de desempenho.

Art. 9º. A concessão de Bolsa-Atleta Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer outra natureza com a Administração Pública Municipal, seja direta ou indireta, posto que o auxílio financeiro terá caráter indenizatório.

CAPÍTULO III**BOLSA-TÉCNICO MUNICIPAL**

Art. 10 Poderá pleitear a concessão da Bolsa-Técnico Municipal o interessado que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Estar em atividade profissional ou ter atuado na função de Técnico ou Auxiliar Técnico há pelo menos três anos;

II - Estar registrado no Conselho Regional de Educação Física;

III - Ter sido Técnico ou Auxiliar Técnico de atleta, time ou delegação em competições esportivas ou paradesportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele para qual está sendo pleiteada a Bolsa;

IV - Apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria e de preparação ou treinamento para competições de âmbito municipal, regional, estadual, nacional ou internacional, salvo quando se tratar de atividades do desporto escolar, situação na qual deverá ser apresentado plano de trabalho para a modalidade.

Art.11. Com o deferimento da concessão da Bolsa-Técnico Municipal, o beneficiário deverá representar o Município de Timbó em pelo menos uma competição do calendário FESPORTE ou do calendário estadual e federal da modalidade em que o município estiver inscrito, durante o período de vigência da Bolsa, sob pena de não renovação.

Parágrafo Único - A situação anteriormente descrita poderá ser reconsiderada pela Comissão Técnica dos programas quando não forem realizadas competições regionais para a modalidade ou caso

algun motivo de força maior impeça à participação no evento.

Art. 12. O Técnico ou Auxiliar Técnico beneficiado com a Bolsa-Técnico Municipal oferecerá como contrapartida a autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município e Fundação Municipal de Esportes, além de usar a marca oficial destes últimos e de seus patrocinadores oficiais nos uniformes e demais materiais de divulgação e marketing.

Art. 13. A concessão da Bolsa-Técnico Municipal fica limitada a uma por técnico ou auxiliar técnico.

Art. 14. O Técnico ou Auxiliar-Técnico contemplado com a Bolsa-Técnico Municipal poderá acumular o benefício com outro eventualmente recebido de outras instituições de fomento ao esporte, bem como com a Bolsa-Atleta Municipal.

Art. 15. A concessão de Bolsa-Técnico Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer outra natureza com a Administração Pública Municipal, seja direta ou indireta, posto que o auxílio financeiro terá caráter indenizatório.

CAPÍTULO IV REPASSES

Art. 16. Após concedidas as Bolsas-Atleta e Bolsas-Técnico Municipais serão repassadas dentro do exercício fiscal, mediante pagamentos mensais.

Parágrafo Único - Os pagamentos serão efetuados através de 10 (dez) parcelas mensais, sendo a primeira paga no mês de março e a última no mês de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO V PENALIDADES

Art. 17. Dentre outras penas definidas pela legislação atinente a espécie, será automaticamente desligado dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal e deverá proceder à restituição aos cofres públicos dos valores recebidos a título de auxílio financeiro previsto no art. 2º desta Lei, o atleta, paratleta, técnico ou auxiliar técnico que:

I - não apresentar relatório de atividades ao término da concessão da respectiva bolsa;

II - quando convocado deixar de participar das competições sem motivo previamente justificado; ou

III - for transferido para representação de outro Município, Estado ou País sem anuência da Fundação Municipal de Esporte - FME;

IV - Descumprir qualquer dispositivo desta Lei, Decreto de Regulamentação, Edital de Chamamento Público ou Termo de Adesão do respectivo Programa.

CAPÍTULO VI COMISSÃO TÉCNICA

Art. 18. A verificação do atendimento dos requisitos previstos nesta Lei e respectivo regulamento será realizada por Comissão Técnica formada por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) representantes governamentais e 02 (dois) representantes não-governamentais.

§1º. As entidades que comporão a Comissão Técnica serão definidas através Decreto a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§2º. Os representantes dos órgãos não-governamentais que comporão a referida Comissão serão indicados por suas respectivas entidades, sendo nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19. São atribuições da Comissão Técnica dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico:

I - Auxiliar o Poder Executivo e a Fundação Municipal de Esportes - FME na elaboração do Edital de Chamamento para inscrição nos Programas;

II - Receber as inscrições dos Programas e emitir Parecer quanto à admissibilidade das mesmas, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e respectivo regulamento ;

III - Analisar e julgar em primeira instância os recursos relativos à admissibilidade das inscrições para os Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico;

IV- Aprovar o respectivo regimento interno;

V - Emitir parecer quanto à prestação de contas final dos beneficiados pelos Programas, cabendo recurso de suas decisões ao Presidente da Fundação Municipal de Esportes;

VI - Propor à Presidência da Fundação Municipal de Esportes alterações nos documentos legais de forma a aprimorar todo o processo dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal.

Parágrafo Único - Os recursos das decisões da Comissão Técnica dos Programas serão apreciados pelo Presidente da Fundação Municipal de Esportes - FME, sendo esta a última instância recursal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. A concessão da Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico Municipal é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiado atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art. 21. Os atletas, paratletas, técnicos e auxiliares técnicos beneficiados prestarão contas relativas ao plano de trabalho através de relatório das atividades desenvolvidas na forma e nos prazos fixados em regulamento.

Art. 22. As despesas decorrentes da concessão das Bolsas-Atleta e Bolsas-Técnico Municipal correrão à conta dos recursos orçamentários da Fundação Municipal de Esportes - FME.

Art. 23 Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Fica revogada a Lei Complementar n. 357, de 29 de agosto de 2008.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2763, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2763, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2687 de 12/12/2013):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

16.02.008.244.0087.2278.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2278.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2278.	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	35.000,00
	TOTAL	35.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2687 de 12/12/2013):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	35.000,00
	TOTAL	35.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2762, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**LEI Nº 2762, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

Altera a Lei nº 2.680, de 28 de outubro de 2013, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

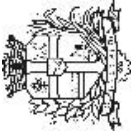
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto _ Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos, da Lei nº 2.680, de 28 de novembro de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 1 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
Às 13:02:04 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Salidar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP.

OBJETIVOS:

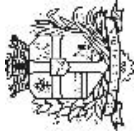
Salidar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
6	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMAS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
13	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP SAMAE.	Parcela Mensal	Unidade	1,0000	100.875,00	Recursos Fiscais
		TOTAL DO PROGRAMA		0007	105.875,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 2

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 7**Página 2 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0086- APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Política Municipal de Assistência Social de Timbó tem como base o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um modelo de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza em todo território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade dos sistemas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo território nacional. Outro dispositivo a ser observado é a NOB RH/SUAS.

DIRETRIZES:

Manter o funcionamento dos Serviços, Programas, Aparelhos e Benefícios da Política Municipal de Assistência Social. Ampliar a oferta destes serviços, disponibilizando materiais de consumo, de expediente e recursos humanos; Buscar o aperfeiçoamento dos serviços realizados através de capacitação permanente dos agentes sociais (servidores, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de Acolhimento Familiar); Proporcionar o suporte técnico aos conselhos setoriais (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CIMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Habitação), através de uma equipe de assessoramento; Gestão administrativa do Conselho Tutelar com a vinculação do mesmo a Secretaria Municipal de Assistência Social, capacitação permanente dos Conselheiros Tutelares. Aperfeiçoar e ampliar os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial (através da manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro dos Estados, bem como através da implantação e manutenção do Centro de Convivência para a Terceira Idade, do Centro Integrado para criança/adolescente, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e do segundo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS). Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, realização processo seletivo e de concurso público.

OBJETIVOS:

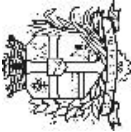
Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação aplicável com os governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Instrumentalizar e fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social criada através LC nº 426 de 26.12.2012 com a estrutura administrativa e organizacional necessária, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência social - PNAS/2004. Fortalecer o serviço de assessoria aos conselhos setoriais, através da disponibilização de uma equipe técnica. Ampliar os serviços da proteção social básica, através de novos investimentos no CRAS existente (Bairro dos estados) visando a construção de sede própria através de convênios com os Governos Estadual e Federal, bem como a implantação de um novo CRAS com abrangência dos bairros Pomeranos, Quintino e Vila Germer. Ampliar os serviços da proteção social especial, através de ampliação de equipe técnica e investimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS visando implantação de sede própria do mesmo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1277	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	Área	M2	50,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
2270	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.043.300,00 0,00 9.000,00 0,00 0,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 3



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

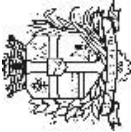
Página 3 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

2272	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZACAO DE CONFERENCIAS, SEMINARIOS, FORUNS E OFICINAS DE DEBATES	Pessoas	UN	625,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2294	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	120.000,00 20.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0086					1.222.300,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 4



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 4 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0087-SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para a prevenção de situações de risco, o nível de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. São atendidos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social, com privação de renda, que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e/ou estão com seus vínculos afetivo, relacionais e sociais fragilizados. Atualmente, no Município, contamos com um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, para atendimento de até 3.500 famílias no território de abrangência dos bairros Araponguinhas, PE Martinho e Estados, porém o objetivo é instalar novos equipamentos sociais (CRAS) para abrange os outros bairros que também tenham uma concentração maior de vulnerabilidade social.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social. Aprimorar os Serviços da Proteção Social Básica (programa de atenção integral a família - PAF); serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; operacionalizar os benefícios eventuais aprovados pela LO 2634 de 12.04.2013 (auxílio-natalidade; auxílio-funeral; auxílio gás; auxílio foto para documentação civil; auxílio fralda infantil; auxílio passagem; auxílio frete; auxílio aluguel social; vale alimentação), promover a ampliação de equipe técnica baseado na NOB-RH SUAS para o porte do município.

OBJETIVOS:

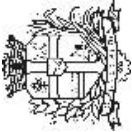
O nível de Proteção Social Básica segundo o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS tem como objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	Pessoas	UN	875,0000	26.150,00 94.150,00 23.200,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2276	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	Pessoas	UN	1.500,0000	28.000,00 12.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2278	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Pessoas	UN	1.800,0000	135.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0087					318.500,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 5



Página 5 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

PROGRAMA DE GOVERNO:
0088-SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Proteção Social Especial na média complexidade é atendida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que atualmente possui equipe composta por 01 assistente social, 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 aux administrativo, 01 coordenação, e auxílio jurídico da procuradoria do município. Salientamos que para atendimento do serviço de média complexidade com a finalidade de absorver a demanda total existente e melhorar a qualidade dos serviços já ofertados, faz-se necessário o aumento do quadro de recursos humanos, bem como de aluguel ou a construção de um imóvel para proporcionar um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades. O município não dispõe do Serviço de Alta Complexidade, porém mantém convênios com abrigos Institucionais e Casas Lar de outros municípios para a demanda infanto-juvenil e idosos e portadores de deficiência. Em relação aos idosos, o município de Timbó conta com uma instituição não governamental de longa permanência. Com relação a PSE para pessoas com deficiência o município celebra convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais para atendimento das demandas de permanência sócio educacionais, e as demandas psicossociais são atendidas no CREAS. Percebemos a real necessidade de cada município se organizar e planejar ações que visem atender as demandas sociais específicas dentro de seu limite territorial. Caso seja extremamente necessário a retirada da criança/adolescente ou do idoso da família, é fundamental preservar o direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido é importante que, quando possível, o indivíduo permaneça no seu próprio município e não seja encaminhado a uma instituição conveniada (fora do município), face a esta situação o município efetuará a cessão de imóvel para a instalação de instituição de acolhimento com a celebração de convênio para o acolhimento de crianças e adolescentes dentro de seu território.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social; aprimorar os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade fortalecendo os vínculos familiares fragilizados (Serviço de proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Sócio-educativa de LA e PSC; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço especializado em abordagem social); seguir as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINAPE e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária - PNCFC. Implementar os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade resgatando os vínculos rompidos, quando possível (Casa Lar, programa de acolhimento familiar, albergue, abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Ampliar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com equipamentos e recursos humanos.)

OBJETIVOS:

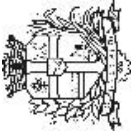
Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2284	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMILIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI	Famílias	UN	146,2500	29.350,00 70.850,00 118.400,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2288	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES, IDOSOS E SUAS FAMILIAS	Famílias	UN	25,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	Pessoas	UN	30,0000	499.200,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0088					777.800,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 6



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 6 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0100-ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS

GERENTE DO

~~PROGRAMA~~

A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAIMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento

DIRETRIZES:

Manutenção e ampliação dos serviços atuais. Contratação de estudo, com a diretriz de planejamento para 30 anos no município, abrangendo desde os mananciais até a rede coletora e de distribuição de água no município.

OBJETIVOS:

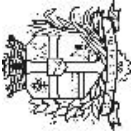
Assegurar, num período de 4 anos, o fornecimento de água tratada para 97% da população timboense residente na área urbana e iniciar a expansão da rede de abastecimento para a área rural, promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria na qualidade de vida. Formação do custo real da água para cobrança justa que permita o equilíbrio financeiro da Autarquia, possibilitando futuros investimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	Unidade Gestora	Unidade	3,0000	130.000,00	Recursos Fiscais
1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	Veículo	Unidade	2,0000	145.000,00	Recursos Fiscais
1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Metros	MIL	7,5000	89.000,00	Recursos Fiscais
2300	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ÁGUA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	815.000,00	Recursos Fiscais
2302	MANUTENÇÃO DA ETA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2304	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.695.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0100					400.000,00	Recursos Fiscais
					930.000,00	Recursos Fiscais
					250.000,00	Recursos Fiscais
					2.005.000,00	Recursos Fiscais
					300.000,00	Recursos Fiscais
					6.769.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento 7



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 7 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0102- ESGOTAMENTO SANITARIO - VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL

GERENTE DO
PROGRAMA:

O Projeto de Sistema de Coleta, Transporte e Tratamento do Esgoto Doméstico está concluído. A elaboração do Projeto permite a imediata busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes. A execução completa do Projeto deverá ser feita em 4 etapas, devendo estar concluída em 2018. As fontes de recursos para os programas de saneamento básico deverão estar claramente definidos em conformidade com o definidos no Plano Municipal de Saneamento Básico. O Município participa de Consórcio Intermunicipal cuja principal finalidade é colaborar na gestão dos problemas ambientais. O Plano de Saneamento Básico pode ser regionalizado, tendo como tema central a Universalização.

DIRETRIZES:

Realizar diagnósticos, estudos técnicos e captações financeiras que assegurem o início da implantação da 1ª Etapa do Projeto do esgoto tratado no município, estimulando a conscientização ambiental e promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVOS:

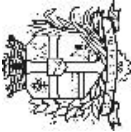
Viabilizar, através de convênios e recursos próprios, o projeto de implantação da rede coletora e da estação de tratamento de esgoto domiciliar, bem como iniciar sua implantação e funcionamento.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1313	OBRAS E INSTALAÇÕES - TRAT. DE ESGOTO	Metros	MIL	15,0000	15.000.000,00	Recursos Fiscais
2306	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ESGOTO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2308	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ETE	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2310	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	4.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0102					15.014.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento 8



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 8 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0104 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

GERENTE DO

PROGRAMA:

O SAMAE realiza no município de Timbó a coleta de resíduos sólidos domiciliares que são levados ao Aterro Sanitário para tratamento e disposição final. Através de Convenio celebrado entre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale e nove municípios do Médio Vale, os municípios são responsáveis pela ampliação da área física do aterro enquanto o Município de Timbó, através do SAMAE, é responsável pela administração do Aterro, sendo remunerado pela prestação do serviço de recebimento e compactação dos resíduos recebidos. Continua com sucesso o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos, aumentando a conscientização da população e o investimento em educação ambiental. O Aterro Sanitário de Timbó é visto como um modelo a ser seguido pelos demais municípios. O investimento em
em

DIRETRIZES:

Investir na conscientização da população e na educação ambiental, fortalecendo o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos. Efetivar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Propor alternativas de financiamento, através de recursos próprios, convênios ou operações de crédito para recuperação das áreas utilizadas. Fazer parceria com ONG'S ou OCIP'S na busca de melhor destinação aos materiais recicláveis coletados. Melhorar os índices de qualidade em relação aos serviços prestados a comunidade. Investir no treinamento de funcionários bem como oferecer alimentação de qualidade e ambiente de trabalho com instalações adequadas de saúde e higiene pessoal.

OBJETIVOS:

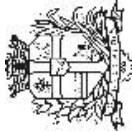
Fortalecimento da atuação preventiva, através do desenvolvimento da educação ambiental e da manutenção e/ou expansão do programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, para diminuição de resíduos, destinados ao tratamento e disposição final no Aterro Sanitário, e do impacto ambiental decorrente. Aplicação e avaliação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Recuperação das áreas de tratamento e disposição final dos resíduos. Revitalização da área em torno das lagoas. Recuperação da mata ciliar do Corrego Araponguinhas. Melhoria da imagem e do serviço prestado a população de Timbó.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1317	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ATERRO	Unidade Gestora	Unidade	3,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
1319	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ATERRO	Veículo	Unidade	2,0000	200.000,00 450.000,00 186.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1321	OBRAS E INSTALAÇÕES - ATERRO	Área	M2	75,0000	87.125,00 30.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1323	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ATERRO	Imóvel	Unidade	0,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
2312	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - ATERRO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	229.000,00	Recursos Fiscais
2314	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO ATERRO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.010.000,00 450.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2316	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	1.061.000,00 114.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0104					3.832.125,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 9 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
0106- DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

GERENTE DO

PROGRAMA:

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Implantação e manutenção da infra-estrutura de drenagem de águas pluviais.

OBJETIVOS:

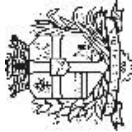
A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1324	OBRAS E INSTALAÇÕES - DRENAGENS	Unidade Gestora	M3	2,000,0000	500.000,00	Recursos Fiscais
2318	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE DRENAGEM	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	25.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0106					525.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Programas Detalhados
Ano LDO: 2014 Versão: 7

Página 10 de 10
Impresso em: 11/dez/2014
As 13:02:04 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:
9999- RESERVA DE CONTINGÊNCIA

GERENTE DO

PROGRAMA:

Os orçamentos e planos plurianuais encerram as previsões de arrecadação e despesa, estando sujeitos a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

DIRETRIZES:

Resguardar 0,50% da arrecadação para cobertura de Riscos Fiscais, como calamidade pública, não realização de receitas, entre outros. No Regime Próprio de Previdência o TIMBOPREV, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como resultado do Cálculo Atuarial.

OBJETIVOS:

Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, possibilitando o suplemento de dotações no orçamento programa anual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	47.000,00	Recursos Fiscais
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 9999					50.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

SAMAE - TIMBÓ**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 2014/007**

extrato do primeiro TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/007

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2014/007.
locatário: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
locador: arno lach

OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato.
serviço: a locação, pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, de parte ideal do imóvel situado na Rua Alfredo Hansen n. 371, bairro Vila Germer, cidade de Timbó/SC para a instalação de um motor de recalque (booster) no imóvel supra mencionado.

Valor: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

Data da assinatura: 18/12/2014.

PRAZO DE EXECUÇÃO: prorrogado até a data de 31/12/2015.

Timbó, 18 de dezembro de 2014.

waldir girardi

DIRETOR PRESIDENTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 2014/054

extrato do primeiro TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/054

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2014/054.
locatário: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
locadora: CRISTINA KLUG

OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato.
serviço: A LOCAÇÃO, PELA LOCADORA AO LOCATÁRIO, DE PARTE IDEAL DO IMÓVEL SITUADO NO BECO RUDOLF ELERT, N. 79, BAIRRO VILA GERMER, CIDADE DE TIMBÓ/SC PARA A INSTALAÇÃO DE UM MOTOR DE RECALQUE (BOOSTER) NO IMÓVEL SUPRA MENCIONADO.

Valor: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

Data da assinatura: 18/12/2014.

PRAZO DE EXECUÇÃO: prorrogado até a data de 31/12/2015.

Timbó, 18 de dezembro de 2014.

waldir girardi

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº SAMAE -147, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº SAMAE -147, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3679, 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adilson Mesch	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Adriano Adam	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Adriano Oliveira	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Almir Rogério Stolf	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Alvacir Alves de Quadros	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Camila Trombelli	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Egon Maass	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Eraci Steinert	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Erenita de Fátima Mineiro Castanha	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Érica Gessner Steffen	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Fabiano Alves de Quadros	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Graziele Borba Belarmino	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Janete Aparecida Colarites	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Jeferson João Ressuagli	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Jorge de Oliveira Junior	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Maicon Steffen	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Neusa Castanha	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Suzana Moraes	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Timberli Tatiane Weizenmann	136, de 17/11/2014	31/03/2015
Valdecir Anacleto Cardoso	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Roseli Alves Pires	105, de 25/08/2014	31/03/2015
Almir Testoni	143, de 27/11/2014	31/03/2015
Ivonete Mattielo	115, de 22/09/2014	31/03/2015
Janete Bilk	114, de 05/09/2014	31/03/2015
Jaison Oliveira Macedo	113, de 05/09/2014	31/03/2015
Jeferson Leandro Steffen	114, de 05/09/2014	31/03/2015
Joel Oliveira	127, de 27/10/2014	31/03/2015
Edson José Venancio	141, de 27/11/2014	31/03/2015
Marcio Cardoso	121, de 10/10/2014	31/03/2015
Fabio Steuck	133, de 12/11/2014	31/03/2015
Gilda Anacleto	123, de 17/10/2014	31/03/2015
Eliton de Quadros	141, de 27/11/2014	31/03/2015
Hugo Henrique Hedler	146, de 05/12/2014	31/03/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 157/14

DECRETO 157/14 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA De 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

DECRETO 158/14

DECRETO 158/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA De 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.01 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA

08.01.08.243.0012.2.057-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.01 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA

08.01.08.243.0012.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

DECRETO 159/14

DECRETO 159/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA REDAÇÃO DO DECRETO 102/12 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012 QUE REGULAMENTA E DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR 1250/2000 DE 07 DE JULHO DE 2000.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - A progressão funcional do membro do magistério e dos gestores ocorrerá a cada 03 (três) anos, de uma classe para outra e decorrerá da avaliação do desempenho anual, da qualificação em instituição credenciada e do conhecimento, a cada 03 (três) anos, da seguinte forma:

I – Avaliação de desempenho terá peso 5.0, e se constituirá:

- a) da média aritmética das avaliações anuais;
- b) de instrumento próprio de avaliação de desempenho, descritos em 05 (cinco) dimensões que terão como base 24 (vinte e quatro) fatores construídos com a atual equipe de gestão com base na legislação educacional vigente.
- c) a Secretaria da Educação e do Esporte, juntamente com o Conselho Municipal da Educação, instituirão instrumentos que permitirão a avaliação processual do desempenho dos Profissionais em Educação.
- d) A pontuação máxima será de 100 pontos.
- e) O profissional que não apresentar a auto avaliação escrita e em tempo hábil terá desconto de 50 pontos na média final referente a avaliação de desempenho.

II – A avaliação do conhecimento terá peso 3.0, e ocorrerá a cada 03 (três) anos, abrangendo, além dos conhecimentos pedagógicos, aspectos referentes à organização, funcionamento e estrutura do Sistema Educacional, no caso do professor, a ser considerado:

- a) pontuação máxima = 100 pontos;
- b) as avaliações serão elaboradas a critério da Secretaria da Educação e do Esporte, preferencialmente por instituições credenciadas.

III – A avaliação da qualificação terá peso 2.0, e levará em conta a participação em cursos em instituições credenciadas, previamente aprovadas pela de Secretaria da Educação e do Esporte, observando:

a) carga horária mínima por curso de 16 horas; pontos, valor hora aula curso 0.8, pontuação máxima 100 pontos;

b) para o cômputo da carga horária dos cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento serão considerados os certificados e/ou declarações dos últimos 03 (três) anos, nos quais deverão constar:

- título de curso;
- agência executora;
- período de execução;
- carga horária;
- conteúdo programático;
- registro no órgão competente.

Art. 2º - Somente progredirá na carreira, de uma referência para outra, o Profissional da Educação que alcançar no mínimo 70 pontos.

Art. 3º - O processo avaliativo realizado pela comissão acontecerá em duas datas específicas, nos meses de junho e dezembro. Os profissionais que apresentarem atestados médicos, quaisquer licença ou afastamento por período igual ou superior a 30 dias consecutivos até dezembro, serão avaliados no mês de junho do ano subsequente pela mesma comissão composta no ano anterior..

Art. 4º - A promoção é a passagem sequencial de um nível para outro, observando-se a área de atuação e a formação do servidor e será conquistado:

I – Para o nível correspondente a nova habilitação profissional e em referência de vencimento imediatamente superior, conquistado da seguinte forma:

- a) anualmente, no mês de março e outubro, mediante apresentação de nova habilitação profissional quando não implicar em mudança de área de ensino, atuação disciplina e ou local de trabalho;
- b) a cada ano, em fevereiro, quando implicar em mudança de área ou disciplina, formação e/ou local de trabalho.

Art. 5º - A participação na promoção funcional estabelecida nas alíneas *a* e *b* do art. 3º deste Decreto, depende da comprovação da habilitação exigida, não podendo implicar em mudanças de cargo.

Art. 6º - A promoção funcional estabelecida na alínea *b* do art. 3º destina-se ao provimento de vagas que serão fixadas, por área, disciplina e será realizada por meio de processo seletivo.

§ 1º No processo seletivo a que trata este artigo, será considerado, além da habilitação profissional, os seguintes critérios para fins de classificação.

I – Um ponto por mês pelo tempo de serviço prestado ao município na função docente.

II – Zero vírgula oito décimos de ponto por hora de frequência em cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento na área da educação.

§ 2º O tempo de serviço de que trata o item I deste artigo deve ser expresso em ano, meses e dias.

§ 3º Os cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento devem ser relativos aos dois anos anteriores ao da realização do processo seletivo, com carga horária mínima de 16 horas.

Art. 7º - A Comissão de Avaliação será composta pelos seguintes representantes:

- Dois coordenadores pedagógicos (um da Educação Infantil e um do Ensino Fundamental)
- Dois gestores em cargo de chefia na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- Dois representantes do corpo docente da Educação Infantil da rede municipal;
- Quatro representantes do corpo docente do Ensino Fundamental da rede municipal, sendo dois de 1ª a 5ª ano e dois de 6ª a 9ª ano;
- Um representante do Conselho Municipal da Educação;
- Um representante da Secretaria da Educação e do Esporte.
- Um representante da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 8º - Os procedimentos relativos à promoção funcional dar-se-ão por meio de edital específico.

Art. 9º - Caberá à Secretaria da Educação e do Esporte, juntamente com a Secretaria de Administração e Finanças, realizar os procedimentos cabíveis para garantir a execução do presente Decreto.

Art. 10º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

ANEXO I – DECRETO 159/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
AValiação dos Profissionais (Professores e Gestores)

DIMENSÕES	INDICADORES	AVALIADOR ES	INSTRUMENTOS	PERÍODO	RESULTADOS/ CONSEQUÊNCIA
Assiduidade e pontualidade	A finalidade maior é o cumprimento do horário estabelecido. Tendo em vista atrasos e saída antecipada. Aproveitamento do tempo, hora atividade, recreio participativo. Participação em reuniões, palestras treinamentos e outros eventos	Equipe escolar	Livro ponto, atestado, justificativas	Mensal	Garantir o bom funcionamento da escola, CEIs credibilidade junto a comunidade.
Qualidade e produtividade do trabalho	Resultado do trabalho em relação ao aproveitamento dos alunos. Clareza de objetivos, organização e apresentação das tarefas executadas, abertura ao novo e a proposta inovadoras. A produtividade poderá traduzir se em organização e boa apresentação das tarefas	Coordenador pedagógico, gestores professores Secretária de Educação	Análise coletiva da equipe, relatório da direção da escola e coordenação pedagógica e auto-avaliação Para os gestores-, também Registros da Secretária	Anual	Para garantir a qualidade da Educação.
Iniciativa e criatividade	Capacidade de solucionar problemas, pensando refletindo e agindo diante da ausência de normas, contribuir para novas idéias, sugestões alternativas. Capacidade do servidor para o desenvolver , novos padrões de pensamento, ter idéias originais.	Comissão Secretária de Educação	Registro do trabalho do professor, análise coletiva, registro do acompanhamento pela coordenação pedagógica pela Secretária de Educação .	Anual	Para que a escola seja sempre mais inovadora e criativa.
Zelar pelos recursos financeiros e materiais	Cuidados que o servidor dispensa aos recursos que lhe são colocados sob sua responsabilidade e utilização.	Comissão	Relatório da equipe de gestão, auto avaliação	Semestral	Visando economia e a boa utilização dos recursos
Cooperação e articulação com a comunidade	Predisposição para colaborar com os colegas de trabalho, com a chefia. Envolvendo a cooperação P.P.P. e envolvimento nas atividades extraclasse. E com os representantes dos demais órgãos da Administração Municipal	Equipe escolar, comissão, Secretária de Educação	Relatório / Atas	Anual	Redefinição do relacionamento com os colegas e com a comunidade e revisão do P.P.P

ANEXO II - DECRETO 159/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
AValiação DE DESEMPENHO DOS PROFESSORES

Nome:				
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Assiduidade e pontualidade 20p.	Quantas vezes faltou ao trabalho por motivos pessoais ou de saúde - justif. ausência	5	0,25	5
	Frequência a curso/reuniões/eventos	3	0,15	3
	Frequência à reunião pedagógica	3	0,15	3
	Justifica as saídas da Unidade	3	0,15	3
	Entrega de documentação	2	0,1	2
	Chega atrasado ou se ausenta antes do horário	4	0,2	4
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Produtividade no trabalho no trabalho 30 p	Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem	5	0,25	5
	Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes do ensino	4	0,2	4
	Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola e a proposta Político Pedagógica da Escola	4	0,2	4
	Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos	4	0,2	4
	Atualizar-se em sua área de conhecimento	4	0,2	4
	Zelar pela aprendizagem do aluno bem como disciplina	3	0,15	3
	Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe	3	0,15	3
	Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.	3	0,15	3
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Iniciativa e criatividade 20 p.	Estabelecer formas alternativas de recuperação paralela para os alunos que apresentarem rendimento insuficiente	10	0,5	10
	Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, através de projetos, mediações e atividades diferenciadas	5	0,25	5
	Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino	5	0,25	5
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Zelar pelos Recursos- 8p	Zelar pelo material docente, as instalações e recursos.	8	0,4	8
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Cooperação e articulação com a	Participar do processo de planejamento das atividades da escola	5	0,25	5
	Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a Comunidade	3	0,15	3
	Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e coordenação pedagógica	5	0,25	5
	Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente	3	0,15	3

Comunidade e Instituição	Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola e materializar a proposta	4	0,2	4
22P	Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe, seminários, feiras, mostras.	2	0,1	2
TOTAL GERAL DE PONTOS		100	5	100
Trombudo Central, Assinatura da Comissão:				

ANEXO III - DECRETO 159/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO GESTORES

Nome:				
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Assiduidade	Quantas vezes faltou ao trabalho por motivos pessoais ou de saúde	5	0,25	5
pontualidade	Frequência a curso/reuniões/eventos	3	0,15	3
20p.	Frequência à reunião pedagógica	3	0,15	3
	Justifica as saídas da Unidade	3	0,15	3
	Entrega de documentação	2	0,1	2
	Pontualidade . Chega atrasado ou se ausenta antes do horário.	4	0,2	4
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Produtividade	Visitar as Unidades de Educação , assistir aulas e orientar o trabalho do professor	5	0,25	5
	Articular com sua equipe programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes do ensino	4	0,2	4
	Executar o trabalho em consonância com a Proposta Pedagógica da Secretaria	4	0,2	4
	Avaliar e registrar o desempenho dos profissionais de Educação e funcionários de acordo com a Proposta Pedagógica nos prazos estabelecidos.	4	0,2	4
	Atualizar-se em sua área de conhecimento	4	0,2	4
	Zelar pela aprendizagem dos alunos através do acompanhamento ao trabalho do Professor(a)	3	0,15	3
	Levantar, interpretar e formar dados relativos à comunidade escolar.	3	0,15	3
	Trabalhar em conformidade com as deliberações da Secretaria de Educação	3	0,15	3
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Iniciativa e criatividade	Ter iniciativa na resolução de problemas, respeitando as normas do sistema de ensino.	10	0,5	10
	Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, através de planejamento, mediações e atividades diferenciadas.	5	0,25	5
	Organizar a rotina Escolar	5	0,25	5
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
Zelar pelos Recursos- 8p	Zelar pelo material docente, as instalações e recursos.	8	0,4	8
Dimensões	Fatores	P	Peso	Atrib.
- Cooperação e articulação com a Comunidade e Instituição	Articula e participa do processo de planejamento das atividades da escola	5	0,25	5
	Organizar e Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade	3	0,15	3
	Realizar o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e coordenação pedagógica	5	0,25	5
	Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente	3	0,15	3
	Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da Secretaria e traçar estratégias e ações para materializar a proposta	4	0,2	4

22P	Auxiliar na organização e participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe, seminários, feiras e mostras.	2	0,1	2
TOTAL GERAL DE PONTOS		100	5	100
Trombudo Central, Assinatura da Comissão:				

TROMBUDO CENTRAL, 28 DE NOVENBRO DE 2014

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

DECRETO 160/14

DECRETO 160/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizado o REMEMBRAMENTO de áreas de terras no perímetro urbano, sito a Rua Getúlio Vargas, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrículas nº 13.062 e 16.734, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, com 02 (duas) áreas a UNIFICAR sendo uma sob matrícula 13.062 com área de 25.391,25 m² (vinte e cinco mil, trezentos e noventa e um metros e vinte e cinco décimos quadrados), e outra sob matrícula 16.734 com área de 12.600,00 m² (doze mil e seiscentos metros quadrados), ficando com área total de 37.991,25 m² (trinta e sete mil, novecentos e noventa e um metros e vinte e cinco décimos quadrados), confrontando-se a FRENTE com a Rua Getúlio Vargas em 183,00 metros, aos FUNDOS com terras da Paróquia Evangélica de Trombudo Central em 180,00 metros, do LADO DIREITO com terras de Fritz Schütte e a Rua Erich Dietrich em 220,00 metros, e do LADO ESQUERDO com o lote "C" em 33,00 e 15,00 metros e com terras de Frederico Niggemann em 175,00 metros.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

DECRETO 161/14

DECRETO 161/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA De 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 30.000,00

10 SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
10.01 DEPARTAMENTO DE CULTURA
10-01.13.391.0011.2.042-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

10 SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO
10.01 DEPARTAMENTO DE CULTURA
10-01.13.391.0011.2.042-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 10.000,00

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

DECRETO 162/14

DECRETO 162/14 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia a Comissão de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal, referente ao exercício de 2014.

REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosalina Brandl

Fabiana da Croce

REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lais França Kniess

Monica Denzer

Fatima Aparecida do Amarante Coelho Alves

Raquel dos Santos Pupitz

REPRESENTANTES DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Neide Aparecida Füechter Schweder

Eni da Silva

REPRESENTANTES DOS GESTORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Catia Regina Marangoni Geremias

Glauca Jaqueline Bodemüller Marcelino

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Eduardo Brandl

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Michelle Souza de Oliveira Bogo

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

DECRETO 163/14

DECRETO 163/14 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA VALORES DAS TAXAS DE LICENÇA AMBIENTAL PARA CORTE E SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, ATIVIDADES DE PEQUENO PORTE POTENCIALMENTE POLUIDORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 52, item V da Lei Orgânica do Município e Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 140/2011;

CONSIDERANDO o Termo de Delegação de Atribuições nº 073/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio de sua Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SDS e Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Município de Trombudo Central;

DECRETA:

Art. 1º - Fixa os valores das Taxas de Licenças Ambientais previstas na Lei Estadual nº 15.940/2012 e, fixa os valores para Corte e Supressão de Vegetação, atividades de pequeno porte potencialmente poluidoras na Lei Estadual nº 14.262/2007 que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais e, a Resolução do CONSEMA nº 14/2012, conforme tabelas abaixo descritas:

TABELAS DE ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CADASTRADAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

TABELA I

		POTENCIAL POLUIDOR DEGRADADOR GERAL		
		P	M	G
PORTE DO EMPREENHIMENTO	P	P.P	P.M	P.G
	M	M.P	M.M	M.G
	G	G.P	G.M	G.G

TABELA II

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$)									
	CLASSE								
LICENÇAS	P.P	M.P	P.M	M.M	G.P	P.G	M.G	G.M	G.G
LAP	198,19	350,00	611,56	1.067,94	1.601,91	1.868,10	2.669,86	3.267,29	5.715,97
LAI	493,03	870,68	1.521,35	2.656,68	3.985,02	4.647,19	6.641,70	8.127,92	14.219,42
LAO	986,07	1.741,38	3.042,73	5.313,42	7.970,12	9.294,48	13.283,54	16.256,00	28.439,12
TOTAL	1.677,29	2.962,06	5.175,64	9.038,04	13.557,06	15.809,77	22.595,10	27.651,21	48.374,51

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AUA/CERTIDÕES	R\$ 64,80
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AUA/SUÍNOCULTURA	R\$ 35,35

TABELA III

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS ANUAL EM REAIS (R\$), PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS.

CLASSE						
I		II		III		
A	B	A	B	A	B	
P.P ou M.P	P.M	M.M ou G.P	P.G	M.G ou G.M	G.G	

LAP	R\$ 195,75	R\$ 223,88	R\$ 360,90	R\$ 433,08	R\$ 721,81	R\$ 866,18
LAI	R\$ 541,97	R\$ 649,39	R\$ 1.082,72	R\$ 1.299,27	R\$ 987,16	R\$ 2.598,54
LAO	R\$ 360,91	R\$ 433,08	R\$ 721,81	R\$ 866,18	R\$ 1.443,64	R\$ 1.732,37
TOTAL	R\$ 1.098,63	R\$ 1.188,52	R\$ 2.165,44	R\$ 2.598,53	R\$ 4.330,91	R\$ 5.197,09

§ 1º Ficam fixados ainda os valores em UFM - Unidade Fiscal Municipal, para corte de vegetação, limpeza de terrenos e recolha de animais vivos ou mortos:

I - Poda de árvore - 1,1 UFM;

II - Roçada de terreno com área de até 500 m² - 1,37 UFM;

III - Limpeza de terreno baldio de até 500 m² - 1,92 UFM;

IV - Recolha e destino final de animal vivo ou morto, a cada 50 Kg - 1,1 UFM;

V - Recolha de lixo excedente e permissível (maior que 35 kg), com características urbanas, especialmente da coleta pública, a cada tonelada - 2,75 UFM.

§ 2º Fórmula para cobrança de valores pelos serviços de autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal:

Pr (R\$) - 100,00 + 0,03 × AM para zona urbana

Pr (R\$) - 80,00 para zona rural em que AU ≤ 3,0 ha

Pr (R\$) - 100,00 + 20 × AU para zona rural com AU de 3,0 até 50,0 ha

Pr (R\$) - 100,00 + 50 × AU para zona rural com AU acima de 50,0 ha

Pr (R\$) - 55,00 para árvores mortas ou caídas que acarretem risco

Pr (R\$) - 100,00 para corte eventual (15 m³ ou 20 unidades).

§ 3º Fórmula para cobrança de valores pelos serviços de autorização de corte de vegetação - AuC, para florestas plantadas em áreas protegidas (APP, UC, etc), com recomposição vegetal:

Pr (R\$) - 100,00 para AU até 3,0 ha

Pr (R\$) - 100,00 + 20 × AU para área útil em hectare de 3,0 até 10,0 ha

Pr (R\$) - 100,00 para área útil em hectare acima de 10,0 ha

Legenda:

AU - área útil

AM - área em metros quadrados

§ 4º Para os Cadastros de Conformidade Ambiental - CCA, fica estipulada a taxa de 1,48 UFM;

§ 5º O prazo de validade das licenças será de:

I - da Licença Prévia (LAP) é de até 06 (seis) meses, podendo ser renovada;

II - da Licença de Instalação (LAI) é de até 01 (um) ano, podendo ser renovada;

III - da Licença de Operação (LAO) é de até 04 (quatro) anos, e deverá ser solicitada a renovação em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.

§ 6º Para as empresas já instaladas e previamente licenciadas pelo órgão Estadual e/ou Municipal competente, será cobrado apenas a renovação do licenciamento de operação (LAO). "(NR)"

Art. 2º - As taxas previstas neste Decreto, serão cobradas no ato do requerimento das respectivas licenças, observando-se o nível de enquadramento da atividade da empresa ou empreendimento, conforme tabelas 1 e 2.

Parágrafo Único. Ficam isentos do pagamento das taxas previstas neste Decreto, os órgãos da administração pública municipal, as instituições de Educação e Assistência Social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei, e as entidades da utilidade pública, reconhecidas Poe Lei Municipal. "(NR)"

Art. 3º - Caberá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças a cobrança das taxas de Licenças Ambientais e, a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente a expedição das Licenças Ambientais. "(NR)"

Art. 4º - As Licenças Ambientais serão concedidas mediante solicitação junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, após análise prévia das atividades. "(NR)"

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 164/14

DECRETO 164/14 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

ATUALIZA TRIBUTOS, TABELAS E DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar 1.261/2000 de 28 de Dezembro de 2000.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam atualizados todos os tributos, tabelas, valores de referência e demais receitas do Município para o exercício de 2015, conforme índices do INPC (IBGE) - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, na correção de 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento).

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 165/14

DECRETO 165/14 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR).

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei nº 1432 de 15 de Julho de 2005.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Nomeados os membros titulares e suplentes que irão compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), conforme abaixo descritos:

a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Tania Bini Azevedo Waltrick

Suplente: Liliane Kruger Westphal

b) Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Leirson Vicente

Suplente: Giovani dos Santos

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trombudo Central

Titular: Vilmar da Silva

Suplente: Antônio Cuchi

d) EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

Titular: Reiner Prochnow

Suplente: Leonir Claudino Lanznaster

e) CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

Titular: Luiz Claudio Todeschini

Suplente: Raul Imhof Júnior

f) Comunidade de Pouso da Caixa

Titular: Arlindo Silverio Bleichvel

Suplente: Hilário Fabris

g) Comunidade da Fruteira

Titular: Henrique dos Santos

Suplente: Eduardo Müller

h) Comunidade de Bracatinga I

Titular: Antônio Bodemüller

Suplente: Fátima de Lourdes Mariotto da Silva

i) Comunidade de Bracatinga II

Titular: Vilma Inácio Hunckel

Suplente: Rufino Petry

j) Comunidade de Valada Prada

Titular: Laercio Sidney Norenberg

Suplente: Raquel Eifler Norenberg

k) Comunidade de Palhocinha

Titular: Ademir Alves

Suplente: Alvaro Back

l) Comunidade de Sabugueiro

Titular: Darci Gazaniga

Suplente: José Pedro Camilo

m) Comunidade de Km 05

Titular: Janiffer Bennert

Suplente: Jonathan Bennert

n) Comunidade de Km 10

Titular: Ingrida Bechtold

Suplente: Max Krüger

o) Comunidade de Ribeirão Kindel

Titular: Rubens Dahlke

Suplente: Fritz Göde

p) Comunidade de Vila Teodoro

Titular: Loriberto Luchtenberg

Suplente: Horst Sommerfeld

Art. 2º - A nova diretoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) ficou assim constituída:

Presidente : Laercio Sidney Norenberg

Vice-Presidente: Arlindo Silvério Bleichvel

Secretária: Jeniffer Bennert

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 02 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume e na data supra.

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

DECRETO 166/14

DECRETO 166/14 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA De 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

10 SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO

10.01 DEPARTAMENTO DE CULTURA

10-01.13.391.0011.2.042-3.3.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

10 SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO

10.01 DEPARTAMENTO DE CULTURA

10-01.13.391.0011.2.042-3.1.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

DECRETO 167/14

DECRETO 167/14 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 012/2014 PARA ADMISSÃO DE MERENDEIRAS/FAXINEIRAS, PARA COBRIR FÉRIAS DE SERVIDORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E, ATENDER NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DURANTE O ANO LETIVO DE 2015 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Edital 012/2014, para admissão em caráter temporário de Merendeiras/Faxineiras, ano letivo de 2015, conforme abaixo descrito:

CANDIDATO	PONT. PROVA	CONHEC ESPECÍF	ESCOLARIDADE	Nº FILHOS	IDADE	CLASSIF
Maria de Lourdes Miles	08	06	Ensino Fundamental	01	43	1º
Simone Leodoro Ribeiro Gomes Melo	08	06	Anos Iniciais	03	34	2º
Lucimara Bilk Kroenke	07	06	Ensino Fundamental	02	29	3º
Chalana Santiago	07	06	Ensino Fundamental	01	28	4º
Renata da Silva Porto	07	06	Ensino Fundamental	01	21	5º
Elaine Ramos dos Santos	07	06	Anos Iniciais	05	32	6º
Eliane Ella Kruger	06	05	Ensino Médio	-	40	7º
Adriana Pinheiro Vieira Samagaia	06	05	Ensino Fundamental	02	30	8º
Salette Barbosa da Silva	06	05	Anos Inicias	01	51	9º
Nilza Ribeiro Gomes	06	05	Anos Iniciais	-	45	10º
Marise Marian	05	05	Ensino Fundamental	01	34	11º
Ivandina Ribeiro dos Santos	05	04	Anos Iniciais	01	46	12º
Maria Marlene Amaro	05	03	Anos Iniciais	01	55	13º
Marly Aparecida Seide	04	03	Anos Iniciais	-	58	14º
Andreia Luciana Meurer de Souza Schlemper	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA					
Cris Maycleide da Rosa	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA					

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

DECRETO 168/14

DECRETO 168/14 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA De 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07-01.10.301.0005.2.027-3.1.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

LEI 1859

LEI 1859 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a Conceder recursos financeiros na ordem de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) a título de subvenção social, à ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TROMBUDO CENTRAL, entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ Nº 83.783.381/0001-50, estabelecida na Avenida Arthur Müller, s/nº, Bairro Botafogo, neste Município e Comarca de

Trombudo Central.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo anterior, destinam-se ao aporte financeiro na manutenção da entidade e de suas iniciativas.

Art. 3º - A despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.01 - Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção da estrutura burocrática da Secretaria de Administração e Finanças

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00-0117 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - A entidade deverá efetuar prestação de contas junto ao Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

LEI 1860

LEI 1860 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXAS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder baixas de bens móveis integrantes no Patrimônio Público do Município, bens relacionados no anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato de que os bens são inservíveis ao serviço público municipal.

Artigo 2º - Os bens deverão atender ao relatório da Comissão de Avaliação para fins de transferência, de cessão, de alienação ou outras formas de desfazimento.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO
Lei 1860 de 10 de Dezembro de 2014

DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA PATRIMÔNIO
Televisor CCE 29"	1136
Lava Jato Black & Decker	1100
Fogão a gás Esmaltec, modelo Alvorada	2974
Climatizador de Ar Canyon, 12.0000 btus.	3339
Monitor Positivo 15", cor preta	0046
Balcão pia em MDF, 2portas, 4 gavetas, cor branca	2544
Mesa p/escritório em fórmica c/ chave, 3 gavetas, cor marrom	2323
Mesa professor em fórmica, 4 pés	0089
Carteira escolar em fórmica	0371
Carteira escolar em fórmica	0328
Carteira escolar em fórmica	0619
Carteira escolar em fórmica	0273
Cadeira pré-escolar tamanho 03, amarela (governo federal)	4053
Cadeira pré-escolar tamanho 03, amarela (governo federal)	4055
Cadeira pré-escolar tamanho 03, amarela (governo federal)	4060
Cadeira escolar em fórmica	0837
Cadeira escolar em fórmica	0857
Cadeira escolar em fórmica	0819
Cadeira escolar em fórmica	0814
Cadeira escolar em fórmica	0637
Cadeira escolar em fórmica	0692
Cadeira escolar em fórmica	0554
Cadeira escolar em fórmica	0348
Cadeira escolar em fórmica	0344
Cadeira escolar em fórmica	0590
Cadeira escolar em fórmica	0200
Cadeira escolar em fórmica	0246
Cadeira escolar em fórmica	0241
Cadeira escolar em fórmica	0190
Cadeira escolar em fórmica	0207
Cadeira escolar em fórmica	0586

Trombudo Central, 10 de Dezembro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

LEI 1861

LEI 1861 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 38, § 6º da Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 76, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2015 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2015, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Vigente.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; ou

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades, Consórcios Públicos ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

II - consórcios públicos (MA 71);

III - execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (MA 72);

IV - aplicação direta (MA 90); e

V - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

VI - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades

Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público

do qual o Ente Participe(MA 93);

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades

Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público

do qual o Ente Não Participe (MA 94);

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Texto da Lei

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e
b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2008, 2009 e 2010;

VI - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10º Os Fundos Municipais poderão ser constituídos como unidades gestoras ou como unidades orçamentárias, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas à seus objetivos, identificadas

em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a seu Servidor.

Art. 11º Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12º Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13º Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15º Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16º A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2015 a, no máximo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17º Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18º O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19º Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20º A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21º Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à Lei municipal que a der causa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda duas vezes ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos

de transferências voluntárias e operações de crédito .

Art. 23º Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art. 24º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 25º A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Seção II

Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 26º As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2015 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 27º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2015 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão serem feitas através Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

§ 2º O ato que promova o crédito suplementar usando como fonte de recursos o excesso de arrecadação deverá ser motivado através de exposição de motivos contendo informações relativas a:

I - previsão Inicial de Receitas, por fonte de recursos,
II - metas bimestrais de arrecadação da fonte a ser utilizada;
III - receitas efetivamente arrecadadas até o mês considerado; e
IV - valores Já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta do superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2014, por fonte de recursos;
II - créditos reabertos no exercício de 2015;
III - valores já utilizados em créditos adicionais, aberto ou em tramitação; e
IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, por fonte de recursos,

Art. 28º Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta Lei.

Art. 29º Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Relatório de Metas e Prioridades de Despesas por Programa - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único. Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 30º Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Seção III

Da destinação de recursos ao setor privado e a pessoas físicas

Art. 31º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação e preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em Lei específica;

II - tenha inscrição como entidade beneficente de assistência social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do município de Trombudo Central; ou

III - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 32º A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será

destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2015;

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual; ou

IV - sejam qualificadas como OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 33º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no município de Trombudo Central;;

II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito

ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;

III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;

IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

V - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência;

VI - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

VIII - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrada como entidade beneficente de assistência social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do município de Trombudo Central.

Art. 34º A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964.

Art. 35º Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 31, 32, 33 e 34 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997 e da Instrução Normativa nº TC-14/2012 dependerá ainda de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congêneres;

II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2015 por 2 (duas) autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII- manutenção de escrituração contábil regular; e

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 36º O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta-corrente, em banco oficial.

§ Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37º A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 38º A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 39º Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40º Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 41º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42º O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para

reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 43º Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 44º Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45º O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 46º Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 47º O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48º O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 49º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 51º O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 52º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Dezembro de 2014.

GILMAR MACIEL DOS SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

LEI 1862

LEI 1862 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de SANTA Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei.

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral para o município de Trombudo Central para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 20.245.615,13 (vinte milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quinze reais e treze centavos), sendo R\$ 16.270.755,24 (dezesseis milhões, duzentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) do orçamento fiscal e, R\$ 3.974.859,89 (três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos) do orçamento da seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do município para o exercício de 2015 estima receita em R\$ 20.245.615,13 (vinte milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quinze reais e treze centavos) e fixa despesa do Poder Executivo e Legislativo em R\$ 19.335.615,13 (dezenove milhões, trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quinze reais e treze centavos) e R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais) respectivamente.

Parágrafo Único. A Despesa Geral do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 – Câmara Municipal de Vereadores	910.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	309.848,76
03 – Secretaria Municipal de Administração	2.982.484,99
04 – Secr. Municipal de Educação Cultura e Esportes	5.943.567,12
05 – Secr. Munic. Transp., Obras e Serviços urbanos	2.449.193,39
06 – Secr. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente	857.106,70
07 – Secretaria da Saúde (Fundo)	2.778.447,09
08 – Secr. De Assistência Social e Habitação	1.365.876,38
09 – Secretaria de Planejamento	2.124.490,70
10 – Secretaria da Cultura e Turismo	524.600,00
TOTAL	20.245.615,13

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Legislativa	910.000,00
04 – Administração	3.005.521,12
06 – Segurança Pública	347.043,33
08 – Assistência Social	1.194.412,80
10 – Saúde	2.778.447,09
12 – Educação	5.811.798,53
13 – Cultura	454.600,00
14 – Direitos da Cidadania	151.000,00
15 – Urbanismo	2.809.321,88
16 – Habitação	20.463,58
17 – Saneamento	266.742,87
18 – Gestão Ambiental	1.647,62
20 – Agricultura	855.459,08
23 – Comércio e Serviços	70.000,00
24 – Comunicação	21.200,00
26 – Transporte	1.300.188,64
27 – Desporto e Lazer	131.768,59
28 – Encargos Especiais	116.000,00
TOTAL	20.245.615,13

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001 – Legislativo em Ação	910.000,00
0002 – Gestão Administrativa Superior	309.848,76
0003 – Administração Geral	2.876.484,99
0004 – Educação para Todos	5.943.567,12
0005 – Saúde para Todos	2.778.447,09
0006 – Cidade para Todos	2.449.193,39
0007 – Agricultor Assistido	857.106,70

0008 – Habitação de Interesse Social	20.463,58
0009 – Criança Assistida	151.000,00
0010 – Reserva de Contingência	106.000,00
0011 – Cultura e Turismo	524.600,00
0012 – Promoção Assistencial	1.194.412,80
0013 – Planejamento Urbano	2.124.490,70
TOTAL	20.245.615,13

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	17.022.257,96
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	10.161.454,58
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	7.831,02
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	6.832.972,36
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.137.357,17
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	3.049.009,50
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	88.347,67
9.9.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	106.000,00
Total Geral	20.245.615,13

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura para o exercício de 2015 estima Receita em R\$ 19.472.038,94 (dezenove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, trinta e oito reais e noventa e quatro centavos) e fixa despesa em R\$ 16.557.168,04 (dezesseis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e oito reais e quatro centavos) e transferências financeiras para o Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 2.004.870,90 (dois milhões, quatro mil, oitocentos e setenta reais e noventa centavos) e para a Câmara Municipal de Trombudo Central no valor de R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais).

Art. 4º - A receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e outras receitas correntes de capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros em anexo, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	19.612.726,55
1.1 – Receita Tributária	1.480.405,41
1.2 – Receitas de Contribuições	252.280,00
1.3 – Receita Patrimonial	57.510,74
1.4 – Receita Agropecuária	23.023,91
1.5 – Receita de Serviços	96.089,18
1.6 – Transferências Correntes	17.272.007,54
1.7 – Outras Receitas Correntes	431.409,77
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.290.969,85
2.1 – Operação de Crédito	121.900,00
2.2 – Alienação de Bens	25.000,00
2.3 – Amortização de Empréstimo	0,00
2.4 – Transferência de Capital	2.144.069,85

3. DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE	(2.431.657,46)
TOTAL DA RECEITA	19.472.038,94

§ 1º Da classificação da Despesa por função:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04 – Administração	3.005.521,12
06 – Segurança Pública	347.043,33
08 – Assistência Social	1.194.412,80
12 – Educação	5.811.798,53
13 – Cultura	454.600,00
14 – Direitos da Cidadania	151.000,00
15 – Urbanismo	2.809.321,88
16 – Habitação	20.463,58
17 – Saneamento	266.742,87
18– Gestão Ambiental	1.647,62
20 – Agricultura	855.459,08
23 – Comércio e Serviços	70.000,00
24 – Comunicação	21.200,00
26 – Transporte	1.300.188,64
27 – Desporto e Lazer	131.768,59
28 – Encargos Especiais	116.000,00
Total	16.557.168,04
Transferências Financeiras	2.914.870,90
Total	19.472.038,94

§ 2º - Da classificação segundo a natureza

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	13.425.200,87
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	8.052.883,40
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	7.831,02
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	5.364.486,45
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.025.967,17
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	2.937.619,50
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	88.347,67
9.9.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	106.000,00
Sub-total	16.537.168,04
Transferências Financeiras	2.914.870,90
Total Geral	19.472.038,94

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima Receita em R\$ 773.576,19 (setecentos e setenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezenove centavos) complementado com transferências financeiras previstas em R\$ 2.004.870,90 (dois milhões, quatro mil, oitocentos e setenta reais e noventa centavos) e fixa despesa em R\$ 2.778.447,09 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e nove centavos).

Art. 6º - A receita da Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DA

SAÚDE será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros em anexo, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	715.486,19
1.1 – Receita Tributária	7.420,00
1.7 – Transferências Correntes	708.066,19
2. RECEITAS DE CAPITAL	58.090,00
2.2 – Alienação de Bens	55.970,00
2.4 – Transferência de Capital	2.120,00
Transferências Financeiras	2.004.870,90
TOTAL DA RECEITA	2.778.447,09

§ 1º Da classificação da Despesa por função:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	2.778.447,09
TOTAL	2.778.447,09

§ 2º - Da classificação segundo a natureza

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.697.057,09
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.628.571,18
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.068.485,91
4.0.00.00 – Despesas de Capital	81.390,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	81.390,00
Total Geral	2.778.447,09

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 7º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2015 estima Receita em R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais) e fixa despesa em igual valor.

Art. 8º A receita da Unidade Gestora Câmara Municipal de Vereadores será realizada mediante a Transferência Financeira de duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, conforme estabelece o inciso I, do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e artigo 168 da Constituição Federal, discriminada nos quadros em anexo, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Transferências Financeiras	910.000,00
TOTAL DA RECEITA	910.000,00

§ 1º Da classificação da Despesa por função:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Legislativa	910.000,00
TOTAL	910.000,00

§ 2º - Da classificação segundo a natureza

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	900.000,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	480.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	400.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	30.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	30.000,00
Total Geral	910.000,00

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 9º - Os Recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas a menor, conforme tabela abaixo:

UNIDADE GESTORA PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. – Passivos Contingentes	56.000,00
2. – Demais riscos fiscais passivos	50.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feito por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados no caput do presente artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

§ 3º - Os recursos da reserva de contingência destinadas ao evento "demais riscos fiscais passivos" serão utilizadas por ato do chefe do Poder Executivo, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Art.10º - Fica o Executivo Municipal Autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto/atividade.

Art. 11º - O Executivo Municipal estará autorizado, nos termos do Art.7º da lei federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (quarenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada umas das unidades gestoras utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

e

II - O superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

§ único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizadas nesta Lei como recursos vinculados a destinações oriundas da transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de créditos Alienações de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante

ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, Parágrafo 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa, nos termos do que preceitua a Legislação vigente.

§ 2º - O controle da execução Orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos conforme dispostos nos artigos 8º, 42 e 50,I da LRF.

Art. 13º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o remanejamento das modalidades de aplicação e das fontes de recursos, através de Decreto, nos casos em que a execução da ação prevista no Projeto/atividade se mostre viável através de modalidade de aplicação e fonte de recurso diversa daquela prevista originalmente, desde que garantido o equilíbrio entre fontes na execução da despesa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.14º - Durante o Exercício de 2015, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Créditos para financiamento de programas priorizados nesta Lei, mediante Autorização do Poder Legislativo e, também, realizar a incorporação de receitas de operações de crédito e suas respectivas despesas através de crédito adicional, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 15º - A Presente lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

LEI 1863

LEI 1863 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO E CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AO HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER: A todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio e conceder auxílio financeiro ao Hospital Trombudo Central, no valor de R\$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais) mensais, objetivando a manutenção do plantão médico.

Art. 2º - O valor do repasse de que trata o Art. 1º será condicionado ao atendimento regular, sendo que, quando em algum período, quais sejam, noturno entre (19:00 as 07:00) horas durante a semana, feriados e finais de semana não houver plantão, será efetuado o desconto proporcional do mesmo, mediante comprovação de relatório enviado aos órgãos competentes, sendo eles o Poder Executivo, Poder Legislativo ou Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 3º - O Convênio de que se trata o Artigo primeiro dar-se-á no período compreendido entre Janeiro de 2015 à Dezembro de 2015.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

LEI 1864

LEI 1864 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER: a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar para a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE TROMBUDO CENTRAL, CNPJ Nº 10.677.139/0001-28 o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais, a título de subvenção social, tendo como finalidade a manutenção das atividades educativas dos associados.

Art. 2º - Consideram-se subvenções, para os efeitos desta Lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

- Subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.

Art. 3º - O repasse mensal será efetuado junto à conta corrente da Associação, até o quinto dia útil do mês subsequente, a partir do mês de Fevereiro de 2015 até o mês de Dezembro de 2015.

Parágrafo Único - O repasse não será efetuado, se a Associação deixar de entregar até o dia 01 de cada mês a prestação de contas do mês anterior e fica automaticamente suspenso, se a Associação por ventura deixar de existir.

Art. 4º - Ficam os Estudantes favorecidos com a subvenção e que estejam frequentando o curso superior, comprometidos a entregarem na Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza deste município e Comarca, os respectivos TCC's, que servirão de base para estudos de alunos que utilizam a referida Biblioteca.

Parágrafo Único - Ficam, portanto os estudantes obrigados a entregarem declaração assinada do comprometimento ora assumido.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária:

0301 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
2003 - Manutenção da Estrutura Burocrática da Secretaria da Administração
3.3.50 - Aplicações Diretas

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de Dezembro de 2014.
SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

LEI 1865

LEI 1865 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE TROMBUDO CENTRAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Município de Trombudo Central a firmar convênio de cooperação com os municípios de Atalanta, Agrolândia, Braço do Trombudo e Agronômica, com a finalidade específica de construção da nova sede do quartel do Corpo de Bombeiros Militar. Art. 2º - Ao final da obra, a edificação deverá ser incorporada ao patrimônio de cada Município, proporcionalmente ao percentual de aporte financeiro disponibilizado por cada ente conveniado.

Parágrafo Único. Fica ressalvado da incorporação proporcional, o patrimônio exclusivo do Município de Trombudo Central, sendo, 01 (um) terreno urbano sem benfeitorias, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº R-1/16.183 - imóvel permutado nos termos da Lei Municipal de 1789 de 31 de Julho de 2013.

Art. 3º - Os recursos serão à conta das receitas das taxas de segurança preventiva contra incêndio, arrecadados no âmbito de cada Município, sendo que no Município de Trombudo Central, celebrou-se por conta do convênio nº 9.830/2012-2 com o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 4º - A validade de cada convênio de cooperação, será o mesmo do convênio de cada Município com o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar, ou até a conclusão da obra.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

LEI 1866

LEI 1866 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O ART. 4º DA LEI 1481 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (CMMA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Artigo 4º da Lei 1481 de 24 de Novembro de 2006, que passará a ter a seguinte redação:

Artigo 4º - O CMMA será composto, de forma paritária, por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, a saber:

Representantes do Poder Público:

- 1) Representantes do Poder Executivo Municipal;
- 2) Representantes da Secretaria Municipal do Planejamento Urbano;
- 3) Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte;
- 4) Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Representantes da Sociedade Civil Organizada:

- 1) Representantes da Associação dos Piscicultores;
- 2) Representantes da Associação Empresarial de Trombudo Central;
- 3) Representantes dos Sindicatos;
- 4) Representantes da Associação de Agricultores de Trombudo Central.

Art. 2º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

LEI 1867

LEI 1867 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS AO CLUBE DE MÃES DONA ALICE DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER: A todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a Seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar ao CLUBE DE MÃES DONA ALICE de Trombudo Central, o valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) tendo como finalidade a manutenção das atividades do Clube.

Art. 2º - O repasse mensal será efetuado junto à conta corrente do

Clube até o quinto dia útil de cada mês, no período compreendido entre Fevereiro de 2015 à Dezembro de 2015.

Art. 3º - Condiciona-se ao Clube de Mães a prestação de contas até o dia 10 de cada mês subsequente ao repasse.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

LEI 1868

LEI 1868 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a Conceder recursos financeiros na ordem de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais, a título de subvenção social, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E PROFESSORES DO GRUPO DE DANÇAS KORPUS STUDIO DANCE, entidade de direito privado, cadastrada no CNPJ Nº 08.924.273/0001-34, estabelecida na Avenida Francisco Roesch, s/nº, Bairro Vila Nova, neste Município e Comarca de Trombudo Central.

Art. 2º - Os recursos de que trata o artigo primeiro, aplicam-se ao custeio da entidade beneficiada, que dentre demais obrigações, objetiva o custeio de profissional qualificado.

Art. 3º - O repasse mensal será efetuado até o quinto dia útil de cada mês, no período compreendido entre Março de 2015 até Dezembro de 2015.

Art. 4º - A despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.01 - Secretaria de Administração
Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção da Estrutura Burocrática da Secretaria de Administração e Finanças
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 117 - Recursos Ordinários.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 565/14

PORTARIA 565/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ELIMERI APARECIDA VENÂNCIO SCHLATTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença para tratamento de saúde pelo período de 14 (quatorze) dias, conforme atestado médico emitido em 23 de Novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à data de 23 de Novembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

LUIZ CARLOS FACHINI

Secretário da Cultura e do Turismo

PORTARIA 566/14

PORTARIA 566/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) referente a 01½ (uma diária e meia), para custeio de alimentação e hospedagem ao servidor público municipal Sr. CELSO MARCELINO, que estará participando do 2º Encontro Catarinense de Controladores Internos Municipais, nos dias 09 e 10 do mês de Dezembro do corrente ano, no Município de Florianópolis - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 567/14

PORTARIA 567/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
RENAMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com base nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 816/90 de 31 de Outubro de 1990 e no Decreto nº 007/2003 de 05 de Fevereiro de 2003.

RESOLVE:

Artigo 1º - RENAMEIA a comissão de avaliação dos servidores públicos municipais em estágio probatório na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo descritos:

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK - Secretária Municipal da Saúde Interina

FERNANDA DA SILVA - Psicóloga

VERLANI CORREIA - Auxiliar Administrativo

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Novembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

PORTARIA 568/14

PORTARIA 568/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1798 de 08 de Outubro de 2013, Art. 2º, Anexo II, que altera a Lei Complementar nº 1.479/2006 de 28 de Setembro de 2006 e suas alterações...

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. JOSÉ DIRCEU BOMBÍLIO para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Meio Ambiente, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 01 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no lugar de costume e na data supra.

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 569/14

PORTARIA 569/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o atestado médico comprobatório de estágio gestação encaminhado ao Departamento Pessoal;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. DANIELE DUARTE DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de professora - ACT, com carga horária de 20:00 horas semanais, suplementada em 20:00 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 20 de Dezembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 570/14

PORTARIA 570/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o atestado médico comprobatório de estágio gestação encaminhado ao Departamento Pessoal;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. REGIANE SANTOS STINGHEN, ocupante do cargo de provimento temporário de professora - ACT, com carga horária de 20:00 horas semanais, suplementada em 20:00 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 20 de Dezembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 571/14

PORTARIA 571/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o atestado médico comprobatório de estágio gestação encaminhado ao Departamento Pessoal;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. JULIANA BARCHFELD, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30:00 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 20 de Dezembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 572/14

PORTARIA 572/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor público municipal Sr. MARCONDES SILVEIRA DE SOUZA CARVALHO, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 19 de Dezembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 573/14

PORTARIA 573/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. CRISTIANE SOMMERFELD, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a partir de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 19 de Dezembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 574/14

PORTARIA 574/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. LUISA GESSI RIPPEL, para exercer o cargo de provimento temporário de Psicóloga, até a data de 31 de Dezembro de 2015, ou até a realização de concurso público para efetivação do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

PORTARIA 575/14

PORTARIA 575/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. SUELEN REGUEIRA, para exercer o cargo de provimento temporário de Psicóloga, face a licença temporária da servidora pública municipal efetiva Sra. ELISANGELA RODHEN HOBUS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

PORTARIA 576/14

PORTARIA 576/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho do servidor público municipal Sr. EDER JÚNIOR INÁCIO, para exercer o cargo de provimento temporário de Operador de Máquina, face a licença para

tratamento de saúde do servidor público municipal, até a data de 31 de Dezembro de 2015, ou até a realização de concurso público para efetivação do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 577/14

PORTARIA 577/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho do servidor público municipal Sr. VANDERLEI PEREIRA, para exercer o cargo de provimento temporário de Operador de Máquina, face a licença para tratamento de saúde do servidor público municipal, até a data de 31 de Dezembro de 2015, ou até a realização de concurso público para efetivação do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 578/14

PORTARIA 578/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. ELENIEZI AUERICA ANDRADE ALMEIDA, para exercer o cargo de provimento temporário de Auxiliar de Odontólogo, até a data de 31 de Dezembro de 2015, ou até a realização de concurso público para efetivação do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 579/14

PORTARIA 579/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho do servidor público municipal Sr. BRUNO HOCHAPFEL, para exercer o cargo de provimento temporário de Médico - PSF, até a data de 31 de Dezembro de 2015, ou até a realização de concurso público para efetivação do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 580/14

PORTARIA 580/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ELISANGELA RODHEN HOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, a concessão de 03 (três) meses de licença Prêmio por assiduidade, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2009 a 01/07/2014, a partir de 31 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de Dezembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Dezembro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE
Secretária de Assistência Social e Habitação

PORTARIA 581/14

PORTARIA 581/14 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ENI DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27/02/2008 a 27/02/2013, para o mês de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de Dezembro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 582/14

PORTARIA 582/14 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE À MULTA DE TRÂNSITO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º- Atribuir responsabilidade referente a multas de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de Dezembro do corrente ano, ao infrator e a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
FREDEMAR CÂNDIDO	MLK - 9476	R263261492	68,10

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro, será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas a serem descontadas para pagamento da multa, não podendo as parcelas ultrapassar 30% (trinta por cento) do salário.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de Dezembro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

VALDENIR SANDRINI
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA 583/14

PORTARIA 583/14 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO, o término do contrato de trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. BIANCA SCHULTZ, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 22 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 22 de Dezembro de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Dezembro de 2014.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 584/14

PORTARIA 584/14 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede a servidora pública municipal Sra. MARLI MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de Dezembro de 2014, conforme atestado médico emitido em 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 136/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 136/2014
Edital de Pregão Presencial nº 98/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por ITEM que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica.

Entrega dos envelopes às 8h15min do dia 08 de janeiro de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2014 CRAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2014
Edital de Pregão Presencial nº 99/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, para execução parcelada, para Contratação de empresa para desenvolver oficinas com o publico do CRAS, mais especificamente com o publico do Serviço de Convencia e Fortalecimento de vínculos nas diversas faixas etárias, através de monitores, conforme preconiza a tipificação dos Serviços Nacionais de Assistência Social desenvolver Curso referente "Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes de 12 a 17 anos, programa de desenvolvimento de empreendedores", em conformidade com as especificações constantes no anexo "I" neste Edital.

Entrega das propostas até às 14h15min do dia 08 de janeiro de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2014

Aviso de Licitação

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 21 de janeiro de 2015, até às 08h45min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a seleção de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia visando a sua contratação para: Execução da obra de pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) sobre macadame seco e sobre pedras poliédricas, drenagem pluvial e sinalização viária no acesso João Tiecher e na estrada municipal 432, totalizando 24.788,20 m²; com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, a ser executada na cidade de Vargeão, SC, com execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 18 de dezembro de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.383/14

DECRETO Nº 11.383/14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa servidora para responder pela Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora, VALDENICE MARIA SCHNEIDER, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Educação, no período de 02 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2015.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.384/14

DECRETO Nº 11.384/14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Declara a vacância de cargo que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como, no art. 100, VI da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, em virtude do falecimento de seu titular VALDEMAR GIAZZONI, ocorrido em 11 de dezembro de 2014, conforme Certidão de Óbito registrada no Cartório de Registro Civil, sob a matrícula nº 107946 01 55 2014 4 00018 016 0006581 30.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.385/14

DECRETO Nº 11.385/14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARIA LUCIA BIRNFELD PASCOALI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 050/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARIA LUCIA BIRNFELD PASCOALI, inscrita no CPF sob o 601.278.059-15, no RG nº 1.336.951 e no PIS/PASEP nº 107.04188.47-0, detentora da matrícula funcional nº 5344, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.377,46 (um mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.386/14

DECRETO Nº 11.386/14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor DARCI DE MORAIS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 051/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor DARCI DE MORAIS, inscrito no CPF sob o nº 386.083.679-04, no RG nº 5.585.386 e no PIS/PASEP nº 100.97993.92-9, detentor da matrícula funcional nº 969, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.131,81 (três mil, cento e trinta e um reais e oitenta e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.387/14

DECRETO Nº 11.387/14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, ao servidor AMILTON RAMOS DE OLIVEIRA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 048/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o servidor AMILTON RAMOS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 436.377.609-91, no RG nº 1.684.807 e no PIS/PASEP nº 107.79876.63-3, detentor da matrícula funcional nº 2359,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.571,63 (um mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.388/14

DECRETO Nº 11.388/14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora DEJANIRA DE SOUZA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 049/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora DEJANIRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o 528.469.389-20, no RG nº 859.913-0 e no PIS/PASEP nº 107.97289.53-1, detentora da matrícula funcional nº 1775, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.455,37 (um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.389/14

PORTARIA nº 1389/14
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.784/14;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade, de 120 (cento e vinte) dias, à servidora SAMANTA DE SOUZA BONATTO, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 30 de outubro de 2014 até 26 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de outubro de 2014.

Videira, 04 de novembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1519/14

PORTARIA nº 1519/14
Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora VIVIANA REGINA SOARES DOS SANTOS, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 01 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1531/14

PORTARIA nº 1531/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora IVANI MORO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 09 de junho de 2013 até 09 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1532/14

PORTARIA nº 1532/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor IVONEI DAMBROS, Profissional de Educação Física - Karate, da referência "B" para a referência "C", relativa ao período de avaliação de 10 de abril de 2013 até 10 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1533/14

PORTARIA nº 1533/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor JAIR CELSO CHEROBIN, Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 03 de junho de 2013 até 03 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1534/14

PORTARIA nº 1534/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora LORENI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA, Atendente de Creche, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2013 até 05 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1535/14

PORTARIA nº 1535/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARIA ANGELICA VANZ, Contadora, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 01 de junho de 2013 até 01 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1538/14

PORTARIA nº 1538/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MIGUEL ALBERTO VIECELLI, Analista de Nível Superior, da referência "B" para a referência "C", relativa ao período de avaliação de 15 de junho de 2013 até 15 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1539/14

PORTARIA nº 1539/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MOISES GONZAGA PENSO, Profissional de Educação Física - Judô, da referência "B" para a referência "C", relativa ao período de avaliação de 01 de abril de 2013 até 01 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1540/14

PORTARIA nº 1540/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor RICARDO DE MELLO MORO, Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 03 de junho de 2013 até 03 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1541/14

PORTARIA nº 1541/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ROSANA APARECIDA TRINDADE DO ROSÁRIO, Atendente de Creche, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 19 de junho de 2013 até 19 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1542/14

PORTARIA nº 1542/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora SILVIA ANGELINA MOSENA DOS SANTOS, Atendente de Creche, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 02 de junho de 2013 até 19 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1543/14

PORTARIA nº 1543/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELLI, Atendente de Creche, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 03 de junho de 2013 até 03 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 03 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1544/14

PORTARIA nº 1544/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora SUELEN APARECIDA ALVES PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 01 de junho de 2013 até 01 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 01 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1545/14

PORTARIA nº 1545/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, a servidora VANOLDA BATISTA DE ALMEIDA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 02 de junho de 2013 até 02 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 02 de dezembro de 2014.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1547/14

PORTARIA nº 1547/14

Autoriza o Uso de Bens Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 21104/14,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária (entre a sede do Corpo de Bombeiros Voluntários de Videira até a altura da Estação Ferroviária na margem esquerda), pela Sociedade Videirense de Beneficência, no dia 20 de dezembro de 2014, das 08h30min às 09h30min, a fim organizar o encontro dos integrantes da Campanha Natal Sem Fome 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1548/14

PORTARIA nº 1548/14

Revoga a Portaria nº 0491/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 30 de janeiro de 2015, a Portaria nº 0491/14, que designou GEMANIR FELCKILCKER BETU, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2015.

Videira, 18 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 169/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELAIS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 03/02/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 16 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 130/2014-PMV

Aditivo nº 130/2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 283/2012

Licitação: TP 38/2012

Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilhas e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento, importando aumento no percentual de 3,874% do valor total do contrato.

Valor: R\$ 38.770,37

Data: 01/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 131-2014-PMV

Aditivo nº 131/2014-PMV

Contrato/Ata nº: ATA 43/2014

Licitação: PR 35/2014

Contratada: POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do combustível (diesel comum e diesel S10), tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás em 06/11/2014, passando para R\$ 2,49/litro do óleo diesel comum e R\$ 2,59/litro do óleo diesel S10.

Data: 03/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 132-2014-PMV

Aditivo nº 132/2014-PMV

Contrato/Ata nº: ATA 163/2014

Licitação: PR 115/2014

Contratada: POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do combustível (óleo diesel S10), tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás em 06/11/2014, passando para R\$ 2,59/litro.

Data: 03/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 133-2014-PMV

Aditivo nº 133/2014-PMV

Contrato/Ata nº: ATA 06/2014

Licitação: PR 02/2014

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHO LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do combustível (gasolina comum e diesel comum), tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás em 06/11/2014, passando para R\$ 3,08/litro da gasolina comum e 2,49/litro do óleo diesel comum).

Data: 03/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 134-2014-FMEV

Aditivo nº 134/2014-FMEV

Contrato/Ata nº: ATA 09/2014

Licitação: PR 01/2014-FMEV

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHO LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do combustível (gasolina comum) tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás em 06/11/2014, passando para R\$ 3,08/litro.

Data: 03/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 135-2014-FMAS

Aditivo nº 135/2014-FMAS

Contrato/Ata nº: ATA 08/2014

Licitação: PR 01/2014-FMAS

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHO LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do combustível (gasolina comum) tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás em 06/11/2014, passando para R\$ 3,08/litro.

Data: 03/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 136-2014-FMS

Aditivo nº 136/2014-FMS

Contrato/Ata nº: ATA 07/2014

Licitação: PR 01/2014-FMS

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHO LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do combustível (gasolina comum e diesel comum), tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás em 06/11/2014, passando para R\$ 2,49/litro do óleo diesel comum e R\$ 3,08/litro da gasolina comum.

Data: 03/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 137-2014-FMS

Aditivo nº 137/2014-FMS

Contrato/Ata nº: ATA 166/2014

Licitação: PR 49/2014-FMS

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHO LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do combustível (óleo diesel S10), tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás em 06/11/2014, passando para R\$ 2,47/litro.

Data: 03/12/2014

TERMO ADITIVO Nº 138-2014-FMAS

Aditivo nº 138/2014-FMAS

Contrato/Ata nº: CT 332/2010

Processo: DL 08/2010-FMAS

Locador: ANTONIO RUBENS BARAN JUNIOR

Objeto: Modificação do prazo de prorrogação contido no Termo Aditivo nº 106/2014 com o seu conseqüente cancelamento, tendo em vista a discordância do locador com o prazo inicialmente definido, prorrogando o Contrato de Locação nº 332/2010 por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 01/10/2014 até 31/03/2015, no que se refere ao imóvel de 127 m² para uso do Departamento de Ação Social, e não prorrogação, cancelamento/rescisão parcial do Contrato no que se refere ao espaço de 218 m², tendo em vista a mudança do CREAS para outro endereço, conforme solicitações e justificativas do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 5.017,74

Data: 05/12/2014

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE - NOVEMBRO DE 2014

DECRETO 11.120/14

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU				4.485.338,56
1.2 - ITBI				1.952.537,20
1.3 - ISS				7.454.135,18
1.4 - IRRF				1.589.952,82
1.5 - FPM				17.045.350,87
1.6 - ITR				44.809,00
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO				124.856,30
1.8 - ICMS				32.055.943,26
1.9 - IPVA				6.169.878,91
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO				496.026,11
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				500.258,95
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS				359.437,36
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS				72.278.524,52
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)				10.841.778,68
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				4.618.885,68
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.233.842,96
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				424.666,58
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				331.337,00
TOTAL				18.450.510,90
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	10.841.778,68	11.714.165,55	16,21	872.386,87
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	6.852.728,64	5.077.603,02	74,10	-1.775.125,62
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	756.003,58	388.690,19	51,41	-367.313,39
TOTAL	18.450.510,90	17.180.458,76		-1.270.052,14

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 17 de Dezembro de 2.014.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 11 2014

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS NOVEMBRO/2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	4.485.338,56
1.2 - ITBI	1.952.537,20
1.3 - ISS	7.454.135,18
1.5 - IRRF	1.589.952,82
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	500.258,95
1.7 - Multas e Juros de Impostos	359.437,36
1.8 SOMA	16.341.660,07
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	
	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	17.045.350,87
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	124.856,30
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	32.055.943,26
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	496.026,11
1.14 - Cota-Parte do ITR - 20%	44.809,00
1.15 - Cota-Parte do IPVA - 20%	6.169.878,91
1.16 - Cota-Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	55.936.864,45
1.18 TOTAL	72.278.524,52

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	18.069.631,13
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	18.104.988,41
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	193.220,77
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	660.027,52
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.770.937,81
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	288.789,30
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.983.875,18
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	1.536.954,70
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	146.171,39

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	18.069.631,13	24.580.937,97	6.511.306,84
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		13.451.145,05	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		11.129.792,92	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	18.298.209,18	17.844.980,69	-453.228,49
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	10.978.925,51	13.692.357,01	2.713.431,50
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	7.319.283,67	4.152.623,68	-3.166.659,99
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	4.043.602,29	367.919,45	-3.675.682,84
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.683.126,09	1.300.292,87	-382.833,22

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,17%	-0,83%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	74,83%	14,83%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	22,69%	-17,71%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	18.104.988,41	11.187.124,42	6.917.863,99

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 12 de dezembro de 2014.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmir Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 18 de Dezembro de 2014, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 18/2014, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 18/12/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

10326.8 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001.00000	UN	LOTE 1 - MATERIAL ESCOLAR		1,00	14.005,25	14.005,25
00001.00001	UN	CADERNO ¼ BROCHURA, COM 96 FOLHAS BRANCAS CAPA DURA		799,00	1,91	1.526,09
00001.00002	UN	CADERNO BROCHURA UNIVERSITARIO, COM 96 FOLHAS,FORMATO 200MM X 275MM, FOLHAS BRANCAS E CAPA DURA.		1.200,00	3,66	4.392,00
00001.00003	UN	CADERNO UNIVERSITARIO, 200 FOLHAS BRANCAS, UMA MATERIA, CAPA DURA		80,00	5,11	408,80
00001.00004	UN	CANETA ESFEROGRAFICA, ESCRITA MEDIA E SUAVE, 1ª QUALIDADE, PRODUTO DE FABRICACAO NACIONAL.		1.900,00	0,31	589,00
00001.00005	UN	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGAVEL,FABRICACAO NACIONAL, 1ª QUALIDADE.		400,00	1,28	512,00
00001.00006	UN	FITA ADESIVA CREPE KRAFT, DIMENSAO DE 50MMX50M, 1ª QUALIDADE.		48,00	10,84	520,32
00001.00007	UN	FOLHA EM EVA 45X60MM		700,00	1,00	700,00
00001.00008	UN	PAPEL OFICIO A4, RESMA COM 500 FOLHAS.		300,00	13,74	4.122,00
00001.00009	UN	LAPIS PRETO COM GRADUACAO Nº 2, EM FORMATO REDONDO MACIO E RESISTENTE, APONTADO, 1ª QUALIDADE.		2.000,00	0,13	260,00
00001.00010	UN	REGUA ESCOLAR, FABRICADA EM POLIPROPILENO, 30 CMDE COMPRIMENTO, CRISTAL.		700,00	0,30	210,00
00001.00011	UN	PAPEL CONTACTO TRANSPARENTE, ROLO COM 25 METROS,1ª QUALIDADE.		4,00	33,58	134,32
00001.00012	UN	BORRACHA BRANCA MACIA COMUM, TAMANHO APROXIMADO4X2,9X1 CM, PRODUTO NAO TOXICO, 1ª QUALIDADE.		1.400,00	0,28	392,00

00001.00013	UN	PAPEL VERGE FORMATO A4 180 G/M2, BRANCO CAIXA COM50 UNIDADES.	20,00	8,30	166,00
00001.00014	UN	TESOURA MULTIUSO P/ DESTRO 24 CM CORES DIVERSAS EM ACO INOX, CABO EM POLIPROPILENO, ANATOMICO E VERSATIL, 1ª QUALIDADE.	12,00	6,06	72,72
Total do Fornecedor: 14.005,25 (QUATORZE MIL E CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)					
Total da Licitação: 14.005,25 (QUATORZE MIL E CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)					

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 18/2014 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de

descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 18 de Dezembro de 2014.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

GENUIR KUREK

Contratada

CLASSIFICAÇÃO EFETIVOS PARA O ANO LETIVO 2015

Classificação Efetivos 2015

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais e em conformidade com o Decreto nº 010 de 27 de janeiro de 2010, divulga e homologa a classificação dos professores efetivos para o ano letivo de 2015, sendo que a escolha de vagas será realizada no dia 26 de janeiro de 2015, às 9 horas, na Secretaria Municipal de Educação:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	CURSOS	CARGA HORÁRIA	TEMPO SERVIÇO	NASCI.	TOTAL PONTUAÇÃO	CLASSIF
Maria de Lurdes Lanznaster	Professor Nível III	08	0,5	40 horas	32 anos	09/05/66	40,5	1º
Iliani Ferreira de Souza	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	24 anos	07/07/66	37,5	2º
Marlene Montibeller Decarli	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	19 anos	16/12/61	33	3º
Rosileni Fistarol Formentin	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	19 anos	03/11/73	32,5	4º
Vera Lucia Lutke	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	19 anos	08/11/63	32,5	5º

Maria Cechelero da Silva	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	19 anos	17/11/65	32,5	6º
Zenita Ignaczuk	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	18 anos	07/02/65	31,5	7º
Marileusa Schmitt	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	12 anos	30/04/71	26	8º
Paulo Roberto de Freitas	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	10 anos	22/12/77	24	9º
Elizabeth Winter	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	10 anos	22/07/78	23,5	10º
Elacir Eickenberg Prange	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	10 anos	04/01/79	23,5	11º
Leonirce Rinaldi Fausto	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	8 anos	08/04/74	22	12º
Noeli Sepka	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	8 anos	12/12/78	22	13º
Osmar Hobold	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	8 anos	26/12/65	21,5	14º
Janete Schmidt Mafra	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	8 anos	12/02/72	21,5	15º
Olandina Borges	Professor Nível III	13	-	20 horas	8 anos	08/08/61	21	16º
Josiane Berkenbrock Masote	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	7 anos	01/02/82	21	17º
João Vendrami	Professor Nível III	08	-	20 horas	12 anos	30/09/65	20	18º
Ilma Watras	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	6 anos	13/09/74	20	19º
Edilene Sadlovski Francisco	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	4 anos	12/12/87	18	20º
Maria Bielecki	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	3 anos	14/09/74	17	21º
Samira Cristina R. Oliveira	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	3 anos	26/02/90	17	22º
Eduardo Decarli	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	2 anos	06/10/65	16	23º
Aurélia Soethe	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	1 ano	12/11/78	15	24º
Vera Lúcia Tibes de Mello	Professor Nível II	10	1,0	20 horas	2 anos	27/03/73	13	25º

Classificação Efetivos 2015 - Educação Infantil

NOME DO SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	CURSOS	CARGA HORÁRIA	TEMPO SERVIÇO	NASCI.	TOTAL PONTUAÇÃO	CLASSIF
Analú Moser	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	10 anos	23/10/73	23,5	1º
Morgana de Sena André	Professor Nível II	10	0,5	40 horas	10 anos	27/08/78	20,5	2º

Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, em 18 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N.º 078/2014

DECRETO 078/2014

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0866, de 19/11/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 – CAMARA DE VEREADORES	
01.031.001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo	
33000000.00 – Outras Despesas Correntes	
33500000.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	
0.1.0000 – Recursos Livres.....R\$	1.200,00
0101 – CAMARA DE VEREADORES	
01.031.001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo	
33000000.00 – Outras Despesas Correntes	
33900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Livres.....R\$	8.5000,00

0101 – CAMARA DE VEREADORES	
01.031.001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo	
44000000.00 – Investimentos	
44900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Livres.....R\$	8.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 – CAMARA DE VEREADORES	
01.031.001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo	
31000000.00 – Pessoal e Encargos	
31900000.00 – Aplicações Diretas	
0.1.0000 – Recursos Livres.....R\$	17.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 18 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/ ____ .

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 228/2014

PORTARIANº 228/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Adão Gil Zanelato	01/12/2013	a	30/11/2014	01/12/2014	a	30/12/2014
Edgar Borges Vieira	01/12/2013	a	30/11/2014	22/12/2014	a	10/01/2015
Micheli Scottini	01/12/2013	a	30/11/2014	22/12/2014	a	20/01/2015
Teilor Petersen	13/10/2013	a	12/10/2014	22/12/2014	a	20/01/2015
Terezinha Teles de Abreu da Cruz	01/12/2013	a	30/11/2014	15/12/2014	a	13/01/2015
Marly Terezinha Montibeller	02/01/2014	a	01/01/2015	29/12/2014	a	27/01/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 226/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 229/2014

PORTARIANº 229/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
André Luís Rinaldi	12/07/2013	a	11/07/2014	05/01/2015	a	19/01/2015
Inezita Wippel	25/09/2013	a	24/09/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Jair Wippel	31/12/2013	a	30/12/2014	05/01/2015	a	24/01/2015
Jeovana Winter	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	24/01/2015
Luis Carlos Boing	08/03/2013	a	07/03/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Márcio José Pavanello	02/06/2013	a	01/06/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Sandro Lunelli	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Simone Sartor	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	24/01/2015
Valdeli José Sebastião	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	24/01/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xaxim**PREFEITURA****PORTARIA 1461**

PORTARIA Nº 1461 /2014.

Reconduz os trabalhos à Comissão, prorroga prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 1138/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, publicidade e eficácia, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando orientação da Controladoria Geral da União - CGU, publicado em dois de maio de 2014, aconselhando a comissão processante à apresentação do feito e designação dos trabalhos à autoridade competente;

Considerando o Parecer Jurídico datado em 10 de novembro de 2014, qual fundamenta e justifica a recondução dos trabalhos à comissão processante, para que dê continuidade ao processo administrativo disciplinar;

Considerando que inexistente qualquer prejuízo na defesa da processada em decorrência da prorrogação de prazo; e

Considerando que, na presente época, ocorre culturalmente o recesso dos trabalhos, retornando-os no início do próximo mês;

RESOLVE:

Art. 1º. Reconduz os trabalhos a Comissão Processante, para que este dê continuidade ao Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 1138/2013, que é movido em relação à Servidora C. S.;

Art. 2º. Prorrogar-se o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, para conclusão do Processo;

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1410/2013, entrando a presente em vigor, na data de 05 de janeiro de 2015.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de dezembro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Administrativo

Associações**AMMVI****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL08/2014**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL08/2014

DAS PARTES:

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE;

CONTRATADA: GESPAR SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA (GESPAR GESTÃO ESTRATÉGICA PARA RESULTADOS), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 14.460.767/0001-08, com sede na Rua Lauro Muller, nº 20, Apto. 84, bairro Jardim Blumenau, na cidade de Blumenau - SC, representada por seu titular, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado a CONTRATANTE e de outra a CONTRATADA, convencionam e contratam, com fundamento na Lei no 8.666/93, o adiante discriminado:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 - A CONTRATADA, por seu titular, prestará serviços de assessoria e consultoria para planejamento estratégico da gestão de saúde na região do Médio Vale do Itajaí, em atendimento as demandas da CONTRATANTE.

1.2 - O prazo de execução dos serviços e de vigência deste instrumento será da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Em remuneração aos serviços ora contratados, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE o valor acordado em R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por hora de trabalho, estimando-se em até 40 (quarenta) horas o tempo necessário para os serviços, totalizando R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), com pagamento após a apresentação de cada etapa do trabalho, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada.

2.2 - As despesas decorrentes deste instrumento correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento-Programa 2014 da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.002	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
04.122.0003.2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AMMVI
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
10000	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS E DAS RESPONSABILIDADES:

3.1 - O valor dos serviços prestados pela CONTRATADA deverá ser pago em até 5 (cinco) dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal, mediante depósito em sua conta bancária.

3.2 - A CONTRATADA deverá prestar os serviços contratados com dedicação e qualidade, atendendo as necessidades e horários estabelecidos pela CONTRATANTE.

3.3 - A CONTRATANTE caberá o pagamento dos valores previstos na Cláusula Segunda deste contrato e a fiscalização dos serviços, bem como a determinação do cronograma de ações a serem realizadas, incluindo reuniões e eventos nos quais o titular da CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

4.1 - A presente contratação funda-se nos artigos 13 e 24, II e Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOS EFEITOS DA RESCISÃO ANTECIPADA

5.1 - Em caso de rescisão do presente contrato antecipadamente, será devido o pagamento dos serviços já realizados pela CONTRATADA, proporcional ao valor total deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

6.1 - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC a fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau/SC, 01 de Outubro de 2014.
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: José Rafael Correa Nome: Valdete Korz Marques
CPF: 601.985.409-49 CPF: 546.983.919-20

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 001/2014

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL nº 001/2014

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, CONTÁBEIS, JURÍDICOS E DE CONTROLE INTERNO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS.

Pelo presente convênio, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sua sede na rua Alberto Stein, nº 466, Velha - Blumenau / SC,

aqui representada pelo seu Presidente, doravante denominada simplesmente AMMVI, e de outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC, aqui representado por seu Presidente, e a AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP. 89036-200, nesta cidade de Blumenau - SC, representada neste ato pelo Presidente de sua Diretoria Executiva, doravante denominados simplesmente CONSÓRCIOS PÚBLICOS, firmam o presente Convênio de Cooperação Institucional, com base no artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 11.107/05, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente convênio tem por objeto disciplinar a implementação e manutenção de serviços administrativos, operacionais, contábeis, jurídicos e de controle interno dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS pela AMMVI, sem prejuízo da autonomia das Entidades e da responsabilidade de seus gestores.

1.1.1 - Os serviços administrativos incluem atividades de comunicação, suporte de informática e recepção, e os operacionais incluem atividades de limpeza e conservação, os quais serão mantidos pela AMMVI em sua sede e disponibilizados aos CONSÓRCIOS PÚBLICOS que usem das mesmas instalações em caráter permanente, eventual ou provisório.

1.1.2 - Os serviços contábeis e jurídicos incluem todas as atividades destas áreas, e serão mantidos pela AMMVI em sua sede e disponibilizados aos CONSÓRCIOS PÚBLICOS que não possuam servidores próprios para tais funções, a título de cooperação, pela AMMVI, por seus próprios meios, mediante ato administrativo de designação expedido por cada interessado (CIMVI, CISAMVI, CIAPS e/ou AGIR).

1.1.3 - Os serviços de controle interno dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS serão feitos conjuntamente, a título de cooperação, pela AMMVI, por seus próprios meios, através da unidade de controle interno a ser instituída por ato (Resolução) de cada interessado (CIMVI, CISAMVI, CIAPS, AGIR), com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos seus órgãos e autoridades no âmbito do próprio Poder, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

1.1.3.1 - A instituição do controle interno decorre originariamente do art. 31, caput, c/c o art. 74, da CF, estando previsto pelos arts. 60 a 64 e 119 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), com a redação da LC nº 246, de 2003. O controle interno decorre do dever de regularidade dos atos administrativos, que se realiza com o acompanhamento e a fiscalização efetiva e contínua para detectar eventuais

irregularidades e prevenir desvios ou ilegalidades e para fins de auxiliar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

1.1.3.2 - O controle interno deve atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, as Leis Orgânicas Municipais, o(s) Protocolo(s) de Intenções, Contrato(s) de Consórcio(s) Público(s) e Estatuto(s) do(s) Consórcio(s) Público(s), a Lei Federal nº 11.107/05 e seu regulamento, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF), a Lei Complementar Estadual nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução nº TC-06/2001), a Resolução nº TC-16/94 e alterações posteriores, as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislações locais.

1.1.3.3 - São atividades próprias do Controle Interno, entre outras, o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos servidores, controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos servidores; a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente de cada CONSÓRCIO PÚBLICO (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa nº TC-02/2006; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente.

1.1.3.4 - A remessa ao Tribunal de Contas do Estado dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF), faz-se mediante a alimentação de dados via informatizada, no Sistema e-Sfinge, conforme programa disponibilizado pelo Tribunal de Contas. A comunicação de irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento deve ser endereçada à Presidência do Tribunal de Contas, observadas as disposições da Decisão Normativa nº TC-02/2006, de 1º/11/2006, bem como, das normas que regulam a instauração e organização de processos de tomada de contas especial, conforme Instrução Normativa nº TC-01/2001, de 1º/10/2001, do TCE/SC. Deve o controle interno ficar atento às normas editadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno como na condição de auxiliar do controle externo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O objeto deste convênio terá execução separada pela área respectiva na AMMVI, sendo que o valor correspondente ao repasse financeiro de responsabilidade dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS será exclusivo para custeio dos serviços de Controle Interno, sendo divididos em parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais",

que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade da AMMVI, a qual fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

2.2 - Para os demais serviços previstos no objeto não haverá custos iniciais aos CONSÓRCIOS PÚBLICOS, visto que os mesmos não serão executados com exclusividade pelos profissionais da AMMVI.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE REPASSE

3.1 - Para a execução do objeto deste convênio fica estabelecido o repasse pelos CONSÓRCIOS PÚBLICOS à AMMVI dos seguintes valores mensais, durante o exercício de 2015:

CONSÓRCIO PÚBLICO	GRUPO DE DESPESA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
CIAPS	3390	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
CIMVI	3390	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00
CISAMVI	3390	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00
AGIR	3390	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00

3.2 - Os depósitos das cotas mensais correspondentes em conta corrente da AMMVI deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

3.3 - Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento, ficam condicionadas a sua aprovação entre os convenientes, e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente Convênio.

CLAUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 01 (um) ano (Janeiro a Dezembro de 2015), podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes nos orçamentos dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS, vigente para o exercício financeiro de 2015.

5.2 - Os repasses mensais feitos pelos CONSÓRCIOS PÚBLICOS à AMMVI serão incorporados como receita orçamentária desta.

5.3 - Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSÓRCIOS PÚBLICOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo à AMMVI contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Fica desde já a AMMVI responsável por:

- promover o planejamento e a gestão técnico-administrativa dos profissionais designados para atendimento aos CONSÓRCIOS PÚBLICOS, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste Convênio;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste convênio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSÓRCIOS PÚBLICOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das ações e atividades das áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.2 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação e deste instrumento, ficam os CONSÓRCIOS PÚBLICOS desde já responsáveis por:

- efetuar o repasse de sua cota mensal de rateio das despesas, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 - O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembleia Geral da AMMVI, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, os CONSÓRCIOS PÚBLICOS, mediante notificação escrita, deverá informá-la à AMMVI, apontando as medidas que tomaram para regularizar a situação, de modo a garantir o repasse financeiro previsto neste instrumento.

8.3 - A eventual impossibilidade de os CONSÓRCIOS PÚBLICOS cumprirem obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga a AMMVI a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, a AMMVI deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo os partícipes, foi lavrado o presente Convênio, em cinco vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada conveniente.

Blumenau, SC, 11 de dezembro de 2014.
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI
Sérgio Almir dos Santos - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
Hartwig Persuhn - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Hartwig Persuhn - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS

Nicanor Morro - Presidente

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

Matias Kohler - Presidente

RESOLUÇÃO 25/14

RESOLUÇÃO nº 25/14

Autoriza a contratação de candidato aprovado em Processo Seletivo, por prazo determinado.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e no artigo 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, e, no que couber, o Regulamento de Pessoal da AMMVI - Resolução nº 06/08; e Considerando-se a classificação dos candidatos no Processo Seletivo de que trata o Edital nº 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a contratação temporária por prazo determinado do candidato abaixo identificado, para o exercício das funções do emprego de Assessora de Saneamento e Meio Ambiente, de que trata o Edital nº 02/2014, com início em 08 de Dezembro de 2014:

Nome	CPF	RG	Salário Mensal
Simone Gomes	064.611.359-36	97545626	R\$ 5.283,71

Parágrafo Único - Além do salário mensal, o contratado receberá ainda auxílio-alimentação de acordo com a carga horária, na forma da Resolução nº 08/02 e art. 11 do Regulamento do Quadro de Pessoal - Resolução nº 06/08.

Art. 2º - O período de contratação será de 09 (nove) meses.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e poderá passar a vigorar por prazo indeterminado após o decurso do prazo de contratação temporária, acaso a Assembleia Geral Ordinária da AMMVI delibere favoravelmente a declaração de necessidade de preenchimento de vaga de pessoal permanente no emprego de que trata esta Resolução.

Art. 3º - O contratado ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, observada as regras do art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal.

Art. 4º - O contratado estará submetido à carga horária semanal de quarenta (40) horas, cumpridas das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs, em dias úteis.

Parágrafo Único - O contratado terá horário fixado no respectivo Contrato de Trabalho para jornada de oito horas, podendo ser convocado para labor extraordinário, inclusive em horário noturno,

mediante pagamento de hora extra ou compensação de horários.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 05 de dezembro de 2014;

45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO 26/14

RESOLUÇÃO nº 26/14

Declara inservíveis diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e sua doação para a Prefeitura Municipal de Botuverá e entidade civil sem fins lucrativos.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;

Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que podem ser doados para entidade sem fins lucrativos que já se habilitou para seu recebimento, conforme deliberação da diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Patrimônio	Descrição	Situação
Nº 6	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº 34	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº 138	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº 141	Cadeira Fixa Ass/enc Estrutura 041 Ski Cor.008	S/ Utilid.
Nº 293	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 296	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 298	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 299	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 300	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 301	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 302	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 303	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 304	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 305	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Esquerdo	S/ Utilid.
Nº 306	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Esquerdo	S/ Utilid.
Nº 307	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 308	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 309	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.

Nº 310	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 311	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 312	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 313	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 314	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 315	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 316	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 317	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 318	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 319	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 321	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 322	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 323	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 324	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 325	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 326	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 328	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 329	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 330	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 332	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 370	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 374	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 365	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 360	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 361	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 364	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
S/n	Aprox. 07 Mts² Pisos de Cerâmica	S/ Utilid.
Nº 366	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 367	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 368	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 366	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 381	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 382	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 383	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 398	Retro - Projetor Visograf Vgs 300	S/ Utilid.
S/n	Aprox. 07 Mts² Pisos de Cerâmica	obsoleto
S/n	Video K7 Stereo LG Cinesmaster c/controle remoto	obsoleto
Nº 333	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 336	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 337	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 338	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 339	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.

Nº 340	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 341	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 342	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 343	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 344	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 345	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 346	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid
Nº 347	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 348	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid
Nº 349	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 350	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Esquerdo	S/ Utilid.
Nº 351	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 352	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 353	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 355	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.
Nº 356	Cadeira Fixa Par Braços Metalfrizzo Azul 25	S/ Utilid.
Nº 357	Cadeira Fixa Prancheta Escamoteável cinza LD Direito	S/ Utilid.

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizado à doação dos bens declarados inservíveis para a PREFEITURA DE BOTUVERÁ, CNPJ nº 83.102.350/0001-96 sediada na Rua João Morelli, nº66 - Centro, CEP: 88295-000, na cidade de Botuverá/SC, o CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº ADÉLIO CARLINI, CNPJ nº 03.932.267/0001-05 sediada na Rua dos Trabalhadores, nº44 - Velha Grande, CEP: 89095-400, na cidade de Blumenau/SC, e o CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RICARDO MANSKE, CNPJ nº 12.465.945/0001-68 sediada na Rua Hermann Kratz - Velha Grande, CEP: 89045-700, na cidade de Blumenau/SC, na forma requerida pelas Entidades mencionadas mediante termo de recebimento de cada um dos donatários.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 10 de dezembro de 2014;
45º Ano de Fundação.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO 27/14

RESOLUÇÃO nº 27/14

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso ou férias regulares fracionadas e concedendo auxílio-alimentação adicional aos empregados da AMMVI.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, fundamentado no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, no § 2º do art. 59, § 1º do art. 134 e art. 139, "caput" e § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Convenção nº 132 da OIT (incorporado ao ordenamento jurídico pátrio na forma do Decreto nº 3.197, de 05/10/1999); e Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nas Prefeituras e nos demais órgãos públicos vinculados aos Municípios filiados à AMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AMMVI no período de 22.12.2014 à 07.01.2015, autorizando o gozo de recesso ou férias regulares fracionadas aos empregados e colaboradores (estagiários).

§ 1º - Serão concedidas férias em dois períodos aos empregados da AMMVI, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 15 (quinze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanescendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

§ 2º - Neste período, os estagiários terão o gozo de recesso regular fracionado, considerando-se neste período 15 (quinze) dias, devidamente remunerados.

Art. 2º - No mês de dezembro de 2014, os empregados da AMMVI serão beneficiados com a concessão, em dobro, do auxílio-alimentação, instituído através da Resolução nº 08/02.

Parágrafo Único - A concessão do benefício adicional de que trata este artigo, estende-se aos contratados em regime de estágio.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 11 de Dezembro de 2014;
45º Ano de Fundação.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

AMURES

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014 - AMURES

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, os prefeitos da AMURES, citados abaixo se reuniram conforme estabelece o Estatuto Social desta associação, capítulo II, artigo 19, em Assembleia Geral Ordinária, no Município de Lages, na Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, para tratar da seguinte pauta: 1) Homologação da Prestação de Contas Anual, com análise do parecer emitido pelo Conselho Fiscal; 2) Apresentação e homologação do relatório Anual de Atividades, de acordo com Art. 21, alínea I do Estatuto Social; 3) Eleição da Nova Diretoria da Amures, CIS/AMURES e CISAMA; 4) Relatório da viagem a Pinhalzinho - visita a Usina de Asfalto. Para iniciar os trabalhos a Secretária Executiva da Amures, Senhora Iraci Vieira de Souza, fez a abertura da Assembleia saudando a todos e convidou para fazer parte da mesa o Senhor Edelvânio Nunes Topanoti, Prefeito de Bom Jardim da Serra e Presidente da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES. Em seguida o Sr. Edelvânio também agradeceu a presença de todos e falou do trabalho durante o ano. Na sequência Srª. Iraci retornou com os assuntos que seriam abordados, mas antes de começar as apresentações foi apresentado um vídeo pela assessoria da AMURES sobre a festa de confraternização dos prefeitos da Amures no dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze. Após a apresentação do vídeo a Srª Iraci iniciou as atividades, primeiro foi realizada a aprovação da Ata da Assembleia realizada em agosto deste ano (2014) no município de Urupema. Foi entregue aos Prefeitos uma cópia do relatório de atividades 2014. Em seguida a Secretária Executiva começou com a apresentação do relatório de atividades da Secretaria Executiva, onde apresentou todos os trabalhos desenvolvidos juntamente com o Presidente, a representação da AMURES nos eventos, as reivindicações entre outros. Dando continuidade ao Relatório de atividades, Rosimar Marcon, assessora contábil, apresentou o orçamento para o exercício de 2015 demonstrando as receitas e despesas. Em seguida Anderson do Amarante, o assessor de informática apresentou as atividades nas áreas de Tecnologia da Informação, Sistemas e Suporte em Geral, que são desenvolvidas diretamente nos municípios. Entre as atividades estão: Edições de vídeos, Atualização de sistemas (contábil, site AMURES), Administração de Emails, Manutenção de Micros, Configuração de rede da Associação, Equipamento de som em capacitações da AMURES. Ele também destacou as atividades desenvolvidas junto aos municípios como suporte aos portais municipais, organização Copa AMURES, implantação do servidor na associação, acompanhamento do projeto GEORES e suporte técnico ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Em seguida Adilson Assessor de Desenvolvimento Econômico apresentou também um breve resumo das atividades junto aos municípios como, por exemplo, SISRURALWEB (ano todo); Emissão, digitação e transmissão de notas para a SEF; Auditorias do movimento econômico e a participação como membro suplente no Conselho de Órgãos Fazendários Municipais de Santa Catarina- CONFAZ-M/SC. Falou também sobre o LAI - Lei de Acesso à Informação; o

DOM- Diário Oficial dos Municípios, Responsável pela devida formatação e tabulação exigida pela ferramenta das publicações oficiais realizadas pela Entidade AMURES suporte técnico por meio do REGIM; parceria com a FECAM e CIGA no suporte técnico dos servidores, configurações de rede. Outro trabalho desenvolvido pela AMURES é a assessoria de comunicação, coordenado pelo Jornalista Onéres Lopes, entre as atividades de produção e revisão de textos, registro e edição de imagens e vídeos, produção

de materiais como folders, banners, flyers e cartilhas, entrevistas e reportagens, divulgação de eventos, sugestões de pautas jornalísticas, cuidar da imagem dos assessorados. Onéres destacou ainda que todos os dados e os materiais apresentados estão impressos no material entregue aos prefeitos. Na sequência a engenharia da AMURES apresentou o relatório de atividades, por meio do engenheiro Asdrúbal, que relatou quantos projetos cada município solicitou durante o ano de 2014 e o valor investido em cada um deles. O Assistente Social Lauro Francisco dos Santos também destacou as principais atividades durante ano, como as participações em reuniões, cursos e visitas técnicas nos municípios da região da AMURES. Em seguida o engenheiro ambiental da Amures, André Leonardo Botolotto Buck apresentou todos os Projetos Ambientais desenvolvidos pela Amures no ano 2014: Nascentes do Futuro II, AMURES / BAESA, GEORES, AMURES / CISAMA / TRACTEBEL, PI-GIRS; Geoprocessamento: ADREL - Projetos na região dos lagos, Cascalheiras - Diagnósticos p/ regularização, Processamento de Dados GPS/GNSS, Aerolevantamento SDS, SIG AMURES; Representação Institucional: COMDEMA e SDS / CAR. Na sequência o Assessor de Projetos Especiais, Antônio Rubens do Nascimento falou dos trabalhos desenvolvidos junto as Secretarias do Estado, Câmara dos Deputados para ajudar aproximar os municípios e ajudar a agilizar os projetos. Logo após Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA, falou da visita técnica dos prefeitos ao município de Pinhalzinho para conhecer a Usina Asfáltica, e falou dos valores que devem ser investidos e os benefícios que trará para a região. A Secretária justificou a ausência do assessor de projetos, Senhor Sérgio Gomes que estava participando de um treinamento do Tribunal de Contas e também do assessor de cultura Senhor Joed Jeffer que estava em apresentações culturais. Finalizando as apresentações do relatório de atividades, deu-se a sequência na pauta com a eleição das Diretorias da AMURES, CISAMA e CIS/AMURES para o exercício 2015. Foi apresentado o nome do Prefeito Vânio Forster, o qual foi eleito por unanimidade pelos prefeitos, ficando assim constituída a diretoria 2015: Presidente da AMURES o Prefeito de Correia Pinto - Vânio Foster, Vice-Presidente: Prefeito de Rio Rufino - Ademar de Bona Sartor, 2º Vice-Presidente: Prefeito de Urubici - Fidelis Schappo. Para o Conselho Fiscal Fiscal: Prefeito de Bom Retiro - Albino Gonçalves Padilha, Prefeito de São José do Cerrito - Arno Tadeu Marian, Prefeito de São Joaquim - Humberto Luiz Brighenti. Os suplentes: Prefeito de Capão Alto - Luiz Carlos Alves de Freitas, Prefeito de Otacílio Costa - Luiz Carlos Xavier e o Prefeito de Bocaina do Sul - Luiz Carlos Schumuler. CISAMA: Prefeito de Campo Belo do Sul, Edilson José de Souza, 1º Vice-Presidente:

Sirlei Kley Varela; 2º Vice-Presidente - Prefeito de Bocaina do Sul, Senhor Luiz Carlos Schumuler. CIS/AMURES: Prefeito de Bom Jardim da Serra, Senhor Edelvânio Nunes Topanoti; 1º Vice-Presidente: Prefeito de São José do Cerrito, Senhor Arno Tadeu Marian; 2º Vice-Presidente: Flávio Antônio Neto da Silva. O presidente eleito da Amures, Senhor Vânio Forster agradeceu a confiança depositada em sua pessoa e reiterou que os pequenos municípios necessitam de mais atenção dos órgãos estaduais e federais. "Nosso esforço tem de ser dobrado pelos que mais precisam. Não há como desenvolver uma região sem que todos estejam inseridos", declarou Forster. A Secretária Executiva da Amures Agradeceu a presença de todos e parabenizou as novas diretorias eleitas.

Edilson José de Souza
Prefeito de Campo Belo do Sul

Luiz Carlos Alves de Freitas
Prefeito de Capão Alto

Edelvânio Nunes Topanoti
Prefeito de Bom J. Serra

Arno Tadeu Marian
Prefeito de São José do Cerrito

Sirlei Kley Varela
Prefeita de Cerro Negro

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito de Bom Retiro

Vânio Forster
Prefeito de Correia Pinto

Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

Ademar de Bona Sartor
Prefeito de Rio Rufino

Arlita Terezinha de Souza Pagani
Vice-prefeita de Urupema

Fidélis Chappo
Prefeito de Urubici

Ivonir Fernandes da Silva
Prefeito de Anita Garibaldi

Iraci Vieira de Souza
Secretária Executiva/AMURES

Selênio Sartori

Diretor Executivo CISAMA

Nalú Terezinha Júlio

Diretora Executiva CIS/AMURES

XX

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 022/2014

DELIBERAÇÃO N. 022/2014

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água prestados pela Autarquia Águas de Palhoça.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções, que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 262/2014-rg, no qual a autarquia Águas de Palhoça requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 6,34%, conforme parecer técnico da Diretoria de Regulação da ARIS;
2. Fica também autorizado à autarquia, reajustar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários;
4. A autarquia deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município;

Florianópolis, 16 de dezembro de 2014.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

PORTARIA DIRETOR GERAL Nº 006/2014

PORTARIA/Diretor-geral nº 006/2014

Interrompe férias do servidor público MAGNUS CARAMORI.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 57 do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper a partir de 19 de dezembro de 2014, o gozo das férias do servidor Magnus Caramori, ocupante do cargo de Coordenador de RH, tendo em vista o interesse público.

Parágrafo único. O restante do período para o gozo dos dias será exercido de uma única vez.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Adir Faccio

Diretor-Geral

PORTARIA DIRETOR GERAL Nº 007/2014

PORTARIA/Diretor-geral nº 007/2014

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 57 do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,

RESOLVE:

Designar o funcionário da ARIS, Sr. Ricardo Martins, como representante para constituir a Comissão Especial, devendo realizar as atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções nº 01/2014, no que concerne ao processo administrativo pertinente à contratação e aquisição do imóvel destinado à sede administrativa da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico - ARIS.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Adir Faccio

Diretor-Geral

CIM-AMAVI

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 16/12/2014

RESOLUÇÃO nº 13, de 16/12/2014.

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial de duas profissionais para exercer função de Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock.

JOSÉ CONSTANTE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração,

CONSIDERANDO:

Que a estrutura de pessoal prevista no Contrato de Rateio e alteração do Contrato de Consórcio Público em decorrência de amplos estudos formalizados pelos entes envolvidos na instalação da entidade, quais sejam, Municípios, CIM-AMAVI, Ministério Público e Poder Judiciário, prevê o mínimo de 08 Cuidadoras a fim de permitir o integral atendimento aos abrigados;

Que o advento do termo final de contratos (em 11/12 e em 17/12) faz surgir duas vagas de Cuidadora, havendo necessidade urgente de contratar duas profissionais em substituição as vagas em aberto;

Que foi esgotada a lista de candidatos classificados em espera nos processos seletivos já realizados;

Que será realizado processo seletivo visando à contratação de profissionais e preenchimento de cadastro de reserva para outras funções do quadro da entidade, inclusive para a função de Cuidadora, assim que for ratificada pelas Câmaras Municipais dos entes consorciados a Resolução nº 05/2014 eis que esta, ao alterar o Contrato de Consórcio Público, promoveu alterações no regime jurídico dos profissionais tornando-o regime jurídico administrativo especial e permitiu que o prazo para contratações temporárias fundadas na implantação e execução de programas em fase inicial ou período experimental seja prorrogado por mais dois anos;

Que a Resolução nº 05/2014 já foi encaminhada com minuta de projeto de lei de ratificação a todos os Municípios Consorciados, que por sua vez comprometeram-se, em Assembleia, a promover os encaminhamentos necessários junto às Câmaras Municipais de Vereadores para a devida aprovação o que, por certo, dar-se-á em

prazos diversos, dadas as peculiaridades de cada Município;

Que não ocorrendo ratificação da Resolução nº 05/2014 por todos os Municípios Consorciados, as alterações do Contrato de Consórcio Público não entrarão em vigor, ficando comprometida a continuidade das ações do acolhimento institucional;

Que, por ora, para a manutenção das atividades, não há outra alternativa que não as contratações emergenciais ora autorizadas, eis que não há permissivo legal para realização de processo seletivo até que entrem em vigor os novos dispositivos do Contrato de Consórcio Público, a uma porque não legitimado o preenchimento do quadro de pessoal em caráter temporário por prazo superior a dois anos e a duas porque, se lançado o processo seletivo agora, o regime previsto será o celetista e, quando ratificada a resolução em todas as câmaras, entrará em vigor o regime jurídico administrativo especial, o que importará conflito de regras.

Que a não ratificação pelas Câmaras Municipais poderá implicar em suspensão das atividades do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock, eis que não houve deliberação favorável da Assembleia à realização de concurso público e preenchimento de empregos públicos, dada a impossibilidade de avaliar, pelo curto prazo de atividades desenvolvidas e sua perspectiva inovadora, a perpetuidade ou não da entidade de acolhimento na configuração originária, com gestão sob responsabilidade de 28 (vinte e oito) municípios congregados em consórcio multifinalitário, justamente porque as atividades apesar de destinadas à parcelas destes, requerem, quando necessária alteração do instrumento contratual, aprovação em todos os municípios consorciados, o que pode prejudicar a celeridade de ações imprescindíveis;

Que o Contrato de Consórcio Público prevê no § 20 da Cláusula Décima Sétima que ☐ Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração ☐.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a contratação temporária em caráter emergencial de duas profissionais para exercer função de Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock pelo prazo de 06 (seis) meses.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

CIMVI

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - HOMOLOGAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - HOMOLOGAÇÃO

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso de suas atribuições e considerando-se a publicação do resultado final da classificação dos candidatos no Concurso Público nº 01/2014, elaborada pela COMISSÃO TÉCNICA, para os empregos de Agente Administrativo e Engenheiro Químico do Quadro Permanente, promove a HOMOLOGAÇÃO do processo, estabelecendo o início de seu prazo de validade para fins de provimento das vagas.

Timbó, em 19 de Dezembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CIMVI

LICITAÇÃO Nº 007/2014 - ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº. 007/2014 - CIMVI

Às onze horas, do décimo oitavo dia, do mês de dezembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014 (alterada pela Portaria 1432/2014), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Aline Burger e Andrea Taise Franz (designada pela Portaria nº 1228, de 22 de julho de 2014) para avaliação do parecer jurídico emitido acerca da documentação de habilitação das empresas participantes da Carta Convite nº. 007/2014 - CIMVI, quais sejam PRESERVE AMBIENTAL LTDA e RIOVIVO AMBIENTAL LTDA.

Do parecer jurídico exarado pelo advogado Luiz Claudio Kades, verificou-se que, pela análise dos documentos apresentados na fase de habilitação em confronto com as exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório, vê-se que foram atendidas todas as exigências para habilitação das duas licitantes.

Analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer jurídico e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação das empresas PRESERVE AMBIENTAL LTDA e RIOVIVO AMBIENTAL LTDA.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão, sendo que ficam as empresas intimadas acerca da decisão para, querendo apresentar recurso, nos termos da Lei 8.666/93, ou desistência do mesmo, viabilizando a continuidade do feito. Lembramos que, tendo em vista os feriados de final do ano, bem como férias dos servidores, o prazo para interposição de recurso encerra-se no dia 09/01/2015.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPRE- GHER FLORIANO Presidente	ALINE BURGER Secretária	ANDREA TAISE FRANZ Membro
--	----------------------------	------------------------------

LICITAÇÃO Nº 008/2014 - ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº. 008/2014 - CIMVI

Às dez horas e trinta minutos, do décimo oitavo dia, do mês de dezembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014 (alterada pela Portaria 1432/2014), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Aline Burger e Andrea Taise Franz (designada pela Portaria nº 1228, de 22 de julho de 2014) para avaliação do parecer jurídico emitido acerca da documentação de habilitação das empresas participantes da Carta Convite nº. 008/2014 - CIMVI, quais sejam K. C. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME e RINNERT & CIA LTDA.

Do parecer jurídico exarado pelo advogado Luiz Claudio Kades, verificou-se o seguinte:

- a licitante RINNERT & CIA LTDA não atendeu a exigência constante do item nº 5.1, II, "b" do Edital, ou seja, não apresentou prova de regularidade relativa à Seguridade Social, nesse sentido, tendo em vista que referida empresa não está concorrendo sob o abrigo dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, é inviável a sua manutenção no certame, motivo pelo qual deve ser inabilitada.

- em relação a licitante K. C. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, a documentação apresentada supre todas as exigências do instrumento convocatório, em especial aquelas relativas à qualificação técnica.

Analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer jurídico e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da empresa K. C. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME e inabilitação da empresa RINNERT & CIA LTDA.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão, sendo que ficam as empresas intimadas acerca da decisão para, querendo apresentar recurso, nos termos da Lei 8.666/93, ou desistência do mesmo, viabilizando a continuidade do feito. Lembramos que, tendo em vista os feriados de final do ano, bem como férias dos servidores, o prazo para interposição de recurso encerra-se no dia 09/01/2015.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPRE- GHER FLORIANO Presidente	ALINE BURGER Secretária	ANDREA TAISE FRANZ Membro
--	----------------------------	------------------------------

CIS NORDESTE**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2011**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 01/2010

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMUNESC

Contratada: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA (CNPJ 95.836.771/0001-20)

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato para mais 12 (doze) meses; a partir de 10/01/2015; Reajustar o valor da hora técnica em 3,03617%, correspondente à variação do IGP-M no período de 10/01/2014 a 18/12/2014; Ratificar demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Resolução nº 185/2013, em seu art. 2º caput e § 2º, inciso I; Art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e seu § 2º, Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato Original.

Valor do aditivo: R\$ 140,66 por hora.

Vigência: 10/01/2015 a 10/01/2016

Data do Aditivo: 18 de dezembro de 2014.

Mário Fernando Reinke Giovanni de Bortoli
 Prefeito Municipal de Massaranduba Pública Informática Ltda
 Presidente do CISONORDESTE/SC CONTRATADA
 CONTRATANTE

CIS/AMARP

TERMO DE POSSE DIRETORIA CIS-AMARP

TERMO DE POSSE DA DIRETORIA DO CIS-AMARP

Pelo presente termo, toma posse, nesta data, o Sr. Gilberto Amaro Comazzetto - Prefeito Municipal de Caçador, portador do CPF nº 550.201.009-00, como Presidente do CIS-AMARP, para o mandato de um ano, até dia quinze de dezembro de dois mil e quinze, apondo sua assinatura abaixo. Juntamente com o Presidente tomaram posse os seguintes membros, abaixo assinados: 1º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Ivo Biazolo, Prefeito do município de Fraiburgo, 2º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, Prefeito do Município de Iomerê, 1º Secretário Excelentíssima Sra. Ivone Mazutti De Geroni, Prefeita do Município de Calmon, 2º Secretário Excelentíssimo Sr. Emerson Zanella, Prefeito do Município de Macieira, da mesma forma foram empossados os membros para o Conselho Fiscal: Membros efetivos Excelentíssimo Sr. Claudemir Cesca Prefeito do Município de Salto Veloso, que presidirá o Conselho Fiscal, Excelentíssimo Sr. Alcides Felchilcher, Prefeito do Município de Arroio Trinta, Excelentíssimo Sr. Wilmar Carelli, Prefeito do Município de Videira, membros suplentes, Excelentíssimo Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito do Município de Rio Das Antas, Excelentíssimo Sr. Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Excelentíssimo Sr. Clovis José Busatto, Prefeito do Município de Ibiã. Tudo em conformidade com a realização da eleição ocorrida na segunda Assembleia geral do CIS-AMARP realizada no dia 21/11/2014, na sede do CIS-AMARP na Rua Manoel Roque, 99, neste município de Videira-SC.

Videira, 15 de dezembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI ALCIR JOSÉ BODANESE
 PREFEITO DE PINHEIRO PRETO PREFEITO DE RIO DAS ANTAS

ALCIDIR FELCHILCHER GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 PREFEITO DE ARROIO TRINTA PREFEITO DE CAÇADOR

IVONE MAZUTTI DE GERONI IVO BIAZZOLO
 PREFEITO DE CALMON PREFEITO DE FRAIBURGO

CLOVIS JOSÉ BUSATTO LUCIANO PAGANINI
 PREFEITO DE IBIAM PREFEITO DE IOMERÊ

LUDOVINO LABAS RAUL RIBAS NETO
 PREFEITO DE LEBON RÉGIS PREFEITO DE MATOS COSTA

EMERSON ZANELLA CLAUDEMIR CESCA
 PREFEITO DE MACIEIRA PREFEITO DE SALTO VELOSO

WILMAR CARELLI
 PREFEITO DE VIDEIRA

CIS/AMMVI

HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, a HOMOLOGAÇÃO do CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme resultado final publicado na edição nº 1.641 de 18 de dezembro de 2014 do Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), no endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>.

Blumenau, em 19 de dezembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CISAMVI

CIS/AMUREL

ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 10/12/2014

10.12.2014 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS/AMUREL. Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às 09h45min, em segunda chamada, reuniram-se na sala dos Prefeitos, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Sr. Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; Sr. Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruá; Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; Sra. Dilcei Heidemann, Prefeita Municipal de Santa Rosa de Lima; Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; Sr. Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará; Sr. Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito Municipal de Pescaria Brava e Sr. Everaldo dos Santos, Prefeito Municipal de Laguna. Participaram ainda, o Coordenador Administrativo do CISAMUREL, o Sr. Edson Nunes, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, o Contador do CIS, Sr. Ramon Correa Mendes e o Assessor Jurídico, Dr. Fábio Borges. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, Sr. Jaime Wensing, solicitou ao Coordenador Administrativo do CIS que fizesse a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – O Presidente do CIS/AMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2014, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, sede da Amurel, bairro Vila Moema, Tubarão SC). Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I – Aprovação da Ata da assembleia anterior (cópia entregue); II – Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 5º bimestre de 2014; III – Credenciamento 2015 – Reajuste de Preços; IV – Eleição do Conselho Deliberativo – art. 39 e V - Assuntos diversos. Tubarão (SC), 25 de novembro de 2014. Jaime Wensing, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação o item I da pauta, a ata da AGO realizada no dia 30.10.2014, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos

Prefeitos antes desta assembleia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 5º bimestre de 2014. O Presidente informou aos presentes que havia uma cópia do relatório de Prestação de Contas na pasta de cada um e solicitou ao contador do CIS, Sr. Ramon Correa Mendes, que fizesse uma explanação acerca dos registros contábeis, e após tal procedimento pelo mesmo, e explicação posterior de alguns questionamentos referente à prestação de contas, ela acabou aprovada por unanimidade. Passou-se ao item III da pauta, Credenciamento 2015 – Reajuste de Preços, e o Coordenador Administrativo, Sr. Edson Nunes, informou a todos da preocupação com as renovações dos contratos dos prestadores, já que os mesmos vencerão no dia 31/12/2014 e já tem alguns destes sinalizando com pedido de reajuste de preços. Disse que, só podemos alterar valor mediante decisão em assembleia e posterior publicação de edital para tal. Após alguns questionamentos, sugestões e pedido de informações pelos Prefeitos, decidiu-se que renovaríamos a publicação do edital atual e que qualquer reajuste seria tratado na próxima assembleia. O Coordenador do CIS também vai se antecipar e solicitar os documentos necessários para a renovação dos contratos durante esta semana, até para sabermos antecipadamente, quem não desejará a renovação. Continuando, o Presidente colocou em pauta o item IV, para eleição e posse do Conselho Deliberativo, gestão 2015, conforme art. 37 do Protocolo de Intenções, que prevê sua realização na última assembleia ordinária do ano. Como não teve chapa inscrita e após alguns encaminhamentos efetuados, por consenso chegou-se a seguinte composição, posteriormente aclamada por todos para o mandato de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, ficando assim constituída: PRESIDENTE, O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. JORGE LEONARDO NESI; 1º VICE-PRESIDENTE, O Prefeito Municipal de Tubarão, o Sr. JOÃO OLÁVIO FALCHETTI e 2º VICE-PRESIDENTE, o Prefeito Municipal de São Ludgero, o Sr. VOLNEI WEBER. A posse será realizada automaticamente no dia 1º de janeiro de 2015, valendo a presente ata como Termo de Posse. Em seguida os eleitos foram saudados com uma efusiva salva de palmas. Por fim, o item V – Assuntos Diversos, o Coordenador Administrativo do CIS colocou os Srs. Prefeitos apar da licitação de medicamentos, que será realizada no dia 17/12/2014, com a participação de 06 (seis) municípios, num total de 654 itens. Alguns Prefeitos solicitaram que fosse realizada uma outra licitação no começo de 2015, para aqueles municípios que ficaram fora deste processo, até para que possamos ter uma quantidade maior de medicamentos, para que haja um preço melhor. Foi pedido ao novo Presidente que fizesse este contato com os Prefeitos. O Presidente Jaime, a título de informação, informou que os municípios de Gravatal e Armazém estão classificados entre os 100 melhores Prefeitos do Brasil em Gestão Pública, conforme pesquisas de utilidade pública pela UBD – União Brasileira de Divulgação, cuja finalidade é divulgar os melhores gestores do país, na esfera de Educação, Serviços Sociais, Infraestrutura e Saúde. Para finalizar, a palavra foi deixada livre e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes pela colaboração durante seu mandato, e determinou a este coordenador administrativo que lavrasse a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº010/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2014.

Pelo presente instrumento de 1º termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 010/2014 de realização dos serviços de gerenciamento, capacitação e manutenção do roteiro de Cicloturismo "CIRCUITO DE CICLOTURISMO DAS ARAUCÁRIAS" prestado pela ASBICICLO - Associação São Bentense de Ciclomontanhismo, com sede à rua Augusto Wunderwald, 1016, bairro Centenário, São Bento do Sul - SC, registrada no CNPJ sob o nº 02.979.633/0001-19, neste ato representada pelo seu presidente Cleiton Marçal Dias e tendo como contratante o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt nº 331 sala 01, Bairro centro Município de São Bento do Sul, SC, tem certo e ajustado que:

CLÁUSULA PRIMEIRA: fica reajustado o valor mensal para R\$ 4.805,32 (quatro mil, oitocentos e cinco reais, trinta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: fica acordado que o reajuste será conforme o acumulado do INPC de janeiro de 2014 a novembro 2014, com índice de 5,02, conforme pactuado e constante em ata da reunião da comissão de Cicloturismo datada de 17 de novembro de 2014, haja visto que a assinatura deste aditivo será coincidente com a Assembleia Geral Ordinária realizada naquela data, e não como o enunciado da CLÁUSULA 5ª do Contrato de Prestação de Serviço a que este aditivo se refere.

CLÁUSULA TERCEIRA: ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato e condições ora aditado, aqui expressamente modificados, ficando este a fazer parte integrante daquele para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA QUARTA: este Termo Aditivo começa a vigorar em 02 de janeiro de 2015 com vigência até 02 de janeiro de 2016.

E por estarem de acordo, firma o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2014.

Rubens Blaszkowski
Presidente CIQ

Cleiton Marçal Dias
Presidente ASBICICLO

RATEIO 1º ADITIVO CICLOTURISMO Nº008/2014

CONTRATO DE RATEIO Nº008/2014

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, E OS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, RIO NEGRINHO E SÃO BENTO DO SUL, OBJETIVANDO RATEIO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, CAPACITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ROTEIRO DE CICLOTURISMO "CIRCUITO DAS ARAUCÁRIAS" NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, RIO NEGRINHO E SÃO BENTO DO SUL, CONFORME O CONTRATO Nº 008/2013 COM A EMPRESA ASBICICLO - ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO, RATIFICADO PELA RESOLUÇÃO Nº 07/2014 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no

CNPJ sob nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01, centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente RUBENS BLASZKOWSKI, CPF 379.515.489-87, Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Coronel Bueno Franco, 292, na cidade de Campo Alegre, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, portador do CPF nº CPF: 379.515.489-87, Campo Alegre/SC, domiciliado e residente na Rua Professor Rufino Blaszkowsky, 233, Bateias de Baixo, Cep: 89.294-000 cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina; CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83102467/0001-70, com sede à Avenida Getúlio Vargas 443, na cidade de Corupá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LUIZ CARLOS TAMANINI, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do CPF 381110559-00, domiciliado e residente na Rua Ano Bom 2145, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina; RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83102756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, na cidade de Rio Negrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ALCIDES GROHSKOPF, CPF 293.012.549-72, domiciliado e residente à rua São Rafael nº 700 ap. 01, bairro São Rafael, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, e SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-001, com sede na Rua, Rua Jorge Lacerda 89280-175, nº 75, Centro, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, FERNANDO TURECK, brasileiro, casado, Médico, portador do CPF nº 033.667.519-40, domiciliado e residente na Rua, Augusto Klimmeck 264, bairro centro na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando o resultado da sessão realizada no dia 03/12/2013 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013, que gerou o Contrato de Prestação de Serviços nº 008/2013 e seu 1º Termo Aditivo, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção dos serviços de GERENCIAMENTO, CAPACITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ROTEIRO DE CICLOTURISMO "CIRCUITO DAS ARAUCÁRIAS" NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, RIO NEGRINHO E SÃO BENTO DO SUL, conforme o contrato nº 008/2013 com a empresa ASBICICLO - Associação São Bentense de Ciclomotanhismo, ratificado pela Resolução nº 07/2014 de 11 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a Contagem da População 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será pago de forma integral e em parcelas mensais sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á o valor total de R\$ 57.663,84 (cinquenta e sete mil, seiscentos sessenta e três reais, oitenta e quatro centavos).

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o

critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

MUNICÍPIO	Nº HABITANTES	% PARTICIPAÇÃO	VALOR ANUAL EM R\$	VALOR MENSAL EM R\$
CAMPO ALEGRE	11.748	8,38	4.832,23	402,75
CORUPÁ	13.852	9,88	5.697,19	474,76
RIO NEGRINHO	39.846	28,41	16.382,30	1.365,16
SÃO BENTO DO SUL	74.801	53,33	30.752,12	2.562,65
TOTAL	140.247	100	57.663,84	4.805,32

A dotação orçamentaria será pela modalidade de aplicação para os municípios na 3.3.71.70 e a modalidade no consórcio se dará através da 3.3.90.39.00.

Os depósitos em conta corrente das cotas correspondentes deverão ocorrer até o dia 01 de janeiro de 2015 na Caixa Econômica Federal Agência 0628 c.c. 06000184-1.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta

demonstração contábil do débito;

• fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2014.

Rubens Blaszkowski

Consórcio Intermunicipal Quiriri

Fernando Tureck Município de São Bento do Sul	Rubens Blaszkowski Município de Campo Alegre
--	---

Luiz Carlos Tamanini Município de Corupá	Alcides Grohskopf Município de Rio Negrinho
---	--

Rubens Blaszkowski

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:

Leoni Fuerst 651664509-49	Mauro Fernandes Bácsfalusi 293034279-04
------------------------------	--

RATEIO 1º ADITIVO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CONTRATO DE RATEIO Nº 007/2014

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, E OS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, RIO NEGRINHO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO QUIRIRI SUSTENTÁVEL - LINHA 03 - (FRENTE ESTRATÉGICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS)

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331, centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente Sr. Rubens Blaszkowski, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 379.515.489-87, Prefeito de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Coronel Bueno Franco, 292, na cidade de Campo Alegre, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski, inscrito no CPF nº 379.515.489-87, domiciliado e residente na Rua Prof. Rufino Blaszkowski, 233, Bateias de Baixo, na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina; RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, na cidade de Rio Negrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Alcides Grohskopf, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.012.549-72, domiciliado e residente na Rua São Rafael, 700 bairro São Rafael, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, doravante denominados CONSORCIADOS, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada em 28 de agosto de 2014, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à implantação e manutenção das atividades constantes do Projeto Quiriri Sustentável - Linha 03 (Frente Estratégica de Licenciamento Ambiental Municipal e Arranjos Produtivos Locais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS será dividido proporcionalmente entre os municípios contratantes, ou seja, 50% do valor total para cada município.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será pago de forma integral e em parcela única sob a forma de depósito em conta corrente da Caixa Econômica Federal Agência 0628 - São Bento do Sul, c.c. 006000182-5 de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á o valor total de R\$

18.485,00 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais). O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade de 50% para cada município, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	% da participação	Valor (R\$)
Campo Alegre	50%	R\$ 9.242,50
Rio Negrinho	50%	R\$ 9.242,50
Total	100%	R\$ 18.485,00

Os depósitos em conta corrente das cotas correspondentes deverão ocorrer até o dia 28 de novembro de 2014.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 03 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2014.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CONSÓRCIO, conforme Orçamento-Programa Anual 2014.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.

Consórcio Intermunicipal Quiriri

Rubens Blaszkowski Município de Campo Alegre Presidente CIQ	Alcides Grohskopf Município de Rio Negrinho
---	--

Testemunhas:

Leoni Fuerst 651.664.509-49	Mauro Fernandes Bácsfalusi 293034279-04
--------------------------------	--

RATEIO MANUTENÇÃO Nº 009/2014**CONTRATO RATEIO Nº 009/2014**

Contrato que entre si celebram os Municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, objetivando o Rateio de Recursos Para Manutenção do Consórcio no exercício de 2014.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si o Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede administrativa na Rua Coronel Bueno Franco, nº 292, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rubens Blaszkowski, Município Corupá, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 443, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luiz Carlos Tamanini, Município de Rio Negrinho, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.756/001-79, com sede administrativa na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Alcides Grohskopf, Município São Bento do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Fernando Tureck, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01 □ Centro □ São Bento do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Rubens Blaszkowski.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a Contagem da População 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (Doze) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$ 330.659,00 (Trezentos e trinta mil e seiscentos e cinquenta e nove reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Nº habitantes	% da participação	Valor Ano (R\$)	Valor Mensal (R\$)
Campo Alegre	11.748	8,38%	27.709,22	2.309,10
Corupá	13.852	9,88%	32.669,11	2.722,43
Rio Negrinho	39.846	28,41%	93.940,22	7.828,35
São Bento do Sul	74.801	53,33%	176.340,45	14.695,03
Total	140.247	100%	330.659,00	27.554,92

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA NO CONSÓRCIO:

01.01.04	ADMINISTRAÇÃO
01.01.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
01.01.04.122.0001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO
01.01.04.122.0001.2000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO

MODALIDADE APLICAÇÃO	RECURSO	DESCRIÇÃO	VALOR ORÇADO	TOTAL
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		
3.1.90.00.00	0.1.00.0000000	Pessoal e encargos sociais		254.819,04
3.3.90.00.00	0.1.00.0000000	Outras despesas correntes		66.599,96
4.4.90.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.90.00.00	0.1.00.0000000	Investimento		9.240,00
		TOTAL		330.659,00

§1º Do valor estipulado para Rio Negrinho será deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de diretora executiva exercido pela Sra. Leoní Furst, funcionária cedida por este Município no valor de R\$ 6.812,31.

§2º Do valor estipulado para São Bento do Sul será deduzido mensalmente o salário/encargos do Sr. Mauro Fernandes Bácsfalusi e do repasse à Contadora Alice Droszczaka no valor de R\$ 6.557,98.

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIQ, conforme Orçamento - Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIQ e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIQ.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 11 de Dezembro de 2014.

Rubens Blaszkowski
Prefeito de Campo Alegre

Luiz Carlos Tamanini
Prefeito de Corupá

Alcides Grohskopf
Prefeito de Rio Negrinho

Fernando Tureck
Prefeito de São Bento do Sul

Rubens Blaszkowski
Presidente - Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:

Nome: Mauro Fernandes Bácsfalusi
CPF nº 293.034.279-04

Nome: Alice Droszczaka
CPF nº 590.736.169.72

VALORES À REPASSAR PARA O CONSÓRCIO POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO POR MUNICÍPIO:
CAMPO ALEGRE

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
3.1.71.70.00	428,10
3.3.71.70.00	1.816,47
4.4.71.70.00	64,53
TOTAL	2.309,10

CORUPÁ

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
3.1.71.70.00	504,73
3.3.71.70.00	2.141,62
4.4.71.70.00	76,08
TOTAL	2.722,43

RIO NEGRINHO

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
3.1.71.70.00	516,04
3.3.71.70.00	250,00
4.4.71.70.00	250,00
TOTAL	7.828,35 – 6.812,31 = 1.016,04

SÃO BENTO DO SUL

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
3.1.71.70.00	2.724,42
3.3.71.70.00	5.001,99
4.4.71.70.00	410,64
TOTAL	14.695,03 – 6.557,98= 8.137,05

3.1.71.70.00	0.100	Pessoal e encargos sociais
3.3.71.70.00	0.100	Outras despesas correntes
4.4.71.70.00	0.100	Investimento

RESOLUÇÃO CIQ Nº007/2014

Resolução CIQ nº007/2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal Quiriri para o exercício de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal Quiriri (CIQ), para o exercício de 2015, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 351.761,85 (trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e um reais, oitenta cinco centavos).

§ 1º - A Receita do CIQ será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas correntes	R\$ 351.761,85
Transferências dos Municípios	R\$ 348.395,81
Transferências a Consórcio	R\$ 349.395,81
Transferência município de Campo Alegre	R\$ 50.795,44
Transferência município de Corupá	R\$ 38.094,02
Transferência município de Rio Negrinho	R\$ 75.124,21
Transferência município de São Bento do Sul	R\$ 184.382,14
Receita patrimonial	R\$ 3.366,04
TOTAL	R\$ 351.761,85

§ 2º - As Despesas de custeio do CIQ serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

CATEGORIA ECONÔMICA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	324.761,85
Pessoal e Encargos	67.000,00
Outras Despesas Correntes	257.761,85

Despesas de Capital	27.000,00
Investimentos	27.000,00
TOTAL	351.761,85

Art. 2º - A Presidência do CIQ fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIQ está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - Superávit financeiro do exercício anterior;
- IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2014.

Rubens Blaszkowski

Prefeito de Campo Alegre

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Editais de Notificação

CURITIBANOS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1002/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1002/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBV1436	55568356D	23/05/2012	51851	167
MDA0380	55567608D	27/05/2012	58350	195
MDA0380	55567607D	27/05/2012	52400	173
MEB8366	55568409D	27/05/2012	54600	181 * IX
MHX9790	54682787C	27/05/2012	72340	250 * I * a
MIZ4903	55566772D	04/05/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1005/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1005/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BBA3300	55567965D	31/05/2012	51851	167
LWS2994	54687688C	30/05/2012	60681	209
LYH1985	55568052D	09/05/2012	55411	181 * XVII
LYO0445	55568057D	11/05/2012	68580	231 * VII
MAV7192	55567553D	23/05/2012	51851	167
MBC3399	55567506D	31/05/2012	51851	167
MED5058	55568254D	03/06/2012	52070	169
MXV7514	55566979D	27/05/2012	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1008/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEX2560	55567811D	16/05/2012	53470	178
LWY9086	55568263D	08/06/2012	58350	195
LXJ3429	55568083D	06/06/2012	73662	252 * VI
LZE2695	55566975D	23/05/2012	51851	167

LZN2391	55567957D	20/05/2012	58350	195	
LZV1532	54687097C	15/05/2012	57380	186	* II
MAI4078	55568368D	09/06/2012	58350	195	
MAI4078	55567514D	09/06/2012	52152	170	
MAI4078	55567728D	09/06/2012	70302	244	* I
MBB1220	55568267D	15/06/2012	51851	167	
MHS6972	55568303D	07/06/2012	60501	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1042/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1042/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAA5424	55567262D	19/08/2012	54870	181 * XI
ADL3432	55567455D	15/08/2012	54600	181 * IX
APF1173	55567904D	11/08/2012	60501	208
LWV9994	55568179D	08/07/2012	51851	167
LXM8318	55567689D	07/08/2012	60501	208
LXR8066	55568276D	22/07/2012	73662	252 * VI
MAN3080	55566449D	09/08/2012	73662	252 * VI
MAR1836	55566412D	24/07/2012	52070	169
MCH9980	55567883D	30/07/2012	57380	186 * II
MGB3984	55566208D	12/08/2012	54600	181 * IX
MKR0820	55567843D	13/07/2012	55411	181 * XVII
MZI2337	55566322D	10/07/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1045/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1045/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBS8792	55567109D	09/08/2012	54600	181 * IX
MGP2328	55566426D	31/07/2012	60501	208
MHP7539	54682679C	27/07/2012	55411	181 * XVII
MIZ4903	54687691C	28/07/2012	73662	252 * VI
MKE9091	54683496C	02/08/2012	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1049/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1049/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DAU1987	55566460D	27/08/2012	57200	186 * I
DAU1987	55566461D	27/08/2012	57970	191
DAU1987	55568218D	27/08/2012	52152	170
DAU1987	55568217D	27/08/2012	52151	170
JJD8149	55566444D	09/08/2012	73662	252 * VI
JJD8149	55566443D	09/08/2012	51851	167
MAW7991	55567679D	03/08/2012	55411	181 * XVII
MEW3206	55566448D	09/08/2012	51851	167
MFN2635	55566445D	09/08/2012	51851	167
MFN2635	55566446D	09/08/2012	73662	252 * VI
MFN2635	55566447D	09/08/2012	68580	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1169/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1169/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACA3829	55941468D	12/04/2013	69200	233
AFQ3577	55570238D	28/03/2013	69120	232
AFQ3577	55570239D	28/03/2013	51691	165
AFQ3577	55570240D	28/03/2013	67691	230 * XXII
AHH3373	55941553D	18/03/2013	50450	162 * V
AIY9849	54682740C	16/03/2013	50100	162 * I
AMS9083	55941411D	08/04/2013	65564	230 * I
BZT9460	55941478D	13/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
BZT9460	55941477D	13/04/2013	50100	162 * I
BZT9460	55941262D	13/04/2013	65992	230 * V
BZT9460	55941264D	14/04/2013	51691	165
DSW2483	55941456D	12/04/2013	69200	233
GNV0409	55569249D	21/03/2013	65992	230 * V
GNV0409	55569250D	21/03/2013	65561	230 * I
IES2406	55941371D	13/04/2013	66102	230 * VII
IES2406	55570245D	13/04/2013	50450	162 * V
JJL1000	55569333D	02/04/2013	66102	230 * VII
KAA3660	55941417D	14/04/2013	52741	175
LXF6121	55941408D	08/04/2013	50100	162 * I
LXH5913	54682750C	13/04/2013	50100	162 * I
LXH5913	55941206D	13/04/2013	51691	165
LXH5913	54682748C	10/04/2013	50100	162 * I
LXH5913	54682749C	13/04/2013	66371	230 * IX
LXH9135	55941369D	10/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
LXM1532	55569343D	10/04/2013	50100	162 * I
LXM1532	55569344D	10/04/2013	50610	163 c/c 162 * I
LXN3180	55570165D	07/03/2013	51180	164 c/c 162 * I
LXN3180	55570166D	07/03/2013	65800	230 * IV
LXN3180	55570163D	07/03/2013	50100	162 * I
LXN3180	55570164D	07/03/2013	65992	230 * V
LXN3180	55570112D	07/03/2013	66531	230 * XI
LXN3180	55570113D	07/03/2013	66371	230 * IX
LXV5071	55941312D	08/04/2013	51691	165
LXV5071	55568896D	08/04/2013	65992	230 * V
LZV4561	55569000D	12/03/2013	69200	233
LZW6382	55941377D	15/04/2013	51691	165
MAJ6038	55569848D	25/03/2013	65992	230 * V
MBB9164	55570130D	24/03/2013	50100	162 * I
MBB9164	55570131D	24/03/2013	50610	163 c/c 162 * I
MBB9164	55941352D	24/03/2013	65992	230 * V
MBK4088	55570824D	16/03/2013	65992	230 * V
MCX0171	55941453D	06/04/2013	51691	165
MDL0611	55569341D	10/04/2013	69200	233
MDQ2719	55941363D	05/04/2013	50100	162 * I
MDQ2719	55568885D	05/04/2013	50100	162 * I
MEF6552	55569246D	20/03/2013	65992	230 * V
MEF6552	55569247D	20/03/2013	50100	162 * I
MEF6552	55569248D	20/03/2013	50610	163 c/c 162 * I
MEO3382	55570176D	15/03/2013	65992	230 * V
MGW6522	55570244D	13/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGW6522	55570243D	13/04/2013	65992	230 * V
MGW6522	55941370D	13/04/2013	50100	162 * I
MHH5603	54686734C	16/03/2013	50100	162 * I

MHH5603	54686735C	16/03/2013	50610	163	c/c 162 * I
MHZ5346	55941475D	13/04/2013	50450	162	* V
MIO2937	55568495D	14/04/2013	51691	165	
MJL4704	55941261D	10/04/2013	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1170/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1170/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFQ3577	55570237D	28/03/2013	51851	167
AMO9796	55569985D	21/03/2013	59670	203 * V
APE2236	55941451D	06/04/2013	51851	167
BFJ4685	55570132D	24/03/2013	65640	230 * II
CCW4970	55941313D	14/04/2013	51851	167
GZT6844	55941906D	15/04/2013	73662	252 * VI
KAA3660	55941416D	14/04/2013	58350	195
KAA3660	55569348D	14/04/2013	54600	181 * IX
LXN3180	55570167D	07/03/2013	70302	244 * I
LZP0281	55566612D	02/04/2013	51851	167
MAI4289	54682744C	28/03/2013	55411	181 * XVII
MAK3829	55941952D	15/04/2013	73662	252 * VI
MAW1515	55569969D	17/03/2013	51930	168
MBK6818	55570415D	03/04/2013	59320	203 * II
MGR8443	55941302D	06/04/2013	60760	210
MIO2937	55941413D	13/04/2013	60501	208
MJX7023	55941308D	06/04/2013	60760	210
MKK4181	55570946D	02/03/2013	60501	208
MUB8306	55941303D	06/04/2013	60760	210

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1173/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1173/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOM3841	55570989D	02/04/2013	65992	230 * V
CAC4917	54686657C	29/03/2013	65992	230 * V
CJP4401	55569849D	02/04/2013	65992	230 * V
CJP4401	55569850D	02/04/2013	50100	162 * I
LWZ3231	55568497D	20/04/2013	50100	162 * I
LWZ3231	55568496D	20/04/2013	65992	230 * V
LXN1144	54686656C	29/03/2013	51691	165
LYF5600	55941604D	18/04/2013	69200	233
LYF5600	55941378D	16/04/2013	50100	162 * I
LYL8595	55570085D	14/04/2013	65992	230 * V
LZP6354	55570233D	23/03/2013	50100	162 * I
MAN6237	55570830D	30/03/2013	50100	162 * I
MAN6237	55570831D	30/03/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCB9395	55570231D	23/03/2013	50100	162 * I
MET2119	55570230D	23/03/2013	50100	162 * I
MET2119	55570229D	23/03/2013	65992	230 * V
MGV0951	55941056D	22/04/2013	65992	230 * V
MGV0951	55941057D	22/04/2013	65564	230 * I
MHK1941	55568870D	28/03/2013	50610	163 c/c 162 * I
MID8089	55941053D	19/04/2013	65992	230 * V
MIR4220	55941465D	12/04/2013	69200	233
MIU5939	55570474D	28/03/2013	65992	230 * V
MIU5939	55570475D	28/03/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1174/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1174/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZP6354	55570234D	23/03/2013	72340	250 * I * a
MDB4578	55570416D	19/04/2013	73662	252 * VI
MFJ6026	55570129D	22/03/2013	60501	208
MFK7698	55569900D	27/03/2013	54521	181 * VIII
MHY7739	55941908D	22/04/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1177/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1177/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFS6833	55941471D	12/04/2013	69200	233
AGS7589	55941064D	26/04/2013	69200	233
BZY9269	55570413D	07/04/2013	65992	230 * V
CLI1683	55941067D	26/04/2013	69200	233
CRL3944	55941459D	14/04/2013	69200	233
IIF0121	55569345D	10/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
ILQ4789	55941155D	23/04/2013	65561	230 * I
KDS8437	55569297D	03/04/2013	50100	162 * I
LWX0875	55941962D	26/04/2013	69200	233
MAR0909	54682794C	05/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAR0909	54682796C	05/04/2013	51691	165
MAR0909	55941251D	05/04/2013	50100	162 * I
MDF7285	55941955D	26/04/2013	69200	233
MET7202	55941367D	09/04/2013	50100	162 * I
MET7202	55941368D	09/04/2013	69120	232
MFK8461	55941383D	24/04/2013	69120	232
MFK8461	55941106D	24/04/2013	65992	230 * V
MFK8461	55941107D	24/04/2013	66532	230 * XI
MHE5987	55941964D	26/04/2013	69200	233
MJF6487	55568890D	07/04/2013	50100	162 * I
MJF6487	55568889D	07/04/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1178/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1178/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBC5335	55941319D	26/04/2013	60501	208
MFB0570	55569992D	22/03/2013	55500	181 * XVIII
MIR3328	55570977D	16/03/2013	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1181/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1181/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZZ5269	55570088D	18/04/2013	69120	232
LZZ5269	55570087D	18/04/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1182/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1182/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIN0500	55941062D	26/04/2013	69200	233
AJE0364	55941508D	13/04/2013	69120	232
AOT5652	54686691C	08/05/2013	69200	233
BBM0585	55941611D	18/04/2013	69200	233
BIG1474	55941066D	26/04/2013	69200	233
BTM0338	55570077D	10/04/2013	50100	162 * I
BTM0338	55570078D	10/04/2013	50610	163 c/c 162 * I
IIF0121	55569346D	10/04/2013	69120	232
LXF5465	55941904D	12/04/2013	51691	165
LYJ7973	55567924D	12/04/2013	65992	230 * V
LYJ7973	55567929D	12/04/2013	50100	162 * I
LZK2048	55570477D	13/04/2013	51691	165
LZO0703	55570079D	10/04/2013	69200	233
LZZ6475	55941078D	06/05/2013	50100	162 * I
LZZ6475	55941076D	06/05/2013	52741	175
LZZ6475	55941075D	06/05/2013	51691	165
MAG6859	55570095D	18/04/2013	69200	233
MAO1793	55567920D	06/04/2013	51691	165
MBN7719	55941072D	05/05/2013	69120	232

MBN7719	55941073D	05/05/2013	65565	230	*	I
MBO9425	55941460D	12/04/2013	69200	233		
MBY3313	55570384D	06/05/2013	50100	162	*	I
MCY8913	54682745C	09/04/2013	69120	232		
MDH3552	55570100D	18/04/2013	69200	233		
MDH4576	55941651D	08/05/2013	69200	233		
MDL5788	55570094D	18/04/2013	69200	233		
MDQ0239	55570248D	13/04/2013	50100	162	*	I
MDQ0239	55570247D	13/04/2013	65992	230	*	V
MDQ0239	55941372D	13/04/2013	51180	164	c/c	162 * I
MET7202	54682746C	09/04/2013	50610	163	c/c	162 * I
MHV0660	55941317D	18/04/2013	50100	162	*	I
MHY3611	55569347D	11/04/2013	65992	230	*	V
MJC8756	55941529D	12/05/2013	50610	163	c/c	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1183/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1183/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRD2944	55941965D	09/05/2013	54521	181 * VIII
HAN8006	55941316D	15/04/2013	51851	167
LYQ1811	55570076D	10/04/2013	73662	252 * VI
MAD4006	55941509D	13/04/2013	58350	195
MAD4006	55941505D	13/04/2013	60681	209
MAD4006	55941504D	13/04/2013	51851	167
MCH3666	55568783D	06/05/2013	55090	181 * XIII
MDB4578	55941569D	19/04/2013	60501	208
MEU9283	55570072D	06/04/2013	51851	167

MFT9414	55941519D	03/05/2013	54600	181	*	IX
MIO9171	55570997D	06/04/2013	51851	167		
MIS9660	55941366D	09/04/2013	53980	181	*	II
MJC8756	55941530D	12/05/2013	70301	244	*	I
MJQ1075	55941503D	10/04/2013	55411	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1186/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1186/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACA3829	55941122D	18/05/2013	67692	230 * XXII
ACA3829	55941121D	18/05/2013	50100	162 * I
ACA3829	55941390D	18/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
CHD5884	55568784D	22/05/2013	69120	232
IIF0121	54686671C	10/04/2013	50100	162 * I
LWW6716	55941573D	18/05/2013	50100	162 * I
LXG1185	55570837D	21/04/2013	52820	176 * I
LXZ2881	55941266D	20/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
LXZ2881	55570372D	20/04/2013	50100	162 * I
MCI8120	55570375D	20/04/2013	65992	230 * V
MEX5892	55941277D	14/05/2013	69200	233
MHU9455	55569134D	23/05/2013	50450	162 * V
MIK2510	55941054D	20/04/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1187/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1187/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIF5058	55941114D	09/05/2013	51851	167
LXG1185	55570838D	21/04/2013	51852	167
LXQ1019	55567930D	20/04/2013	60501	208
LYK7752	55568786D	22/05/2013	59080	202 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1190/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1190/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIF7223	55941059D	26/04/2013	69200	233
EBS1951	55570147D	02/06/2013	69120	232
ICE9595	55941111D	06/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
ICE9595	55941385D	06/05/2013	50100	162 * I
LXP1230	55569342D	10/04/2013	69200	233
LXV2741	55941969D	02/06/2013	65992	230 * V
LXV2741	55941970D	02/06/2013	50100	162 * I
LZG5880	55570840D	24/05/2013	51691	165
MAK9629	55570144D	24/05/2013	50100	162 * I
MAM5493	55941162D	02/06/2013	50100	162 * I
MAM5493	55941163D	02/06/2013	65992	230 * V
MAQ0649	55941065D	26/04/2013	69200	233
MBI5166	55941753D	25/05/2013	50100	162 * I
MBI5166	55941754D	25/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBI5166	55941756D	25/05/2013	69120	232
MEN7702	55941751D	25/05/2013	65992	230 * V
MFR9002	55941393D	26/05/2013	50100	162 * I
MFR9002	55941124D	26/05/2013	65992	230 * V
MFR9002	55941125D	26/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGF0931	55570145D	24/05/2013	65992	230 * V
MGX6942	55941963D	26/04/2013	69200	233
MJC8765	54682899C	12/05/2013	51691	165
MJD9282	55941388D	07/05/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1191/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1191/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAB3491	55941967D	02/06/2013	68580	231 * VII
AHI4172	55941577D	27/05/2013	56144	182 * V
LYJ7051	55941571D	10/05/2013	54521	181 * VIII
MAS3570	55941662D	20/05/2013	55415	181 * XVII
MBQ5343	55941521D	08/05/2013	54010	181 * III
MCX8869	55941540D	24/05/2013	68231	231 * IV
MEW3206	55941541D	26/05/2013	56142	182 * V
MHH1418	55941966D	25/05/2013	60501	208
MHX3137	55941421D	01/06/2013	55411	181 * XVII
MID3415	55941543D	28/05/2013	55760	182 * I
MIT8616	55941517D	30/04/2013	54521	181 * VIII
MJA6996	55941158D	18/05/2013	54522	181 * VIII
MKP1033	55941542D	28/05/2013	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1194/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1194/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEG1417	55941159D	20/05/2013	50100	162 * I
AEG1417	55941160D	20/05/2013	65992	230 * V
AHA2237	55941659D	08/05/2013	69200	233
BZY9269	54686685C	08/05/2013	69200	233
HSD2972	55941658D	08/05/2013	69200	233
LXY4726	55941660D	08/05/2013	69200	233
LZG9457	55941117D	11/05/2013	51691	165
LZG9457	55941118D	11/05/2013	50100	162 * I
LZG9457	55941119D	11/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAI2891	55941395D	30/05/2013	50100	162 * I
MAI2891	55941396D	30/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCB5009	55941652D	08/05/2013	69200	233
MDC7809	54686697C	25/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDC7809	54686695C	25/05/2013	65992	230 * V
MDC7809	54686696C	25/05/2013	50100	162 * I
MFK8112	55570478D	02/05/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1195/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1195/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZG9457	55941120D	11/05/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1198/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1198/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EBS1951	55570148D	02/06/2013	51691	165
EBS1951	55570149D	02/06/2013	50450	162 * V
EBS1951	55570150D	02/06/2013	50960	163 c/c 162 * V
LXB6451	55570841D	05/06/2013	65992	230 * V
LXB6451	55570842D	05/06/2013	50100	162 * I
LYY6089	55941134D	08/06/2013	65992	230 * V
LYY6089	55941135D	08/06/2013	50100	162 * I
LYY6089	55941136D	08/06/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYY6089	55941140D	08/06/2013	73400	252 * IV
MCS1410	55567933D	08/06/2013	65992	230 * V
MCS1410	55567934D	08/06/2013	50100	162 * I
MCS1410	55567935D	08/06/2013	51691	165
MJW1728	55941290D	03/06/2013	51691	165
MJW1728	55941291D	03/06/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1199/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1199/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJF6893	55941912D	21/05/2013	68231	231 * IV
LYY6089	55941139D	08/06/2013	58350	195
LYY6089	55941137D	08/06/2013	51851	167
LYY6089	55941138D	08/06/2013	60501	208
MHI0784	55941420D	28/05/2013	55411	181 * XVII
MLX6677	55941763D	06/06/2013	55500	181 * XVIII
MLX6677	55941764D	06/06/2013	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1202/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1202/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CLE0713	55941284D	14/05/2013	69200	233	
LXX2631	55569125D	12/03/2013	69200	233	
LZD5819	55568788D	23/06/2013	50100	162	* I
LZD5819	55568791D	23/06/2013	65992	230	* V
LZD5819	55568792D	23/06/2013	69120	232	
LZD5819	55568793D	23/06/2013	65800	230	* IV
LZZ1335	55941772D	10/06/2013	69200	233	
MAW7991	55570844D	22/06/2013	51691	165	
MBI6245	55570419D	17/06/2013	51691	165	
MBJ9977	55570106D	03/03/2013	65561	230	* I
MEA4235	55569075D	07/03/2013	50100	162	* I
MEV6024	55569838D	03/03/2013	50100	162	* I
MKK5131	55570143D	23/05/2013	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1203/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1203/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMB5147	55570638D	31/03/2013	52400	173
LXK3064	55941665D	10/06/2013	52070	169
LYF5600	55941549D	12/06/2013	51851	167
LZD5819	55568787D	23/06/2013	70301	244 * I
MBI6245	55570421D	17/06/2013	51851	167
MBI6245	55570420D	17/06/2013	68580	231 * VII
MEM3888	55570025D	08/03/2013	51851	167
MEQ0035	55940901D	13/06/2013	51851	167
MJI4106	55941670D	12/06/2013	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1210/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1210/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KIV4170	54686692C	12/05/2013	50100	162 * I
LYF8897	55941770D	10/06/2013	69200	233

LZJ4591	55941157D	11/05/2013	65992	230 * V
MEW8345	55941322D	13/06/2013	69200	233
MFG2026	55941766D	10/06/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1211/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1211/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KGO3449	54686700C	09/06/2013	55250	181 * XV
KIV4170	54686698C	12/05/2013	68580	231 * VII
KIV4170	54686693C	12/05/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1222/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1222/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACY6102	55569139D	24/06/2013	69200	233
IBO3986	55941293D	07/06/2013	51180	164 c/c 162 * I
IBO3986	55941292D	07/06/2013	50100	162 * I
LYH7417	55941295D	07/06/2013	65992	230 * V
MDH1894	55941133D	08/06/2013	51691	165
MHF5487	55567936D	09/06/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1223/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1223/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BOO9156	55941548D	10/06/2013	51851	167
IDV2227	55941761D	02/06/2013	51852	167
IDV2227	55941758D	02/06/2013	52152	170
IDV2227	55941759D	02/06/2013	58350	195
IDV2227	55941760D	02/06/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1226/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1226/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFV1588	55941330D	13/06/2013	69200	233
BGP7956	55941661D	16/05/2013	50100	162 * I
LWY2322	55941927D	18/06/2013	69200	233
LYD6104	55941141D	12/06/2013	50100	162 * I
LYN7250	55941296D	10/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
LZX7486	55570698D	15/06/2013	65992	230 * V
LZX7486	55570699D	15/06/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAL0553	55941142D	12/06/2013	65992	230 * V
MAQ2212	55941767D	10/06/2013	69200	233
MAW1309	55941326D	13/06/2013	69200	233
MBS7798	55941697D	02/07/2013	69120	232
MCM5435	55941923D	18/06/2013	69200	233
MDW4292	55569547D	15/06/2013	65992	230 * V

MHP1952 55941324D 13/06/2013 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1227/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1227/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZQ0199	55940920D	07/07/2013	53470	178
LZQ0199	55941700D	07/07/2013	54521	181 * VIII
MDW4292	55569548D	15/06/2013	51851	167
MFI0317	55568796D	06/07/2013	57200	186 * I
MGN3905	55941685D	25/06/2013	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1230/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1230/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFL3176	55941582D	10/06/2013	69200	233
BFI9452	55569138D	24/06/2013	69200	233
BTH6393	55567944D	27/06/2013	69200	233
CJP4401	55570501D	22/06/2013	51691	165
IMF0979	55569141D	24/06/2013	69200	233
KAA3660	55940926D	16/07/2013	69120	232
LXR9938	55941181D	14/07/2013	50100	162 * I
LXV3540	55941341D	22/06/2013	65992	230 * V
LYD6104	55940851D	12/06/2013	51180	164 c/c 162 * I
LZR0643	55567945D	27/06/2013	69200	233
LZX7486	55570700D	15/06/2013	50100	162 * I
MGA7461	55941578D	10/06/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1231/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1231/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJQ5585	55941972D	26/06/2013	60501	208
AJX4336	55941666D	10/06/2013	53800	181 * I
AOJ3356	55941690D	02/07/2013	54521	181 * VIII
BOY4419	55569137D	16/06/2013	53800	181 * I
KAA3660	55940927D	16/07/2013	51851	167
LXZ1417	55940803D	13/07/2013	51851	167
MEZ2630	55940925D	11/07/2013	51851	167
MGH1217	55941424D	21/06/2013	55411	181 * XVII
MIO2382	55568897D	18/07/2013	54600	181 * IX
MKM4149	55940935D	20/07/2013	59320	203 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1234/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1234/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DGO1438	55569146D	14/06/2013	69200	233
IDT1369	55940754D	13/07/2013	65992	230 * V

LXS9611	55941579D	10/06/2013	69200	233
LYH4815	55940952D	14/07/2013	69120	232
LYH4815	55940953D	14/07/2013	51691	165
LYN7250	55941934D	10/07/2013	50100	162 * I
LZJ1335	55570506D	23/06/2013	50100	162 * I
LZU7270	55941342D	15/07/2013	65992	230 * V
MCZ0982	54687537C	20/07/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1235/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1235/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALX6880	55941590D	15/06/2013	60501	208
MAX2240	55941779D	11/07/2013	55090	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1238/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1238/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BSS6637	55941847D	26/07/2013	69200	233
CMQ8312	55569147D	24/06/2013	69200	233
MDG0730	55940802D	09/07/2013	65992	230 * V
MDG0730	55940752D	09/07/2013	50100	162 * I
MDQ2719	55568900D	30/07/2013	50100	162 * I
MLN0210	55940807D	29/07/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1239/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1239/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEG3280	55940854D	30/07/2013	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1241/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1241/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CZX6214	55941199D	26/07/2013	69200	233
IBW3667	54529959E	02/08/2013	69200	233
ICE9595	55941485D	07/07/2013	51691	165
ICE9595	55941618D	07/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
ICE9595	55941617D	07/07/2013	65561	230 * I
ICE9595	55941484D	07/07/2013	50100	162 * I
JFU6374	55941705D	26/07/2013	65992	230 * V
KJC5264	55941709D	30/07/2013	50100	162 * I
LXD0624	55940813D	29/07/2013	69200	233
LYH4815	55941820D	07/07/2013	50450	162 * V
MAT1370	54529859E	03/08/2013	65992	230 * V
MBC9395	54529555E	03/08/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBC9395	54529608E	03/08/2013	50100	162 * I
MBC9395	54529607E	03/08/2013	65992	230 * V
MBC9395	54529554E	03/08/2013	51691	165
MFN8685	55941849D	26/07/2013	69200	233
MKM3447	54529851E	02/07/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1242/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1242/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA6450	54529501E	25/07/2013	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1245/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1245/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN0894	55941010D	14/07/2013	66102	230 * VII
JDU0420	55941937D	16/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
JDU0420	55941936D	16/07/2013	50100	162 * I
JDU0420	55940928D	16/07/2013	69120	232
MIP9812	54529858E	30/07/2013	66532	230 * XI
MKV0672	55941938D	20/07/2013	50450	162 * V
MKV0672	55941939D	20/07/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1246/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1246/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JDU0420	55940929D	16/07/2013	51851	167
MBY3313	55941795D	03/08/2013	70481	244 * II
MBY3313	54686030C	03/08/2013	70301	244 * I
MBY3313	55941796D	03/08/2013	58350	195
MBY3313	55941797D	03/08/2013	70561	244 * III
MGQ6910	54529502E	03/08/2013	52070	169
MGQ6910	55941978D	03/08/2013	72340	250 * I * a
MIO1712	55941145D	03/07/2013	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1249/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1249/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ3817	54529612E	11/08/2013	51180	164 c/c 162 * I
AGK2374	55941015D	13/08/2013	69200	233
AQX8888	55941708D	26/07/2013	65992	230 * V
AQX8888	55941707D	26/07/2013	50450	162 * V
BNI6892	55941213D	04/08/2013	51691	165
BNI6892	55941214D	04/08/2013	69120	232
IEK3654	54529509E	17/08/2013	51691	165
IEK3654	54529511E	17/08/2013	65992	230 * V
IEK3654	54529512E	17/08/2013	50100	162 * I

LXA4603	54529503E	05/08/2013	50100	162	* I
LXA4603	54529504E	05/08/2013	51180	164	c/c 162 * I
LXB5623	55941022D	13/08/2013	69200	233	
LYK6076	55941026D	13/08/2013	69200	233	
MAD8066	55941344D	25/07/2013	50100	162	* I
MAI1452	55940761D	29/07/2013	69200	233	
MAO1793	55941198D	26/07/2013	69200	233	
MDQ6595	55941032D	18/08/2013	51691	165	
MDT1881	55940867D	19/08/2013	65992	230	* V
MDZ8492	55941788D	02/08/2013	69200	233	
MHB1071	55940816D	02/08/2013	65992	230	* V
MHL6302	55941017D	13/08/2013	69200	233	
MJD4236	55941298D	05/08/2013	50100	162	* I
MJD4236	55941299D	05/08/2013	51180	164	c/c 162 * I
MJD4236	55941300D	05/08/2013	69120	232	
MJD4236	55941297D	05/08/2013	65992	230	* V
MKN5892	55941212D	29/07/2013	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1250/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1250/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP3134	55940819D	02/08/2013	51851	167
MHB1071	55940817D	02/08/2013	51851	167
MKM4149	54529613E	11/08/2013	73662	252 * VI
MKN5892	55941211D	29/07/2013	68580	231 * VII
MLJ1074	55940768D	14/08/2013	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1252/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1252/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ3817	54529563E	11/08/2013	50100	162 * I
AFG2734	54529753E	24/08/2013	65992	230 * V
AFG2734	54529752E	24/08/2013	50100	162 * I
CGZ4494	54529968E	06/08/2013	51691	165
CIO0237	55941848D	26/07/2013	69200	233
LWV7191	55941427D	28/07/2013	51691	165
LXI5920	54529860E	11/08/2013	65992	230 * V
LXI5920	54529861E	11/08/2013	50100	162 * I
LXI5920	54529862E	11/08/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYD6104	54529553E	31/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYD6104	54529605E	31/07/2013	50100	162 * I
LZC9073	54529712E	29/08/2013	69200	233
MAU7060	54529963E	02/08/2013	69200	233
MBE9269	54529653E	16/08/2013	50450	162 * V
MBE9269	54529654E	16/08/2013	50960	163 c/c 162 * V
MBE9269	54529652E	16/08/2013	51691	165
MCS0841	54529760E	28/08/2013	50100	162 * I
MDT1881	55941726D	18/08/2013	50100	162 * I
MEM3888	55940759D	29/07/2013	69200	233
MGL2672	54529751E	20/08/2013	65992	230 * V
MIM2831	55940805D	29/07/2013	69120	232
MJF7911	55941345D	27/07/2013	50100	162 * I
MKB3313	55940858D	03/08/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1253/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 1253/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZA4874	55941034D	25/08/2013	54521	181 * VIII
MBV1230	55941210D	23/07/2013	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 363/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 363/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJE7203	54071145B	06/06/2006	69200	233
BJE7250	54071319B	19/07/2006	50100	162 * I
LWR3008	55554822A	22/07/2006	66100	230 * VII
LXG5016	55554812A	10/07/2006	55680	181 * XIX
LXK4183	55554817A	10/07/2006	69120	232
LXK4183	55554816A	10/07/2006	65990	230 * V
LXP0753	54076909B	23/07/2006	54280	181 * V
LYX8072	55554811A	10/07/2006	55500	181 * XVIII
LZO5610	54071445B	09/07/2006	52070	169
LZR9918	55554820A	14/07/2006	65990	230 * V
MAP8914	54073181B	01/07/2006	50450	162 * V
MAP8914	54073180B	01/07/2006	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 365/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 365/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR8867	54075178B	29/07/2006	53470	178
LZE5234	54072934B	21/06/2006	65990	230 * V
LZW4870	54071050B	02/08/2006	67690	230 * XXII
LZW4870	54071049B	02/08/2006	66020	230 * VI
LZY2257	54071150B	03/07/2006	55680	181 * XIX
MAK7910	54076958B	30/07/2006	55410	181 * XVII
MGH7350	54071147B	21/06/2006	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 367/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 367/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPX1941	54073130B	11/08/2006	69200	233
HOX9455	54071047B	26/07/2006	51690	165
MEV6771	55554831A	31/07/2006	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 369/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 369/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE3881	54076955B	12/07/2006	55680	181 * XIX
LYR0919	55554818A	13/07/2006	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 370/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 370/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABT9842	55554827A	25/07/2006	55680	181 * XIX
ADW9370	55554808A	07/07/2006	55680	181 * XIX
ADY2835	54075183B	13/08/2006	69120	232
ADY2835	54075182B	13/08/2006	65990	230 * V
AKH4269	54076807B	24/07/2006	55680	181 * XIX
BBA3300	54076886B	22/08/2006	61220	214 * I
LWZ5191	54077055B	10/08/2006	50100	162 * I
LWZ5191	54077054B	10/08/2006	65990	230 * V
LXE4437	54071273B	16/08/2006	50100	162 * I
LXK1447	54073137B	27/08/2006	50100	162 * I
LXS9002	54071442B	09/07/2006	65990	230 * V
LYD2706	54076956B	12/07/2006	55680	181 * XIX
LYG4107	54071238B	26/08/2006	50100	162 * I
LYG4107	54071239B	26/08/2006	65990	230 * V
LYX3465	55554823A	23/07/2006	54280	181 * V
MAL5837	55554839A	27/08/2006	73660	252 * VI
MBT6580	55554825A	25/07/2006	55680	181 * XIX
MCF6722	54075187B	25/08/2006	65990	230 * V
MCF6722	54075188B	25/08/2006	50370	162 * III
MCR4964	54070343B	10/08/2006	69120	232
MCR4964	54070341B	10/08/2006	50100	162 * I
MDJ0610	54073948B	25/07/2006	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 372/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 372/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEL9092	55554844A	30/08/2006	60500	208
LXD3668	54076889B	25/08/2006	50100	162 * I
LXD3668	54076888B	25/08/2006	65990	230 * V
LYP3991	54071364B	25/08/2006	66100	230 * VII
LYZ0762	54076811B	30/07/2006	54520	181 * VIII
LZE5749	54073140B	29/08/2006	65560	230 * I
LZE5749	54073139B	29/08/2006	51850	167
LZE5749	54073138B	29/08/2006	66700	230 * XIII
MBK7372	54071268B	10/08/2006	69120	232
MBK7372	54071267B	10/08/2006	50100	162 * I
MBW1132	54077051B	10/08/2006	65560	230 * I
MCB5992	54073126B	05/08/2006	51850	167
MEJ7332	54077011B	30/08/2006	69120	232
MEJ7332	54077010B	30/08/2006	52740	175
MEX5830	54073191B	04/08/2006	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 374/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 374/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADS4382	54076897B	14/09/2006	69200	233
AJL5430	54073132B	11/08/2006	69200	233
LXF6821	55554841A	27/08/2006	51850	167
LYA4255	54075197B	10/09/2006	50100	162 * I
LYA4255	54075198B	10/09/2006	65990	230 * V
LYA4255	54071293B	10/09/2006	51690	165
LYY4183	54071322B	28/07/2006	69200	233
LZA9461	54077265B	11/09/2006	69200	233
LZJ3926	54070292B	30/08/2006	65800	230 * IV
LZN7986	54070744B	19/09/2006	50100	162 * I
LZN7986	54070745B	19/09/2006	69120	232
LZN7986	54070746B	19/09/2006	65990	230 * V
LZP1479	54071336B	20/09/2006	60500	208
MAA9152	54071241B	10/09/2006	60500	208
MAC0504	54077018B	14/09/2006	55680	181 * XIX
MAO4866	54071329B	14/09/2006	58350	195
MAO4866	54071328B	14/09/2006	51850	167
MBA4757	54071282B	28/08/2006	66100	230 * VII
MBC6288	54077263B	11/09/2006	69200	233
MBQ6831	54071287B	06/09/2006	55250	181 * XV
MCH9916	54076880B	15/08/2006	60500	208
MDG1685	54073135B	11/08/2006	50100	162 * I
MDG1685	54073136B	11/08/2006	65800	230 * IV
MDK9313	54073195B	13/09/2006	57200	186 * I
MDK9313	54073196B	13/09/2006	66370	230 * IX
MDX7121	54077257B	08/09/2006	55250	181 * XV
MEG4958	54076966B	29/08/2006	73660	252 * VI
MET3290	54071326B	11/09/2006	50450	162 * V
MET3290	54071325B	11/09/2006	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 376/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 376/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXZ2815	54071269B	10/08/2006	65990	230 * V
MAB5265	54077267B	20/09/2006	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 378/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 378/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEH0553	54071344B	23/09/2006	66100	230 * VII
AEH0553	54071343B	23/09/2006	65990	230 * V
AEH0553	54071342B	23/09/2006	50100	162 * I
AHZ7243	55156108A	23/09/2006	51850	167
IBF4267	54077206B	24/09/2006	66530	230 * XI
LXL3664	54077151B	16/08/2006	65990	230 * V
LXZ3316	54071244B	22/09/2006	69120	232
LYA3619	54071346B	23/09/2006	65560	230 * I
LYP3876	54077269B	23/09/2006	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 380/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 380/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYE2663	54071369B	06/10/2006	69200	233
LZB8114	54071349B	05/10/2006	65990	230 * V
LZB8114	54071350B	05/10/2006	50100	162 * I
LZJ9975	54071275B	25/08/2006	65990	230 * V
MAQ4522	54077271B	29/09/2006	69200	233
MAU5856	54076917B	04/09/2006	69200	233
MBC5790	54077281B	05/10/2006	50100	162 * I

MBC5790	54077282B	05/10/2006	50610	163	c/c 162 * I
MCN5856	54070733B	01/09/2006	65560	230	* I
MMJ1008	54070735B	04/09/2006	54600	181	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 382/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 382/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTM4501	54076891B	12/09/2006	65990	230 * V
LVL0303	54077252B	02/09/2006	54520	181 * VIII
LXY5475	54077366B	14/10/2006	65990	230 * V
LYI0850	54077311B	12/10/2006	67690	230 * XXII
LYL2158	54071376B	17/10/2006	69200	233
LZZ1821	54076768B	19/09/2006	50610	163 c/c 162 * I
LZZ1821	54076767B	19/09/2006	65800	230 * IV
LZZ1821	54075199B	19/09/2006	50100	162 * I
LZZ1821	54076770B	19/09/2006	69120	232
LZZ1821	54076769B	19/09/2006	65990	230 * V
MAL9556	55156109A	11/10/2006	50100	162 * I
MAL9556	55156111A	11/10/2006	65990	230 * V
MBT5489	54070734B	01/09/2006	50100	162 * I
MEO2009	54077652B	13/10/2006	55410	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 384/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 384/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZG4720	54076898B	15/09/2006	69200	233
MAW9179	54076978B	12/10/2006	55410	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 386/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 386/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADS4382	54077369B	25/10/2006	65560	230 * I
ADS4382	54077368B	25/10/2006	50100	162 * I
AER1247	54077418B	04/10/2006	65990	230 * V
CBM9492	54076900B	21/09/2006	69200	233
CIN3851	54077277B	29/09/2006	50450	162 * V
CIN3851	54077278B	29/09/2006	50960	163 c/c 162 * V
LWS6938	54070738B	07/09/2006	55250	181 * XV
LZO6204	54071332B	17/09/2006	65990	230 * V
LZO6204	54071334B	17/09/2006	66370	230 * IX
LZO6204	54071333B	17/09/2006	50290	162 * II
LZU1026	54076772B	23/09/2006	65990	230 * V
MCC0999	54077654B	21/10/2006	65990	230 * V
MCI7040	54065257B	24/10/2006	69200	233
MCN2800	54077712B	17/10/2006	51850	167
MHO1580	54077012B	31/08/2006	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 388/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 388/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAV3280	54076939B	04/11/2006	55680	181 * XIX
CKI2249	54077357B	01/10/2006	50450	162 * V
CKI2249	54077358B	01/10/2006	51690	165
DDV0016	54065261B	28/10/2006	51850	167
IBF4267	54077362B	06/10/2006	69200	233
LXB3822	54076947B	08/11/2006	69200	233
LXM4207	54077663B	07/11/2006	50100	162 * I
LYD1380	54077280B	05/10/2006	55250	181 * XV
LYI2718	54071378B	25/10/2006	69120	232
LYO3012	54065275B	09/11/2006	65990	230 * V
LZW1647	54077428B	07/10/2006	65990	230 * V
LZY6605	54065265B	07/11/2006	51850	167
MAA0390	54076982B	18/10/2006	51850	167
MAA0390	54076981B	18/10/2006	50450	162 * V
MAA0390	54076980B	18/10/2006	65990	230 * V
MAH2919	54065264B	01/11/2006	60500	208
MAS5137	54071256B	03/07/2006	69120	232
MAS5137	54071255B	03/07/2006	50290	162 * II
MBN7748	54077713B	17/10/2006	69200	233
MCC0999	54077424B	04/10/2006	69120	232
MCX4128	54077666B	10/11/2006	65990	230 * V
MHO4200	54076962B	23/08/2006	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 390/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 390/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASS9996	54077211B	20/10/2006	74630	218 * II
LXE7524	54065290B	21/11/2006	65990	230 * V
LXF6130	54077028B	04/11/2006	55250	181 * XV
LXW7628	54077205B	03/09/2006	65560	230 * I
LXW7628	54077203B	03/09/2006	65990	230 * V
LZZ6358	54070813B	17/11/2006	69200	233
MEF7942	54065269B	09/11/2006	74630	218 * II
MGO0912	54065285B	21/11/2006	50100	162 * I
MGO0912	54065286B	21/11/2006	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 392/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 392/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABG8940	54065254B	20/10/2006	69200	233
LWV7782	54076976B	10/10/2006	69200	233
LYK0664	54077710B	15/10/2006	51690	165
LYK0664	54077709B	15/10/2006	69120	232
LYK0664	54077708B	15/10/2006	50610	163 c/c 162 * I
LYK0664	54077707B	15/10/2006	50100	162 * I
LZD1619	54077714B	17/10/2006	65990	230 * V
LZD1619	54077715B	17/10/2006	50100	162 * I
LZD1619	54077716B	17/10/2006	51690	165
LZD8291	54065293B	17/11/2006	69200	233
LZT9047	54077430B	07/10/2006	65990	230 * V

MBC6288	54066603B	21/11/2006	50100	162 * I
MBC6288	54066604B	21/11/2006	69120	232
MBC6288	54066602B	21/11/2006	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 394/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 394/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADL6283	54077671B	01/12/2006	60500	208
BMP8687	54076833B	29/11/2006	74550	218 * I
BWC9595	54077218B	18/11/2006	55680	181 * XIX
LXA8797	54076945B	08/11/2006	55410	181 * XVII
LXU3134	54077347B	02/12/2006	60500	208
LXU3134	54077346B	02/12/2006	65990	230 * V
MDR0536	54076946B	08/11/2006	50100	162 * I
MDR0536	54077031B	08/11/2006	66370	230 * IX
MEA7568	54077044B	29/11/2006	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 396/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 396/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEW4353	54065260B	28/10/2006	52070	169
MEA7568	54077350B	08/12/2006	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 399/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 399/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKC1714	54062820B	12/12/2006	65990	230 * V
BKW6006	54077036B	23/11/2006	51850	167
IAV6126	54062831B	15/12/2006	69200	233
LXV4947	54065356B	16/12/2006	55250	181 * XV
LXZ3316	54066505B	06/11/2006	52740	175
LXZ4517	54065305B	23/11/2006	51850	167
MBG9628	54066653B	14/12/2006	51850	167
MCH4615	54066605B	10/12/2006	54360	181 * VI
MDR0536	54077040B	29/11/2006	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 428/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 428/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEF6959	54067235B	16/03/2007	66370	230 * IX
AFE1634	54067634B	13/04/2007	69120	232
LBA7323	54065443B	15/04/2007	51690	165
LWU1696	54077237B	12/03/2007	54520	181 * VIII
LXG8044	54067210B	15/02/2007	69200	233
LXL2050	54065552B	15/04/2007	52070	169
LXP0753	54067636B	14/04/2007	50100	162 * I

LXP0753	54067635B	14/04/2007	66530	230	* XI
LYI4098	54067030B	10/03/2007	50610	163	c/c 162 * I
LYI4098	54065412B	10/03/2007	50100	162	* I
MAN6237	54065464B	13/03/2007	61220	214	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 430/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 430/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHZ7243	54067265B	22/04/2007	72850	250 * III
AST6688	54066842B	14/03/2007	73400	252 * IV
AST6688	54066843B	14/03/2007	51850	167
BUN4208	54065505B	12/04/2007	69200	233
LWU6839	54067420B	25/03/2007	50100	162 * I
LYD8662	54067106B	20/04/2007	65990	230 * V
LYD8662	54067105B	20/04/2007	50100	162 * I
LZF4988	54066845B	15/03/2007	66530	230 * XI
LZF4988	54066847B	15/03/2007	66370	230 * IX
LZL1657	54077248B	18/04/2007	69200	233
LZZ7997	54067410B	16/03/2007	66370	230 * IX
MBL8190	54067668B	24/04/2007	50100	162 * I
MCB3725	54067659B	14/03/2007	65990	230 * V
MCB3725	54067658B	14/03/2007	51690	165
MCC9120	54067241B	16/03/2007	50100	162 * I
MCC9120	54067240B	16/03/2007	50610	163 c/c 162 * I
MCM5576	54066531B	19/03/2007	65990	230 * V
MGL8691	54066937B	08/03/2007	65990	230 * V
MGL8691	54066936B	08/03/2007	50370	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 432/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 432/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYK4416	54067486B	27/03/2007	69200	233
MCD5537	54067667B	20/04/2007	69120	232
MCD5537	54067666B	20/04/2007	65990	230 * V
MCD5537	54067665B	20/04/2007	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 434/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 434/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKT6434	54067325B	08/04/2007	65990	230 * V
AKT6434	54067326B	08/04/2007	60500	208
DDJ8222	54067428B	03/04/2007	69200	233
LZF4988	54066846B	15/03/2007	67000	230 * XVI
MBI5720	54065484B	29/04/2007	70480	244 * II
MCT8289	54067246B	31/03/2007	65300	228
MDH6947	54077109B	06/05/2007	65990	230 * V
MDH6947	54077110B	06/05/2007	52820	176 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 436/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 436/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFL4756	54077625B	03/04/2007	69200	233
BTJ2916	54067432B	30/04/2007	65990	230 * V
IBN5289	54065490B	12/05/2007	51690	165
IBN5289	54065491B	12/05/2007	66100	230 * VII
LXK1745	54065481B	21/04/2007	51690	165
MAQ0155	54065604B	30/04/2007	60500	208
MDW8836	54077117B	14/05/2007	50100	162 * I
MDW8836	54077118B	14/05/2007	70480	244 * II
MFP7780	54065483B	29/04/2007	60680	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 438/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 438/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BKV3494	54067639B	18/04/2007	66530	230 * XI
BKV3494	54067638B	18/04/2007	66100	230 * VII
IBP3773	54065494B	19/05/2007	54100	181 * IV
LXJ9726	54067269B	20/05/2007	65990	230 * V
LXJ9726	54067268B	20/05/2007	50100	162 * I
LXJ9726	54067267B	20/05/2007	52740	175
LXJ9726	54067266B	20/05/2007	51690	165

LYI5808	54077488B	22/05/2007	65990	230	* V
LYP6761	54065418B	16/03/2007	69200	233	
LYT2248	54077469B	22/04/2007	65990	230	* V
LYX6212	54065477B	14/04/2007	51690	165	
LYX6212	54065476B	14/04/2007	65990	230	* V
LZT7962	54066562B	18/05/2007	69200	233	
MAU4888	54076793B	22/05/2007	58350	195	
MCB5992	54077168B	20/04/2007	64400	224	
MDI7742	54065611B	12/05/2007	55090	181	* XIII
MFT2941	54077487B	22/05/2007	65480	229	
MHF8092	54065439B	06/05/2007	60500	208	
MHF8092	54065436B	06/05/2007	50100	162	* I
MHF8092	54065437B	06/05/2007	65990	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 440/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 440/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLW2521	54077490B	28/05/2007	54870	181 * XI
LZG8467	54065515B	27/05/2007	69120	232
LZG8467	54065514B	27/05/2007	65990	230 * V
MBH6897	54067621B	10/04/2007	70720	244 * V
MEO2009	54077122B	01/06/2007	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 441/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 441/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BHD3250	54065602B	29/04/2007	65990	230 * V
JUZ0609	54065706B	12/06/2007	69200	233
LXC1833	54066838B	11/03/2007	69120	232
LYA5693	54065702B	12/06/2007	65990	230 * V
LYU8538	55156142A	14/06/2007	50100	162 * I
LYX5962	54065659B	09/06/2007	65990	230 * V
MBQ0573	54066568B	12/06/2007	67690	230 * XXII
MCL6217	54077627B	15/05/2007	69200	233
MDI7462	54073148B	10/03/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 443/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 443/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIG4669	54065612B	15/05/2007	52070	169
GPB0170	54066563B	18/05/2007	51690	165
LYW5206	54065496B	20/05/2007	51850	167
MAC4511	55156144A	14/06/2007	65990	230 * V
MAC4511	55156143A	14/06/2007	50100	162 * I
MAK8706	54077484B	22/05/2007	69200	233
MBF4179	54065610B	12/05/2007	60500	208
MCE3040	54067587B	20/06/2007	69200	233
MDK5543	54067435B	18/06/2007	50100	162 * I
MDK5543	54067436B	18/06/2007	50610	163 c/c 162 * I
MDK5543	54067437B	18/06/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 445/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 445/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BAD0990	54065624B	20/06/2007	74630	218 * II
LXW2220	54065654B	27/05/2007	50100	162 * I
LXW2220	54065656B	27/05/2007	50610	163 c/c 162 * I
LYI2624	54067333B	25/05/2007	69200	233
MAZ0369	54065712B	18/06/2007	65990	230 * V
MBC9235	54077483B	13/05/2007	52740	175
MBI7371	54067578B	20/06/2007	51850	167
MCA8116	54066675B	12/05/2007	55410	181 * XVII
MCP6083	54066681B	25/06/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 447/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 447/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABC2240	55554829A	25/07/2006	55680	181 * XIX
AEQ4903	54065569B	01/07/2007	65990	230 * V
AEQ4903	54065568B	01/07/2007	54600	181 * IX
LXI6516	54065449B	19/05/2007	51690	165

LXI6516	54065448B	19/05/2007	69120	232	
LXI6516	54065450B	19/05/2007	50100	162	* I
LXI6516	54066565B	19/05/2007	65990	230	* V
LXI6516	54066564B	19/05/2007	50610	163	c/c 162 * I
LXK4183	55554815A	10/07/2006	50100	162	* I
LXK9079	54065516B	14/06/2007	50100	162	* I
LXK9079	54065517B	14/06/2007	65990	230	* V
LYO1607	54065720B	03/07/2007	69120	232	
LYO1607	54065719B	03/07/2007	65990	230	* V
MKL7220	54065574B	02/07/2007	50100	162	* I
MKL7220	54065573B	01/07/2007	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 449/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 449/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXI7662	54065582B	10/07/2007	50100	162 * I
LZC9385	54065572B	01/07/2007	65300	228
MAF7835	54067566B	02/06/2007	65990	230 * V
MDZ2258	54067368B	07/07/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 450/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 450/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFE1676	54067570B	08/06/2007	50100	162 * I
AFE1676	54067569B	08/06/2007	65990	230 * V
AFE1676	54067568B	08/06/2007	51690	165
BHL1699	55156147A	07/07/2007	65990	230 * V
BHL1699	55156146A	07/07/2007	50100	162 * I
GLF4869	54067274B	13/06/2007	69120	232
GLF4869	54067273B	13/06/2007	50100	162 * I
GLF4869	54067272B	13/06/2007	65990	230 * V
IAX0698	54065721B	09/07/2007	65990	230 * V
IIX2238	54065614B	05/06/2007	69200	233
LXT7842	54066689B	10/07/2007	69200	233
LYX7931	54066697B	19/07/2007	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 451/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 451/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ2514	54066683B	01/07/2007	65990	230 * V
KQD8789	54065498B	21/07/2007	50100	162 * I
KQD8789	54065499B	21/07/2007	65990	230 * V
KQD8789	54065500B	21/07/2007	65560	230 * I
LXM6618	54066679B	25/06/2007	69200	233
LXW9624	54067446B	18/07/2007	65990	230 * V
LXW9624	54067445B	18/07/2007	50100	162 * I
MDG9234	54066152B	21/07/2007	65990	230 * V
MFE6861	54065713B	18/06/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 453/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 453/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADF9949	54077169B	21/07/2007	50100	162 * I
ADF9949	54077170B	21/07/2007	65990	230 * V
ADF9949	54077171B	21/07/2007	50610	163 c/c 162 * I
LWY9523	54077556B	31/07/2007	69200	233
LXO1441	54066636B	25/07/2007	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 455/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 455/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIQ9263	54067362B	06/07/2007	69200	233
AMP8515	54067361B	06/07/2007	69200	233
LYB3849	54065968B	05/08/2007	65990	230 * V
MBJ5030	54066212B	05/08/2007	66700	230 * XIII
MBJ5030	54066211B	05/08/2007	66370	230 * IX
MBJ5030	54066210B	05/08/2007	66530	230 * XI
MBJ5030	54066209B	05/08/2007	52740	175
MBJ5030	54066208B	05/08/2007	60760	210
MGM2911	54065801B	07/07/2007	54870	181 * XI
MXS9291	54065497B	30/06/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 457/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 457/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BQN8383	54065965B	03/08/2007	65990	230 * V
CYH8489	54065630B	10/08/2007	69200	233
LWR7209	54067364B	06/07/2007	69200	233
LWZ4519	54066688B	10/07/2007	69200	233
LXO0917	54065971B	09/08/2007	65480	229
MDY7393	54065567B	01/07/2007	50100	162 * I
MFI9761	54066201B	01/08/2007	65990	230 * V
MGM2911	54065576B	02/07/2007	66530	230 * XI
MVY3175	54065571B	01/07/2007	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 459/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 459/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAAY3280	54065741B	03/09/2007	65990	230 * V
AFH8985	54065533B	05/09/2007	65990	230 * V
AHA9713	54066102B	23/08/2007	51850	167
BFJ4685	54065524B	08/08/2007	65990	230 * V
BFJ4685	54065730B	13/08/2007	69200	233
BHL1699	54066216B	17/08/2007	69200	233
BHT1137	54065521B	08/08/2007	50450	162 * V
BHT1137	54065522B	08/08/2007	69120	232
BIW9725	54066012B	05/08/2007	51690	165
BJG5853	54065732B	13/08/2007	69200	233
CNS1623	54065976B	23/08/2007	50100	162 * I
CNS1623	54065977B	23/08/2007	52740	175
CNS1623	54065978B	23/08/2007	51690	165
FE637	54067078B	03/09/2007	50100	162 * I
HOU4561	54067070B	13/08/2007	69200	233
IBQ7593	54067371B	03/09/2007	69120	232
ICL4702	54066309B	13/09/2007	69200	233
IEV2584	54065959B	03/08/2007	65990	230 * V
JNK6611	54065626B	20/07/2007	69200	233
KJN3857	54065990B	04/09/2007	52740	175
LWR2212	54065526B	22/08/2007	65560	230 * I
LWR2212	54065527B	22/08/2007	50100	162 * I
LWR2212	54065528B	22/08/2007	50610	163 c/c 162 * I
LWR2212	54065529B	22/08/2007	52740	175
LWR3008	54065964B	09/08/2007	52070	169
LWR8001	54077644B	09/09/2007	50610	163 c/c 162 * I
LWR8001	54077643B	09/09/2007	50100	162 * I
LWX0975	54067288B	31/08/2007	65990	230 * V
LXC8987	54075301B	14/09/2007	68660	231 * VIII
LXI2873	54066273B	15/08/2007	69120	232
LXO2965	54077636B	22/08/2007	69200	233
LYS9793	54066013B	17/08/2007	50100	162 * I
LYS9793	54066014B	17/08/2007	65990	230 * V
LYS9793	54066015B	17/08/2007	50610	163 c/c 162 * I
LYT0476	54077642B	07/09/2007	69120	232
LYT0476	54065750B	07/09/2007	51690	165
LYT0476	54065749B	07/09/2007	52740	175
LYT0476	54065748B	07/09/2007	65990	230 * V
LYW8890	54065979B	25/08/2007	65480	229
LZH1001	54066265B	09/08/2007	69200	233
LZO8199	54066275B	05/09/2007	65990	230 * V

LZY2873	54066011B	01/08/2007	65990	230	*	V
MAJ2362	54065746B	06/09/2007	66530	230	*	XI
MAT8291	54077637B	22/08/2007	69200	233		
MBR5726	54066268B	09/08/2007	69200	233		
MCB3952	54065857B	30/08/2007	50100	162	*	I
MCB3952	54065858B	30/08/2007	65990	230	*	V
MCQ7223	54066103B	13/09/2007	65990	230	*	V
MCX5096	54066267B	09/08/2007	69200	233		
MDI7642	54065991B	06/09/2007	73660	252	*	VI
MDJ6965	54066649B	24/08/2007	52070	169		
MDJ6965	54066274B	24/08/2007	58350	195		
MDR8756	54065951B	07/07/2007	52070	169		
MDR8882	54067082B	09/09/2007	60500	208		
MDV4364	54065736B	24/08/2007	52740	175		
MDV4364	54065735B	24/08/2007	50610	163	c/c	162 * I
MDV4364	54065734B	24/08/2007	50100	162	*	I
MEA1752	54066276B	05/09/2007	50450	162	*	V
MEK5362	54065723B	14/07/2007	65990	230	*	V
MFN2680	54066016B	17/08/2007	50100	162	*	I
MFN2680	54066017B	17/08/2007	50610	163	c/c	162 * I
MFT8711	54065634B	06/09/2007	50100	162	*	I
MFT8711	54065988B	03/09/2007	65560	230	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 461/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 461/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AST6688	54077632B	22/08/2007	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

HRQ8326	54071372B	09/10/2006	61220	214	* I
IBV0306	54067079B	06/09/2007	69120	232	
IGB6365	54066219B	17/08/2007	69200	233	
LXI5580	55154439A	10/10/2006	50100	162	* I
LXI5580	55154440A	10/10/2006	50610	163	c/c 162 * I
LYF7974	54077315B	18/10/2006	65990	230	* V
LYF7974	54077314B	18/10/2006	65560	230	* I
LYL7019	54065813B	21/09/2007	50610	163	c/c 162 * I
LYL7019	54065812B	21/09/2007	50100	162	* I
LZJ4839	54067110B	17/08/2007	73660	252	* VI
LZZ3212	54067087B	18/09/2007	64080	221	
MBI4631	54066282B	26/09/2007	60500	208	
MCP3007	54076926B	19/10/2006	69200	233	
MDN3510	54070808B	23/10/2006	69200	233	
MDY4738	54077214B	20/10/2006	74630	218	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 463/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 463/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT1651	54067282B	28/08/2007	69200	233
LYO0331	54065920B	29/09/2007	66100	230 * VII
LYO4092	54066049B	04/10/2007	69120	232
LYO4092	54066048B	04/10/2007	65990	230 * V
LYT3973	54065640B	27/09/2007	69200	233
LZA9359	54065922B	02/10/2007	61220	214 * I
MCE9203	54066402B	02/10/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 465/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 465/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CZN0637	54066317B	28/09/2007	66370	230 * IX
LYL2795	54066224B	17/08/2007	65990	230 * V
LYL2795	54066225B	17/08/2007	66370	230 * IX
LYW0198	54066718B	06/09/2007	50100	162 * I
MFT2941	54065815B	03/10/2007	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 467/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 467/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVW0200	54065932B	08/10/2007	66100	230 * VII
BQH7870	54077647B	17/09/2007	69200	233
BZM7668	54066319B	04/10/2007	50450	162 * V
IBV0306	54066285B	02/10/2007	65990	230 * V
KNE1297	54075310B	17/09/2007	69200	233
LWZ4275	54066240B	07/10/2007	51850	167
LXS4692	54065863B	17/10/2007	69200	233
LYD7550	54066305B	13/09/2007	69200	233
MAP6954	54067097B	03/10/2007	69200	233
MCI9044	54067518B	06/10/2007	51690	165
MCI9044	54067519B	06/10/2007	65990	230 * V
MDJ4650	54066354B	14/10/2007	68580	231 * VII
MDJ4650	54067380B	13/10/2007	52070	169
MFB9831	54062893B	14/10/2007	57890	190
MFN7610	54062874B	07/09/2007	50100	162 * I
MFN7610	54062873B	07/09/2007	65990	230 * V
MKT9280	54066045B	19/09/2007	50610	163 c/c 162 * I
MKT9280	54066044B	19/09/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 469/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 469/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEK4314	54075209B	08/10/2007	55500	181 * XVIII
AET2886	54065864B	23/10/2007	65990	230 * V
KAU0750	54075218B	20/10/2007	66530	230 * XI
LXF5745	54075217B	20/10/2007	66100	230 * VII
LXK7315	54067091B	03/10/2007	69200	233
LYM9439	54075210B	08/10/2007	55500	181 * XVIII
LYO3154	54066650B	11/09/2007	60500	208
LZW4211	54065635B	27/09/2007	69200	233
MAY4970	54062875B	19/09/2007	50100	162 * I
MAY4970	54062876B	19/09/2007	65990	230 * V
MAY4970	54062877B	19/09/2007	51180	164 c/c 162 * I
MBD2540	54066245B	11/10/2007	61730	215 * I * a
MFB9831	54065763B	21/10/2007	70480	244 * II
MFN2680	54065942B	20/10/2007	50100	162 * I
MFN2680	54065943B	20/10/2007	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 471/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 471/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJG6580	54067534B	30/10/2007	69200	233
LXG0332	54066109B	08/11/2007	55680	181 * XIX
LXL0009	54065818B	27/10/2007	51690	165
LXU0107	54066107B	02/11/2007	54520	181 * VIII
LXU5458	54065646B	30/10/2007	65560	230 * I
LYJ0452	54065866B	26/10/2007	66100	230 * VII
LYU9528	54067094B	03/10/2007	69200	233
LYW2021	54062879B	22/09/2007	51690	165
LYX6646	54067377B	13/10/2007	65990	230 * V
LYX6646	54067378B	13/10/2007	50610	163 c/c 162 * I
LYX6646	54067379B	13/10/2007	50100	162 * I
LZV2371	54067092B	03/10/2007	69200	233
MAQ8670	54065677B	20/10/2007	65560	230 * I
MAQ8670	54065678B	20/10/2007	66370	230 * IX
MDK1363	54067541B	30/10/2007	70300	244 * I
MKI0960	54071451B	26/10/2007	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 473/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 473/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFU8271	54067524B	14/10/2007	67000	230 * XVI
AFU8271	54067525B	14/10/2007	66100	230 * VII
CAH0666	54066958B	06/11/2007	67000	230 * XVI
LXG3627	54065768B	26/10/2007	65990	230 * V
LYS6399	54065647B	30/10/2007	50100	162 * I
LYS6399	54065648B	30/10/2007	50610	163 c/c 162 * I
LYW2021	54062878B	22/09/2007	65990	230 * V
MAS6584	54065928B	05/10/2007	65480	229
MAS6584	54065927B	05/10/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 475/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 475/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI4780	54066458B	09/11/2007	65990	230 * V
LYI4780	54066459B	09/11/2007	50100	162 * I
LYI4780	54066460B	09/11/2007	50610	163 c/c 162 * I
LYI4780	54066962B	09/11/2007	67690	230 * XXII
LYI4780	54066461B	09/11/2007	66370	230 * IX
LZL5894	54062902B	11/11/2007	65800	230 * IV
MEA0275	54071458B	10/11/2007	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 477/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 477/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEQ1434	54075322B	21/11/2007	69200	233
AIE2534	54065945B	20/10/2007	50450	162 * V
AIE2534	54065946B	20/10/2007	66530	230 * XI
DGC9051	54065644B	18/10/2007	66530	230 * XI
DGC9051	54065645B	18/10/2007	66100	230 * VII
KDU0869	54066365B	19/10/2007	60500	208
LXS2837	54066369B	06/11/2007	65990	230 * V
LYI0446	55554929A	05/10/2007	65990	230 * V
LYI0446	55554930A	05/10/2007	66100	230 * VII
LYI9631	54065825B	11/11/2007	70300	244 * I
LZE0647	54066321B	07/10/2007	65990	230 * V
MBE0678	54066451B	16/10/2007	55250	181 * XV
MBP2126	54066957B	03/11/2007	51850	167
MCJ4810	54077579B	12/11/2007	65990	230 * V
MCJ4810	54077580B	12/11/2007	66530	230 * XI
MDU6650	54066961B	09/11/2007	66100	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 479/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 479/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTJ5555	54062892B	14/10/2007	51690	165
DHU5524	54066952B	28/10/2007	68660	231 * VIII
GLF4869	54073993B	09/11/2005	60500	208
GZQ9654	54067535B	30/10/2007	69200	233
ICC5260	54075317B	21/11/2007	69200	233
IEG6092	54065775B	27/10/2007	50610	163 c/c 162 * I
IEG6092	54065773B	27/10/2007	65990	230 * V
IEG6092	54065774B	27/10/2007	50100	162 * I
IJU1112	54066238B	07/10/2007	65990	230 * V
KRB2475	54070763B	09/11/2005	51850	167
LQX1336	54071468B	28/11/2007	65990	230 * V
LXM7073	54065869B	04/11/2007	55680	181 * XIX
LXT0917	54065820B	08/11/2007	55680	181 * XIX
LXW9624	54066975B	30/11/2007	50610	163 c/c 162 * I
LXW9624	54066974B	30/11/2007	50100	162 * I
LYJ2925	54065823B	08/11/2007	65560	230 * I
LYS0033	54075219B	26/10/2007	65990	230 * V
LZO6451	54066296B	29/10/2007	50100	162 * I
MAS1973	54065649B	30/10/2007	66530	230 * XI
MAZ3088	54075324B	24/11/2007	65990	230 * V
MAZ3088	54075325B	24/11/2007	66100	230 * VII
MBY8602	54065867B	04/11/2007	55680	181 * XIX
MHK3190	54063204B	23/11/2007	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 481/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 481/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHB0917	54075234B	08/11/2007	65990	230 * V
LXK5291	54066118B	11/12/2007	51850	167
LXZ0936	54065834B	02/12/2007	65300	228
LYF6827	54063213B	11/12/2007	61220	214 * I
MCS4191	54065847B	11/12/2007	51850	167
MGG5088	54066985B	12/12/2007	65990	230 * V
MKM3880	54065824B	11/11/2007	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 483/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 483/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAJ2716	54071473B	07/12/2007	51850	167
AAX7051	54077519B	14/11/2007	66100	230 * VII
ALD6884	54066120B	11/12/2007	61220	214 * I
CRT6876	54063212B	11/12/2007	61220	214 * I
IAZ2667	55293965A	08/12/2007	57200	186 * I
IDS3308	55293977A	13/12/2007	69120	232
LXF5390	55293979A	14/12/2007	65990	230 * V
LXM4198	54071467B	25/11/2007	65990	230 * V
LYC1024	54065830B	20/11/2007	54520	181 * VIII
LYE8677	54075246B	10/12/2007	65560	230 * I
LYM1011	54065841B	05/12/2007	69200	233
LYM2142	54063208B	11/12/2007	61220	214 * I
LYQ5048	54065835B	05/12/2007	55410	181 * XVII
LYY4290	54071469B	07/12/2007	65990	230 * V
LZL1106	54075238B	25/11/2007	65990	230 * V
LZL1106	54075239B	25/11/2007	52740	175
LZQ5147	54066989B	15/12/2007	65990	230 * V
LZQ5147	54066988B	15/12/2007	50610	163 c/c 162 * I
LZQ5147	54066987B	15/12/2007	50100	162 * I
LZQ7762	54066454B	17/10/2007	60500	208
MBQ3121	54066116B	11/12/2007	51850	167
MCJ9180	54077521B	14/12/2007	50370	162 * III
MCT4133	54067099B	09/12/2007	70300	244 * I
MCT4133	54067100B	09/12/2007	58350	195
MCT4133	54066403B	09/12/2007	60500	208
MDZ1291	54070509B	20/07/2005	69200	233
MES7347	54066465B	15/12/2007	50100	162 * I
MFA0229	54066719B	20/11/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 485/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 485/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJC7478	54075321B	21/11/2007	69200	233
BET8808	54066583B	05/12/2007	69200	233
CHC5465	54065836B	05/12/2007	55500	181 * XVIII
CHC5465	54065837B	05/12/2007	65990	230 * V
IDB5847	54073825B	15/07/2005	69200	233
LYR2195	54065843B	05/12/2007	69200	233
MAU3147	54075330B	21/12/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 486/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 486/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABD4561	54075954B	23/12/2007	50610	163 c/c 162 * I
ABD4561	54075249B	23/12/2007	65990	230 * V
ABD4561	54075250B	23/12/2007	50100	162 * I
ABD4561	54075953B	23/12/2007	58350	195
AFF7952	54077586B	12/12/2007	68580	231 * VII
GPB0170	55293963A	05/12/2007	51690	165
LWT7087	54066470B	22/12/2007	50100	162 * I
LWT7087	54066471B	22/12/2007	50610	163 c/c 162 * I
LWT7087	54066472B	22/12/2007	51690	165
LWT7087	54066469B	22/12/2007	65990	230 * V
LXB1400	54067384B	15/12/2007	65990	230 * V
LXB1400	54067385B	15/12/2007	70300	244 * I
LZG9401	54065838B	05/12/2007	69200	233
LZM5403	55293961A	04/12/2007	66370	230 * IX
LZR9924	54065840B	05/12/2007	69200	233
MAA0480	54065682B	09/12/2007	51690	165
MAQ7808	55293974A	13/12/2007	65990	230 * V
MAV4021	54075807B	21/12/2007	69200	233
MCH7530	54063219B	22/12/2007	65990	230 * V
MDT8214	54077524B	31/12/2007	52740	175
MDW8316	54075335B	22/12/2007	50610	163 c/c 162 * I
MDW8316	54075336B	22/12/2007	65990	230 * V
MDW8316	54075333B	22/12/2007	50100	162 * I
MGG6588	54071471B	07/12/2007	65990	230 * V
MHZ9330	54071470B	07/12/2007	65990	230 * V
MOW9430	54066984B	12/12/2007	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 488/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 488/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLQ5517	54071491B	01/01/2008	66700	230 * XIII
CSB3740	54066129B	07/01/2008	51850	167
LXF7937	54062915B	07/01/2008	74550	218 * I
LYG4949	54066128B	07/01/2008	51850	167
LZS2684	54071497B	06/01/2008	50450	162 * V
MDM3839	54065688B	07/01/2008	60500	208
MGI2148	54066170B	08/01/2008	50610	163 c/c 162 * I
MGI2148	54066169B	08/01/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 490/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 490/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADE3714	54075805B	21/12/2007	69200	233
IKV1381	54075952B	20/12/2007	65990	230 * V
IKV1381	54075951B	20/12/2007	50100	162 * I
KNE1297	54067386B	21/12/2007	51850	167
LXF5142	54067679B	08/01/2008	50100	162 * I
LXU5290	54075808B	21/12/2007	69200	233

LYW8983	54062906B	28/12/2007	74550	218	* I
LZF7720	54071482B	28/12/2007	65800	230	* IV
LZF7720	54071481B	28/12/2007	65990	230	* V
LZO5337	54076106B	09/01/2008	52740	175	
LZO5337	54076107B	10/01/2008	60500	208	
LZO5337	54076108B	10/01/2008	58350	195	
MBS8646	54073795B	19/07/2005	54600	181	* IX
MCL9208	54075804B	21/12/2007	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 492/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 492/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFQ5613	54076466B	23/01/2008	69200	233
ARD5300	54072460B	21/01/2008	69200	233
CKG9856	54076467B	23/01/2008	69200	233
IBN5289	54074060B	22/01/2008	51690	165
ICD7679	54065694B	20/01/2008	50100	162 * I
ICD7679	54065695B	20/01/2008	50610	163 c/c 162 * I
ICD7679	54065696B	20/01/2008	73400	252 * IV
ICD7679	54075346B	20/01/2008	64080	221
ICD7679	54075347B	20/01/2008	65990	230 * V
LWS7215	54076456B	23/01/2008	69200	233
LWU6839	54066121B	20/12/2007	69200	233
LXB9244	54075339B	27/12/2007	51690	165
LXG2697	54066476B	11/01/2008	65990	230 * V
LXI0769	54075915B	01/02/2008	65990	230 * V
LXS9928	54074052B	07/01/2008	51850	167

LZF2896	54075868B	24/01/2008	65990	230	*	V
LZJ8953	54076011B	23/01/2008	69200	233		
LZR2838	54075859B	13/01/2008	67690	230	*	XXII
LZT9468	54063226B	26/12/2007	65800	230	*	IV
LZT9468	54063225B	26/12/2007	65990	230	*	V
MAC1367	54062911B	29/12/2007	51690	165		
MAR0795	54074063B	31/01/2008	65990	230	*	V
MAR0795	54074064B	31/01/2008	69120	232		
MAR0795	54074065B	31/01/2008	50370	162	*	III
MAR2424	54076459B	23/01/2008	69200	233		
MBH7136	54066493B	21/01/2008	65990	230	*	V
MBH7136	54066495B	21/01/2008	50610	163	c/c	162 * I
MBH7136	54066494B	21/01/2008	50100	162	*	I
MBK0982	54075863B	15/01/2008	70300	244	*	I
MBK0982	54075860B	15/01/2008	50100	162	*	I
MBK0982	54075862B	15/01/2008	65990	230	*	V
MBK0982	54075861B	15/01/2008	66530	230	*	XI
MCC0999	55293995A	14/01/2008	65990	230	*	V
MCN0894	54075332B	21/12/2007	50100	162	*	I
MCQ9343	54075345B	07/01/2008	69120	232		
MCQ9343	54071500B	07/01/2008	50100	162	*	I
MCQ9343	54076464B	23/01/2008	69200	233		
MDG6722	54075813B	12/01/2008	50100	162	*	I
MDG6722	54063227B	12/01/2008	50610	163	c/c	162 * I
MDN2835	54074062B	26/01/2008	54520	181	*	VIII
MDT5336	54065693B	20/01/2008	54520	181	*	VIII
MDU8446	54065879B	09/01/2008	66370	230	*	IX
MFI2422	54076455B	14/01/2008	55680	181	*	XIX
MGH1178	54075871B	24/01/2008	70300	244	*	I
MMJ5110	54066990B	21/12/2007	51850	167		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 494/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 494/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFB8313	54066475B	08/01/2008	65990	230 * V
BPX1941	55556777A	25/07/2005	69200	233
MAI1263	54075890B	03/02/2008	50100	162 * I
MAI1263	54075889B	03/02/2008	51180	164 c/c 162 * I
MAN4006	54075912B	29/01/2008	52740	175
MCO7213	54076001B	08/01/2008	66450	230 * X
MDJ6133	54066168B	08/01/2008	66370	230 * IX
MED2986	54076051B	26/01/2008	50450	162 * V
MED2986	54076052B	26/01/2008	50960	163 c/c 162 * V
MED2986	54076053B	26/01/2008	60840	211

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 496/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 496/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEP1395	54076463B	23/01/2008	69200	233
BRD8647	54065892B	11/02/2008	69200	233
BWQ0747	54063233B	04/02/2008	61220	214 * I
DHU5524	54074106B	16/02/2008	54870	181 * XI
ICQ6985	54066137B	09/02/2008	54520	181 * VIII
LWU2924	54075919B	02/02/2008	52310	172

LXN6149	54071505B	09/02/2008	54520	181	*	VIII
LXQ2841	54075884B	03/02/2008	67690	230	*	XXII
LYD9204	54076010B	23/01/2008	69200	233		
LYL2612	54065700B	12/02/2008	50100	162	*	I
LYL2612	54074076B	12/02/2008	50610	163	c/c	162 * I
LZE5160	54074077B	12/02/2008	50100	162	*	I
LZE5160	54074078B	12/02/2008	50610	163	c/c	162 * I
LZJ6950	54076114B	03/02/2008	50450	162	*	V
LZL5894	54075950B	16/02/2008	65560	230	*	I
MAB4668	54066489B	21/01/2008	69200	233		
MAW4947	54075852B	12/01/2008	65990	230	*	V
MAW4947	54075851B	12/01/2008	50100	162	*	I
MBB4693	54075926B	07/02/2008	65990	230	*	V
MCQ7420	54075944B	11/02/2008	65560	230	*	I
MCQ7420	54075943B	11/02/2008	52740	175		
MCQ7420	54075942B	11/02/2008	51690	165		
MCY8913	54074070B	09/02/2008	65990	230	*	V
MCY8913	54074071B	09/02/2008	50370	162	*	III
MCY8913	54074072B	09/02/2008	50450	162	*	V
MDJ3465	54075881B	02/02/2008	70300	244	*	I
MET3392	54066478B	11/01/2008	66370	230	*	IX
MET3392	54066477B	11/01/2008	73400	252	*	IV
MEZ7012	54076018B	13/02/2008	65990	230	*	V
MFR5979	54065690B	13/01/2008	57620	188		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 498/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 498/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AHQ3632	54066417B	05/03/2008	50450	162	*	V
BGF8744	54071787B	26/02/2008	69120	232		
BGF8744	54071786B	26/02/2008	66100	230	*	VII
CAB8877	54066703B	02/01/2007	65990	230	*	V
CGA6959	54076015B	23/01/2008	69200	233		
CHC5465	54066702B	16/12/2006	50100	162	*	I
GUL2952	54075903B	26/01/2008	65990	230	*	V
IIR6006	54074107B	21/02/2008	50100	162	*	I
IIR6006	54074079B	21/02/2008	50610	163	c/c	162 * I
LWT8509	54071755B	17/02/2008	65990	230	*	V
LWT8509	54071756B	17/02/2008	50100	162	*	I
LWY0388	54071769B	22/02/2008	65560	230	*	I
LWY0388	54071768B	22/02/2008	65990	230	*	V
LWY7990	54071513B	18/02/2008	65990	230	*	V
LXD1068	54071774B	23/02/2008	65560	230	*	I
LYI9631	54074073B	09/02/2008	50100	162	*	I
LYI9631	54074074B	09/02/2008	50610	163	c/c	162 * I
LYJ0452	54071785B	25/02/2008	65480	229		
LYL6753	54075924B	05/02/2008	67690	230	*	XXII
LYR8453	54071775B	23/02/2008	65990	230	*	V
LZL5880	54071511B	18/02/2008	50100	162	*	I
LZL5880	54071512B	18/02/2008	50610	163	c/c	162 * I
LZP6503	54076969B	01/09/2006	69200	233		
MAK6189	54062924B	21/02/2008	51850	167		
MAR1032	54071382B	22/11/2006	74630	218	*	II
MCG4871	54075948B	16/02/2008	65990	230	*	V
MDV5432	54066416B	28/02/2008	65990	230	*	V
MFK0048	54071776B	23/02/2008	69120	232		
MFR2860	54071516B	22/02/2008	51690	165		
MFW0118	54076469B	29/01/2008	73400	252	*	IV
MFW0118	54076468B	29/01/2008	70300	244	*	I
MFV5278	54071773B	23/02/2008	69120	232		
MHO7280	54071520B	24/02/2008	55410	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 500/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 500/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADY2835	54076017B	13/02/2008	50100	162 * I
CCD1975	54071771B	25/02/2008	51850	167
IDX3390	54075913B	01/02/2008	65990	230 * V
JWR0994	54067398B	04/03/2008	51850	167
LXB7500	54071528B	10/03/2008	69200	233
MAD6814	54074157B	02/03/2008	58350	195
MAD6814	54074156B	02/03/2008	65990	230 * V
MAD6814	54071799B	02/03/2008	50100	162 * I
MAD6814	54071800B	02/03/2008	50610	163 c/c 162 * I
MCT5446	54074159B	03/03/2008	50610	163 c/c 162 * I
MCT5446	54074158B	03/03/2008	50100	162 * I
MCT5446	54074160B	03/03/2008	65990	230 * V
MDR4392	54066307B	13/09/2007	69200	233
MFF4730	54074083B	04/03/2008	65990	230 * V
MFF4730	54074082B	04/03/2008	69120	232
MGH1970	54065548B	06/03/2008	60500	208
MGU9490	54075865B	24/01/2008	50100	162 * I
MGU9490	54075866B	24/01/2008	65990	230 * V
MGU9490	54075867B	24/01/2008	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 502/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 502/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEI8613	55554942A	24/02/2008	60500	208
DBU4058	54074061B	25/01/2008	65990	230 * V
HQL6455	54071507B	09/02/2008	54520	181 * VIII
LXP7156	54076126B	06/03/2008	55410	181 * XVII
LXQ2158	54076021B	13/02/2008	50610	163 c/c 162 * I
LXQ2158	54076020B	13/02/2008	50100	162 * I
LYI3365	54074075B	12/02/2008	60500	208
MAJ2669	54077610B	01/03/2007	65990	230 * V
MAJ2669	54077611B	01/03/2007	69120	232
MAJ2669	54077612B	01/03/2007	66020	230 * VI
MAJ6327	54076113B	02/02/2008	50100	162 * I
MAP2839	54077394B	01/03/2007	55680	181 * XIX
MCF1537	54075921B	04/02/2008	65990	230 * V
MCY8608	54065544B	11/02/2008	60500	208
MDL3898	54065888B	11/02/2008	69200	233
MFA0229	54071517B	24/02/2008	50100	162 * I
MFA0229	54071518B	24/02/2008	65990	230 * V
MFA0229	54071519B	24/02/2008	50610	163 c/c 162 * I
MFD0025	54076019B	13/02/2008	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 504/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 504/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ9778	54076118B	17/02/2008	50610	163 c/c 162 * I
LXJ9778	54076115B	17/02/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 505/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 505/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BCQ2001	54066415B	28/02/2008	54520	181 * VIII
BSC0860	54068007B	20/03/2008	66100	230 * VII
HUI5134	54074178B	14/03/2008	65990	230 * V
LWS7548	54075879B	02/02/2008	51850	167
LWV9920	54071793B	28/02/2008	51690	165
LWV9920	54071792B	28/02/2008	52740	175
LXK2451	54066396B	14/03/2008	69470	235
LXS0642	54074173B	12/03/2008	65990	230 * V
LYP3876	54074172B	11/03/2008	65990	230 * V
LYX0703	54065546B	06/03/2008	65990	230 * V
LZH1648	54076023B	16/02/2008	65990	230 * V
LZV6962	54074085B	10/03/2008	65990	230 * V
MAL8335	54075940B	10/02/2008	51690	165
MAL8335	54075941B	10/02/2008	52740	175
MAX6684	54065894B	11/02/2008	69200	233
MBH2063	54071541B	18/03/2008	73660	252 * VI
MEJ2821	54074176B	14/03/2008	66370	230 * IX
MEJ2821	54074175B	14/03/2008	52740	175

MET0681	54067399B	08/03/2008	60500	208	
MFH9122	54066140B	14/03/2008	55250	181	* XV
MGI2148	54066418B	14/03/2008	50100	162	* I
MLX9010	54076122B	06/03/2008	51850	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 507/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 507/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGD9548	54076055B	08/03/2008	60680	209
LZL9475	54074194B	06/04/2008	52740	175
LZO8900	54065547B	04/04/2008	66370	230 * IX
MAH8974	54074161B	05/03/2008	65990	230 * V
MAK2615	54074193B	05/04/2008	64400	224
MBV2877	54068020B	04/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
MBV2877	54068019B	04/04/2008	50100	162 * I
MBV2877	54068021B	04/04/2008	66530	230 * XI
MCG5410	54074165B	08/03/2008	65990	230 * V
MFH4369	54074080B	27/02/2008	58350	195
MFS0549	54074167B	08/03/2008	52740	175
MGJ6172	54076129B	07/03/2008	50100	162 * I
MGJ6172	54076130B	07/03/2008	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 509/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 509/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAS2932	54074117B	16/03/2008	72340	250 * I * a
AAS2932	54074115B	16/03/2008	68580	231 * VII
AAS2932	54074116B	16/03/2008	51850	167
BPF7055	54066420B	17/03/2008	73660	252 * VI
CCD1975	54067751B	25/03/2008	62700	220 * II
CGE7024	54075961B	09/04/2008	65990	230 * V
GLF4869	54076028B	17/03/2008	65990	230 * V
GLF4869	54076027B	17/03/2008	50100	162 * I
GLF4869	54076029B	17/03/2008	50610	163 c/c 162 * I
LWR1927	54076482B	08/03/2008	50100	162 * I
LWR1927	54076483B	08/03/2008	65990	230 * V
LWR1927	54076484B	08/03/2008	66370	230 * IX
LXA5260	54066422B	17/03/2008	69200	233
LYG2197	54074171B	11/03/2008	65990	230 * V
MAD8273	54066432B	01/04/2008	69200	233
MAW4469	54071535B	13/03/2008	64080	221
MBT6580	54066419B	17/03/2008	65990	230 * V
MFD5952	54074120B	18/03/2008	55250	181 * XV
MGA2802	54076493B	26/03/2008	50610	163 c/c 162 * I
MGA2802	54076492B	26/03/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 511/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 511/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHB9231	54067812B	15/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
CRM7194	54066446B	10/04/2008	55250	181 * XV
LXG0270	54067802B	12/04/2008	65990	230 * V
LXG2697	54067806B	12/04/2008	66530	230 * XI
LXS8397	54072482B	08/04/2008	65990	230 * V
LZF2111	54074099B	14/04/2008	65990	230 * V
LZF2111	54074097B	14/04/2008	50100	162 * I
LZF2111	54074098B	14/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
LZU9401	54062928B	17/04/2008	69200	233
LZX7472	54066341B	17/04/2008	69200	233
MAJ6450	54067959B	13/04/2008	60760	210
MAJ6450	54067958B	13/04/2008	68580	231 * VII
MAJ6450	54067957B	13/04/2008	58350	195
MCM5655	54076061B	10/04/2008	54600	181 * IX
MDP6410	54074100B	14/04/2008	65990	230 * V
MEW7359	54068027B	11/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
MEW7359	54068026B	11/04/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 513/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 513/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HVS5677	54076496B	01/04/2008	69200	233
LWT3660	54074088B	22/03/2008	65990	230 * V
LXC4236	54071540B	15/03/2008	50100	162 * I
LXC4236	54076138B	15/03/2008	50610	163 c/c 162 * I
LXC4236	54076139B	15/03/2008	65560	230 * I
LXG4211	54063248B	12/03/2008	51850	167
LZC8648	54074192B	30/03/2008	54520	181 * VIII
LZJ1413	54075401B	20/04/2008	65480	229
LZP9223	54066429B	01/04/2008	69200	233
MAG7429	54067824B	21/04/2008	67690	230 * XXII
MAN7051	54071538B	15/03/2008	58350	195
MAN7051	54071536B	15/03/2008	51690	165
MAZ0381	54066143B	15/03/2008	54520	181 * VIII
MBN4674	54066430B	01/04/2008	69200	233
MCC9096	54066437B	01/04/2008	69200	233
MCF1537	54076488B	17/03/2008	69200	233
MDA6542	54076487B	17/03/2008	69200	233
MDD9019	54066395B	11/03/2008	69120	232
MDT2633	54068029B	11/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
MDT2633	54068028B	11/04/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 515/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 515/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABB4438	54067903B	18/04/2008	69200	233
AHZ7269	54066449B	28/04/2008	51850	167
AID2249	54067832B	22/04/2008	69200	233
DHY8163	54067833B	22/04/2008	69200	233
IKF6789	54067955B	09/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
IKF6789	54067954B	09/04/2008	50100	162 * I
LCF8106	54067860B	24/04/2008	51850	167
LXR6634	54066439B	01/04/2008	69200	233
LYE3918	54066400B	14/03/2008	50610	163 c/c 162 * I
LYE3918	54066399B	14/03/2008	50100	162 * I
MAJ3063	54077186B	24/02/2008	53800	181 * I
MBM2330	54067852B	20/04/2008	51690	165
MBM2330	54067853B	20/04/2008	65990	230 * V
MBU5046	54066436B	01/04/2008	69200	233
MCE0482	54067822B	21/04/2008	65990	230 * V
MCO2070	54067904B	18/04/2008	69200	233
MDC0012	54067826B	22/04/2008	69200	233
MEW7359	54067907B	24/04/2008	50100	162 * I
MEW7359	54067908B	24/04/2008	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 517/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 517/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADM8231	54066431B	01/04/2008	69200	233
HQT9436	54067804B	12/04/2008	50100	162 * I
HQT9436	54067805B	12/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
JPC0349	54075962B	09/04/2008	65990	230 * V
LXI2197	54075405B	27/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
LXI2197	54075404B	27/04/2008	50100	162 * I
LXP2328	54067825B	21/04/2008	65990	230 * V
LZN9431	54067856B	22/04/2008	65990	230 * V
LZN9431	54067854B	22/04/2008	50100	162 * I
MAM4630	54074186B	26/03/2008	65990	230 * V
MAV9757	54067754B	03/05/2008	50610	163 c/c 162 * I
MAV9757	54067753B	03/05/2008	50100	162 * I
MET7202	54074096B	14/04/2008	65990	230 * V
MFA7858	54063246B	12/03/2008	72420	250 * I * b

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 519/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 519/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKT0728	54071543B	20/04/2008	55250	181 * XV
AMD1959	54074136B	15/05/2008	65990	230 * V
AMD1959	54074137B	15/05/2008	50100	162 * I
CQY8212	54076141B	15/05/2008	69200	233
DBE8628	54067808B	13/04/2008	67690	230 * XXII
IBN9403	54072320B	25/05/2008	65990	230 * V
ICR6090	54067803B	12/04/2008	65990	230 * V
IKE0992	54067911B	15/05/2008	55500	181 * XVIII
LXI2197	54068050B	07/06/2008	50100	162 * I
LXY2526	54067910B	09/05/2008	55410	181 * XVII
LYB6760	54067835B	24/04/2008	50100	162 * I
LYB6760	54067836B	24/04/2008	50610	163 c/c 162 * I
LYC1613	54074008B	03/04/2008	69200	233
LYD5566	54067846B	27/04/2008	52070	169
LYD5566	54067847B	27/04/2008	67690	230 * XXII
LZE5608	54075818B	11/05/2008	55680	181 * XIX
LZG4017	54067885B	06/06/2008	69200	233
LZH8292	54072254B	26/04/2008	50100	162 * I
LZT0386	54067863B	13/05/2008	50100	162 * I
MAG5192	54071549B	07/05/2008	50450	162 * V
MAG5192	54071548B	07/05/2008	65990	230 * V
MAN7149	54071814B	18/04/2008	69200	233
MAQ5519	54072484B	21/05/2008	55500	181 * XVIII
MAQ9075	54067829B	22/04/2008	69200	233
MCY9651	54067915B	27/05/2008	61220	214 * I
MDA5303	54067921B	27/05/2008	60500	208
MDJ3018	54072261B	26/05/2008	61220	214 * I
MDO5010	54062929B	17/04/2008	69200	233
MEE6530	54066508B	19/12/2006	65990	230 * V
MEM7696	54071810B	03/04/2008	50100	162 * I
MER2733	54067757B	03/05/2008	50610	163 c/c 162 * I
MER2733	54067756B	03/05/2008	50100	162 * I
MER2733	54067760B	03/05/2008	65990	230 * V
MES3513	54072256B	09/05/2008	51850	167
MEV6771	54066150B	09/05/2008	60500	208
MEW7359	54068040B	20/05/2008	50100	162 * I
MEW7359	54068041B	20/05/2008	50610	163 c/c 162 * I
MGM5622	54067864B	13/05/2008	65990	230 * V
MGM5622	54067865B	13/05/2008	58350	195
MGM5622	54067867B	13/05/2008	52740	175
MGM5622	54067866B	13/05/2008	50100	162 * I

MGM5622 54067869B 13/05/2008 51690 165
 MGM5622 54067868B 13/05/2008 66370 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
 ROXANE FAVERO PEREIRA
 DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 521/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 521/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFE8427	54071823B	20/06/2008	55090	181 * XIII
BOF2005	54072343B	19/06/2008	69120	232
BSC0860	54072309B	18/05/2008	51850	167
BSC0860	54072310B	18/05/2008	66370	230 * IX
BSC0860	54072311B	18/05/2008	51690	165
CKC8332	54072327B	27/05/2008	65990	230 * V
CVB7478	54075414B	14/06/2008	53800	181 * I
IGJ6713	54066148B	07/05/2008	65990	230 * V
IHG3523	54072338B	18/06/2008	69200	233
IHK3633	54074143B	18/06/2008	69200	233
LWT6788	54076146B	15/05/2008	69200	233
LWV8337	54072337B	15/06/2008	65990	230 * V
LWV8337	54072336B	15/06/2008	50610	163 c/c 162 * I
LWV8337	54072335B	15/06/2008	50100	162 * I
LWX6950	54072307B	12/05/2008	65990	230 * V
LXO2435	54062937B	19/06/2008	50100	162 * I
LXO2435	54072491B	19/06/2008	50610	163 c/c 162 * I
LYB8127	54074142B	18/06/2008	69200	233
LYL9301	54072321B	25/05/2008	65990	230 * V
LYO4561	54076143B	15/05/2008	69200	233
LZC1774	54067887B	06/06/2008	69200	233

LZM0278	54071550B	07/05/2008	51690	165
MAH1913	54074144B	21/06/2008	65990	230 * V
MAH9454	54076034B	03/06/2008	65990	230 * V
MAL4688	54067873B	28/05/2008	50100	162 * I
MAL4688	54067874B	28/05/2008	65990	230 * V
MAT8291	54072257B	14/05/2008	54600	181 * IX
MBK2016	54072406B	14/06/2008	53800	181 * I
MBV1301	54076144B	15/05/2008	69200	233
MDB7920	54075965B	11/06/2008	65480	229
MDV8788	54076150B	23/05/2008	65990	230 * V
MFV5689	54072487B	24/05/2008	50100	162 * I
MGR3540	54072265B	07/06/2008	66100	230 * VII
MJR8240	54067919B	27/05/2008	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 522/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 522/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ0509	54072364B	14/07/2008	69200	233
IBT5848	54074138B	16/05/2008	51690	165
IDS3308	54076083B	16/07/2008	69200	233
IGZ6522	54072331B	03/06/2008	69120	232
JHQ2246	54072285B	01/07/2008	69200	233
KFJ9203	54076307B	05/07/2008	54600	181 * IX
KFN6300	54075820B	13/07/2008	54521	181 * VIII
LWT3660	54067881B	06/06/2008	69200	233
LXH1177	54072286B	01/07/2008	50100	162 * I
LXH1177	54072287B	01/07/2008	50610	163 c/c 162 * I

LXH1332	54066177B	30/06/2008	55500	181	* XVIII
LXN6998	54066173B	24/06/2008	69200	233	
LYD6104	54072275B	10/06/2008	69200	233	
LYW7727	54067880B	06/06/2008	69200	233	
LZN4476	54068046B	07/06/2008	65990	230	* V
LZN4476	54068047B	07/06/2008	50100	162	* I
LZN4476	54068048B	07/06/2008	50610	163	c/c 162 * I
LZN4476	54068049B	07/06/2008	60500	208	
MAB8273	54075967B	11/06/2008	65990	230	* V
MDW3896	54072488B	08/06/2008	65990	230	* V
MEC0129	54076085B	16/07/2008	69200	233	
MEC9048	54066728B	17/05/2008	69120	232	
MEC9048	54066727B	17/05/2008	50610	163	c/c 162 * I
MEC9048	54066726B	17/05/2008	50100	162	* I
MGD7622	54071821B	05/06/2008	65990	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 524/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 524/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABT9842	54067941B	26/06/2008	65990	230 * V
ABT9842	54067942B	26/06/2008	50100	162 * I
AFT8054	54075415B	16/07/2008	51691	165
AGU3825	54682201C	30/07/2008	65992	230 * V
AGV7296	54067972B	17/07/2008	69200	233
AID5795	54074147B	27/06/2008	50610	163 c/c 162 * I
AID5795	54074145B	27/06/2008	50100	162 * I
CCH1305	54067761B	17/07/2008	65992	230 * V

CPR1584	54067970B	17/07/2008	69200	233	
CRE0116	54681262C	30/07/2008	69200	233	
IKQ3965	54681252C	27/07/2008	66102	230	* VII
KMJ9758	54076090B	19/07/2008	50610	163	c/c 162 * I
LWZ9425	54072361B	14/07/2008	69200	233	
LXM7044	54067971B	17/07/2008	69200	233	
LXX1610	54072376B	23/07/2008	69200	233	
LYI3365	54681658C	04/08/2008	69200	233	
LZR2388	54067968B	17/07/2008	69200	233	
MAG3585	54076086B	16/07/2008	69200	233	
MAS7576	54681601C	04/08/2008	50100	162	* I
MBI5720	54681301C	30/07/2008	65992	230	* V
MBI5720	54681302C	30/07/2008	50100	162	* I
MBI5720	54681303C	30/07/2008	50610	163	c/c 162 * I
MCA4935	54681653C	01/08/2008	69200	233	
MCR3812	54072281B	01/07/2008	69200	233	
MDF1822	54072282B	01/07/2008	69200	233	
MDM8321	54072342B	19/06/2008	65480	229	
MER2733	54681259C	27/07/2008	51691	165	
MER2733	54681254C	27/07/2008	50610	163	c/c 162 * I
MER2733	54681256C	27/07/2008	69120	232	
MER2733	54681257C	27/07/2008	52741	175	
MER2733	54681253C	27/07/2008	50100	162	* I
MFQ9840	54072344B	20/07/2008	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 528/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 528/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZP7650 54681564C 31/08/2008 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 531/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 531/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEE7159 54682559C 03/09/2008 69200 233
CZZ3938 54682562C 03/09/2008 69200 233
LZT7003 54682558C 03/09/2008 69200 233
MAP7844 54682604C 11/09/2008 65992 230 * V
MAP7844 54682603C 11/09/2008 50100 162 * I
MAP7844 54682606C 11/09/2008 50610 163 c/c 162 * I
MAP7844 54682605C 11/09/2008 65561 230 * I
MBK4088 54682212C 17/08/2008 50610 163 c/c 162 * I
MBK4088 54682211C 17/08/2008 50100 162 * I
MBR6816 54682560C 03/09/2008 69200 233
MCD7844 54681605C 09/09/2008 65992 230 * V
MCD7844 54681606C 09/09/2008 50371 162 * III
MEQ9802 54682361C 01/09/2008 67001 230 * XVI
MFZ1114 54682301C 07/08/2008 65800 230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 535/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 535/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYD8845	54682406C	30/08/2008	50450	162 * V
LZF5195	54682209C	08/08/2008	50610	163 c/c 162 * I
LZF5195	54682208C	08/08/2008	50100	162 * I
LZF5195	54682207C	08/08/2008	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 538/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 538/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDY1839	54681306C	05/10/2008	50610	163 c/c 162 * I
MDY1839	54681304C	05/10/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 542/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 542/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADC3734	54682214C	22/09/2008	51691	165
ADC3734	54682215C	22/09/2008	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 543/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 543/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACB7637	54682461C	13/10/2008	69200	233
ADI6167	54682218C	10/10/2008	65992	230 * V
HBH8747	54682337C	12/10/2008	65482	229
JZT1255	54681307C	16/10/2008	50100	162 * I
KLZ9541	54682338C	12/10/2008	65482	229
LXD8894	54682220C	07/10/2008	69200	233
LXE0323	54681406C	23/09/2008	50610	163 c/c 162 * I
LXE0323	54681405C	23/09/2008	65992	230 * V
LXE0323	54681404C	23/09/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 546/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 546/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACG3130	54681294C	02/10/2008	67691	230 * XXII
ADC3734	54682757C	05/10/2008	51691	165
ADC3734	54682759C	05/10/2008	69120	232
CLG3982	54681295C	02/10/2008	50100	162 * I
CLG3982	54681296C	02/10/2008	50610	163 c/c 162 * I
LXE3780	54682755C	02/10/2008	65992	230 * V
LYI9783	54681290C	29/09/2008	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 548/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 548/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGR0517	54682613C	07/11/2008	67420	230 * XX
LZP1178	54682350C	08/11/2008	65992	230 * V
LZP1178	54682507C	08/11/2008	50610	163 c/c 162 * I
LZP1178	54682506C	08/11/2008	50100	162 * I
MBV5091	54682612C	07/11/2008	67420	230 * XX
MEJ4790	54681460C	09/11/2008	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 551/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 551/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE1344	54681611C	12/11/2008	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 556/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 556/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBC7849 54682954C 26/11/2008 50450 162 * V

MBI7507 54682469C 21/11/2008 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 560/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 560/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZA9309	54681379C	24/11/2008	65992	230 * V
MAY8284	54681466C	27/11/2008	65565	230 * I
MEJ2821	54682509C	26/11/2008	65565	230 * I
MEJ2821	54682508C	26/11/2008	65992	230 * V
MEJ2821	54683113C	26/11/2008	69120	232
MEJ2821	54683112C	26/11/2008	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 564/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 564/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJP2513	54682295C	13/11/2008	69200	233
LYG2573	54682907C	06/12/2008	66101	230 * VII
LZJ3804	54681510C	04/11/2008	69200	233
LZT4160	54681362C	06/11/2008	66450	230 * X
MAH9454	54681509C	04/11/2008	69200	233
MAJ0893	54681575C	27/10/2008	66372	230 * IX
MAJ0893	54681574C	27/10/2008	67420	230 * XX
MDD0228	54681361C	03/11/2008	65992	230 * V
MDD0228	54681458C	03/11/2008	50450	162 * V

MEO1300 54681518C 11/11/2008 69120 232
 MEO1300 54681519C 11/11/2008 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
 ROXANE FAVERO PEREIRA
 DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 568/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 568/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABF9847	54683116C	30/11/2008	51691	165
ABF9847	54683115C	30/11/2008	66371	230 * IX
AVW0200	54681591C	24/12/2008	65992	230 * V
AVW0200	54681592C	24/12/2008	66102	230 * VII
CHI1257	54681622C	20/12/2008	52741	175
CHI1257	54681621C	20/12/2008	50100	162 * I
HUT8044	54683251C	24/12/2008	65992	230 * V
IFY4245	54681666C	14/12/2008	65992	230 * V
LWR8001	54682380C	21/12/2008	50100	162 * I
LXB7500	54683252C	27/12/2008	65992	230 * V
LXK8574	54681615C	07/12/2008	51691	165
LXQ8047	54681468C	20/12/2008	67001	230 * XVI
LXS7039	54682967C	26/12/2008	69200	233
LYD9204	54683159C	02/12/2008	65992	230 * V
LYD9204	54683161C	02/12/2008	50100	162 * I
LYD9204	54683162C	02/12/2008	50610	163 c/c 162 * I
LYD9204	54683163C	02/12/2008	65564	230 * I
LZC7089	54682478C	09/12/2008	50100	162 * I
LZC7089	54682479C	09/12/2008	50610	163 c/c 162 * I
LZC7089	54682480C	09/12/2008	65992	230 * V
LZJ2703	54681520C	28/11/2008	50100	162 * I

LZJ2703	54681521C	28/11/2008	50610	163	c/c	162	*	I
MAT0328	54682959C	09/12/2008	65992	230	*	V		
MBO8132	54681377C	21/11/2008	65992	230	*	V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 575/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 575/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADS1096	54681628C	30/12/2008	69200	233
ADS1096	54681626C	30/12/2008	69200	233
CST2530	54682430C	14/01/2009	65992	230 * V
CTO6767	54683269C	02/01/2009	69200	233
LXQ2358	54682426C	14/01/2009	69200	233
LXV5442	54682916C	21/12/2008	50100	162 * I
LXV5442	54682917C	21/12/2008	65992	230 * V
LZC6652	54681631C	30/12/2008	69200	233
MAU8474	54683276C	02/01/2009	69200	233
MCB0859	54683265C	02/01/2009	69200	233
MCS6566	54681632C	30/12/2008	69200	233
MFD0887	54681382C	30/11/2008	65991	230 * V
MHJ1512	54681624C	30/12/2008	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 578/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 578/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAQ5576	54682977C	26/12/2008	69200	233
EWS1818	54683255C	02/01/2009	65992	230 * V
LWR8001	54682381C	21/12/2008	50610	163 c/c 162 * I
LXL5930	54681423C	20/01/2009	69200	233
LYI5237	54682238C	25/12/2008	67261	230 * XVIII
MAX9137	54682616C	10/12/2008	52742	175
MDR2117	54682626C	12/01/2009	50100	162 * I
MIL1994	54683202C	15/01/2009	69120	232
MLX6677	54681391C	21/01/2009	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 582/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 582/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHQ3632	54681595C	08/01/2009	50450	162 * V
AHQ3632	54681594C	08/01/2009	65992	230 * V
AJJ0036	54683801C	30/01/2009	65992	230 * V
AMA6718	54683194C	29/01/2009	65992	230 * V
BLQ5517	54683456C	10/02/2009	73400	252 * IV
BND2888	54683302C	11/01/2009	51691	165
CKN4370	54681670C	24/01/2009	65992	230 * V
CWH8033	54682579C	23/01/2009	69120	232
DIG9994	54681630C	30/12/2008	69200	233
GTX9881	54682427C	14/01/2009	69200	233
HRK2119	54682386C	13/02/2009	65992	230 * V
HRK2119	54682385C	13/02/2009	50610	163 c/c 162 * I
HRK2119	54682384C	13/02/2009	50100	162 * I
ICP8427	54683305C	18/01/2009	50100	162 * I
ICP8427	54683304C	18/01/2009	51180	164 c/c 162 * I
IHG9714	54682428C	14/01/2009	69200	233
JFS6572	54682429C	14/01/2009	69200	233
JNE7769	54682237C	25/12/2008	66102	230 * VII
LBV1108	54682944C	02/01/2009	69200	233
LXF4839	54683274C	02/01/2009	69200	233
LXO7396	54681384C	12/01/2009	65992	230 * V
LXO7396	54681385C	12/01/2009	50371	162 * III
LXZ7128	54684002C	08/02/2009	65992	230 * V
LYA9225	54682245C	18/02/2009	50100	162 * I
LYB8110	54682515C	06/01/2009	65992	230 * V
LYC0196	54681216C	13/02/2009	50100	162 * I
LYC0196	54681215C	13/02/2009	65992	230 * V
LYF9627	54683315C	23/01/2009	69200	233
LYG9845	54683311C	23/01/2009	69200	233
LYU5368	54683275C	02/01/2009	69200	233
LYV1028	54682942C	02/01/2009	69200	233
LYZ8067	54682631C	31/01/2009	50100	162 * I
LYZ8067	54682630C	31/01/2009	65992	230 * V
LZM3309	54682765C	20/12/2008	50100	162 * I
LZM3309	54682764C	20/12/2008	65992	230 * V
MAG0928	54683802C	31/01/2009	65992	230 * V
MAK2362	54683555C	24/01/2009	65992	230 * V
MAK2362	54683556C	24/01/2009	50100	162 * I
MAK2362	54683557C	24/01/2009	50610	163 c/c 162 * I
MAQ2072	54682635C	03/02/2009	69200	233
MAT6273	54682517C	22/02/2009	50100	162 * I

MAT6273	54682518C	22/02/2009	50610	163	c/c 162 * I
MAX9137	54683565C	29/01/2009	65800	230	* IV
MAX9137	54683563C	29/01/2009	50450	162	* V
MBO7239	54681623C	30/12/2008	69200	233	
MCA2204	54681672C	24/01/2009	65992	230	* V
MCC0605	54683808C	10/02/2009	65992	230	* V
MCJ1820	54683785C	09/02/2009	65992	230	* V
MCJ1820	54682489C	17/02/2009	69200	233	
MCK8300	54682570C	30/12/2008	50450	162	* V
MCS7876	54682513C	27/12/2008	65992	230	* V
MDA8244	54683774C	06/02/2009	50610	163	c/c 162 * I
MDA8244	54683773C	06/02/2009	50100	162	* I
MDC2357	54683602C	26/01/2009	50100	162	* I
MEL0150	54682946C	02/01/2009	69200	233	
MEW5900	54682767C	20/12/2008	65992	230	* V
MFJ3486	54681319C	22/01/2009	50450	162	* V
MFW1638	54683317C	23/01/2009	69200	233	
MFZ3896	54683253C	02/01/2009	50100	162	* I
MGH3219	54683053C	29/01/2009	66102	230	* VII
MGV5170	54683601C	25/01/2009	65800	230	* IV
MHZ5680	54682425C	14/01/2009	69200	233	
MKP0111	54681416C	20/01/2009	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 586/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 586/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ALQ5944	54065653B	24/05/2007	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

IEH6973	54682491C	17/02/2009	69200	233
LXU0188	54682490C	17/02/2009	69200	233
MAK9687	54067298B	27/09/2007	69200	233
MAM2275	54065670B	10/09/2007	69120	232
MDF5872	54683284C	12/02/2009	69120	232
MDY7636	54683503C	03/02/2009	69200	233
MGG5460	54683559C	24/01/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 590/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 590/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACW0743	54065619B	20/06/2007	69200	233
AFD1295	54681226C	10/03/2009	66101	230 * VII
AFD1295	54681227C	10/03/2009	66290	230 * VIII
AFD1295	54681228C	10/03/2009	67420	230 * XX
AFD1295	54681230C	10/03/2009	69120	232
BHQ5018	54683618C	05/03/2009	69200	233
LXU0889	54682637C	07/03/2009	65992	230 * V
LYQ5030	54066064B	22/08/2007	69200	233
LYQ9443	54681212C	13/02/2009	65992	230 * V
MAQ3816	54683615C	05/03/2009	69200	233
MDK5876	54684053C	08/02/2009	50450	162 * V
MFD0025	54681477C	08/03/2009	65992	230 * V
MFF4293	54681211C	13/02/2009	50372	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 594/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 594/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFE1634	54684024C	11/03/2009	69200	233
LZZ5849	54684252C	10/03/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 598/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 598/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEK2740	54682591C	03/03/2009	50450	162	* V
AEK2740	54682594C	03/03/2009	51691	165	
AEK2740	54682590C	03/03/2009	65992	230	* V
AGL1071	54684058C	20/02/2009	69120	232	
BRF6694	54682806C	21/02/2009	66531	230	* XI
LXZ7128	54683916C	23/03/2009	69200	233	
LYO5523	54683411C	17/03/2009	65992	230	* V
MAD4150	54683405C	24/02/2009	64080	221	
MAD4150	54683406C	24/02/2009	50100	162	* I
MCH5059	54681210C	13/02/2009	69120	232	
MCM3839	54683578C	15/02/2009	73580	252	* V
MCQ3133	54683581C	16/02/2009	73580	252	* V
MCY4681	54684009C	17/02/2009	69200	233	
MFH2501	54683409C	15/03/2009	66371	230	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 602/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 602/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJR5324	54682588C	03/03/2009	65992	230 * V
BJR5324	54682592C	03/03/2009	51691	165
LZZ0415	54684007C	17/02/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 604/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 604/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAG2554	54684318C	21/03/2009	50100	162 * I
AAG2554	54684321C	21/03/2009	50610	163 c/c 162 * I
AE7159	54684303C	15/03/2009	66531	230 * XI
AE7159	54684304C	15/03/2009	67001	230 * XVI
AQO5207	54683610C	05/03/2009	69200	233
BRF6694	54684160C	24/03/2009	69120	232
BRP6811	54683666C	31/03/2009	65992	230 * V
BRP6811	54683667C	31/03/2009	50100	162 * I
BRP6811	54683668C	31/03/2009	51180	164 c/c 162 * I
LWR3003	54684021C	11/03/2009	69200	233
LXM1048	54684325C	29/03/2009	50100	162 * I
LXM7068	54683914C	23/03/2009	69200	233
LYP2387	54683594C	15/04/2009	50100	162 * I
LYP2387	54683595C	15/04/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYP2387	54682809C	16/04/2009	50100	162 * I
LYP2387	54682810C	16/04/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYY5165	54683383C	05/04/2009	65992	230 * V
LYY5165	54683382C	05/04/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYY5165	54683924C	05/04/2009	50100	162 * I
LZF5250	54683812C	23/02/2009	66020	230 * VI
LZF5250	54683813C	23/02/2009	65992	230 * V
LZF5250	54683814C	23/02/2009	66531	230 * XI
LZF5250	54683816C	23/02/2009	66371	230 * IX
LZP1178	54683330C	28/03/2009	50100	162 * I
LZP1178	54683461C	28/03/2009	51180	164 c/c 162 * I
LZZ5849	54684101C	26/03/2009	50450	162 * V
MAM8212	54684011C	20/02/2009	50100	162 * I
MAQ7808	54684020C	07/03/2009	50450	162 * V
MBY9087	54683860C	12/04/2009	65992	230 * V
MEJ4777	54683858C	05/04/2009	52742	175
MEJ4777	54683592C	05/04/2009	66371	230 * IX
MFL4379	54683614C	05/03/2009	69200	233
MFM8855	54683384C	12/04/2009	66371	230 * IX
MGH3219	54682389C	23/02/2009	66102	230 * VII
MGH3219	54683829C	22/03/2009	66102	230 * VII
MGY2483	54683715C	29/03/2009	73580	252 * V
MGY2483	54684332C	02/04/2009	50100	162 * I
MGY2483	54683713C	29/03/2009	50100	162 * I
MHS6532	54683412C	24/03/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 608/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 608/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYS1291	54683915C	23/03/2009	69200	233
MCD5231	54683414C	17/04/2009	65992	230 * V
MGY2483	54683600C	19/04/2009	50610	163 c/c 162 * I
MGY2483	54683861C	19/04/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 612/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 612/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWW4379	54683970C	24/04/2009	69200	233
MAI5834	54684169C	24/04/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 616/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 616/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFT8054	54683518C	06/04/2009	51691	165
AGB5564	54683512C	28/02/2009	66371	230 * IX
AKF2276	54683591C	05/04/2009	66102	230 * VII
DWB4389	54683385C	16/04/2009	69120	232
LWU7884	54684069C	15/04/2009	50100	162 * I
LXS1070	54683597C	15/04/2009	50100	162 * I
LXS1070	54683598C	15/04/2009	65992	230 * V
LXS1070	54683599C	15/04/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYP5426	54683424C	11/05/2009	50100	162 * I
LZM0278	54683635C	11/04/2009	65992	230 * V
LZM2388	54683864C	19/04/2009	50610	163 c/c 162 * I
LZM2388	54683863C	19/04/2009	50100	162 * I
LZV6361	54684176C	11/05/2009	69200	233
MAF0361	54682524C	14/04/2009	69200	233
MBL2061	54682525C	14/04/2009	69200	233
MFR9142	54684164C	18/04/2009	50100	162 * I
MFR9142	54684166C	18/04/2009	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 620/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 620/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFC6911	54683941C	14/05/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 621/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 621/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBR3565 54683084C 08/05/2009 53800 181 * I

LYB7513 54683391C 08/05/2009 72340 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 624/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 624/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AXM4040	54683389C	03/05/2009	69120	232	
IGB6365	54684102C	09/05/2009	50100	162	* I
IGB6365	54684103C	09/05/2009	64080	221	
LWZ1753	54683867C	20/04/2009	50960	163	c/c 162 * V
LWZ1753	54683866C	20/04/2009	50450	162	* V
LXA1847	54683637C	25/04/2009	50610	163	c/c 162 * I
LXA1847	54683638C	25/04/2009	50100	162	* I
LXG2169	54683529C	20/05/2009	50100	162	* I
LXG2169	54683532C	20/05/2009	65992	230	* V
LXG2169	54683533C	20/05/2009	50610	163	c/c 162 * I
MBH2942	54684172C	24/04/2009	69200	233	
MEZ8229	54683939C	06/05/2009	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 628/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 628/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZM2388	54683973C	24/04/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 630/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 630/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXO2435	54685360C	12/06/2009	50610	163 c/c 162 * I
LXO2435	54685358C	12/06/2009	50100	162 * I
LXO2435	54685357C	12/06/2009	65992	230 * V
MAI4289	54681481C	20/06/2009	65992	230 * V
MDZ8993	54685255C	08/06/2009	50100	162 * I
MFK6313	54681640C	24/05/2009	50610	163 c/c 162 * I
NEK4080	54681240C	16/06/2009	50450	162 * V
NEK4080	54681239C	16/06/2009	69120	232
NEK4080	54681238C	16/06/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 634/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 634/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABH1688	54683463C	24/05/2009	50100	162 * I
ABH1688	54683835C	29/05/2009	50610	163 c/c 162 * I
LXQ5484	54683396C	14/05/2009	69200	233
LYD5426	54683425C	11/05/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYD8327	54684226C	24/05/2009	50100	162 * I
LYJ3948	54684401C	29/05/2009	50100	162 * I
LYJ3948	54684403C	29/05/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYJ3949	54684322C	29/05/2009	65992	230 * V
LZL9733	54684104C	09/05/2009	50450	162 * V
LZS1176	54685252C	04/06/2009	50371	162 * III
LZS1176	54684049C	04/06/2009	65992	230 * V
LZS1176	54684050C	04/06/2009	65564	230 * I
MAQ1927	54683640C	13/05/2009	51691	165
MBL1457	54683896C	25/05/2009	65992	230 * V
MBL1457	54683894C	25/05/2009	69120	232
MBL1457	54683893C	25/05/2009	64080	221
MBL1457	54683892C	25/05/2009	50610	163 c/c 162 * I
MBL1457	54683891C	25/05/2009	50100	162 * I
MCO8821	54683464C	04/06/2009	65992	230 * V
MCR9035	54683427C	31/05/2009	65992	230 * V
MCT5446	54684220C	24/05/2009	50100	162 * I
MCY3079	54683947C	30/05/2009	69120	232
MEG0085	54685251C	04/06/2009	50100	162 * I
MFK6313	54681639C	24/05/2009	50100	162 * I
MFZ1591	54685253C	08/06/2009	50100	162 * I
MFZ1591	54685254C	08/06/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 638/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 638/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AXM4040	54684404C	30/05/2009	52742	175
GPG2729	54684505C	09/06/2009	69200	233
LZT5988	54685451C	07/06/2009	51691	165
MBP1044	54684411C	01/06/2009	50450	162 * V
MFK6313	54684508C	13/06/2009	65992	230 * V
MGJ7224	54684045C	27/05/2009	69391	234
MGJ7224	54684044C	27/05/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 641/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 641/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGK4173	54681676C	12/06/2009	65992	230 * V
IDY5417	54681487C	24/06/2009	69200	233
LXG4552	54681483C	24/06/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 645/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 645/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHM5709	54685509C	19/07/2009	65992	230 * V
AOQ3153	54681489C	24/06/2009	69200	233
CZM8948	54684088C	16/07/2009	65992	230 * V
CZM8948	54684087C	16/07/2009	64080	221
CZM8948	54685310C	16/07/2009	50100	162 * I
CZM8948	54685311C	16/07/2009	50610	163 c/c 162 * I
CZM8948	54685312C	16/07/2009	51691	165
CZX7374	54684086C	18/06/2009	69200	233
MAO1885	54681680C	25/07/2009	51691	165
MAR2424	54685466C	25/07/2009	65992	230 * V
MBK7211	54685465C	13/07/2009	50610	163 c/c 162 * I
MBK7211	54685464C	13/07/2009	65992	230 * V
MBK7211	54685463C	13/07/2009	50100	162 * I
MDZ2889	54683985C	04/08/2009	69200	233

MFN4725	54685554C	09/07/2009	66532	230	* XI
MFN4725	54685553C	09/07/2009	69120	232	
MGH7782	54681490C	24/06/2009	69200	233	
MHJ4054	54685256C	07/07/2009	50100	162	* I
MHJ4054	54685257C	07/07/2009	65991	230	* V
MHJ4054	54685258C	07/07/2009	50610	163	c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 649/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 649/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LWU7754	54685557C	29/07/2009	55250	181 * XV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 652/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 652/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABS5538	54684468C	01/08/2009	51691	165
ADR9134	54684355C	31/08/2009	65992	230 * V
AGB9423	54684562C	23/08/2009	65992	230 * V
AGB9423	54683544C	23/08/2009	50100	162 * I
AIW5026	54683435C	04/08/2009	69200	233
KOI9721	54683432C	04/08/2009	65992	230 * V
LYE3254	54681497C	15/08/2009	65992	230 * V
LYZ4769	54683540C	01/08/2009	51691	165
MEK7376	54682249C	21/07/2009	52743	175
MEV3157	54683546C	29/08/2009	50610	163 c/c 162 * I
MEV3157	54683547C	29/08/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 656/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 656/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHK5044	54683433C	04/08/2009	69200	233
AJL9614	54685520C	08/08/2009	65992	230 * V
BYC7145	54683204C	12/08/2009	69200	233
CMM9729	54684464C	05/07/2009	66531	230 * XI
CMM9729	54684465C	05/07/2009	52742	175
LWR2294	54684091C	07/08/2009	65992	230 * V
LWR2294	54684092C	07/08/2009	50100	162 * I
LWR2294	54684093C	07/08/2009	51180	164 c/c 162 * I
LWY7678	54685461C	09/07/2009	50610	163 c/c 162 * I
LWY7678	54685460C	09/07/2009	50100	162 * I
LXM1863	54684199C	31/08/2009	50100	162 * I
LXM1863	54684197C	31/08/2009	65992	230 * V
LXM1863	54684198C	31/08/2009	50610	163 c/c 162 * I
LXO2435	54683443C	12/08/2009	69200	233
LXV5071	54684509C	08/07/2009	51691	165
LXW7307	54685408C	14/07/2009	50100	162 * I
LYD5328	54685515C	04/08/2009	65992	230 * V
LYI5237	54684300C	05/07/2009	51691	165
LYI5237	54683725C	05/07/2009	51770	166
LYI5237	54683724C	05/07/2009	66532	230 * XI
LYI5237	54683723C	05/07/2009	67261	230 * XVIII
LYT8518	54685267C	22/08/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYT8518	54685266C	22/08/2009	50100	162 * I
LYT8518	54685268C	22/08/2009	65992	230 * V
LYX4622	54684519C	01/09/2009	69120	232
LZF3707	54681681C	11/08/2009	52742	175
LZX9683	54684430C	26/08/2009	73580	252 * V
MAH4288	54684513C	12/07/2009	51691	165
MAK0614	54682595C	16/08/2009	65992	230 * V
MBX3455	54685410C	24/08/2009	65992	230 * V
MCY8608	54684068C	25/08/2009	50450	162 * V
MDD3503	54683439C	12/08/2009	69200	233
MEB8305	54681526C	15/08/2009	65992	230 * V
MEB8305	54681525C	15/08/2009	50100	162 * I
MEC9048	54685270C	24/08/2009	65992	230 * V
MFC1832	54683986C	04/08/2009	69200	233
MFK6313	54685459C	05/07/2009	66700	230 * XIII
MFK6313	54685456C	05/07/2009	50610	163 c/c 162 * I
MFK6313	54685455C	05/07/2009	50100	162 * I
MFM1108	54681679C	25/07/2009	50100	162 * I
MGP5441	54685560C	11/08/2009	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 660/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 660/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABX6871	54685272C	24/08/2009	69200	233
ADI5224	54684356C	31/08/2009	65992	230 * V
LWU1128	54685275C	24/08/2009	69200	233
LYQ0494	54681499C	23/08/2009	50450	162 * V
LZC0128	54683542C	16/08/2009	66372	230 * IX
MAA1464	54684622C	13/09/2009	50610	163 c/c 162 * I
MAA1464	54684621C	13/09/2009	50100	162 * I
MAA1464	54684620C	13/09/2009	65564	230 * I
MAA1464	54684619C	13/09/2009	65992	230 * V
MEK2184	54684427C	22/08/2009	50610	163 c/c 162 * I
MEK2184	54684425C	22/08/2009	50100	162 * I
MEN3721	54684354C	27/08/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 663/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 663/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKK8368	54684478C	30/09/2009	69200	233
LYH9605	54684424C	20/08/2009	51691	165
LYH9605	54684423C	20/08/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYH9605	54684422C	20/08/2009	65992	230 * V
LYH9605	54684421C	20/08/2009	50100	162 * I
MAE0053	54685286C	19/09/2009	65563	230 * I
MAE0053	54685285C	19/09/2009	65992	230 * V
MAS7071	54685566C	20/08/2009	52741	175
MAS7071	54685567C	20/08/2009	69120	232
MAS7071	54685565C	20/08/2009	51691	165
MCD5231	54684194C	27/08/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 664/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 664/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IER7000	54683995C	04/10/2009	50100	162 * I
IER7000	54684708C	04/10/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYN9005	54681323C	01/10/2009	65992	230 * V
MBS6612	54684704C	01/10/2009	65482	229
MBS6612	54684703C	01/10/2009	65482	229
MES3843	54684358C	03/10/2009	69120	232
MGX5790	54684705C	03/10/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 669/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 669/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB5867	54683684C	11/10/2009	65992	230 * V
MBJ8310	54684484C	17/10/2009	51691	165
MDZ2258	54684953C	17/11/2009	65992	230 * V
MDZ2258	54684952C	17/11/2009	50100	162 * I
MDZ2258	54684951C	17/11/2009	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 671/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 671/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACA0802	54684542C	27/10/2009	69200	233
AET8461	54685545C	23/11/2009	65992	230 * V
AJB6689	54685424C	27/10/2009	69200	233
ALI7050	54684473C	22/09/2009	69200	233
BRC7440	54684475C	22/09/2009	69200	233
CGE3602	54685523C	10/10/2009	50610	163 c/c 162 * I
CGE3602	54685522C	10/10/2009	50100	162 * I
CGU1983	54684479C	30/09/2009	69200	233
CIO0237	54684537C	27/10/2009	69200	233
GMZ2934	54684531C	08/10/2009	65561	230 * I
GMZ2934	54684530C	08/10/2009	65992	230 * V
IGZ2033	54684575C	29/11/2009	65992	230 * V
IHT5982	54684474C	22/09/2009	69200	233
IKF1391	54683888C	21/05/2009	69200	233
LWS4458	54682773C	21/05/2009	69200	233
LWW3499	54683331C	26/10/2009	65992	230 * V
LWW3499	54683332C	26/10/2009	50450	162 * V
LWW3499	54683333C	26/10/2009	50960	163 c/c 162 * V
LXB7500	54682645C	18/05/2009	66372	230 * IX
LXI0443	54683850C	11/11/2009	69120	232
LXT5946	54684538C	27/10/2009	69200	233
LXW6232	54684528C	13/09/2009	51691	165
LXW6232	54684527C	13/09/2009	50100	162 * I
LXW6232	54684526C	13/09/2009	65992	230 * V

LYC3147	54684702C	30/09/2009	65992	230	* V
LYD8327	54684227C	24/05/2009	50610	163	c/c 162 * I
LYD8327	54684225C	24/05/2009	65992	230	* V
LYH8182	54681244C	17/10/2009	50100	162	* I
LYH8182	54681245C	17/10/2009	69120	232	
LYH8182	54681246C	17/10/2009	65992	230	* V
LYQ8369	54684237C	05/09/2009	50450	162	* V
LYU3588	54684412C	01/06/2009	65992	230	* V
LYX2674	54683741C	18/10/2009	51691	165	
LYX2674	54683740C	18/10/2009	50100	162	* I
LYX2674	54683739C	18/10/2009	65992	230	* V
LZI7807	54685623C	28/11/2009	65992	230	* V
LZI7807	54684728C	28/11/2009	65561	230	* I
LZQ3620	54684963C	02/12/2009	69200	233	
LZT2655	54684602C	28/08/2009	69200	233	
MAA9520	54684534C	11/10/2009	50610	163	c/c 162 * I
MAA9520	54684533C	11/10/2009	50100	162	* I
MAA9520	54684532C	11/10/2009	65992	230	* V
MAB5867	54684654C	11/10/2009	66371	230	* IX
MAB8559	54684606C	28/08/2009	69200	233	
MAD4569	54681249C	28/10/2009	69120	232	
MAD4569	54681248C	28/10/2009	65992	230	* V
MAJ4081	54685422C	27/10/2009	69200	233	
MAK2647	54683733C	27/09/2009	50450	162	* V
MAX9137	54685544C	15/11/2009	65992	230	* V
MBK4044	54684437C	30/08/2009	65992	230	* V
MCC0999	54685470C	17/10/2009	65992	230	* V
MCL2255	54685606C	04/11/2009	69200	233	
MCT5446	54684221C	21/05/2009	64080	221	
MDK7339	54685753C	10/10/2009	52742	175	
MDR4685	54683683C	25/09/2009	50450	162	* V
MEO2660	54684957C	02/12/2009	69200	233	
MEY6714	54684674C	29/11/2009	65992	230	* V
MFC4970	54685608C	04/11/2009	69200	233	
MFG6613	54685537C	22/10/2009	50610	163	c/c 162 * I
MFG6613	54685532C	22/10/2009	65992	230	* V
MFG6613	54685531C	22/10/2009	50100	162	* I
MGM2911	54683534C	28/05/2009	65992	230	* V
MGX3631	54684471C	19/09/2009	51691	165	
MGX9101	54683900C	01/06/2009	65992	230	* V
MGZ5544	54684724C	25/11/2009	50371	162	* III
MGZ5544	54684726C	25/11/2009	51691	165	
MGZ5544	54684725C	25/11/2009	50450	162	* V
MHG8802	54684222C	24/05/2009	50610	163	c/c 162 * I
MHN7792	54681243C	09/10/2009	65992	230	* V
MIV1330	54684366C	10/10/2009	52741	175	
MVV8040	54683682C	13/09/2009	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 675/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 675/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIF7523	54684546C	12/11/2009	66531	230 * XI
CIF7523	54684545C	12/11/2009	65992	230 * V
CPW0838	54681685C	13/11/2009	69200	233
MFC3701	54685477C	08/12/2009	50100	162 * I
MFC3701	54685478C	08/12/2009	65992	230 * V
MFC3701	54685479C	08/12/2009	50610	163 c/c 162 * I
MGO0912	54684655C	31/10/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 679/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 679/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOA0941	54681686C	13/11/2009	69200	233
IIE0423	54684676C	10/12/2009	65992	230 * V
MAI7153	54681324C	13/11/2009	69200	233
MGB7545	54684732C	10/12/2009	69120	232
MGB7545	54684731C	10/12/2009	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 682/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 682/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ1877	54685626C	14/12/2009	65992	230 * V
LZR7268	54683549C	12/09/2009	65992	230 * V
MCC9225	54684607C	28/08/2009	69200	233
MDS8657	54684517C	25/08/2009	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 687/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 687/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGO4155	54685322C	06/12/2009	65992	230 * V
AIZ3743	54685671C	06/12/2009	65992	230 * V
AIZ3743	54685672C	06/12/2009	69120	232
CCQ8068	54684978C	03/01/2010	65992	230 * V
JZS8202	54684729C	02/12/2009	64080	221
LZP6354	54685472C	29/11/2009	66102	230 * VII
LZQ7762	54683013C	29/11/2009	51691	165
MAF8191	54685429C	02/12/2009	69200	233
MDB7459	54684973C	01/01/2010	50450	162 * V
MKP0111	54685433C	03/12/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 690/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 690/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CAI5219 54684487C 10/01/2010 65992 230 * V
LZI9683 54684976C 03/01/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 691/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 691/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GPB0170	54684745C	22/12/2009	51691	165
GPB0170	54684743C	22/12/2009	65992	230 * V
LWS7548	54685439C	28/12/2009	50100	162 * I
LXE9371	54684485C	17/12/2009	50610	163 c/c 162 * I
LXE9371	54683015C	17/12/2009	50100	162 * I
LYF6276	54684678C	11/12/2009	66371	230 * IX
LYV8259	54684979C	10/01/2010	50100	162 * I
LYV8259	54685151C	10/01/2010	65992	230 * V
MBI3429	54684806C	19/01/2010	69120	232
MDC6225	54685006C	15/12/2009	65992	230 * V
MEG8339	54683686C	15/12/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 694/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 694/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGD3346	54685718C	20/01/2010	69200	233
CSW2370	54684742C	22/12/2009	65992	230 * V
LXN6149	54684489C	16/01/2010	65992	230 * V
LYK5336	54684753C	18/01/2010	69120	232
LYK5336	54684752C	18/01/2010	65992	230 * V
LYK5336	54684751C	18/01/2010	50100	162 * I
LYT3942	54684967C	22/12/2009	50100	162 * I
LYT3942	54684738C	22/12/2009	50610	163 c/c 162 * I
LYT3942	54684737C	22/12/2009	69120	232
LZG5095	54684126C	13/01/2010	69200	233
MCR1142	54684488C	16/01/2010	65992	230 * V

MEE2629 54684739C 22/12/2009 65992 230 * V
MEE2629 54684740C 22/12/2009 65800 230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 697/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 697/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIE5994	54685720C	20/01/2010	69200	233
JVL4570	54684386C	21/02/2010	52741	175
JVL4570	54684385C	21/02/2010	51691	165
MBE8183	54685636C	20/01/2010	69200	233
MBK5813	54684871C	21/02/2010	51180	164 c/c 162 * I
MBK5813	54684870C	21/02/2010	50100	162 * I
MDK6982	54685675C	28/02/2010	50100	162 * I
MDK6982	54685676C	28/02/2010	51691	165
MGI3339	54685098C	21/02/2010	65992	230 * V
MGI3339	54685097C	21/02/2010	50610	163 c/c 162 * I
MGI3339	54685096C	21/02/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 701/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 701/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZY1666	54684496C	28/01/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 705/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 705/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALA9997	54685157C	28/01/2010	69200	233
HQQ4108	54684490C	16/01/2010	65992	230 * V
IOO2207	54684851C	28/01/2010	69200	233
LXG5348	54685176C	15/02/2010	65992	230 * V
LZA6782	54684685C	15/02/2010	65992	230 * V
LZL8508	54685160C	28/01/2010	69200	233
MAX5022	54684853C	28/01/2010	69200	233
MBR2935	54685020C	29/01/2010	69120	232
MCN9957	54684133C	13/01/2010	69200	233
MCQ7817	54685326C	25/01/2010	66102	230 * VII
MEN6019	54684855C	28/01/2010	69200	233
MES1751	54685808C	31/01/2010	69120	232
MES1751	54685807C	31/01/2010	50371	162 * III
MES1751	54685806C	31/01/2010	73400	252 * IV
MFN2219	54685730C	24/02/2010	65992	230 * V
MGA4563	54685343C	15/02/2010	50610	163 c/c 162 * I
MGA4563	54685089C	15/02/2010	50100	162 * I
MGA4720	54684680C	12/02/2010	50100	162 * I
MGA4720	54684679C	12/02/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 707/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 707/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR1711	54685341C	07/02/2010	52742	175
AFT5877	54685375C	19/02/2010	51691	165
ALA9997	54685335C	06/02/2010	64080	221
ALA9997	54685336C	06/02/2010	69120	232
ALK9398	54685760C	05/04/2010	69120	232
APS4146	54685028C	04/02/2010	69200	233
HSB1906	54685853C	10/03/2010	69200	233
ILP1263	54685445C	14/02/2010	69120	232
JYZ6454	54685813C	12/03/2010	64080	221
LXH5251	54685194C	12/03/2010	69200	233
LXJ0420	54686160C	09/04/2010	65992	230 * V
LXJ0426	54685090C	15/02/2010	69120	232
LXP9647	54684890C	13/03/2010	65992	230 * V
LXP9647	54684891C	13/03/2010	69120	232
LXP9647	54684893C	13/03/2010	51691	165
LXT7558	54685188C	08/03/2010	66020	230 * VI
LXT7558	54685189C	08/03/2010	65561	230 * I
LXT7558	54685190C	08/03/2010	69120	232
LXZ6280	54684887C	12/03/2010	69200	233
LYB8110	54685740C	05/03/2010	65992	230 * V
LYK0387	54689204C	21/03/2010	50610	163 c/c 162 * I
LYK0387	54689203C	21/03/2010	50100	162 * I
LYK0387	54689202C	21/03/2010	65992	230 * V
LYR6603	54685904C	14/02/2010	66102	230 * VII
LYS5370	54685820C	22/03/2010	66372	230 * IX
LYS5370	54685819C	22/03/2010	65992	230 * V
LZA2293	54686103C	06/03/2010	52820	176 * I
LZE2482	54685173C	09/02/2010	51180	164 c/c 162 * I
LZE2482	54685172C	09/02/2010	65992	230 * V
LZE2482	54684863C	09/02/2010	50100	162 * I
LZO6232	54685178C	18/02/2010	65992	230 * V
MAD0213	54685175C	12/02/2010	65561	230 * I
MAD0213	54685174C	12/02/2010	65992	230 * V
MAW7339	54685192C	12/03/2010	69200	233
MBZ9144	54685193C	12/03/2010	69200	233
MCA0129	54685191C	12/03/2010	69200	233
MCC5282	54685340C	06/02/2010	65992	230 * V
MCM0089	54685901C	05/02/2010	50100	162 * I
MCM0089	54685902C	05/02/2010	65992	230 * V
MCM1314	54684499C	21/03/2010	65565	230 * I
MCM1314	54684498C	21/03/2010	66102	230 * VII
MCM1314	54684497C	21/03/2010	65992	230 * V
MCW8066	54686154C	19/03/2010	69200	233
MEC9048	54684868C	18/02/2010	51180	164 c/c 162 * I
MEC9048	54684867C	18/02/2010	50100	162 * I
MEC9048	54684866C	18/02/2010	65992	230 * V
MEL8289	54686156C	20/03/2010	50371	162 * III
MFA8375	54685642C	01/02/2010	65992	230 * V
MFM1108	54684883C	08/03/2010	50100	162 * I
MFM1108	54684882C	08/03/2010	65992	230 * V
MGH0746	54681330C	03/03/2010	51180	164 c/c 162 * I
MGH0746	54684627C	03/03/2010	50100	162 * I
MHT0950	54684383C	16/02/2010	66372	230 * IX
MHT0950	54684384C	16/02/2010	66020	230 * VI
MHV1140	54684884C	12/03/2010	69200	233
MXJ8425	54684987C	04/03/2010	50610	163 c/c 162 * I
MXJ8425	54684986C	04/03/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 713/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 713/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAO8876	54685768C	13/04/2010	69200	233
CHI7322	54685493C	04/02/2010	69200	233
LWV0902	54681650C	04/04/2010	65992	230 * V
LZZ0105	54683340C	13/04/2010	66102	230 * VII
MAQ0649	54685498C	19/03/2010	69200	233
MAS6113	54685764C	13/04/2010	69200	233
MDT8214	54683040C	19/04/2010	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 719/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 719/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LCN0239 54684993C 14/04/2010 69200 233
MKS7380 54684754C 29/03/2010 65992 230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 721/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 721/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASA0444	54683035C	09/04/2010	51691	165
BQN8383	54684398C	26/05/2010	69120	232
BYE0502	54688254C	05/05/2010	69200	233
CAP5039	54684141C	09/05/2010	50100	162 * I
CLK1305	54684397C	20/05/2010	69200	233
CYR5572	54688202C	08/05/2010	65992	230 * V
KTV1932	54689351C	29/05/2010	51691	165
KTV1932	54689353C	29/05/2010	50100	162 * I
KTV1932	54689354C	29/05/2010	65992	230 * V
KTV1932	54689355C	29/05/2010	50610	163 c/c 162 * I
LYD3240	54685918C	22/05/2010	65992	230 * V
LYS5224	54685765C	13/04/2010	69200	233
LZA3569	54685749C	05/05/2010	69200	233
LZJ0654	54688255C	05/05/2010	69200	233
MCB3373	54685763C	13/04/2010	69200	233
MCJ5240	54685926C	25/05/2010	51691	165
MCK6805	54685767C	13/04/2010	69200	233
MCZ7420	54685925C	24/05/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 725/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 725/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE6653	54684444C	16/05/2010	69120	232
LXU0102	54686069C	11/05/2010	65992	230 * V
MEZ8229	54685350C	01/05/2010	69120	232
MGU8952	54689252C	24/05/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 728/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 728/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGP5010	54684450C	20/05/2010	69200	233
MBC9168	54685923C	22/05/2010	69120	232
MBC9168	54685922C	22/05/2010	51691	165
MBC9168	54685921C	22/05/2010	65992	230 * V
MBD1542	54685924C	10/06/2010	65992	230 * V
MBD1542	54685930C	10/06/2010	69710	238
MBD1542	54685934C	10/06/2010	52742	175
MDW9789	54684396C	20/05/2010	69200	233
MER5792	54686167C	14/06/2010	66102	230 * VII
MHM4486	54689322C	10/06/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 730/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 730/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JJA4463	54685776C	01/06/2010	69120	232
JJA4463	54685777C	01/06/2010	52820	176 * I
JUW9723	54685935C	10/06/2010	52741	175
LYC2870	54686165C	14/06/2010	50100	162 * I
LYC2870	54686166C	14/06/2010	51180	164 c/c 162 * I
LYZ4093	54686177C	03/07/2010	65992	230 * V
LYZ4093	54686178C	03/07/2010	51691	165
LYZ4093	54686179C	03/07/2010	50100	162 * I
LYZ4093	54686180C	03/07/2010	50610	163 c/c 162 * I
LZM4229	54686163C	17/04/2010	65800	230 * IV
LZM4229	54684895C	17/04/2010	69120	232
MAY1147	54684446C	20/05/2010	69200	233
MCB5884	54688263C	05/06/2010	50100	162 * I
MCB5884	54688264C	05/06/2010	50610	163 c/c 162 * I
MDZ4360	54684846C	28/06/2010	65992	230 * V
MDZ4360	54684848C	28/06/2010	69120	232
MDZ4360	54686079C	28/06/2010	67693	230 * XXII
MDZ4360	54686080C	28/06/2010	66532	230 * XI
MDZ4360	54686081C	28/06/2010	66371	230 * IX
MGM6313	54686129C	05/06/2010	65992	230 * V
MHM4486	54689313C	10/06/2010	65800	230 * IV
MIA7604	54689253C	27/05/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 734/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 734/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEY9631 54685839C 02/07/2010 65992 230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 736/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 736/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFB7139	54686142C	15/06/2010	69200	233	
AQY4131	54686097C	05/07/2010	69200	233	
BJR3221	54682652C	26/06/2010	66102	230	* VII
BPT1444	54684128C	13/01/2010	69200	233	
CJR3130	54681337C	02/08/2010	69200	233	
CXL5609	54685030C	04/02/2010	69200	233	
ICQ6985	54686093C	05/07/2010	69200	233	
KFN6300	54685491C	04/02/2010	69200	233	
LXI4306	54685691C	08/07/2010	51691	165	
LXI4306	54685692C	08/07/2010	66371	230	* IX
LYG5042	54684600C	02/02/2010	69200	233	
LYL1612	54684598C	02/02/2010	69200	233	
LZB7526	54688405C	22/06/2010	65992	230	* V
LZB7526	54688406C	22/06/2010	50100	162	* I
MCB0681	54685495C	05/02/2010	69120	232	
MCO7560	54688475C	08/08/2010	51691	165	
MCO7560	54688474C	08/08/2010	50450	162	* V
MDL4159	54684131C	13/01/2010	69200	233	
MDR8882	54686090C	04/07/2010	69120	232	
MDY6225	54688464C	25/07/2010	65992	230	* V
MDY6225	54688465C	25/07/2010	50100	162	* I
MDY6225	54688467C	25/07/2010	50610	163	c/c 162 * I
MEH5239	54689345C	10/07/2010	50100	162	* I
MEH5239	54689346C	10/07/2010	65561	230	* I
MEH5239	54686184C	10/07/2010	65992	230	* V
MEH5239	54686185C	10/07/2010	69120	232	
MEH5239	54686186C	10/07/2010	51180	164	c/c 162 * I
MGZ8452	54685804C	29/01/2010	65992	230	* V
MNL4970	54689264C	19/06/2010	65992	230	* V
MNL4970	54689267C	19/06/2010	50610	163	c/c 162 * I
MNL4970	54689268C	19/06/2010	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 741/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 741/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLN8355	54688322C	11/09/2010	65992	230 * V
KLR2156	54685948C	12/07/2010	65992	230 * V
LYC6031	54688423C	01/08/2010	51691	165
MGY3820	54684997C	31/05/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 745/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 745/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGB5564	54681347C	10/09/2010	69200	233
AHJ5941	54685696C	18/07/2010	50100	162 * I
GSR9335	54688595C	14/09/2010	69200	233
HOZ9015	54681349C	10/09/2010	65992	230 * V
JNN5085	54688460C	22/07/2010	65992	230 * V
JNN5085	54688462C	22/07/2010	50533	162 * VI
JNN5085	54688461C	22/07/2010	69120	232
JOZ7105	54688314C	30/08/2010	69200	233
JWS3343	54688430C	01/09/2010	69200	233
JYH6788	54686096C	05/07/2010	69200	233
LXL0905	54690111C	16/08/2010	65992	230 * V

LZG3586	54688512C	09/07/2010	50610	163	c/c	162	*	I
LZG3586	54688511C	09/07/2010	50100	162	*			I
LZH5584	54688596C	14/09/2010	69200	233				
MAG3724	54686132C	07/06/2010	65992	230	*	V		
MAG3724	54686133C	07/06/2010	50100	162	*	I		
MAG3724	54686134C	07/06/2010	50610	163	c/c	162	*	I
MAJ4266	54688363C	12/08/2010	69200	233				
MAP8900	54685949C	15/07/2010	65992	230	*	V		
MAT8166	54685791C	12/08/2010	65561	230	*	I		
MAT8166	54685790C	12/08/2010	65992	230	*	V		
MAT8166	54685789C	12/08/2010	50100	162	*	I		
MBE5002	54685958C	05/08/2010	66371	230	*	IX		
MBL3833	54688429C	01/09/2010	69200	233				
MBX5302	54688586C	14/09/2010	69200	233				
MCM5869	54688457C	08/07/2010	50100	162	*	I		
MCM5869	54689405C	08/07/2010	50610	163	c/c	162	*	I
MCO9948	54684767C	29/08/2010	50610	163	c/c	162	*	I
MCO9948	54684765C	29/08/2010	50100	162	*	I		
MDV5432	54688413C	08/07/2010	52741	175				
MDX7333	54688574C	03/09/2010	65992	230	*	V		
MEL8289	54685941C	22/06/2010	50100	162	*	I		
MFB7883	54689379C	08/08/2010	50610	163	c/c	162	*	I
MFB7883	54689378C	08/08/2010	65992	230	*	V		
MFB7883	54689376C	08/08/2010	50100	162	*	I		
MFV2739	54688578C	04/09/2010	50100	162	*	I		
MGE9789	54688528C	22/08/2010	65800	230	*	IV		
MGE9789	54688571C	22/08/2010	53200	176	*	V		
MGE9789	54688570C	22/08/2010	53040	176	*	III		
MGE9789	54688569C	22/08/2010	52820	176	*	I		
MGG0087	54688477C	23/08/2010	50610	163	c/c	162	*	I
MGG0087	54688476C	23/08/2010	50100	162	*	I		
MMJ5110	54688558C	29/07/2010	50450	162	*	V		
MPW9956	54688504C	05/07/2010	69200	233				

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 750/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 750/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKN6173	54686196C	12/09/2010	50100	162 * I
CKN6173	54686197C	12/09/2010	51180	164 c/c 162 * I
IIJ3540	54685794C	28/08/2010	69120	232
IIJ3540	54689608C	19/09/2010	51691	165
IIJ3540	54689609C	19/09/2010	69120	232
JNN5085	54689472C	24/09/2010	69120	232
LWR9848	54688434C	01/09/2010	69200	233
LXW3606	54688425C	01/09/2010	69200	233
LZN7986	54688426C	01/09/2010	69200	233
MAI6919	54681350C	25/09/2010	51691	165
MAR9242	54686200C	16/09/2010	51180	164 c/c 162 * I
MAR9242	54686199C	16/09/2010	50100	162 * I
MAX6037	54689562C	23/09/2010	69200	233
MBG5166	54688482C	30/08/2010	69200	233
MBY2982	54688481C	30/08/2010	69200	233
MDY1695	54688483C	30/08/2010	69200	233
MFL7576	54688388C	20/09/2010	69200	233
MFN7610	54688575C	03/09/2010	65992	230 * V
MHH5603	54690155C	26/09/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 754/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 754/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KNC0291 54688383C 07/09/2010 65992 230 * V
KNC0291 54689391C 07/09/2010 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.106 756/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 756/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACJ8435 54689561C 23/09/2010 69200 233
AFZ5244 54689914C 29/09/2010 69200 233
AHC8470 54688450C 28/09/2010 66102 230 * VII
AHC8470 54688449C 29/09/2010 50100 162 * I
AHC8470 54688449C 29/09/2010 65992 230 * V
AJH8405 54689946C 07/10/2010 69200 233
ALU4063 54689483C 19/10/2010 65482 229
BRE6050 54689603C 03/09/2010 65565 230 * I
CXZ6557 54688386C 20/09/2010 69200 233
IAS9674 54690007C 12/10/2010 52741 175
IDQ6369 54688587C 14/09/2010 69200 233
JDR3469 54689512C 13/09/2010 50100 162 * I
JDR3469 54689513C 13/09/2010 50610 163 c/c 162 * I
KIC5353 54690011C 17/10/2010 65482 229
LXA2649 54689386C 12/08/2010 69200 233

LXS9145	54688391C	20/09/2010	69200	233	
LYZ8906	54689400C	15/10/2010	69200	233	
LZH3904	54689397C	15/10/2010	69200	233	
MAF4022	54688471C	31/07/2010	50610	163	c/c 162 * I
MAF4022	54688470C	31/07/2010	50100	162	* I
MBC5237	54688437C	01/09/2010	69200	233	
MBE4168	54689852C	16/10/2010	66102	230	* VII
MBE6089	54688365C	12/08/2010	69200	233	
MBW2649	54688316C	30/08/2010	69200	233	
MCB7178	54688320C	30/08/2010	69200	233	
MCM7456	54689481C	03/10/2010	65992	230	* V
MDG9807	54689563C	23/09/2010	69200	233	
MDY7185	54688318C	30/08/2010	69200	233	
MFG6216	54689902C	25/09/2010	65992	230	* V
MFG6216	54689903C	25/09/2010	50100	162	* I
MFG6216	54689904C	25/09/2010	50610	163	c/c 162 * I
MFG6216	54689905C	25/09/2010	65800	230	* IV
MHW4805	54689507C	13/08/2010	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 760/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 760/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHF2186	54688485C	09/10/2010	65992	230 * V
HQH0461	54689714C	24/10/2010	69120	232
HQH0461	54689715C	24/10/2010	65992	230 * V
KFK2818	54689771C	31/10/2010	69120	232
LWS8566	54690008C	13/10/2010	65992	230 * V

LXS0638	54688229C	29/10/2010	69200	233	
LXV4950	54689224C	04/11/2010	65992	230	* V
LXV4950	54689225C	04/11/2010	66372	230	* IX
LXV4950	54689959C	04/11/2010	50100	162	* I
LXZ1987	54690171C	06/11/2010	50100	162	* I
LXZ1987	54690171C	06/11/2010	65992	230	* V
LYZ8067	54690165C	03/11/2010	65992	230	* V
LYZ8067	54690167C	03/11/2010	51180	164	c/c 162 * I
LYZ8067	54690166C	03/11/2010	50100	162	* I
LZC7119	54690003C	12/10/2010	52741	175	
MCR6769	54688335C	26/10/2010	69200	233	
MEL8289	54685947C	07/07/2010	69120	232	
MEL8289	54685946C	07/07/2010	50100	162	* I
MEV9463	54689708C	11/10/2010	66020	230	* VI
MGF5570	54688230C	29/10/2010	69200	233	
MGP3727	54688301C	29/07/2010	69120	232	
MHS9254	54688488C	10/10/2010	50450	162	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 763/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 763/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVI2060	54689949C	07/10/2010	69200	233
BJR3221	54690158C	11/10/2010	66102	230 * VII
CVY5380	54688484C	30/08/2010	65992	230 * V
JDR3469	54689468C	17/09/2010	51180	164 c/c 162 * I
JDR3469	54689467C	17/09/2010	50100	162 * I
JYO4404	54684911C	04/09/2010	52741	175

JYO4404	54684910C	04/09/2010	52742	175	
JYO4404	54689605C	04/09/2010	65992	230	* V
LWT6788	54689228C	07/11/2010	51691	165	
LWT6788	54689227C	07/11/2010	65992	230	* V
LYQ9781	54689918C	29/09/2010	69200	233	
LYT2412	54689703C	08/10/2010	65992	230	* V
LZC0843	54688319C	30/08/2010	69200	233	
LZD0636	54689727C	08/11/2010	65992	230	* V
LZU8562	54689385C	12/08/2010	69200	233	
MBI0759	54689769C	31/10/2010	73400	252	* IV
MBI0759	54689766C	31/10/2010	65992	230	* V
MBI0759	54689767C	31/10/2010	50100	162	* I
MBI0759	54689767C	31/10/2010	50610	163	c/c 162 * I
MBR8428	54689282C	26/10/2010	69200	233	
MBX2563	54689912C	29/09/2010	69200	233	
MBX8069	54689706C	09/10/2010	52742	175	
MBY7037	54689283C	26/10/2010	69200	233	
MDF8844	54690054C	21/10/2010	69200	233	
MDW4416	54688393C	20/09/2010	69200	233	
MEA7847	54689396C	15/10/2010	69200	233	
MEP6361	54682827C	07/10/2010	69200	233	
MFJ9586	54682443C	30/09/2010	65992	230	* V
MFQ1278	54688564C	03/09/2010	50100	162	* I
MFY4925	54689770C	31/10/2010	73400	252	* IV
MGC9874	54689754C	19/10/2010	73400	252	* IV
MHG8002	54688500C	23/10/2010	50610	163	c/c 162 * I
MHG8002	54688489C	23/10/2010	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 764/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 764/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABA2525	54689587C	10/11/2010	54600	181 * IX
ADR4115	54689486C	24/10/2010	60501	208
ADR4115	54689487C	24/10/2010	58350	195
IAS9674	54688490C	19/10/2010	55411	181 * XVII
JYO4404	54689604C	04/09/2010	58350	195
JYO4404	54689606C	04/09/2010	52152	170
LZD0636	54689726C	08/11/2010	53800	181 * I
MBX8069	54689707C	09/10/2010	51851	167
MDX7333	54688472C	08/08/2010	55411	181 * XVII
MEQ6022	54689310C	10/06/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 767/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 767/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN4944	54690015C	27/11/2010	50100	162 * I
AKM6029	54688621C	28/11/2010	51691	165
AMM1890	54684381C	07/01/2010	69200	233
BNC0974	54689717C	31/10/2010	66102	230 * VII
CAA0613	54690017C	29/11/2010	69200	233
LXB1048	54689777C	31/10/2010	66102	230 * VII
LXU0458	54690173C	25/11/2010	65992	230 * V
LYK7256	54690169C	03/11/2010	65992	230 * V
LYW7727	54688602C	25/10/2010	50450	162 * V

LZN4421	54690164C	27/10/2010	69120	232	
LZN4421	54690163C	27/10/2010	65992	230	* V
MAP6278	54689858C	31/10/2010	69120	232	
MAP6278	54689859C	31/10/2010	51691	165	
MCE4652	54688654C	25/11/2010	65992	230	* V
MCE4652	54688653C	25/11/2010	66102	230	* VII
MCE4652	54688652C	25/11/2010	50610	163	c/c 162 * I
MCE4652	54688651C	25/11/2010	50100	162	* I
MDA6610	54688340C	31/10/2010	73580	252	* V
MDL7420	54688231C	29/10/2010	69200	233	
MDO8391	54689665C	20/11/2010	50100	162	* I
MDO8391	54689802C	20/11/2010	50610	163	c/c 162 * I
MEM6505	54689284C	23/11/2010	65992	230	* V
MGJ5912	54683026C	07/01/2010	65992	230	* V
MHV6880	54688339C	31/10/2010	50610	163	c/c 162 * I
MHV6880	54688338C	31/10/2010	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 768/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 768/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN4944	54690016C	27/11/2010	57380	186 * II
HYG9640	54690127C	26/11/2010	55411	181 * XVII
LXU0458	54690174C	25/11/2010	56144	182 * V
LYR1256	54688702C	30/11/2010	54360	181 * VI
LZE7657	54689758C	23/10/2010	61810	215 * II
MCH7451	54682874C	28/11/2010	73150	252 * I
MCH7451	54682874C	28/11/2010	52070	169

MCH7451	54682875C	28/11/2010	52152	170	
MDZ8404	54689485C	22/10/2010	60501	208	
MEO4552	54689794C	04/12/2010	70561	244	* III
MGM4968	54688233C	02/11/2010	60501	208	
MIA2279	54689667C	27/11/2010	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 771/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 771/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFT8054	54689610C	03/12/2010	65992	230 * V
AGF9306	54689966C	02/12/2010	50100	162 * I
IBL0293	54689785C	05/11/2010	50610	163 c/c 162 * I
IBL0293	54689784C	05/11/2010	50100	162 * I
LXU8712	54682876C	09/12/2010	50100	162 * I
LXU8712	54682876C	09/12/2010	65992	230 * V
MBB9278	54689663C	17/11/2010	65992	230 * V
MBB9278	54689664C	17/11/2010	69120	232
MBD8772	54684964C	06/12/2009	66020	230 * VI
MCF3386	54690014C	13/11/2010	50100	162 * I
MCF4274	54689732C	13/11/2010	50100	162 * I
MCF4274	54689733C	13/11/2010	50610	163 c/c 162 * I
MCF4274	54689738C	13/11/2010	69120	232
MCY1043	54689968C	14/12/2010	69200	233
MEB8667	54684686C	03/12/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 772/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 772/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIY0010	54689614C	08/12/2010	54600	181 * IX
IBL0293	54689781C	05/11/2010	55680	181 * XIX
LXX3426	54688630C	05/12/2010	60501	208
LZT2370	54688704C	30/11/2010	54870	181 * XI
MBA1253	54688707C	08/12/2010	61733	215 * I * b
MEL4586	54688628C	03/12/2010	60760	210
MEL4586	54688627C	03/12/2010	58350	195
MHT9416	54688342C	07/11/2010	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 775/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 775/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWY8133 54689960C 14/11/2010 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 778/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 778/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHK0891	54689241C	21/11/2010	67693	230	*	XXII
AHK0891	54689239C	21/11/2010	50100	162	*	I
AHK0891	54689238C	21/11/2010	65992	230	*	V
LYS5349	54688536C	18/11/2010	50100	162	*	I
LYS5349	54688537C	18/11/2010	50610	163	c/c	162 * I
MIO1712	54689801C	19/11/2010	69120	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 779/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 779/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHK0891	54689240C	21/11/2010	51851	167
CMC0078	54689803C	04/12/2010	57380	186 * II
DFV6458	54689673C	09/12/2010	73662	252 * VI
LXD8738	54689249C	10/12/2010	60501	208
MAQ5175	54689861C	09/11/2010	55250	181 * XV
MFQ1278	54690027C	08/12/2010	60501	208
MIC6735	54689677C	09/12/2010	60501	208
MIO1712	54689235C	19/11/2010	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 780/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 780/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAR5773	54688348C	24/12/2010	65992	230 * V
CJM3826	54688543C	16/12/2010	69200	233
JTO8051	54690075C	22/12/2010	69200	233
KIU3434	54689338C	02/07/2010	65561	230 * I
LXI7888	54690183C	19/12/2010	53200	176 * V
LXI7888	54690184C	19/12/2010	52820	176 * I
LYQ1220	54690031C	17/12/2010	50100	162 * I
LYQ1220	54690030C	17/12/2010	65992	230 * V
MAC3532	54688507C	05/07/2010	69200	233
MAC4039	54685972C	02/01/2011	50100	162 * I
MAC4039	54685973C	02/01/2011	50610	163 c/c 162 * I
MAC4039	54685974C	02/01/2011	65992	230 * V
MBM0369	54688624C	05/12/2010	50100	162 * I
MBM0369	54688623C	05/12/2010	65992	230 * V
MBZ2791	54688547C	29/12/2010	69200	233
MCE3778	54689795C	04/12/2010	65482	229
MFC4797	54688548C	29/12/2010	69200	233
MHC3098	54688817C	26/12/2010	65482	229
MIR4070	54689969C	14/12/2010	69200	233
MWE6409	54690073C	22/12/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 781/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 781/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBM0369	54688622C	05/12/2010	73662	252 * VI
MDT8214	54689671C	05/12/2010	73662	252 * VI
MDT8214	54688806C	20/12/2010	56731	183
MES0941	54688351C	21/06/2010	60501	208
MEV9463	54689672C	05/12/2010	73662	252 * VI
MFW6768	54689976C	03/01/2011	54600	181 * IX
MHS3107	54688711C	23/12/2010	52152	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 784/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 784/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBW2996	54690145C	09/01/2011	50100	162 * I
CBW2996	54690146C	09/01/2011	50610	163 c/c 162 * I
CCD1975	54688269C	18/06/2010	51691	165
JXF8367	54690021C	29/11/2010	69200	233
LYB7386	54688244C	29/12/2010	69200	233
LYR8324	54688819C	07/01/2011	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 785/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 785/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KCB1907	54685685C	18/06/2010	51851	167
LZD4637	54689244C	09/12/2010	51851	167
MCI5853	54684772C	18/11/2010	51851	167
MCT5041	54689792C	23/11/2010	51851	167
MEU4840	54688822C	07/01/2011	51851	167
MFF0358	54684917C	08/01/2011	54790	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 788/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 788/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALW6883	54688754C	14/01/2011	50100	162 * I
ALW6883	54688755C	14/01/2011	51180	164 c/c 162 * I
MCM0748	54690143C	07/01/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 789/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 789/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVM2357	54690082C	08/01/2011	51851	167
MAR9242	54689291C	10/01/2011	70302	244 * I
MFK5723	54688631C	09/01/2011	51852	167
MFK5723	54688629C	09/01/2011	51851	167
MHB7717	54689674C	09/12/2010	51851	167
MHG4403	54690087C	08/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 792/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 792/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG6647	54690068C	20/12/2010	65564	230 * I
MDC6503	54685864C	19/01/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 793/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 793/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JLC1003	54688906C	18/01/2011	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 796/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 796/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACT9288	54688812C	22/12/2010	69200	233
AIE5986	54688808C	22/12/2010	69200	233
AJJ0036	54688240C	24/12/2010	66371	230 * IX
BKC0268	54690131C	19/12/2010	65564	230 * I
BKC0268	54690132C	19/12/2010	50100	162 * I
BYB7099	54690074C	22/12/2010	69200	233
CEN2347	54689105C	26/01/2011	69200	233
DQL9621	54688739C	19/01/2011	69200	233
IBF7200	54689617C	17/01/2011	65992	230 * V
IBR5866	54689699C	26/01/2011	69200	233
KCW7013	54690042C	09/01/2011	52741	175
LNF3651	54685963C	16/12/2010	69200	233
LWV0905	54690140C	27/12/2010	50100	162 * I
LYL0152	54690156C	02/10/2010	65992	230 * V
LYV2097	54690028C	15/12/2010	51691	165
LZK3907	54685962C	16/12/2010	69200	233
MAM6506	54688910C	25/01/2011	66102	230 * VII
MAM6506	54688909C	25/01/2011	50100	162 * I
MAQ5608	54689057C	26/01/2011	69200	233
MBH3691	54688236C	18/12/2010	51691	165
MBK3377	54689101C	26/01/2011	69200	233
MCB0859	54689941C	03/10/2010	66102	230 * VII
MCB0859	54689940C	03/10/2010	50100	162 * I
MCB0859	54689939C	03/10/2010	50610	163 c/c 162 * I
MCM0748	54689685C	22/01/2011	65800	230 * IV
MCM0748	54689686C	22/01/2011	50100	162 * I
MCM0748	54689687C	22/01/2011	51180	164 c/c 162 * I
MER8460	54688712C	23/12/2010	65992	230 * V
MFD3582	54690187C	24/12/2010	65992	230 * V
MHK6289	54685371C	29/01/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 797/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 797/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBF7200	54689616C	17/01/2011	51851	167
KCW7013	54690040C	09/01/2011	51851	167
LWV0905	54690141C	27/12/2010	57380	186 * II
LYQ5862	54688752C	10/01/2011	51851	167
MBR3040	54689582C	05/10/2010	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 800/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 800/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABT9842	54688724C	12/01/2011	65992	230 * V
ABT9842	54688725C	12/01/2011	50450	162 * V
JTC4331	54688246C	29/12/2010	69200	233
MBB9278	54685868C	19/01/2011	69200	233
MDY1857	54688744C	28/01/2011	50100	162 * I
MDY1857	54688770C	28/01/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 801/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 801/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABT9842	54688726C	12/01/2011	51851	167
AGX3098	54688722C	11/01/2011	51851	167
AHI1751	54690088C	08/01/2011	51851	167
ARS4999	54688250C	04/02/2011	54521	181 * VIII
DIY0010	54685976C	05/02/2011	55411	181 * XVII
LYR7145	54688633C	13/01/2011	51851	167
MBY9160	54690081C	08/01/2011	51851	167

MGD7852 54689797C 05/01/2011 51851 167
 MGI2414 54688830C 12/01/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
 HERCILIO BEPPLER
 SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 803/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 803/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADK3207	54688829C	12/01/2011	69120	232
CXL5609	54689106C	26/01/2011	69200	233
DHO8974	54688748C	06/02/2011	52742	175
ICM3424	54688745C	06/02/2011	65561	230 * I
JGH8190	54690142C	04/01/2011	65992	230 * V
LWZ5265	54689696C	26/01/2011	69200	233
LXA0177	54689695C	23/01/2011	65482	229
LXA3364	54690036C	05/01/2011	51691	165
LXA3364	54690035C	05/01/2011	65992	230 * V
LXD9034	54688833C	20/01/2011	65992	230 * V
LXG8511	54689627C	06/02/2011	50100	162 * I
LXG8511	54689628C	06/02/2011	51180	164 c/c 162 * I
LYB2301	54686074C	22/05/2010	51691	165
LYN0112	54688736C	19/01/2011	69200	233
MCL9199	54689634C	07/02/2011	65992	230 * V
MCL9199	54689633C	07/02/2011	51691	165
MGF0499	54688656C	13/02/2011	65992	230 * V
MGF0499	54688655C	13/02/2011	50100	162 * I
MGG5400	54689052C	26/01/2011	69200	233
MHO4833	54689866C	19/01/2011	50610	163 c/c 162 * I
MHO4833	54689865C	19/01/2011	50100	162 * I

MHV7741 54688904C 20/01/2011 50100 162 * I
MHV7741 54689500C 20/01/2011 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 804/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 804/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADK3207	54688828C	12/01/2011	51851	167
AJS5733	54688845C	06/02/2011	60760	210
AJS5733	54688843C	06/02/2011	52070	169
DHO8974	54688747C	06/02/2011	58350	195
DHO8974	54688746C	06/02/2011	52663	174
LXA4343	54689065C	13/02/2011	51851	167
LXA4343	54689066C	13/02/2011	51852	167
LXG8511	54689629C	06/02/2011	58350	195
LXG8511	54689630C	06/02/2011	70561	244 * III
LYW4116	54688827C	12/01/2011	51851	167
MFW5297	54689798C	05/01/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 807/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 807/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWY3798	54688958C	18/02/2011	65992	230 * V
LWY3798	54688959C	18/02/2011	50100	162 * I
LYZ8432	54687911C	26/02/2011	52741	175
LYZ8432	54687910C	26/02/2011	50100	162 * I
LYZ8432	54687909C	26/02/2011	51691	165
LYZ8432	54687908C	26/02/2011	65992	230 * V
LZG9112	54689053C	26/01/2011	69200	233
LZM5403	54683669C	16/04/2009	51691	165
MAN2416	54685369C	25/01/2011	65992	230 * V
MAN2416	54685368C	25/01/2011	50100	162 * I
MCW6240	54688771C	04/02/2011	65992	230 * V
MFM8855	54689887C	21/02/2011	65992	230 * V
MFM8855	54689886C	21/02/2011	50610	163 c/c 162 * I
MFM8855	54689885C	21/02/2011	50100	162 * I
MHQ9721	54688235C	05/02/2011	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 808/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 808/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYD5516	54689693C	23/01/2011	55680	181 * XIX
LYZ8432	54687912C	26/02/2011	51851	167
LZN8864	54689108C	30/01/2011	55250	181 * XV
MMA1650	54686162C	17/04/2010	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 811/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 811/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE3060	54690044C	19/02/2011	65992	230 * V
LYS1650	54685821C	17/05/2010	65992	230 * V
LYS1650	54685822C	17/05/2010	50372	162 * III
LYS1650	54685823C	17/05/2010	50882	163 c/c 162 * III
MAF7931	54686009C	10/03/2011	69200	233
MBX6596	54689514C	13/02/2011	65482	229
MEC3327	54690092C	15/02/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 812/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 812/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBF3563	54686007C	02/03/2011	55411	181 * XVII
MBL6006	54689084C	05/03/2011	54870	181 * XI
MCT2631	54689747C	04/03/2011	73662	252 * VI
MEC3327	54690091C	15/02/2011	54100	181 * IV
MEC3327	54690090C	15/02/2011	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 815/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 815/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFQ0458	54689635C	19/03/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 816/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 816/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICQ6985	54690050C	20/03/2011	51691	165
MBO8138	54688001C	09/03/2011	69120	232
MBO8138	54689750C	09/03/2011	50881	163 c/c 162 * III
MBO8138	54689749C	09/03/2011	50371	162 * III
MBT7166	54689636C	19/03/2011	66102	230 * VII
MEQ1117	54688056C	24/03/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 817/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 817/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBT7166	54689637C	19/03/2011	72340	250 * I * a
MHQ1629	54681535C	16/02/2011	51851	167
MHQ1629	54681534C	16/02/2011	60501	208
MIX9869	54685367C	25/01/2011	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 820/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 820/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNX1495	54689083C	05/03/2011	65482	229
CLU4750	54688963C	10/03/2011	69200	233
IAY0669	54682881C	05/03/2011	65565	230 * I
LXS9992	54689645C	22/03/2011	69200	233
LYK1145	54688978C	28/03/2011	65992	230 * V
LZU2965	54689160C	28/03/2011	50100	162 * I
MDE5833	54689641C	22/03/2011	69200	233
MFZ9230	54689300C	26/03/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 821/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 821/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IAY0669 54682880C 05/03/2011 60501 208
LYB8828 54688975C 27/03/2011 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 823/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 823/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JNA5052	54689743C	04/03/2011	69200	233	
LWY4727	54686011C	10/03/2011	69200	233	
LXN1931	54689412C	08/03/2011	50610	163	c/c 162 * I
LXN1931	54689411C	08/03/2011	50100	162	* I
LXN1931	54689410C	08/03/2011	65992	230	* V
LZV4537	54690098C	12/03/2011	50100	162	* I
LZV4537	54690099C	12/03/2011	65992	230	* V
MFQ1297	54688657C	02/03/2011	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 824/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 824/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDV1639	54690096C	04/03/2011	54522	181 * VIII
JYT4277	54690097C	12/03/2011	55680	181 * XIX
JYT4277	54688868C	12/03/2011	54870	181 * XI
MEF7894	54688861C	02/03/2011	73662	252 * VI
MGT0985	54689159C	15/03/2011	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 827/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 827/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJL5430	54688018C	06/04/2011	69200	233
HRA8473	54688022C	06/04/2011	69200	233
MAH0305	54688061C	24/03/2011	69200	233
MCI8120	54688153C	08/04/2011	69120	232
MCI8120	54688152C	08/04/2011	65992	230 * V
MCM0748	54688025C	07/04/2011	69120	232
MCM0748	54688024C	07/04/2011	50100	162 * I
MCW6240	54688052C	24/03/2011	69200	233
MHH4607	54687851C	18/03/2011	50371	162 * III
MHH4607	54687851C	18/03/2011	50450	162 * V
MJH9360	54688017C	06/04/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 828/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 828/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IKP6095 54687858C 07/04/2011 55411 181 * XVII
MDJ0978 54688051C 24/03/2011 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 831/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 831/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACF4179	54688005C	29/03/2011	51691	165	
ADR3469	54687766C	15/04/2011	50100	162	* I
ADR3469	54687765C	15/04/2011	65992	230	* V
BQH7870	54689091C	21/04/2011	65992	230	* V
BQH7870	54689092C	21/04/2011	52820	176	* I
COO5392	54689093C	23/04/2011	51691	165	
DIY0010	54687775C	24/04/2011	65992	230	* V
JYO6289	54688974C	23/03/2011	67420	230	* XX
LWW8825	54689746C	04/03/2011	69200	233	
LYA4409	54688400C	29/09/2010	69200	233	
MEK6102	54687212C	21/04/2011	65992	230	* V
MHU7021	54689112C	24/04/2011	50450	162	* V
NGJ6933	54689646C	22/03/2011	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 832/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 832/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMZ3003	54687764C	11/04/2011	55411	181 * XVII
COO5392	54689095C	23/04/2011	52070	169
COO5392	54689094C	23/04/2011	57380	186 * II
DIY0010	54687774C	24/04/2011	60501	208
MCF7117	54687213C	25/04/2011	52070	169
MHO2068	54689086C	08/03/2011	65640	230 * II
MHO2068	54689087C	08/03/2011	52070	169
MHU7021	54687929C	24/04/2011	60501	208
MIF2936	54689657C	03/08/2010	52070	169

MIF2936 54689656C 03/08/2010 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 833/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 833/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZV1857	54687753C	03/04/2011	51691	165
LZV1857	54687754C	03/04/2011	50450	162 * V
MGS5818	54687219C	25/04/2011	50100	162 * I
MGS5818	54687219C	25/04/2011	51180	164 c/c 162 * I
MGS5818	54687218C	25/04/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 834/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 834/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGC5483	54687752C	03/04/2011	54282	181 * V
MEW2242	54689519C	31/03/2011	51851	167
MEW2242	54689519C	31/03/2011	52070	169
MEW2242	54689519C	31/03/2011	60501	208
MEW2242	54689519C	31/03/2011	73662	252 * VI
MF2501	54689516C	26/04/2011	52070	169
MF2501	54689516C	26/04/2011	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 837/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 837/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEL1384	54687261C	29/04/2011	69200	233
AHD0261	54690063C	29/11/2010	69200	233
AIR3617	54689219C	30/10/2010	51180	164 c/c 162 * I
AIR3617	54689218C	30/10/2010	50100	162 * I
AIR3617	54689217C	30/10/2010	65992	230 * V
CCB3229	54687259C	29/04/2011	69200	233
CHD5884	54688601C	24/10/2010	66700	230 * XIII
LWW7725	54687222C	03/05/2011	50100	162 * I
LWW7725	54687223C	03/05/2011	50610	163 c/c 162 * I
LXI2508	54689864C	12/11/2010	50610	163 c/c 162 * I
LXI2508	54689863C	12/11/2010	65992	230 * V
LXI2508	54689862C	12/11/2010	50100	162 * I
LXZ8529	54688618C	15/11/2010	65992	230 * V
LYX7318	54687257C	29/04/2011	69200	233
LZD2148	54687256C	29/04/2011	69200	233
MEF6850	54688079C	03/05/2011	65992	230 * V
MEF6850	54688078C	03/05/2011	50450	162 * V
MFK5723	54685987C	30/04/2011	50100	162 * I
MGM6092	54684776C	18/11/2010	69120	232
MGM6092	54684775C	18/11/2010	50610	163 c/c 162 * I
MGM6092	54684776C	18/11/2010	50100	162 * I
MGM6092	54684776C	18/11/2010	65992	230 * V
MHZ2850	54688013C	06/04/2011	69200	233
MXV9106	54687777C	01/05/2011	65482	229
MXV9106	54687778C	01/05/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 838/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 838/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BZQ3775	54684923C	30/04/2011	58350	195
BZQ3775	54684922C	30/04/2011	60501	208
CTI3257	54685600C	17/11/2010	52311	172
LYU8671	54687780C	05/05/2011	73662	252 * VI
MDT6884	54687263C	03/05/2011	53800	181 * I
MEF6850	54688077C	03/05/2011	51851	167
MXV9106	54687776C	01/05/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 841/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 841/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AML4545	54688161C	29/04/2011	51691	165
MAH7373	54688880C	13/05/2011	69200	233
MJH4000	54688021C	06/04/2011	69200	233
MXV9106	54687935C	14/05/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 842/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 842/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB7193	54687303C	14/05/2011	51851	167
AIB7193	54687304C	14/05/2011	51852	167
ARY2300	54687782C	17/05/2011	55411	181 * XVII
MCZ8760	54687865C	05/05/2011	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 845/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 845/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BLQ5517	54687869C	17/05/2011	69200	233	
GNP3432	54688891C	17/05/2011	69200	233	
LXE4308	54688158C	29/04/2011	50100	162	* I
LXE4308	54688158C	29/04/2011	69120	232	
LXE4308	54688157C	29/04/2011	65992	230	* V
LXY8118	54687873C	21/05/2011	50100	162	* I
LXY8118	54687874C	21/05/2011	65992	230	* V
LXY8118	54687875C	21/05/2011	69120	232	
LYV3888	54687933C	07/05/2011	69120	232	
LYV3888	54687932C	07/05/2011	65564	230	* I
LYV3888	54687931C	07/05/2011	51691	165	
LZK8766	54687867C	17/05/2011	69200	233	
LZT2795	54688069C	29/04/2011	69200	233	
MDH7592	54688888C	17/05/2011	69200	233	
MDL2222	54688084C	11/05/2011	65992	230	* V
MGP8622	54684779C	17/04/2011	69120	232	
MGZ8020	54688886C	17/05/2011	69200	233	
MXV9106	54689115C	14/05/2011	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 846/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 846/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CZL8289	54687862C	23/04/2011	54870	181 * XI
IJA5419	54687267C	11/05/2011	51851	167
MFI0334	54687785C	17/05/2011	55411	181 * XVII
NJB3746	54688893C	17/05/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 849/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 849/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC7309	54688074C	29/04/2011	69200	233
CFS9272	54689171C	28/05/2011	50610	163 c/c 162 * I
CFS9272	54689170C	28/05/2011	65992	230 * V
CFS9272	54689168C	28/05/2011	50100	162 * I
CKN6173	54683834C	26/04/2009	50610	163 c/c 162 * I
CKN6173	54683833C	26/04/2009	50100	162 * I
CKN6173	54683832C	26/04/2009	51691	165
LYB3849	54689172C	28/05/2011	69120	232
MBB9688	54688895C	25/05/2011	50100	162 * I
MBB9688	54688895C	25/05/2011	65992	230 * V
MDY4959	54689167C	26/05/2011	50100	162 * I
MDY4959	54687943C	26/05/2011	50610	163 c/c 162 * I
MDY4959	54687944C	26/05/2011	65992	230 * V
MWQ4090	54687221C	01/05/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 850/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 850/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZR8306	54688114C	24/05/2011	68231	231 * IV
MAC3374	54687781C	10/05/2011	60501	208
MAK5474	54687265C	07/05/2011	58780	199
MAL7115	54682837C	25/05/2011	58350	195
MBB9688	54688894C	25/05/2011	55250	181 * XV
MFR7806	54688897C	25/05/2011	58191	193

MFS5640 54688108C 05/05/2011 55413 181 * XVII
MGU6157 54688272C 25/04/2011 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 853/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 853/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ1234	54688887C	17/05/2011	69200	233
CXC2422	54688310C	26/08/2010	65992	230 * V
LXV0600	54689913C	29/09/2010	69200	233
LYJ9710	54688665C	04/06/2011	51691	165
LYJ9710	54688665C	04/06/2011	65992	230 * V
LZI7807	54688433C	01/09/2010	69200	233
MAC9121	54687794C	23/05/2011	65992	230 * V
MAC9121	54687793C	23/05/2011	50100	162 * I
MAC9121	54687791C	23/05/2011	51691	165
MAE3187	54687792C	23/05/2011	51691	165
MAP6794	54685990C	10/06/2011	65992	230 * V
MBE6706	54689006C	14/05/2011	50100	162 * I
MEG3280	54687285C	05/06/2011	65992	230 * V
MFL1842	54687281C	04/06/2011	65564	230 * I
MFY2376	54690009C	16/10/2010	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 854/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 854/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIS2345	54682838C	10/06/2011	74550	218 * I
BJH2063	54688030C	14/05/2011	51851	167
BJH2063	54688031C	14/05/2011	58350	195
BJH2063	54688032C	14/05/2011	51852	167
BJH2063	54688033C	14/05/2011	52070	169
MAP6794	54687231C	10/06/2011	70301	244 * I
MCE8848	54687309C	14/05/2011	51851	167
MCE8848	54687310C	14/05/2011	51852	167
MEW1454	54688111C	20/05/2011	55680	181 * XIX
MFB5588	54682839C	10/06/2011	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 857/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 857/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZV6541	54687871C	17/05/2011	69200	233
MCQ6894	54687863C	17/05/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 858/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 858/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFJ2700 54682836C 25/05/2011 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 860/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 860/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACQ4907 54689174C 19/06/2011 67693 230 * XXII
APX3744 54688170C 24/05/2011 69200 233
IGS7234 54688172C 24/05/2011 69200 233
LWS3421 54689992C 21/06/2011 69200 233
LZO0927 54688174C 24/05/2011 69200 233
MJS7869 54687876C 29/05/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 861/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 861/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYP0740	54687290C	16/06/2011	60501	208
LZY0529	54687318C	18/06/2011	55411	181 * XVII
MCY1312	54687319C	19/06/2011	51851	167
MCY1312	54687320C	19/06/2011	51852	167
MGO8908	54688118C	26/06/2011	55500	181 * XVIII
MIE2759	54687323C	19/06/2011	51851	167
MIE2759	54687324C	19/06/2011	51852	167
MJJ4622	54687313C	14/06/2011	62030	217
MJJ4622	54687314C	14/06/2011	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 864/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 864/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWU9165 54687946C 30/05/2011 60501 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 866/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 866/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNH6305 54687236C 03/07/2011 50100 162 * I

LOL7221 54689997C 03/07/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 867/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 867/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALO3252 54687357C 01/07/2011 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 868/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 868/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGZ4884	54688063C	24/03/2011	69200	233
LXJ1013	54687882C	14/07/2011	65992	230 * V
LXO6628	54689990C	21/06/2011	69200	233
LXQ7832	54687796C	02/07/2011	65992	230 * V
LXU9256	54687355C	21/06/2011	66102	230 * VII
LXU9256	54687354C	21/06/2011	51691	165
MAZ9974	54689986C	21/06/2011	69200	233
MBE0822	54689527C	04/07/2011	69200	233
MBY7125	54689981C	21/06/2011	69200	233
MDG8581	54689998C	08/07/2011	50100	162 * I
MDG8581	54689998C	08/07/2011	51691	165
MDG8581	54689999C	08/07/2011	65992	230 * V
MDG8581	54689999C	08/07/2011	50610	163 c/c 162 * I
MEB6781	54688053C	24/03/2011	69200	233
MEU0749	54687326C	20/06/2011	52742	175
MEY9529	54688121C	09/07/2011	65992	230 * V
MEY9529	54688122C	09/07/2011	50100	162 * I
MFJ6740	54689649C	22/03/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 869/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 869/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADA7565	54688119C	24/06/2011	53470	178	
DIV4492	54687328C	20/06/2011	51851	167	
DIV4492	54687329C	20/06/2011	51852	167	
LXU9256	54687356C	21/06/2011	65300	228	
LYS7801	54690000C	09/07/2011	56144	182	* V
LZI8588	54687291C	16/06/2011	73662	252	* VI
MAK5664	54687325C	22/06/2011	73662	252	* VI
MAU3870	54689534C	09/07/2011	51851	167	
MAU3870	54689534C	09/07/2011	72340	250	* I * a
MCF2171	54687334C	09/07/2011	58600	198	
MEU0749	54687327C	20/06/2011	51851	167	
MIO1712	54689155C	20/02/2011	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 872/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 872/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA2401	54689991C	21/06/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 874/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 874/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANJ7886	54689530C	04/07/2011	69200	233
LYX2588	54687797C	17/07/2011	50100	162 * I
LYX2588	54688980C	17/07/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 877/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 877/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GUH7167	54688666C	30/07/2011	51691	165
LXD3513	54684631C	30/07/2011	52742	175
MCO2184	54689373C	23/07/2010	69120	232
MIP9812	54682891C	26/07/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 878/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 878/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXD3513	54684632C	30/07/2011	51851	167
LXU9256	54689176C	08/07/2011	60501	208
MAS3748	54687239C	03/08/2011	60501	208
MDD9894	54689709C	11/10/2010	55680	181 * XIX
MEZ8774	54689119C	15/07/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 881/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 881/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDJ0978	54689537C	11/07/2011	60501	208
MEW2242	54689535C	09/07/2011	51851	167
MEW2242	54689535C	09/07/2011	72340	250 * I * a
MEW2242	54689535C	09/07/2011	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 883/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 883/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABQ4415	54689121C	10/08/2011	65992	230 * V
MCJ8240	54682449C	10/08/2011	50100	162 * I
MGE1114	54688782C	16/07/2011	51691	165
MIF8436	54685876C	09/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 884/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 884/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQG0508	54687237C	22/07/2011	54600	181 * IX
LZI8632	54689120C	20/07/2011	73662	252 * VI
MAC8319	54688265C	08/06/2010	51851	167
MEM1350	54688983C	06/08/2011	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 885/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 885/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHT8941	54687799C	13/08/2011	51180	164 c/c 162 * I
MHT8941	54687800C	13/08/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 886/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 886/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHC3098 54689123C 14/08/2011 60501 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 888/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 888/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBG2451	54688674C	23/08/2011	69200	233
LXJ5359	54687241C	19/08/2011	69120	232
LXS2304	54687798C	02/08/2011	65992	230 * V
LZO0703	54688672C	23/08/2011	69200	233
MCZ8760	54688132C	23/08/2011	69200	233
MDH7592	54687242C	20/08/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 889/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 889/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CTR2782	54682843C	28/08/2011	69120	232
CTR2782	54682842C	28/08/2011	65992	230 * V
CTR2782	54682840C	28/08/2011	50100	162 * I
MDL7420	54688788C	09/08/2011	69200	233
MHH1597	54685798C	03/10/2010	50100	162 * I
MHH1597	54685799C	03/10/2010	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 890/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 890/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN0384	54684925C	06/08/2011	57380	186 * II
DRA2742	54687451C	23/08/2011	55415	181 * XVII
MAM6506	54689538C	07/08/2011	72340	250 * I * a
MBQ0573	54687240C	07/08/2011	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 893/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 893/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXA2092	54689132C	05/09/2011	65992	230 * V
MAU7172	54688126C	14/08/2011	69120	232
MAU7172	54688125C	14/08/2011	65564	230 * I
MAU7172	54688985C	14/08/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 894/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 894/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAU7172	54688124C	14/08/2011	58350	195
MAU7172	54688986C	14/08/2011	60501	208
MDO8742	54684785C	17/08/2011	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 895/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 895/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEQ3515	54688681C	31/08/2011	69200	233
MCE1702	54688680C	31/08/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 896/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 896/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYH1410 54689406C 03/10/2010 60501 208

MJY0820 54683224C 11/09/2011 60501 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 898/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 898/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABA0680 54689303C 13/05/2010 50100 162 * I

CSR5845 54687465C 28/09/2011 69200 233

DAK6670 54689198C 14/09/2011 69200 233

MAI4078 54687890C 14/09/2011 69200 233

MEH6505 54687414C 30/09/2011 65992 230 * V

MEH6505 54687415C 30/09/2011 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 899/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 899/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABH9905	54689134C	07/09/2011	54284	181 * V
MCD9842	54685908C	17/04/2010	63944	220 * XIV
MIY1564	54689421C	30/09/2011	72340	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 900/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 900/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAG2554	54687249C	17/09/2011	65992	230 * V
BPI5041	54688129C	23/08/2011	69200	233
BQP9978	54689197C	14/09/2011	69200	233
BSC7931	54683232C	01/10/2011	65992	230 * V
BYE4645	54688095C	01/10/2011	50100	162 * I
BYE4645	54688096C	01/10/2011	51691	165
BYE4645	54688097C	01/10/2011	65992	230 * V
BZN4123	54689129C	29/08/2011	51691	165
IML6542	54688675C	23/08/2011	69200	233
LWS7430	54689137C	09/09/2011	50100	162 * I
LZJ4382	54688138C	31/08/2011	69200	233
LZK8766	54689439C	03/10/2011	69200	233
LZQ3442	54689443C	11/10/2011	69200	233
LZU1026	54689139C	13/09/2011	65992	230 * V
MAM2287	54688135C	31/08/2011	69200	233
MAO9118	54689449C	11/10/2011	69200	233
MAQ3444	54688676C	23/08/2011	69200	233
MCX0042	54688677C	23/08/2011	69200	233
MCZ8859	54689441C	11/10/2011	69200	233
MEV3032	54688670C	13/08/2011	51691	165
MPW9956	54689427C	03/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 901/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 901/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFN0384	54682844C	07/09/2011	54284	181 * V
BYB9524	54684630C	01/10/2011	60501	208
MAM6506	54689141C	30/09/2011	72340	250 * I * a
MAU3870	54687350C	03/09/2011	72340	250 * I * a
MCE9476	54689011C	09/10/2011	60501	208
MCE9476	54689012C	09/10/2011	57200	186 * I
MCE9476	54689145C	09/10/2011	58350	195
MCE9476	54689010C	09/10/2011	52070	169
MCE9476	54689146C	09/10/2011	51851	167
MDC8808	54682847C	09/09/2011	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 904/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 904/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYB9524	54687294C	16/10/2011	65482	229
LXJ1504	54687556C	09/10/2011	50610	163 c/c 162 * I
LXJ1504	54687555C	09/10/2011	50100	162 * I
LXJ1504	54687554C	09/10/2011	65992	230 * V
LXZ1901	54687887C	14/09/2011	69200	233
LYX1412	54688996C	17/10/2011	69200	233
MAS3358	54687374C	17/10/2011	69200	233
MBK2910	54689896C	14/10/2011	50610	163 c/c 162 * I
MBK2910	54689895C	14/10/2011	50100	162 * I
MBQ8910	54689190C	14/09/2011	69200	233
MER1909	54689000C	17/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 905/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 905/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKN2859	54687484C	15/10/2011	54870	181 * XI
LYD3240	54689894C	14/10/2011	51852	167
LYD3240	54689893C	14/10/2011	51851	167

LYL3274	54689892C	14/10/2011	51851	167				
MCN7811	54688038C	16/10/2011	72340	250	*	I	*	a
MEK1876	54688036C	16/10/2011	72340	250	*	I	*	a
MGR9460	54689418C	25/09/2011	58350	195				
MGR9460	54689419C	25/09/2011	70561	244	*	III		
MHQ9588	54688140C	08/09/2011	55680	181	*	XIX		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 906/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 906/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DBW4626	54687466C	28/09/2011	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 907/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 907/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZF2111 54689544C 15/10/2011 72340 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 909/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 909/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CAR8801	54689013C	11/10/2011	69200	233
JDV1205	54688186C	09/10/2011	52741	175
KLL2173	54687416C	30/09/2011	65992	230 * V
LZH2803	54687372C	17/10/2011	69200	233
MDC8808	54688920C	22/09/2011	69120	232
MFG3482	54687376C	17/10/2011	69200	233
MGR6562	54687553C	09/10/2011	65992	230 * V
MHN7578	54689424C	30/09/2011	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 910/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 910/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBQ6112	54687557C	09/10/2011	54521	181 * VIII
LYI8991	54683231C	01/10/2011	55411	181 * XVII
LZZ1047	54687475C	06/10/2011	53980	181 * II
MDQ5633	54687488C	22/10/2011	51851	167
MHN7578	54689423C	30/09/2011	72340	250 * I * a
MIJ1282	54689200C	21/09/2011	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 911/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 911/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAA5760	54688191C	24/10/2011	69200	233
ABG4976	54687474C	01/10/2011	67691	230 * XXII
LXB2117	54689447C	11/10/2011	69200	233
LXP0347	54685995C	21/10/2011	65992	230 * V
LYM2278	54687420C	15/10/2011	51691	165
LYM2278	54687421C	15/10/2011	50100	162 * I
LYV0266	54687424C	22/10/2011	50100	162 * I
LZF6376	54685879C	29/10/2011	50100	162 * I
LZF6376	54685880C	29/10/2011	50610	163 c/c 162 * I
LZF6376	54685881C	29/10/2011	65992	230 * V
MBH4780	54686752C	14/11/2011	69120	232
MDG1027	54689828C	21/10/2011	50450	162 * V
MDG1027	54689823C	21/10/2011	65992	230 * V
MEV9463	54687501C	08/09/2011	69120	232
MGY3820	54682711C	12/11/2011	50100	162 * I
MGY3820	54682712C	12/11/2011	65992	230 * V
MHP0732	54687373C	17/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 912/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 912/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABF9264	54685122C	21/10/2011	51851	167
AHW6727	54684642C	07/11/2011	51851	167
DVC0364	54689546C	23/10/2011	72340	250 * I * a
LXE9450	54685382C	21/10/2011	51851	167
LXL9619	54687898C	18/10/2011	55411	181 * XVII
LXP0347	54685995C	21/10/2011	51851	167
LYF7647	54685386C	21/10/2011	51851	167
MAU6778	54689547C	26/10/2011	54284	181 * V
MFC4797	54687489C	22/10/2011	51851	167
MFJ1282	54682708C	07/11/2011	51851	167
MGC6450	54684636C	07/11/2011	55415	181 * XVII
MJJ1712	54687487C	22/10/2011	51851	167
MMJ7399	54689900C	27/10/2011	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 915/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 915/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KMJ9758	54687384C	18/11/2011	51691	165
LWR4272	54687577C	19/11/2011	67693	230 * XXII
LZJ3804	54687661C	09/11/2011	65992	230 * V
MDL9717	54687660C	09/11/2011	65992	230 * V
MDV6127	54689835C	18/11/2011	50100	162 * I
MEB8366	54686954C	16/11/2011	50100	162 * I
MEY9924	54689831C	18/11/2011	65992	230 * V
MFS9323	54687392C	18/11/2011	67693	230 * XXII
MHE6778	54688048C	08/11/2011	65992	230 * V
MIQ0406	54689550C	27/10/2011	51691	165
MIQ0406	54689550C	27/10/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 916/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 916/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXA2985	54687388C	18/11/2011	51851	167
MET2059	54687430C	20/11/2011	52581	174
MIQ0406	54689549C	27/10/2011	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 919/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 919/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEQ3515	54688999C	17/10/2011	69200	233
AGL0476	54687395C	23/11/2011	65992	230 * V
AGL0476	54687394C	23/11/2011	50100	162 * I
AVL2233	54686966C	25/11/2011	69120	232
AVL2233	54686963C	25/11/2011	51691	165
AVL2233	54686964C	25/11/2011	52820	176 * I
LZD1740	54686852C	23/11/2011	66102	230 * VII
LZD1740	54687579C	23/11/2011	50100	162 * I
LZD1740	54687580C	23/11/2011	50610	163 c/c 162 * I
MBJ6886	54687152C	21/11/2011	50450	162 * V
MBJ6886	54686753C	22/11/2011	69120	232
MDJ1930	54686803C	23/11/2011	69120	232
MFM1108	54687397C	26/11/2011	65992	230 * V
MIF6015	54687703C	24/11/2011	50100	162 * I
MIF6015	54686908C	24/11/2011	65992	230 * V
MIF6015	54686909C	24/11/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 920/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 920/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGL0476	54687393C	23/11/2011	51851	167
MIB0259	54687425C	28/10/2011	55411	181 * XVII
MIF6015	54687704C	24/11/2011	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 923/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 923/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE9834	54686406C	29/11/2011	69200	233
BGS7666	54688190C	24/10/2011	69200	233
LNC3815	54687013C	29/11/2011	69200	233
LYH9413	54686407C	29/11/2011	69200	233
LZN7755	54683241C	02/11/2011	65992	230 * V
MBH3691	54687804C	21/10/2011	66532	230 * XI
MBO7273	54687701C	12/11/2011	50100	162 * I
MCL9295	54684644C	07/11/2011	50100	162 * I
MCL9295	54684643C	07/11/2011	65992	230 * V
MCO0165	54685892C	29/11/2011	69200	233
MCT9010	54687151C	17/11/2011	65992	230 * V
MDT1881	54684645C	07/11/2011	50100	162 * I
MDT1881	54684646C	07/11/2011	65992	230 * V
MEQ3788	54686404C	29/11/2011	69200	233
MEW2242	54686303C	19/11/2011	51691	165
MEW2242	54686305C	19/11/2011	65992	230 * V
MEY2157	54685893C	29/11/2011	69200	233
MGC5225	54687575C	10/11/2011	50450	162 * V
MHB0800	54683243C	03/11/2011	69120	232
MHU7436	54687494C	23/10/2011	72180	248
MIU7938	54687496C	30/10/2011	65991	230 * V
MIU7938	54687497C	30/10/2011	65800	230 * IV
MIV7461	54687569C	21/10/2011	50100	162 * I
MIV7461	54687570C	21/10/2011	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 924/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 924/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALW7817	54686903C	11/11/2011	51851	167
BOY4419	54687485C	22/10/2011	51851	167
LXE4308	54689899C	24/10/2011	70301	244 * I
LXV7001	54687900C	18/10/2011	60501	208
LZI8632	54688041C	31/10/2011	55500	181 * XVIII
LZN7755	54683242C	02/11/2011	61732	215 * I * a
LZR3242	54687803C	21/10/2011	51851	167
MBJ4181	54689545C	18/10/2011	60501	208
MCM0469	54686951C	09/11/2011	60501	208
MEW2242	54686304C	19/11/2011	58350	195
MHB0800	54683245C	06/11/2011	59670	203 * V
MHB0800	54683244C	06/11/2011	51851	167
MHU7436	54687491C	23/10/2011	70301	244 * I
MIE2759	54687382C	15/11/2011	75010	94 * Unico
MIE2759	54687383C	15/11/2011	54360	181 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 927/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 927/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADA7565	54686203C	17/11/2011	50100	162 * I
ADA7565	54686204C	17/11/2011	50610	163 c/c 162 * I
ADA7565	54686203C	17/11/2011	69120	232
LXK9198	54686252C	21/11/2011	65992	230 * V
LXK9198	54686253C	21/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
LXK9198	54686251C	21/11/2011	50100	162 * I
LZA6452	54686708C	01/12/2011	69200	233
LZM3345	54687022C	07/12/2011	69120	232
LZM3345	54687156C	07/12/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 928/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 928/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFN0384 54686955C 17/11/2011 51851 167
ALT3737 54687024C 07/12/2011 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 931/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 931/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DPX5502 54687387C 18/11/2011 65992 230 * V
IHE3253 54687012C 29/11/2011 69200 233
LYO4141 54686854C 12/12/2011 65992 230 * V
MDT4689 54682665C 18/11/2011 50450 162 * V
MHM2692 54687297C 13/11/2011 50100 162 * I
MHM2692 54687296C 13/11/2011 65992 230 * V
MHM2692 54687298C 13/11/2011 50610 163 c/c 162 * I
MMW3135 54687712C 14/12/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 932/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 932/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COS4322	54687602C	14/12/2011	51851	167
CPS7369	54686505C	09/12/2011	55411	181 * XVII
LZZ1047	54687386C	18/11/2011	51851	167
MHH8297	54686551C	09/12/2011	55411	181 * XVII
MHM2692	54687299C	13/11/2011	58350	195
MHM2692	54687300C	13/11/2011	70640	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 934/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 934/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CGE1928	54686967C	28/11/2011	65992	230 * V
DIV4492	54685896C	29/11/2011	69200	233
LXQ1019	54687064C	16/12/2011	65992	230 * V
LXQ1019	54687063C	16/12/2011	51691	165
MAM3159	54687295C	06/11/2011	50100	162 * I
MHN7578	54687664C	26/11/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 935/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 935/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBP7767	54686977C	20/12/2011	51851	167
MDX8568	54686227C	21/12/2011	51851	167
MET7989	54686976C	20/12/2011	51851	167
MFZ8945	54687603C	19/12/2011	51851	167
MJM4455	54686969C	20/12/2011	54360	181 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 937/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 937/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BOV6691	54686924C	20/12/2011	65992	230 * V
JQF5679	54687087C	03/01/2012	69200	233
LWR4454	54687081C	03/01/2012	69200	233
LYD7000	54686932C	06/01/2012	69120	232
MAN3080	54687084C	03/01/2012	69200	233
MIH1807	54685898C	07/12/2011	50371	162 * III
MIL2384	54686364C	26/12/2011	73580	252 * V
MTC5695	54686712C	01/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 938/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 938/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGG9248	54686555C	09/12/2011	55500	181 * XVIII
MEB1604	54687510C	04/01/2012	60501	208
MFV1833	54686419C	21/12/2011	51851	167
MFV2951	54686715C	06/01/2012	60501	208
MGL4668	54686359C	26/12/2011	55250	181 * XV
MIL2384	54686365C	26/12/2011	51851	167
MIU1525	54686509C	09/12/2011	60501	208
MMR3731	54686926C	21/12/2011	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 941/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 941/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ2127	54687073C	03/01/2012	69200	233
LXJ6633	54686812C	12/12/2011	69120	232
LXN7414	54686266C	12/01/2012	69200	233
LYQ3433	54687106C	11/01/2012	50100	162 * I
LYQ3433	54687107C	11/01/2012	50610	163 c/c 162 * I
MAO1617	54686922C	19/12/2011	50100	162 * I
MAO1617	54686564C	19/12/2011	65992	230 * V
MEY4946	54686271C	12/01/2012	69200	233
MFQ9753	54686269C	12/01/2012	69200	233
MKG3929	54686943C	13/01/2012	51691	165
MKG3929	54686717C	13/01/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 942/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 942/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAO1617	54686565C	19/12/2011	70481	244 * II
MDJ1930	54686716C	13/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 944/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 944/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BGI7783	54686263C	21/12/2011	52070	169
CLK1305	54686823C	17/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 948/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 948/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJH2161	54686817C	20/12/2011	51851	167
BND3186	54686439C	18/01/2012	52070	169
CSW2370	54686362C	26/12/2011	51930	168
CSW2370	54686363C	26/12/2011	51851	167
LXV7001	54686566C	25/12/2011	60501	208
MFT6309	54687068C	20/12/2011	51851	167
MGV5479	54686300C	30/01/2012	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 955/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 955/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDU8572	54687048C	06/02/2012	51852	167
MHU4934	54686312C	09/01/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 957/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 957/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLN8355	55567002D	17/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 961/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 961/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HRA8754	54686581C	11/02/2012	51851	167
MBG8188	54686298C	24/01/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 964/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 964/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIH3582	55567010D	15/02/2012	72340	250 * I * a
CIN3425	54687721C	11/02/2012	51851	167
CLS7997	54686789C	21/02/2012	51851	167
KAA3660	54686386C	29/02/2012	58350	195
LYQ3433	54686518C	26/02/2012	70302	244 * I
MFO6117	54685137C	10/02/2012	55500	181 * XVIII
MGN0212	54686378C	20/02/2012	58350	195
MGX6035	54689030C	19/02/2012	60501	208
MJN7898	54686608C	13/02/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 968/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 968/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB0605	55566566D	18/03/2012	52152	170
MAB0605	55566565D	18/03/2012	58350	195
MIO9935	54686394C	12/03/2012	51851	167

MJE4397 55568011D 02/03/2012 52070 169
NFB2258 55567009D 15/02/2012 65640 230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 972/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 972/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAB0605 54689046C 18/03/2012 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 975/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 975/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLM9893	54687720C	11/02/2012	51851	167
LWR8460	55566901D	27/03/2012	55411	181 * XVII
MDT8214	54685140C	10/02/2012	51851	167
MJC1014	54689039C	16/03/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.
HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 980/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 980/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANW2334	54686593C	08/03/2012	72340	250 * I * a
MAS2598	55566678D	10/04/2012	57200	186 * I
MCY2047	54687112C	18/03/2012	70640	244 * IV
MEL7911	55566680D	11/04/2012	51851	167
MGR8443	55566710D	10/04/2012	57380	186 * II
MHE5230	54686591C	06/03/2012	51851	167
MJH4000	54686522C	09/03/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 984/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 984/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKM6948	54686534C	04/04/2012	58350	195
KAA3660	54686893C	29/02/2012	52151	170
MAA2046	54687515C	25/03/2012	52312	172
MAB1891	55566556D	12/03/2012	51851	167
MAX0325	55566957D	21/04/2012	60501	208
MBO3800	54689037C	13/03/2012	51852	167
MDT4895	55566809D	15/04/2012	58350	195
MEA5633	54689049C	20/03/2012	51851	167
MFM1298	55568041D	11/04/2012	58780	199
MHE8464	55567755D	14/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 988/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 988/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRG7406	54686722C	19/04/2012	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 991/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 991/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKS1150	55566776D	12/05/2012	55680	181 * XIX
LYR2204	55566679D	11/04/2012	51851	167
MMA1270	55566770D	30/04/2012	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 995/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 995/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBX8376	54686535C	04/04/2012	55250	181 * XV
MHT4714	55566684D	12/05/2012	52663	174
MJP2271	54687673C	05/04/2012	51851	167
MKF7909	54686616C	29/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER

SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 998/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.106 998/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ANK2716	55566969D	17/05/2012	72340	250 * I * a
LXE2376	54687129C	21/04/2012	53470	178
LXE2376	54687127C	21/04/2012	57200	186 * I
LXX3426	55566973D	19/05/2012	51851	167
LYJ8750	55568045D	21/04/2012	58350	195
LZM2154	55566821D	26/04/2012	51851	167
MAX3191	55566959D	27/04/2012	72340	250 * I * a
MBC8090	54687098C	15/05/2012	55411	181 * XVII
MEJ8732	55566523D	27/04/2012	51851	167
MHU1921	55566958D	22/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

